Iniciação à Filosofia
Marilena Chaui
ea
editora ática
MANUAL DO PROFESSOR
FILOSOFIA | ENSINO MÉDIO
VOLUME ÚNICO

Iniciação à Filosofia

Marilena Chaui

Marilena de Souza Chaui

Graduada e licenciada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP).

Mestre e doutora pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em História da Filosofia Moderna e Filosofia Política.

Professora livre-docente de História da Filosofia Moderna no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).

Doutora *honoris causa* pela Universidade de Paris 8 (França), pela Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Membro da comissão editorial das revistas *Studia Spinozana* (Paris-Hannover), *Historia Philosophica* (Pisa), *Estudos Espinosanos* (USP).

Membro da direção do Brazilian Studies, King's College, Londres.

Autora de diversos livros, entre os quais *Introdução à história da filosofia* (2 volumes), *O que é ideologia*, *A nervura do real*, *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, *Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo – Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty*.

Secretária municipal de Cultura de São Paulo de 1989 a 1992.

2ª edição

1ª impressão

2013 – São Paulo

MANUAL DO PROFESSOR

VOLUME ÚNICO
ENSINO MÉDIO
FILOSOFIA

editora ática

Diretoria editorial e de conteúdo: Angélica Pizzutto Pozzani
Gerência de produção editorial: Hélia de Jesus Gonsaga
Editoria de Ciências Humanas e suas Tecnologias: Heloisa Pimentel e Beatriz de Almeida Francisco
Editor: André Albert
Supervisão de arte e produção: Sérgio Yutaka
Editor de arte: Katia Kimie Kunimura
Assistentes de arte: Elen Coppini Camioto e Mauro Roberto Fernandes
Diagramação: Edla Sibele Theis e Ester Inakake
Supervisão de criação: Didier Moraes
Editor de arte e criação: Rafael Vianna Leal
Design gráfico: Andrea Vilela de Almeida, Pimenta Design e Conceito (miolo e capa)
Revisão: Rosângela Muricy (coord.), Heloísa Schiavo (prep.) Ana Paula Chabaribery Malfa, Cátia de Almeida e Gabriela Macedo de Andrade (estag.)
Supervisão de iconografia: Sílvio Kligin
Pesquisadora iconográfica: Roberta Freire Lacerda dos Santos
Tratamento de imagem: Cesar Wolf e Fernanda Crevin
Foto da capa: Richard I'Anson/Lonely Planet Images/Getty Images

Versão digital
Diretoria de tecnologia de educação: Ana Teresa Ralston
Gerência de desenvolvimento digital: Mário Matsukura
Gerência de inovação: Guilherme Molina
Coordenadores de tecnologia de educação: Daniella Barreto e Luiz Fernando Caprioli Pedroso
Editores de tecnologia de educação: Cristiane Buranello e Juliano Reginato
Editor de conteúdo digital: André Albert
Editores assistentes de tecnologia de educação: Aline Oliveira Bagdanavicius, Drielly Galvão Sales da Silva, José Victor de Abreu e Michelle Yara Urcci Gonçalves
Assistentes de produção de tecnologia de educação: Alexandre Marques, Gabriel Kujawski Japiassu, João Daniel Martins Bueno, Paula Pelisson Petri, Rodrigo Ferreira Silva e Saulo André Moura Ladeira
Desenvolvimento dos objetos digitais: Agência GR8, Atômica Studio, Cricket Design, Daccord e Mídias Educativas
Desenvolvimento do livro digital: Digital Pages

Direitos desta edição cedidos à Editora Ática S.A.
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400
6º andar e andar intermediário ala A
Freguesia do Ó – CEP 02909-900 – São Paulo – SP
Tel.: 4003-3061
www.atica.com.br/editora@atica.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chaui, Marilena

Iniciação à filosofia : ensino médio, volume único / Marilena Chaui. – 2. ed. – São Paulo : Ática, 2013.

Bibliografia.

1. Filosofia (Ensino médio) I. Título.

13-03503 CDD-107.12

Índice para catálogo sistemático:
1. Filosofia : Ensino médio 107.12

2013
ISBN 978 85 08 16343-4 (AL)
ISBN 978 85 08 16344-1 (PR)
Código da obra CL 712776

Uma publicação

Legendas das imagens da seção *Linha do tempo* (p. 360), em ordem de aparição:

1) Tales de Mileto, em gravura do século XIX. 2) Platão, em óleo sobre tela do italiano Luca Giordano (1634-1705) pintado no século XVII. 3) Réplica romana de busto de Aristóteles feito pelo escultor grego Lísipo no século IV a.C. 4) Ilustração sem data retratando Hipátia de Alexandria. 5) Abu Ali al Husain ibn Abdallah ibn Sina, mais conhecido como Avicena, em gravura do século XVII. 6) Nicolau Maquiavel, retratado por Cristofano dell'Altissimo entre 1560 e 1580. 7) Espinosa, retratado em pintura de Samuel van Hoogstraten de 1670. 8) Retrato de David Hume pelo pintor escocês Allan Ramsay, 1766. 9) Denis Diderot, em óleo sobre tela de Louis Michel van Loo pintado em 1767. 10) Georg Wilhelm Friedrich Hegel, em gravura de 1825. 11) Monumento a Marx e Engels em Berlim, capital da Alemanha, em fotografia de 2009. 12) Retrato fotográfico de Walter Benjamin, sem data. 13) Jean-Paul Sartre, em fotografia tirada em Paris, França, em 1968. 14) Hannah Arendt, em retrato de 1930. 15) O filósofo italiano Giorgio Agamben em Veneza, Itália. Foto de 2001.

Apresentação

Os estudantes de Filosofia sempre escutam contar uma piada sobre o primeiro filósofo, o grego Tales de Mileto. Tales gostava de estudar os astros e caminhava olhando para o céu, até que um dia tropeçou numa pedra e caiu num buraco. Um brincalhão que estava por perto disse a outros que ali se encontravam: "Tales quer saber o que se passa no céu, mas não consegue enxergar o que está à sua frente!". Nasceu, assim, a imagem que o senso comum tem do filósofo: a de alguém distraído que, sem prestar atenção no que se passa à sua volta, dedica a vida a pensar em coisas distantes, complicadas e, provavelmente, sem qualquer utilidade. Aliás, os estudantes de Filosofia também conhecem a definição da filosofia pelo senso comum: "A filosofia é uma ciência com a qual e sem a qual o mundo permanece tal e qual". Em outras palavras, ela seria perfeitamente inútil.

Neste livro, procuraremos mostrar que as imagens costumeiras do filósofo e da filosofia não correspondem à realidade. De fato, elas surgiram como tentativa para rebaixar a atividade do pensamento porque este questiona as crenças e os preconceitos que formam o senso comum da sociedade.

O melhor exemplo do que define a filosofia pode ser trazido por outro grego: Sócrates. Andando pelas ruas e praças da antiga Atenas, Sócrates conversava com seus conterrâneos a respeito daquilo em que acreditavam e que julgavam conhecer, fazendo-os, pouco a pouco, reconhecer com espanto que suas crenças não tinham base nenhuma e que não sabiam o que imaginavam saber. A atitude filosófica se inicia exatamente quando não nos contentamos com as aparências das coisas nem com ideias cristalizadas em nossa sociedade.

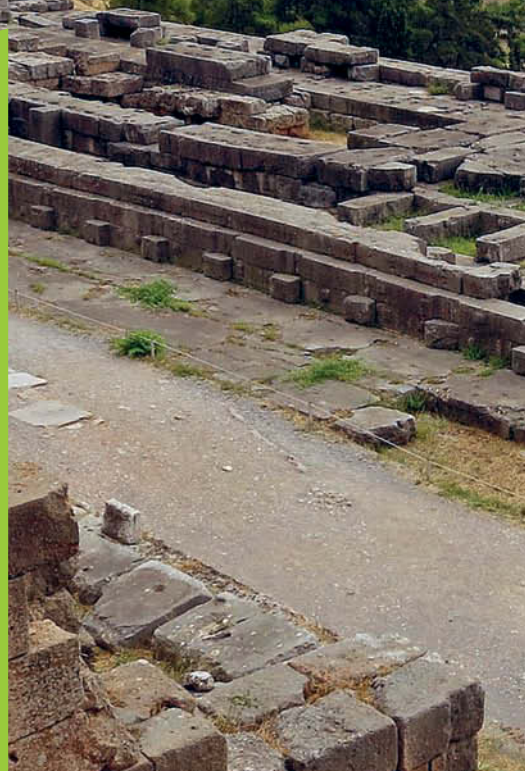
Por isso podemos compreender a resposta que um filósofo deu quando lhe perguntaram: "Para que filosofia?". Respondeu: "Para não darmos nossa aceitação imediata às coisas e às ideias, sem maiores considerações".

Este livro é um convite ao questionamento, à reflexão, ao trabalho do pensamento na busca da verdade, na compreensão do sentido de nossas ideias, de nossos sentimentos e emoções, dos valores de nossa cultura e de nosso desejo de liberdade e de felicidade.

A Autora

PARTE 1
A filosofia e seus conceitos 5

PARTE 2
A filosofia e a prática 213

Este ícone indica Objetos Educacionais Digitais relacionados aos conteúdos do livro.

A filosofia
e seus conceitos

PARTE

Ruínas do Templo de Apolo em Delfos, na Grécia, em foto de 2012. Em seu pórtico estava escrito: "Conhece-te a ti mesmo".

UNIDADE I
A filosofia

CAPÍTULO
1
A atitude filosófica

Quem assistiu ao primeiro filme da série *Matrix*, de 1999, há de se lembrar da cena em que o herói, Neo, é levado pelo guia, Morfeu, para ouvir uma mulher a quem chamam Oráculo. Essa mulher pergunta a Neo se ele leu o que está escrito sobre a porta de entrada da casa em que acabou de adentrar. Ele diz que não. Então, ela lê para Neo as palavras, explicando-lhe que são de uma língua que não é mais falada no cotidiano, o latim.

O que está escrito? *Temet nosce*. O que isso significa? "Conhece-te a ti mesmo." A mensagem para Neo é a de que ele – e somente ele – poderá saber se é ou não aquele que vai livrar o mundo do poder da Matrix. Portanto, somente conhecendo-se a si mesmo ele terá a resposta.

Shen Jizhong/Xinhua Press/Corbis/Latinstock

Público assiste a projeção holográfica em 360° em cinema em Yantai, na China, em 2011. Uma sessão de cinema, em que a tela nos mostra uma realidade exterior, lembra-nos da visão sugerida por Platão no Mito da Caverna. O que a tela nos mostra é o real? E aquilo que captamos pela experiência?

Warner Brothers/Everett Collection/Glow Images

Keanu Reaves, no papel de Neo, e Glória Foster, como oráculo, em cena do primeiro filme da série Matrix.

oráculo

Esta palavra tem dois significados principais, que aparecem nas expressões "receber um oráculo" e "consultar um oráculo". No primeiro caso, significa 'uma mensagem misteriosa' enviada por um deus como resposta a uma indagação feita por um humano; é uma revelação divina que precisa ser decifrada e interpretada. No segundo, significa 'uma pessoa especial', que recebe a mensagem divina e a transmite para quem enviou a pergunta à divindade, deixando que o interrogante decifre e interprete a resposta recebida. Entre os gregos antigos, essa pessoa especial costumava ser uma mulher e era chamada sibila.

"Conhece-te a ti mesmo"

Poucas pessoas que viram *Matrix* compreendem exatamente o significado da cena descrita na abertura deste capítulo. Ela é a representação ficcional, no futuro, de um acontecimento do passado, ocorrido há 24 séculos.

Na Grécia antiga, por volta do século IV a.C., havia um santuário na cidade de Delfos dedicado a Apolo, deus da luz, da razão e do conhecimento verdadeiro, o patrono da sabedoria. Sobre o portal de entrada desse santuário estava escrita a grande mensagem do deus, ou o principal **oráculo** de Apolo: "*Conhece-te a ti mesmo*". Um ateniense, chamado Sócrates, foi ao santuário consultar o oráculo, pois em Atenas muitos lhe diziam que era um sábio. Sócrates desejava saber o que era um sábio e se tal qualidade poderia ser atribuída a ele. O oráculo, que era uma mulher (a sibila), perguntou-lhe: "O que você sabe?". Ele respondeu: "Só sei que nada sei". Ao que o oráculo disse: "Sócrates é o mais sábio de todos os homens, pois é o único que sabe que não sabe". Sócrates é até hoje considerado o patrono da filosofia.

Neo e a Matrix

Se voltarmos ao filme *Matrix*, podemos perguntar por que foi feito o paralelo entre Neo e Sócrates. Comecemos pelo nome das duas personagens masculinas principais: Neo e Morfeu. Esses nomes são gregos. *Neo* significa 'novo' ou 'renovado' e, quando dito de alguém, significa 'jovem na força e no ardor da juventude'.

Morfeu pertence à mitologia grega: era o nome de um espírito, filho do Sono e da Noite, que possuía asas e era capaz, num único instante, de voar em absoluto silêncio de um extremo a outro do mundo. Esvoaçando sobre um ser humano ou pousando levemente sobre sua cabeça, quando o tocava com uma papoula vermelha, tinha o poder não só de fazê-lo adormecer e sonhar, mas também de aparecer em seu sonho, tomando a forma humana. É dessa maneira que, no filme, Morfeu se comunica pela primeira vez com Neo, que desperta assustado com o ruído de uma mensagem na tela de seu computador. E, no primeiro encontro de ambos, Morfeu surpreende Neo por sua extrema

velocidade, por ser capaz de voar e por parecer saber tudo a respeito desse jovem que não o conhece.

Várias vezes Morfeu pergunta a Neo se este tem a impressão de estar sempre dormindo e sonhando, sem nunca ter certeza de estar realmente desperto. Essa pergunta deixa de ser feita a partir do momento em que, entre uma pílula azul e uma vermelha oferecidas por Morfeu, Neo escolhe ingerir a vermelha (como a papoula da mitologia), que o fará ver a realidade. É Morfeu quem lhe mostra a **Matrix**, fazendo-o compreender que tinha passado a vida inteira sem saber se estava desperto ou se dormia e sonhava porque, realmente, esteve sempre dormindo e sonhando.

Mas afinal, o que é a Matrix? É o **computador** gigantesco que escraviza os seres humanos, usando suas mentes para controlar seus sentimentos e pensamentos, fazendo-os crer que é real o que é aparente. E qual é o seu poder? Usar e controlar a inteligência humana para dominar o mundo, criando uma realidade virtual na qual todos que a ela estão submetidos acreditam.

RMN-Grand Palais (Musée du Louvre)/Gérard Blot/Other Images

Morfeu, *escultura feita em 1777 pelo francês Jean-Antoine Houdon, e hoje exposta no Museu do Louvre, em Paris, capital da França.*

Como o feitiço que se vira contra o feiticeiro, a Matrix é uma inteligência artificial que destrói a inteligência humana, porque, para se manter, suga a energia gerada pelo sistema nervoso central dos humanos.

matrix

Palavra latina derivada de *mater*, que quer dizer 'mãe'. Em latim, *matrix* é o órgão das fêmeas dos mamíferos onde o embrião e o feto se desenvolvem, ou seja, o útero. Na linguagem técnica, *matriz* é o molde para a fundição de uma peça. É também, em monitores e televisores, o circuito de codificadores e decodificadores das cores e dos sons e, na informática, a rede de guias de entradas e saídas de elementos lógicos. No filme, a Matrix tem todos esses sentidos: ela é um útero universal onde todos os seres humanos têm, ao mesmo tempo, uma vida real "uterina" e uma vida imaginária forjada pelos circuitos de codificadores e decodificadores de cores e sons e pelas redes de guias de entrada e saída de sinais lógicos.

computador

Também de origem latina, esta palavra provém de *computator*, que significa 'máquina de contar, calcular'. Antes que esta palavra fosse usada correntemente, quando só havia as enormes máquinas militares e de grandes empresas, falava-se em "cérebro eletrônico". Por quê? Porque se trata de um objeto técnico muito diferente daqueles até então conhecidos, que ampliavam apenas a força física dos seres humanos: o microscópio e o telescópio aumentam a força dos olhos; o navio, o automóvel e o avião aumentam a força dos pés; a alavanca, a polia, a chave de fenda, o martelo aumentam a força das mãos; e assim por diante. Já o "cérebro eletrônico" ou computador amplia e até substitui as capacidades mentais ou intelectuais dos seres humanos.

PhotoQuest/Getty Images

Um dos primeiros computadores eletrônicos, Mark I foi desenvolvido pela Universidade Harvard, em Cambridge, nos Estados Unidos, em parceria com uma empresa de informática, em 1944, para efetuar cálculos para a Marinha norte-americana. Foto de 1944.

Vencer o poder da Matrix é destruir a aparência, restaurar a realidade e assegurar que os seres humanos possam perceber e compreender o mundo verdadeiro e viver realmente nele. Todos os combates realizados por Neo e seus companheiros são combates mentais entre os centros de sensação, percepção e pensamento humanos e os centros artificiais da Matrix. As armas e tiroteios que aparecem na tela são pura ilusão, não existem, pois o combate real não é físico, e sim mental.

Neo e Sócrates

Por que as personagens do filme afirmam que Neo é "o escolhido"? Por que estão seguras de que ele será capaz de realizar o combate final e vencer a Matrix?

Porque ele era um *hacker*, isto é, alguém capaz de utilizar seus conhecimentos técnicos em computação para invadir *sites* e programas, decifrar códigos e mensagens. E também, sobretudo, porque ele era um criador de programas de realidade virtual, um perito capaz de rivalizar com a própria Matrix. Por ter uma capacidade semelhante à da Matrix, Neo sempre desconfiou de que a realidade não era exatamente tal como se apresentava. Sempre teve dúvidas sobre a realidade percebida e, secretamente, questionava o que era a Matrix. Essa interrogação o levou a vasculhar os circuitos internos da máquina (tanto assim que começou a ser perseguido por ela como alguém perigoso), e foram suas incursões secretas que o fizeram ser descoberto por Morfeu.

Por que Sócrates é considerado o "patrono da filosofia"? Porque jamais se contentou com as opiniões estabelecidas, com os preconceitos de sua sociedade, com as crenças inquestionadas de seus conterrâneos. Ele costumava dizer que era movido por um espírito interior (como Morfeu instigando Neo) que o levava a desconfiar das aparências e a procurar a realidade verdadeira das coisas.

Sócrates andava pelas ruas de Atenas fazendo perguntas aos conterrâneos: "O que é isso em que você acredita?", "O que é isso que você está dizendo?", "O que é isso que você está fazendo?". Os atenienses achavam, por exemplo, que sabiam o que era a justiça. Mas, diante das perguntas de Sócrates, ficavam embaraçados e confusos, chegando à conclusão de que não sabiam o que era a justiça. Os atenienses acreditavam que sabiam o que era a coragem. Com suas perguntas incansáveis, Sócrates os fazia concluir que não sabiam o que era a coragem. Os atenienses acreditavam que sabiam o que eram a bondade, a beleza, a verdade, mas um prolongado diálogo com Sócrates os fazia perceber que não sabiam o que era aquilo em que acreditavam.

A pergunta "O que é?" suscitava o questionamento sobre a realidade essencial e profunda de uma coisa para além das aparências e contra as aparências. Com essa pergunta, Sócrates levava os atenienses a descobrir a diferença entre *parecer* e *ser*, entre mera crença ou opinião e verdade.

Sócrates era filho de uma parteira. Ele dizia que, assim como sua mãe, ele também era um parteiro, mas que ajudava não no nascimento de corpos, e sim de almas. Assim como sua mãe lidava com a *matrix* corporal, ele lidava com a *matrix* mental, auxiliando as mentes a libertar-se das aparências e a buscar a verdade.

Como os de Neo, os combates socráticos eram também combates mentais ou de pensamento. E enfureceram de tal maneira os poderosos de Atenas que Sócrates foi condenado à morte, acusado de espalhar dúvidas sobre as ideias e os valores atenienses e, com isso, corromper a juventude.

A morte de Sócrates, *pintura de Jacques-Louis David feita em 1787, que se encontra atualmente no Museu de Arte Metropolitano de Nova York, nos Estados Unidos. Ao final de seu julgamento, Sócrates é condenado à morte pela ingestão de um veneno chamado cicuta, conforme narra o diálogo* Fédon, *escrito por Platão.*

O paralelo entre Neo e Sócrates não está apenas no fato de que ambos são instigados por "espíritos" que os fazem desconfiar das aparências, nem apenas por ambos consultarem um oráculo e receberem como mensagem o "conhece-te a ti mesmo", e nem mesmo porque ambos lidam com matrizes.

Podemos encontrá-lo também ao comparar a trajetória de Neo no interior da Matrix com um dos mais célebres escritos do filósofo Platão, discípulo de Sócrates. Essa passagem encontra-se na obra intitulada *A república* e é conhecida como o Mito da Caverna.

O Mito da Caverna

Imaginemos, escreve Platão, uma caverna separada do mundo exterior por um muro baixo. Entre esse muro e o teto da caverna há uma fresta por onde passa alguma luz externa, evitando que o interior fique na obscuridade completa. Desde seu nascimento, geração após geração, seres humanos estão acorrentados ali, sem poder mover a cabeça na direção da entrada nem se locomover até ela, forçados a olhar apenas a parede do fundo, vivendo sem nunca ter visto o mundo exterior nem a luz do Sol. Estão quase no escuro e imobilizados.

Do outro lado do muro, mas ainda dentro da caverna, há um fogo que ilumina vagamente o interior sombrio e faz com que as coisas que ali se passam sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna (pensemos na caverna como se fosse uma sala de cinema e o fogo, a luz de um projetor de filmes).

Entre o fogo e o muro, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres, animais cujas sombras são projetadas na parede da caverna. Nunca tendo visto o mundo exterior, os prisioneiros julgam que as sombras das coisas transportadas e os sons das falas das pessoas são as próprias coisas externas. Ou seja, julgam que as sombras são seres vivos que se movem e falam.

Os prisioneiros se comunicam, dando nome às coisas que julgam ver (sem vê-las realmente, pois estão na obscuridade), e imaginam que o que escutam, e que não sabem que são sons vindos de fora, são as vozes das próprias sombras dos artefatos, e não dos seres humanos que os carregam e se encontram do outro lado do muro.

Qual é, pois, a situação dessas pessoas aprisionadas? Tomam sombras por realidade. Essa confusão, porém, não tem como causa um defeito na natureza dos prisioneiros, e sim as condições adversas em que se encontram. Que aconteceria se eles fossem libertados dessa situação miserável?

Um dos prisioneiros, inconformado com a condição em que se encontra, decide abandonar a caverna. Fabrica um instrumento com o qual quebra os grilhões. De início, move a cabeça; depois, o corpo todo; a seguir, avança na direção da saída da caverna e escala o muro. Enfrentando as durezas de um caminho íngreme e difícil, sai da caverna. No primeiro instante, fica totalmente cego pela luminosidade do Sol, com a qual seus olhos não estão acostumados. Enche-se de dor por causa dos movimentos que seu corpo realiza pela primeira vez e pelo ofuscamento de seus olhos pela luz externa, muito mais forte do que o fraco brilho do fogo que havia no interior da caverna. Sente-se dividido entre a incredulidade e o deslumbramento.

Incredulidade, porque será obrigado a decidir sobre onde se encontra a realidade: no que vê agora ou nas sombras em que sempre viveu? Deslumbramento (literalmente: 'ferido pela luz'), porque seus olhos não conseguem ver com nitidez as coisas iluminadas.

Seu primeiro impulso é retornar à caverna para livrar-se da dor e do espanto, atraído pela escuridão, que lhe parece mais acolhedora. Como precisa aprender a ver, e esse aprendizado é doloroso, desejará a caverna, onde tudo lhe é familiar e conhecido.

Sentindo-se sem disposição para regressar à caverna por causa da rudeza do caminho, o prisioneiro permanece no exterior. Aos poucos, habitua-se à luz e começa a ver o mundo. Encanta-se, tem a felicidade de finalmente ver as coisas como elas realmente são, descobrindo que estivera prisioneiro a vida toda e que em sua prisão vira apenas sombras. A partir desse instante, desejará ficar longe da caverna para sempre e lutará com todas as suas forças para jamais retornar a ela. Mas lamenta a sorte dos outros prisioneiros. Por fim, toma a difícil decisão de regressar ao subterrâneo sombrio para contar aos demais o que viu e convencê-los a se libertarem também.

O que lhe acontece nesse retorno? Os demais prisioneiros zombam dele, não acreditando em suas palavras. Se não conseguirem silenciá-lo com suas caçoadas, tentarão fazê-lo espancando-o. Se mesmo assim ele teimar em afirmar o que viu e os convidar a sair da caverna, certamente acabarão por matá-lo. Mas, quem sabe, alguns poderão ouvi-lo e, contra a vontade dos demais, também decidir sair da caverna rumo à realidade?

Art Images Archive/Glow Images

A caverna de Platão *(1604), gravura do holandês Jan Saenredam (1565-1607).*

O que é a caverna? O mundo de aparências em que vivemos. O que são as sombras projetadas no fundo? As coisas que percebemos. O que são os grilhões e as correntes? Nossos preconceitos e opiniões, nossa crença de que o que estamos percebendo é a realidade. Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna? O filósofo. O que é a luz do Sol? A luz da verdade. O que é o mundo iluminado pelo sol da verdade? A realidade. **Qual é o instrumento que liberta o prisioneiro rebelde e com o qual ele deseja libertar os outros prisioneiros? A filosofia.**

Nossas crenças costumeiras

Em nossa vida cotidiana, afirmamos, negamos, desejamos, aceitamos ou recusamos coisas, pessoas, situações. Fazemos perguntas, como "Que horas são?", ou "Que dia é hoje?". Dizemos frases, como "Ele está sonhando", ou "Ela ficou maluca". Fazemos afirmações, como "Onde há fumaça há fogo", ou "Não saia na chuva para não se resfriar". Avaliamos coisas e pessoas, dizendo, por exemplo, "Esta casa é mais bonita do que a outra" e "Maria está mais jovem do que Glorinha".

diálogos *filosóficos*

Felicidade e satisfação

Tanto a alegoria de Platão como [o filme] *Matrix* levantam a questão da felicidade, com a estrutura mais ampla da relação entre nossa experiência ou estado de espírito subjetivo e a realidade. É uma tese platônica que a verdadeira liberdade e a felicidade dependem do conhecimento do que é real; segundo essa visão, uma pessoa pode ter a ilusão de ser livre e feliz, mas ser de fato um escravo e infeliz. Essa mesma pessoa pode estar completamente enganada ao atribuir a si própria a felicidade, usando a frase: "Sou feliz". A felicidade deve ser semelhante ao conceito de saudável; também pode estar enganado quem diz "sou saudável", ainda que se sinta, pelo menos no momento, extremamente saudável, e não tem consciência [...] de um câncer não detectado. A tese é que a felicidade, a reflexão sobre o "eu" próprio e o mundo objetivo são inseparáveis. De modo semelhante, *Matrix* obviamente tem muito a ver com a questão do relacionamento entre nosso senso subjetivo do "eu" (eu sou livre, sou feliz) e a "realidade" das experiências que estamos vivendo.

GRISWOLD JR., Charles L. Felicidade e escolha de Cypher: a ignorância é felicidade? In: IRWIN, William (Org.). *Matrix:* bem-vindo ao deserto do real. São Paulo: Madras, 2002. p. 158-159.

Numa disputa, quando os ânimos estão exaltados, um dos oponentes pode gritar ao outro: "Mentiroso! Eu estava lá e não foi isso o que aconteceu", e alguém, querendo acalmar a briga, pode dizer: "Vamos pôr a cabeça no lugar, cada um seja bem objetivo e diga o que viu, porque assim todos poderão se entender".

Também é comum ouvirmos os pais e amigos dizerem que, quando o assunto é o namorado ou a namorada, não somos capazes de ver as coisas como elas são, que vemos o que ninguém vê e não vemos o que todo mundo está vendo. Dizem que somos "muito subjetivos". Ou, como diz o ditado, que "quem ama o feio, bonito lhe parece".

Frequentemente, quando aprovamos uma pessoa, o que ela diz, como age, dizemos que ela "é legal".

Vejamos um pouco mais de perto o que dizemos em nosso cotidiano.

Quando pergunto "Que horas são?" ou "Que dia é hoje?", minha expectativa é a de que alguém, tendo um relógio ou um calendário, me dê a resposta exata. Em que acredito quando faço a pergunta e aceito a resposta? Acredito que o tempo existe, que ele passa, que pode ser medido em horas e dias, que o que já passou é diferente de agora e o que virá também há de ser diferente deste momento, que o passado pode ser lembrado ou esquecido, e o futuro, desejado ou temido. **Assim, uma simples pergunta contém, *silenciosamente*, várias *crenças*.**

Por que crenças? Porque são coisas ou ideias em que acreditamos sem questionar, que aceitamos porque são óbvias, evidentes. Afinal, quem não sabe que ontem é diferente de amanhã, que o dia tem horas e que elas passam sem cessar?

Quando digo "ele está sonhando" para me referir a alguém que está acordado e diz ou pensa alguma coisa que julgo impossível ou improvável, tenho igualmente muitas crenças silenciosas: acredito que sonhar é diferente de estar acordado; que, no sonho, o impossível e o improvável se apresentam como possível e provável; e também que o sonho se relaciona com o irreal, enquanto a vigília se relaciona com o que existe realmente.

Acredito, portanto, que a realidade existe fora de mim e que posso percebê-la e conhecê-la tal como é; por isso, creio que sei diferenciar realidade de ilusão.

A frase "Ela ficou maluca" contém essas mesmas crenças e mais uma: a de que sabemos diferenciar a sanidade mental da loucura; que a sanidade mental se chama razão, que a razão se refere a uma realidade comum a todos, e que maluca é a pessoa que perde a razão e inventa uma realidade existente só para ela.

Quando alguém diz "onde há fumaça há fogo" ou "não saia na chuva para não se resfriar", afirma silenciosamente muitas crenças: acredita que existem relações de causa e efeito entre as coisas; que, se há uma coisa, certamente houve uma causa para ela, ou que essa coisa é causa de alguma outra (o fogo é causa e a fumaça é seu efeito; a chuva é causa do resfriado ou o resfriado é efeito da chuva). Acreditamos, assim, que a realidade é feita de causalidades; que as coisas, os fatos, as situações se encadeiam em relações de causa e efeito que podem ser conhecidas e, até mesmo, controladas por nós.

Shaun Curry/Agência France-Presse

A multidão anônima circula por entre relógios no Canary Wharf, centro financeiro de Londres, capital do Reino Unido, em 2008. O tempo faz parte de nossas crenças.

Exercendo nossa liberdade

Quando dizemos que uma casa é mais bonita do que a outra, ou que Maria está mais jovem do que Glorinha, acreditamos que as coisas, as pessoas, as situações, os fatos podem ser comparados e avaliados, julgados por sua qualidade (bonito, feio, bom, ruim, jovem, velho, engraçado, triste, limpo, sujo) ou por sua quantidade (muito, pouco, mais, menos, maior, menor, grande, pequeno, largo, estreito, comprido, curto). Julgamos, assim, que as qualidades e as quantidades existem, que podemos conhecê-las e usá-las em nossa vida.

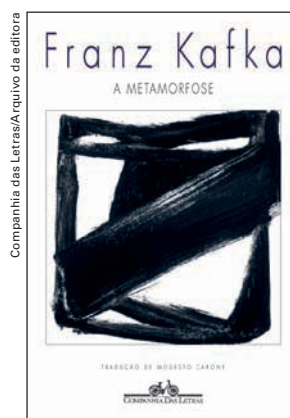
Se disséssemos, por exemplo, que "o Sol é maior do que o vemos", estamos acreditando que nossa percepção alcança as coisas de modos diferentes: às vezes tais como são em si mesmas (a folha deste livro, bem à nossa frente, é percebida como branca e, de fato, ela o é), outras vezes tais como nos parecem (o Sol, de fato, é maior do que o disco dourado que vemos ao longe). Assim, a percepção dependeria da distância, de nossas condições de visibilidade ou da localização e do movimento dos objetos. Por isso acreditamos que nossa visão pode ver as coisas diferentemente do que elas são, mas nem por isso diremos que estamos sonhando ou que ficamos malucos.

Acreditamos, assim, que vemos as coisas nos lugares em que elas estão ou do lugar em que estamos, e que a percepção visual varia de acordo com a distância entre eles e nós. Isso significa que acreditamos que elas e nós ocupamos lugares no espaço e, portanto, cremos que este existe, pode ser diferenciado (perto, longe, alto, baixo) e medido (comprimento, largura, altura).

Na briga, quando alguém chama o outro de mentiroso porque não estaria dizendo os fatos exatamente como eles aconteceram, está presente a nossa crença de que há diferença entre verdade e mentira. A primeira diz as coisas tais como são, a segunda faz o contrário, distorce a realidade. **No entanto, consideramos a mentira diferente do sonho, da loucura e do erro, porque o sonhador, o louco e o que erra se iludem involuntariamente, enquanto o mentiroso decide voluntariamente deformar a realidade.**

Com isso, acreditamos que o erro e a mentira são falsidades de ordens diferentes, porque somente na mentira há a decisão de falsear.

Ao diferenciarmos erro de mentira, considerando o primeiro uma ilusão ou um engano involuntários e a segunda uma decisão voluntária, manifestamos silenciosamente a crença de que somos seres dotados de vontade e que dela depende dizer a verdade ou a mentira.

Companhia das Letras/Arquivo da editora

Capa de edição brasileira de A metamorfose, *do escritor tcheco Franz Kafka, publicada pela editora Companhia das Letras. Nesta narrativa, escrita no início do século XX, o protagonista, Gregor Samsa, acorda certa manhã e se vê transformado em um inseto. As pessoas apreciam livros de ficção mesmo sabendo que eles trazem fatos que não são reais.*

Ao mesmo tempo, porém, nem sempre avaliamos a mentira como uma coisa ruim: não gostamos de ler romances, ver novelas, assistir a filmes? E não são mentira? É que também acreditamos que, quando alguém nos avisa que está mentindo, a mentira é aceitável, não seria uma mentira "pra valer".

Quando distinguimos verdade de mentira e distinguimos mentiras inaceitáveis de mentiras aceitáveis, não estamos apenas nos referindo ao conhecimento ou desconhecimento da realidade, mas também ao caráter da pessoa, à sua moral.

Acreditamos, portanto, que as pessoas, porque possuem vontade, podem ser morais ou imorais, pois cremos que a vontade é o poder de escolher entre o bem e o mal. **E, sobretudo, acreditamos que exercer tal poder é exercer a liberdade, pois acreditamos que somos livres porque escolhemos voluntariamente nossas ações, nossas ideias, nossos sentimentos.**

Conhecendo as coisas

Quando, na briga, uma terceira pessoa pede às outras duas que "ponham a cabeça no lugar" e sejam "objetivas", ou quando falamos que os namorados são incapazes de ver as coisas como são, que são "muito subjetivos", também manifestamos várias crenças silenciosas.

De fato, acreditamos que, quando alguém quer defender muito intensamente um ponto de vista, uma preferência, uma opinião e é até capaz de brigar por isso, pode "perder a objetividade" e se deixar guiar apenas pelos seus sentimentos. Da mesma maneira, acreditamos que os apaixonados se tornam incapazes de ver as coisas como são, de ter uma "atitude objetiva", e que sua paixão os faz ficar "muito subjetivos".

Em que acreditamos, então? Acreditamos que a objetividade se caracteriza por uma atitude imparcial, de

percepção e compreensão das coisas tais como são verdadeiramente, enquanto a subjetividade se caracterizaria por uma atitude parcial, pessoal, ditada por sentimentos variados (amor, ódio, medo, desejo).

Assim, não só acreditamos que a objetividade e a subjetividade existem, como ainda acreditamos que são diferentes: que a primeira percebe perfeitamente a realidade e não a deforma, enquanto a segunda não percebe adequadamente a realidade e, voluntária ou involuntariamente, a deforma.

Ao dizermos que alguém "é legal" porque tem os mesmos gostos, as mesmas ideias, porque respeita ou despreza as mesmas coisas que nós e tem atitudes, hábitos e costumes muito parecidos com os nossos, temos outra crença silenciosa. Estamos acreditando que a vida com as outras pessoas nos faz semelhantes ou diferentes em decorrência de normas e valores morais, políticos, religiosos e artísticos, regras de conduta, finalidades de vida.

Achamos óbvio que todos os seres humanos seguem regras e normas de conduta, possuem valores morais, religiosos, políticos, artísticos, vivem na companhia de seus semelhantes e procuram distanciar-se dos diferentes, ou seja, daqueles com os quais entram em conflito. **Acreditamos que somos seres sociais, morais e racionais, pois regras, normas, valores, finalidades só podem ser estabelecidos por seres conscientes e dotados de raciocínio.**

Como se pode notar, nossa vida cotidiana é toda feita de crenças silenciosas, da aceitação de coisas e ideias que nunca questionamos porque nos parecem naturais, óbvias. Cremos na existência do espaço e do tempo, na realidade exterior e na diferença entre realidade e sonho, assim como na diferença entre sanidade mental ou razão e loucura. Cremos na existência das qualidades e das quantidades. Cremos que somos seres racionais capazes de conhecer as coisas e por isso acreditamos na existência da verdade e na diferença entre verdade e mentira; cremos também na objetividade e na diferença entre ela e a subjetividade. Cremos na existência da vontade e da liberdade e por isso cremos na existência do bem e do mal, crença que nos faz aceitar como perfeitamente natural a existência da moral e da religião. Cremos também que somos seres que naturalmente precisam de seus semelhantes e por isso tomamos como um fato óbvio e inquestionável a existência da sociedade com suas regras, normas, permissões e proibições. Haver sociedade é, para nós, tão natural quanto haver Sol, Lua, dia, noite, chuva, rios, marés, céu e florestas.

E se não for bem assim?

Quando, em *Matrix*, Neo pergunta "Onde estamos?", Morfeu lhe diz que a pergunta está equivocada, pois o correto seria perguntar "Quando estamos?". Ou seja, Neo pergunta pelo lugar ou pela realidade espacial – **onde** –, mas teria de perguntar pela realidade temporal – **quando**.

Ao revelar-lhe que não estão vivendo no ano de 1999, e sim no século XXI, Morfeu pode mostrar a Neo onde eles realmente estão vivendo: num mundo destruído e arruinado, vazio de coisas e de pessoas, pois todos os seres humanos estão aprisionados no interior da Matrix. O que Neo julgava ser o mundo real é pura ilusão e aparência.

Para fazê-lo compreender o que se passa, Morfeu (como sua origem mitológica indica) faz com que tudo mude de forma, cor, tamanho, lugar e tempo incessante e velozmente, de maneira que Neo tenha de perguntar se o espaço e o tempo de fato existem.

Quando é levado ao oráculo, Neo presencia fatos surpreendentes: vê crianças realizando prodígios, como entortar e desentortar uma colher sem tocar nela, ou manter cubos soltos no ar e em movimento sem neles tocar. Perante sua surpresa, a criança que entorta e desentorta a colher lhe diz simplesmente: "A colher não existe". Neo está diante de uma contradição entre visão e realidade: o que ele vê não existe e o que existe não é visto por ele.

Alexandre Tokitaka/Pulsar Imagens

Indicação, em vagão do metrô da cidade de São Paulo, de assento preferencial para passageiros em condições especiais. A vida em sociedade pressupõe a existência de regras e convenções baseadas em nossas crenças silenciosas.

Em vista da perplexidade de Neo, o oráculo lhe mostra a inscrição sobre a porta – “Conhece-te a ti mesmo” –, indicando-lhe que, antes de tentar resolver os enigmas do mundo externo, será mais proveitoso que comece compreendendo-se a si mesmo.

Quantas vezes não passamos por situações desse tipo, que nos levam a desconfiar ora das coisas, ora de nós mesmos, ora dos outros?

Cremos que nossa vontade é livre para escolher entre o bem e o mal. Cremos também na necessidade de obedecer às normas e às regras de nossa sociedade. Porém, o que acontece quando, numa situação, nossa vontade nos indica que é bom fazer ou querer algo que nossa sociedade proíbe ou condena? Ou, ao contrário, quando nossa vontade julga que será um mal e uma injustiça querer ou fazer algo que nossa sociedade exige ou obriga? **Há momentos em que vivemos um conflito entre o que nossa liberdade deseja e o que nossa sociedade determina e impõe.**

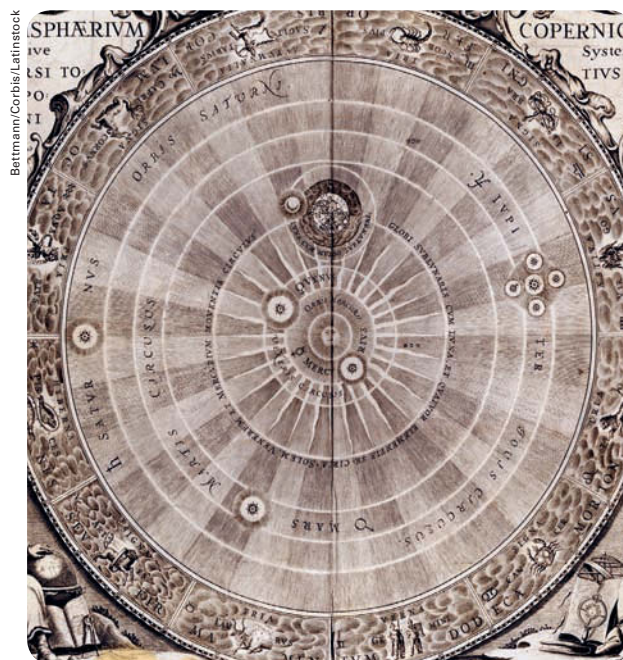
Cremos na existência do tempo, isto é, num transcorrer que não depende de nós, e cremos que podemos medi-lo com instrumentos, como o relógio e o cronômetro. No entanto, quando estamos à espera de alguma coisa muito desejada ou de alguém muito querido, o tempo parece não passar; olhamos para o relógio e nele o tempo está passando, sem corresponder ao nosso sentimento de que está quase parado.

Ao contrário, se estamos numa situação de muita satisfação (uma festa, um encontro amoroso, um passeio com amigos queridos), o tempo passa velozmente, ainda que o relógio mostre que se passaram várias horas.

Vemos que o Sol nasce a leste e se põe a oeste; que sua presença é o dia e sua ausência é a noite. Nossos olhos nos fazem acreditar que o Sol se move à volta da Terra e que esta permanece imóvel. No entanto, a astronomia demonstra que não é isso que acontece. A Terra é um planeta num sistema cuja estrela central se chama Sol e, juntamente com outros planetas, se move à volta do Sol, num movimento de translação.

Além desse movimento, ela ainda realiza outro, o de rotação em torno de seu eixo invisível. O movimento de translação explica a existência do ano, e o de rotação, a existência do dia e da noite. Assim, há uma contradição entre nossa crença na imobilidade da Terra e a informação astronômica sobre os movimentos terrestres.

Esses exemplos assemelham-se às experiências e desconfianças de Neo: por um lado, tudo parece certinho e como tem de ser; por outro, parece que tudo poderia estar errado ou ser ilusão. Temos a crença na liberdade, mas somos dominados pelas regras de nossa sociedade. Temos a experiência do tempo parado ou do tempo ligeiro, mas o relógio não comprova essa experiência. Temos a percepção do Sol e das estrelas em movimento à volta da Terra imóvel, mas a astronomia nos ensina o contrário.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Detalhe do planisfério do sistema heliocêntrico, elaborado pelo astrônomo e matemático polonês Nicolau Copérnico. Ao defender a tese de que não era a Terra o centro do Universo, mas sim o Sol, em seu livro Sobre as revoluções das órbitas celestes *(1543), Copérnico desafiou as crenças de sua época.*

Momentos de crise

Esses conflitos entre várias de nossas crenças e um saber estabelecido indicam a principal circunstância em que somos levados a mudar de atitude. **Quando uma crença contradiz outra ou parece incompatível com outra, ou quando aquilo em que sempre acreditamos é contrariado por outra forma de conhecimento, entramos em crise.**

Algumas pessoas se esforçam para fazer de conta que não há nenhum problema e vão levando a vida como se tudo estivesse “muito bem, obrigado”. Outras, porém, sentem-se impelidas a indagar qual é a origem, o sentido e a realidade de nossas crenças.

É assim que o conflito entre minha vontade e as regras de minha sociedade me levam à seguinte questão: “Sou livre quando quero ou faço algo que contraria

minha sociedade, ou sou livre quando domino minha vontade e a obrigo a aceitar o que minha sociedade determina?".

Ou seja, sou livre quando sigo minha vontade ou quando sou capaz de controlá-la? Ora, para responder a essa questão precisamos fazer outras perguntas, mais profundas. Temos de perguntar: "O que é a liberdade?", "O que é a vontade?", "O que é a sociedade?", "O que são o bem e o mal, o justo e o injusto?".

É assim também que as experiências do tempo parado e do tempo veloz e a do tempo marcado pelo relógio nos levam a indagar: "Como é possível que haja duas realidades temporais diferentes, a marcada pelo relógio e a vivida por nós?", "Qual é o tempo real e verdadeiro?". Para responder a essas perguntas, novamente é preciso fazer uma pergunta mais profunda: "O que é o tempo?".

Da mesma maneira, a diferença entre nossa percepção da imobilidade da Terra e mobilidade do Sol e o que ensina a astronomia leva-nos a perguntar: "Se não percebemos os movimentos da Terra e se nossos olhos se enganam tão profundamente, será que poderemos sempre confiar em nossa percepção visual ou deveremos sempre desconfiar dela?", "Será que percebemos as coisas como realmente são?".

Para responder a essas perguntas, precisamos fazer duas outras, mais profundas: "O que é perceber?" e "O que é realidade?".

O que está por trás de tais perguntas? Uma mudança de atitude. **Quando o que era objeto de crença aparece como algo contraditório ou problemático e, por isso, se transforma em indagação ou interrogação, estamos passando da atitude costumeira à *atitude filosófica*.**

Essa mudança de atitude indica algo bastante preciso: quem não se contenta com as crenças ou opiniões preestabelecidas, quem percebe contradições e incompatibilidades entre elas, quem procura compreender o que elas são e por que são problemáticas está exprimindo um desejo, o **desejo de saber**. E é exatamente isso o que, na origem, a palavra *filosofia* significa, pois, em grego, *philosophía* quer dizer 'amor à sabedoria'.

Buscando a saída da caverna ou a atitude filosófica

Imaginemos, portanto, alguém que tomasse a decisão de não aceitar as opiniões estabelecidas e começasse a fazer perguntas que os outros julgam estranhas e inesperadas. Em vez de "Que horas são?" ou "Que dia é hoje?", perguntasse: "O que é o tempo?". Em vez de dizer "Está sonhando" ou "Ficou maluca", quisesse saber: "O que é o sonho, a loucura, a razão?".

Suponhamos que essa pessoa fosse substituindo suas afirmações por perguntas e, em vez de dizer "Onde há fumaça, há fogo" ou "Não saia na chuva para não ficar resfriado", perguntasse "O que é causa?", "O que é efeito?". Ou se, em lugar de dizer "Seja objetivo" ou "Eles são muito subjetivos", perguntasse "O que é a objetividade?", "O que é a subjetividade?"; e ainda, se, em vez de afirmar "Esta casa é mais bonita do que a outra", perguntasse "O que é 'mais'?", "O que é 'menos'?", "O que é o belo?".

Se, em vez de gritar "Mentiroso!", questionasse: "O que é a verdade?", "O que é o falso?", "O que é o erro?", "O que é a mentira?", "Quando existe verdade e por quê?", "Quando existe ilusão e por quê?".

Se, em vez de falar na subjetividade dos namorados, indagasse: "O que é o amor?", "O que é o desejo?", "O que são os sentimentos?".

Se, em lugar de discorrer tranquilamente sobre "maior" e "menor" ou "claro" e "escuro", resolvesse investigar: "O que é a quantidade?", "O que é a qualidade?".

E se, em vez de afirmar que gosta de alguém porque esse alguém possui as mesmas ideias que ela, os mesmos gostos, as mesmas preferências e os mesmos valores, preferisse analisar: "O que é um valor?", "O que é um valor moral?", "O que é um valor artístico?", "O que é a moral?", "O que é a vontade?", "O que é a liberdade?".

Alguém que tomasse essa decisão estaria se distanciando da vida cotidiana e de si mesmo, pois estaria indagando o que são as crenças e os sentimentos que alimentam, silenciosamente, nossa existência.

Ao tomar essa distância, estaria interrogando a si mesmo, desejando conhecer por que cremos no que cremos, por que sentimos o que sentimos e o que são nossas crenças e nossos sentimentos. Esse alguém estaria começando a cumprir o que dizia o oráculo de Delfos: "Conhece-te a ti mesmo". E estaria passando a adotar a atitude filosófica.

Assim, uma primeira resposta à pergunta "O que é filosofia?" poderia ser: "A decisão de não aceitar como naturais, óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido".

a filosofia nas entrelinhas

Pedro Martinelli/Arquivo da editora

Punks empurram carrinhos de bebê em rua de Londres, capital do Reino Unido, nos anos 1980.

Como você verá mais detidamente no próximo capítulo, a filosofia não se restringe às ideias abstratas, muito menos se volta apenas a si mesma. Tudo em nossa realidade de alguma forma se relaciona com a filosofia, incluindo aquilo que as demais disciplinas estudam. Comece a prestar atenção nisso. Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, História, Geografia e Sociologia, e com o tema transversal Pluralidade Cultural.

Durante os anos 1960 e 1970, a desilusão com as sociedades comunistas e as guerras decorrentes do plano de expansão da influência dos países capitalistas pelo globo gerou insatisfação entre os jovens de todo o mundo. Isso despertou na juventude um desejo de manifestar suas discordâncias em relação às ideologias e normas de comportamento dominantes. Nesse período, nascem os movimentos da contracultura, como o *punk*. Surgido em fins dos anos 1970, com manifestações na música, nas artes plásticas, na moda, na literatura, entre outras formas de expressão, o movimento *punk* caracterizou-se pela negação dos valores tradicionais da sociedade.

1. Faça uma pesquisa sobre os movimentos de contracultura (especialmente o *punk*) e sobre o contexto histórico-geográfico no qual ele se inseria. Nessa pesquisa:
   a) identifique os fatores históricos, socioeconômicos e geopolíticos que motivaram a criação desse movimento;
   b) relacione os dados de sua pesquisa com a crença silenciosa de que a vida com as outras pessoas nos faz semelhantes ou diferentes em decorrência de normas e valores morais, políticos, religiosos e artísticos, entre outros fatores.

2. Escreva um pequeno texto com os passos da pesquisa feita na atividade anterior e suas conclusões. Depois, leve-o para discussão em sala de aula.

atividades

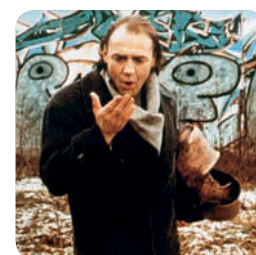
1. Você assistiu ao primeiro filme da série *Matrix*? Se sim, responda: que paralelos podemos estabelecer entre a personagem Neo e o filósofo Sócrates?
2. Por que Sócrates é considerado o "patrono da filosofia"?
3. O que Platão quis representar no Mito da Caverna? Faça uma relação entre o mito e o filme *Matrix*.
4. Explique o que são as nossas crenças costumeiras. Dê outros exemplos de crenças que reproduzimos no cotidiano.
5. De acordo com o que foi estudado no capítulo, em que momento passamos da atitude costumeira à atitude filosófica?

INDICAÇÃO DE FILME

Asas do desejo

Direção de Wim Wenders, Alemanha, 1987.

Por serem anjos, Cassiel e Daniel assistem às desventuras terrenas sem poder conhecer os sentimentos humanos. Ao se apaixonar por uma bela trapezista de circo, Daniel fica em dúvida sobre assumir a forma humana para poder consumar seu desejo.

The Ronald Grant Archive/DIOMEDIA

Cena do filme Asas do desejo *(Alemanha, 1987), dirigido por Wim Wenders.*

CAPÍTULO

2

O que é a filosofia?

Podemos dizer que a filosofia se constitui quando os seres humanos começam a exigir provas e justificações *racionais* que validem ou invalidem as crenças cotidianas.

Por que racionais? Por três motivos:

- **porque racional significa argumentado, debatido e compreendido;**
- **porque racional significa que, ao argumentar e debater, queremos conhecer as condições e os pressupostos de nossos pensamentos e os dos outros;**
- **porque racional significa respeitar certas regras de coerência do pensamento para que um argumento ou um debate tenham sentido. Deste modo, é possível chegar a conclusões que podem ser compreendidas, discutidas, aceitas e respeitadas por outros.**

Estudante expõe seus argumentos em assembleia de alunos da Universidade de Brasília, em 2012.

A atitude crítica

A primeira característica da atitude filosófica é *negativa*, isto é, um dizer não aos "pré-conceitos", aos "pré-juízos", aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que "todo mundo diz e pensa", ao estabelecido. Em outras palavras, é tomar distância de nossas crenças para poder interrogar quais são suas causas e qual é seu sentido.

A segunda característica da atitude filosófica é *positiva*, isto é, uma interrogação sobre o que são as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre o porquê e o como disso tudo e de nós próprios.

- "O que é?"
- "Por que é?"
- "Como é?"

Essas são as indagações fundamentais da atitude filosófica.

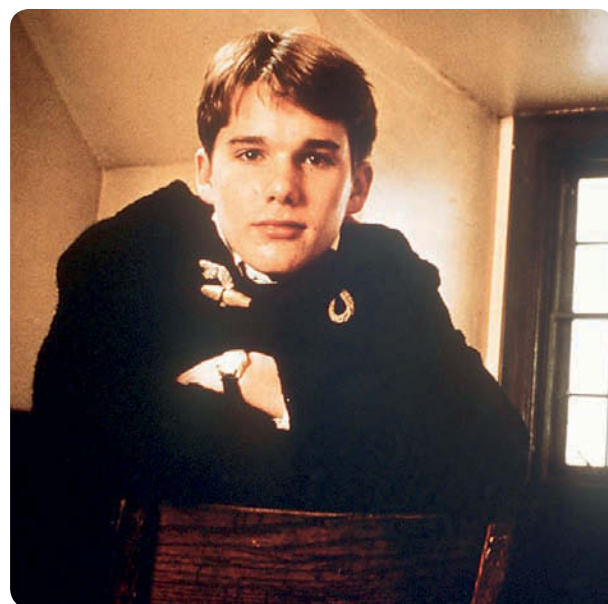
A face negativa e a face positiva da atitude filosófica constituem o que chamamos de *atitude crítica*. Por que **crítica**? Em geral, julgamos que a palavra *crítica* significa 'ser do contra', dizer que tudo vai mal, que tudo está errado, que tudo é feio ou desagradável. Crítica lembra mau humor, coisa de gente chata ou pretensiosa que acha que sabe mais que os outros. Mas não é isso que essa palavra quer dizer.

***Crítica* provém do grego e tem três sentidos principais: 'capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente'; 'exame racional, sem preconceito e sem prejulgamento de todas as coisas'; 'atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica'.** A atitude filosófica é uma atitude crítica porque apresenta esses três significados da noção de crítica. Esta, por sua vez, é inseparável da noção de racional, que vimos anteriormente.

A filosofia começa dizendo não às crenças e aos preconceitos do dia a dia para que eles possam ser avaliados racional e criticamente. Para a filosofia, não sabemos o que imaginávamos saber – ou, como dizia Sócrates, começamos a buscar o conhecimento quando somos capazes de dizer: "Só sei que nada sei".

Para Platão, discípulo de Sócrates, a filosofia começa com a *admiração*. Já Aristóteles, discípulo de Platão, escreve que a filosofia começa com o *espanto*. *Admiração* e *espanto* significam que reconhecemos nossa ignorância e, exatamente por isso, podemos superá-la.

Nós nos espantamos quando usamos o pensamento para tomar distância do nosso mundo costumeiro, olhando-o como se nunca o tivéssemos visto antes. Seria como se tivéssemos acabado de nascer para o mundo e para nós mesmos e precisássemos perguntar *o que é*, *por que é* e *como é* o mundo, e também *o que somos*, *por que somos* e *como somos*.

A filosofia inicia sua investigação num momento muito preciso: naquele instante em que abandonamos nossas certezas cotidianas e não dispomos de nada para substituí-las. Em outras palavras, a filosofia se interessa por aquele instante em que a *realidade natural* (o mundo das coisas) e a *realidade histórico-social* (o mundo dos seres humanos) tornam-se estranhas, espantosas, incompreensíveis e enigmáticas, quando as opiniões estabelecidas já não nos podem satisfazer.

Top Foto/Grupo Keystone

O ator Ethan Hawke como o estudante Todd Anderson em cena do filme Sociedade dos poetas mortos *(Estados Unidos, 1989), do diretor Peter Weir. Incentivado por um novo professor, John Keating (Robin Williams), Todd passa a questionar as crenças cotidianas.*

Ou seja, a filosofia se volta preferencialmente para os *momentos de crise* no pensamento, na linguagem e na ação, pois é neles que se torna mais clara a exigência de fundamentar ideias, discursos e práticas.

Cada um de nós, quando tem desejo de saber, vai em direção à atitude filosófica ao perceber contradições, incoerências, ambiguidades ou incompatibilidades entre nossas crenças cotidianas. Também a filosofia tem especial interesse pelos momentos de crise ou momentos críticos. Nesses momentos, os sistemas religiosos, éticos, políticos, científicos e artísticos estabelecidos apresentam contradições internas ou contradizem-se uns aos outros. Para superar esse impasse, buscam transformações e mudanças cujo sentido ainda não está claro e precisa ser compreendido.

Para que filosofia?

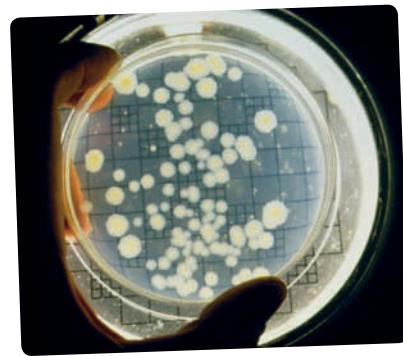
Ora, muitos fazem outra pergunta: "Afinal, para que filosofia?". É uma pergunta interessante. Não vemos nem ouvimos ninguém perguntar, por exemplo, "Para que matemática ou física?", "Para que geografia ou geologia?", "Para que biologia ou psicologia?", "Para que astronomia ou química?", "Para que pintura, literatura, música ou dança?". Mas todo mundo acha muito natural perguntar: "Para que filosofia?".

Em geral, essa pergunta costuma receber uma resposta irônica, conhecida dos estudantes de filosofia: "A filosofia é uma ciência com a qual e sem a qual o mundo permanece tal e qual". Ou seja, a filosofia não serve para nada. Por isso, costuma-se chamar de "filósofo" alguém sempre distraído, com a cabeça no mundo da lua, pensando e dizendo coisas que ninguém entende e que são completamente inúteis.

Essa pergunta, "Para que filosofia?", tem a sua razão de ser. **Em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática muito visível e de utilidade imediata.** Quando se pergunta "Para quê?", o que se pergunta é: "Qual a utilidade?", "Que uso proveitoso ou vantajoso posso fazer disso?".

Eis por que ninguém pergunta "Para que as ciências?", pois todo mundo imagina ver a utilidade das ciências nos produtos da **técnica**. Todo mundo também imagina ver a utilidade das artes, tanto por causa da compra e venda das obras de arte quanto porque nossa sociedade vê os artistas como gênios que merecem ser valorizados (ao mesmo tempo que, paradoxalmente, é capaz de rejeitá-los se suas obras forem verdadeiramente revolucionárias e inovadoras, pois, nesses casos, eles não são "úteis" para a manutenção do poder estabelecido).

técnica
Palavra derivada do grego, indica o 'conjunto de práticas de uma profissão ou arte'. Portanto, o *produto da técnica* é o resultado material da aplicação de uma série de regras, geralmente para transformar um elemento natural em outro artificial. Uma vacina, por exemplo, é um produto da técnica (no caso, associada às ciências biológicas).

Colônia de bactérias causadoras da tuberculose usadas na produção de vacina genética contra essa doença.
H. Raget/SPL/Stock Photos/Latinstock

Ninguém, todavia, consegue perceber para que serviria a filosofia. Parece que o senso comum não enxerga algo que os cientistas sabem muito bem. As ciências pretendem ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento; pretendem agir sobre a realidade por meio de instrumentos e objetos técnicos; pretendem fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os.

Ora, todas essas pretensões das ciências pressupõem que elas admitem a existência da verdade, a necessidade de procedimentos corretos para bem usar o pensamento, o estabelecimento da tecnologia como aplicação prática de teorias. Sobretudo, pressupõem que elas confiam na racionalidade dos conhecimentos.

Verdade, pensamento racional, procedimentos especiais para conhecer fatos, aplicação prática de conhecimentos teóricos, correção e acúmulo de saberes: esses propósitos das ciências não são científicos, são filosóficos e dependem de questões filosóficas. O cientista parte deles como questões já respondidas, mas é a filosofia que as formula e busca respostas para elas.

Assim, o trabalho das ciências pressupõe o trabalho da filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo. No entanto, como apenas os cientistas e os filósofos sabem disso, a maioria das pessoas continua afirmando que a filosofia não serve para nada.

Quem é o filósofo?

Reconhece-se o filósofo naquele que tem inseparavelmente o gosto pela evidência e o senso da ambiguidade [...], naquele que faz um movimento que, sem cessar, o reconduz do saber à ignorância, da ignorância ao saber, e uma espécie de repouso nesse movimento [...] sua ambiguidade é apenas uma maneira de colocar em palavras aquilo que cada homem sabe muito bem: o valor dos momentos em que sua vida se renova, se retoma, se compreende, quando seu mundo privado se ultrapassa e se torna mundo comum. [...] Não há diferença entre o filósofo e o homem senão esta: o filósofo é o homem que desperta e fala, e o homem contém silenciosamente os paradoxos da filosofia porque, para ser inteiramente homem, é preciso ser um pouco mais e um pouco menos homem.

diálogos *filosóficos*

MERLEAU-PONTY, Maurice. Eloge de la philosophie [Elogio da filosofia]. In: *Eloge de la philosophie et autres essais* [Elogio da filosofia e outros ensaios]. Paris: Gallimard, 1960. p. 10-11 e p. 73. Texto traduzido.

Para além da utilidade

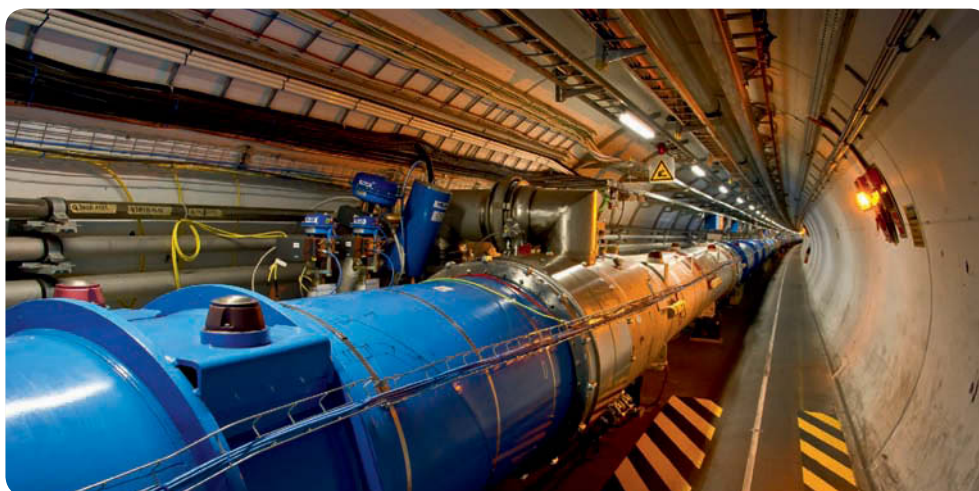
Muitos consideram que é preciso determinar claramente o uso que se pode fazer da filosofia. Dizem, então, que, de fato, a filosofia não serve para nada, se "servir" for entendido como fazer usos técnicos dos produtos filosóficos ou obter lucros com eles. Consideram também que a parte principal ou mais importante da filosofia nada tem a ver com as ciências e as técnicas.

Para quem pensa dessa forma, o interesse da filosofia não estaria nos conhecimentos (que ficam por conta da ciência) nem nas aplicações práticas das teorias (que ficam por conta da tecnologia), mas nos ensinamentos morais ou éticos.

A filosofia seria a arte do bem viver ou da vida correta e virtuosa. Estudando as paixões e os vícios humanos, a liberdade e a vontade, analisando a capacidade de nossa razão para impor limites aos nossos desejos e paixões, ensinando-nos a viver de modo honesto e justo na companhia dos outros seres humanos, a filosofia teria como finalidade ensinar-nos a virtude.

Essa definição da filosofia, porém, não nos ajuda muito. De fato, mesmo para ser uma arte do bem viver, a filosofia continua fazendo suas perguntas desconcertantes e embaraçosas: "O que é o homem?", "O que é a vontade?", "O que é a paixão?", "O que é a razão?", "O que é o vício?", "O que é a virtude?", "O que é a liberdade?", "Como nos tornamos livres, racionais e virtuosos?", "Por que a liberdade e a virtude são valores para os seres humanos?", "O que é um valor?", "Por que avaliamos os sentimentos e as ações humanas?".

Assim, mesmo que disséssemos que o objeto da filosofia não é o conhecimento da realidade nem o conhecimento da nossa capacidade para conhecer, mesmo que disséssemos que o objeto da filosofia é apenas a vida moral ou ética, o estilo filosófico e a atitude filosófica permaneceriam os mesmos, pois as perguntas filosóficas – *o quê, por quê, como* – permanecem.

Maximilien Brice/2011 CERN

Acelerador de partículas LHC, do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (Cern), instalado em 2008 em um túnel na fronteira entre a França e a Suíça. O aparelho é usado em pesquisas sobre a partícula de Higgs, que teria sido responsável pela ordenação do Universo. O trabalho das ciências pressupõe o da filosofia. Foto de 2011.

Atitude filosófica: indagar

Se, por enquanto, deixarmos de lado os objetos com os quais a filosofia se ocupa, veremos que a atitude filosófica mantém algumas características independentemente do conteúdo investigado. Essas características são:

- perguntar *o que é* (uma coisa, um valor, uma ideia, um comportamento) – a filosofia pergunta qual é a realidade e qual é a significação de algo;
- perguntar *como é* (uma coisa, uma ideia, um valor, um comportamento) – a filosofia indaga como é a estrutura ou o sistema de relações que constitui a realidade de algo;
- perguntar *por que é* (uma coisa, uma ideia, um valor, um comportamento) – por que algo existe, qual é a origem ou a causa de uma coisa, de uma ideia, de um valor, de um comportamento.

A atitude filosófica inicia-se quando essas indagações são dirigidas ao mundo que nos rodeia e às relações que mantemos com ele. Pouco a pouco, descobre-se que essas questões pressupõem a figura daquele que interroga e exigem que seja explicada a tendência do ser humano de interrogar o mundo e a si mesmo com o desejo de conhecê-lo e conhecer-se. **Em outras palavras, a filosofia compreende que precisa conhecer nossa capacidade de conhecer, que precisa pensar sobre nossa capacidade de pensar.**

Por isso, pouco a pouco as perguntas da filosofia se dirigem ao próprio pensamento: “O que é pensar?”, “Como é pensar?”, “Por que há o pensar?”. A filosofia torna-se, então, o pensamento interrogando-se a si mesmo. Portanto, a filosofia se realiza como reflexão ou, seguindo o oráculo de Delfos, busca realizar o “Conhece-te a ti mesmo”.

A reflexão filosófica

A reflexão filosófica é o movimento pelo qual o pensamento, examinando o que é pensado por ele, volta-se para si mesmo como fonte do que foi pensado. É a concentração mental em que o pensamento busca examinar, compreender e avaliar suas próprias ideias, vontades, desejos e sentimentos.

reflexão
Palavra empregada na física para descrever o movimento de propagação de uma onda luminosa ou sonora quando, na passagem de um meio para outro, encontra um obstáculo e retorna ao meio de onde partiu. É esse retorno ao ponto de partida que é conservado quando a palavra é usada na filosofia.

Allen Ginsberg/Corbis/Latinstock

Autorretrato do poeta Allen Ginsberg em quarto de hotel em Vilnius, na Lituânia, feito em 1985.

A reflexão filosófica é *radical*, pois vai à *raiz* do pensamento. Não somos, porém, somente seres pensantes. Somos também seres que agem no mundo, que se relacionam com os outros seres humanos, com os animais, as plantas, as coisas, os fatos e acontecimentos. Exprimimos essas relações tanto por meio da linguagem e dos gestos como por meio de ações, comportamentos e condutas.

A reflexão filosófica também se volta para compreender o que se passa em nós nessas relações que mantemos com a realidade circundante. Organiza-se em torno de três grandes conjuntos de questões:

1. Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os motivos, as razões e as causas para pensarmos o que pensamos, dizermos o que dizemos, fazermos o que fazemos?
2. O que queremos pensar quando pensamos, o que queremos dizer quando falamos, o que queremos fazer quando agimos? Isto é, qual é o conteúdo ou o sentido do que pensamos, dizemos e fazemos?
3. Para que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos, fazemos o que fazemos? Isto é, qual é a intenção ou a finalidade do que pensamos, dizemos e fazemos?

Essas três questões têm como objetos de indagação o pensamento, a linguagem e a ação, e podem ser resumidas em “O que é pensar?”, “O que é falar?” e “O que é agir?”. Elas nos conduzem, necessariamente, à seguinte pergunta: “O que pensamos, dizemos e fazemos em nossas crenças cotidianas constitui ou não um pensamento verdadeiro, uma linguagem coerente e uma ação dotada de sentido?”.

Como vimos, a atitude filosófica dirige-se ao mundo que nos rodeia e aos seres humanos que nele vivem e com ele se relacionam. É um saber sobre a realidade exterior ao pensamento.

Já a reflexão filosófica se dirige ao pensamento, à linguagem e à ação. São perguntas sobre a capacidade e a finalidade de conhecer, falar e agir próprias dos seres humanos. É um saber sobre a realidade interior aos seres humanos.

Filosofia: um pensamento sistemático

As indagações fundamentais da atitude filosófica e da reflexão filosófica não se realizam ao acaso, segundo as preferências e opiniões de cada um. A filosofia não é feita de "achismos" nem é pesquisa de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa. As indagações filosóficas se realizam de modo **sistemático**.

Que significa isso? Significa dizer que a filosofia:

- trabalha com enunciados precisos e rigorosos;
- busca encadeamentos lógicos entre os enunciados;
- utiliza conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova;
- exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado.

Somente assim a reflexão filosófica pode fazer com que nossas crenças e opiniões alcancem uma visão crítica de si mesmas. Não se trata de dizer "eu acho que", mas de poder afirmar "eu penso que".

O conhecimento filosófico é um trabalho intelectual. É sistemático porque não se contenta em obter respostas para as questões que se apresentam, mas exige que as próprias questões sejam válidas e que as respostas sejam verdadeiras, estejam relacionadas entre si, esclareçam umas às outras, formem conjuntos coerentes de ideias e significações, sejam provadas e demonstradas racionalmente.

Quando alguém diz "Esta é a minha filosofia" ou "Isso é a filosofia de fulana ou de fulano" ou, ainda, "Esta é a filosofia da empresa", engana-se e não se engana ao mesmo tempo. Engana-se, pois imagina que, para "ter uma filosofia", basta possuir um conjunto de ideias e princípios mais ou menos coerentes sobre todas as coisas e pessoas. E não se engana porque percebe, ainda que confusamente, uma característica nas ideias e nos princípios que o leva a dizer que são "uma filosofia": a ligação necessária entre certas ideias e entre certos comportamentos, bem como as relações entre essas ideias e esses comportamentos. Ou seja, pressente-se que a filosofia opera sistematicamente, com coerência e lógica.

sistema
Palavra de origem grega; significa 'um todo cujas partes estão ligadas por relações de concordância interna'. No caso do pensamento, significa um conjunto de ideias internamente articuladas e relacionadas de forma coerente, graças a princípios comuns ou a certas regras e normas de argumentação e demonstração.

Em busca de uma definição da filosofia

Quando começamos a estudar filosofia, somos logo levados a buscar o que ela é. Nossa primeira surpresa surge ao descobrirmos que não há apenas uma definição da filosofia, mas várias. A segunda surpresa ocorre quando percebemos que, além de várias, as definições aparentemente não podem ser reunidas numa só e mais ampla. Eis por que muitos, cheios de perplexidade, indagam: "Afinal, o que é a filosofia, que nem sequer consegue dizer o que ela é?".

Uma primeira aproximação nos mostra pelo menos quatro definições gerais do que seria a filosofia:

1. **Visão de mundo de um povo, de uma civilização ou de uma cultura.** Nessa definição, a filosofia corresponderia, de modo vago e geral, ao conjunto de ideias, valores e práticas pelos quais uma sociedade apreende e compreende o mundo e a si mesma. Com base nisso, essa sociedade define para si o tempo e o espaço, o sagrado e o profano, o bom e o mau, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o possível e o impossível, o **contingente** e o **necessário**.
   Qual o problema dessa definição? Por um lado, ela se parece com a noção de "minha filosofia" ou "a filosofia da empresa"; por outro, ela é tão genérica e ampla que não permite, por exemplo, distinguir entre filosofia e religião, filosofia e arte, filosofia e ciência. Na verdade, essa definição identifica filosofia e cultura, pois esta última é uma visão de mundo coletiva que se exprime em ideias, valores e práticas de uma sociedade.
   A definição, portanto, não alcança a especificidade do trabalho filosófico. Por isso, só podemos aceitá-la como uma expressão que contém ou indica alguns aspectos que poderão entrar na definição de filosofia.

Yoshikazu Tsuno/Agência France-Presse

Cerimônia xintoísta de purificação em Tóquio, capital do Japão, na véspera do Ano-Novo, em 2012. A visão de mundo de uma cultura define para sua sociedade o bom e o mau, o verdadeiro e o falso, mas não se baseia nos mesmos procedimentos do trabalho filosófico.

2. **Sabedoria de vida.** A filosofia seria a atividade de algumas pessoas que pensam sobre a vida moral, dedicando-se à contemplação do mundo e dos outros seres humanos para aprender e ensinar os outros a controlar seus desejos, sentimentos e impulsos e a dirigir sua vida de modo ético e sábio.

   A filosofia seria, nessa definição, uma escola de vida ou uma arte do bem viver; seria uma contemplação do mundo e das pessoas para nos conduzir a uma vida justa, sábia e feliz, ensinando-nos o domínio sobre nós mesmos, sobre nossos impulsos, desejos e paixões. Essa definição nos diz, de modo vago, o que se espera da filosofia (a sabedoria interior), mas não o que é e o que faz a filosofia. Por isso, também não podemos aceitá-la, mas apenas reconhecer que nela está presente um dos aspectos do trabalho filosófico.

3. **Esforço racional para conceber o Universo como uma totalidade ordenada e dotada de sentido.** Nessa definição, atribui-se à filosofia a tarefa de conhecer a realidade inteira, provando que o Universo é uma totalidade ordenada por relações de causa e efeito, e que essa totalidade é racional, ou seja, possui sentido e finalidade compreensíveis ao pensamento humano.

   Os que adotam essa definição precisam começar distinguindo entre filosofia e religião e até mesmo opondo uma à outra. Embora ambas possuam o mesmo objeto (compreender o Universo), a primeira o faz por meio do esforço racional, enquanto a segunda, por meio da confiança (fé) numa revelação divina. Ou seja, a filosofia procura discutir até o fim o sentido e o fundamento da realidade, enquanto a religião se baseia num dado primeiro e inquestionável pela razão humana, que é a revelação divina.

   Pela fé, a religião aceita princípios indemonstráveis e até aqueles considerados irracionais pelo pensamento, enquanto a filosofia não admite a indemonstrabilidade e a irracionalidade de coisa alguma. Pelo contrário, o pensamento filosófico procura explicar e compreender mesmo o que parece irracional e inquestionável.

   Essa terceira definição também é problemática porque dá à filosofia a tarefa de oferecer uma explicação e uma compreensão totais do Universo. Sabemos, hoje, que essa tarefa é impossível. É verdade que, nos seus primórdios, a filosofia se apresentava como uma explicação total sobre a realidade, pois ela não só viera substituir a explicação religiosa, como também constituía o conjunto de todas as ciências teóricas e práticas (não havia distinção entre filosofia e ciência).

   Porém, há nos dias de hoje pelo menos duas limitações a essa pretensão totalizadora: em primeiro lugar, a filosofia e as ciências foram se separando no decorrer da história. Aliás, o próprio saber científico

se dividiu em vários saberes particulares, cada qual com seu campo de investigação e de explicação de um aspecto da realidade. Em outras palavras, a filosofia compartilha a explicação da realidade com as ciências e as artes, pois cada uma delas define um aspecto e um campo da realidade para estudo (no caso das ciências) e para a expressão (no caso das artes), não sendo admissível que uma única disciplina teórica abranja sozinha a totalidade dos conhecimentos.

Em segundo lugar, porque a própria filosofia já não admite que um único sistema de pensamento ofereça uma única explicação para o todo da realidade, pois esta permanece aberta e convida a múltiplas perspectivas de conhecimentos e interpretações. Por isso, essa definição também não pode ser aceita, embora contenha aspectos importantes da atividade filosófica.

4. **Fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas.** Sob esta perspectiva, *fundamentar* significa 'encontrar, definir e estabelecer racionalmente princípios, causas e condições que determinam a existência, a forma e os comportamentos de alguma coisa, bem como as leis ou regras de suas mudanças'.

Como vimos anteriormente, *crítica* também é uma palavra de origem grega, que significa 'a capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente'; 'o exame racional, sem preconceito e sem prejulgamento de todas as coisas'; e 'a atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica'. A fundamentação crítica significa, portanto, 'examinar, avaliar e julgar racionalmente os princípios, as causas e condições de alguma coisa'.

Como fundamentação teórica e crítica, a filosofia ocupa-se com os princípios, causas e condições do conhecimento que pretenda ser racional e verdadeiro; com a origem, a forma e o conteúdo dos valores éticos, políticos, religiosos, artísticos e culturais; com a compreensão das causas e das formas da ilusão e do preconceito no plano individual e coletivo; com os princípios, causas e condições das transformações históricas dos conceitos, das ideias, dos valores e das práticas humanas.

fundamento

Palavra de origem latina; significa 'base sólida' ou 'alicerce sobre o qual se pode construir com segurança'. Do ponto de vista do conhecimento, significa 'a base ou o princípio racional que sustenta uma demonstração verdadeira'.

teoria

Palavra de origem grega que significa 'contemplar uma verdade com os olhos do espírito', isto é, uma atividade puramente intelectual de conhecimento. Desse ponto de vista, uma fundamentação teórica significa 'determinar pelo pensamento, de maneira lógica, organizada e sistemática, o conjunto de princípios, causas e condições de alguma coisa'.

Superfilmes Ltda./Lumiere

O ator Marcos Caruso como Quincas Borba, no filme Memórias póstumas *(Brasil, 2001), de André Klotzel, inspirado em livro de Machado de Assis. Esta personagem – uma paródia a alguns pensadores do século XIX – cria uma filosofia que busca explicar a totalidade das coisas. Hoje, sabemos não ser admissível que um sistema de pensamento explique, sozinho, a totalidade do Universo.*

A filosofia como fundamentação teórica e crítica

Nessa condição, a filosofia se volta para o estudo dos vários modos de conhecimento (percepção, imaginação, memória, linguagem, inteligência, experiência, reflexão) e dos vários tipos de atividades interiores e comportamentos externos dos seres humanos como expressões da vontade, do desejo e das paixões. Ela procura descrever as formas e os conteúdos desses modos de conhecimento e desses tipos de atividade e comportamento como relação do ser humano com o mundo, consigo mesmo e com os outros.

Para realizar seu trabalho, a filosofia investiga e interpreta o significado de ideias gerais, como realidade, mundo, natureza, cultura, história, verdade, falsidade, humanidade, temporalidade, espacialidade, qualidade, quantidade, subjetividade, objetividade, diferença, repetição, semelhança, conflito, contradição, mudança, necessidade, possibilidade, probabilidade, etc.

Fábio Hirata/Brava Companhia

Cena da peça Este lado para cima, *encenada nas ruas de São Paulo pelos atores da Brava Companhia, em 2012. Para poder estudar as formas de conhecimento e as atividades e comportamentos dos seres humanos, a filosofia investiga ideias como realidade, mundo, cultura, objetividade, conflito, entre outras.*

A atividade filosófica é, portanto, uma análise, uma reflexão e uma crítica. Essas três atividades são orientadas pela elaboração filosófica de ideias gerais sobre a realidade e os seres humanos. Portanto, para que essas três atividades se realizem, é preciso que a filosofia se defina como busca do fundamento (princípios, causas e condições) e do sentido (significação e finalidade) da realidade em suas múltiplas formas. Para tanto, ela deve indagar o que essas formas de realidade são, como são e por que são, e procurar as causas que as fazem existir, permanecer, mudar e desaparecer.

A filosofia não é ciência: é uma reflexão sobre os fundamentos da ciência, isto é, sobre procedimentos e conceitos científicos. Não é religião: é uma reflexão sobre os fundamentos da religião, isto é, sobre as causas, origens e formas das crenças religiosas. Não é arte: é uma reflexão sobre os fundamentos da arte, isto é, sobre os conteúdos, as formas, as significações das obras de arte e do trabalho artístico. Não é sociologia nem psicologia, mas a interpretação e avaliação crítica dos conceitos e métodos da sociologia e da psicologia. Não é política, mas interpretação, compreensão e reflexão sobre a origem, a natureza e as formas do poder e suas mudanças. Não é história, mas reflexão sobre o sentido dos acontecimentos inseridos no tempo e compreensão do que seja o próprio tempo.

Útil? Inútil?

O primeiro ensinamento filosófico é perguntar: “O que é o útil?”, “Para que e para quem algo é útil?”, “O que é o inútil?”, “Por que e para quem algo é inútil?”.

O senso comum de nossa sociedade considera útil o que dá prestígio, poder, fama e riqueza. Julga o útil pelos resultados visíveis das coisas e das ações, identificando sua possível utilidade, como na famosa expressão “levar vantagem em tudo”. Não poderíamos, porém, definir o útil de outra maneira? Vamos ver o que dizem alguns filósofos de diferentes épocas e lugares.

Platão definia a filosofia como um saber verdadeiro que deve ser usado em benefício dos seres humanos para que vivam numa sociedade justa e feliz.

Descartes dizia que a filosofia é o estudo da sabedoria, conhecimento perfeito de todas as coisas que os humanos podem alcançar para o uso da vida, a conservação da saúde e a invenção das técnicas e das artes com as quais ficam menos submetidos às forças naturais, às intempéries e aos cataclismos.

Kant afirmou que a filosofia é o conhecimento que a razão adquire de si mesma para saber o que pode conhecer, o que pode fazer e o que pode esperar, tendo como finalidade a felicidade humana.

Marx declarou que a filosofia havia passado muito tempo apenas contemplando o mundo e que se tratava, agora, de conhecê-lo para transformá-lo, de modo que se alcançasse justiça, abundância e felicidade para todos.

Merleau-Ponty escreveu que a filosofia é um despertar para ver e mudar nosso mundo.

Espinosa afirmou que a filosofia é um caminho árduo e difícil, mas que pode ser percorrido por todos, se desejarem a liberdade e a felicidade.

Qual seria, então, a utilidade da filosofia?

Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se submeter às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um e à sociedade os meios para sermos conscientes de nós mesmos e de nossas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes.

a filosofia nas entrelinhas

Ariana Cubillos/Associated Press/Glow Images

Bióloga pesquisa, em 2010, vestígios deixados por uma onça-pintada no Parque Nacional de Guatopo, na Venezuela.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Biologia e mais uma disciplina, à sua escolha.

Em seus primórdios, a filosofia se apresentava como uma explicação total da realidade, pois vinha substituir a explicação mítica e religiosa. No decorrer da história, ela passou a compartilhar esse papel com outras áreas do saber.

1. Escolha outra disciplina que você conheça, exponha que aspectos da realidade ela busca explicar e compare sua utilidade à da filosofia.
2. Pesquise um exemplo da aplicação dos procedimentos fundamentais da filosofia no trabalho de um biólogo.

atividades

1. O que quer dizer a palavra *crítica*?
2. O que significa dizer que a filosofia se volta preferencialmente para os momentos de crise?
3. Por que se pergunta "Para que filosofia?", de acordo com o texto?
4. O que é e como é a reflexão filosófica? De que modo ela se diferencia da atitude filosófica?
5. Quais são os três conjuntos de questões que organizam a reflexão filosófica?
6. Explique, em suas palavras, o que é a filosofia, de acordo com o que foi estudado.
7. Por que a filosofia é um pensamento sistemático?
8. Explique por que a atividade filosófica é uma análise, uma reflexão e uma crítica.
9. A filosofia tem utilidade? Se sim, qual? Explore a opinião expressa no texto e articule-a com a sua opinião.

INDICAÇÃO DE FILME

O homem bicentenário

Direção de Chris Columbus. Estados Unidos, 1999.

Uma família começa a perceber que o robô que faz as tarefas domésticas é diferente, pois apresenta traços humanos, sentimentos, dúvidas e conflitos que vão se afirmando com a convivência com as pessoas. Este filme de ficção científica se baseia em conto do escritor Isaac Asimov e fala sobre os medos e angústias da existência humana.

Buena Vista Pictures/Everett Collection/Keystone

Cena do filme O homem bicentenário, *dirigido por Chris Columbus.*

CAPÍTULO

3

A origem da filosofia

A filosofia surgiu quando alguns gregos, admirados e espantados com a realidade, insatisfeitos com as explicações que a tradição lhes dera, começaram a fazer perguntas e buscar respostas para elas, demonstrando que o mundo e os seres humanos, os acontecimentos naturais e as coisas da natureza podem ser conhecidos pela razão humana, e que a própria razão é capaz de conhecer-se a si mesma.

Em suma, a filosofia surgiu quando alguns pensadores gregos se deram conta de que a verdade do mundo e dos humanos não era algo secreto e misterioso, que precisasse ser revelado por divindades a alguns escolhidos.

Três musas, *alto-relevo grego em mármore, do século IV a.C. Museu Arqueológico Nacional de Atenas. A tradição grega explicava a inspiração artística como uma dádiva dessas entidades mitológicas.*

A palavra *filosofia*

Atribui-se ao filósofo grego Pitágoras de Samos a invenção da palavra **filosofia**. Pitágoras teria afirmado que a sabedoria plena e completa pertence aos deuses, mas que os homens podem desejá-la ou amá-la, tornando-se filósofos.

Dizia Pitágoras que três tipos de pessoas compareciam aos Jogos Olímpicos: as que iam para comerciar durante os jogos, sem se interessar pelos torneios; as que iam para competir e fazer brilhar suas próprias pessoas, os atletas e artistas; e as que iam para assistir aos jogos e torneios, para avaliar o desempenho e julgar o valor dos que ali se apresentavam. Esse terceiro tipo de pessoa, afirmava Pitágoras, é como o filósofo.

Com isso, Pitágoras queria dizer que o filósofo não é movido por interesses comerciais ou financeiros – não coloca o saber como propriedade sua, como uma coisa para ser comprada e vendida no mercado; também não é movido pelo desejo de competir – não é um "atleta intelectual", não faz das ideias e dos conhecimentos uma habilidade para vencer competidores. O filósofo é, isso sim, movido pelo desejo de observar, contemplar, julgar e avaliar as coisas, as ações, as pessoas, os acontecimentos, a vida; enfim, pelo desejo de saber.

A verdade não pertence a ninguém nem é um prêmio conquistado por competição. Ela está diante de todos nós como algo a ser procurado e é encontrada por todos aqueles que a desejarem, que tiverem olhos para vê-la e coragem para buscá-la.

filosofia

Palavra composta dos termos gregos *philo* e *sophía*. *Philo* quer dizer 'aquele ou aquela que tem um sentimento amigável', pois deriva de *philía*, 'amizade e amor fraterno'. *Sophía* quer dizer 'sabedoria' e dela vem a palavra *sophós*, 'sábio'. *Filosofia* significa, portanto, 'amizade pela sabedoria', e *filósofo*, 'o que tem amizade pelo saber'.

O que perguntavam os primeiros filósofos

Por que os seres nascem e morrem? Por que os semelhantes dão origem aos semelhantes, de uma árvore nasce outra árvore, de um cão nasce outro cão, de um ser humano nasce uma criança? Por que os diferentes também fazem surgir os diferentes: o dia faz nascer a noite, o inverno faz surgir a primavera, um objeto escuro clareia com o passar do tempo, enquanto um objeto claro escurece?

Por que tudo muda? A criança se torna adulta, amadurece, envelhece e desaparece. Por que um dia luminoso e ensolarado, de céu azul e brisa suave, repentinamente se torna sombrio, coberto de nuvens, varrido por ventos furiosos, tomado pela tempestade, pelos raios e trovões?

Por que a doença invade os corpos, rouba-lhes a cor, a força? Por que o alimento que antes me agradava, agora, que estou doente, me causa repugnância?

Por que o que parecia uno se multiplica em tantos outros? De uma só árvore, quantas flores e quantos frutos nascem! De uma só gata, quantos gatinhos nascem!

João Marcos Rosa/Agência Nitro

Chuva avança sobre o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, em dezembro de 2010. Por que as coisas se transformam repentinamente?

Por que as coisas se tornam opostas ao que eram? A água do copo, tão transparente e de boa temperatura, torna-se uma barra dura e gelada, deixa de ser líquida e transparente para tornar-se sólida e translúcida.

Por que nada permanece idêntico a si mesmo? De onde vêm os seres? Para onde vão, quando desaparecem? Por que se transformam? Por que se diferenciam uns dos outros? Mas, também, por que tudo parece repetir-se? Depois do dia, a noite; depois da noite, o dia. Depois do inverno, a primavera, depois da primavera, o verão, depois deste, o outono, e depois deste, novamente o inverno. De dia, o sol; à noite, a lua e as estrelas. O calor leva as águas para o céu e as traz de volta pelas chuvas. Ninguém nasce adulto ou velho, mas sempre criança, que se torna adulto e velho.

Foram perguntas como essas que os primeiros filósofos fizeram e, para elas, buscaram respostas.

Sem dúvida, a religião, as tradições e os mitos explicavam todas essas coisas, mas suas explicações já não satisfaziam aos que interrogavam sobre as causas da mudança, da permanência, da repetição, da desaparição e do ressurgimento dos seres. Suas respostas haviam perdido a força explicativa, não convenciam nem satisfaziam a quem desejava conhecer a verdade sobre o mundo.

O nascimento da filosofia

Os historiadores da filosofia dizem que ela tem data e local de nascimento: fim do século VII a.C. e início do século VI a.C., na cidade de Mileto, uma das colônias gregas da Ásia Menor (território da atual Turquia). E o primeiro filósofo foi Tales de Mileto.

Além de ter data e local de nascimento e seu primeiro autor, a filosofia apresenta um conteúdo preciso ao nascer: é uma **cosmologia**.

Viagens colocaram os gregos em contato com os conhecimentos de povos orientais (egípcios, persas, babilônios, assírios e caldeus). Os dois maiores formadores da cultura grega antiga, os poetas Homero e Hesíodo, encontraram nos mitos e nas religiões desses povos e nas culturas que existiram na Grécia em tempos anteriores os elementos para elaborar a mitologia grega, que, depois, seria transformada pelos filósofos.

Os gregos, porém, imprimiram mudanças profundas ao que receberam do Oriente e das culturas precedentes. Dessas mudanças, vale mencionar quatro:

1. **Com relação aos mitos**: quando comparamos os mitos orientais, cretenses, micênicos e os que aparecem nos relatos de Homero e Hesíodo, vemos que os poetas gregos retiraram os aspectos apavorantes e monstruosos dos deuses e do início do mundo; humanizaram os deuses, divinizaram os homens; deram racionalidade a narrativas sobre as origens das coisas, dos homens, das instituições humanas (como o trabalho, as leis, a moral).
2. **Com relação aos conhecimentos**: os gregos transformaram em ciência (isto é, em conhecimento racional, abstrato e universal) aquilo que eram elementos de uma sabedoria prática. Assim, transformaram em matemática o que os egípcios praticavam como agrimensura para medir, contar e calcular; transformaram em astronomia (em estudo da origem e da posição dos astros) a astrologia praticada por caldeus e babilônios como adivinhação e previsão do futuro; transformaram em medicina aquilo que, nas culturas precedentes, eram práticas de grupos religiosos secretos para a cura misteriosa das doenças.
3. **Com relação à organização social e política**: os gregos inventaram não apenas a ciência ou a filosofia, mas também a política. Todas as sociedades anteriores a eles conheciam e praticavam a autoridade e o governo, mas não a política propriamente dita, porque não separavam o poder político de duas outras formas de autoridade: o poder privado do chefe de família e o poder religioso do sacerdote ou mago.

   De fato, nas sociedades orientais e não gregas, o poder e o governo eram exercidos como autoridade absoluta da vontade pessoal e arbitrária de um só homem ou de um pequeno grupo de homens. Eles possuíam o poder militar, religioso e econômico e decidiam sobre tudo, sem consultar ninguém e sem dar justificativas de suas decisões a ninguém.

cosmologia
Palavra composta de *cosmo* (*kósmos*), que significa 'a ordem e organização do mundo' ou 'o mundo ordenado e organizado', e *logia*, que vem de *lógos*, 'pensamento racional, discurso racional, conhecimento'. Assim, a filosofia nasce como conhecimento racional da ordem do mundo.

política
Palavra originada do grego *pólis*, que significa 'cidade organizada por leis e instituições'.

Pode-se dizer que os gregos inventaram a política porque tomavam as decisões com base em discussões e debates públicos e as adotavam ou revogavam por voto em assembleias públicas; porque estabeleceram instituições públicas (tribunais, assembleias, separação entre autoridade do chefe de família e autoridade pública, entre autoridade político-militar e autoridade religiosa); e, sobretudo, porque criaram a ideia da lei e da justiça como expressões da vontade coletiva pública, e não como imposição da vontade de um só ou de um grupo, em nome de divindades.

4. **Com relação ao pensamento**: diante da herança recebida, os gregos inventaram a ideia ocidental da razão como um pensamento sistemático que segue regras, normas e leis universais.

Mito e filosofia

Os historiadores da filosofia indagam se ela nasceu realizando uma transformação gradual dos **mitos** gregos ou produzindo uma ruptura radical com eles.

Quem narra o mito? O poeta-rapsodo. Quem é ele? Por que tem autoridade? Acredita-se que o poeta é um escolhido dos deuses, que lhe mostram os acontecimentos passados e permitem que ele veja a origem de todos os seres e de todas as coisas para que possa transmiti-la aos ouvintes. Sua palavra – o mito – é sagrada e incontestável porque vem de uma revelação, uma concessão divina.

Como o mito narra a origem do mundo e de tudo o que nele existe? De três maneiras principais:

1. Encontrando o pai e a mãe das coisas e dos seres. Isto é, tudo o que existe decorre de relações sexuais entre forças divinas pessoais. Essas relações geram os titãs (filhos da primeira mãe e do primeiro pai e seus sucessores como governantes do Universo), os deuses (filhos de um dos titãs e seus sucessores), os heróis (filhos de um deus com uma humana ou de uma deusa com um humano), os humanos, os metais, as plantas, os animais, as qualidades (como quente e frio, claro e escuro, bom e mau, belo e feio, etc.).
   Trata-se, assim, de uma genealogia, isto é, de uma narrativa da geração dos seres, das coisas, das qualidades por outros seres, que são seus pais ou antepassados.
2. Encontrando uma rivalidade ou uma aliança entre os deuses que faz surgir alguma coisa no mundo. Nesse caso, o mito narra ou uma guerra entre as forças divinas ou uma aliança entre elas para provocar alguma coisa no mundo dos homens.
   É assim, por exemplo, que o poeta Homero explica na *Ilíada* por que, em certas batalhas da Guerra de Troia, os troianos eram vitoriosos e, em outras, a vitória cabia aos gregos. Os deuses estavam divididos. A cada vez, o rei dos deuses, Zeus, aliava-se a um grupo e fazia um dos lados vencer uma batalha.
   A causa da guerra, aliás, foi uma rivalidade entre as deusas. Elas apareceram em sonho para o príncipe troiano Páris, oferecendo-lhe seus dons, e ele escolheu a deusa do amor, Afrodite. As outras deusas, enciumadas, o fizeram raptar Helena, esposa do general grego Menelau. Isso deu início à guerra entre os humanos.

Album/akg-images/Latinstock

Gaia, deusa responsável, para a mitologia grega, por povoar o mundo, entrega seu filho Erictônio aos cuidados de Atena, em representação em vaso do século V a.C.

3. Encontrando as recompensas ou castigos que os deuses dão a quem os obedece ou desobedece. Como o mito narra, por exemplo, o uso do fogo pelos homens, essencial para diferenciá-los dos animais? O mito conta que um titã, Prometeu, mais amigo dos homens do que dos deuses, roubou uma centelha de fogo e a trouxe de presente para os humanos. Prometeu foi castigado, sendo amarrado num rochedo para que uma ave de rapina devorasse seu fígado eternamente.
   E qual foi o castigo dos homens? Os deuses criaram a primeira mulher humana, Pandora, uma figura encantadora a quem foi entregue uma caixa que conteria coisas maravilhosas, mas que nunca deveria ser aberta. Pandora foi enviada aos humanos e, cheia de curiosidade e de vontade de dar-lhes as maravilhas, abriu a caixa. Dela saíram todas as desgraças, doenças, pestes, guerras e, sobretudo, a morte. Explica-se, assim, a origem dos males no mundo.

Cosmogonia e teogonia

Vemos, portanto, que o mito narra a origem das coisas por meio de lutas, alianças e relações sexuais entre forças sobrenaturais que governam o mundo e o destino dos homens. Como os mitos sobre a origem do mundo são genealogias, diz-se que são **cosmogonias** e **teogonias**.

cosmogonia

G*onia* origina-se do verbo grego *gennao* ('engendrar', 'gerar', 'fazer nascer e crescer') e do substantivo *genos* ('gênese', 'descendência', 'gênero', 'espécie'). *Gonia*, portanto, quer dizer 'geração', 'nascimento a partir da concepção sexual e do parto'. Assim, a cosmogonia é a narrativa sobre o nascimento e a organização do mundo (*cosmos*) a partir de forças geradoras (pai e mãe) divinas.

teogonia

Palavra composta de *gonia* e *theos*, que, em grego, significa 'as coisas divinas', 'os seres divinos', 'os deuses'. A teogonia é, portanto, a narrativa da origem dos deuses a partir de seus pais e antepassados.

Ao surgir, a filosofia não é uma cosmo*gonia*, e sim uma cosmo*logia*, uma explicação racional sobre a origem do mundo e sobre as causas das transformações e repetições das coisas. Mas teria a cosmologia nascido de uma transformação gradual dos mitos ou de uma ruptura radical com eles? A filosofia continua ou rompe com a cosmogonia e a teogonia?

Os estudiosos chegaram à conclusão de que as contradições e limitações dos mitos para explicar a realidade natural e humana levaram a filosofia a retomá-los, porém reformulando e racionalizando as narrativas míticas, transformando-as numa explicação inteiramente nova e diferente.

Quais são as diferenças entre filosofia e mito? Podemos apontar três como as mais importantes:

1. O mito pretendia narrar como as coisas eram no passado imemorial, longínquo e fabuloso, voltando-se para o que era antes que tudo existisse tal como no presente. A filosofia, ao contrário, se preocupa em explicar como e por que, no passado, no presente e no futuro, as coisas são como são.
2. O mito narrava a origem por meio de genealogias e rivalidades ou alianças entre forças divinas sobrenaturais e personificadas. A filosofia, ao contrário, explica a produção natural das coisas por elementos naturais primordiais (água ou úmido, fogo ou quente, ar ou frio, terra ou seco), por meio de causas naturais e impessoais (pela combinação, composição e separação entre os quatro elementos primordiais). Assim, por exemplo, o mito falava nos deuses Urano, Ponto e Gaia; a filosofia fala em céu, mar e terra. O mito narrava a origem dos seres celestes, terrestres e marinhos pelos casamentos de Gaia (a terra) com Urano (o céu) e Ponto (o mar). A filosofia explica o surgimento do céu, do mar e da terra e dos seres que neles vivem pelos movimentos e ações de composição, combinação e separação dos quatro elementos – úmido, seco, quente e frio.
3. O mito não se importava com contradições, com o fabuloso e o incompreensível, não só porque esses são traços próprios da narrativa mítica, como também porque a confiança e a crença no mito vinham da autoridade religiosa do narrador.

O nascimento de Vênus, *tela pintada pelo italiano Sandro Botticelli por volta de 1485. Deusa romana do amor e da beleza, Vênus corresponde à deusa grega Afrodite.*

A filosofia, ao contrário, não admite contradições, fabulação e coisas incompreensíveis, mas exige que a explicação seja coerente, lógica e racional. Além disso, a autoridade da explicação não vem da pessoa do filósofo, mas da razão, que é a mesma em todos os seres humanos.

Condições históricas para o surgimento da filosofia

Podemos apontar como principais condições históricas para o surgimento da filosofia na Grécia:

- as viagens marítimas, que permitiram aos gregos descobrir que os locais que os mitos diziam habitados por deuses, titãs e heróis eram, na verdade, habitados por outros seres humanos, e que nas regiões dos mares que os mitos diziam ser habitadas por monstros e seres fabulosos não havia nenhum dos dois.

Zé Carlos Barretta/Folhapress

Cena de montagem da ópera A valquíria*, no Teatro Municipal de São Paulo, em 2011. Composta pelo alemão Richard Wagner, a obra se baseia na mitologia nórdica. Nos mitos, rivalidades, alianças e relações familiares explicam a origem das coisas.*

diálogos *filosóficos*

Cosmos

Para os **estoicos**, de fato, a estrutura do mundo, ou, se você preferir, a ordem cósmica, não é apenas uma organização magnífica, mas também uma ordem análoga à de um ser vivo. O mundo material, o Universo todo, é, no fundo, como um gigantesco animal do qual cada elemento – cada órgão – seria admiravelmente concebido e agenciado em harmonia com o conjunto.

[...] É essa ordem, esse cosmos como tal, essa estrutura ordenada do Universo todo que os gregos chamam de "divino" (*theion*), e não, como para os judeus ou os cristãos, um Ser exterior ao Universo, que existiria antes dele e que o teria criado.

É, pois, esse divino [...] que os estoicos nos convidam a contemplar (*theorein*) com a ajuda de todos os meios apropriados – por exemplo, estudando ciências específicas, a Física, a Astronomia ou a Biologia e, além disso, multiplicando as observações que nos mostram como o Universo todo (e não apenas esta ou aquela parte) é "bem-feito": o movimento regular dos planetas, a estrutura do menor organismo vivo, do mais ínfimo inseto, provam ao observador atento, àquele que pratica inteligentemente a "teoria", como a ideia de cosmos, de ordem justa e bela, descreve de maneira adequada a realidade que nos cerca, desde que saibamos contemplá-la como convém.

Pode-se, portanto, dizer que a estrutura do Universo não é apenas "divina", perfeita, mas também "racional", de acordo com o que os gregos chamam de *lógos* (termo que dará em francês [como em português] a palavra *lógica* e que designa justamente essa ordenação admirável das coisas). É por isso, aliás, que nossa razão vai se revelar capaz, justamente no exercício da *theoria*, de compreendê-la e decifrá-la [...].

FERRY, Luc. *Aprender a viver:* filosofia para os novos tempos. Tradução de Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 38-40.

estoicismo

Doutrina fundada por Zenão de Cício (335-264 a.C.), postula que a imperturbabilidade, a ausência de paixão, a rigidez de princípios morais e a resignação diante do sofrimento são as marcas fundamentais do homem sábio, o único apto a experimentar a verdadeira felicidade.

SPL/Latinstock

Zenão de Cício, filósofo grego e fundador do estoicismo, em ilustração inglesa do século XVII.

As viagens produziram o desencantamento ou a desmistificação do mundo, que passou, assim, a exigir uma nova explicação sobre sua origem;

- a invenção do calendário, que é uma forma de calcular o tempo segundo as estações do ano, as horas do dia, os fatos importantes que se repetem, revelando, com isso, uma capacidade de abstração nova, ou uma percepção do tempo como algo natural, e não como uma força divina incompreensível;
- a invenção da moeda, que permitiu uma forma de troca que não se realiza como escambo ou em espécie (isto é, coisas trocadas por outras). Esse cálculo do valor semelhante de coisas diferentes revela uma nova capacidade de abstração e de generalização;
- o desenvolvimento da vida urbana, com predomínio do comércio e do artesanato, que levou ao aprimoramento de técnicas de fabricação e de troca e diminuiu o prestígio das famílias da aristocracia proprietária de terras, por quem e para quem os mitos foram criados. Além disso, como a classe de comerciantes ricos que se consolidava precisava encontrar pontos de poder e de prestígio para suplantar o velho poderio da aristocracia de terras e de sangue, muitos procuraram o prestígio pelo patrocínio e estímulo às artes, às técnicas e aos conhecimentos. Consequentemente, criou-se um ambiente favorável ao desenvolvimento da filosofia;
- a invenção da escrita alfabética, que, como a do calendário e a da moeda, revela o crescimento da capacidade de **abstração** e de generalização. Isso porque as escritas fonéticas, como a alfabética, em vez de representar uma imagem da coisa que está sendo dita – como, por exemplo, os hieróglifos dos egípcios ou os ideogramas dos chineses – oferecem um sinal ou signo abstrato (uma palavra) dela;
- a invenção da política, que introduz três aspectos novos e decisivos para o nascimento da filosofia:
  1. A *ideia da lei* como expressão da vontade de uma coletividade humana que decide por si mesma o que é melhor para si e como ela definirá suas relações internas. Essa característica da pólis grega – um espaço legislado e regulado – servirá de modelo para a filosofia propor que também o mundo é racionalmente legislado, regulado e ordenado.
  2. O surgimento de um *espaço público*, que faz aparecer um novo tipo de discurso, diferente daquele que era preferido pelo mito. Neste, um poeta-vidente

abstração e sacralização

Nas escritas não fonéticas, a cada sinal corresponde uma coisa ou ideia; na escrita alfabética, que é fonética, as letras são independentes e podem ser combinadas de formas variadas em palavras, e estas podem ser distribuídas de formas variadas para exprimir ideias. Ou seja, em escritas não fonéticas, o signo representa a coisa assinalada; na escrita alfabética, a palavra designa uma coisa e exprime uma ideia. Naquelas escritas, há a tendência de sacralizar os sinais ou os signos ou de lhes dar um caráter mágico (de maneira que quem sabe escrever ou usar os sinais tem poder sobre as coisas e sobre os outros), enquanto a escrita alfabética é inteiramente leiga, abstrata e racional.

De Agostini Picture/Getty Images

Reconstituição de vista aérea da cidade de Corinto no século V a.C. A racionalidade na Grécia antiga se manifestava também na arquitetura e no planejamento urbano: a linearidade e a simetria são critérios para a organização do espaço urbano.

recebia das deusas ligadas à memória (a deusa Mnemosyne, mãe das musas, entidades que guiavam o poeta) uma iluminação ou uma revelação sobrenatural e, então, dizia aos homens quais eram as decisões dos deuses que eles deveriam obedecer.

Agora, com a pólis, isto é, a cidade política, a palavra constitui-se como direito de cada cidadão emitir em público sua opinião, discuti-la com os outros, persuadi-los a tomar uma decisão proposta por ele. Desse modo, surge o discurso político como palavra humana compartilhada, como diálogo, discussão e deliberação humana, isto é, como decisão racional e exposição dos motivos ou das razões para fazer ou não fazer alguma coisa.

Com a política, valorizou-se o pensamento racional, criando condições para que surgisse o discurso ou a palavra filosófica.

3. A noção de *discussão pública* das opiniões e ideias, pois a política estimula um pensamento e um discurso públicos, ensinados, transmitidos, comunicados e discutidos, que não sejam formulados por seitas secretas dos iniciados em mistérios sagrados. A ideia de um pensamento que todos podem compreender, discutir e transmitir é fundamental para a filosofia.

O legado da filosofia grega para o Ocidente europeu

A filosofia pode ser entendida como aspiração ao conhecimento racional, lógico, demonstrativo e sistemático: da realidade natural e humana; da origem e das causas da ordem do mundo e de suas transformações; da origem e das causas das ações humanas e do próprio pensamento. **Trata-se de uma instituição cultural tipicamente grega que, por razões históricas e políticas, tornou-se o modo de pensar e de se exprimir predominante da chamada cultura europeia ocidental, da qual, devido à colonização europeia das Américas, também fazemos parte – ainda que de modo inferiorizado e colonizado.**

Dizer que a filosofia é tipicamente grega não significa, evidentemente, que outros povos, como os chineses, os hindus, os japoneses, os árabes, os persas, os hebreus, as sociedades africanas ou as indígenas da América não possuam sabedoria, pois possuíam e possuem. Também não quer dizer que todos esses povos não tivessem desenvolvido o pensamento e formas de conhecimento da natureza e dos seres humanos, pois desenvolveram e desenvolvem.

Emmanuel Dunand/Agência France-Presse

Assembleia Geral de 2012 na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, Estados Unidos, reunião anual em que todos os países-membros são representados. A forma de organização de uma assembleia é inspirada nas ágoras da antiga Grécia, onde os gregos discutiam as questões importantes de seu tempo.

Quando se diz que a filosofia é grega, o que se quer dizer é que ela apresenta certas características e certas formas de pensar e de exprimir os pensamentos, estabelece certas concepções sobre o que sejam a realidade, a razão, a linguagem, a ação, as técnicas, completamente diferentes das formas de pensar de outras culturas.

Quando nos acercamos da filosofia nascente, podemos perceber os principais traços que definem a atividade filosófica na época de seu nascimento:

- Tendência à racionalidade, pois os gregos foram os primeiros a definir o ser humano como animal racional, ou seja, foram os primeiros a considerar que o pensamento e a linguagem definem a razão, que o homem é um ser dotado de razão e que a racionalidade é seu traço distintivo. Mesmo que a razão humana não possa conhecer tudo, tudo o que ela pode conhecer conhece plena e verdadeiramente, e ela é a condição de todo conhecimento verdadeiro. Por isso mesmo, a própria razão ou o próprio pensamento deve conhecer as leis, regras, princípios e normas de suas operações e de seu exercício correto.
- Recusa de explicações preestabelecidas e, por isso mesmo, exigência de que para cada fato seja encontrada uma explicação racional e que para cada problema ou dificuldade sejam investigadas e encontradas as soluções que eles exigem.
- Tendência à argumentação e ao debate para oferecer respostas conclusivas a questões, dificuldades e problemas, de modo que nenhuma solução seja aceita se não houver sido demonstrada conforme os princípios e as regras do pensamento verdadeiro.

✦ Capacidade de generalização, isto é, de mostrar que uma explicação é válida para muitas coisas diferentes ou para muitos fatos diversos, porque, sob a aparência da diversidade e da variação, o pensamento descobre semelhanças e identidades. Essa capacidade racional é a **síntese**. Por exemplo, para meus olhos, meu tato e meu olfato, o gelo é diferente da neblina, que é diferente do vapor de uma chaleira, que é diferente da chuva, que é diferente da correnteza de um rio. No entanto, o pensamento mostra que se trata sempre de um mesmo elemento (a água), que passa por diferentes estados e formas (líquido, sólido, gasoso) em decorrência de causas naturais diferentes (condensação, liquefação, ebulição).
O pensamento generaliza, isto é, encontra sob as diferenças a identidade ou a semelhança, reúne os traços semelhantes e faz uma síntese.

✦ Capacidade de diferenciação, isto é, de mostrar que fatos ou coisas que aparecem como iguais ou semelhantes são, na verdade, diferentes, quando examinados pelo pensamento ou pela razão. Essa capacidade racional é a **análise**.

Um exemplo nos ajudará a compreender como procede a análise. Em 1992, no Brasil, jovens estudantes pintaram a cara com as cores da bandeira nacional e saíram às ruas para exigir a destituição do presidente da República. Logo depois, candidatos a prefeituras municipais contrataram jovens para aparecer na televisão com a cara pintada, defendendo tais candidaturas. A seguir, as

Ari Vicentini/Agência Estado

Jovem participante do movimento conhecido como "dos caras-pintadas" participa de manifestação em São Paulo em favor do impeachment *do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.*

síntese
Palavra de origem grega; significa 'reunião ou fusão de várias coisas para formar um todo coerente'.

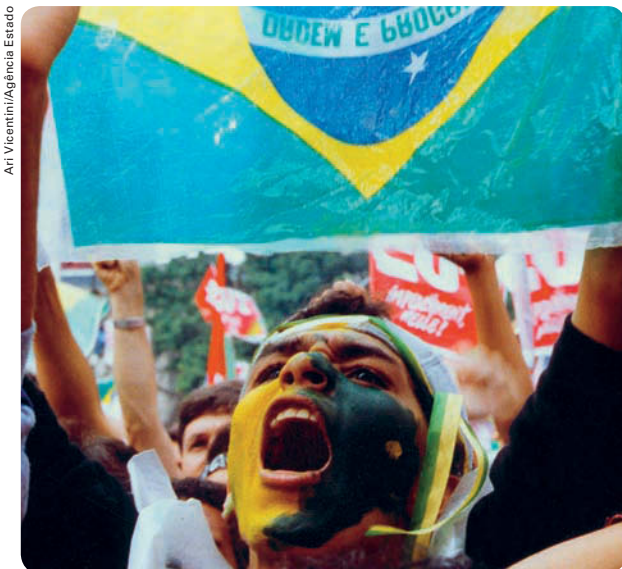
análise
Palavra de origem grega; significa 'ação de desligar e separar, separação de um todo em suas partes'.

Forças Armadas brasileiras, para persuadir jovens a servi-las, contrataram jovens caras-pintadas para aparecer como soldados, marinheiros e aviadores. Ao mesmo tempo, várias empresas, pretendendo vender seus produtos aos jovens, contrataram artistas jovens para, de cara pintada, fazer a propaganda de tais produtos.

Aparentemente, teríamos sempre a mesma coisa: jovens rebeldes e conscientes, de cara pintada, símbolo da esperança do país. No entanto, o pensamento pode mostrar que, sob a semelhança percebida, há diferenças, pois os primeiros caras-pintadas fizeram um movimento político espontâneo; os segundos fizeram propaganda política para um candidato (e receberam dinheiro para isso); os terceiros tentaram ajudar as Forças Armadas a aparecer como divertidas e juvenis; e os últimos, mediante remuneração, estavam transferindo para produtos industriais (roupas, calçados, vídeos, margarinas, discos, iogurtes) um símbolo político inteiramente despolitizado e sem nenhuma relação com sua origem. Separando as aparentes semelhanças, distinguindo-as, o pensamento descobriu diferenças e realizou uma análise.

Argumentar e demonstrar por meio de princípios e regras necessários e universais, apreender pelo pensamento a unidade real sob a multiplicidade percebida ou, ao contrário, apreender pelo pensamento a multiplicidade e diversidade reais de algo percebido como uma unidade ou uma identidade, eis aí algumas das características do que os gregos chamaram filosofia.

Do legado filosófico grego, podemos destacar como principais contribuições as seguintes ideias:

✦ O conhecimento verdadeiro deve encontrar as leis e os princípios universais e necessários do objeto conhecido e deve demonstrar sua verdade por meio de provas ou argumentos racionais. Ou seja, em primeiro lugar, a ideia de que um conhecimento não é algo que alguém impõe a outros, e sim algo que deve ser compreendido por todos, pois a razão ou a capacidade de pensar e conhecer é a mesma em todos os seres humanos. Em

segundo lugar, a ideia de que um conhecimento só é verdadeiro quando explica racionalmente o que é a coisa conhecida, como ela é e por que ela é.

É assim, por exemplo, que a matemática deve ser considerada um conhecimento racional verdadeiro, pois define racionalmente seus objetos. Ninguém impõe aos outros que o círculo é uma figura geométrica em que todos os pontos são equidistantes do centro, pois essa definição simplesmente ensina que qualquer figura desse tipo será necessariamente denominada círculo; da mesma maneira, ninguém impõe aos outros que o triângulo é uma figura geométrica em que a soma dos ângulos internos é igual à soma de dois ângulos retos, pois essa definição simplesmente estabelece que uma figura com tal propriedade será denominada triângulo. Além de definir seus objetos, a matemática os demonstra por meio de provas (os teoremas) fundadas em princípios racionais verdadeiros (os axiomas e os postulados).

- A natureza segue uma ordem necessária, e não casual ou acidental. Ou seja, ela opera obedecendo a leis e princípios necessários – não poderiam ser outros ou diferentes do que são – e universais – são os mesmos em toda parte e em todos os tempos. Ou, em outras palavras, uma lei natural é necessária porque nenhum ser natural escapa dela nem pode operar de outra maneira que não desta; e uma lei da natureza é universal porque é válida para todos os seres naturais em todos os tempos e lugares.

  A ideia de ordem natural necessária e universal é o fundamento da filosofia em sua primeira expressão conhecida, a cosmologia. É, pois, responsável pelo surgimento da chamada "filosofia da natureza" ou "ciência da natureza", ou o que os gregos chamaram *física*, palavra derivada do vocábulo grego *physis*, 'natureza'. Assim, por exemplo, a ideia de que a natureza é uma ordem que segue leis universais e necessárias levou, no século XVII, Galileu Galilei a demonstrar as leis do movimento e as leis da queda dos corpos. Ou, naquele mesmo século, levou Isaac Newton a estabelecer uma lei física válida para todos os corpos naturais, a lei da gravitação universal. E, no século XX, levou Albert Einstein a estabelecer uma lei da conservação de toda a matéria e energia do Universo, lei que se exprime na fórmula $E = mc^2$ (em que E é a energia, m é a massa e c é a velocidade da luz), segundo a qual toda massa tem uma energia associada, cujo valor se descobre multiplicando a massa pelo quadrado da velocidade da luz.

- As leis necessárias e universais da natureza podem ser plenamente conhecidas pelo nosso pensamento. Isto é, não são conhecimentos misteriosos e secretos, que precisariam ser revelados por divindades, mas sim conhecimentos que o pensamento humano pode alcançar por sua própria força e capacidade.

- A razão também obedece a princípios, leis, regras e normas universais e necessários, com os quais podemos distinguir o verdadeiro do falso. Em outras palavras: por sermos racionais, nosso pensamento é coerente e capaz de conhecer a realidade porque segue leis lógicas de funcionamento.

  Nosso pensamento diferencia uma afirmação de uma negação porque, na afirmação, atribuímos alguma coisa a outra coisa (quando afirmamos que "Sócrates é um ser humano", atribuímos humanidade a Sócrates); já na negação, retiramos alguma coisa de outra (quando dizemos "Este caderno não é verde", estamos retirando do caderno a cor verde). Por isso mesmo, nosso pensamento percebe o que é a identidade, isto é, que devemos sempre e necessariamente afirmar que uma coisa é idêntica a si mesma ("Sócrates é Sócrates"), pois, se negarmos sua identidade, estaremos retirando dela ela própria. Graças à afirmação da identidade, o pensamento pode distinguir e diferenciar os seres ("Sócrates é diferente de Platão e ambos são diferentes de uma pedra").

  Nosso pensamento também percebe o que é uma contradição, ou seja, que é impossível afirmar e negar ao mesmo tempo algo de alguma coisa ("O infinito é ilimitado e não é ilimitado"). Por isso, ele também percebe a diferença entre uma contradição e uma alternativa, pois, nesta, ou a afirmação será verdadeira e a negação será falsa, ou vice-versa ("Ou haverá guerra ou não haverá guerra").

  Nosso pensamento distingue quando uma afirmação é verdadeira ou falsa porque distingue o não contraditório do contraditório e porque reconhece o verdadeiro como a conclusão de uma demonstração, de uma prova ou de um argumento racional. Se alguém apresentar o seguinte raciocínio: "Todos os homens são mortais. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal", diremos que a afirmação "Sócrates é mortal" é verdadeira porque foi concluída de outras afirmações que já foram demonstradas verdadeiras ("Todos os seres que nascem e perecem existem no tempo. Todos os seres que existem no tempo são mortais"; "Todos os homens existem no tempo. Todos os homens são mortais").

- As práticas humanas dependem da vontade livre, da deliberação e da discussão, de uma escolha emocional ou racional, de nossas preferências e opiniões. Estes fatores se realizam segundo certos valores e padrões estabelecidos pela natureza ou pelos próprios seres humanos, e não por imposições misteriosas e incompreensíveis.
- O fato de os acontecimentos naturais e humanos serem necessários porque obedecem a leis (da natureza humana) não exclui a compreensão de que eles também podem ser acidentais, seja porque um concurso de circunstâncias os faz ocorrer por acaso na natureza, seja porque as ações humanas dependem das escolhas e deliberações dos homens.
  Uma pedra lançada ao ar cai necessariamente porque pela lei natural da gravitação ela necessariamente deve cair e não pode deixar de cair; um ser humano é capaz de locomoção e anda porque as leis anatômicas e fisiológicas que regem seu corpo fazem com que tenha os meios necessários para isso. No entanto, se uma pedra, ao cair, atingir a cabeça de um passante, esse acontecimento é acidental. Por quê? Porque se o passante não estivesse andando por ali naquela hora, a pedra não o atingiria. Assim, a queda da pedra é necessária e o andar de um ser humano é necessário, mas, se uma pedra cai sobre minha cabeça quando ando, isto é inteiramente acidental. É o acaso. Contudo, o próprio acaso não é desprovido de uma lei natural. Como explica Aristóteles, o acaso é o encontro acidental de duas séries de acontecimentos necessárias (é por necessidade natural que a pedra cai e é por necessidade natural que o homem anda). A lei natural do acaso é, portanto, o encontro acidental de coisas que em si mesmas são necessárias.
  Todavia, a situação das ações humanas é bastante diversa dessa. É verdade que é por uma necessidade natural ou por uma lei da natureza que ando. Mas é por deliberação voluntária que ando para ir à escola em vez de andar para ir ao cinema, por exemplo. É verdade que é por uma lei necessária da natureza que os corpos pesados caem, mas é por uma deliberação humana e por uma escolha voluntária que fabrico uma bomba, a coloco num avião e a faço despencar sobre Hiroxima. Essa escolha faz com que a ação humana introduza o possível no mundo, pois o possível é o que pode acontecer ou deixar de acontecer, dependendo de uma escolha voluntária e livre.
  Um dos legados mais importantes da filosofia grega é, portanto, a diferença entre o necessário (o que não pode ser senão como é) e o contingente (o que pode ser ou não ser), bem como a diferença entre o acaso (o que pode ou não acontecer na natureza) e o possível (o que pode ou não acontecer nos acontecimentos humanos).
  Dessa maneira, temos a ideia de que podemos diferenciar entre o necessário, o acaso e o possível em nossas ações: o necessário é o que não está em nosso poder escolher, pois acontece e acontecerá sempre (não depende de nós que o Sol brilhe, que haja dia e noite); o acaso é o que também não está em nosso poder escolher (não escolho que aconteça uma tempestade justamente quando estou fazendo uma viagem de navio ou de avião, nem escolho estar num veículo que será atingido por outro, dirigido por um motorista embriagado); o possível, ao contrário do necessário e do acaso, é exatamente o que temos poder de escolher e fazer.
  Essas diferenciações legadas pela filosofia grega nos permitem evitar tanto o fatalismo – "Tudo é necessário, temos de nos conformar com o destino e nos resignar com nosso fado" – como a ilusão de que podemos tudo quanto quisermos, pois a natureza segue leis necessárias que podemos conhecer e nem tudo é possível por mais que o queiramos.

Abdeljalil Bounhar/Associated Press/Glow Images

Manifestante confronta policiais em Rabat, capital do Marrocos, em 2011, durante os protestos por democracia e ampliação da cidadania da chamada Primavera Árabe. Nossas ações dependem de fatores como nossas preferências e opiniões, as quais se orientam pelos valores e padrões estabelecidos pela natureza ou pelos próprios seres humanos.

- Os seres humanos naturalmente aspiram ao conhecimento verdadeiro (porque são racionais), à justiça (porque são dotados de vontade livre) e à felicidade (porque são dotados de emoções e desejos). Isto é, os seres humanos não vivem nem agem cegamente, nem são comandados por forças extranaturais secretas e misteriosas, mas instituem por si mesmos valores pelos quais dão sentido à sua vida e às suas ações.

a filosofia nas entrelinhas

Benoit Marquet/Agência France-Presse

Moçambicano trabalha na primeira fábrica de medicamentos contra o vírus HIV de seu país, em Matola, 2012. A eficácia do coquetel anti-HIV equilibra o sistema imunológico e, com isso, garante ao portador do vírus uma melhora da qualidade de vida.

Esta atividade trabalha com os temas transversais Ética, Saúde e Orientação Sexual.

Os gregos transformaram em ciência (em conhecimento racional, abstrato e universal) aquilo que eram elementos de uma sabedoria prática para o uso direto na vida.

- Procure identificar nos artefatos científicos ou tecnológicos da atualidade a presença de elementos ou objetivos filosóficos. Por exemplo, qual a ética por trás da pesquisa, produção e comercialização de medicamentos como os que compõem o chamado coquetel antirretroviral, que combate o vírus da Aids, o HIV? Apoie seus argumentos no que foi estudado neste capítulo sobre a relação entre filosofia e ciência.

atividades

1. Qual é a origem do termo *philosophía* e por que Pitágoras utilizou-o para designar essa área do pensamento?
2. O que levou alguns gregos a se aproximarem da filosofia?
3. Um dos principais traços da filosofia nascente é a tendência à racionalidade. O que isso significa?
4. Explique a diferença entre síntese e análise e dê um exemplo não citado neste capítulo para cada uma.
5. O que significa afirmar que a razão e o pensamento operam obedecendo a leis, princípios e regras universais? Explique com suas palavras.
6. Para a ação humana, qual é a diferença entre o necessário, o contingente e o possível? Exponha dando novos exemplos.
7. O que é o mito? Por que ele merecia confiança e era inquestionável?
8. Quais as principais diferenças entre filosofia e mito? Dê um exemplo de mito que não tenha sido citado.
9. Liste, resumidamente, as condições históricas que propiciaram o surgimento da filosofia na Grécia e explique a importância da capacidade de abstração nesse processo.
10. Por que a invenção da política foi decisiva para o nascimento da filosofia?

INDICAÇÃO DE FILME

Ilha das flores

Direção de Jorge Furtado. Brasil, 1989.

Neste curta-metragem, o simples ato de jogar fora um tomate comprado revela-se muito mais complexo do que aparenta. Por meio de uma sequência sistemática de afirmações racionalmente fundamentadas, o filme expõe mecanismos e problemas da sociedade contemporânea.

Reprodução/Casa de Cinema de Porto Alegre

Detalhe do cartaz do filme Ilha das flores, *de Jorge Furtado.*

CAPÍTULO

4

Períodos e campos de investigação da filosofia grega

Como vimos no capítulo anterior, a filosofia nasce no momento em que o mito deixa de ser considerado a explicação mais convincente e satisfatória da realidade natural e humana. Apesar disso, a filosofia grega representa menos uma ruptura com a teologia e mais uma reformulação das narrativas míticas na tentativa de explicar a origem do mundo e das coisas.

Ao longo de alguns séculos, suas preocupações se ampliam para as questões humanas e, depois, para o que está além do mundo físico. Com os gregos, a filosofia também passa a categorizar as formas de saber e se coloca como campo privilegiado na busca do conhecimento de todas as coisas.

Entrada da Moderna Academia de Atenas, na Grécia, com as estátuas dos filósofos Platão (à esquerda) e Sócrates (à direita). Atrás e acima deles podem ser vistos os deuses Atena e Apolo. Foto de 2004.

Duncan Hull/Arquivo da editora

Os períodos da filosofia grega

Os quatro grandes períodos da filosofia grega, nos quais seu conteúdo se altera e se enriquece, são:

1. **Período pré-socrático** ou **cosmológico**, do fim do século VII a.C. ao fim do século V a.C., quando a filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza.
2. **Período socrático** ou **antropológico**, do fim do século V a.C. ao fim do século IV a.C., quando a filosofia investiga as questões humanas – isto é, a ética, a política e as técnicas – e busca compreender qual é o lugar do homem no mundo.
3. **Período sistemático**, do fim do século IV a.C. ao fim do século III a.C., quando a filosofia busca reunir e sistematizar tudo quanto foi pensado pela cosmologia e pelas investigações sobre a ação humana na ética, na política e nas técnicas. A filosofia se interessa em mostrar que tudo pode ser objeto do conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e de suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da verdade e da ciência. Nesse período desenvolvem-se a teoria do conhecimento, a psicologia e a lógica. Além disso, os filósofos procuram encontrar o fundamento último de todas as coisas. Essa investigação, séculos mais tarde, será designada *metafísica*.
4. **Período helenístico** ou **greco-romano**, do fim do século III a.C. ao século VI d.C. Nesse longo período, que abrange a época da hegemonia de Roma e do surgimento do cristianismo, a filosofia se ocupa sobretudo com as questões da ética, do conhecimento humano e das relações entre o homem e a natureza, e de ambos com Deus.

Os dois primeiros períodos da filosofia grega têm como referência o filósofo Sócrates de Atenas, donde a divisão em filosofia pré-socrática e socrática.

antropológico

Em grego, *ântropos* quer dizer 'homem'; por isso, o período socrático, centrado nas questões humanas, foi chamado *antropológico*.

Período pré-socrático ou cosmológico

A filosofia pré-socrática se desenvolve em cidades da Jônia (na hoje chamada Ásia Menor): Mileto, Éfeso, Samos e Clazômena; em cidades da Magna Grécia (sul da atual Itália e ilha da Sicília): Crotona, Tarento, Eleia e Agrigento; e na cidade de Abdera, na Trácia (nordeste do atual território da Grécia).

Centros de desenvolvimento da filosofia cosmológica

Adaptado de: WORLD History Atlas – Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Os principais filósofos pré-socráticos foram:

- os da Escola Jônica: Tales de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Anaximandro de Mileto e Heráclito de Éfeso;
- os da Escola Itálica: Pitágoras de Samos, Filolau de Crotona e Árquitas de Tarento;
- os da Escola Eleata: Parmênides de Eleia e Zenão de Eleia;
- os da Escola da Pluralidade: Empédocles de Agrigento, Leucipo de Abdera e Demócrito de Abdera.

Vejamos as principais características da cosmologia:

- É uma explicação racional e sistemática sobre a origem, ordem e transformação da natureza, da qual os seres humanos fazem parte. Desse modo, ao explicar a natureza, a filosofia também explica a origem e as mudanças dos seres humanos.
- Busca o princípio natural, eterno e imperecível, gerador de todos os seres. A cosmologia não admite a *criação* do mundo a partir do nada; ela afirma a *geração* de todas as coisas por um princípio natural de

onde tudo vem e para onde tudo retorna. Esse princípio é a **physis**, causa natural contínua e imperecível da existência de todos os seres e de suas transformações. A *physis* não pode ser conhecida pela percepção, pelos sentidos (esses só nos oferecem as coisas já existentes), mas apenas pelo pensamento. Em outras palavras, ela é aquilo que o pensamento descobre ao indagar a causa da existência e da transformação de todos os seres percebidos. A *physis* é a natureza em sua totalidade, isto é, entendida como princípio e causa primordial da existência e das transformações das coisas naturais (os seres humanos aí incluídos) e como o conjunto organizado de todos os seres naturais ou físicos.

- Afirma que, embora a *physis* seja imperecível, ela dá origem a todos os seres infinitamente variados e diferentes do mundo, que são seres perecíveis ou mortais. A *physis* é imortal e as coisas físicas são mortais.
- Afirma que, embora a *physis* seja imutável, os seres físicos ou naturais gerados por ela, além de serem mortais, são mutáveis. Como os seres estão em contínua transformação, o mundo está numa mudança contínua, sem por isso perder sua forma, sua ordem e sua estabilidade. Qualquer tipo de mudança – nascer; mudar de qualidade, de quantidade, de um lugar para outro; perecer – se diz em grego *kinésis* ('movimento'). As coisas naturais se movem ou são movidas por outros e o mundo está em movimento ou transformação permanente. O movimento das coisas e do mundo chama-se *devir*, e o devir segue leis rigorosas que o pensamento conhece. Essas leis mostram que toda mudança é a passagem de um estado ao seu contrário: dia-noite, claro-escuro, quente-frio, seco-úmido, novo-velho, pequeno-grande, bom-mau, cheio-vazio, um-muitos, vivo-morto, etc., e também no sentido inverso, noite-dia, escuro-claro, frio-quente, muitos-um, etc. Essa passagem obedece a leis determinadas pela *physis*.

Embora todos os pré-socráticos afirmassem as ideias que acabamos de expor, nem por isso concordaram ao determinar o que era a *physis*. Assim, Tales dizia que a *physis* era a água ou o úmido; Anaximandro considerava que era o ilimitado, sem qualidades definidas; Anaxímenes, que era o ar ou o frio; Pitágoras julgava que era o número (entendido como estrutura e relação proporcional entre os elementos que compõem as coisas); Heráclito afirmou que era o fogo; Empédocles, que eram quatro raízes (úmido, seco, quente e frio); Anaxágoras, que eram sementes que contêm os elementos de todas as coisas; Leucipo e Demócrito disseram que eram os átomos.

Período socrático ou antropológico

Com o desenvolvimento das cidades, do comércio, do artesanato e das artes militares, Atenas tornou-se o centro da vida social, política e cultural da Grécia. Em seu período de esplendor, conhecido como o Século de Péricles, a democracia floresceu. Dela, é possível ressaltar duas características de grande importância para o futuro da filosofia.

Em primeiro lugar, afirmava a igualdade de todos os homens adultos livres perante as leis. Em segundo, garantia a todos eles a participação direta no governo da *pólis*, e os que dele participavam tinham o direito de exprimir, discutir e defender em público suas opiniões sobre as decisões que a cidade deveria tomar. Surgia, assim, a figura política do **cidadão**.

Design Pics Inc./Alamy/Other Images

Lagarta em estágio final de formação de crisálida. Embora a physis *seja imutável, os seres físicos ou naturais gerados por ela são mutáveis ou estão em contínua transformação.*

physis
Palavra grega que significa 'fazer surgir, fazer brotar, fazer nascer, produzir'.

cidadania na Atenas antiga
Embora tivesse o sentido de 'condição mediante a qual um membro da *pólis* possa exercer seu direito de participar da vida política', o conceito de cidadania excluía aqueles que os gregos chamavam de *dependentes*: mulheres, escravos, crianças e idosos. Também estavam excluídos os estrangeiros. Portanto, só a minoria da população de Atenas de fato participava de sua vida política.

Mestres e alunos de uma escola de Atenas, retratados em uma vasilha grega de argila do século V a.C. O ideal da educação do Século de Péricles já não é a formação do jovem guerreiro, belo e bom, e sim a formação do bom cidadão.

Ora, para conseguir que sua opinião fosse aceita nas assembleias, o cidadão precisava ser capaz de persuadir os demais. Com isso, uma mudança profunda vai ocorrer na educação grega.

Antes da instituição da democracia, as cidades eram dominadas pelas famílias aristocráticas, senhoras das terras e do poder militar. Essas famílias criaram um padrão de educação pelo qual o homem ideal ou perfeito era o guerreiro belo e bom. Belo: seu corpo era formado pela ginástica, pela dança e pelos jogos de guerra, imitando os heróis da Guerra de Troia (Aquiles, Heitor, Ajax, Ulisses). Bom: seu espírito era formado escutando poetas como Homero, Píndaro e Hesíodo, aprendendo com eles as virtudes admiradas pelos deuses e praticadas pelos heróis; a principal delas era a coragem diante da morte, na guerra. A virtude era a ***aretê***, própria dos melhores, ou, em grego, própria dos *aristoi*.

Quando a economia agrária foi sendo suplantada pelo artesanato e pelo comércio, surgiu nas cidades (particularmente em Atenas) uma classe social urbana rica que desejava exercer o poder político, até então privilégio da classe aristocrática. É para responder aos anseios dessa nova classe social que a democracia será instituída. Com ela, o poder vai sendo retirado dos aristocratas e passado para os cidadãos. Dessa maneira, o antigo ideal educativo ou pedagógico também foi sendo substituído por outro. **O ideal da educação do Século de Péricles já não é a formação do jovem guerreiro, belo e bom, e sim a formação do bom cidadão.**

Ora, qual é o momento em que o cidadão mais aparece e mais exerce sua cidadania? Quando opina, discute, delibera e vota nas assembleias. Assim, a nova educação estabelece como padrão ideal a formação do bom orador, isto é, aquele que sabe falar em público e persuadir os outros na política.

Para dar aos jovens essa educação, substituindo a educação antiga dos poetas, surgiram, na Grécia, os **sofistas**, os primeiros filósofos do período socrático. Os sofistas mais importantes são: Protágoras de Abdera, Górgias de Leontini e Isócrates de Atenas.

Que diziam e faziam os sofistas? Diziam que os ensinamentos dos filósofos cosmologistas estavam repletos de erros e contradições e que não tinham utilidade para a vida da pólis. Apresentavam-se como mestres de oratória ou de retórica, afirmando ser possível ensinar aos jovens essa arte para que fossem bons cidadãos.

Que arte era essa? A arte da persuasão. Os sofistas ensinavam técnicas de persuasão aos jovens, que aprendiam a defender a posição ou opinião A, depois a posição ou opinião contrária, não A, de modo que, numa assembleia, pudessem ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhassem a discussão.

aretê

Palavra grega que significa 'excelência e superioridade'.

sofistas

É difícil conhecer o pensamento dos sofistas porque restaram apenas fragmentos de seus textos e, principalmente, o relato de seus adversários – Platão, Xenofonte, Aristóteles. Assim, não temos como saber se estes foram justos com aqueles. Historiadores mais recentes consideram os sofistas verdadeiros representantes do espírito democrático, isto é, da pluralidade conflituosa de opiniões e interesses, enquanto seus adversários defenderiam uma política aristocrática, na qual somente algumas opiniões e interesses teriam o direito de fato perante a sociedade.

Sócrates contra os sofistas

Sócrates rebelou-se contra os sofistas, dizendo que eles não eram filósofos, pois não tinham amor pela sabedoria nem respeito pela verdade, defendendo qualquer ideia, se isso fosse vantajoso. Corrompiam o espírito dos jovens, pois faziam o erro e a mentira valerem tanto quanto a verdade.

Como homem de seu tempo, Sócrates concordava com os sofistas em dois pontos: por um lado, a educação antiga do guerreiro belo e bom já não atendia às exigências da sociedade grega e, por outro, os filósofos cosmologistas defendiam ideias tão contrárias entre si que também não eram fonte segura para o conhecimento verdadeiro.

Discordando dos antigos poetas, dos antigos filósofos e dos sofistas, o que propunha Sócrates? **Propunha que, antes de querer conhecer a natureza ou persuadir os outros, cada um deveria conhecer-se a si mesmo.**

O retrato que a história da filosofia possui de Sócrates foi traçado por seu mais importante aluno e discípulo, o filósofo ateniense Platão. Que retrato Platão nos deixa de seu mestre Sócrates?

O de um homem que andava pelas ruas e praças de Atenas, pelo mercado e pela assembleia indagando a cada um: "Você sabe o que é isso que você está dizendo?", "Você sabe o que é isso em que você acredita?", "Você acha que conhece realmente aquilo em que acredita, aquilo em que está pensando, aquilo que está dizendo?". "Você diz", falava Sócrates, "que a coragem é importante, mas o que é a coragem?", "Você acredita que a justiça é importante, mas o que é a justiça?", "Você diz que ama as coisas e as pessoas belas, mas o que é a beleza?", "Você crê que seus amigos são a melhor coisa que você tem, mas o que é a amizade?".

Sócrates fazia perguntas sobre as ideias, sobre os valores nos quais os gregos acreditavam e que julgavam conhecer. Suas perguntas deixavam os interlocutores embaraçados, irritados, curiosos, pois, quando tentavam responder ao célebre "o que é?", descobriam, surpresos, que não sabiam responder e que nunca tinham pensado em suas crenças, valores e ideias.

Atlantide Phototravel/Corbis/Latinstock

Museu Whitney de Arte Americana, Nova York, Estados Unidos/UCS Image

"Só sei que nada sei"

Mas o pior não era isso: as pessoas esperavam que Sócrates respondesse por elas ou para elas. Que soubesse as respostas às perguntas, como os sofistas pareciam saber. Mas Sócrates, para desconcerto geral, dizia: "Eu também não sei, por isso estou perguntando". Donde a famosa expressão atribuída a ele: "Só sei que nada sei".

A consciência da própria ignorância é o começo da filosofia. O que procurava Sócrates? A definição daquilo que uma coisa, uma ideia, um valor são verdadeiramente. **Aquilo que uma coisa, uma ideia, um valor são realmente em si mesmos chama-se *essência*.**

Como a essência não é dada pela percepção sensorial, pelo que os sentidos nos trazem, e sim pelo trabalho do pensamento, procurá-la é procurar o que o pensamento conhece da realidade e da verdade de uma coisa, de uma ideia, de um valor. **Isso que o pensamento conhece da essência chama-se *conceito*.**

Sócrates procurava o conceito, e não a mera opinião que temos de nós mesmos, das coisas, das ideias e dos valores. Qual a diferença entre uma opinião e um conceito? A opinião varia de pessoa para pessoa, de lugar para lugar, de época para época. É instável, mutável, depende de cada um. O conceito, ao contrário, é uma verdade intemporal, universal e necessária que o pensamento descobre, pois mostra que é a essência universal, intemporal e necessária de alguma coisa.

À esquerda, Vênus de Milo *(c. 130 a.C.), escultura grega que representa a deusa do amor e da beleza, Afrodite (Vênus, na cultura romana). À direita,* Vênus Negra *(1965-1967), da artista francesa Niki de Saint-Phalle (1930-2002). O que é a beleza? Qual é a essência do belo?*

Por isso, Sócrates não perguntava se uma coisa era bela – pois nossa opinião sobre ela pode variar –, e sim "O que é a beleza?", "Qual é a essência ou o conceito do belo, do justo, do amor, da amizade?".

Sócrates perguntava: "Que razões rigorosas você possui para dizer o que diz e para pensar o que pensa?", "Qual é o fundamento racional daquilo que você fala e pensa?".

Ora, as perguntas de Sócrates referiam-se a ideias, valores, práticas e comportamentos que os atenienses julgavam certos e verdadeiros em si mesmos e por si mesmos. Ao suscitar dúvidas, Sócrates os fazia pensar não só sobre si mesmos, mas também sobre a pólis. Aquilo que parecia evidente acabava sendo percebido como duvidoso e incerto.

As ideias de Sócrates

Sabemos que os poderosos têm medo do pensamento, pois o poder é mais forte se ninguém pensar. Sem pensar, todos aceitam as coisas como elas são, ou melhor, como nos dizem e nos fazem acreditar que são. Para os poderosos de Atenas, Sócrates tornara-se um perigo, pois fazia a juventude pensar. Por isso, eles o acusaram de desrespeitar os deuses, corromper os jovens e violar as leis. Levado à assembleia, Sócrates não se defendeu e foi condenado a tomar um veneno, a cicuta.

Por que Sócrates não se defendeu? "Porque", dizia ele, "se eu me defender, estarei aceitando as acusações, e eu não as aceito. Se eu me defender, o que os juízes vão exigir de mim? Que eu pare de filosofar. Mas eu prefiro a morte a ter de renunciar à filosofia".

Sócrates nunca escreveu. O que sabemos de seu pensamento encontra-se nas obras de seus vários discípulos, e Platão foi o mais importante deles. Se reunirmos o que esse filósofo escreveu sobre os sofistas e sobre Sócrates, além da exposição de suas próprias ideias, poderemos encontrar algumas características gerais do período socrático:

- A filosofia se volta para as questões humanas no plano da ação, dos comportamentos, das ideias, das crenças, dos valores e, portanto, se preocupa com as questões morais e políticas.
- A filosofia parte da confiança no pensamento ou no homem como um ser racional, capaz de conhecer-se a si mesmo e, portanto, capaz de reflexão.
- Como se trata de conhecer a capacidade de conhecimento do homem, os filósofos procuram estabelecer procedimentos que garantam que se encontre a verdade. Isto é, considera-se que o pensamento deve oferecer a si mesmo caminhos próprios, critérios próprios e meios próprios para saber o que é o verdadeiro e como alcançá-lo em tudo o que investigamos.
- Ao buscar a definição das virtudes morais (do indivíduo) e das virtudes políticas (do cidadão), a filosofia toma como objeto central de suas investigações a moral e a política. Cabe a ela encontrar a definição, o conceito ou a essência dessas virtudes, para além da variedade das opiniões contrárias e diferentes.
- É feita, pela primeira vez, uma separação radical entre, de um lado, a opinião e as imagens das coisas, trazidas pelos nossos órgãos dos sentidos, pelos hábitos, pelas tradições, pelos interesses, e, de outro lado, os conceitos ou as ideias. As ideias se referem à essência invisível e verdadeira das coisas e só podem ser alcançadas pelo pensamento puro, que afasta os dados sensoriais, os hábitos recebidos, os preconceitos, as opiniões.
- A reflexão e o trabalho do pensamento são tomados como uma purificação intelectual que permite ao espírito humano conhecer a verdade invisível, imutável, universal e necessária.
- Sócrates e Platão se diferenciam dos sofistas porque não aceitam a validade das opiniões e das percepções sensoriais, vistas como fonte de erro, mentira e falsidade, e repudiam que elas sejam usadas para produzir argumentos de persuasão. Só assim o pensamento pode seguir seu caminho próprio rumo ao conhecimento verdadeiro.

São essas ideias que, de maneira alegórica ou simbólica, encontramos na exposição platônica do Mito da Caverna, que apresentamos no Capítulo 1. Nesse mito ou alegoria, Platão estabelece uma distinção decisiva para toda a história da filosofia e das ciências: a diferença entre **o sensível e o inteligível**.

o sensível e o inteligível

O sensível são as coisas que percebemos por meio da experiência sensorial ou dos órgãos dos sentidos e pela linguagem baseada nesses dados. O sensível nos dá imagens das coisas tais como nos aparecem e nos parecem, sem alcançar a realidade ou a essência delas. As imagens sensíveis formam a mera opinião – a *doxa* –, variável de pessoa para pessoa e variável numa mesma pessoa, dependendo das circunstâncias.

O inteligível é o conhecimento verdadeiro que alcançamos exclusivamente pelo pensamento. São as ideias imateriais de todos os seres ou as essências reais e verdadeiras das coisas. Para Platão, a filosofia é o esforço do pensamento para abandonar o sensível e passar ao inteligível.

diálogos *filosóficos*

A acusação de Sócrates

Vós tendes conhecimento de que os jovens que dispõem de mais tempo que os outros, os filhos das famílias mais ricas, seguem-me de livre e espontânea vontade, e se regozijam em assistir a esta minha análise dos homens; inúmeras vezes procuram imitar-me e tentam, por sua própria conta, analisar alguma pessoa. Logicamente, deparam-se com numerosos homens que julgam saber alguma coisa e sabem pouco ou nada, e então, aqueles que são analisados por eles voltam-se contra mim e não contra quem os analisou, declarando que Sócrates é homem por demais infame e corruptor dos jovens. E se alguém indaga: "Afinal, o que faz e o que ensina este Sócrates para corromper os jovens?", nada respondem, porque o desconhecem, e, só para não evidenciar que estão confusos, dizem as coisas que comumente são ditas contra todos os filósofos, além de afirmarem que ele especula sobre as coisas que se encontram no céu e as que ficam embaixo da terra, e que também ensina a não acreditar nos deuses e apresenta como melhores as piores razões. A verdade, porém, é que esses homens demonstraram ser pessoas que dão a impressão de saber tudo, porém, naturalmente, não querem dizer a verdade. Desta maneira, ambiciosos, dominados pela paixão e numerosos como são, e todos da mesma opinião nesta difamação a meu respeito e com argumentos que podem parecer também convincentes, sem escrúpulo algum encheram vossos ouvidos com suas calúnias. Este é o motivo pelo qual, finalmente, lançaram-se contra mim Meleto, Ânito e Lícon: Meleto profundamente irado por causa dos poetas, Ânito por causa dos artesãos e dos políticos, Lícon por causa dos oradores. Contudo, como vos disse desde o início seria de fato um verdadeiro milagre se eu tivesse a capacidade de arrancar-vos do coração esta calúnia que possui raízes tão firmes e profundas. Esta é, ó cidadãos, a verdade, e eu a revelo por completo, sem ocultar-vos nada, nem mesmo esquivando-me dela, embora saiba que sou odiado por muitos exatamente por isso. Por sinal, é outra prova de que digo a verdade, e que esta é a calúnia contra mim e esta a causa. Indagai quanto quiserdes, agora ou depois, e recebereis sempre a mesma resposta.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 73-74. (Os pensadores).

Período sistemático

Este período tem como principal nome o filósofo Aristóteles de Estagira, discípulo de Platão. Passados quase quatro séculos de filosofia, Aristóteles apresenta uma verdadeira enciclopédia que se propunha a reunir todo o saber produzido e acumulado pelos gregos em todos os ramos do pensamento e da prática, considerando essa totalidade de saberes como sendo a filosofia. Esta, portanto, não é um saber específico sobre algum assunto, mas uma forma de conhecer todas as coisas, com procedimentos diferentes para cada campo de coisas.

Além de a filosofia ser o conhecimento da totalidade dos conhecimentos e práticas humanas, ela também diferencia esses conhecimentos, distribuindo-os numa escala que vai dos mais simples e inferiores aos mais complexos e superiores. Essa classificação e distribuição dos conhecimentos fixou, para o pensamento ocidental, os campos de investigação da filosofia como totalidade do saber humano.

Cada saber possui um campo próprio, um objeto específico, procedimentos específicos para sua aquisição e exposição, formas próprias de demonstração e prova. Cada campo do conhecimento é uma *ciência* (em grego, *epistéme*). Antes que se constitua esse conjunto de fatores para um conhecimento, porém, Aristóteles afirma que é preciso conhecer os princípios e as leis gerais que governam o pensamento, independentemente do conteúdo que possa vir a ser pensado.

O estudo dos princípios e das formas do pensamento, sem preocupação com seu conteúdo, foi chamado por Aristóteles de *analítica*, mas, desde a Idade Média, passou a se chamar **lógica**. Aristóteles foi o criador da lógica como instrumento do conhecimento em qualquer campo do saber. A lógica não é uma ciência, mas o instrumento para ela e, por isso, não consta da classificação feita por Aristóteles.

Período helenístico

Trata-se do último período da filosofia antiga, quando a pólis grega desaparece como centro político e deixa de ser a referência principal dos filósofos, uma vez que a Grécia se encontra sob o poderio de outros impérios, particularmente o Macedônico e o Romano. Os filósofos dizem, agora, que o mundo é sua cidade e que eles são cidadãos do mundo. Como, em grego, mundo se diz *cosmos*, esse período é chamado o da *filosofia cosmopolita*.

Essa época da filosofia é constituída por grandes sistemas ou doutrinas que buscam entender a realidade como um todo articulado e entrelaçado formado pelas coisas da natureza, os seres humanos, pelas relações entre estes e destes com a divindade. Esta estabelece e conserva a ordem universal. Predominam preocupações com a física, a ética e a teologia.

Datam desse período quatro grandes sistemas que influenciaram o pensamento cristão, em formação nessa época: *estoicismo*, *epicurismo*, *ceticismo* e *neoplatonismo*.

A amplidão do Império Romano, a presença crescente de religiões orientais no Império, as relações comerciais e culturais entre Ocidente e Oriente fizeram aumentar os contatos dos filósofos helenistas com a sabedoria oriental. Podemos falar numa *orientalização* da filosofia, sobretudo com a aparição de aspectos místicos e religiosos no pensamento e na ação.

RMN-Grand Palais (Musée du Louvre)/Les frères Chuzeville/Other Images

Alexandre com lança (séc. IV a.C.), miniatura de escultura realizada por Lísipo, um dos retratistas oficiais de Alexandre, o Grande, rei da Macedônia. Em seu reinado, os filósofos deixam de ter a pólis grega como referência principal e tomam contato com as contribuições do pensamento de outros povos.

Os campos do conhecimento filosófico

Devemos a Aristóteles a primeira grande classificação dos campos da atividade filosófica ao distinguir e classificar todos os saberes humanos (cuja totalidade é a filosofia). O critério por ele adotado é a distinção entre *ação* e *contemplação*. Isto é, Aristóteles diferencia os saberes ou ciências que constituem a filosofia conforme seus objetos e finalidades – atividades produtivas, éticas e políticas ou puramente intelectuais, interessadas exclusivamente no conhecimento.

Vejamos, pois, a classificação aristotélica dos campos do saber:

- **Ciências produtivas**: ciências que estudam as práticas produtivas ou as técnicas, isto é, as ações humanas que visam à produção de um objeto, de uma obra. São elas: arquitetura, economia, medicina, pintura, escultura, poesia, teatro, oratória, arte da guerra, da caça, da navegação, etc. Em suma, são objeto das ciências produtivas todas as atividades humanas técnicas e artísticas que resultam num produto ou numa obra distintos do produtor.
- **Ciências práticas**: ciências que estudam as práticas humanas que têm seu fim nelas mesmas. Em outras palavras, aquelas em que a finalidade da ação é ela mesma, e não há distinção entre o agente e o ato que ele realiza. São elas: **ética**, em que a vontade guiada pela razão leva à ação conforme as virtudes morais (coragem, generosidade, fidelidade, lealdade, clemência, prudência, amizade, justiça, modéstia, honradez, etc.), tendo como finalidade o bem do indivíduo; e **política**, em que a ação racional voluntária tem como fim o bem da comunidade ou o bem comum.
- **Ciências teoréticas ou contemplativas**: são aquelas que estudam coisas que existem independentemente dos homens e de suas ações e que, não tendo sido feitas pelos homens, podem apenas ser contempladas por eles. O que são as coisas que existem por si

ética e política

Para os gregos da época clássica, a política é superior à ética, pois a verdadeira liberdade, sem a qual não pode haver vida virtuosa, só é conseguida na *pólis*. Por isso, a finalidade da política é a vida justa, a vida boa e bela, a vida livre, da qual depende a atividade ética ou moral dos indivíduos.

theória

Em grego, 'contemplação da verdade'.

mesmas e em si mesmas, independentemente de nossa ação técnica e de nossa ação moral e política? São as coisas da natureza e as coisas divinas. Aristóteles, aqui, classifica as ciências teoréticas por graus de superioridade, indo da mais inferior à superior:

1. ciência das coisas naturais submetidas à mudança ou ao devir: física, biologia, meteorologia, psicologia (a alma – em grego, *psyché* – é um ser natural que existe de formas variadas em todos os seres vivos, plantas, animais e seres humanos);
2. ciência das coisas naturais que não estão submetidas à mudança ou ao devir: as matemáticas e a astronomia (os gregos julgavam que os astros eram eternos e imutáveis);
3. ciência da realidade pura, que estuda o que Aristóteles chama de *Ser* ou *substância* de tudo o que existe. Ou seja, trata-se daquilo que deve haver em toda e qualquer realidade – natural, matemática, ética, política ou técnica – para ser realidade. A ciência teorética que estuda o puro Ser foi chamada *Filosofia Primeira* por Aristóteles. Alguns séculos depois, como os livros que a expunham estavam localizados nas bibliotecas depois dos livros que expunham a física, ela passou a ser chamada **metafísica** (em grego, *meta* significa 'o que vem depois, o que está além'; ou seja, no caso, os livros que vinham depois da física e que tratavam da realidade para além da física);
4. ciência das coisas divinas que são a causa e a finalidade de tudo o que existe na natureza e no homem. *Deus* – em grego, *théos* – e as coisas divinas são chamadas *theion*; por isso, esta última ciência se chama **teologia**.

A filosofia, para Aristóteles, encontra seu ponto mais alto na metafísica e na teologia, das quais derivam todos os outros conhecimentos.

Afresco minoico, encontrado na ilha de Santorini e datado de aproximadamente 1500 a.C., que retrata um pescador. Museu Arqueológico Nacional, em Atenas, na Grécia.

A herança aristotélica

A classificação aristotélica só seria desfeita no século XIX de nossa era, quando as ciências particulares foram se separando do tronco geral da filosofia. Considerando-se a herança deixada pela classificação aristotélica, podemos dizer que, até hoje, os campos de investigação da filosofia são três:

1. O do **conhecimento do Ser**: isto é, da realidade fundamental e primordial de todas as coisas, ou da essência de toda realidade. Como, em grego, *ser* é *on* e *as coisas*, *ta onta*, esse campo é chamado **ontologia**. Na concepção de Aristóteles, a ontologia era formada pelo conjunto da Filosofia Primeira e da teologia.
2. O do **conhecimento das ações humanas ou dos valores e das finalidades da ação humana**: das ações que têm em si mesmas sua finalidade, a ética e a política; e das ações que têm sua finalidade num produto ou numa obra, as técnicas e as artes e seus valores (utilidade, beleza, etc.).
3. O do **conhecimento da capacidade humana de conhecer**: isto é, o conhecimento do próprio pensamento em exercício. Nesse campo estão: a lógica, que oferece as leis gerais do pensamento; a teoria do conhecimento, que oferece os procedimentos pelos quais conhecemos; as ciências propriamente ditas; e o conhecimento do conhecimento científico, isto é, a teoria das ciências ou epistemologia, que estuda e avalia os procedimentos empregados pelas diferentes ciências para definir e conhecer seus objetos.

a filosofia nas entrelinhas

Peter Ruhe/Hulton Archive/Getty Images

Mahatma Gandhi em uma de suas mais conhecidas fotos, em Mumbai, na Índia, em 1942.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e História e com o tema transversal Ética.

Nascido em 1869, na Índia, Mohandas Gandhi foi o principal líder na luta pela emancipação política de seu país do domínio britânico. Chamado Mahatma ('grande alma', em sânscrito) por seus seguidores, tinha como método o diálogo e a não violência.

- Faça uma pesquisa sobre essa personagem da história do século XX. Depois, releia o que já foi dito sobre o filósofo grego Sócrates neste capítulo e nos anteriores. Em seguida, escreva um pequeno texto comentando as semelhanças entre ambos.

atividades

1. Liste os principais períodos da filosofia grega, relacionando-os à ideia central de cada um deles.
2. O que é *kinésis* ou o devir? Por que essa ideia é central no pensamento pré-socrático?
3. Que ensinamentos dos sofistas Sócrates combatia? O que ele propunha em contrapartida?
4. Explique, em suas palavras, o que Sócrates pretendia ao buscar a essência e o conceito das coisas.
5. Sócrates incomodou muitos atenienses e acabou sendo condenado à morte.
   a) Por que isso aconteceu?
   b) Busque na história um exemplo de outro indivíduo ou movimento perseguido por causas semelhantes.
6. Em sua opinião, qual é a herança mais importante da filosofia socrática para a filosofia do período sistemático? Por quê?
7. Tomando como base a classificação aristotélica dos campos da investigação filosófica, como poderiam ser categorizadas a química e a agronomia? Justifique.

INDICAÇÃO DE FILME

Alexandre
Direção de Oliver Stone.
Estados Unidos, 2004.

Filme épico que se baseia na vida do imperador Alexandre, da Macedônia. Discípulo, quando jovem, do filósofo Aristóteles, Alexandre expandiu até a Índia e o Egito o império que seu pai iniciou ao conquistar as cidades gregas. O filme retrata sua história como uma trama de conquistas militares, busca pela sabedoria e relações pessoais de amor e ciúme.

Warner Bros./Album Cinema/Latinstock

O jovem Alexandre (Connor Paolo) e seu tutor, Aristóteles (Christopher Plummer), em cena do filme Alexandre*, dirigido por Oliver Stone.*

CAPÍTULO

5

Principais períodos da história da filosofia

A partir do declínio do Império Romano e da conversão da maioria dos povos europeus ao cristianismo, a filosofia incorpora novas questões e enfrenta outros desafios. Desse período até os dias de hoje, ela continuou a se modificar: suas áreas de interesse se ampliaram, porém, parte de seus conhecimentos se tornaram disciplinas independentes e os problemas sobre os quais os filósofos se debruçam são outros, mais atuais.

Essas mudanças são esperadas, dado que, como todas as criações e instituições humanas, a filosofia está na história e tem uma história. Vamos, então, conhecer as principais características de cada período da história da filosofia.

Escola de Atenas *(1509-1511), Palácio do Vaticano. Esta obra do pintor renascentista Rafael Sanzio retrata filósofos de diversas épocas ocupados numa discussão, tendo ao centro Platão e Aristóteles.*

A filosofia na história

Como vimos, a filosofia está na história e tem uma história. Está na história: a filosofia manifesta e exprime os problemas e as questões que, em cada época, os seres humanos colocam para si mesmos diante do que é novo e ainda não foi compreendido. A filosofia procura enfrentar essa novidade oferecendo caminhos, respostas e, sobretudo, propondo novas perguntas, num diálogo permanente com a sociedade e a cultura de seu tempo.

Tem uma história: as respostas, soluções e novas perguntas que os filósofos de uma época oferecem ou tornam-se saberes adquiridos que outros filósofos prosseguem, ou, frequentemente, tornam-se novos problemas que outros filósofos tentam resolver. Nesses momentos, as gerações posteriores podem tanto aproveitar o passado filosófico como criticá-lo e refutá-lo.

Além disso, as transformações nos modos de conhecer podem ampliar os **campos de investigação da filosofia**, fazendo surgir novas disciplinas filosóficas. Por outro lado, podem também diminuí-los, porque alguns de seus conhecimentos podem formar disciplinas separadas.

campos de investigação da filosofia
A filosofia teve seu campo de atividade aumentado, no século XVIII, com a filosofia da arte ou estética; no século XIX, a filosofia da história; no século XX, a filosofia da linguagem. Por outro lado, seu campo diminuiu quando as ciências que dela faziam parte passaram a constituir suas próprias esferas de investigação. É o que ocorre no século XVIII, quando se desligam da filosofia a biologia, a física e a química; e, no século XX, as chamadas ciências humanas (psicologia, antropologia, história, etc.).

Os principais períodos da filosofia

Por estar na história e ter uma história, a filosofia costuma ser apresentada em grandes períodos que acompanham, de modo mais geral, os períodos em que os historiadores dividem a história da sociedade ocidental.

Filosofia antiga (do século VI a.C. ao século VI d.C.)

Compreende os quatro grandes períodos da filosofia greco-romana, indo do período pré-socrático ao helenístico, vistos no capítulo anterior.

Filosofia patrística (do século I ao século VII)

Inicia-se com as Epístolas de Paulo e o Evangelho de João e termina no século VIII, quando teve início a filosofia medieval.

A filosofia desse período é conhecida com o nome de **patrística**, pois foi obra não só de dois apóstolos (Paulo e João), mas também dos chamados padres da Igreja católica, isto é, dos primeiros dirigentes espirituais e políticos do cristianismo, após a morte dos apóstolos.

A patrística resultou do esforço feito pelos dois apóstolos intelectuais (Paulo e João) e pelos primeiros padres para conciliar a nova religião – o cristianismo – com o pensamento filosófico dos gregos e romanos, pois somente com tal conciliação seria possível convencer os pagãos da nova verdade e convertê-los a ela. A filosofia patrística liga-se, portanto, à evangelização e à defesa da religião cristã contra os ataques teóricos e morais que recebia dos antigos. Seus nomes mais importantes foram Justino, Tertuliano, Orígenes, Clemente, Eusébio, Santo Ambrósio, São Gregório Nazianzo, São João Crisóstomo, Santo Agostinho e Boécio.

Tibor Bognar/Photononstop/Agência France-Presse

Santo Basílio, São João Crisóstomo e São Gregório Nazianzo retratados em mosaico do século XIV na antiga Igreja de São Salvador, atual Museu Chora (Kariye Muzesi), em Istambul, Turquia. Muitos dos filósofos da patrística eram religiosos que buscavam conciliar as crenças cristãs com a herança filosófica de gregos e romanos.

A patrística introduziu ideias desconhecidas para os filósofos greco-romanos: a ideia de criação do mundo a partir do nada, de pecado original do homem, de Deus como trindade una, de encarnação e morte de Deus, de juízo final ou de fim dos tempos e ressurreição dos mortos, etc. Precisou também explicar como o mal pode existir no mundo, uma vez que tudo foi criado por Deus, que é pura perfeição e bondade.

Introduziu, sobretudo com Santo Agostinho e Boécio, a ideia de "homem interior", isto é, da consciência moral e do livre-arbítrio da vontade, pelo qual o homem, por ser dotado de liberdade para escolher entre o bem e o mal, é o responsável pela existência do mal no mundo.

Para impor as ideias cristãs, os padres da Igreja católica as transformaram em verdades reveladas por Deus (por meio da Bíblia e dos santos) que, por serem decretos divinos, seriam **dogmas**, isto é, verdades irrefutáveis e inquestionáveis. Com isso, criou-se uma distinção entre *verdades reveladas* ou *da fé* e *verdades da razão* ou *humanas*, ou seja, entre *verdades sobrenaturais* e *verdades naturais*, as primeiras introduzindo a noção de conhecimento recebido por uma graça divina, superior ao simples conhecimento racional. **Dessa forma, o grande tema da filosofia patrística é o da possibilidade ou impossibilidade de conciliar a razão com a fé.**

A esse respeito, havia três posições principais:

1. os que julgavam fé e razão irreconciliáveis e a fé superior à razão (diziam eles: "Creio porque absurdo");
2. os que julgavam fé e razão conciliáveis, mas subordinavam a razão à fé (diziam: "Creio para compreender");
3. os que julgavam razão e fé irreconciliáveis, mas afirmavam que cada uma delas tem seu campo próprio de conhecimento e não devem se misturar (a razão se refere a tudo o que concerne à vida temporal dos homens no mundo; a fé, a tudo o que se refere à salvação da alma e à vida eterna futura).

Filosofia medieval (do século VIII ao século XIV)

Abrange pensadores europeus, muçulmanos e judeus. É o período em que a Igreja romana dominava a Europa, ungia e coroava reis, organizava Cruzadas à chamada Terra Santa e criava, à volta das catedrais, as primeiras universidades ou escolas. A partir do século XII, por ter sido ensinada nas escolas, a filosofia medieval também é conhecida com o nome de **escolástica**.

A filosofia medieval teve como influências principais Platão e Aristóteles, embora o Platão conhecido pelos medievais fosse o *neoplatônico* (isto é, interpretado pelo filósofo Plotino, do século II d.C.), e o Aristóteles por eles conhecido fosse aquele conservado e traduzido pelos pensadores muçulmanos, particularmente Avicena e Averróis.

Conservando e discutindo os mesmos problemas que a patrística, a filosofia medieval acrescentou outros. Durante esse período surge propriamente a filosofia cristã, que é, na verdade, uma teologia fundada na nova fé dominante no Ocidente. Alguns de seus grandes temas são: a diferença e separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo); a diferença entre razão e fé (a primeira

diálogos *filosóficos*

O saber e a iluminação divina

Nosso saber consta de coisas que vemos e coisas em que acreditamos; das primeiras, somos testemunhas diretas, das segundas, temos o testemunho idôneo de outros que nos fazem crer porque, por meio de palavras e escritos, nos oferecem sinais dessas coisas que não vemos. Podemos com razão dizer que há saber quando cremos em algo com certeza e dizemos que vemos com a mente essas coisas nas quais cremos, ainda que não estejam presentes aos nossos órgãos dos sentidos [...] Realmente, a fé se vê com a mente [...] Por isso o apóstolo Pedro diz: "Aquele em quem agora crês, não o vês"; e disse o Senhor: "Bem-aventurados os que não viram e creram". [...] Terás, assim, reconhecido a diferença entre ver com os olhos do corpo e com os olhos da mente [...] Crer se realiza com a mente e se vê com a mente e as coisas em que com essa fé cremos distam do olhar de nossos olhos. Por isso vejo a minha fé, mas não posso ver a tua, assim como tu vês a tua fé e não podes ver a minha, pois ninguém sabe o que se passa no espírito que está em cada homem até que venha o Senhor e ilumine os segredos das trevas e manifeste os pensamentos do coração para que cada um possa ver não somente os seus, mas também os alheios.

SANTO AGOSTINHO. Carta a Paulina. In: FERNÁNDEZ, Clemente (Org.). *Los filósofos medievales*. Selección de textos. Madrid: Editorial Católica, 1979. p. 493-494. Texto traduzido.

deve subordinar-se à segunda); a diferença e separação entre corpo (matéria) e alma (espírito); o Universo como uma hierarquia de seres, pela qual os superiores (Deus, serafins, querubins, arcanjos, anjos, alma) dominam e governam os inferiores (corpo, animais, vegetais, minerais); a subordinação do poder temporal dos reis e nobres ao poder espiritual de papas e bispos.

Outra característica marcante da escolástica foi o método por ela inventado para expor as ideias filosóficas, conhecido como *disputa*: apresentava-se uma tese e esta devia ser ou refutada ou defendida com argumentos tirados da Bíblia, de Aristóteles, de Platão ou de padres da Igreja, particularmente Pedro Lombardo.

Assim, uma ideia era considerada uma tese verdadeira ou falsa dependendo da força e da qualidade dos argumentos encontrados nos vários autores. **Por causa desse método de disputa, costuma-se dizer que, na Idade Média, o pensamento estava subordinado ao *princípio da autoridade*, isto é, uma ideia é considerada verdadeira se tiver respaldo nos argumentos de uma autoridade reconhecida – Bíblia, Platão, Aristóteles, um papa, um santo.**

Catarina de Siena (1347-1380), filósofa e teóloga escolástica, retratada por Domenico Beccafumi no século XVI. Pinacoteca Nacional de Siena, na Itália.

Filosofia da Renascença (séculos XIV e XV)

É marcada pela descoberta, na Europa ocidental, das obras de Platão e de outras obras de Aristóteles, desconhecidas na Idade Média. Essas obras, lidas em grego, recebem novas traduções, mais acuradas e fiéis. Nessa época, muitos também se dedicam a recuperar obras de autores e artistas gregos e romanos e a imitá-los.

São três as grandes linhas de pensamento que predominavam na Renascença:

1. Aquela proveniente da leitura de três diálogos de Platão (*Banquete*, *Fédon*, *Fedro*), das obras dos filósofos neoplatônicos e da descoberta do conjunto dos livros de hermetismo ou de magia natural, que se supunha terem vindo do Egito, escritos séculos antes de Moisés e de Platão, ditados por deuses a seus filhos humanos.

   Essa linha de pensamento, surgida na cidade de Florença (na atual Itália), concebia a natureza como um grande ser vivo, dotado de uma alma universal (a Alma do Mundo) e feito de laços e vínculos secretos de simpatia e antipatia entre todas as coisas. O homem, como parte da natureza, poderia agir sobre o mundo por meio de conhecimentos e práticas que operam com essas ligações secretas, isto é, por meio da magia natural, da alquimia e da astrologia.
2. Aquela originária dos pensadores florentinos que valorizavam a vida ativa (a política) e defendiam a liberdade das cidades italianas contra o poderio dos papas e dos imperadores. Na defesa da liberdade política, esses pensadores recuperaram a ideia de república presente nas obras dos grandes autores políticos da Roma antiga, como Cícero, Tito Lívio e Tácito, bem como nos escritos de historiadores e juristas clássicos. Sua proposta era a da "imitação dos antigos", ou o renascimento da república livre.
3. Aquela que propunha o ideal do homem como artífice de seu próprio destino, tanto por meio dos conhecimentos (astrologia, magia, alquimia) como por meio da política (o ideal republicano), das técnicas (medicina, arquitetura, engenharia, navegação) e das artes (pintura, escultura, poesia, teatro).

Essas três linhas de pensamento explicam por que se costuma falar no humanismo como traço predominante da Renascença, uma vez que nelas o homem é colocado como centro do Universo, defendido em sua liberdade e em seu poder criador e transformador.

A intensa atividade teórica e prática dessa época foi alimentada com as grandes viagens marítimas, que levavam os europeus a conhecer novos mares, novos céus, novas terras e novas gentes, permitindo-lhes ter uma visão crítica de sua própria sociedade. Essa efervescência cultural e política levou a críticas profundas à Igreja romana, que culminaram na Reforma protestante.

Filosofia moderna (do século XVII a meados do século XVIII)

Nesse período, conhecido como o *Grande Racionalismo Clássico*, foi preciso enfrentar um ambiente de pessimismo teórico, reinante desde o fim do século XVI. Dominava o **ceticismo**, a atitude filosófica que duvida da capacidade da razão humana para conhecer a realidade exterior e o homem.

As guerras de religião, os encontros dos europeus com povos que desconheciam, as disputas filosóficas e teológicas criaram um ambiente em que o sábio já não podia admitir que a razão humana é capaz de conhecimento verdadeiro e que a verdade é universal e necessária. Ao contrário, diante da multiplicidade de opiniões em luta, o sábio tornou-se cético.

Para restaurar o ideal filosófico da possibilidade do conhecimento racional verdadeiro e universal, a filosofia moderna propõe três mudanças teóricas principais:

1. O surgimento do *sujeito do conhecimento*: a filosofia, em lugar de começar por conhecer a natureza (como na filosofia antiga) ou Deus (como na patrística e na escolástica), começa indagando qual é a capacidade da razão humana para conhecer e demonstrar a verdade dos conhecimentos. Em outras palavras, em vez de começar pelas coisas a serem conhecidas, sobre as quais só cabem dúvidas e desconfianças, a filosofia começa pela reflexão. Assim, aquele que conhece (o sujeito do conhecimento) volta-se para si mesmo para saber se é capaz de conhecimento verdadeiro e, se o for, sob quais condições ele é capaz disso. Somente depois de conhecer-se a si mesmo como capaz de conhecimento verdadeiro é que o sujeito se volta para as coisas a conhecer ou para os objetos do conhecimento.
   O ponto de partida é, portanto, o sujeito do conhecimento como consciência de si reflexiva, isto é, como consciência que conhece sua capacidade de conhecer. O sujeito do conhecimento é o intelecto ou a inteligência que, com a vontade, existe no interior de uma substância espiritual, a alma. A natureza da alma é completamente diferente da natureza de outra substância, a corpórea, que constitui a natureza do nosso corpo e dos corpos exteriores.
   Por isso, para vencer o ceticismo, a filosofia precisa responder às perguntas: "Como o intelecto pode conhecer o que é diferente dele?"; "Como o espírito pode conhecer a matéria?"; "Como o sujeito espiritual pode conhecer os objetos corporais, o seu próprio corpo e os demais corpos da natureza?".
2. A resposta a essas perguntas constituiu a segunda grande mudança teórica, que diz respeito ao objeto do conhecimento. Para os modernos, as coisas exteriores (a natureza, as instituições sociais e políticas) são conhecidas quando o sujeito do conhecimento as representa intelectualmente, ou seja, quando as apreende como ideias que dependem apenas das operações **cognitivas** realizadas pelo próprio sujeito.
   Isso significa, por um lado, que tudo o que pode ser conhecido deve poder ser representado por um conceito ou por uma ideia clara e distinta, demonstrável e necessária, formulada pelo intelecto; e, por

cognitivo
Palavra originada do latim *cognoscĕre*, 'conhecer'. No caso, trata-se dos processos mentais que permitem o conhecimento.

Vista da Galleria degli Uffizi, em Florença, Itália, em 2012. Construída a mando da dinastia dos Médici, no século XVI, a edificação expressa os valores renascentistas em sua arquitetura (como a valorização da perspectiva) e em seu uso (foi sede de escritórios da administração da antiga República de Florença e, até hoje, abriga importantes obras de arte).

Sylvain Sonnet/Corbis/Latinstock

outro lado, que a natureza, a sociedade e a política podem ser inteiramente conhecidas pelo sujeito do conhecimento, porque são racionais em si mesmas e propensas a serem representadas pelas ideias do sujeito do conhecimento.

3. Essa concepção da realidade como racional e plenamente captável pelas ideias e conceitos preparou a terceira grande mudança teórica moderna. A natureza, a partir de Galileu, é concebida como um sistema ordenado de causas e efeitos cuja estrutura profunda e invisível é matemática. O "livro do mundo", diz Galileu, "está escrito em caracteres matemáticos, e para lê-lo é preciso conhecer matemática".

   Essa ideia deu origem à ciência clássica, na qual prevalece o ponto de vista da mecânica, isto é, o de que nas relações de causa e efeito entre as coisas a causa é sempre o movimento, e este segue leis universais necessárias que podem ser explicadas e representadas matematicamente. Todos os fatos da realidade podem ser conhecidos pelas relações necessárias de causa e efeito que os produzem, os conservam ou os destroem.

   A realidade é um sistema de causalidades racionais rigorosas que podem ser conhecidas e transformadas pelo homem. Nascem, assim, a ideia de experimentação científica (são criados os laboratórios) e o ideal tecnológico, ou seja, a expectativa de que o homem poderá dominar tecnicamente a natureza e a sociedade, graças à invenção de máquinas.

   Existe também a convicção de que a razão humana é capaz de conhecer a origem, as causas e os efeitos das paixões e das emoções e, pela vontade orientada pela razão, é capaz de governá-las e dominá-las, de sorte que a vida ética pode ser plenamente racional.

   A mesma convicção orienta o racionalismo político, isto é, a ideia de que a razão é capaz de definir para cada sociedade qual o melhor regime político e como mantê-lo racionalmente.

Os principais pensadores desse período foram: Francis Bacon, Descartes, Galileu, Pascal, Hobbes, Leibniz, Espinosa, Malebranche, Locke, Berkeley, Newton, Gassendi.

Filosofia da Ilustração ou Iluminismo (meados do século XVIII ao início do século XIX)

Esse período também crê nos poderes da razão, chamada de *As Luzes* (por isso o nome **Iluminismo**). O Iluminismo afirma que:

- pela razão, o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política (as ideias do Iluminismo foram decisivas para a Revolução Francesa de 1789);
- a razão é capaz de aperfeiçoamento e progresso, e o homem é um ser perfectível. A perfectibilidade consiste em libertar-se dos preconceitos religiosos, sociais e morais, em libertar-se da superstição e do medo, graças ao avanço das ciências, das artes e da moral;
- o aperfeiçoamento da razão se realiza pelo progresso das civilizações, que vão das mais atrasadas (também chamadas de "primitivas" ou "selvagens") às mais adiantadas e perfeitas (na visão da maioria de seus filósofos, as da Europa ocidental);
- há diferença entre natureza e civilização: a natureza é o reino das leis naturais universais e imutáveis, enquanto a civilização é o reino da liberdade e da finalidade proposta pela vontade livre dos próprios homens em seu aperfeiçoamento moral, técnico e político.

  A natureza é o reino da necessidade, isto é, das coisas e acontecimentos que não podem ser diferentes do que são; a civilização é o reino da liberdade, isto é, onde os fatos e acontecimentos podem ser diferentes do que são porque a vontade humana pode escolher entre alternativas.

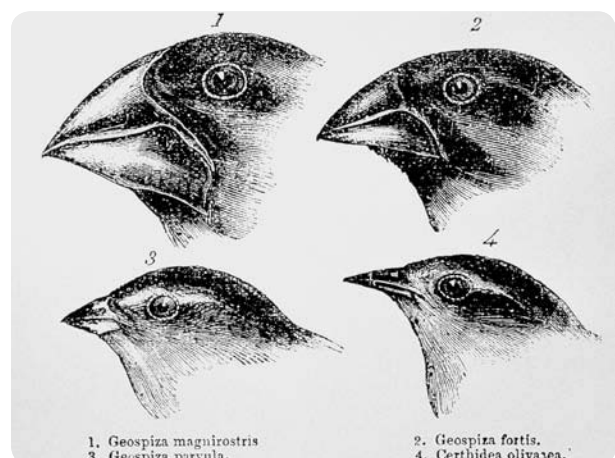
Nesse período há grande interesse pelas ciências que operam com a ideia de transformação progressiva. Por isso, a biologia terá um lugar central no pensamento ilustrado, pertencendo ao campo da filosofia da vida. Há igualmente grande interesse e preocupação com as artes, na medida em que elas seriam a expressão por excelência do grau de progresso de uma civilização.

Dr. Jeremy Burgess/SPL/Latinstock

Ilustração para a edição inglesa de 1889 da obra A origem das espécies, *do naturalista inglês Charles Darwin. A ideia de transformação progressiva, presente em ciências como a biologia, também podia ser percebida na filosofia iluminista.*

Data também desse período o interesse pelas bases econômicas da vida social e política. Surge uma reflexão sobre a origem e a forma das riquezas das nações, com uma controvérsia sobre qual é a fonte de maior importância: a agricultura (corrente fisiocrata) ou o comércio (corrente mercantilista).

Os principais pensadores do período foram: Hume, Voltaire, D'Alembert, Diderot, Rousseau, Kant, Fichte e Schelling.

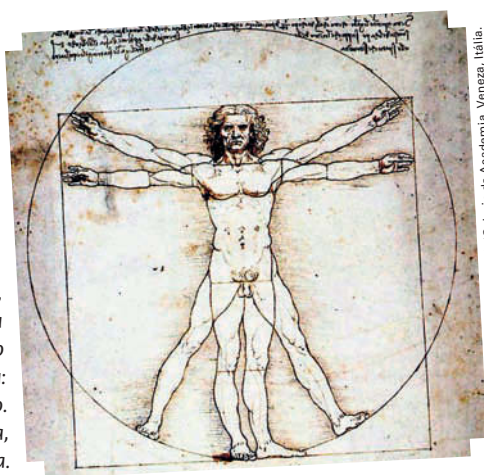
Filosofia contemporânea

Abrange o pensamento que vai de meados do século XIX aos nossos dias. Este período, por ser o mais próximo de nós, parece o mais complexo de definir: as diferenças entre as várias posições filosóficas nos parecem muito grandes, pois as estamos vendo surgir diante de nós.

Para facilitar uma visão mais geral do período, faremos, no próximo capítulo, uma contraposição entre as principais ideias do século XIX e as do século XX.

a filosofia nas entrelinhas

O homem vitruviano, *de Leonardo da Vinci sintetiza o ideário renascentista: humanista e clássico. Galeria da Academia, em Veneza, na Itália.*

Reprodução/Galeria da Academia, Veneza, Itália.

Uma das linhas de pensamento da Renascença propunha o ideal do homem como artífice de seu próprio destino, tanto por meio dos conhecimentos como por meio da política, das técnicas e das artes. Esse ideal tinha como base a razão, cuja influência chegou até os dias atuais.

- Em grupo ou individualmente, escolha(m) uma atividade do mundo contemporâneo em que você(s) identifique(m) a presença da razão. Em seguida, elabore(m) um breve comentário sobre ela e sobre como a razão a influencia.

atividades

1. A filosofia está à margem da história ou intimamente ligada a ela? Por quê?
2. A patrística tentou conciliar a teologia cristã com ideias da filosofia greco-romana, em especial nas relações entre fé e razão. Para você, essa proposta era coerente? Por quê?
3. Quais eram os grandes temas da filosofia medieval?
4. Resuma as três grandes linhas da filosofia da Renascença e explique por que exprimem o humanismo renascentista.
5. Por que o surgimento do sujeito do conhecimento foi importante para que se superasse o ceticismo na filosofia moderna?
6. De acordo com o texto, como era concebida a natureza na filosofia moderna? Por que essa concepção leva às ideias de experimentação científica e de tecnologia?
7. Consulte a linha do tempo, no final do livro, e identifique os temas abordados por filósofos do período moderno que se relacionem com o que você leu sobre o racionalismo.

INDICAÇÃO DE FILME

Danton

Direção de Andrzej Wajda. França/Polônia, 1983.

Pouco tempo após a deflagração da Revolução Francesa, dois de seus líderes entram em rota de colisão: Georges Danton e Maximilien Robespierre. No período chamado Terror, os ideais da revolução acabam sendo postos em xeque por seus próprios idealizadores.

Photo 12/Agência France-Presse

O ator francês Gérard Départdieu como o personagem-título de Danton.

CAPÍTULO

6

Aspectos da filosofia contemporânea

Como vimos, a filosofia moderna depositou grande otimismo no uso da razão para que o homem possa conhecer verdadeiramente e garantir para si a liberdade, a felicidade e o aperfeiçoamento.

Porém, diversos eventos ocorridos no século XX colocavam em xeque o entusiasmo com a racionalidade e com o que se convencionou chamar *progresso*. Assim como a modernidade propôs superar as superstições e explicações mágicas como fontes de conhecimento, a pós-modernidade questionou a capacidade da razão de proporcionar o conhecimento total e verdadeiro.

Mas o que a filosofia contemporânea propõe e como ela chegou a isso? Vamos partir da perspectiva dominante no século XIX para compreender como a pós-modernidade se contrapôs a ela.

Igreja do século XIX em Boston, nos Estados Unidos, refletida na fachada espelhada de um arranha-céu dos anos 1970, em fotografia de 2007. A partir de meados do século XX, a ideia de que o progresso sempre proporciona condições melhores e superiores passa a ser questionada.

Tracey Whitefoot/Alamy/Other Images

História e progresso

O século XIX é, na filosofia, o grande século da descoberta da história ou da historicidade do homem, da sociedade, das ciências e das artes. É particularmente com o filósofo alemão Hegel que se afirma que a história é a realidade, que a razão, a verdade e os seres humanos são essencial e necessariamente históricos.

Essa concepção levou à ideia de **progresso**, isto é, de que os seres humanos, as sociedades, as ciências, as artes e as técnicas acumulam conhecimento e práticas, aperfeiçoando-se cada vez mais. **Com o progresso, surge a ideia de que o presente é melhor e superior se comparado ao passado, e o futuro será melhor e superior se comparado ao presente.**

Essa visão otimista também foi desenvolvida na França pelo filósofo Auguste Comte, que atribuía o progresso ao desenvolvimento das ciências. As ciências permitiriam aos seres humanos "saber para prever, prever para prover", de modo que o desenvolvimento social se faria pelo aumento do conhecimento científico e do controle científico da sociedade. É positivista a ideia de "ordem e progresso", que viria a fazer parte da bandeira do Brasil republicano.

SPL/Latinstock

O filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) foi o pai do positivismo ou filosofia positiva, um sistema de pensamento que propunha organizar os conhecimentos com base nas ciências experimentais. Comte transpõe para sua filosofia elementos como a capacidade de prever fenômenos e a acumulação de conhecimentos.

No entanto, no século XX, a mesma afirmação da historicidade dos seres humanos, da razão e da sociedade levou à ideia de que a história é descontínua e não progressiva. Por essa perspectiva, cada sociedade tem sua história própria em vez de ser apenas uma etapa numa história universal das civilizações.

A ideia de progresso passou a ser criticada porque foi usada para legitimar colonialismos e imperialismos – os mais "adiantados" teriam o direito de dominar os mais "atrasados". Passou a ser criticada também a ideia de progresso das ciências e das técnicas, mostrando-se que, em cada época histórica e para cada sociedade, os conhecimentos e as práticas têm sentido e valor próprios, os quais desaparecem numa época seguinte ou são diferentes numa outra sociedade. Portanto, não há transformação contínua, acumulativa e progressiva da humanidade.

As ciências e as técnicas

No século XIX, movida pelo entusiasmo com as ciências e as técnicas, a filosofia afirmava a confiança plena e total no saber científico e na tecnologia para dominar e controlar a natureza, a sociedade e os indivíduos.

Acreditava-se que a sociologia, por exemplo, nos ofereceria um saber seguro e definitivo sobre o modo de funcionamento das sociedades. Isso permitiria que os seres humanos organizassem racionalmente o social de modo a evitar revoluções, revoltas e desigualdades.

Acreditava-se, também, que a psicologia ensinaria definitivamente como é e como funciona a psique humana, quais as causas das emoções e dos comportamentos e os meios de controlá-los, de tal modo que seria possível livrar-nos das angústias, do medo, da loucura. Do mesmo modo, seria possível uma pedagogia baseada nos conhecimentos científicos que permitiria não só adaptar perfeitamente as crianças às exigências da sociedade, como também educá-las segundo suas vocações e potencialidades psicológicas.

Cenário da cidade japonesa de Hiroxima, devastada após a bomba lançada pelos Estados Unidos, em 1945. No século XX, a filosofia passou a desconfiar do otimismo científico-tecnológico.

No século XX, contudo, a filosofia passou a desconfiar do otimismo científico-tecnológico do século anterior em virtude de vários acontecimentos: as duas guerras mundiais, o bombardeio de Hiroxima e Nagasaki, o genocídio praticado nos campos de concentração nazistas, o totalitarismo stalinista, as guerras da Coreia, do Vietnã, do Oriente Médio, do Afeganistão, as invasões russas da Hungria e da Tchecoslováquia, as ditaduras sangrentas da América Latina e da África, a devastação de mares, florestas e terras, a poluição do ar, os perigos do consumo de alimentos e remédios cancerígenos, o aumento de distúrbios e sofrimentos mentais, os problemas éticos e políticos surgidos com o desenvolvimento da engenharia genética, etc.

Além disso, as ciências e técnicas foram incorporadas aos chamados *complexos industrial-militares* das grandes potências econômicas, que financiam as pesquisas e definem o que deve ser pesquisado e como serão utilizados os resultados. Esses complexos têm poder de vida e morte sobre o planeta, não estão submetidos a governos nem a associações públicas, mas operam secretamente, segundo seus próprios interesses, desencadeando guerras, ditaduras, violências em toda parte.

Um grupo de filósofos alemães, conhecidos como a Escola de Frankfurt, elaborou a chamada *Teoria Crítica*, concepção que distingue duas formas da razão: a **razão instrumental** e a **razão crítica**.

A razão instrumental é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas não um meio de liberação dos seres humanos, mas de intimidação, medo, terror e desespero. **A razão crítica, ao contrário, analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão se tiverem como finalidade a emancipação dos humanos, e não as ideias de domínio técnico-científico sobre a natureza, a sociedade e a cultura.**

Os ideais políticos revolucionários

No século XIX, em decorrência do otimismo trazido pelas ideias da razão e do progresso, a filosofia apostou nos ideais políticos revolucionários, como o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Esses ideais criariam, graças à ação política consciente dos explorados e oprimidos, uma sociedade nova.

No entanto, o século XX viu a ascensão dos chamados regimes totalitários (fascismo, nazismo, stalinismo, maoismo) e o fortalecimento das sociedades autoritárias ou ditatoriais (como as da América Latina, das Filipinas e da África do Sul). Então, a filosofia também passou a desconfiar do otimismo revolucionário e das utopias e a indagar se os seres humanos, os explorados e dominados serão capazes de criar e manter uma sociedade nova, justa e feliz.

O crescimento das chamadas burocracias – que dominam as organizações estatais, empresariais, político-partidárias, escolares, hospitalares – levou a filosofia a indagar como os seres humanos poderiam derrubar esse imenso poderio que, secretamente, determina sua vida cotidiana desde o nascimento até a morte.

A cultura

No século XIX, a filosofia descobre a **cultura** como o modo próprio e específico da existência dos seres humanos. Os animais são seres naturais; os humanos, seres culturais. A natureza é governada por leis necessárias de causa e efeito; a cultura é o exercício da liberdade.

A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo.

A cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa, vida ética e vida política.

Edson Sato/Pulsar Imagens

Indígena Yanomâmi pinta o próprio corpo para as comemorações dos 20 anos de demarcação da terra indígena de seu povo, em 2012. Cada cultura cria, a seu modo, sua linguagem, seus mitos e suas crenças, suas obras de pensamento e de arte.

Para a filosofia do século XIX, em consonância com sua ideia de progresso da humanidade, haveria uma única grande cultura em desenvolvimento, da qual as diferentes culturas seriam fases ou etapas.

Para outros, chamados de filósofos românticos, as culturas não formavam uma sequência universal progressiva, mas eram culturas particulares, nacionais. Assim, cabia à filosofia desvendar o "espírito de um povo" conhecendo as origens e as raízes de cada cultura. Para esses filósofos, o mais importante de uma cultura não se encontraria em seu futuro (no seu progresso), mas no seu passado, isto é, nas tradições, no folclore nacional.

No entanto, no século XX, ao afirmar que a história é descontínua, a filosofia também afirma que não há "*a* cultura", mas culturas diferentes. A filosofia também rejeita a ideia romântica de que a pluralidade de culturas e as diferenças entre elas se devem à nação, pois a própria ideia de nação é uma criação cultural determinada (foi uma ideia proposta pelas culturas francesa e alemã do século XIX).

Cada cultura inventa seu modo de relacionar-se com o tempo, de criar sua linguagem, de elaborar seus mitos e suas crenças, de organizar o trabalho e as relações sociais e morais, de criar as obras de pensamento e de arte. Cada uma, em decorrência das condições históricas, geográficas e políticas em que se forma, tem seu modo próprio de organizar o poder e a autoridade, de produzir seus valores.

Contra a filosofia da cultura universal, a filosofia do século XX negou que houvesse uma única cultura em progresso e afirmou a existência da pluralidade cultural. Contra a filosofia romântica das culturas nacionais como expressão do "espírito do povo", a filosofia do século XX negou que a nacionalidade fosse causa das culturas (ao contrário: as nacionalidades são efeitos culturais temporários) e afirmou que cada cultura se relaciona com outras e encontra dentro de si seus modos de transformação; ou seja, o presente está voltado para o futuro, e não para o conservadorismo do passado.

O "fim da filosofia"

No século XIX, o otimismo científico e técnico levou a filosofia a supor que, no futuro, todos os conhecimentos e todas as explicações seriam dados pelas ciências. Assim, a própria filosofia poderia desaparecer, pois não teria motivo para existir.

Entretanto, no século XX a filosofia passou a mostrar que as ciências não têm princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações, que os resultados podem ser duvidosos e precários, e que, frequentemente, uma ciência desconhece até onde pode ir e quando está entrando no campo de investigação de outra.

Os princípios, os métodos, os conceitos e os resultados de uma ciência podem estar totalmente equivocados ou desprovidos de fundamento. Com isso, a filosofia voltou a afirmar seu papel na compreensão e interpretação crítica das ciências ao discutir a validade de seus princípios, procedimentos de pesquisa, resultados, formas de exposição dos dados e das conclusões, etc.

Foram preocupações com a falta de rigor das ciências que levaram o filósofo austríaco Husserl a propor que a filosofia fosse o estudo e o conhecimento rigoroso da possibilidade do próprio conhecimento científico, examinando os fundamentos, os métodos e os resultados das ciências. Foram também preocupações como essas que levaram filósofos como Bertrand Russell e Quine a estudar a linguagem científica, a discutir os problemas lógicos das ciências e a mostrar os paradoxos e os limites do conhecimento científico.

A maioridade da razão

No século XIX, o otimismo filosófico levava a filosofia a afirmar que, enfim, os seres humanos haviam superado a superstição, as explicações mágicas e fantásticas da realidade e alcançado a maioridade racional. Acreditava também que a razão se desenvolvia plenamente para que o conhecimento completo da realidade e das ações humanas fosse atingido.

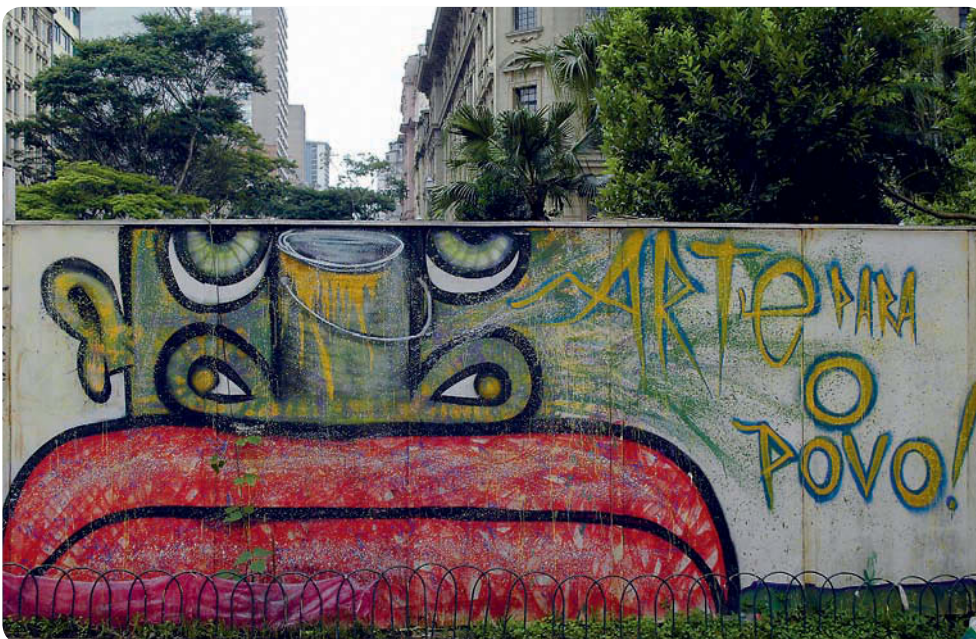
No entanto, Marx e Freud colocaram em questão esse otimismo racionalista, cada qual em seu campo de investigação e cada qual voltado para diferentes aspectos da ação humana – Marx para a economia e a política; Freud, para as perturbações e os sofrimentos psíquicos. Que descobriram eles?

Marx descobriu que temos a ilusão de estar pensando com nossa própria cabeça e agindo por nossa própria vontade de maneira racional e livre porque desconhecemos as condições econômicas e sociais nas quais a classe social que domina a sociedade exerce seu poder sobre as mentes de todos. Nesse contexto, a classe dominante faz com que suas ideias pareçam ser verdades universais, válidas para todos os membros da sociedade e para todas as classes sociais. Esse poder social invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos foi chamado por ele de **ideologia**.

Freud, por sua vez, mostrou que os seres humanos têm a ilusão de que tudo quanto pensam, fazem, sentem e desejam estaria sob o pleno controle de suas consciências. Para ele, desconhecemos a existência de um poder – psíquico e social – que atua sobre nossa consciência sem que ela o saiba. A esse poder que domina e controla invisível e profundamente nossa vida consciente ele deu o nome de **inconsciente**.

Diante dessas duas descobertas, a filosofia se viu forçada a reabrir a discussão sobre o que é e o que pode a razão, sobre o que é e o que pode a consciência reflexiva ou o sujeito do conhecimento, sobre o que são e o que podem as aparências e as ilusões.

Ao mesmo tempo, a filosofia teve de reabrir as discussões éticas e morais: “O homem é realmente livre ou é inteiramente condicionado pela sua situação psíquica e histórica?”; “Se for inteiramente condicionado, então a história e a cultura são causalidades necessárias como a natureza?”. **Ou seria mais correto indagar: “Como os seres humanos conquistam a liberdade em meio a todos os condicionamentos psíquicos, históricos, econômicos, culturais em que vivem?”?**

Itaci Batista/Agência Estado

Muro grafitado na cidade de São Paulo, em 2010. Com os conceitos de ideologia e inconsciente, Marx e Freud mostraram que há influências invisíveis sobre o pensamento e a vontade do indivíduo até então insuspeitadas pela filosofia.

Infinito e finito

O século XIX prosseguiu uma tradição filosófica para a qual o mais importante era a ideia do *infinito*, isto é, a natureza eterna (dos gregos), o Deus eterno (dos cristãos), o desenvolvimento pleno e total da história ou do tempo como totalização de todas as suas etapas (como na filosofia de Hegel). Prevalecia a ideia de todo ou de totalidade, da qual os humanos fazem parte e participam.

A filosofia do século XX, contudo, tendeu a dar maior importância ao finito, ao que surge e desaparece, ao que tem fronteiras e limites. Esse interesse pelo finito apareceu, por exemplo, no **existencialismo**, corrente filosófica que definiu o humano como "um ser para a morte", isto é, um ser que sabe que é temporal, que termina e que precisa encontrar em si mesmo o sentido de sua existência.

Para a maioria dos existencialistas, dois eram os modos privilegiados de o homem aceitar, enfrentar e dar sentido à sua finitude: por meio das artes e por meio da ação político-revolucionária.

Outro exemplo do interesse pela finitude apareceu no que se costuma chamar *filosofia da diferença*, isto é, naquela filosofia que se interessa menos pelas semelhanças e identidades e mais pela singularidade e particularidade. É assim, por exemplo, que essa filosofia, inspirando-se nos trabalhos dos antropólogos, buscou a diversidade, pluralidade, singularidade das diferentes culturas, em lugar de voltar-se para a ideia de uma cultura universal.

Enfim, outro exemplo de interesse pela finitude apareceu quando a filosofia se voltou para a multiplicidade e a diferença entre as ciências. Em vez de buscar uma ciência universal que conteria dentro de si todas as ciências particulares, tentou descobrir os limites de cada uma delas e sobretudo seus impasses e problemas insolúveis.

Nossos dias: a pós-modernidade

No fim dos anos 1970 surgiu a ideia de que a modernidade terminara e que se iniciava a pós-modernidade. Diz-se que a modernidade corresponde à época da sociedade industrial, aquela em que o poder econômico e político pertence às grandes indústrias e em que se explora o trabalho produtivo. Já a pós-modernidade corresponde à sociedade pós-industrial, em que o poder econômico e político pertence ao capital financeiro e ao setor de serviços das redes eletrônicas de automação e informação.

O que era a modernidade? Era o conjunto de ideias e de valores que haviam norteado a filosofia e as ciências desde o fim do século XVIII até os anos 1980, e que podemos brevemente resumir nos seguintes aspectos:

1. **No campo do conhecimento**:

- **Racionalismo**: confiança no poder da razão (seja como razão instrumental, seja como razão crítica) para distinguir entre aparência e realidade e para conhecer e transformar esta. O racionalismo definira critérios para distinguir entre razão e loucura, ser (realidade) e parecer (aparência), conhecimento e ilusão, verdade e ideologia. Além disso, assegurava a validade do conhecimento filosófico e científico.
- **Distinção entre interior e exterior ou entre sujeito e objeto**: confiança em critérios e procedimentos que permitiam distinguir entre o sujeito ou a consciência (o interior) e o objeto ou as coisas (o exterior) e garantiam que o primeiro tinha instrumentos

diálogos *filosóficos*

Ideologia

[...] Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias, [...] então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade, etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade, etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso. [...] Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, [...] a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 48.

teóricos para dominar intelectualmente o segundo. Assim, a subjetividade (o pensamento com seus princípios e leis universais e com seus procedimentos teóricos) tornava-se condição do conhecimento verdadeiro, ou seja, conhecimento objetivo.

- **Afirmação da capacidade da razão humana para conhecer a essência ou a estrutura interna de todos os seres**: confiança na capacidade da razão para: a) definir as causas e condições que determinam a identidade de cada coisa e sua realidade; b) demonstrar as relações necessárias que cada coisa mantém com outras de que depende ou que dela dependem; c) oferecer as leis necessárias de mudança ou alteração de todas as coisas.

2. **No campo da prática**:

- **Diferenciação entre a ordem natural regida pela necessidade (as ditas leis da natureza) e a ordem humana da cultura (ética, política, artes, religião)**, pois nesta as regras e normas dependem da ação econômica, social e política dos próprios seres humanos. Ainda que a ordem social e política atue sobre os indivíduos como se tivesse a mesma necessidade que a ordem natural, ela pode ser mudada e transformada pelos seres humanos, o que prova que ela é uma instituição humana e histórica.
- **Afirmação de que os seres humanos são indivíduos e agentes livres** porque são seres racionais dotados de vontade, capazes de controlar e moderar suas paixões e seus desejos e de escolher por si mesmos as ações que praticam, sendo por isso responsáveis por elas.
- **Distinção entre o público e o privado**: estabelecimento de critérios que permitam distinguir entre a esfera pública ou política (ou o campo das instituições sociais e de poder) e a esfera privada da moral individual (a ética) e da economia de mercado (a propriedade privada dos meios de produção).
- **Afirmação dos ideais da Revolução Francesa** – igualdade, liberdade e fraternidade –, reconhecimento de uma esfera de direitos civis – o campo da cidadania – e ampliação desses ideais pela afirmação de direitos sociais, que deram origem ao movimento de luta contra o racismo, ao movimento feminista e aos movimentos de liberação sexual.
- **Afirmação de um sentido progressivo da história ou de ideais revolucionários de emancipação do gênero humano**, com lutas sociais e políticas contra a opressão e a exploração econômica, social, política e cultural.

O pensamento pós-moderno critica essas ideias e as recusa:

- Considera infundadas e ilusórias as pretensões da razão nos campos do conhecimento e da prática, quando não um disfarce para o exercício da dominação sobre as pessoas.
- Julga que o conhecimento não se define por meio da distinção entre a verdade e a falsidade, e sim pelos critérios da utilidade e da eficácia: um conhecimento (filosófico, científico, artístico) é válido se for útil ou se for eficaz para a obtenção de fins desejados por quem o conhece, não importando que fins sejam.
- Considera infundada a distinção entre sujeito e objeto, pois tanto as filosofias como as ciências são construções subjetivas de seus objetos, os quais só existem como resultado das operações teóricas e técnicas. Em outras palavras, o conhecimento não visa a uma realidade existente em si mesma, e sim à invenção ou construção de objetos teóricos e técnicos.

Jianan Yu/Reuters/Latinstock

Os contrastes sociais e culturais se evidenciam nas ruas e paisagens das metrópoles contemporâneas, como Hefei, na China. Nosso tempo parece ser o mais complexo e o mais difícil de ser compreendido pela filosofia, pois o estamos vendo surgir diante de nós. Foto de 2012.

No caso da filosofia, essa criação é feita por meio da linguagem, que não diz o que as coisas são, mas cria coisas ao falar delas. No caso das ciências, isso ocorre por meio de procedimentos de laboratório, no qual os cientistas não observam realidades, mas as constroem.

- Não admite a distinção entre ordem natural necessária e ordem histórica ou cultural instituída pelos homens: ambas são invenções ou instituições humanas, contingentes, efêmeras, passageiras.
- Não admite a definição do ser humano como animal racional dotado de vontade livre, mas o concebe como um ser passional, desejante, que age movido por impulsos e instintos, embora, ao mesmo tempo, institua uma ordem social que reprime seus desejos e paixões. A ética, portanto, não se define pela ação racional voluntária livre que busca a ação boa ou virtuosa, mas pela busca da satisfação dos desejos. Essa satisfação define a felicidade, que se realiza na esfera da intimidade individual.
- Desconfia da política: a democracia gera apatia nos cidadãos; o socialismo e o comunismo desembocam em regimes e sociedades totalitárias. Por isso, a pós-modernidade dá importância à esfera da intimidade individual.
- Dá importância à ideia de diferença. Ou seja, não mais toma a sociedade como uma estrutura que opera pela divisão social das classes, cada qual com uma realidade e uma identidade definidas pela economia e pela política e contrárias umas às outras. Em lugar disso, concebe o social como uma teia de grupos que se diferenciam por etnia, gênero, religião, costumes, comportamentos, gostos e preferências.

diálogos ***filosóficos***

O profeta niilista

Nietzsche entrou em moda nos anos 1970 e continua no *hit-parade*. Pós-moderno já no fim do século XIX, ele foi fundo com o dedo na ferida atual: o niilismo, a desvalorização dos valores supremos, o desencanto com a vida. Por isso, Nietzsche agride a Razão, o Estado, a Ciência, a organização social moderna por domesticarem o homem, anulando seu instinto e criatividade. Três conceitos e valores ocidentais vão ser desmascarados por sua crítica desconstrutiva: Fim, Unidade, Verdade.

Para Nietzsche, a própria criação de valores supremos significou niilismo, decadência, pois trocou-se a vida carnal, instintiva, concreta, por modelos ideais inatingíveis (O Belo, O Bom, O Justo). Mas vendo-se abandonado no Universo, o homem ocidental projetou valores supremos que lhe acalmassem a angústia, lhe justificassem a existência. Fim (para garantir um sentido, um *happy-end*); Unidade (para assegurar que o Universo é um todo conhecível pela ciência); e Verdade (para guiar-se pelo ser, pela real natureza das coisas).

Uma vez projetados, a História ocidental se encarregou de desvalorizar os valores supremos, substituindo-os pela banalidade cotidiana, o conformismo, o pessimismo, a passividade, a falta de força moral. Quem se preocupa hoje com a verdade? Quem busca hoje a salvação eterna? Por que multidões viraram carneiros indo para o trabalho, o exército, o estádio?

Finalmente, acha Nietzsche que o niilismo será a fonte para uma transvaloração de todos os valores. [Ou seja,] Novos valores virão, em bases mais sólidas. A superação do niilismo será um rejuvenescimento cultural, culminando com a chegada do Super-Homem e sua aposta na vida instintiva, na intensificação dos sentidos, do prazer. Não uma vida com ideais no Céu ou no Olimpo, mas aquela que flui para todos os lados, sem rotinas, enraizada no presente e aberta ao devir, ao futuro.

Fim, Unidade e Verdade e sua valorização, desvalorização e transvaloração. Com isso, Nietzsche está abalando três pilares da cultura ocidental: cristianismo (Fim), o conhecimento científico (Unidade) e a Razão filosófica e moral (Verdade). A pós-modernidade é o momento em que tais valores, ainda atentos e fortes durante a modernidade industrial, entram em decadência acelerada. Se isso vai dar ou não na transvaloração, no Super-Homem, é outro papo.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 74-78. (Primeiros passos).

Temas, disciplinas e campos filosóficos

A filosofia existe há 26 séculos. Durante uma história tão longa e de tantos períodos diferentes, surgiram temas, disciplinas e campos de investigação filosóficos, enquanto outros desapareceram. **Desapareceu também a ideia de que a filosofia era a totalidade dos conhecimentos teóricos e práticos da humanidade.**

Também desapareceu a imagem da filosofia como uma grande árvore frondosa: suas raízes eram a metafísica e a teologia; o tronco era a lógica; os ramos principais eram a filosofia da natureza, a ética e a política; e os galhos extremos eram as técnicas, as artes e as invenções. A filosofia, vista como uma totalidade orgânica ou viva, era chamada "rainha das ciências".

Pouco a pouco, as várias ciências particulares foram definindo seus objetivos, seus métodos e seus resultados próprios e se desligaram da grande árvore. Cada ciência, ao se desligar, levou consigo os conhecimentos práticos ou aplicados de seu campo de investigação, isto é, as artes e as técnicas a ela ligadas.

As últimas ciências a aparecer e a se desligar da árvore da filosofia foram as ciências humanas (psicologia, sociologia, antropologia, história, linguística, geografia, etc.). Outros campos de conhecimento e de ação abriram-se para a filosofia, mas a ideia de uma totalidade que conteria em si todos os conhecimentos nunca mais reapareceu.

No século XX, a filosofia passou por uma grande limitação quanto à esfera de seus conhecimentos. Isso pode ser atribuído a dois motivos principais:

1. Desde o fim do século XVIII, com o filósofo Immanuel Kant, passou-se a considerar que a filosofia, durante os séculos anteriores, tivera uma pretensão irrealizável. Que pretensão fora essa? A de que nossa razão pode conhecer as coisas tais como são em si mesmas. Esse conhecimento da realidade em si chama-se **metafísica**.

   Kant negou que a razão humana tivesse tal capacidade. Para ele, conhecemos as coisas tais como são organizadas pela estrutura interna e universal de nossa razão, mas nunca saberemos se isso corresponde ou não à organização da própria realidade.

   Deixando de ser metafísica, a filosofia tornou-se uma **teoria do conhecimento**, ou uma teoria sobre a capacidade e a possibilidade humana de conhecer, e uma **ética**, ou estudo das condições de possibilidade da ação moral, realizada por liberdade e por dever. Com isso, a filosofia deixava de ser conhecimento do mundo em si e tornava-se apenas conhecimento do homem como ser racional e moral.

Musas inquietantes *(1924), óleo sobre tela do pintor italiano Giorgio de Chirico (1888-1978). A pintura metafísica de De Chirico realça a nostalgia do antigo e o enigma dos sonhos.*

2. Desde meados do século XIX, como consequência do positivismo, a filosofia foi separada das ciências positivas (matemática, física, química, biologia, astronomia, sociologia). As ciências, diziam os positivistas, estudam a realidade natural, social, psicológica e moral, e são propriamente o conhecimento. Para eles, a filosofia seria apenas uma *reflexão* sobre o significado do trabalho científico. A filosofia tornou-se, assim, uma teoria das ciências ou **epistemologia**.

Com isso, os filósofos passaram a ter um interesse primordial pelo conhecimento das estruturas e formas da consciência e também pelo seu modo de expressão, isto é, a linguagem. O interesse pela *consciência reflexiva* ou pelo *sujeito do conhecimento* originou uma corrente filosófica conhecida como **fenomenologia**, iniciada por Edmund Husserl. Já o interesse pelas formas e pelos modos de funcionamento da linguagem corresponde a uma corrente filosófica conhecida como **filosofia analítica**, cujo início é atribuído ao filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein.

A atividade filosófica, porém, não se restringiu à teoria do conhecimento, à lógica, à epistemologia e à ética. Desde o início do século, a **história da filosofia** tornou-se uma disciplina de grande prestígio e, com ela, a história das ideias e história das ciências.

Diversos acontecimentos ocorridos desde a Segunda Guerra Mundial fizeram ressurgir o interesse pela **filosofia política**: o fenômeno do totalitarismo, as guerras de libertação "nacional" contra os impérios coloniais, as revoluções socialistas em vários países e as lutas, desde os anos 1960, contra ditaduras e pelos direitos de negros, índios, mulheres, idosos, homossexuais, crianças e outros excluídos econômica e politicamente. Com isso, ressurgiram também as críticas de ideologias e as discussões sobre as relações entre a ética e a política.

Finalmente, desde o fim do século XX, o pós-modernismo vem ganhando preponderância. Seu alvo principal, como vimos, é a crítica de todos os conceitos e valores que, até hoje, sustentaram a filosofia e o pensamento dito ocidental: razão, saber, sujeito, objeto, história, espaço, tempo, liberdade, necessidade, acaso, natureza, homem, entre outros.

a filosofia nas entrelinhas

Yoon S. Byun/The Boston Globe/Getty Images

Criança estadunidense brinca com um tablet*, em 2012. A existência virtual é uma das facetas do mundo contemporâneo.*

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, História e Sociologia.

Muitas pessoas da sua geração talvez não tenham ideia disso, mas a existência virtual que hoje faz parte do dia a dia de grande parte dos jovens (*e-mails*, redes sociais, *blogs*, *fotoblogs*, aplicativos de telefones celulares) é recente na sociedade.

- O que essa existência virtual tem a ver com o pensamento pós-moderno? Releia as críticas da filosofia pós-moderna às ideias da modernidade e elabore um texto com aspectos que demonstrem ou rejeitem essa relação. Procure compreender como funcionavam, em outras épocas, os processos de sociabilidade, de trabalho, os estudos e pesquisas escolares, entre outras atividades.

atividades

1. O pensamento de filósofos como Hegel e Comte originou uma concepção otimista da história.
   a) Qual a principal ideia relacionada a essa concepção?
   b) Por que ela foi refutada pelos filósofos do século XX?
2. O desenvolvimento das ciências e técnicas no século XIX causou otimismo na maioria dos filósofos da época. Esse otimismo se manteve no século XX? Por quê?
3. Explique a distinção feita pela Teoria Crítica entre razão instrumental e razão crítica.
4. Por que os filósofos do século XX se tornaram descrentes com relação a revoluções sociais e políticas?
5. Os filósofos do século XIX se dividiram em duas correntes ao definir a cultura. Como a filosofia do século XX se contrapôs a cada uma dessas concepções?
6. De acordo com o texto, por que as descobertas da ideologia, por Marx, e do inconsciente, por Freud, questionaram o otimismo racionalista do século XIX?
7. Na linha do tempo, identifique os principais temas abordados pelos filósofos dos últimos 60 anos e relacione dois deles a eventos ou comportamentos da atualidade.

INDICAÇÃO DE FILME

Nós que aqui estamos por vós esperamos
Direção de Marcelo Masagão. Brasil, 1998.

Documentário sobre o século XX feito de fragmentos biográficos de personagens que viveram nesse período. O filme põe em discussão o caráter banal que a vida e a morte adquiriram no século passado.

Reprodução/Riofilme

Cena do filme Nós que aqui estamos por vós esperamos*, de Marcelo Masagão.*

UNIDADE II

A razão

CAPÍTULO

7

Os vários sentidos da palavra *razão*

Nos capítulos anteriores, afirmamos que a filosofia se realiza como conhecimento racional da realidade natural e cultural, isto é, das coisas e dos seres humanos. Dissemos que ela confia na razão e que, hoje, ela também desconfia da razão, mas ainda não dissemos o que é a razão.

Tão antiga quanto a filosofia, a palavra *razão* ganhou, no contexto filosófico, vários sentidos, que podem ser notados mesmo em nosso cotidiano. Por exemplo, quando fazemos indagações como "Você perdeu a razão?", ou ainda "Qual é a razão dessa chuva?", podemos perceber que estamos usando a palavra *razão* com sentidos diferentes. De fato, na primeira pergunta, *razão* significa ter consciência de alguma coisa, mas, na segunda, *razão* significa o motivo ou a causa de alguma coisa. No primeiro caso, *razão* é algo que está em nós; mas, no segundo caso, *razão* é algo que está nas próprias coisas ou nos acontecimentos e fatos.

Sérgio Dotta/Acervo do fotógrafo

Jovem apresenta seu passaporte. Nele opera um dos princípios da razão, isto é, o da identidade, segundo o qual uma coisa só pode ser conhecida e pensada se for percebida e conservada com sua identidade. Quando comprovamos nossas informações pessoais mediante a apresentação de documentos, comprovamos a verdade de nossa identidade. Foto de 2013.

Falando da razão

Vejamos mais detidamente os sentidos em que usamos a palavra *razão* no cotidiano. Dizemos, por exemplo, "Eu estou com a razão" para significar que sabemos com certeza alguma coisa. Também dizemos que, num momento de fúria ou de desespero, "Alguém perde a razão", como se a razão fosse algo que se pode ter ou não ter, possuir e perder, ou recuperar, como na frase: "Agora ela está lúcida, recuperou a razão".

Falamos também frases como: "Se você me disser suas razões, sou capaz de fazer o que você me pede", pretendendo dizer com isso que queremos ouvir os *motivos* que alguém tem para querer ou fazer alguma coisa. Fazemos perguntas como "Qual a razão dessa enchente?", querendo saber qual a *causa* de alguma coisa. Nesse caso, a razão, por ser uma causa, seria uma propriedade existente nos fatos da natureza. Desse modo, tanto nós quanto as coisas da natureza parecemos ser dotados de razão, mas em sentido diferente.

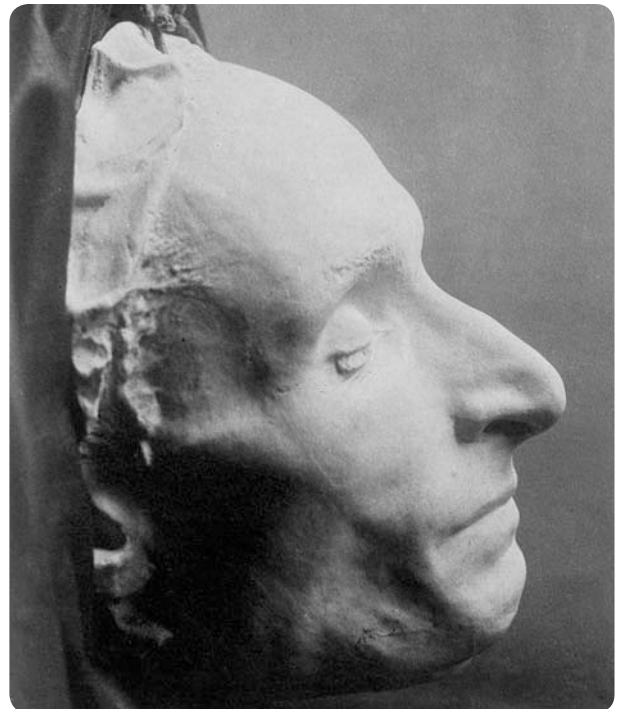
Quando a filosofia fala sobre *razão*, ela fala de todos esses sentidos: ter certeza, ter lucidez, ter motivo, ter causa.

Estes vários sentidos ficam claros quando usamos o adjetivo *racional*: alguém é racional quando tem certeza e lucidez sobre o que pensa e diz e quando sabe os motivos para fazer ou não fazer uma ação; uma coisa, um fato, um acontecimento são racionais quando podemos determinar a causa que realmente os produz ou produziu.

Em contraposição a racional, usamos o adjetivo *irracional*. Por exemplo, algumas vezes ouvimos um professor dizer a outro: "Fulano trouxe um trabalho irracional; era um caos, incompreensível. Já o trabalho de beltrano era uma beleza, claro, compreensível, racional". Aqui, *racional* significa clareza das ideias, ordem, resultado de esforço intelectual ou da inteligência segundo normas e regras de pensamento e de linguagem. Ao contrário, *irracional* significa confuso, desordenado, sem seguir as regras e normas do pensamento e da linguagem corretos.

Razão e razões: os seres humanos como seres racionais

É muito célebre uma frase do filósofo Pascal: "O coração tem razões que a razão desconhece". Nessa frase, as palavras *razões* e *razão* não têm o mesmo significado. *Razões* são os motivos do coração, enquanto *razão* é algo diferente de coração. *Coração* é o nome que damos às emoções e paixões, enquanto *razão* é o nome que damos ao pensamento ou à inteligência como atividades de conhecimento.

Ao dizer que o coração tem suas próprias razões, Pascal afirma que as emoções, os sentimentos ou as paixões possuem causas ou motivos e são o motivo ou a causa de muito do que fazemos, dizemos, queremos e sentimos. Ao dizer que a razão desconhece "as razões do coração", Pascal afirma que o pensamento ou conhecimento intelectual é diferente das paixões e dos sentimentos.

Harlingue/Roger-Viollet/Agência France-Presse

Máscara mortuária do filósofo francês Blaise de Pascal (1623-1662) mantida na livraria da Sociedade dos Amigos de Port-Royal, em Paris, capital da França. Pascal atuou em áreas como a teologia, a matemática e a física. Nesta última, por exemplo, desenvolveu importante investigação sobre a pressão atmosférica.

Agora podemos entender a pergunta "Você perdeu a razão?". De fato, se alguém "perde a razão" é porque está sendo arrastado pelas "razões do coração". E, ao contrário, se alguém "recupera a razão" é porque o pensamento ou o conhecimento intelectual se tornaram mais fortes do que as emoções.

Muitas vezes também ouvimos afirmações de que as ciências são a manifestação do "progresso da razão". Aqui, a razão é colocada como capacidade intelectual para conseguir o conhecimento verdadeiro da natureza, da sociedade, da história, e isto é considerado algo positivo, um "progresso". Por ser considerado um "progresso", o conhecimento científico é visto como algo que se realiza no tempo e é dotado de continuidade. Desse modo, a razão também é concebida como capaz de aumentar seus conteúdos e suas capacidades ao longo do tempo.

Todos esses sentidos constituem a nossa ideia de razão. Ela é o pensamento como atividade intelectual de conhecimento da realidade natural, social, psicológica, histórica, e nós a concebemos segundo o ideal da clareza, da ordenação e do rigor dos pensamentos e das palavras. Ela é também a capacidade de nossa inteligência e de nossa consciência para compreender as emoções e os sentimentos, moderá-los, orientá-los para que não nos prejudiquem nem façam danos aos outros. Neste caso, ela é a consciência ética que guia nossos sentimentos e nossa vontade para o bem. ***Razão* designa, portanto, as leis do pensamento (intelectual) e as regras da ação refletida (ética).**

A razão na própria realidade

Para muitos filósofos, a razão não é apenas a capacidade intelectual e ética dos seres humanos, mas também uma propriedade ou qualidade primordial das próprias coisas. Para esses filósofos, nossa razão pode conhecer a realidade porque a própria realidade é racional em si mesma. *Razão* significa, agora, a ordenação regulada e necessária das próprias coisas.

Fala-se, portanto, em **razão objetiva** (a realidade é racional em si mesma) e em **razão subjetiva** (a razão é uma capacidade intelectual e ética dos seres humanos). A razão objetiva é a afirmação de que *o objeto do conhecimento ou a realidade é racional*; a razão subjetiva é a afirmação de que *o sujeito do conhecimento e da ação é racional*. Para muitos filósofos, a filosofia é o momento do encontro, do acordo e da harmonia entre as duas razões ou racionalidades.

Science Source/DIOMEDIA

Cena de episódio da série documental Cosmos *(1980), apresentada pelo astrônomo Carl Sagan. O Universo é organizado de acordo com a razão objetiva, ou seja, é racional em si mesmo. Já a forma como conhecemos o mundo se organiza de acordo com a razão subjetiva, pois nossa razão tem a capacidade intelectual de apreender as leis e as causas que organizam o sistema cósmico.*

Origem da palavra *razão*

Na cultura da chamada sociedade ocidental, a palavra *razão* origina-se de duas fontes: a palavra latina ***ratio*** e a palavra grega ***lógos***. Ambas são substantivos derivados de dois verbos que têm um sentido muito parecido.

Que fazemos quando medimos, juntamos, separamos, contamos e calculamos? Pensamos de modo ordenado. E que meios usamos para falar sobre essas ações? Usamos palavras. Por isso, *lógos*, *ratio* ou *razão* significam pensar e falar ordenadamente, com medida e proporção, com clareza e de modo compreensível para outros.

Desde o começo da filosofia, a origem da palavra *razão* fez com que ela fosse considerada oposta a quatro outras atitudes mentais:

1. ao conhecimento ilusório, isto é, ao conhecimento da mera aparência das coisas que não alcança a realidade ou a verdade delas. Para a razão, a ilusão provém de nossos costumes, de nossos preconceitos, da aceitação imediata das coisas tal como aparecem e tal como parecem ser. As ilusões criam as opiniões que variam de pessoa para pessoa e de sociedade para sociedade;
2. às emoções, aos sentimentos, às paixões, que são cegos, caóticos, contrários uns aos outros, ora dizendo "sim", ora dizendo "não" a uma mesma coisa;

lógos* e *ratio

Lógos vem do verbo grego *legein*, que quer dizer 'contar, reunir, juntar, calcular'. *Ratio* vem do verbo latino *reor*, que quer dizer 'contar, reunir, medir, juntar, separar, calcular'.

diálogos *filosóficos*

O triunfo da razão

[...] para forjar o ferro é necessário um martelo e, para ter um martelo, é necessário fabricá-lo, para o que são necessários outro martelo e outros instrumentos, os quais, por sua vez, para que os possuíssemos, exigiriam ainda outros instrumentos, e assim ao infinito [...] do mesmo modo que os homens, de início, conseguiram, ainda que dificultosa e imperfeitamente, fabricar, com instrumentos naturais, certas coisas muito fáceis e, feitas estas, fabricaram outras coisas mais difíceis já com menos trabalho e maior perfeição e assim, progressivamente, das obras mais simples aos instrumentos, e dos instrumentos a outras obras e outros instrumentos, chegaram a fabricar com pouco trabalho coisas tão difíceis; assim também a razão pela sua força natural fabrica para si instrumentos intelectuais com os quais ganha outras forças para outras obras intelectuais e com estas cria outros instrumentos ou capacidades para continuar investigando; e assim, progressivamente, avança até atingir o cume da sabedoria.

ESPINOSA. *Tratado da reforma da inteligência.* § 31. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 98-99.

3. à crença religiosa, pois, nesta, a verdade nos é dada pela fé numa revelação divina, não dependendo do trabalho de conhecimento realizado pelo nosso intelecto. A razão é oposta à revelação e por isso os filósofos cristãos distinguem entre a luz natural – a razão – e a luz sobrenatural – a revelação;
4. ao êxtase místico (dos santos, dos profetas), no qual o espírito acredita entrar em relação direta com o ser divino e participar dele, sem nenhuma intervenção nem do intelecto, nem da vontade. Pelo contrário, o êxtase místico exige um estado de abandono, de rompimento com a atividade intelectual e com a vontade; ou seja, exige a perda da consciência da própria individualidade para entregar-se ao gozo ou ao prazer de participar do ser infinito, num conhecimento que só pode ser sentido e não pode ser expresso em pensamentos ou palavras.

The Kobal Collection/Agência France-Presse

Rachel Weisz interpreta a filósofa Hipátia de Alexandria no filme Ágora *(2009), de Alejandro Amenábar. Em um período em que o cristianismo ganhava adeptos no Império Romano, Hipátia luta contra a opressão do sexo feminino, o fundamentalismo religioso e os misticismos disseminados na cidade de Alexandria.*

Os princípios racionais

Desde seus primórdios, a filosofia considerou que a razão opera segundo princípios que ela própria estabelece e que estão em concordância com a realidade, mesmo quando não os conhecemos explicitamente. Nós respeitamos esses princípios porque somos seres racionais e porque eles garantem que a realidade possa ser conhecida pela nossa razão.

Que princípios são esses?

Princípio da identidade, cujo enunciado pode parecer surpreendente: "*A* é *A*" ou "O que é, é". O princípio da identidade é a condição do pensamento e sem ele não podemos pensar. Ele afirma que uma coisa, seja ela qual for, só pode ser conhecida e pensada se for percebida e conservada com sua identidade. Esse princípio, cujo enunciado parece absurdo (achamos óbvio que uma coisa seja idêntica a si mesma), é usado por nossa sociedade sem que percebamos. Onde é usado? Na chamada "carteira de identidade" (o nosso RG), por exemplo, com a qual se afirma e se garante que "*A* é *A*".

O princípio da identidade é a condição para definirmos as coisas e podermos conhecê-las com base em suas definições. Por exemplo, depois que a matemática determinou a identidade do triângulo como figura de três lados e de três ângulos internos cuja soma é igual à soma de dois ângulos retos, nenhuma outra figura a não ser esta poderá ser denominada triângulo.

Princípio da não contradição (também conhecido como **princípio da contradição**), cujo enunciado é "*A* é *A* e é impossível que seja, ao mesmo tempo e na mesma relação, não *A*". Assim, é impossível que a árvore que está diante de mim seja e não seja, ao mesmo tempo, uma árvore; que o homem seja e não seja, ao mesmo tempo, mortal; que o vermelho seja e não seja, ao mesmo tempo, vermelho, etc.

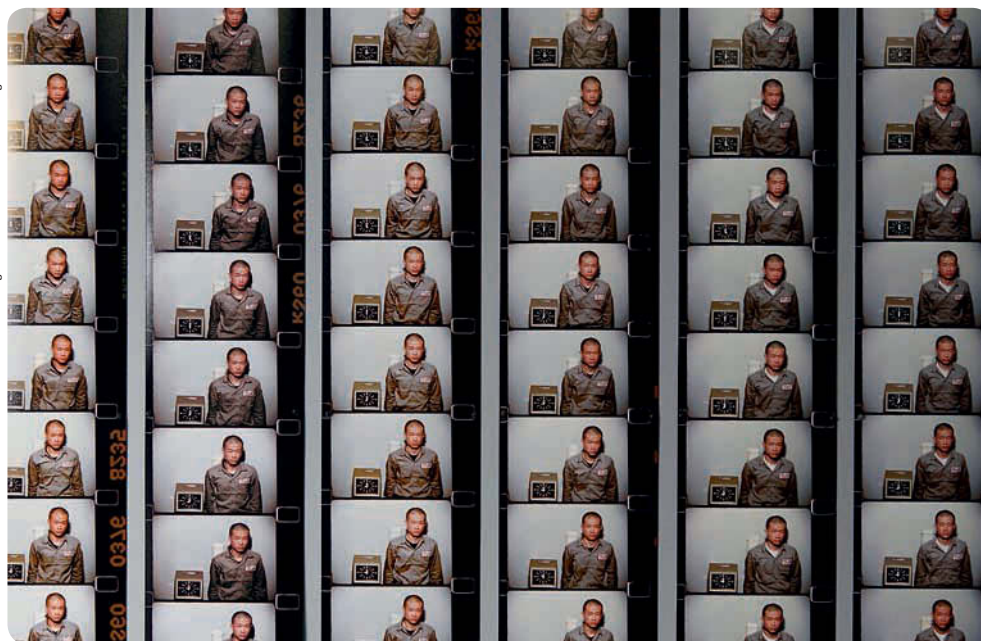
Sem o princípio da não contradição, o princípio da identidade não poderia funcionar. Se uma coisa ou uma ideia se negarem a si mesmas, elas se autodestroem. Eis por que o princípio enuncia que as coisas e as ideias contraditórias são impensáveis e impossíveis.

Devemos, porém, estar atentos às duas condições no enunciado desse princípio nas quais há contradição. De fato, o princípio enuncia que é impossível afirmar e negar a mesma coisa a respeito de algo *ao mesmo tempo e na mesma relação*. Por que essas duas condições? Porque há coisas que podem mudar no correr de suas existências ou no correr do tempo, de tal maneira que poderão tornar-se diferentes do que eram e até mesmo opostas ao que eram sem que isso signifique contradição. Por exemplo, é contraditório que, aqui e agora (nesta relação e neste tempo), uma criança seja e não seja criança; porém, não será contraditório dizer que esta criança *é*, agora, uma criança e *não será* uma criança, quando crescer. Ou seja, num outro tempo e sob outra relação, a mudança de alguém ou de alguma coisa não é contraditória.

As duas condições para que haja contradição indicam também que as coisas que não estão submetidas ao tempo ou que não são temporais, justamente porque não mudam ou não se transformam, são aquelas para as quais o princípio de não contradição opera sempre da mesma maneira. Assim, será sempre contraditório dizer que a *figura geométrica* triângulo é, ao mesmo tempo e na mesma relação, triângulo e não triângulo, embora uma *caixa de papelão triangular* possa perder essa forma com o correr do tempo ou com uma intervenção humana. O triângulo geométrico não muda; uma caixa triangular de papelão pode mudar de forma (por exemplo, se ficar sob a água, vira uma pasta).

Princípio do terceiro excluído, cujo enunciado é: "Ou *A* é *x* ou não é *x*, e não há terceira possibilidade". Por exemplo: "Ou este homem é Sócrates ou não é Sócrates"; "Ou faremos a guerra ou faremos a paz". Este princípio define a decisão de um dilema – "ou isto ou aquilo" –, no qual as duas alternativas são possíveis, e a solução exige que apenas uma delas seja verdadeira. Mesmo quando temos um teste de múltipla escolha, escolhemos na verdade apenas entre duas opções – "ou está certo ou está errado" –, e não há terceira possibilidade.

Princípio da razão suficiente, que afirma que tudo o que existe e tudo o que acontece tem uma razão (causa ou motivo) para existir ou para acontecer, e que tal razão pode ser conhecida pela nossa razão. Esse princípio também costuma ser formulado da seguinte maneira: "Nada é sem causa" ou "Tudo tem causa".

Tiago Queiroz/Estadão Conteúdo/Agência Estado

Detalhe da obra Performance de um ano, *do artista taiwanês Tehching Hsieh, apresentada na 30ª Bienal de São Paulo, em 2012. Segundo o princípio da não contradição, não é possível afirmar e negar algo ao mesmo tempo e na mesma relação. Estas duas condições fundamentais do princípio dizem respeito tanto a coisas submetidas ao tempo (como o ser humano) quanto a algo não submetido ao tempo (uma figura geométrica, por exemplo).*

O princípio da razão suficiente costuma ser chamado de *princípio de causalidade*, indicando que a razão afirma que para tudo o que existe ou acontece há uma causa. Esse princípio afirma a existência de relações ou conexões internas entre as coisas, entre fatos, ou entre ações e acontecimentos. Pode ser enunciado da seguinte maneira: "Dado *A*, necessariamente se dará *B*". E também: "Dado *B*, necessariamente houve *A*".

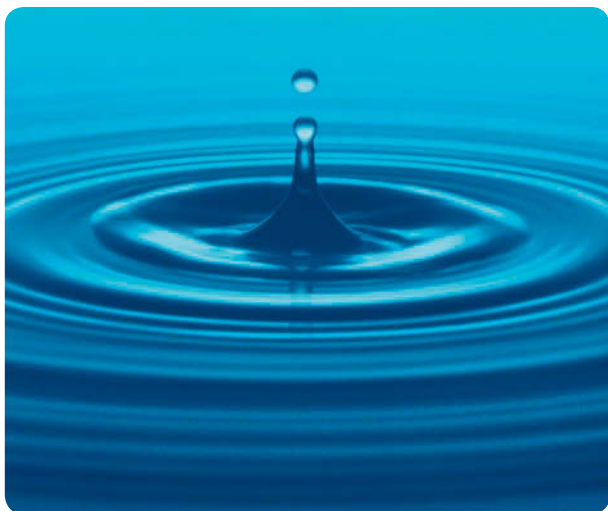
Isso não significa que a razão não admita o acaso ou ações e fatos acidentais, mas sim que ela procura, mesmo para o acaso e para o acidente, uma causa. A diferença entre a causa necessária e a causa acidental está em que a primeira se realiza sempre, é universal e válida para todos os casos, enquanto a causa acidental só vale para aquele caso particular.

Por exemplo, a morte é um efeito necessário e universal (válido para todos os tempos e lugares) da guerra. A guerra é uma causa necessária e universal da morte de pessoas. Mas é imprevisível ou acidental que esta ou aquela guerra aconteçam. Guerras podem acontecer ou não. Se acontecerem, suas causas são particulares, isto é, explicam por que há esta guerra e não por que existem todas as guerras; não há uma causa universal única para explicar toda e qualquer guerra. Se uma guerra acontecer, ela terá necessariamente causas (mesmo as mais absurdas e inaceitáveis) e terá necessariamente, como efeito, mortes. Mas as causas dessa guerra são somente as dessa guerra e de nenhuma outra. Assim, é possível que não haja uma guerra porque não há causas para que ela aconteça; porém, se uma guerra acontecer, o princípio de razão suficiente assegura que: 1) se houver guerra, houve causa para ela; e 2) havendo guerra, haverá mortes.

Diferentemente do caso dos acontecimentos acidentais ou particulares, o princípio da razão suficiente vigorou plenamente quando, por exemplo, Galileu demonstrou as leis universais do movimento dos corpos no vácuo, isto é, quando descobriu e demonstrou as causas naturais universais necessárias e os efeitos naturais universais necessários do movimento dos corpos em queda livre.

Pelo que foi exposto, podemos observar algumas características importantes dos princípios da razão:

- não têm um conteúdo determinado, isto é, indicam *como as coisas devem ser pensadas*, mas não nos dizem quais coisas nem quais conteúdos devemos ou vamos pensar;
- têm validade universal, isto é, onde houver razão (nos seres humanos e nas coisas, nos fatos e nos acontecimentos), em todo tempo e em todo lugar, tais princípios são verdadeiros e empregados por todos (os humanos) e obedecidos por todos (humanos, coisas, fatos, acontecimentos);
- são necessários, isto é, indispensáveis para o pensamento, para as coisas, os fatos e os acontecimentos, de maneira que não podemos pensar racionalmente sem eles e sem segui-los.

John Gillmoure/Corbis/Latinstock

A foto mostra as ressonâncias concêntricas que um pingo causa ao ir de encontro com a superfície da água. Segundo o princípio da razão suficiente, existem relações ou conexões internas entre as coisas, entre fatos ou entre ações e acontecimentos.

Jorge Henrique/Futura Press

Protesto de moradores do povoado Oiteiros, em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, em 2012, pela construção de redutores de velocidade em uma rodovia. A manifestação ocorreu após a morte, por atropelamento, de um ciclista. A razão procura causas para o acaso e para o acidental.

a filosofia nas entrelinhas

Dibyangshu Sarkar/Agência France-Presse

Islâmicos protestam contra o filme Inocência dos muçulmanos (2012) em Kolkata, Índia, em setembro de 2012. A faixa diz "Respeitamos os sentimentos de toda religião". A revolução digital comprimiu o espaço-tempo, abrindo espaço para que qualquer manifestação de opinião provocasse reações em uma velocidade inimaginável até poucas décadas atrás.

O vídeo estadunidense *Inocência dos muçulmanos* provocou grandes reações quando, em setembro de 2012, teve uma versão legendada em árabe divulgada na internet. Nesse filme de ficção, o profeta da religião islâmica, Maomé, é ridicularizado, chegando a protagonizar um episódio de pedofilia. A repercussão correu o mundo não apenas em notícias, mas principalmente em manifestações por parte dos que se consideraram insultados pelo filme, em países islâmicos como Egito, Iêmen e Paquistão. Alguns dos protestos, realizados principalmente em frente a embaixadas e consulados de países ocidentais, resultaram em atos de vandalismo, pessoas feridas e até mortas.

- Analise esse acontecimento tomando como base os sentidos de razão vistos neste capítulo, bem como os princípios racionais. Considere em sua reflexão o fato de que até pouco tempo atrás as notícias e os fatos levavam um tempo maior para serem conhecidos.

atividades

1. Cite alguns sentidos que a palavra *razão* pode ter no uso cotidiano. Explique a diferença entre cada um deles de acordo com o uso.
2. Qual é o papel que a razão exerce na escolha e decisão das nossas ações?
3. Quais são as atitudes mentais opostas à razão? Por que elas se opõem à razão?
4. Caracterize os princípios da identidade, da contradição e da razão suficiente. Dê exemplos novos, mostrando como cada um deles pode ser aplicado a um determinado fato ou objeto.
5. De acordo com o texto, quais são as principais características da razão? Em sua resposta, explique cada uma delas.

INDICAÇÃO DE FILME

Doze homens e uma sentença

Direção de Sidney Lumet. Estados Unidos, 1957.

Um júri se reúne para julgar e sentenciar um jovem acusado de ter assassinado o próprio pai. Quase todos se dizem convictos de que ele cometeu o crime. Porém, um dos jurados não considera as provas apresentadas claras o bastante para provar a culpa do réu. Como a decisão do júri deve ser unânime, ele tenta racionalmente justificar suas dúvidas, abalando a convicção dos demais jurados.

United Artists/Album/Latinstock

Cartaz estadunidense do filme Doze homens e uma sentença, *dirigido por Sidney Lumet.*

CAPÍTULO

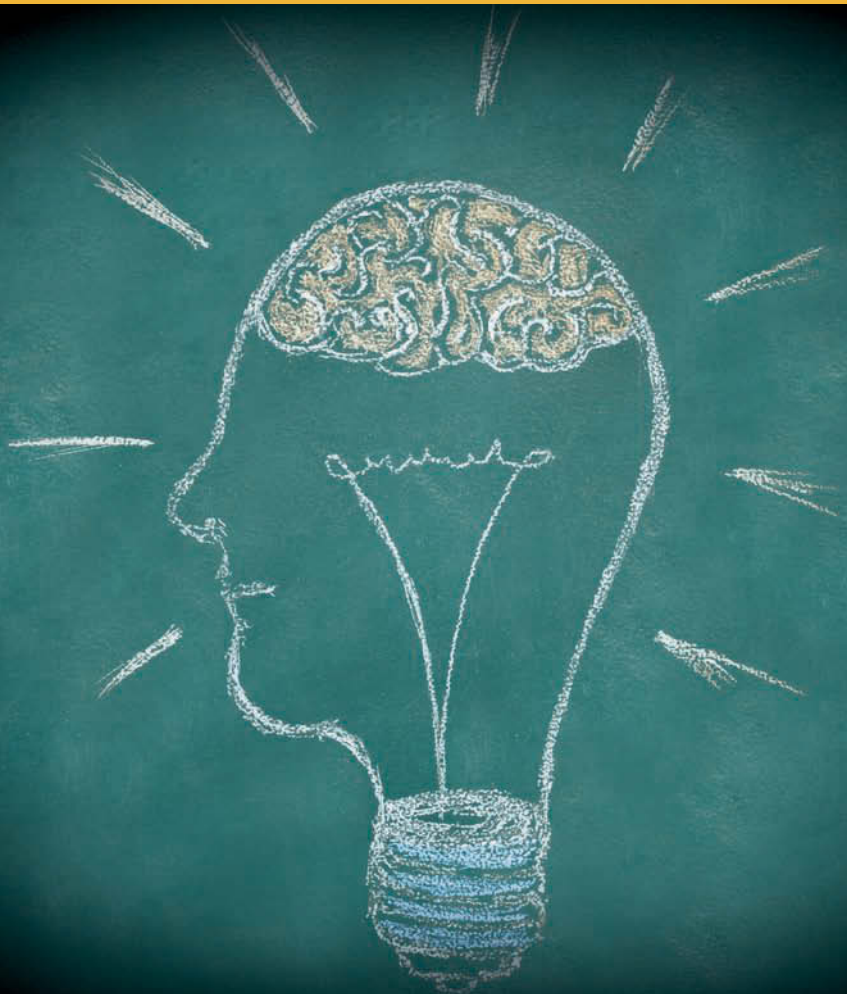
8

A atividade racional e suas modalidades

A filosofia distingue duas grandes modalidades da atividade racional, realizadas pela razão subjetiva ou pelo sujeito do conhecimento: a intuição (ou razão intuitiva) e o raciocínio (ou razão discursiva).

A atividade racional discursiva passa por etapas sucessivas de aproximação para chegar ao conceito ou à definição do objeto. Já a razão intuitiva ou intuição, ao contrário, consiste num único ato do espírito que capta por inteiro e completamente o objeto do conhecimento.

O desenho de uma lâmpada acesa representa o nascimento de uma ideia. No nosso cotidiano, diversos sinais e coisas nem sempre dizem respeito de modo direto a um fato, local, objeto ou significado que lhe corresponda. Nem por isso deixamos de nos orientar e nos comunicar por meio deles. Isso é possível graças à intuição, isto é, a atividade de intuir sinais e objetos a fim de conhecê-los.

Todor Tcvetkov/E+/Getty Images

A intuição

Como dissemos, a **intuição** é uma compreensão completa e imediata de um objeto, de um fato. Nela, de uma só vez, a razão capta todas as relações que constituem a realidade e a verdade da coisa intuída. É um ato intelectual de discernimento e compreensão, sem necessidade de provas ou demonstrações para saber o que conhece. Um exemplo seria um médico que, graças ao conjunto de conhecimentos que possui, faz um diagnóstico em que apreende de uma só vez a doença, sua causa e o modo de tratá-la. Os psicólogos se referem à intuição usando o termo inglês *insight*.

Um exemplo de intuição pode ser encontrado no romance *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Riobaldo e Diadorim são dois jagunços ligados pela mais profunda amizade e lealdade, companheiros de lutas e cumpridores de uma vingança de sangue contra os assassinos da família de Diadorim. Riobaldo, porém, sente-se cheio de angústia e tormento, pois seus sentimentos por Diadorim são confusos. É como se entre eles houvesse muito mais do que amizade.

Quando Diadorim é assassinado e o corpo é trazido para ser preparado para o funeral, Riobaldo descobre que Diadorim era mulher. De uma só vez, Riobaldo compreende tudo o que havia sentido, todos os fatos acontecidos entre eles e que lhe pareciam inexplicáveis, todas as conversas que haviam tido, todos os gestos estranhos de Diadorim (como o de jamais banhar-se nos rios na companhia dos demais jagunços), e compreende, instantaneamente, a verdade: estivera apaixonado por Diadorim.

Esse exemplo indica que a intuição pode depender de conhecimentos anteriores e que ela ocorre quando esses conhecimentos são percebidos de uma só vez, numa síntese em que aparecem articulados e organizados num todo (sua forma, seu conteúdo, suas causas, suas propriedades, seus efeitos, suas relações com outros, seu sentido). Isso significa que a intuição pode ser o momento final de um processo de conhecimento.

Justamente por ser o momento de conclusão de um percurso, muitos filósofos consideram também que uma intuição pode ser o ponto inicial de um novo percurso de conhecimento em cujo ponto final haverá uma nova intuição.

Delfim Martins/Pulsar Imagens

Visitante observa exemplar ampliado dos originais de Grande sertão: veredas *em exposição no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, que comemorou, em 2006, os 50 anos de lançamento da obra. O livro conta a saga do jagunço Riobaldo pelo sertão ao lado de Diadorim.*

A intuição racional pode ser de dois tipos: **intuição sensível** ou **empírica** e **intuição intelectual**.

A intuição sensível ou **empírica** é o conhecimento que temos a todo momento de nossa vida. **Assim, com um só olhar ou num só ato de visão percebemos uma casa, um homem, uma mulher, uma flor, uma mesa.** Num só ato, por exemplo, capto que *isto* é uma flor: vejo sua cor e suas pétalas, sinto a maciez de sua textura, aspiro seu perfume, tenho-a por inteiro e de uma só vez diante de mim.

intuição

Palavra derivada do verbo latino *intuere*, que significa 'olhar atentamente, contemplar, ver claramente'.

empírica

Palavra originada do grego *empeiría*, 'experiência'.

Num só ato, captamos que isto é uma maçã: vemos sua cor e seu formato, sentimos a sua casca lisa, aspiramos seu cheiro, sentimos seu sabor doce; temos a maçã por inteiro e de uma só vez na intuição empírica.

A intuição empírica é o conhecimento direto e imediato das qualidades do objeto externo denominadas *qualidades sensíveis*: cor, sabor, odor, paladar, som, textura. É a percepção direta de formas, dimensões, distâncias das coisas percebidas. É também o conhecimento direto e imediato de nossos estados internos ou mentais que dependem ou dependeram de nosso contato sensorial com as coisas: lembranças, desejos, sentimentos, imagens.

A intuição sensível ou empírica é psicológica, isto é, refere-se aos estados do sujeito do conhecimento como ser corporal e psíquico individual. Sensações, lembranças, imagens, sentimentos, desejos e percepções variam de pessoa para pessoa e numa mesma pessoa em decorrência de mudanças em seu corpo, em sua mente ou nas circunstâncias em que o conhecimento ocorre.

Assim, a marca da intuição empírica é sua singularidade; por um lado, está ligada à singularidade do objeto intuído (ao "isto" oferecido à sensação e à percepção) e, por outro, à singularidade do sujeito que intui (aos *meus* estados psíquicos, às *minhas* experiências). A intuição empírica não capta o objeto em sua universalidade, e a experiência intuitiva não é transferível para outro objeto.

A intuição intelectual difere da sensível justamente por sua universalidade e necessidade. **Quando penso: "Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo", sei, sem necessidade de demonstrações, que isto é verdade e que é necessário que seja sempre assim, ou que é impossível que não seja sempre assim.** Em outras palavras, tenho conhecimento intuitivo do princípio da contradição.

Quando digo: "O amarelo é diferente do azul", sei, sem necessidade de provas e demonstrações, que há diferenças entre as coisas. Vejo, na intuição sensível, duas cores, a amarela e a azul, mas apreendo, na intuição intelectual, a *diferença* entre as cores.

Quando afirmo: "O todo é maior do que as partes", sei, sem necessidade de provas e demonstrações, que isto é verdade porque intuo uma forma necessária de relação entre as coisas.

A intuição intelectual é o conhecimento direto e imediato dos princípios da razão (identidade, contradição, terceiro excluído, razão suficiente), os quais, por serem princípios, não podem ser demonstrados (para demonstrá-los, precisaríamos de outros princípios e, para demonstrar estes outros princípios, precisaríamos de outros, num processo interminável).

Alguns filósofos afirmam também que conhecemos por intuição as ideias simples, isto é, aquelas que não são compostas de outras e não precisam de outras para ser conhecidas. Justamente por isso, as ideias simples são apreendidas num ato intuitivo. Por outro lado, como a intuição pode ser o ponto final de um processo de conhecimento, ela é também a apreensão intelectual de ideias complexas – ou seja, tanto a apreensão intelectual das relações necessárias entre ideias como a das relações entre elas e as coisas de que são ideias.

Mito da Caverna

Na história da filosofia, os dois exemplos mais célebres de intuição intelectual encontram-se em Platão (século IV a.C.) e em Descartes (século XVII).

Na narrativa do Mito da Caverna, que estudamos no capítulo 1, Platão conta o que se passa com o prisioneiro que, ao sair da escuridão da caverna, vê a luz do Sol e, em lugar de sombras, vê as próprias coisas. Nessa alegoria, Platão compara o prisioneiro ao filósofo que, ao fazer o percurso do conhecimento verdadeiro, vê a luz do Bem e contempla as ideias verdadeiras. O prisioneiro tem uma intuição empírica (tudo o que conhece, conhece por sensação ou por percepção sensorial) e o filósofo tem uma intuição intelectual (é seu intelecto ou sua inteligência que conhece as ideias verdadeiras), mas o conhecimento de ambos é intuitivo porque é direto, imediato, sem necessidade de demonstrações, argumentos e provas.

Numa obra intitulada *Discurso do método*, o filósofo francês Descartes (considerado o iniciador do racionalismo moderno) descreve a intuição intelectual que ficou conhecida como *cogito cartesiano*, ou, mais sim-

plesmente, o *cogito*. Descartes escreve, em latim: "***Cogito***, *ergo sum*", isto é, "Penso, logo existo".

cogito
Em latim, o verbo *cogitare* significa 'pensar'.

Por que essa afirmação é um conhecimento intuitivo? Porque, quando penso, sei que estou pensando e não preciso provar ou demonstrar isso, mesmo porque provar e demonstrar é pensar. Ora, para pensar é preciso que alguém realize o ato de pensamento; portanto, aquele que pensa existe necessariamente como um ser pensante, pois, sem ele, não haveria o próprio ato de pensar. E isso também não precisa ser provado ou demonstrado, mas é imediatamente evidente.

Por que essa intuição é intelectual? Porque é realizada exclusivamente pelo intelecto ou pela inteligência, sem recorrer a nenhum conhecimento sensível ou sensorial. Quando digo "Penso, logo existo", estou simplesmente afirmando racionalmente que sei que sou um ser pensante ou que existo pensando, sem necessidade de provas e demonstrações. A intuição capta, num único ato intelectual, a verdade do pensamento pensando em si mesmo.

Liberati/Acervo do artista

Caricatura do cartunista Liberati que retrata o filósofo e matemático francês René Descartes, tendo ao fundo uma de suas contribuições à matemática, o plano cartesiano. A filosofia do cogito *baseia-se na dúvida metódica, instrumento que visa à obtenção de princípios indubitáveis, tais como "Penso, logo existo".*

A razão discursiva: dedução, indução e abdução

A intuição pode ser o ponto de chegada, a conclusão de um processo de conhecimento, mas também pode ser o ponto de partida desse mesmo processo. Nos dois casos, o processo cognitivo constitui a **razão discursiva** ou o **raciocínio**.

Ao contrário da intuição, o raciocínio é o conhecimento que exige provas e demonstrações e se realiza igualmente por meio de provas e demonstrações das verdades que estão sendo conhecidas ou investigadas. Não é só um ato intelectual, mas são vários atos intelectuais ligados ou conectados, formando um processo de conhecimento.

Um caçador sai pela manhã em busca da caça. Entra no mato e vê rastros: choveu na véspera e há pegadas no chão; pequenos galhos rasteiros estão quebrados; o capim está amassado em vários pontos; a carcaça de um bicho está à mostra, indicando que foi devorado faz poucas horas; há um grande silêncio no ar, não há canto de pássaros, não há ruídos de pequenos animais.

diálogos *filosóficos*

A razão da felicidade

Mas como descobrimos qual a função do homem? Aristóteles definiu-a como aquela parte da natureza dos seres humanos que é exclusiva deles. Não pode ser, portanto, a faculdade de crescer, pois a partilhamos com as plantas. Nem pode ser a sensação, já que os animais também a possuem. Os que têm na vida o prazer por única meta comportam-se como meros animais. O que de fato temos e nenhuma outra criatura tem, no entanto, é a faculdade da razão. Assim como não podemos compreender uma faca a menos que saibamos que sua função é cortar, ou uma bolota a menos que saibamos que seu fim é desenvolver-se em um carvalho, não nos compreendemos a nós mesmos a menos que estejamos cientes da faculdade que nos é particular e da meta que ela nos permite alcançar. Essa meta – o fim último para o qual todos os nossos fins são meros meios – é a *eudaimonia*, ou, como poderíamos dizer, a felicidade.

FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar em 25 lições:* do poço de Tales à desconstrução de Derrida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 52-53.

O caçador supõe que haja uma onça por perto. Se, por todas as experiências anteriores, tiver certeza de que a onça está nas imediações, pode preparar-se para enfrentá-la: sabe que caminhos evitar, se não estiver em condições de caçá-la; sabe que armadilhas armar, se estiver pronto para capturá-la; sabe como atraí-la, se quiser conservá-la viva e preservar a espécie.

O caçador pode ainda estar sem muita certeza se há ou não uma onça nos arredores. Nesse caso, pode tomar uma série de atitudes para verificar a presença ou ausência do felino: percorrer trilhas que sabe serem próprias de onças; examinar melhor as pegadas e o tipo de animal que foi devorado; comparar, em sua memória, outras situações nas quais havia uma onça, etc.

Assim, partindo de indícios, o caçador raciocina para chegar a uma conclusão e tomar uma decisão. Temos aí um exercício de raciocínio *empírico* (pois se baseia nos dados sensoriais ou na experiência sensível) e *prático* (pois visa a uma ação). Trata-se de um exame de vários sinais que permitem a alguém fazer uma *inferência*, isto é, tirar uma conclusão com base nos dados conhecidos.

Esse raciocínio, por ser empírico, caracteriza-se pela singularidade do sujeito do conhecimento (no caso, um caçador) e do objeto do conhecimento (no caso, uma situação em que há sinais ou indícios de uma onça).

Quando, porém, um raciocínio se realiza em condições tais que a individualidade psicológica do sujeito e a singularidade do objeto são substituídas por critérios de generalidade e universalidade, temos a *dedução*, a *indução* e a *abdução*.

Dedução e **indução** são procedimentos racionais que nos levam do já conhecido ao ainda não conhecido, isto é, permitem que adquiramos conhecimentos novos graças a conhecimentos já adquiridos. Por isso, costuma-se dizer que, no raciocínio, o intelecto segue *cadeias de razões* ou os *nexos* e *conexões* necessárias entre as ideias ou entre os fatos.

A dedução

A **dedução** consiste em partir de uma verdade já conhecida e que funciona como um princípio geral ao qual se subordinam todos os casos que serão demonstrados a partir dela. **Na dedução demonstra-se que uma verdade já conhecida se aplica a todos os casos particulares iguais.** Por isso também se diz que a dedução vai do geral ao particular ou do universal ao individual.

O ponto de partida de uma dedução é ou uma ideia verdadeira (ou definição) ou uma teoria verdadeira (um todo sistemático de definições e demonstrações verdadeiros). A finalidade do processo dedutivo é *assegurar a inferência de conclusões novas e verdadeiras* com base na definição do objeto ou na teoria já existente.

Por exemplo, se definirmos o triângulo como uma figura geométrica cujos ângulos internos somados são iguais à soma de dois ângulos retos, dessa definição deduziremos todos os diferentes tipos de triângulos possíveis (equilátero, isósceles, escaleno, retângulo), todas as propriedades de todos os triângulos possíveis e todas as propriedades de cada um dos tipos possíveis de triângulos. Da mesma maneira, se tomarmos como ponto de partida as definições geométricas do ponto, da linha, da superfície e da figura, deduziremos todas as figuras geométricas possíveis e suas propriedades.

No caso de uma teoria, a dedução permitirá que cada novo caso particular encontrado seja conhecido, demonstrando que a ele se aplicam todas as leis, regras e verdades da teoria. Ou seja, a dedução é um procedimento pelo qual um fato ou objeto particular são conhecidos por *inclusão* numa teoria geral.

The Kobal Collection/Agência France-Presse

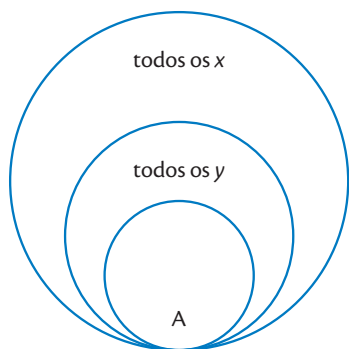
Luke Evans, como o detetive Fields, e John Cusack, no papel do escritor Edgar Allan Poe, em cena do filme O corvo *(Estados Unidos, 2012), do diretor James McTeigue. Assim como um detetive, o filósofo raciocina em busca de provas a fim de demonstrar a verdade sobre algo, valendo-se de procedimentos como a dedução, a indução e a abdução.*

Por exemplo, estabelecida a verdade da teoria física de Newton, sabemos que: 1) as leis da física são relações dinâmicas de tipo mecânico, isto é, referem-se a relações de força (ação e reação) entre corpos dotados de figura, massa e grandeza; 2) os fenômenos físicos ocorrem no espaço e no tempo; 3) conhecidas as leis iniciais de um conjunto ou de um sistema de fenômenos, poderemos prever os atos que ocorrerão nesse conjunto ou nesse sistema.

Assim, se eu quiser conhecer um caso físico particular, aplicarei a ele as leis gerais da física newtoniana e saberei com certeza a resposta verdadeira.

Costuma-se representar a dedução pela seguinte fórmula:

Todos os *x* são *y* (definição ou teoria geral sobre um conjunto de objetos);
A é *y* (caso particular);
Portanto, *A* é *x* (dedução).

A dedução também pode ser expressa numa figura:

A razão oferece regras especiais para realizar uma dedução. Se tais regras não forem respeitadas, a dedução será considerada falsa.

A indução

A **indução** realiza um caminho exatamente inverso ao da dedução. **Com a indução, partimos de casos particulares iguais ou semelhantes e procuramos a lei geral, a definição geral ou a teoria geral que explica e subordina todos esses casos particulares.** A definição ou a teoria são obtidas no ponto final do percurso. A razão também oferece um conjunto de regras precisas para guiar a indução. Se tais regras não forem respeitadas, a indução será considerada falsa.

Por exemplo, colocamos água no fogo e observamos que ela ferve e se transforma em vapor; colocamos leite no fogo e vemos que ele também se transforma em vapor; colocamos vários tipos de líquidos no fogo e vemos sempre sua transformação em vapor. Induzimos desses casos particulares que o fogo possui uma propriedade que leva à evaporação e à ebulição dos líquidos. Essa propriedade é o calor.

Martin Muránsky/Alamy/Easypix Brasil

Jarra de água recém-posta na boca acesa de um fogão. Quando observamos que, após algum tempo, não apenas a água, mas também outros líquidos fervem e se transformam em vapor, induzimos que essa transformação é causada por uma propriedade do fogo: o calor.

Verificamos, no entanto, que os diferentes líquidos não levam sempre o mesmo tempo para evaporar; cada um deles, portanto, deve ter propriedades específicas que os fazem evaporar em tempos diferentes. Descobrimos também que o tempo para acontecer a evaporação não é o fato que precisa ser observado, e sim a quantidade de calor que cada líquido precisa para começar a evaporar, pois é essa a causa dos diferentes tempos para a evaporação. Se considerarmos a água o nosso padrão de medida, diremos que ela ferve e começa a evaporar ao receber certa quantidade de calor e que é essa quantidade de calor que precisa ser conhecida.

Como a água foi escolhida para servir de padrão, diremos que a quantidade de calor é de 100 graus Celsius.

Podemos, a seguir, verificar um fenômeno diferente. Vemos que a água e outros líquidos, colocados num refrigerador, endurecem e se congelam, mas que, como no caso do vapor, cada líquido congela ou se solidifica em tempos diferentes. Procuramos, novamente, a causa dessa diferença e descobrimos que ela depende tanto de certas propriedades de cada líquido como da "quantidade de frio" que há no refrigerador. Percebemos, finalmente, que é essa quantidade que devemos procurar e, se tomarmos a água como padrão, diremos que ela congela a zero grau Celsius.

Com essas duas séries de fatos (vapor e congelamento), descobrimos que os estados dos líquidos variam (por evaporação ou por solidificação) em decorrência da temperatura ambiente (calor ou frio) e que cada líquido atinge o ponto de evaporação ou de solidificação em temperaturas diferentes.

Com esses dados podemos formular uma teoria da relação entre os estados da matéria – sólido, líquido e gasoso – e as variações de temperatura, estabelecendo uma relação necessária entre o estado de um corpo e a temperatura ambiente. Chegamos, por indução, a uma *teoria*.

A abdução

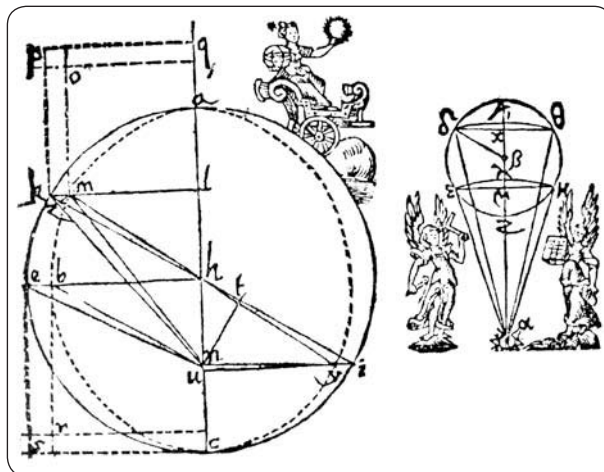
O filósofo estadunidense Peirce considera que, além da dedução e da indução, a razão discursiva ou raciocínio também se realiza numa terceira modalidade de **inferência**, embora esta não seja propriamente demonstrativa. Essa terceira modalidade é a **abdução**.

A abdução é uma espécie de intuição, mas que não se dá de uma só vez, indo passo a passo para chegar a uma conclusão. A abdução é a busca de uma conclusão pela interpretação racional de sinais, de indícios, de signos. O exemplo mais simples oferecido por Peirce para explicar o que é a abdução são os contos policiais, o modo como os detetives vão coletando indícios e sinais e formando uma teoria para o caso que investigam.

Segundo Peirce, a abdução é a forma que a razão possui quando inicia o estudo de um novo campo científico que ainda não havia sido abordado. Ela se aproxima da intuição do artista e da adivinhação do detetive, que, antes de iniciarem seus trabalhos, só contam com pistas a seguir. Os historiadores costumam usar a abdução.

De modo geral, diz-se que a indução e a abdução são procedimentos racionais que empregamos para a *aquisição* de conhecimentos, enquanto a dedução é o procedimento racional que empregamos para *verificar* ou *comprovar* a verdade de um conhecimento já adquirido.

inferência
É uma conclusão que se baseia em outra já conhecida. Na dedução, dado *X* (definição ou teoria), infiro (concluo) *a*, *b*, *c*, *d* (os casos particulares). Na indução, dados *a*, *b*, *c*, *d*, infiro (concluo) *X*.

SPL/Latinstock

O filósofo estadunidense Charles Sanders Peirce (1839-1914) exemplificou sua teoria da abdução com o cálculo da órbita de Marte pelo astrônomo alemão Johannes Kepler (1571-1630). Ao notar que as posições de Marte não coincidiam com uma órbita circular, Kepler supôs que essa órbita era elíptica, o que posteriormente comprovou em cálculos mais precisos.

Realismo e idealismo

Vimos anteriormente que muitos filósofos distinguem entre a razão objetiva e a razão subjetiva, considerando a filosofia o encontro e o acordo entre ambas.

Falar numa razão objetiva significa afirmar que a realidade externa ao nosso pensamento é racional em si e por si mesma e que podemos conhecê-la justamente por ser racional. Significa dizer, por exemplo, que o espaço e o tempo existem em si e por si mesmos, que as relações matemáticas e de causa e efeito existem nas próprias coisas, que o acaso existe na própria realidade, etc.

Chama-se *realismo* a posição filosófica que afirma a existência da razão objetiva.

Há filósofos, porém, que estabelecem uma diferença entre a realidade e o conhecimento racional que dela temos. Dizem eles que, embora a realidade externa exista em si e por si mesma, só podemos conhecê-la tal como nossas ideias a formulam e a organizam, e não como ela seria em si mesma. Não podemos saber nem dizer se a realidade exterior é racional em si, pois só podemos saber e dizer que ela é racional por meio de *nossas* ideias.

Essa posição filosófica é conhecida com o nome de *idealismo* e afirma apenas a existência da razão subjetiva. A razão subjetiva possui princípios e modalidades de conhecimento que são universais e necessários, isto é, válidos para todos os seres humanos em todos os tempos e lugares. O que chamamos realidade, portanto, é apenas o que podemos conhecer por meio das ideias de nossa razão.

a filosofia nas entrelinhas

Werner H. Mueller/Zefa/Corbis

Lua minguante sobre montanhas da Antártida. Segundo o realismo, o espaço e o tempo existem em si e por si mesmos.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Química.

O realismo afirma que o mundo que nos cerca é constituído de coisas reais, organizadas racionalmente por si mesmas e dotadas de uma existência objetiva, o que nos permite conhecê-las. Já o idealismo, apesar de admitir a existência da realidade em si mesma, afirma que só podemos conhecê-la de acordo com as ideias da nossa razão, que as organizam a seu modo. Essas duas concepções estão presentes mesmo na ciência, como podemos notar na química orgânica. Por um lado, essa ciência realiza experimentos e medições da massa das substâncias, procedimentos que pressupõem a existência de coisas em si passíveis de conhecimento pela experiência. Por outro, a química orgânica desenvolve suas teorias por meio de hipóteses, assumindo pressupostos antes mesmo de ir à investigação direta do fenômeno, dado que as leis que o regem às vezes não se dão facilmente à razão.

- Dê exemplos da presença dessas duas concepções em suas experiências pessoais e em algum procedimento ou teoria da química, justificando quais de seus aspectos são característicos do realismo e quais são do idealismo.

atividades

1. Qual a diferença entre a razão intuitiva e a razão discursiva?
2. O que é a intuição? Caracterize cada tipo de intuição e dê um novo exemplo para cada um deles.
3. Qual é a relação entre intuição intelectual e o pensar segundo a concepção de Descartes? O que é o *cogito* cartesiano?
4. Dê um exemplo novo de raciocínio empírico e o distinga da intuição.
5. Como se realiza a indução? Dê um exemplo novo.
6. Qual a diferença entre a inferência dedutiva e a inferência indutiva?
7. O que é abdução? Exemplifique com uma história de detetive que você conhece.

INDICAÇÃO DE FILME

Capote
Direção de Bennett Miller. Estados Unidos, 2005.

O jornalista estadunidense Truman Capote viaja até uma cidade no interior dos Estados Unidos para investigar os detalhes de um caso de assassinato. Lá, desenvolve uma relação estreita com um dos acusados pelo crime, Perry Smith. O filme é uma adaptação cinematográfica do livro A sangue frio, *de Capote, publicado em 1966.*

Archives du 7eme Art/Photo12/Agência France-Presse

O ator Philip Seymour Hoffman interpreta a personagem-título do filme Capote *(2005).*

CAPÍTULO

9

A razão: inata ou adquirida?

De onde vieram os princípios racionais? De onde veio a capacidade para a intuição e para o raciocínio? Nascemos com eles, ou nos seriam dados pela educação e pelo costume? Seriam algo próprio dos seres humanos, da sua natureza, ou seriam adquiridos pela experiência?

Durante séculos, a filosofia ofereceu duas respostas a essas perguntas. A primeira ficou conhecida como inatismo, e a segunda, como empirismo.

O inatismo afirma que, ao nascermos, trazemos em nossa inteligência não só os princípios racionais, mas também algumas ideias inatas verdadeiras. O empirismo, ao contrário, afirma que a razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias, é adquirida por nós pela experiência.

O maestro venezuelano Gustavo Dudamel conduz a Big Noise Orchestra em concerto na cidade de Stirling, Escócia, em 2012. A facilidade que algumas crianças têm para o aprendizado de certas atividades complexas nos faz pensar se trazemos os princípios e as ideias racionais desde o nascimento ou se os adquirimos por meio da experiência.

Jeff J. Mitchell/Getty Images

Inatismo platônico

Platão defende o inatismo da razão ou das ideias verdadeiras em várias obras, mas as passagens mais conhecidas estão nos diálogos *Mênon* e *A República*.

No *Mênon*, Sócrates dialoga com um jovem escravo analfabeto. Fazendo-lhe perguntas certas na hora certa, o filósofo consegue que o escravo demonstre sozinho um difícil teorema de geometria. As verdades matemáticas vêm ao espírito do escravo à medida que Sócrates lhe faz perguntas e raciocina com ele.

Como isso seria possível, indaga Platão, se o escravo não houvesse nascido com a razão e com os princípios da racionalidade? Como dizer que conseguiu demonstrar o teorema por um aprendizado vindo da experiência, se ele jamais ouvira falar de geometria?

Em *A República*, Platão desenvolve uma teoria que já fora esboçada no *Mênon*: a teoria da *reminiscência*. **Segundo ela, nós nascemos com a razão e as ideias verdadeiras, e a filosofia nada mais faz do que nos relembrar essas ideias.**

Para explicar a teoria da reminiscência, Platão usa, novamente, uma *alegoria*: o **Mito de Er**. Assim como o Mito da Caverna que vimos anteriormente, ele também é narrado em *A República*.

Conhecer, diz Platão, é recordar a verdade que já existe em nós; é despertar a razão para que ela se exerça por si mesma. Sócrates fazia perguntas porque, por meio delas, as pessoas poderiam lembrar-se da verdade e do uso da razão. Se não nascêssemos com a razão e com a verdade, indaga Platão, como saberíamos que temos uma ideia verdadeira ao encontrá-la? Como poderíamos distinguir o verdadeiro do falso?

Inatismo cartesiano

Por volta de 2 mil anos depois de Platão, Descartes apresenta sua teoria das ideias inatas, notadamente em duas obras: o *Discurso do método* e as *Meditações metafísicas*. Nelas, mostra que nosso espírito possui três tipos de ideias, que se diferenciam segundo sua origem e qualidade.

Bianchetti/Leemage/Agência France-Presse

Ilustração de Gustave Doré para edição de 1885 do livro A divina comédia, *de Dante Alighieri, retratando a imersão de Dante nas águas do rio Lethé. Para os gregos antigos, quanto mais se bebe de suas águas, mais se esquece da verdade contemplada.*

Mito de Er

O pastor grego Er morreu e foi levado para o Reino dos Mortos. Ao chegar, encontra as almas de heróis, governantes, artistas, antepassados e amigos. Ali, elas contemplam a verdade e possuem o conhecimento verdadeiro.

Er fica sabendo que todas as almas renascem em outras vidas para se purificarem de seus erros passados até que não precisem mais voltar à Terra. Cada alma pode escolher a nova vida que terá: vida de rei, de guerreiro, de comerciante rico, de artista ou de sábio.

Para retornar à Terra, as almas atravessam uma planície por onde corre o rio Lethé (em grego, 'esquecimento'), e bebem de suas águas. As que bebem muito esquecem toda a verdade que contemplaram; as que bebem pouco quase não se esquecem.

As que escolheram vida de rei, de guerreiro ou de comerciante rico são as que mais bebem das águas do esquecimento; as que escolheram a sabedoria são as que menos bebem. Assim, as primeiras dificilmente (talvez nunca) se lembrarão da verdade que conheceram, enquanto as outras serão capazes de lembrar e ter sabedoria, usando a razão.

1. **Ideias adventícias** (isto é, vindas de fora): são aquelas que se originam de nossas sensações e percepções, bem como de nossas lembranças. São, de um lado, as ideias das qualidades sensoriais – cor, sabor, odor, som, textura, tamanho, lugar, etc. – e, de outro, as ideias das coisas percebidas por meio dessas qualidades – flor, maçã, vento, terra, praia, etc.
   São também as opiniões formuladas com base nessas ideias – nossas ideias cotidianas e costumeiras, geralmente enganosas ou falsas. Por exemplo, olho para o céu e vejo o Sol mover-se de leste para oeste; disseram-me que a Terra está imóvel e que o Sol se move à volta dela. Mas, quando estudo astronomia, descubro que tal opinião é falsa.
2. **Ideias fictícias**: são aquelas que criamos em nossa fantasia e imaginação, compondo seres inexistentes com pedaços ou partes de ideias adventícias. Por exemplo, cavalos alados, elfos, dragões, sereias, o Super-Homem, etc. São as fabulações das artes, da literatura, dos mitos, das superstições.
   Essas ideias nunca são verdadeiras, pois não correspondem a nada que exista. Sabemos que foram imaginadas, mesmo quando as recebemos de outros.

Edmund Dulac/Arquivo da editora

Ilustração de Edmund Dulac (1882-1953) para a história A bela e a fera. *Os monstros e seres fantásticos presentes nos contos de fadas são ideias fictícias criadas com partes de ideias adventícias, ou seja, de outras coisas que chegam a nós pela percepção. Do mesmo modo, as fábulas trazem animais com comportamentos humanos.*

3. **Ideias inatas**: são aquelas que não poderiam vir de nossa experiência sensorial, porque não há objetos sensíveis para elas, nem poderiam vir de nossa fantasia, pois não tivemos experiência sensorial para compô-las. Por exemplo, a ideia do infinito é inata, pois não temos experiência sensorial da infinitude.
   As ideias inatas são inteiramente racionais e só podem existir porque já nascemos com elas. Os princípios da razão (identidade, não contradição, terceiro excluído, razão suficiente) são ideias inatas. Também são inatas as ideias que Descartes denomina "noções comuns da razão", como, por exemplo, "o todo é maior do que as partes", e as ideias simples conhecidas por intuição intelectual (como é o caso do *cogito*). São elas o ponto de partida da dedução e da indução, quando tentamos conhecer as ideias mais complexas ou compostas.
   As ideias inatas, diz Descartes, são "a assinatura do Criador" no espírito das criaturas racionais, e a razão é a luz natural inata que nos permite conhecer a verdade, o que faz com que essas ideias sempre correspondam integralmente às coisas a que se referem.
   A tese central dos inatistas é: se, desde o nascimento, não possuirmos em nosso espírito a razão com seus princípios e leis e algumas ideias verdadeiras das quais todas as outras dependem, nunca poderemos saber se um conhecimento é verdadeiro ou falso.

O empirismo

Contra os inatistas, os **empiristas** afirmam que a razão, a verdade e as ideias racionais são adquiridas por nós pela experiência. Antes da experiência, dizem eles, nossa razão é como uma "folha em branco". A razão é uma maneira de conhecer e a adquirimos por meio das experiências sensoriais que temos no decorrer de nossa vida.

empiristas

Muitos filósofos defenderam a tese empirista, mas os mais conhecidos são os filósofos ingleses dos séculos XVI ao XVIII Francis Bacon, Thomas Hobbes, John Locke, o anglo-irlandês George Berkeley e o escocês David Hume.

Ao longo da história, grande parte dos filósofos de expressão inglesa foi empirista. Na Idade Média, por exemplo, Roger Bacon e Guilherme de Ockham eram empiristas; mais próximo a nós, podemos citar Bertrand Russell.

Para os empiristas, nossos conhecimentos começam com a experiência dos sentidos, isto é, com as sensações. Os objetos exteriores excitam nossos órgãos dos sentidos e vemos cores, sentimos sabores e odores, ouvimos sons, sentimos a diferença entre o áspero e o liso, o quente e o frio, etc.

As sensações se reúnem e formam uma percepção, ou seja, percebemos uma única coisa ou um único objeto que nos chegou por meio de várias e diferentes sensações. Assim, vejo uma cor vermelha e uma forma arredondada, aspiro um perfume adocicado, sinto a maciez e digo: "Percebo uma rosa". A "rosa" é o resultado da reunião de várias sensações diferentes num só objeto de percepção.

As percepções, por sua vez, se combinam ou se associam. A associação pode se dar por *semelhança*, por *proximidade* ou *contiguidade espacial* e por *sucessão temporal*, e tem como causa a repetição. De tanto algumas sensações se repetirem por semelhança ou de tanto se repetirem no mesmo espaço ou próximas umas das outras, ou, enfim, de tanto se repetirem sucessivamente no tempo, criamos o hábito de associá-las. Essas associações são as *ideias*.

As ideias, trazidas pela experiência, isto é, pela sensação, pela percepção e pelo hábito, são levadas à memória. De lá, a razão as apanha para formar os pensamentos.

A experiência escreve e grava em nosso espírito as ideias, e a razão vai associá-las, combiná-las ou separá-las, formando todos os nossos pensamentos. Por isso, David Hume dirá que a razão é o hábito de associar ideias, seja por semelhança, seja por diferença.

O princípio da causalidade

O exemplo mais importante oferecido por Hume para mostrar como formamos hábitos racionais é o da origem do **princípio da causalidade**.

A experiência me mostra, todo o tempo, que, se eu puser um objeto sólido (um pedaço de vela, um pedaço de ferro) no calor do fogo, não só ele derreterá como também passará a ocupar um espaço muito maior no interior do recipiente.

Experiências desse tipo, à medida que vão se repetindo sempre da mesma maneira, vão criando em mim o hábito de associar o calor com certos fatos iguais ou semelhantes, que já percebi inúmeras vezes. E isso me leva a dizer que "o calor é a causa desses fatos". Como os fatos são de aumento do volume ou da dimensão dos corpos submetidos ao calor, acabo concluindo que "o calor é a causa da dilatação dos corpos" e também que "a dilatação dos corpos é o efeito do calor". É assim, diz Hume, que nascem as ciências.

Ora, ao mostrar como se forma o princípio da causalidade, Hume não está dizendo apenas que as ideias da razão se originam da experiência: está afirmando também que os próprios princípios da racionalidade são derivados da experiência.

Mais do que isso: vimos que, até então, a razão pretendia conhecer a realidade tal como ela é em si mesma, considerando que o que conhece vale como verdade para todos os tempos e lugares (universalidade) e indica como as coisas são e como não poderiam ser de uma outra maneira (necessidade).

Ora, com Hume já não se pode admitir a universalidade e a necessidade pretendidas pela razão. O universal é apenas um nome ou uma palavra geral que usamos para nos referir à repetição de semelhanças percebidas e associadas. O necessário é apenas o nome ou uma palavra geral que usamos para nos referir à repetição das percepções sucessivas no tempo. O universal, o necessário e a causalidade são meros hábitos psíquicos.

Fotos: Martyn F. Chillmaid/SPL/Latinstock

Experiência de dilatação térmica feita com uma esfera. Vejo que a esfera fria atravessa o aro, mas depois vejo que a mesma esfera, após ser aquecida, não atravessa o aro devido à expansão de seu volume. Para Hume, à medida que repetimos uma experiência e observamos o mesmo resultado, criamos o hábito de associar os fatos em relações de causa e efeito.

Problemas do inatismo

Se os princípios e as ideias da razão são inatos e por isso universais e necessários, como explicar que possam mudar? Por exemplo: Platão afirmava que a ideia de justiça era inata, vinha da contemplação intelectual do justo em si ou do conhecimento racional das coisas justas em si. Sendo inata, era universal e necessária. Sem dúvida, dizia ele, os seres humanos variam muito nas suas *opiniões* sobre o justo e a justiça, pois essas variam de pessoa para pessoa, de época para época, de lugar para lugar.

Uma *ideia*, ao contrário, sendo verdadeira, é inata, universal e necessária, não sofrendo as variações das opiniões. Estas, além de serem variáveis, são, em geral, falsas, pois nossa experiência tende a ser enganosa ou enganada.

Qual era a ideia platônica de justiça? Era uma ideia moral e uma ideia política.

Moralmente, uma pessoa é justa quando faz com que o intelecto ou a razão domine e controle completamente seus impulsos passionais e suas emoções irracionais. Por quê? Porque a razão é a parte melhor e superior da alma e deve dominar a parte inferior e pior, ligada aos desejos irracionais do nosso corpo. Politicamente, uma sociedade é justa quando nela as classes sociais se relacionam como na moral, isto é, quando as classes inferiores forem dominadas e controladas pelas superiores. Assim, seja na moral, seja na política, a pessoa pratica a ideia inata e universal de justiça.

A sociedade justa cria uma hierarquia na qual a classe econômica mais inferior deve ser dominada e controlada pela classe militar para que as riquezas não provoquem desigualdades, egoísmos, guerras, violências; a classe militar, por sua vez, deve ser dominada e controlada pela classe política para impedir que os militares queiram usar a força e a violência contra a sociedade e fazer guerras absurdas. Enfim, a classe política deve ser dominada e controlada pelos sábios, que não deixarão que os políticos abusem do poder e prejudiquem toda a sociedade.

Justiça, portanto, é o domínio da inteligência sobre os instintos, interesses e paixões, tanto no indivíduo quanto na sociedade.

Ora, com o surgimento da psicanálise, no final do século XIX, o que acontece com a justiça moral platônica, isto é, com a ideia de um poder total da razão sobre as paixões e os sentimentos, os desejos e os impulsos?

Freud, criador da psicanálise, mostrou que não temos esse poder, que nossa consciência, nossa vontade e nossa razão podem menos do que o nosso inconsciente (do que o nosso desejo). Se a justiça platônica era uma ideia inata da razão, deveria ser universalmente verdadeira em todos os tempos, mas a psicanálise contesta isso. O problema, portanto, é: como uma ideia inata pode "deixar de ser verdadeira?".

O que acontece com a ideia da justiça política platônica quando alguns filósofos afirmam que todos os cidadãos são iguais e que nenhuma classe tem o direito de dominar e controlar outras, pois tal domínio e controle é, exatamente, a injustiça? Em outras palavras, um pensamento democrático pode afirmar que a justiça platônica, por se basear na desigualdade, é injusta? Ora, uma ideia inata, por ser plenamente racional, é sempre verdadeira; portanto, temos de perguntar: como uma ideia inata pode perder a verdade?

Tomemos, agora, outro exemplo, vindo da filosofia de Descartes.

Descartes considera que a realidade natural é regida por leis universais e necessárias do movimento ou por relações de causa e efeito em que a causa é sempre o movimento. Considera também que as leis mecânicas ou leis do movimento elaboradas por sua filosofia ou por sua física são ideias racionais deduzidas de ideias inatas simples e verdadeiras.

Photo12/Agência France-Presse

O psicanalista Sigmund Freud (1856-1939), interpretado por Montgomery Clift, e sua paciente Cecília, por Susannah York, em cena do filme Freud, além da alma *(1962), dirigido por John Huston. O inconsciente, segundo Freud, são os fatos e processos mentais ligados aos desejos não submetidos às ordens da razão.*

Ora, quando comparamos a física de Descartes com a de Galileu, elaboradas na mesma época, verificamos que, em vários aspectos, a física galileana é oposta à cartesiana. Ao fim, é a teoria de Galileu que será provada e demonstrada verdadeira, e a de Descartes será considerada falsa. Como poderia isso acontecer, se as ideias da física cartesiana eram ideias inatas da razão?

Os exemplos que propusemos indicam quais são os dois grandes problemas do inatismo:

1. a própria razão (isto é, os conhecimentos sobre a realidade e o homem) pode mudar o conteúdo de ideias que foram consideradas universais e verdadeiras (é o caso da ideia platônica de justiça);
2. a própria razão (isto é, os procedimentos de raciocínio) pode provar que ideias consideradas racionais podem, na realidade, ser falsas (é o caso de várias ideias da física cartesiana).

Se as ideias são racionais e verdadeiras, é porque correspondem à realidade. **Ora, se a realidade mudar (como é o caso da realidade social ou histórica), como manter ideias que não correspondam a ela?** Ou, ao contrário, se a realidade permanecer a mesma (como é o caso da realidade natural ou da natureza) e, no entanto, as ideias que a explicavam perderem a validade porque outras mais corretas e verdadeiras as substituíram, como considerar as primeiras ideias como verdades inatas?

Ou seja, o inatismo depara com o problema da mudança da realidade, que exige mudança das ideias, e com mudanças das próprias ideias, feitas pela própria razão no processo de conhecimento.

Problemas do empirismo

O empirismo, por sua vez, se defronta com um problema insolúvel.

Se as ciências são apenas hábitos psicológicos de associar percepções e ideias, então elas não possuem verdade alguma, não explicam realidade alguma, não alcançam os objetos tais como são em si mesmos. Em outras palavras, os conhecimentos não possuem objetividade, pois são apenas hábitos subjetivos.

Berkeley: um pensador na contracorrente

diálogos *filosóficos*

De certo modo, o filósofo George Berkeley (1685-1753) está na contracorrente de seu tempo. [...] Para ele, os filósofos criam apenas dúvidas e incertezas. “Parece-me que a maior parte, senão todas as dificuldades que até agora detiveram os filósofos e barraram o caminho do conhecimento, nós as provocamos, levantando a poeira e depois queixando-nos de não ver”, diz. “Poeira”, no caso, é a suposição da existência da matéria como substância, isto é, uma coisa que subsiste por si, independentemente da alma e exterior a esta. Isso acarreta a intrincada discussão sobre a natureza da relação entre a matéria e a alma (Descartes e os racionalistas), e, no limite, a posição que admite que há na matéria um “não sei quê” inacessível ao conhecimento (Locke) – o que já é um passo para o ceticismo.

Se os filósofos se embaraçam com tais questões é porque consideram que as ideias abstratas, sobre as quais discutem, referem-se às coisas reais. Mas, a rigor, essas ideias não existem, a não ser na linguagem: é somente como nome que, por exemplo, a palavra *homem* pode existir sem indicar nenhuma particularidade desse ou daquele homem. Ao confundir a ideia, o nome e a coisa, os filósofos buscam esse “não sei quê” do homem isento de qualidades sensíveis, sempre em vão.

E para que tanta complicação? A maioria dos homens não precisa de nada disso para viver; acredita no que sente e percebe, e isso lhe basta. Para eles, a operação de abstração é uma atividade muito difícil. “Um bom pedaço de pão sensível”, declara Berkeley por intermédio de seu personagem Filonous, “daria a meu estômago muito maior regalo do que dez mil vezes essa mesma porção daquele pão insensível, ininteligível, mas real, de que me tendes falado”.

O “pão sensível”, as coisas sensíveis são as que existem. E existir é ser percebido, ou seja, ser ideia. O equívoco dos filósofos foi ter imaginado a matéria, uma substância exterior à percepção, fazendo dessa ficção objeto de suas investigações. E encontram dificuldades e dúvidas porque discutem a respeito do que simplesmente não existe.

ABRÃO, Bernardette Siqueira (Org.). *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 253-256. (Os pensadores).

Ora, o ideal racional da objetividade afirma que uma verdade é uma verdade porque corresponde à realidade das coisas. Portanto, ela não depende de nossa subjetividade (opiniões, gostos pessoais, preconceitos, fantasias, costumes e hábitos), isto é, de nossa vida pessoal e psicológica. Para o empirista, porém, a ciência não pode oferecer nem garantir essa objetividade.

A ciência torna-se afinal uma ilusão, e a realidade tal como é em si mesma (objetiva) jamais poderá ser conhecida pela razão. Basta, por exemplo, que um belo dia eu ponha um líquido no fogo e, em lugar de vê-lo ferver e aumentar de volume, eu o veja gelar e diminuir de volume, para que toda a ciência desapareça, já que ela depende da repetição, da frequência, do hábito de sempre percebermos uma certa sucessão de fatos à qual, também por hábito, demos o nome de *princípio da causalidade*.

Assim, do lado do empirismo, o problema colocado é o da impossibilidade do conhecimento objetivo da realidade.

Os problemas criados pela divergência entre inatistas e empiristas foram resolvidos em dois momentos: o primeiro encontra-se na filosofia de Gottfried Wilhelm Leibniz (filósofo alemão do século XVII); o segundo encontra-se na filosofia de Immanuel Kant (filósofo alemão do século XVIII).

A solução de Leibniz no século XVII

Leibniz estabeleceu uma distinção entre *verdades de razão* e *verdades de fato*. As verdades de razão enunciam que uma coisa é o que ela é, necessária e universalmente, não podendo de modo algum ser diferente do que é e de como é. O exemplo mais evidente são as ideias matemáticas. É impossível que o triângulo não tenha três lados e que a soma de seus ângulos internos não seja igual à soma de dois ângulos retos.

As verdades de razão são inatas. Isso não significa que uma criança, por exemplo, nasça conhecendo a matemática e sabendo realizar operações matemáticas, demonstrar teoremas ou resolver problemas. Significa que nascemos com a capacidade racional, puramente intelectual, para conhecer ideias que não dependem da experiência para ser formuladas e para ser verdadeiras.

As verdades de fato, ao contrário, são as que dependem da experiência, pois enunciam ideias que são obtidas por meio da sensação, da percepção e da memória. Elas são empíricas e se referem a coisas que poderiam ser diferentes do que são, mas que são como são porque há uma causa para isso.

Quando digo "Esta rosa é vermelha", nada impede que ela pudesse ser branca ou amarela. Mas se ela é vermelha é porque alguma causa a fez ser assim e uma outra causa poderia tê-la feito amarela. Não é acidental ou contingente que ela tenha cor, e é a cor que possui uma *causa necessária*. Ou seja, uma rosa pode ter esta ou aquela cor, mas não pode deixar de ter cor, cabendo à razão buscar a causa da cor, estudando a natureza da luz.

As verdades de fato são verdades porque para elas funciona o *princípio de razão suficiente*, segundo o qual tudo o que percebemos na experiência sensível possui uma causa determinada e essa causa pode ser conhecida. Todas as verdades de fato poderão, em certas condições, tornar-se verdades necessárias e serem consideradas verdades de razão; ou seja, ainda que para conhecê-las dependamos da experiência, podemos desenvolver procedimentos pelos quais descobrimos que a experiência está oferecendo relações causais necessárias entre as coisas. Segundo Leibniz, o que são verdades de fato para a inteligência humana limitada ou finita são verdades de razão para a inteligência divina infinita.

Martin Shields/Photo Researchers/Getty Images

De acordo com as ideias de Leibniz, nada impede que uma ervilha tenha um formato ou outro. Porém, sempre deve haver uma razão que explique por que ela tem aquele formato, e não outro. No século XIX, o frade Gregor Mendel (1822-1884) buscou a explicação racional para essa variação, chegando a uma causa necessária que, posteriormente, serviu de base para os estudos da genética.

Observamos, assim, que o princípio de razão suficiente ou a ideia de causalidade universal e necessária permite manter as ideias inatas e as ideias empíricas.

Ora, é justamente o princípio da causalidade, como vimos, que será alvo das críticas dos empiristas, na filosofia de David Hume. Para ele, o princípio de razão suficiente é apenas um hábito adquirido por experiência. Sua crítica à causalidade e ao princípio de razão suficiente leva à resposta de Kant.

A solução de Kant no século XVIII

A resposta aos problemas do inatismo e do empirismo oferecida por Kant é conhecida com o nome de "**revolução copernicana** em filosofia". Por quê? Qual a relação entre o que propõe Kant no século XVIII e o que fizera Copérnico, quase dois séculos antes?

Inatistas e empiristas parecem astrônomos geocêntricos, buscando um centro que não é verdadeiro. Qual o engano dos filósofos? Considerar que o conhecimento se inicia tendo como ponto de partida a realidade: no caso dos inatistas, a realidade inicial é o interior, o espírito, a alma humana; no caso dos empiristas, a realidade inicial é exterior, o mundo ou a natureza.

Ora, diz Kant, "o ponto de partida da filosofia não pode ser a realidade (seja interna, seja externa), e sim o estudo da própria faculdade de conhecer ou o estudo da razão". De fato, os filósofos anteriores, em lugar de, antes de tudo, estudar o que é a própria razão e indagar o que ela pode e o que não pode conhecer; em vez de procurar saber o que é conhecer, o que é pensar e o que é a verdade, preferiram começar dizendo o que é a realidade, afirmando que ela é racional e que, por isso, pode ser inteiramente conhecida pelas ideias da razão. Colocaram a realidade ou os objetos do conhecimento no centro e fizeram a razão, ou o sujeito do conhecimento, girar em torno dela.

Façamos, pois, uma revolução copernicana em filosofia, escreve Kant em sua obra *Crítica da razão pura*: "demonstremos, também de maneira universal e necessária, que os objetos se adaptam ao conhecimento, e não o conhecimento aos objetos". Não é a razão a Luz Natural? Não é ela o Sol que ilumina todas as coisas e em torno do qual tudo gira? Comecemos, então, pela razão, porque, por meio de seu estudo, compreenderemos o que são o *sujeito do conhecimento* e *o objeto do conhecimento*. Comecemos pela **crítica da razão pura**.

Por que *crítica*? Com essa palavra, Kant quer dizer que não serão examinados os conhecimentos que a razão alcança, e sim as *condições* nas quais o conhecimento racional é possível. Por que *pura*? Porque se trata do exame da razão antes e sem os dados oferecidos pela experiência. É verdade que todos os nossos conhecimentos *começam* com a experiência, mas não é verdade que todos eles *provenham* dela.

Como o estudo se refere às condições necessárias e universais de todo conhecimento possível antes da experiência e sem os dados dela, tal estudo não é empírico. Ou seja, é ***a priori***, e não ***a posteriori***. Kant diz que ele é *transcendental*, explicando que chama de transcendental "todo conhecimento que, em geral, se ocupa menos dos objetos e mais de nosso modo de conhecer, na medida em que este deve ser *a priori*".

revolução copernicana

A tradição europeia considerava que o mundo era formado por sete órbitas concêntricas em cujo centro estava a Terra imóvel. Como, em grego, *Terra* se diz *Gaia* ou *Geia*, o sistema astronômico era *geocêntrico*.

A chamada "revolução copernicana" se deu quando o astrônomo Copérnico, no século XVI, demonstrou que o sistema geocêntrico não dava conta dos movimentos celestes e de muitos outros fenômenos astronômicos. Seu argumento era o de que percebemos o movimento do Sol e dos demais astros, mas não percebemos o movimento da Terra. Para ele, não há motivo racional para considerarmos que o céu se move e a Terra não, pois poderia ser o contrário ou, até mesmo, poderiam ambos estar em movimento.

Copérnico julgava que o Sol se mantinha imóvel no centro do sistema. Posteriormente, demonstrou-se que o próprio Sol se move, mas não em volta da Terra. Em grego, *Sol* se diz *helios*, e por isso o sistema de Copérnico é chamado de *heliocêntrico*.

a priori*, *a posteriori

A priori é uma expressão de origem latina que significa 'ter prioridade com relação à experiência, ser anterior à experiência e não provir dela'.

A posteriori também é de origem latina e significa 'ser posterior à experiência e dependente dela'.

Ettmann/Corbis

O sistema geocêntrico, estabelecido por Ptolomeu no século II, foi hegemônico por muitos séculos, como se pode ver nesta ilustração do século XV. Tal como Copérnico alterou o ponto de partida da astronomia, Kant alterou o ponto de partida para o conhecimento verdadeiro.

Estrutura vazia

O que é a razão? A razão é uma estrutura vazia, uma forma pura sem conteúdos. Essa estrutura (e não os conteúdos) é que é universal, a mesma para todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares. Essa estrutura é inata, isto é, não é adquirida pela experiência. Assim sendo, a estrutura da razão é *a priori*.

Os conteúdos que a razão conhece e nos quais ela pensa, porém, estes sim dependem da experiência. Sem ela, a razão seria sempre vazia, inoperante, nada conheceria. A matéria do conhecimento (os conteúdos), ao contrário da razão, pode variar no tempo e no espaço, transformando-se e mesmo revelando-se falsa, graças a experiências novas. A matéria do conhecimento, por ser fornecida pela experiência, vem *depois* desta e por isso é *a posteriori*.

Qual o engano dos inatistas? Supor que os conteúdos ou a matéria do conhecimento são inatos, quando o que é inato é a estrutura da razão. Qual o engano dos empiristas? Supor que a estrutura da razão é adquirida ou causada pela experiência. **Na verdade, diz Kant, a experiência não é a causa das ideias, mas a *ocasião* para que a razão, recebendo a matéria, formule as ideias.**

O que é o conhecimento racional, sem o qual não há filosofia nem ciência? É a **síntese** que a razão realiza entre uma *forma* universal inata e um *conteúdo* particular oferecido pela experiência.

Qual é a estrutura da razão? A razão é constituída por três estruturas *a priori*:

1. a estrutura ou forma da sensibilidade, isto é, a estrutura ou forma da percepção sensível ou sensorial;
2. a estrutura ou forma do entendimento, isto é, do intelecto ou da inteligência;
3. a estrutura ou forma da razão propriamente dita, isto é, que não se relaciona nem com os conteúdos da sensibilidade nem com os conteúdos do entendimento, mas apenas consigo mesma. Como, para Kant, só há conhecimento quando a experiência oferece conteúdos à sensibilidade e ao entendimento, a razão sem sensibilidade ou entendimento *não conhece coisa alguma*, e não é sua função conhecer. Sua função é a de *regular* e *controlar* a sensibilidade e o entendimento.

A forma da sensibilidade é o que nos permite ter percepções. Percebemos todas as coisas como dotadas de figura, dimensões, grandeza; ou seja, nós as percebemos como *realidades espaciais*. Não interessa se cada um de nós as vê de certa maneira. O que importa é que nada pode ser percebido por nós se não possuir propriedades espaciais; por isso, o *espaço* não é algo percebido, mas é o que permite haver percepção (percebemos lugares, posições, situações, mas não percebemos o próprio espaço). Assim, o espaço é uma forma *a priori* da sensibilidade e existe em nossa razão antes e sem a experiência.

Também só podemos perceber as coisas como se ocorressem num só instante ou em instantes sucessivos; ou seja, percebemos as coisas como *realidades temporais*. Não percebemos o *tempo* (temos experiência do

Renato Bairros/Agência RBS

Espectadores assistem a uma partida de futebol em um cinema em 3D, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, em 2011. Para Kant, espaço e tempo não são aquilo que percebemos, mas sim as condições para que nossa sensibilidade perceba as coisas.

passado, do presente e do futuro, porém não temos percepção do próprio tempo), mas ele é a condição de possibilidade da percepção das coisas. Por isso, o tempo é a outra forma *a priori* da sensibilidade que existe em nossa razão.

A percepção recebe conteúdos da experiência e a sensibilidade os organiza racionalmente segundo a forma do espaço e do tempo. Essa organização espaço-temporal dos objetos do conhecimento é que é inata, universal e necessária.

A forma do entendimento organiza os conteúdos que lhe são enviados pela sensibilidade, isto é, organiza as percepções. Novamente o conteúdo é oferecido pela experiência na forma do espaço e do tempo, e a razão, por meio da estrutura do entendimento, organiza tais conteúdos empíricos.

Essa organização transforma as percepções em conhecimentos intelectuais ou em **conceitos**. Para tanto, o entendimento possui *a priori* um conjunto de elementos que organizam os conteúdos empíricos. Esses elementos são chamados de **categorias**, sem as quais não pode haver conhecimento intelectual, pois são as condições para tal conhecimento.

Ar + Indivíduo + Espaço *(1913), óleo sobre tela de Lyubov Popova. As obras de arte nos proporcionam experiências singulares, que dizem respeito a nossa própria maneira de percebê-las.*

Categorias

Quais são as categorias que organizam os dados da experiência? A qualidade, a quantidade, a causalidade, a finalidade, a verdade, a falsidade, a universalidade, a particularidade. Assim, longe de a causalidade, a qualidade e a quantidade serem resultado de associações psicológicas habituais, elas são os instrumentos racionais com os quais o sujeito do conhecimento organiza a realidade e a conhece. As categorias, estruturas vazias, são as mesmas em toda época e em todo lugar, para todos os seres racionais.

Graças à universalidade e à necessidade das categorias, as ciências são possíveis e válidas; o empirismo, portanto, está equivocado. A razão, porém, não pode supor que com suas estruturas passe a conhecer a realidade tal como é em si mesma. A razão conhece o objeto do conhecimento, que é aquele conteúdo empírico que recebeu as formas e as categorias do sujeito do conhecimento. A razão não está nas coisas, mas em nós. A razão é sempre razão subjetiva e não pode pretender conhecer a realidade tal como ela seria em si mesma, nem pode pretender que exista uma razão objetiva governando as próprias coisas.

Para Kant, jamais poderemos saber se a realidade em si é espacial, temporal, causal, qualitativa, quantitativa. O engano de inatistas e empiristas era supor que podiam conhecer o **nômeno**, quando, na verdade, só podemos conhecer o **fenômeno**. No entanto, isso não nos impede de ter conhecimentos verdadeiros e de alcançar o saber científico universal e necessário. Por quê? Porque sabemos que nossa razão possui uma estrutura universal, necessária e *a priori*, que organiza a realidade em termos das *formas* da sensibilidade e dos *conceitos e categorias* do entendimento. Como razão subjetiva, nossa razão pode garantir a verdade da filosofia e da ciência.

nômeno, fenômeno

Kant usa duas palavras gregas para estabelecer uma dicotomia: a realidade em si é denominada *nooúmenon* ('nômeno'); já a realidade tal como é organizada pela razão é nomeada *phainómenon* ('fenômeno').

A resposta de Hegel

No século XIX, o filósofo alemão Hegel ofereceu outra solução para o problema do inatismo e do empirismo. **A todas as concepções filosóficas que o antecederam, ele endereçou a crítica de não terem compreendido algo fundamental: *a razão é histórica*.**

De fato, a filosofia, preocupada em garantir a diferença entre a mera opinião e a verdade, considerou que as ideias só seriam racionais e verdadeiras se fossem intemporais, perenes, as mesmas em todo tempo e em todo lugar. Uma verdade que não respeitasse essas condições seria mera opinião, seria enganosa, não seria verdade. A razão, sendo a fonte e a condição da verdade, teria também de ser intemporal.

É essa intemporalidade atribuída à razão que Hegel criticou em toda a filosofia anterior. Ao afirmar que a razão é histórica, ele não está, de modo algum, dizendo que a razão é algo relativo, que vale hoje e não vale amanhã, que serve aqui e não serve ali, que cada época não alcança verdades universais. O que Hegel está dizendo é que a mudança, a transformação da razão e de seus conteúdos é obra racional da própria razão. A razão não é uma vítima do tempo, que lhe roubaria a verdade, a universalidade, a necessidade. A razão não está na história; ela *é* a história. A razão não está no tempo; ela *é* o tempo. Ela dá sentido ao tempo.

Hegel também fez uma crítica aos inatistas e aos empiristas muito semelhante à que Kant fizera.

Kant estava certo quando disse que inatistas e empiristas se enganaram por excesso de objetivismo, isto é, por julgarem que o conhecimento racional dependeria inteiramente dos objetos do conhecimento, seja devido à experiência, seja devido à capacidade das ideias para reproduzir a realidade em si das coisas.

Mas Kant também se enganou porque não foi capaz de compreender que *a razão é sujeito e objeto*. Ou seja, mesmo afirmando que a razão não conhece a realidade em si, mas apenas a realidade fenomênica, Kant ainda admitia a existência de uma realidade exterior à razão e inalcançável pela razão. Dessa maneira, não compreendeu que a razão é criadora da realidade, isto é, que o real é a obra histórica da razão.

A razão, diz Hegel, não é nem exclusivamente razão objetiva (para a qual a verdade está nos objetos) nem exclusivamente subjetiva (para a qual a verdade está no sujeito), mas *ela é a unidade necessária do objetivo e do subjetivo*. Ela é o conhecimento da harmonia entre as coisas e as ideias, entre o mundo exterior e a consciência, entre o objeto e o sujeito, entre a verdade objetiva e a verdade subjetiva.

O que é, afinal, a razão para Hegel? Para ele, a razão é:

1. o conjunto das leis do pensamento, isto é, os princípios, os procedimentos do raciocínio, as formas e as estruturas necessárias para pensar as categorias, as ideias – é **razão subjetiva**;
2. a ordem, a organização, o encadeamento e as relações das próprias coisas, isto é, a realidade objetiva e racional – é **razão objetiva**;
3. a relação interna e necessária entre as leis do pensamento e as leis do real. Ela é a unidade da razão subjetiva e da razão objetiva. A essa unidade, Hegel dá o nome **espírito absoluto**.

Photo 12/Agência France-Presse

Marcello Mastroianni, como Casanova, e Hanna Schygulla, como a condessa Sophie de la Borde, em cena do filme Casanova e a Revolução, *de Ettore Scola, de 1982. Atento às mudanças filosóficas e históricas de sua época, relacionadas ao Iluminismo e à Revolução Francesa, Hegel buscou na história a compreensão do processo de formação da própria razão.*

A recepção à solução hegeliana

Embora Hegel tenha proposto sintetizar, de forma conclusiva, a história da razão – considerando, portanto, que inatistas, empiristas e kantianos eram parte do passado dessa história –, nem todos os filósofos aceitaram sua solução como resposta final.

Assim, os empiristas não desapareceram. Reformularam muitas teses e posições, mas permaneceram empiristas. Foi também o que aconteceu com os filósofos inatistas; e o mesmo pode ser dito com relação aos que adotaram a filosofia kantiana. Reformularam teses, acrescentaram novas ideias e perspectivas, mas se mantiveram kantianos. Há igualmente os que aceitaram a solução hegeliana, assim como há os que a recusaram, como veremos no próximo capítulo.

a filosofia nas entrelinhas

Ginger Nielson/Acervo da artista

Segundo os inatistas, os conhecimentos, para serem desenvolvidos, devem apenas ser lembrados. De acordo com essa concepção, quando uma criança faz um desenho, está apenas trazendo à tona rudimentos que ela já possui em sua mente. Esta ideia se aproxima do conceito de *déjà-vu*, a ilusão que temos de já ter visto alguma coisa antes, a qual na verdade nunca vimos, ou de já ter estado em algum lugar no qual de fato nunca estivemos.

- Você já experimentou a sensação de *déjà-vu*? Conhece alguém que já tenha tido essa sensação? Descreva a sua experiência ou a de um conhecido em um pequeno texto e depois ressalte os aspectos que possam ser relacionados com o inatismo de Platão ou de Descartes.

Déjà-vu (2011), *ilustração de Ginger Nielson. Em alguns momentos temos a sensação de já ter vivido a experiência da qual acabamos de participar, mesmo sem nunca a termos vivenciado anteriormente.*

atividades

1. Caracterize, resumidamente, o inatismo e o empirismo. Pesquise o nome de outros filósofos que estiveram ligados a cada uma dessas concepções.
2. Qual função a sensibilidade cumpre para o inatismo e para o empirismo?
3. Por que, para Platão, conhecer é recordar? Você concorda com essa concepção? Por quê?
4. Quais são os três tipos de ideias do inatismo cartesiano? Caracterize-os e dê um exemplo novo para cada um.
5. Em sua conciliação entre inatismo e empirismo, Leibniz propõe o princípio de razão suficiente. Que argumento Hume usa para discordar desse conceito?
6. Quando fala em uma "revolução copernicana" em filosofia, que crítica Kant faz a inatistas e empiristas?
7. Com base no significado das expressões *a priori* e *a posteriori*, responda: qual a relação estabelecida por Kant entre razão *a priori* e experiência *a posteriori*?
8. Segundo o texto, Kant resolve o impasse entre o inatismo e o empirismo? Como?
9. Explique o que quer dizer a sentença "A razão é história e é tempo".
10. Explique, em tópicos, o conceito de razão para Hegel com base na crítica que ele faz a inatistas, empiristas e kantianos.
11. Inatistas, empiristas, kantianos ou hegelianos? Com qual dessas posições filosóficas você mais se identifica? Justifique sua resposta.

INDICAÇÃO DE FILME

Brilho eterno de uma mente sem lembranças

Direção de Michel Gondry. Estados Unidos, 2004.

Como seria nossa vida se fosse possível apagar todas as lembranças indesejáveis da memória? Joel (Jim Carrey) se apaixona à primeira vista por Clementine (Kate Winslet) numa viagem de trem. Porém, aquela não era a primeira vez que eles se relacionavam: anos antes, após uma briga de casal, Clementine havia contratado uma empresa especializada em apagar certas lembranças da memória das pessoas. Ressentido, Joel tinha recorrido à mesma empresa para tentar apagar Clementine de sua mente – mas algo não seguiu como previsto.

Focus Features/Universal

Cartaz do filme Brilho eterno de uma mente sem lembranças, *de Michel Gondry.*

CAPÍTULO

10

A razão na filosofia contemporânea

As definições de Kant e Hegel para a razão abriram espaço para novas concepções nos séculos XX e XXI. Embora inatistas e empiristas tenham continuado a existir, são as ideias kantianas e hegelianas as que mais influenciaram os pensadores desse período, sendo vistas como modelo a ser seguido ou criticado.

A quantidade e a variedade de reconstruções do conceito de razão feitas durante o século XX deixam no ar importantes questões: afinal, a razão é capaz de realizar o ideal de conhecimento? Por que ainda perseguimos o conceito de razão?

A canção "Filosofia do samba", de Candeia (1935-1978), declara: "Pra cantar samba / Não preciso de razão / Pois a razão / Está sempre com os dois lados". A letra também põe em xeque a capacidade e a disposição das pessoas em agir conforme suas consciências racionais. A filosofia, a partir do século XX, questionou diversas vezes o conceito de razão e a necessidade de buscá-lo.

França/CPDOC JB/Agência Jornal do Brasil

A razão na fenomenologia de Husserl

Quando, no século XVIII, Kant escreveu a *Crítica da razão pura*, tinha diante de si duas ciências consideradas por ele exemplares: a matemática e a ciência da natureza. Perante elas, dizia Kant, a filosofia é de causar pena, pois nesta reinam a confusão, os conflitos de doutrinas e as **aporias** de todo tipo.

Em outras palavras, a filosofia ainda não alcançou o estatuto ou a condição de ciência. A tarefa da *Crítica da razão pura* era justamente examinar quais condições preliminares deviam ser preenchidas ou respeitadas para que um dia a filosofia pudesse tornar-se uma ciência, estabelecendo as condições de possibilidade e os limites do conhecimento humano.

No fim do século XIX e início do século XX, a preocupação com o transcendental reapareceu com a filosofia de Edmund Husserl, a **fenomenologia**. Husserl retoma o dilema entre inatismo e empirismo a partir das discussões sobre os fundamentos da lógica e da matemática, procurando determinar as condições de possibilidade da filosofia como ciência rigorosa.

Hegel dissera que a fenomenologia *é a narrativa* das experiências da consciência na *história*. Husserl diz que a fenomenologia é a *descrição* das experiências da consciência como *atividade de conhecimento*.

A descrição fenomenológica exige uma atitude que Husserl designa com a palavra grega *epochê*, que significa 'suspender o juízo sobre alguma coisa de que não se tem certeza'. A *epochê* fenomenológica consiste, nas palavras de Husserl, em "'colocar entre parênteses' nossa crença na existência da realidade exterior e descrever as atividades da consciência ou da razão como um poder *a priori* de *constituição* da própria realidade". O que isso quer dizer?

Rogério Reis/Pulsar Imagens

Crianças desenham na comunidade quilombola de Santa Maria do Tracuateua, em Moju, Pará. Para Husserl, a razão produz um conjunto de significações que chamamos realidade.

O que chamamos "mundo" ou "realidade", diz Husserl, não é um conjunto de coisas e pessoas, animais, vegetais e minerais existentes em si mesmos e que nossas ideias representam ao transformá-los em objetos de

aporia

Palavra de origem grega composta do prefixo negativo *a* ('sem') e da palavra *poros* ('passagem'). Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, (1) "dificuldade ou dúvida racional decorrente de uma impossibilidade objetiva na obtenção de uma resposta ou conclusão para uma determinada indagação filosófica"; (2) "em Aristóteles, problema lógico, contradição, paradoxo nascido da existência de raciocínios igualmente coerentes e plausíveis que alcançam conclusões contrárias".

fenomenologia

Esse nome se deve à conciliação, por Husserl, dos dois principais significados da palavra *fenômeno*. De Kant, Husserl conserva a afirmação de que não conhecemos uma realidade em si, mas a realidade tal como estruturada e organizada pela razão; de Hegel, Husserl conserva a afirmação de que uma fenomenologia é a descrição daquilo que aparece à consciência e a descrição do aparecer da consciência para si mesma.

conhecimento. O mundo ou a realidade é um conjunto de *significações* ou de *sentidos* que são produzidos pela consciência ou pela razão. **A razão é "doadora de sentido" e *constitui a realidade* não como existência de seres, mas como sistema de significações que dependem da estrutura da própria consciência.** Ou, como explica Husserl, a realidade constituída pela razão transcendental não se refere a existências de seres, e sim a *essências*, a *significações*.

As essências são verdadeiras, universais e necessárias porque são constituídas *a priori* pela própria razão. As *significações* ou *essências* são o conteúdo que a razão oferece a si mesma para doar sentido, pois a razão transcendental é *doadora de sentido*, e o sentido é a única realidade existente para a razão.

Razão e sociedade

Diferentemente da fenomenologia, os filósofos da chamada Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica adotam a solução hegeliana, mas com uma modificação fundamental.

Influenciados por Karl Marx, os filósofos dessa escola, como Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Max Horkheimer, recusam a ideia hegeliana de que a história é obra da razão como espírito, ou que as transformações históricas da razão são realizadas pela própria razão.

Para eles, um dos enganos de Hegel é supor que a razão é uma força histórica autônoma, não condicionada pela situação material ou econômica, social e política de uma época. Outro engano é supor que a razão é a força histórica que cria a própria sociedade, a política, a cultura. Ou seja, Hegel engana-se por considerar que a razão (ou o espírito) condiciona a sociedade, a economia e a política, e não o contrário.

Na perspectiva da Teoria Crítica, Hegel está correto quando afirma que as mudanças históricas ocorrem pelos conflitos e contradições, mas está enganado ao supor que tais conflitos se dão entre diferentes formas da razão. Esses conflitos se dão nos âmbitos social e político, e são eles que modificam a razão.

Os filósofos da Teoria Crítica consideram que existem, na verdade, duas modalidades da razão: a *razão instrumental* ou *razão técnico-científica*, que está a serviço da exploração e da dominação, da opressão e da violência, e a *razão crítica* ou *filosófica*, que reflete sobre as contradições e os conflitos sociais e políticos e se apresenta como uma força liberadora.

A Teoria Crítica mantém a ideia hegeliana de que há uma continuidade temporal ou histórica entre as formas da racionalidade: a razão moderna, por exemplo, não surge de repente e do nada, mas resulta de contradições e conflitos sociopolíticos do fim da Idade Média e da Renascença, de modo que, ao superar a racionalidade medieval e renascentista, nasce como racionalidade moderna.

Cada nova forma da racionalidade é a vitória sobre os conflitos das formas anteriores, sem que haja ruptura histórica entre elas. Mudanças sociais, políticas e culturais determinam mudanças no pensamento, e tais mudanças são a solução realizada pelo tempo presente para os conflitos e as contradições do passado.

Assim, os inatistas se enganam ao supor a imutabilidade dos conteúdos da razão, e os empiristas se enganam ao supor que as mudanças são acarretadas por nossas experiências, quando, na verdade, são produzidas por transformações globais de uma sociedade.

Ilustração feita por Jean-Jacques Le Barbier para a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão *em 1789. Para os filósofos da Teoria Crítica, a razão moderna não surge de repente e do nada, mas de contradições e conflitos sociopolíticos do fim da Idade Média e da Renascença.*

Razão e descontinuidade temporal

Nos anos 1960, desenvolveu-se, sobretudo na França, uma corrente científica (iniciada na linguística e na antropologia social) chamada **estruturalismo**. Para os estruturalistas, o mais importante não é a mudança ou a transformação de uma realidade (de uma língua, de uma sociedade indígena, de uma teoria científica), mas a estrutura ou a forma que ela tem no presente.

A estrutura passada e a estrutura futura são consideradas *diferentes entre si* e *diferentes da estrutura presente*, sem que haja interesse em acompanhar temporalmente a passagem de uma estrutura para outra. Assim, o estruturalismo científico desconsidera a posição filosófica de tipo hegeliano, tendo maior afinidade com a posição kantiana, e teve reflexos na discussão sobre a razão.

Se observarmos bem, notaremos que a concepção hegeliana de razão é cumulativa e otimista:

- **cumulativa**: Hegel considera que a razão, na batalha interna entre teses e antíteses, vai se enriquecendo, vai acumulando conhecimentos cada vez maiores sobre si mesma, tanto como conhecimento da racionalidade do real (razão objetiva) quanto como conhecimento da capacidade racional para o conhecimento (razão subjetiva);
- **otimista**: para Hegel, a razão possui força para não se destruir a si mesma em suas contradições internas; ao contrário, supera cada uma delas e chega a uma síntese harmoniosa de todos os momentos que constituíram a sua história.

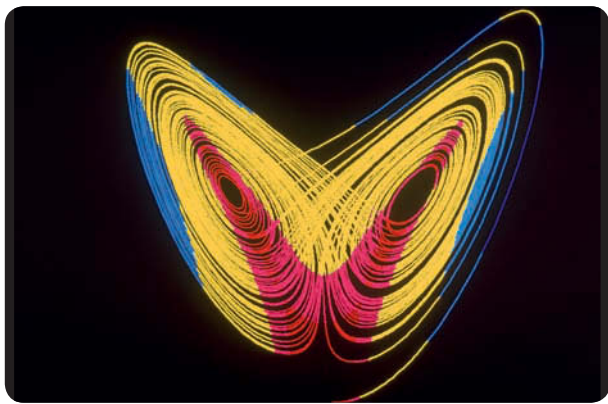
Vários filósofos franceses influenciados pelo estruturalismo, como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, ao estudarem a história da filosofia, das ciências, da sociedade, das artes e das técnicas, afirmaram que sim, a razão é histórica. No entanto, essa história não é cumulativa, evolutiva, progressiva e contínua. **Pelo contrário, é descontínua, realiza-se por saltos, e cada estrutura nova da razão possui um sentido próprio, válido apenas para ela.**

Dizem eles que uma teoria (filosófica ou científica) ou uma prática (ética, política, artística) são novas justamente quando rompem com as concepções anteriores e as substituem por outras completamente diferentes. Não seria possível falar numa continuidade progressiva entre elas, pois são tão diferentes que não há como nem por que compará-las e julgar uma delas mais atrasada e a outra mais adiantada.

Assim, por exemplo, a teoria da relatividade de Einstein não é continuação evoluída e melhorada da física clássica de Galileu e Newton, mas é *outra* física, com conceitos, princípios e procedimentos completamente novos e diferentes.

Não se pode falar num processo, numa evolução ou num avanço da razão a cada nova teoria, pois a novidade significa justamente que se trata de algo tão novo, tão diferente e tão outro que será absurdo falar em continuidade e avanço. Não há como dizer que as ideias e as teorias passadas são falsas, erradas ou atrasadas: elas simplesmente são *diferentes* das atuais porque se baseiam em princípios, interpretações e conceitos novos.

Paul Raftery/VIEW Pictures Ltd./Alamy/Other Images

Plaza de la Encarnación, no centro histórico de Sevilha, Espanha, com o complexo Metropol Parasol em destaque, em 2011. Ao contrário de Hegel, os estruturalistas acreditam que o mais importante não é a mudança ou a transformação da realidade, mas a estrutura ou a forma que ela tem no presente.

Scott Camazine/Photo Researchers/Latinstock

Representação gráfica de um atrator estranho, teorizado pelo matemático estadunidense Edward Lorenz (1917-2008) durante uma pesquisa meteorológica. O atrator estranho pode ser usado para demonstrar o chamado efeito borboleta, pelo qual uma minúscula variação em um dado inicial provoca, no longo prazo, uma situação completamente distinta da que haveria sem essa variação.

Paradigmas

Uma concepção semelhante foi desenvolvida pelo estadunidense Thomas Kuhn, filósofo da ciência que estudou a história do pensamento científico. Para ele, as ciências não se desenvolvem num processo contínuo e cumulativo, e sim por "saltos" ou revoluções. Essas revoluções acontecem quando uma teoria científica entra em crise e acaba sendo eliminada por outra, organizada de maneira diferente.

A cada época, as teorias científicas instituem métodos que se baseiam em hipóteses, leis, procedimentos e técnicas de pesquisa e de aplicação dos conhecimentos. Esses métodos definem as normas e regras do que deve ser pesquisado e conhecido. Kuhn denomina isso *paradigmas*. **Assim, em cada época de sua história, a razão**

Ciência e senso comum

Sabemos hoje que a ciência moderna nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo e que esse pouco, por mais que se amplie, será sempre exíguo porque a exiguidade está inscrita na forma de conhecimento que ele constitui. A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado, faz do cidadão comum um ignorante generalizado.

Ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum, que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nessa forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada por meio do diálogo com o conhecimento científico. Essa dimensão aflora em algumas das características do conhecimento do senso comum.

O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social [...]. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir, reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ***Um discurso sobre as ciências.*** **7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995.**

cria modelos ou paradigmas explicativos para os fenômenos ou para os objetos do conhecimento, não havendo continuidade nem pontos comuns que permitam compará-los.

Agora, em lugar de um processo linear e contínuo da razão, fala-se na invenção de formas diferentes de racionalidade: a razão grega é diferente da medieval, que, por sua vez, é diferente da renascentista e da moderna; a razão moderna e a iluminista também são diferentes, assim como a razão hegeliana é diferente da contemporânea.

Por que ainda falamos em razão?

Diante das concepções descontinuístas da razão, podemos fazer duas perguntas:

1. Se, em cada época, por motivos históricos e teóricos determinados, a razão muda inteiramente, o que queremos dizer quando continuamos empregando a palavra *razão*?
2. Se, em cada ciência, cada filosofia, cada teoria, cada expressão do pensamento, nada há em comum com as anteriores e as posteriores, por que dizemos que algumas são racionais e outras não? A razão não seria, afinal, um mito que nossa cultura inventou para si mesma, como dizem os pós-modernos?

Podemos responder à primeira pergunta dizendo que, apesar de haver muitas e diferentes "razões", mantemos uma ideia que é essencial à noção ocidental de razão. Que ideia é essa? A de que a realidade, o mundo natural e cultural, os seres humanos, suas ações e obras *têm sentido* e esse sentido *pode ser conhecido*. A atitude racional de conhecer a realidade não é senão o trabalho do pensamento para apreender, compreender e interpretar o sentido das coisas, dos fatos, das ideias, ações e valores humanos.

Com relação à segunda pergunta, podemos dizer que, em cada época, os membros da sociedade e da cultura ocidentais julgam a validade da própria razão como capaz ou incapaz de realizar o ideal do conhecimento. Esse julgamento pode ser realizado segundo dois critérios.

O primeiro critério de avaliação da capacidade racional é o da *coerência interna* de um pensamento ou de uma teoria. Ou seja, quando um pensamento ou uma teoria se propõem a oferecer um conhecimento, simultaneamente também oferecem os princípios, os conceitos e os procedimentos que sustentam a explicação apresentada.

Quando não há compatibilidade entre a explicação e os princípios, os conceitos e os procedimentos oferecidos, dizemos que não há coerência e que o pensamento ou a teoria não são racionais. A razão é, assim, o critério de que dispomos para a avaliação, o instrumento para julgar a validade de um pensamento ou de uma teoria, julgando, ela mesma, sua coerência ou incoerência.

O segundo critério consiste em perguntar-se se um pensamento ou uma teoria contribuem ou não para que os seres humanos conheçam e compreendam as circunstâncias em que vivem; se contribuem ou não para alterar situações que os seres humanos julgam inaceitáveis ou intoleráveis; se contribuem ou não para melhorar as condições em que os seres humanos vivem.

Assim, a razão, além de ser o critério para avaliar os conhecimentos, é também um instrumento crítico para compreendermos as circunstâncias em que vivemos, para mudá-las ou melhorá-las. **A razão tem um potencial ativo ou transformador e, por isso, continuamos a falar nela e a desejá-la.**

Lucas Jackson/Reuters/Latinstock

O economista bengalês Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, durante conferência em 2011. Após constatar que cidadãos pobres de Bangladesh não conseguiam empréstimos para viabilizar suas atividades econômicas, Yunus desenvolveu o conceito de microcrédito, que logo passou a ser adotado por diversos outros países em desenvolvimento.

a filosofia nas entrelinhas

Sara Plaza/Arquivo da editora

Filos. O que há de único e permanente na filosofia, não obstante as divergências e até contradições entre os sistemas. **Filosofia primeira.** *Filos.* **1.** Segundo Aristóteles [v. *aristotelismo*], a filosofia concernente às coisas divinas, primeiras, imutáveis e separadas. **2.** Segundo Descartes [v. *cartesianismo*], parte da filosofia que concerne às causas primeiras e aos primeiros princípios, *i. e.*, Deus, as substâncias, as verdades eternas, etc. **3.** Segundo Bacon [v. *baconiano*], conjunto de princípios formais comuns a todas ou a algumas ciências. **Filosofias da existência.** *V. existencialismo.* **Filosofias existenciais.** *V. existencialismo.*

filosoficamente. [Do fem. de *filosófico* + *-mente.*] *Adv.* De modo filosófico; a modo de filósofo.

filosofice. *S. f.* **1.** Qualidade ou tendência de quem filosofa ridiculamente. **2.** Filosofia ridícula.

filosófico. [Do lat. *philosophicu.*] *Adj.* **1.** Relativo à filosofia, ou a filósofos. **2.** Próprio da filosofia ou dos filósofos. **3.** Racional, lógico. [Sin. ger.: *filosofal.*] — V. *realismo* —.

filosofismo. *S. m.* **1.** Mania filosófica. **2.** Falsa filosofia.

filósofo. [Do gr. *philósophos*, pelo lat. *philosophu.*] *Adj.* **1.** Que cultiva a filosofia. • *S. m.* **2.** Aquele que cultiva a filosofia (1 a 3). [Cf. *pensador* (5).] **3.** Aquele que procede sempre com sabedoria e reflexão, que segue uma filosofia de vida. **4.** Aquele que vive tranqüilo e indiferente aos preconceitos e convenções sociais. **5.** *Pop.* Indivíduo esquisito, excêntrico. [Depreç.: *filosofastro.* Cf. *filosofo*, do v. *filosofar.*]

filostomídeo. *S. m.* **1.** Espécime dos filostomídeos. • **2.** Pertencente ou relativo a eles.

filostomídeos. *S. m. pl. Zool.* Animais ... *Phyllostomidae* ...

Página de dicionário em que aparece o verbete "filósofo".

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Língua Portuguesa e com os temas transversais Ética e Pluralidade Cultural.

Toda palavra é resultado de uma elaboração racional feita ao longo do tempo e influenciada pelo meio em que é usada. No entanto, embora haja, por exemplo, variações regionais e temporais, a compreensão entre falantes de um mesmo idioma que moram em partes distantes ou de textos de épocas passadas é possível.

1. Abra um dicionário numa página qualquer e observe os verbetes que há nele. Escolha uma palavra que tenha várias acepções. Se for um dicionário com informações etimológicas (sobre a origem das palavras), a observação poderá ser mais rica. Em seguida, escreva suas observações sobre a diferença entre os vários sentidos e usos do verbete escolhido, além das transformações ortográficas e fonéticas que podem ter ocorrido desde a palavra originária até o verbete tal como usado hoje.

2. Para o senso comum, pessoas de pouca escolaridade "não sabem português" ou "escrevem errado" quando não seguem a variedade-padrão da língua na redação de textos. Pensando no que viu na atividade anterior, reflita sobre as alterações da língua portuguesa e faça um paralelo entre ela e a razão. Em outras palavras, compare a evolução dos conceitos racionais com a evolução dos usos linguísticos no tempo.

atividades

1. Para a filosofia de Husserl, qual é o papel da razão no modo como nós apreendemos a realidade?
2. Quais as críticas da Teoria Crítica ao conceito de razão de Hegel? E quais são os pontos em comum entre as duas teorias?
3. Explique por que os estruturalistas recusam a ideia de progresso teórico e técnico, dando um exemplo para sua explicação.
4. Como o filósofo Thomas Kuhn formula a história da ciência empregando as ideias de paradigma e de crise de paradigmas?
5. Por que a humanidade ainda se interessa pela razão, apesar de haver hoje visões tão distintas e desconfiadas a respeito dela?
6. Em sua opinião, de que forma a razão pode ser considerada um instrumento crítico para avaliar as condições de vida dos seres humanos? Exemplifique.

INDICAÇÃO DE FILME

Tiros em Columbine

Direção de Michael Moore. Estados Unidos, 2002.

Após dois estudantes promoverem um massacre em uma escola no vilarejo de Columbine, o diretor do documentário vai atrás das explicações para a alta taxa de mortes provocadas por armas de fogo nos Estados Unidos.

United Artists/Courtesy Everett Collection/Latinstock

Cena do documentário Tiros em Columbine, *de 2002.*

UNIDADE III
A verdade

CAPÍTULO
11
Ignorância e verdade

"Não se aprende filosofia, mas a filosofar", já disse Kant. A filosofia não é um conjunto de ideias e de sistemas que possamos aprender automaticamente, mas uma decisão ou deliberação orientada por um valor: a *verdade*. É o desejo do verdadeiro que move a filosofia e suscita filosofias.

Afirmar que a verdade é um valor significa dizer que o verdadeiro confere às coisas um sentido que elas não teriam se fossem consideradas indiferentes à verdade e à falsidade.

O sono da razão produz monstros *(1798), gravura da série* **Os caprichos** *feita pelo pintor espanhol Francisco de Goya (1746-1828). Goya, autorretratado nesta imagem, buscou expressar sua indignação com relação à ignorância e à superstição na sociedade espanhola da época.*

Album/akg-images/Latinstock

Ignorância, incerteza e insegurança

Ignorar é não saber alguma coisa. A ignorância pode ser tão profunda que nem sequer a percebemos. Em geral, o estado de ignorância se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos se conservarem eficazes e úteis, de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas.

Diferente da ignorância, a incerteza é o momento em que descobrimos que somos ignorantes, que há falhas naquilo que nos servia de referência para pensar e agir. Na incerteza não sabemos o que pensar, o que dizer ou o que fazer em certas situações. Temos dúvidas, somos tomados pela perplexidade e pela insegurança.

Outras vezes, estamos confiantes e seguros, mas, de repente, vemos ou ouvimos alguma coisa que nos enche de espanto e de admiração. O espanto e a admiração, assim como a dúvida e a perplexidade, nos fazem querer sair do estado de insegurança ou de encantamento, nos fazem perceber nossa ignorância e criam o desejo de superar a incerteza.

Quando isso acontece, estamos na disposição de espírito chamada *busca da verdade*.

Desejo da verdade

O desejo da verdade aparece muito cedo nos seres humanos e se manifesta como desejo de confiar nas coisas e nas pessoas. Ao mesmo tempo, nossa vida cotidiana é feita de pequenas e grandes decepções.

Quando uma criança ouve uma história, inventa uma brincadeira, joga ou vê um filme ou uma peça teatral, está sempre atenta para saber se "é de verdade ou de mentira", está sempre atenta para a diferença entre brincar, jogar, fingir e faltar à confiança.

Quando uma criança brinca, joga e finge, está criando outro mundo, mais rico e mais belo, mais cheio de possibilidades e invenções do que o mundo onde vive. Mas sabe, mesmo que não formule explicitamente tal saber, que há uma diferença entre imaginação e percepção.

Por isso mesmo, a criança é muito sensível à mentira dos adultos, pois a mentira é diferente do "de mentira", isto é, a mentira é diferente da imaginação. A criança se sente magoada quando o adulto lhe diz uma mentira, porque, ao fazê-lo, ele quebra a relação de confiança e a segurança infantil.

United Archives/KPA/DIOMEDIA

Sofia Amundsen (interpretada por Silje Storstein), protagonista do filme O mundo de Sofia *(1999), de Erick Gustavson, que se baseou no livro homônimo do escritor Jostein Gaarder. A imaginação de Sofia, instigada por cartas filosóficas secretas, irá levá-la a uma odisseia pela história da filosofia.*

Quando crianças, estamos sujeitos a duas decepções: a de que os seres, as coisas, os mundos maravilhosos não existem "de verdade" e a de que os adultos podem nos enganar. Essa dupla decepção pode acarretar dois resultados opostos: ou a criança se recusa a sair do mundo imaginário e sofre com a realidade como algo ruim e hostil a ela, ou, dolorosamente, aceita a distinção, mas também se torna atenta e desconfiada diante da palavra dos adultos. Nesse segundo caso, ela também se coloca na disposição da *busca da verdade*.

Nessa busca, a criança pode desejar um mundo melhor e mais belo do que aquele em que vive e encontrar a verdade nas obras de arte, desejando ser artista também. Ou pode desejar saber como e por que o mundo em que vive é tal como é e se ele poderia ser diferente do que é. Nesse caso, são despertados nela o desejo de conhecimento intelectual e da ação transformadora.

Se a criança se decepciona e se desilude quando descobre a mentira, os jovens se decepcionam e se desiludem quando descobrem que o que lhes foi ensinado e lhes foi exigido oculta a realidade, reprime sua liberdade, diminui sua capacidade de compreensão e de ação. Já os adultos se desiludem ou se decepcionam quando o saber adquirido, as opiniões estabelecidas e as crenças enraizadas não são suficientes para que possam compreender o que se passa nem para que possam agir ou fazer alguma coisa.

Dificuldades para a busca da verdade

Em nossa sociedade é muito difícil despertar nas pessoas o desejo de buscar a verdade. Isso pode parecer paradoxal, pois parecemos viver numa sociedade que acredita nas ciências, que recebe diariamente informações vindas da mídia impressa e eletrônica, que possui editoras, livrarias, bibliotecas, museus, salas de cinema e de teatro, vídeos, fotografias e computadores.

Ora, é essa enorme quantidade de veículos e formas de informação que torna tão difícil a busca da verdade, pois todo mundo acredita que essas informações são verdadeiras. Como tamanha quantidade de informação ultrapassa a experiência vivida pelas pessoas, estas se veem sem meios para avaliar o que recebem.

No entanto, se uma mesma pessoa, durante uma semana, lesse de manhã quatro jornais diferentes, ouvisse três noticiários de rádio diferentes e recebesse notícias fornecidas por três *sites*; à tarde, frequentasse duas escolas diferentes em que fossem ministrados os mesmos cursos; e, à noite, visse os noticiários de quatro canais diferentes de televisão, descobriria que as informações recebidas "não batem" umas com as outras. Ela perceberia que há vários "mundos" e várias "sociedades" diferentes, dependendo da fonte de informação.

Uma experiência como essa criaria perplexidade, dúvida e incerteza. Mas as pessoas não fazem ou não podem fazer tal experiência e por isso não percebem que, em lugar de receber informações, estão, na maioria das vezes, se desinformando. E, sobretudo, como há outras pessoas (o jornalista, o radialista, o professor, o policial, o repórter) dizendo a elas o que podem ou devem saber, o que podem e devem fazer ou sentir, as pessoas se sentem seguras e confiantes. Ou seja, não há incerteza porque há ignorância.

Outra dificuldade para fazer surgir o desejo da busca da verdade, em nossa sociedade, vem da propaganda. A propaganda trata todas as pessoas como crianças ingênuas e crédulas. O mundo é sempre um mundo "de faz de conta". Nele o banco faz a família alegre, provida, unida e sem preocupações; o automóvel faz o homem confiante, inteligente, belo, sedutor, bem-sucedido nos negócios, com uma namorada linda; o desodorante faz a moça atraente, bem empregada, bem-vestida, com um belo apartamento e um lindo namorado.

A propaganda nunca vende um produto dizendo o que ele é e para que serve. Ela vende uma imagem que é transmitida por meio do produto, rodeando-o de magias, belezas, dando-lhe qualidades que são de outras coisas, produzindo um eterno "faz de conta".

Advertência do Ministério da Saúde sobre um dos riscos do tabagismo, obrigatória em cigarros e derivados do tabaco desde 2001. A lei também proíbe a publicidade desses produtos em meios de comunicação.

Outro obstáculo para o desejo da busca da verdade vem da atitude dos políticos nos quais as pessoas confiam. Ao se verem ludibriadas depois de terem-lhes dado o voto, a tendência das pessoas é julgar que é impossível haver verdade na política. Muitos passam a desconfiar do valor e da necessidade da democracia e, ao aceitarem "vender" seu voto por alguma vantagem imediata e pessoal, caem na descrença e no ceticismo.

Essas dificuldades, no entanto, podem ter o efeito oposto: suscitar, em muitas pessoas, dúvidas, incertezas, desconfianças e desilusões que as façam desejar conhecer a realidade. E, como Sócrates em Atenas, começam a fazer perguntas, a indagar sobre fatos e pessoas, coisas e situações, a exigir explicações, a reivindicar liberdade de pensamento e de conhecimento.

Para essas pessoas surge o desejo e a necessidade da busca da verdade. Essa busca nasce não só da dúvida e da incerteza, mas também da ação deliberada contra os preconceitos, contra as ideias e opiniões estabelecidas, contra crenças que paralisam a capacidade de pensar e de agir livremente.

Podemos, dessa maneira, distinguir dois tipos de busca da verdade. O primeiro é o que nasce da decepção, da incerteza e da insegurança e, por si mesmo, exige que saiamos de tal situação readquirindo certezas. **O segundo é o que nasce da deliberação ou decisão de não aceitar as certezas e crenças estabelecidas, de ir além delas e de encontrar explicações, interpretações e significados para a realidade que nos cerca.** Esse segundo tipo é a busca da verdade na **atitude filosófica**.

Descartes e a busca filosófica da verdade

Além de Sócrates, outro exemplo que se pode dar da busca filosófica da verdade é o do filósofo Descartes, que dialoga consigo mesmo, indagando se conhece verdadeiramente aquilo que imagina saber.

Descartes começa sua obra *Meditações* fazendo um balanço de tudo o que sabia: o que lhe fora ensinado pelos preceptores e professores, pelos livros, pelas viagens, pelo convívio com outras pessoas. Ao final, conclui que tudo quanto sabia e tudo quanto conhecera pela experiência era duvidoso e incerto. Decide, então, não aceitar nenhum desses conhecimentos, a menos que pudesse provar racionalmente que eram certos e dignos de confiança. Para isso, submete-os a um exame crítico conhecido como **dúvida metódica**, declarando que só aceitaria um conhecimento, uma ideia, um fato ou uma opinião caso, passados pelo crivo da dúvida, eles se revelassem indubitáveis para o pensamento puro.

Por que a dúvida cartesiana é metódica? Porque é um instrumento intelectual do pensamento para avaliar e controlar suas próprias ideias, aceitando como válidas ou verdadeiras somente as que resistirem à dúvida.

Descartes submete todos os seus conhecimentos à análise e ao raciocínio, demonstrando que possuímos razões fortes para duvidar da existência de nosso corpo e do mundo. Por exemplo, sabe-se que as pessoas que sofreram amputação de algum membro continuam sentindo frio, calor e dor nesse membro inexistente. Descartes pergunta: que motivo racionalmente válido eu teria para não supor que todo o meu corpo, que sinto perfeitamente, não é uma ilusão, como a do membro amputado (conhecido como "membro fantasma")?

À primeira vista, o lápis parcialmente imerso na água parece quebrado – embora esteja, de fato, íntegro. Isso decorre de características próprias do meio líquido, em um fenômeno óptico conhecido como refração. Experiências como essa nos levam a duvidar da precisão dos nossos sentidos para a obtenção de conhecimento verdadeiro.

Andrew Lambert Photography/SPL/Latinstock

diálogos *filosóficos*

O valor da verdade

Senhora, algumas vezes eu coloquei a mim mesmo uma dúvida: saber se é melhor estar alegre e contente, imaginando que os bens que possuímos são maiores e mais estimáveis do que eles são e ignorando os que nos faltam, ou não parando para considerá-los, ou se é melhor ter mais consideração e saber, para conhecer o justo valor de uns e de outros, e com isso tornar-se mais triste. Se eu pensasse que o soberano bem fosse a alegria, eu nunca duvidaria de que deveríamos dedicar-nos a tornarmo-nos alegres a qualquer preço, e eu aprovaria a brutalidade daqueles que afogam suas mágoas no vinho ou as atordoam com o fumo. Mas eu distingo entre o soberano bem, que consiste no exercício da virtude [...] e a satisfação do espírito que acompanha essa posse. É por isso que é uma maior perfeição conhecer a verdade, mesmo que desvantajosa a nós, que ignorá-la, e eu confesso que é melhor estar menos alegre e ter mais conhecimento.

DESCARTES, René. Carta a Elizabeth, de 6 de outubro de 1645. In: *Oeuvres complètes* [Obras completas]. Ed. Charles Adam e Paul Tannery. Paris: Vrin, 1996. v. IV. p. 304, 317. Texto traduzido.

Quanto à existência do mundo, Descartes oferece um argumento conhecido como "argumento do sonho": quando sonhamos, estamos convencidos de que a realidade sonhada existe e que a conhecemos tal como é, de maneira que não há diferença entre a percepção da realidade pelo sonhador e a percepção do mundo por aquele que está desperto. Ou seja, não temos critérios para distinguir o sonho da vigília e, portanto, não temos nenhum critério racional para afirmar que o mundo existe ou que ele não é um sonho.

No entanto, mostra Descartes, há um momento em que a dúvida se interrompe necessariamente porque o pensamento encontra, enfim, uma primeira verdade indubitável: "Eu penso!". Essa primeira verdade pode ser traduzida pelo seguinte raciocínio: eu penso, pois, se eu duvidar de que estou pensando, ainda estou pensando, visto que duvidar é uma maneira de pensar. A consciência do pensamento é a primeira verdade indubitável, que será o alicerce para todos os conhecimentos futuros.

Ora, se penso, o pensar existe e aquele que pensa existe, donde a célebre afirmação de Descartes: "Penso, logo existo". A existência do pensamento e do sujeito pensante será, então, o ponto de partida para as outras verdades ou o alicerce para a reconstrução do edifício do saber.

a filosofia nas entrelinhas

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia e com o tema transversal Trabalho e Consumo.

Você já deve ter visto, na televisão, no rádio, na internet ou na mídia impressa (jornais, revistas, etc.), algum anúncio que associa à compra de um produto a promessa de uma vida maravilhosa, na qual não há miséria e conflito de nenhuma espécie e as pessoas são livres, saudáveis, lindas e bondosas. Em geral, este é o mundo de faz de conta criado pela propaganda, por meio de técnicas e ações publicitárias, a fim de persuadir as pessoas à compra. Assim, perpetuam-se os interesses mercadológicos de um pequeno grupo dominante, dono das grandes empresas. Ao comprar o produto, a pessoa acredita realizar a promessa de autonomia, pois crê estar agindo livremente; quando, de fato, ela está agindo de acordo com a lógica do pensamento dominante ou hegemônico.

- Procure identificar anúncios eletrônicos ou impressos que tenham essas características, escolha um e escreva um pequeno texto em que faça uma análise crítica dele. Tome como base os conceitos deste capítulo e seus conhecimentos sobre os conceitos sociológicos de *hegemonia* e *ideologia*, para reforçar seus argumentos.

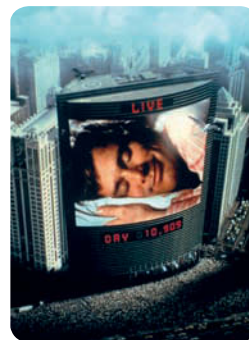
atividades

1. O que é a ignorância? Por que ela é difícil de ser percebida por nós?
2. Qual a diferença entre ignorância, incerteza e insegurança? Qual é a relação que elas têm com a dúvida?
3. Por que a dúvida, a decepção e o espanto podem despertar o desejo da verdade em crianças, jovens e adultos?
4. Quais são as dificuldades que temos de enfrentar quando nos pomos em busca da verdade? Dê exemplos que ilustrem essas dificuldades.
5. Quais são os dois tipos de busca da verdade? Com qual deles você mais se identifica? Justifique sua resposta.
6. O que é a "dúvida metódica" de Descartes? Cite uma experiência em que os sentidos se mostraram duvidosos a você.
7. Qual é a primeira verdade indubitável encontrada por Descartes? Explique como ele chegou a essa verdade.

INDICAÇÃO DE FILME

O show de Truman
Direção de Peter Weir. Estados Unidos, 1998.

O vendedor de seguros Truman Burbank (Jim Carrey) descobre que sua vida cotidiana é na verdade um programa de televisão (um reality show*) assistido por milhares de espectadores. Todas as pessoas que o cercam desde a infância são de fato atores contratados pela rede de TV que transmite o programa. Truman, então, passa a lutar para libertar-se e viver uma vida real.*

Paramount/Everett Collection

O ator Jim Carrey (Truman Burbank) em cena do filme O show de Truman.

O consumo: da sociedade industrial aos tempos atuais

As mudanças nos padrões de consumo de mercadorias e serviços são determinadas por modificações nas operações e funcionamento do capital, como veremos ao examinar as mudanças na propaganda comercial.

Basicamente, a mudança no padrão desse tipo de consumo pode ser periodizada em três fases: a) capitalismo industrial voltado para a reprodução da divisão social entre capitalistas e trabalhadores (século XVIII ao XIX); b) capitalismo industrial de estilo fordista (desde o começo do século XX), que institui o consumo de massa; c) capitalismo pós-industrial (segunda metade do século XX), que institui o consumo (de massa) de imagens e segue o padrão da moda, isto é, do efêmero, fugaz e descartável.

Na fase inicial do capitalismo industrial, o consumo se divide claramente entre as duas principais classes da sociedade: a burguesia e o proletariado. Enquanto a primeira é a destinatária dos produtos essenciais de alta qualidade e de luxo, os segundos consomem produtos de baixa qualidade, e apenas o mínimo necessário para a reprodução de sua força de trabalho (moradia, vestuário, alimentação). A terceira classe social, a pequena burguesia ou classe média, aspira consumir como a burguesia e repele os produtos destinados aos proletários.

Na fase industrial fordista, o capital induziu o aparecimento da linha de montagem e a fabricação em série, barateando o custo dos produtos, definidos pela qualidade e durabilidade. Com isso, aparece o consumo de massa.

Na fase pós-industrial ou neoliberal, os produtos descartáveis põem fim às ideias de durabilidade, qualidade e estocagem. A moda se torna o paradigma do consumo – a sociedade pós-industrial é a sociedade do descarte e do consumo instantâneo (como se vê, por exemplo, com os alimentos e refeições *fast-food*).

O papel da propaganda comercial

◆ o reforço da ilusão de igualdade dos consumidores

Ainda que, de fato, nem todos possam consumir as mesmas coisas, na sociedade de consumo de massa todos têm a ilusão do acesso a elas. Por que ilusão? Porque o mercado do consumo pretende ocultar ou dissimular as divisões sociais de classe, isto é, as diferenças econômicas reais. Ilusão, por um lado, porque o acesso às mercadorias, aos bens e aos serviços pressupõe poder aquisitivo para comprá-los; por outro lado, porque mercadorias, bens e serviços têm sua qualidade diferenciada conforme sejam destinados às diferentes classes sociais, às populações de países centrais ou de países periféricos, aos habitantes de regiões economicamente diferentes de um mesmo país, etc. Assim, a mesma coisa jamais é a mesma para todos. As diferenças socioeconômicas dos consumidores não são apagadas pelo consumo, e sim reforçadas pela diferença real da qualidade dos produtos e dos serviços, expressa no seu preço, no seu aspecto, nos locais de sua aquisição, na forma do atendimento, etc.

Cabe à propaganda realizar essa peculiar operação de afirmação ilusória da igualdade ao reforçar a realidade da desigualdade. A tarefa da propaganda é criar a ilusão de que, por meio do consumo, mudamos de classe social ou subimos na escala social.

Podemos observar essa operação examinando, por exemplo, a diferença entre a propaganda nos canais abertos da televisão brasileira e nos canais de televisão a cabo para adultos. Nos primeiros, a propaganda se refere a todo e qualquer produto ou serviço, e a qualidade da imagem e do texto varia conforme a classe social ou a faixa etária a que se destinam os produtos e serviços. Nos canais a cabo, porém, com raras exceções, o consumo é dirigido a três produtos e a três serviços. Produtos: carros, cosméticos e objetos de higiene pessoal e doméstica. Serviços: ensino universitário, seguros e cartões de crédito. Protagonistas: celebridades e executivos. Imagem e texto: juventude, sucesso, poder e felicidade.

◆ os modos de operação da propaganda

Empregando as artes gráficas, a fotografia, a música, a dança e a poesia, e difundindo-se por meio de jornais, revistas, cartazes, rádio, cinema, televisão e internet, a propaganda comercial ou publicidade comercial opera por meio de: 1) explicações simplificadas e elogios exagerados dos produtos, 2) *slogans* curtos que possam ser facilmente memorizados, 3) aparente informação e prestação de serviço ao consumidor, 4) garantia de que o consumidor será, ao mesmo tempo, igual a todo mundo – e não um deslocado (pois consumirá o que outros consomem) – e diferente de todo mundo (pois o produto lhe dará uma individualidade especial).

Para ser eficaz, a propaganda deve: 1) afirmar que o produto possui os valores estabelecidos pela sociedade em que se encontra o consumidor (por exemplo, se a vida em família é muito valorizada, os produtos devem aparecer a serviço da mãe, do pai, dos filhos, do lar, etc.); e 2) despertar desejos que o consumidor não possuía e que o produto não só desperta como, sobretudo, satisfaz.

◆ mudanças na operação da propaganda comercial

Em seus começos, em fins do século XIX, a propaganda comercial sublinhava e elogiava as qualidades do produto: apresentava, por exemplo, os efeitos curativos dos remédios, o conforto de uma mobília, o bom gosto de uma peça de roupa em moda. Como na era da sociedade industrial os produtos eram valorizados por sua durabilidade, a propaganda tendia a inventar uma imagem duradoura que garantisse o reconhecimento imediato do produto e fosse facilmente repetida. Essa "marca" podia ser um desenho, um *slogan*, uma pequena melodia, uma rima. A propaganda também buscava afirmar o produto trazendo o nome do fabricante como garantia da qualidade ou da exclusividade.

Para entendermos a mudança ocorrida na forma da propaganda, precisamos levar em conta a passagem da sociedade industrial à pós-industrial. Com o aumento da competição entre produtores e distribuidores, com o crescimento do mercado da moda (que não se restringe mais ao vestuário) e, sobretudo, à medida que pesquisas de mercado indicavam que as vendas dependiam da capacidade de manipular desejos do consumidor e até mesmo de criar desejos nele, a propaganda comercial foi deixando de apresentar o produto propriamente dito (com suas propriedades, qualidades, durabilidade) para afirmar os desejos que ele realizaria: sucesso, prosperidade, segurança, juventude eterna, beleza, atração sexual, felicidade. Em outras palavras, a propaganda ou publicidade comercial passou a vender imagens e signos, e não as próprias mercadorias.

Por exemplo, em lugar do sabonete e do desodorante, surge a imagem da sensualidade da mulher ou do homem que os usam. O automóvel é apresentado como prova de sucesso, charme e inteligência do consumidor.

A propaganda comercial também se apropria de atitudes, opiniões e posições críticas ou radicais existentes na sociedade, esvaziando seu conteúdo social ou político para investi-las num produto, transformando-as em moda consumível e passageira. Feminismo, guerrilha revolucionária, movimentos de periferia são transformados em qualidades que vendem produtos.

Mas a publicidade não se contenta em construir imagens com as quais o consumidor é induzido a identificar-se. Ela as apresenta como realização de desejos que ele nem sabia que tinha e que passa a ter – uma roupa ou um perfume são associados a viagens a países distantes e exóticos ou a uma relação sexual fantástica; um utensílio doméstico ou um sabão em pó são apresentados como a suprema defesa do feminismo, liberando a mulher das penas caseiras; etc.

◆ do trabalho à fruição do desejo

No livro clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Max Weber assinalou a "afinidade eletiva" entre a forma da economia capitalista e a moral protestante, fundada no elogio do trabalho como virtude e dever e na condenação do ócio e da preguiça como os piores vícios. O homem virtuoso é aquele que investe o dinheiro ganho com o trabalho em mais trabalho, para gerar mais dinheiro e mais lucro; sua vida deve ser frugal e honesta. Como consequência, desejos, fruição, gozo e satisfação são reprimidos. O consumo é direcionado ao que é essencial para viver, e a moral condena o luxo e o supérfluo.

Essa ética burguesa do trabalho perdura na primeira forma industrial do capitalismo, perdendo força à medida que o capital, na sua forma fordista, necessita do consumo de massa e, sobretudo, quando o capitalismo passa à forma pós-industrial, isto é, quando a acumulação do capital não necessita mais da inclusão do maior número de indivíduos no mercado de trabalho, devido à automação da produção. Doravante, a ideologia inicial do capitalismo se inverte: em lugar do elogio do trabalho, da vida simples e frugal, passa-se a valorizar a satisfação imediata dos desejos, que se tornam imperativos morais. É este o núcleo ideológico que garante eficácia à propaganda como invenção de novos desejos, apresentados por imagens de felicidade, beleza, sucesso, juventude, etc.

A esse respeito, David Harvey escreve:

> *A imagem serve para estabelecer uma identidade no mercado, o que se aplica também ao mercado de trabalho. A aquisição de uma imagem (por meio da compra de um sistema de signos como roupas de grife e o carro da moda) se torna um elemento singularmente importante na autoapresentação nos mercados de trabalho e, por extensão, passa a ser parte integrante da busca de identidade individual, autorrealização e significado da vida.* ¶

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*.
São Paulo: Loyola, 1992. p. 260.

CAPÍTULO

12

Buscando a verdade

Desde a infância acreditamos que o mundo existe, que é tal como o percebemos e tal como nos ensinaram que ele é. Essa crença permite, por exemplo, que modifiquemos a realidade, organizemo-nos economicamente, criemos instituições sociais e políticas. Acreditamos que o mundo pode ser modificado por nós, e também que ele é explicado pelas religiões e ciências e que é representado pelas artes. Acreditamos que os outros seres humanos também são racionais, pois, graças à linguagem, trocamos ideias e opiniões.

Porém, o que assegura que os conhecimentos sobre os quais nossa crença se apoia são verdadeiros? Qual é a garantia de que nosso conhecimento não passa de um engano, de um erro, de que nossas opiniões sejam falsas e não correspondam à realidade?

Trabalhadores rurais procuram gafanhotos à noite em uma fazenda de arroz em Kampong Thom, Camboja, em 2007. Eles usam esses insetos para consumo próprio e para o comércio. A prática do trabalho humano só é possível porque acreditamos que o mundo existe tal como o percebemos e tal como nos ensinaram que ele é.

Mak Remissa/epa/Corbis

Dogmatismo, estranhamento e busca da verdade

Nos diferentes caminhos que Sócrates e Descartes trilham em busca do conhecimento verdadeiro sobre a realidade, notamos um procedimento comum: ambos desconfiam não só das opiniões e crenças do seu tempo, mas também das suas próprias ideias e opiniões. Desconfiam, enfim, do **dogmatismo**. O que é dogmatismo?

Dogmatismo é uma atitude natural e espontânea que temos desde crianças. É nossa crença de que o mundo existe e que é exatamente da forma como o percebemos. A realidade natural, social, política e cultural forma uma espécie de moldura de um quadro em cujo interior nos instalamos e existimos. **Temos essa crença porque nos relacionamos com a realidade como se ela fosse um conjunto de coisas, fatos e pessoas úteis ou inúteis para nossa sobrevivência.**

Porém, é possível romper com o dogmatismo se formos capazes de uma atitude de **estranhamento** diante das coisas que nos pareciam familiares. Para ilustrar essa experiência, vejamos um trecho da crônica "Nada mais que um inseto", da escritora Clarice Lispector:

> Custei um pouco a compreender o que estava vendo, de tão inesperado e sutil que era: estava vendo um inseto pousado, verde-claro, de pernas altas. Era uma *esperança*, o que sempre me disseram que é de bom augúrio. Depois a esperança começou a andar bem de leve sobre o colchão. Era verde transparente, com pernas que mantinham seu corpo, plano alto e por assim dizer solto, um plano tão frágil quanto as próprias pernas que eram feitas apenas da cor da casca. Dentro do fiapo das pernas não havia nada dentro: o lado de dentro de uma superfície tão rasa já é a própria superfície. Parecia um raso desenho que tivesse saído do papel, verde, e andasse... E andava com uma determinação de quem copiasse um traço que era invisível para mim... Mas onde estariam nele as glândulas de seu destino e as adrenalinas de seu seco verde interior? Pois era um ser oco, um enxerto de gravetos, simples atração eletiva de linhas verdes.
>
> LISPECTOR, Clarice. Nada mais que um inseto. In: *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

Coleção particular/Fondation Magritte

A perspicácia *(1936), pintura de René Magritte (1898-1967). A atitude de estranhamento nos permite conquistar um novo saber sobre os objetos, muito além do que já tínhamos.*

À primeira vista, o que há de mais banal ou familiar do que um inseto? No entanto, Clarice Lispector nos faz sentir admiração e estranhamento, como se jamais tivéssemos visto um. Na descrição maravilhada, a *esperança* (inseto aparentado aos grilos e gafanhotos) tem a peculiaridade de ser uma superfície na qual não conseguimos distinguir ou separar o exterior e o interior.

No entanto, nesse ser sem profundidade, há um abismo misterioso: o inseto esperança é um oco, um vazio colorido (como um vazio pode ter cor?) ou uma cor sem corpo (como uma cor pode existir sem um corpo colorido?).

Verdades reveladas e verdades alcançadas

A atitude dogmática é *conservadora*, isto é, se preserva das novidades, do inesperado, do desconhecido e de tudo o que possa desequilibrar as crenças e opiniões já constituídas. Esse conservadorismo se transforma em preconceito, em ideias preconcebidas que impedem até mesmo o contato com tudo quanto possa pôr em perigo o já sabido, o já dito e o já feito.

O conservadorismo pode aumentar quando o dogmatismo estiver convencido de que várias de suas opiniões e crenças vieram de uma fonte sagrada, de uma **revelação divina** incontestável. Quem ousa enfrentar essas crenças e opiniões com argumentos racionais é tido como criminoso, blasfemador e herético.

Neue Constantin Film/Cristaldifilm/Les Films Ariane

O monge franciscano Guilherme (ou William) de Baskerville, interpretado por Sean Connery, e o bibliotecário Jorge de Burgos (Feodor Chaliapin Jr.) na adaptação cinematográfica do romance O nome da rosa, *realizada em 1986. Para Jorge, a verdade divina condena o riso como uma ameaça à fé em Deus.*

Esse conflito entre verdades reveladas e verdades alcançadas preocupa a filosofia desde o surgimento do cristianismo. Podemos conhecer as verdades divinas? Se não pudermos conhecê-las, seremos culpados? Mas como seríamos culpados por não conhecer aquilo que nosso intelecto, por ser menor do que o de Deus, não teria forças para alcançar?

As concepções da verdade

Nossa ideia da verdade foi construída ao longo dos séculos com base em três concepções diferentes, vindas da língua grega, da latina e da hebraica.

Em grego, *verdade* se diz *alétheia*, palavra composta do prefixo *a* ('negação') e de *léthe* ('esquecimento'). *Alétheia* significa 'o não esquecido', o que remete ao Mito de Er, visto no capítulo 9. Platão fala da verdade como "o que é lembrado ou não esquecido". Por extensão do sentido, *alétheia* também significa 'o não escondido, não dissimulado', aquilo que se manifesta ou se mostra aos olhos do corpo e do espírito.

O verdadeiro se opõe ao falso, *pseudos*, que é o encoberto, o dissimulado, o que não é como parece. O verdadeiro é o plenamente visível para a razão ou o evidente (pois a palavra *evidência* significa 'visão completa e total de alguma coisa').

Assim, a verdade é uma **automanifestação da realidade** ou a manifestação dos seres à visão intelectual dos humanos. Ela é uma qualidade das próprias coisas (o mostrar-se a si mesmas), e o verdadeiro está nas próprias coisas quando o que elas manifestam é sua realidade própria. Por isso, na concepção grega, o verdadeiro é o ser (o que algo realmente é) e o falso é o parecer (o que algo aparenta ser e não é).

Em latim, *verdade* se diz *veritas* e se refere à precisão e ao rigor de um relato. Verdadeiro se refere, portanto, à linguagem como narrativa de fatos reais. A verdade depende, de um lado, da veracidade, da memória e da acuidade mental de quem fala e, de outro, de que o enunciado corresponda aos fatos. A *verdade* não se refere às próprias coisas (como na *alétheia*), mas ao relato e ao enunciado, à linguagem. Seu oposto, portanto,

verdade revelada, verdade alcançada

No romance de Umberto Eco *O nome da rosa*, o monge Guilherme de Baskerville busca o responsável por uma série de assassinatos de frades copistas. Ele descobre que todos haviam sido envenenados ao manusear um livro de Aristóteles sobre a importância do riso. Jorge de Burgos, monge guardião da biblioteca e autor do envenenamento, julgava que o riso é contrário à vontade de Deus, pois viemos ao mundo para sofrer a culpa original de Adão.

Nesse romance, há duas ideias em conflito: *a verdade alcançada* ou *humana*, que estaria contida no livro de Aristóteles, e *a verdade revelada* ou *divina*, que o bibliotecário julga estar na proibição do riso. Em nome dessa segunda verdade, Jorge de Burgos mata pessoas e queima livros originados da racionalidade humana, pois, para ele, uma verdade revelada por Deus é única e incontestável.

manifestação da realidade

Quando os filósofos antigos e modernos afirmam que a verdade é conformidade ou correspondência entre a ideia e a coisa e vice-versa, não estão dizendo que uma ideia verdadeira é uma "cópia" da coisa verdadeira. Como disse um filósofo, a ideia de cão não late e a de açúcar não é doce. O que os filósofos afirmam é que a ideia corresponde à coisa conhecida porque é o conhecimento da estrutura da coisa, das relações internas necessárias que constituem a essência da coisa e das relações e nexos necessários que ela mantém com outras.

não é a aparência, e sim a mentira ou a falsificação. As coisas e os fatos são reais ou imaginários; já os enunciados sobre eles são verdadeiros ou falsos.

Em hebraico, *verdade* se diz *emunah* e também significa 'confiança'. Agora são as pessoas e Deus quem são verdadeiros e, para isso, devem cumprir o que prometem, ser fiéis à palavra dada. A verdade se relaciona com a presença, a cumplicidade de alguém (Deus ou humano) e com a espera de que a promessa ou o pacto se cumpra. Por isso, a verdade refere-se ao futuro. Sua forma mais elevada é a revelação divina, e sua expressão mais perfeita é a profecia.

A nossa concepção da verdade é uma síntese dessas três concepções e por isso se refere à percepção das coisas reais (como na *alétheia*), à linguagem que relata fatos passados (como na *veritas*) e à expectativa de coisas futuras (como na *emunah*). **Ou seja, nossa concepção da verdade abrange o *que é* (a realidade), *o que foi* (os acontecimentos passados) e *o que será* (as ações futuras).**

Diferentes teorias sobre a verdade

Algumas teorias filosóficas concebem a natureza do conhecimento verdadeiro com base nas ideias de verdade que acabamos de conhecer. Outra teoria define o conhecimento verdadeiro por um critério que não é teórico, e sim prático. Vamos conhecê-las.

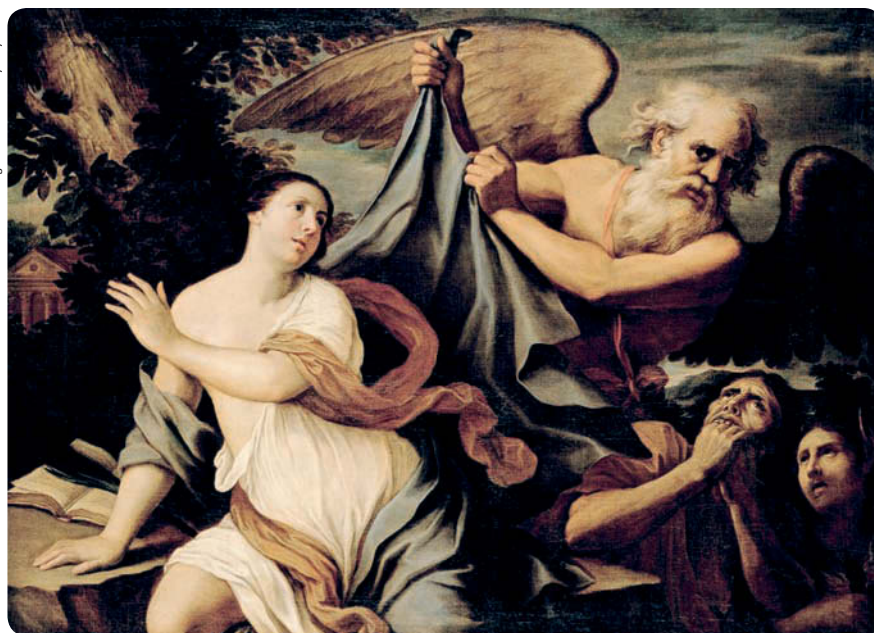
Quando prevalece a *alétheia*, a teoria considera que o conhecimento verdadeiro é a apreensão intelectual e racional da verdade que está nas próprias coisas. Sua marca é a *evidência*, a visão da realidade tal como ela é, alcançada pelas operações de nossa razão.

Quando predomina a *veritas*, a teoria considera que nossas ideias relatam em nossa mente os fatos ou acontecimentos. Elas serão verdadeiras quando obedecerem a princípios e normas de uma linguagem rigorosa. Agora não se diz que algo é verdadeiro *porque* corresponde a uma realidade externa, mas se diz que algo corresponde à realidade externa *porque* é verdadeiro. O critério da verdade é dado pela *coerência* das ideias e das cadeias de ideias que formam um raciocínio. Sua marca é a *validade lógica*.

Quando predomina a *emunah*, a teoria considera que a verdade depende de um acordo ou de um pacto entre os pesquisadores, que definem um conjunto de *convenções* universais sobre o conhecimento verdadeiro a serem respeitadas. A marca da verdade é o *consenso* e a *confiança* recíprocos entre os membros de uma comunidade de pesquisadores e estudiosos.

Por fim, quando predomina não um critério teórico, mas sim prático, na orientação de seus procedimentos em busca da verdade, trata-se de uma teoria **pragmática**.

pragmática
Palavra derivada do grego *pragmatikós*, que significa 'o que é próprio da ação, o que é eficaz', que, por sua vez, origina-se de *pragma*, que quer dizer 'a ação que se faz, o que se faz, o que se deve fazer'.

The Bridgeman Art Library/Keystone

O tempo desvela a verdade, *obra do pintor Giovanni Domenico Cerrini (1609-1681). A manifestação da verdade está simbolizada não apenas pelo desvelamento da mulher luminosa, observada com espanto e admiração pelas pessoas na parte inferior da tela, mas também pelo livro – a verdade como narração – próximo à mão direita dela.*

diálogos *filosóficos*

Sobre a construção e a aceitação da verdade

O que, em verdade, sabe o homem sobre si mesmo? Algum dia poderia ele perceber-se inteiramente, exposto como numa vitrine iluminada? [...]

Na medida em que o indivíduo, em oposição a outros indivíduos, quer conservar-se num estado natural das coisas, ele utiliza o intelecto na maioria das vezes somente para a dissimulação: mas porque ao mesmo tempo o homem, por necessidade e tédio, quer existir social e gregariamente, ele precisa de um tratado de paz [...]. Esse tratado de paz implica algo que lembra o primeiro passo daquele enigmático impulso à verdade. Agora é fixado aquilo que a partir de então deve ser "verdade", quer dizer, é inventada uma designação das coisas igualmente válida e obrigatória, e a legislação da linguagem institui também as primeiras leis da verdade: pois surge aqui, pela primeira vez, o contraste entre verdade e mentira. O mentiroso utiliza as denominações válidas, as palavras, para fazer parecer o irreal como real; ele diz, por exemplo: "sou rico", enquanto a designação correta para o seu estado seria justamente "pobre". Ele abusa das convenções estabelecidas através de trocas quaisquer ou mesmo inversões de nomes. Se faz isso de maneira egoísta e prejudicial, a sociedade não mais confiará nele e o excluirá de si. Nisso, os homens não evitam tanto ser enganados quanto serem prejudicados pelo engano: também nesse nível, eles basicamente não odeiam o engano, mas as consequências graves e hostis de certos tipos de engano. É num sentido semelhante e restrito que o homem quer somente a verdade: ele ambiciona as agradáveis consequências da verdade, que conservam a vida; e é indiferente ao conhecimento puro, sem consequências, se indispõe até mesmo de modo hostil às verdades talvez prejudiciais e destrutivas.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e a mentira em um sentido "extramoral" (1873). In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia:* dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 141-142.

Para essa teoria, um conhecimento é verdadeiro por seus resultados e suas aplicações práticas, e se verifica pela experimentação e pela experiência. A marca do verdadeiro é a *verificabilidade* dos resultados e a *eficácia* de sua *aplicação*. Essa concepção da verdade está muito próxima da teoria da correspondência entre coisa e ideia, para a qual o resultado prático, na maioria das vezes, é conseguido porque o conhecimento alcançou as próprias coisas e pode agir sobre elas.

Verdade e falsidade

Se observarmos a concepção grega da verdade, notaremos que nela a realidade – o que manifesta sua existência para nossa percepção – é o verdadeiro ou a verdade. Por esse motivo os filósofos gregos perguntam: como o erro, o falso e a mentira são possíveis? **Em outras palavras, como podemos pensar naquilo que não é, não existe, se o erro, o falso e a mentira só podem se referir ao que não é, ao *não ser*?**

A resposta dos filósofos gregos é dupla:

1. o erro, o falso e a mentira se referem à *aparência* superficial e ilusória das coisas e surgem quando não conseguimos alcançar a *essência* das realidades; são um defeito ou uma falha de nossa percepção sensorial ou intelectual;
2. o erro, o falso e a mentira surgem quando dizemos de algum ser aquilo que ele não é, quando lhe atribuímos qualidades ou propriedades que ele não possui ou quando lhe negamos qualidades ou propriedades que ele possui. Nesse caso, o erro, o falso e a mentira se alojam na linguagem e acontecem no momento em que fazemos afirmações ou negações que não correspondem à essência de alguma coisa. Eles são um acontecimento do juízo ou do enunciado.

Há, porém, uma diferença entre o erro, de um lado, e a mentira, de outro. O erro é um engano do juízo e ocorre quando desconhecemos a essência de um ser. A mentira, porém, é um juízo deliberadamente errado; isto é, embora conheçamos a essência de alguma coisa, emitimos propositalmente um juízo errado sobre ela.

O que é a verdade? É a conformidade entre nosso pensamento e nosso juízo e as coisas pensadas ou formuladas. Qual a condição para o conhecimento verdadeiro? A evidência, isto é, a visão intelectual da essência de um ser. Para formular um juízo verdadeiro precisamos, portanto, primeiro conhecer a essência, e a conhecemos ou por *intuição*, ou por *dedução*, ou por *indução*.

A mentira *(1650), quadro de Salvator Rosa (1615-1673). Quando conhecemos realmente alguma coisa, mas intencionalmente fazemos um juízo errado sobre ela, estamos mentindo ou dizendo o falso.*

A verdade exige que nos libertemos das aparências das coisas para ver intelectualmente a essência delas; exige, portanto, que nos libertemos das opiniões estabelecidas e das ilusões de nossos órgãos dos sentidos. Em outras palavras, a verdade é sempre universal e necessária, enquanto as opiniões variam de lugar para lugar, de época para época, de sociedade para sociedade, de pessoa para pessoa.

O mesmo deve ser dito sobre nossas sensações ou impressões sensoriais, que variam conforme o estado do nosso corpo, as disposições de nosso espírito e as condições em que as coisas nos aparecem. Por isso, devemos ou abandonar as ideias baseadas nas nossas sensações (como dizem Sócrates, Platão, Descartes), ou encontrar aqueles aspectos da experiência sensorial que são necessários e universais e, por isso, capazes de perceber em parte algo da essência real das coisas (como diz, por exemplo, Aristóteles).

No primeiro caso (abandono da sensação), somente o intelecto (espírito) vê o ser verdadeiro. No segundo caso (aceitação dos aspectos necessários e universais da sensação), o intelecto purifica o testemunho sensorial.

Como a verdade é possível?

O que é aceitar parcialmente os dados da experiência sensorial? Por exemplo, quando estou doente, cheiro a flor e não sinto seu perfume, muito embora ela o tenha em abundância; vejo algo embaçado e sem forma, quando, na verdade, trata-se de um objeto com cor e forma bem definidas. Apesar desses enganos dos sentidos, observo que toda percepção capta qualidades nas coisas; portanto, as qualidades pertencem à essência das próprias coisas e fazem parte da verdade delas.

Quando se examina a ideia latina da verdade como veracidade de um relato, pode-se observar que o problema da verdade e do erro, do falso e da mentira, deslocou-se diretamente para o campo da linguagem. O verdadeiro e o falso estão menos no ato de ver (com os olhos do corpo ou com os olhos do espírito) e mais no ato de dizer. **Por isso, a pergunta dos filósofos, agora, é exatamente contrária à anterior: em vez de perguntar "como o erro e a falsidade são possíveis?", pergunta-se "como a verdade é possível?".**

Por que essa pergunta? Porque, se a verdade está no discurso ou na linguagem, não depende só do pensamento e das próprias coisas, mas também de **nossa vontade** para dizê-la, silenciá-la ou deformá-la. O verdadeiro continua sendo tomado como conformidade entre a ideia e as coisas, mas depende também de **nosso querer**.

Essas questões foram posteriormente examinadas pelos filósofos racionalistas modernos, como Descartes. Eles introduziram a exigência de começar a filosofia pelo exame de nossa consciência para saber o que podemos conhecer realmente e quais auxílios devem ser oferecidos ao nosso intelecto para que controle e domine nossa vontade e a submeta ao verdadeiro.

Os juízos sintéticos *a priori*

Quando estudamos a razão, vimos os problemas criados pelo inatismo e pelo empirismo, a solução de Leibniz e também a "revolução copernicana" de Kant. Este distingue as estruturas da razão dos conteúdos trazidos a ela pela experiência e afirma que o conhecimento (científico e filosófico) deve realizar-se apenas com *juízos a priori*.

verdade voluntária

A filosofia cristã introduziu a ideia de *vontade livre* ou de *livre-arbítrio* da vontade, pela qual a verdade depende não só da conformidade entre relato e fato, mas também da vontade que deseja o verdadeiro.

O cristianismo afirma que a vontade livre foi responsável pelo pecado original e que a vontade, criada boa por Deus, foi pervertida pelo primeiro homem. Assim sendo, a mentira, o erro e o falso tenderiam a prevalecer sobre a verdade porque nosso intelecto é mais fraco do que nossa vontade.

Um **juízo** é um ato mental de julgamento pelo qual atribuímos a alguma coisa certas propriedades e lhe recusamos outras. O juízo estabelece uma relação entre dois termos (um sujeito e um predicado) por meio de uma proposição, cuja forma mais simples é "*S* é *P*" ou "*S* não é *P*". Um juízo é verdadeiro quando o que o predicado afirma ou nega do sujeito corresponde ao que a coisa é; e é falso quando não há essa correspondência.

Um juízo é **analítico** quando o predicado ou os predicados do enunciado nada mais são do que a explicitação do conteúdo do sujeito do enunciado. Por exemplo: quando digo que o triângulo é uma figura de três lados, o predicado "figura de três lados" nada mais é do que a explicitação do sujeito "triângulo". Ou, quando digo que "todos os corpos são dotados de massa", o predicado "são dotados de massa" não acrescenta nenhum conhecimento novo sobre o sujeito "corpos", mas apenas explicita o conceito desse sujeito. No juízo analítico, podemos dizer que o predicado é um sinônimo do sujeito ou que ele analisa o conteúdo do sujeito. Portanto, o juízo analítico é explicativo.

Quando, porém, o predicado de um enunciado oferece informações novas sobre o sujeito, o juízo é **sintético**, isto é, formula uma síntese entre um predicado e um sujeito. Assim, por exemplo, se, em vez de dizer que os corpos são dotados de massa, dissermos que "alguns corpos são pesados", o predicado "são pesados" nos diz algo novo sobre o sujeito. O juízo sintético, diz Kant, é ampliativo, ou seja, ele aumenta nosso conhecimento.

Para Kant, os juízos analíticos correspondem às verdades de razão de Leibniz, mas os juízos sintéticos teriam de ser considerados verdades de fato, isto é, uma relação entre termos que depende dos acontecimentos ou dos fatos e que requer a experiência para ser conhecida.

Dessa maneira, a verdade parece ficar reduzida aos juízos analíticos, que nada nos ensinam, mas apenas nos explicam. Em contrapartida, como os juízos sintéticos dependem da experiência de cada um de nós, não são verdadeiros no sentido preciso da palavra, isto é, não são necessários nem universais.

Que faz Kant? Vimos que ele distingue a estrutura universal e necessária da razão dos conteúdos da experiência dizendo que a experiência é a ocasião para o conhecimento, mas não a causa dele, pois este depende das estruturas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e do entendimento (categorias e conceitos). Partindo dessa formulação, Kant introduz a ideia de *juízos sintéticos a priori*, isto é, juízos sintéticos nos quais a síntese do sujeito e do predicado depende da estrutura universal e necessária de nossa razão, e não da variabilidade individual de nossas experiências.

Os juízos sintéticos *a priori* exprimem o modo como nosso pensamento relaciona e conhece a realidade. A causalidade, por exemplo, é uma síntese *a priori* que nosso entendimento formula para as ligações universais e necessárias entre causas e efeitos, independentemente de hábitos psíquicos associativos.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Segundo Kant, se dissermos que "o calor é uma medida de temperatura dos corpos", o predicado "medida de temperatura dos corpos" simplesmente explicita o conteúdo do sujeito "calor", não acrescentando nada a ele. Trata-se, portanto, de um juízo analítico. Porém, se dissermos que "o calor é capaz de alterar a forma do ferro", não estamos definindo o que é calor, mas sim oferecendo uma informação nova sobre ele. Neste caso, temos um juízo sintético.

Marcelo Prates/Hoje em Dia/Futura Press

Margem da lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, em 2011. Se digo "Esta lagoa é poluída", sei que alguém ou algo a poluiu, mesmo que não veja este alguém ou algo despejando poluentes. Essa relação de causalidade que nossa consciência faz constitui um juízo sintético a priori.

Todavia, vimos também que, para Kant, a realidade que conhecemos filosófica e cientificamente não é a realidade em si das coisas, mas tal como é estruturada por nossa razão. A realidade conhecida é o que depende inteiramente de nossas ideias verdadeiras, e o kantismo é um idealismo.

Idealismo e verdade

Quando estudamos a razão, vimos que Kant distingue a realidade em si (nômeno) da realidade manifesta à nossa razão ou conhecida por nós (fenômeno). Ele afirma que só podemos conhecer o fenômeno (aquilo que se apresenta à consciência a partir da estrutura *a priori* da própria consciência) e que não podemos conhecer o nômeno (a coisa em si).

Vimos também que o filósofo contemporâneo Husserl criou a fenomenologia, baseando-se na filosofia kantiana – sobretudo na ideia de fenômeno. *Fenomenologia* significa "conhecimento daquilo que se manifesta para nossa consciência ou para a razão porque é organizado e explicado com base na própria estrutura *a priori* da consciência". A verdade se refere aos fenômenos, e os fenômenos são o que a consciência conhece.

Ora, se Husserl diz que o fenômeno é o que se manifesta para a consciência, então podemos indagar: o que é esse fenômeno? A própria consciência, ele diz. Conhecer os fenômenos e conhecer a estrutura e o funcionamento necessário da consciência são uma só e mesma coisa, pois é a própria consciência (reflexiva) que, antes da experiência (*a priori*), constitui os fenômenos.

Por que reflexiva? Porque o fenômeno é apenas uma expressão da própria consciência, é o resultado da reflexão. Por que *a priori*? Porque essa consciência não depende da experiência psicológica para conhecer, e sim de sua estrutura, anterior a toda e qualquer experiência. A consciência reflexiva *a priori* é aquilo por meio do qual há fenômeno e experiência.

Como a consciência constitui os fenômenos? Dando sentido às coisas. Conhecer é conhecer a significação das coisas tal como ela foi produzida *a priori* pela estrutura da consciência. A significação, quando oferece o sentido universal e necessário de uma coisa, é a **essência** da coisa significada. A verdade é o conhecimento das essências universais e necessárias ou o conhecimento das significações constituídas *a priori* pela consciência reflexiva.

Na perspectiva idealista, seja ela kantiana, seja ela husserliana, não podemos mais dizer que a verdade é a conformidade do pensamento com as coisas ou a correspondência entre a ideia e o objeto. **A verdade será o encadeamento interno e rigoroso das ideias ou dos conceitos (Kant) ou das significações (Husserl), sua coerência lógica e sua necessidade.**

Campo de papoulas próximo a Argenteuil *(1873), óleo sobre tela de Claude Monet (1840-1926). Kant distingue a "realidade em si" (nômeno) da "realidade conhecida por nós" (fenômeno); esta, como no quadro de Monet, é a realidade tal como se apresenta à nossa razão.*

A verdade é um acontecimento interno ao nosso intelecto ou à nossa consciência e, portanto, a correspondência entre ideias e coisas depende inteiramente das próprias ideias, uma vez que são elas as responsáveis pelo objeto do conhecimento.

Para Kant e para Husserl, o erro e a falsidade encontram-se no realismo, isto é, na suposição de que os conceitos ou as significações se refiram a uma realidade em si, independentemente do sujeito do conhecimento. Esse erro e essa falsidade Kant chamou de **dogmatismo**, e Husserl, de **atitude natural** ou **tese natural do mundo**.

a filosofia nas entrelinhas

Marcos André/Opção Brasil Imagens

Pessoas atravessam a rua em cruzamento na região central de São Paulo, em 2011.

Para Kant e para Husserl, o erro e a falsidade encontram-se no realismo, por supor que os conceitos ou as significações se referem a uma realidade em si. Em outras palavras, para esses filósofos, é a consciência que dá sentido às coisas.

- Observe a fotografia ao lado e escreva um texto explicando o que caracterizaria o "erro" ou a "falsidade" do realismo, neste caso. Releia os conceitos do capítulo para fundamentar sua resposta.

atividades

1. O que é dogmatismo? Como e por que o estranhamento pode romper com o dogmatismo?
2. Dê um exemplo (tirado de sua vida pessoal, da literatura ou do cinema) de uma atitude de estranhamento diante de alguma coisa ou de algum fato que até então parecia natural.
3. Explique nossa concepção de verdade com base nas ideias de *alétheia*, *veritas* e *emunah*, expondo como cada uma delas contribuiu para formar essa concepção contemporânea.
4. O que significa pragmatismo? Como a teoria pragmática concebe a verdade?
5. Qual a diferença entre juízo analítico e juízo sintético? Dê exemplos.
6. O que diferencia um juízo sintético *a priori* dos demais juízos sintéticos?
7. O que é a verdade para a filosofia idealista de Kant e Husserl?

INDICAÇÃO DE FILME

A invenção de Hugo Cabret

Direção de Martin Scorsese.
Estados Unidos, 2011.

Hugo Cabret (Asa Butterfield) é um órfão que trabalha e mora no relógio da estação de trem de Paris, no início do século XX. Hugo busca desvendar o segredo que acredita estar dentro do robô mecânico que ganhou de seu falecido pai. Em uma de suas fugas do guarda da estação (Sacha Baron Cohen), encontra Isabelle (Chloë Moretz) e, com ela, uma chave que se encaixa na fechadura no peito do autômato. Admirada com os belos desenhos feitos pelo misterioso autômato, a dupla decide descobrir quem o inventou.

Interfoto/Latinstock

As personagens Hugo e Isabelle observam o autômato em cena do filme A invenção de Hugo Cabret, *do diretor Martin Scorsese.*

UNIDADE IV
A lógica

CAPÍTULO

13

O nascimento da lógica

Nos usos cotidianos, o termo *lógica* se embasa nas ideias de coerência e integridade do raciocínio. No campo da filosofia, a disciplina denominada *lógica* se ocupa dos princípios, regras e leis necessários e universais do pensamento. Porém, como veremos neste capítulo, ela teve origem em um debate filosófico anterior muito mais amplo.

Partitura original de Magnificat *(1733), de Johann Sebastian Bach (1685-1750). No livro* O homem que confundiu sua mulher com um chapéu, *o neurologista Oliver Sacks descreve o caso de um homem autista que, após ouvir um trecho dessa composição, era capaz de cantar sua sequência mesmo sem conhecê-la, pois compreendia os princípios e as regras que estruturavam a obra.*

Fundamentos da lógica

"É lógico que eu vou!" Quando dizemos frases como essa, a expressão "é lógico que" aparece como se fosse a conclusão de um raciocínio que os interlocutores conhecem mesmo que não o percebam. Ao dizer "É lógico que eu vou!", estou supondo que quem me ouve sabe que também estou afirmando, sem que eu o diga explicitamente: "Você me conhece, sabe o que penso, gosto ou quero, sabe o que vai acontecer no lugar *x* e na hora *y* e, *portanto*, não há dúvida de que vou até lá". Nesse caso, tiramos uma conclusão que nos parece óbvia, e dizer "é lógico que" seria o mesmo que dizer "é claro que" ou "não há dúvida de que".

Em certas ocasiões, ouvimos, lemos ou vemos alguma coisa e reagimos dizendo: "Não. Não pode ser assim. Isso não tem lógica!". Essa expressão indica uma situação oposta à anterior. Agora uma conclusão foi tirada por alguém, mas o que já sabemos (de uma pessoa, de um fato, de uma ideia, de um objeto) nos faz julgar que a conclusão é indevida, deveria ser outra. É possível, também, que a expressão indique que o conhecimento que possuímos sobre algo ou alguém não é suficiente para compreendermos o que estamos ouvindo, vendo, lendo, e por isso nos parece "não ter *lógica*".

Nos exemplos que vimos, podemos perceber que as palavras *lógica* e *lógico* são usadas por nós para significar:

1. uma inferência: visto que conheço *x*, disso posso concluir *y* como consequência;
2. a exigência de coerência: visto que *x* é assim, é preciso que *y* seja assim;
3. a exigência de que não haja contradição entre o que sabemos de *x* e a conclusão *y* a que chegamos;
4. a exigência de que saibamos o suficiente sobre *x* para entender *y* e conhecer por que se chegou a *y*.

Inferência, *coerência*, *conclusão sem contradições*, *conclusão com base em conhecimentos suficientes* são algumas noções pressupostas por nós toda vez que afirmamos que algo é lógico ou ilógico.

Ao usarmos as palavras *lógica* e *lógico*, estamos participando de uma tradição de pensamento que se origina na filosofia grega. **Os filósofos de então se indagavam se o *lógos* (significando "linguagem-discurso e pensamento-conhecimento") obedecia ou não a regras, possuía ou não normas, princípios e critérios para seu uso e funcionamento.**

Heráclito e Parmênides

Quando estudamos o nascimento da filosofia, vimos que os primeiros filósofos se preocupavam com a origem, a transformação e o desaparecimento de todos os seres. Preocupavam-se com o devir. Dois filósofos do período pré-socrático adotaram posições opostas a esse respeito: Heráclito de Éfeso afirmava que somente a mudança é real e a permanência, ilusória, e Parmênides de Eleia afirmava que somente a identidade e a permanência são reais e a mudança, ilusória.

O mundo, dizia Heráclito, é um *fluxo perpétuo* onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. A luta é a harmonia dos contrários, responsável pela ordem racional do universo. Nossa experiência sensorial percebe o mundo como se tudo fosse estável e permanente, mas o pensamento sabe que nada permanece, tudo se torna o contrário de si mesmo. O *lógos* é a mudança de todas as coisas, os conflitos entre elas, a contradição. Por isso Heráclito dizia: "A guerra (ou a luta) é o pai de todas as coisas". O dia se opõe à noite, o quente ao frio, o úmido ao seco, o bom ao mau, o novo ao velho. A ordem do mundo são essas oposições e a mudança contínua de um no outro.

O *ser*, dizia Parmênides, é o *lógos*, porque é sempre idêntico a si mesmo, sem contradições, imutável e imperecível. O devir, o fluxo dos contrários, é a *aparência sensível*, mera opinião que formamos porque confundimos a realidade com as nossas sensações, percepções e lembranças. A mudança é o *não ser*, o nada, impensável e indizível. O pensamento e a linguagem verdadeira só são possíveis se as coisas que pensamos e dizemos guardarem a identidade, forem permanentes, pois só podemos dizer e pensar aquilo que é sempre idêntico a si mesmo. Se uma coisa tornar-se contrária a si mesma, deixará de ser e, em seu lugar, haverá nada, pois o que se contradiz se autodestrói. A mudança é impossível, do ponto de vista do pensamento, e só existe como aparência ou ilusão dos sentidos. O devir é *não ser*. Por isso somente o *ser* pode ser pensado e dito.

Hedeson Alves/Folhapress

Rua no centro histórico de Parati, Rio de Janeiro, em 2009. Depois da chuva, a água de uma poça de água evapora devido ao calor. O vapor, ao subir, entra em contato com temperaturas mais baixas e volta a se condensar, provocando novas chuvas. Para Heráclito, é a harmonia dos contrários que garante a ordem racional do Universo.

Assim, Heráclito afirmava que a verdade e o *lógos* são a mudança das coisas nos seus contrários, enquanto Parmênides afirmava que são a identidade do *ser* imutável, oposto à aparência sensível da luta dos contrários. **Para Heráclito, a contradição é uma lei racional da realidade; para Parmênides, a identidade é essa lei racional.**

A história da filosofia grega é a história de um gigantesco esforço para encontrar uma solução para o problema posto por Heráclito e Parmênides. Se o primeiro tem razão, o pensamento deve ser um fluxo perpétuo e a verdade, a perpétua contradição dos seres em mudança contínua; mas se Parmênides tem razão, o mundo em que vivemos não tem sentido, não pode ser conhecido, é uma aparência impensável e nos faz viver na ilusão.

Seria preciso, portanto, uma solução que provasse, ao mesmo tempo, que: 1) a mudança e os contrários existem e podem ser pensados; 2) a identidade ou permanência dos seres também existe, é verdadeira e pode ser pensada.

A busca dessa solução teria como consequência o surgimento de duas disciplinas filosóficas: a **lógica**, que estudaremos agora, e a **metafísica** ou **ontologia**, que estudaremos na Unidade 6.

O aparecimento da lógica

No momento em que se mostrou consolidada, isto é, na época de Platão e Aristóteles, a filosofia grega ofereceu as duas soluções mais importantes para a oposição entre contradição-mudança e identidade-permanência dos seres. Não vamos, aqui, falar dessas duas soluções, mas destacar um aspecto de cada uma relacionado com o nosso assunto, isto é, com o surgimento da lógica.

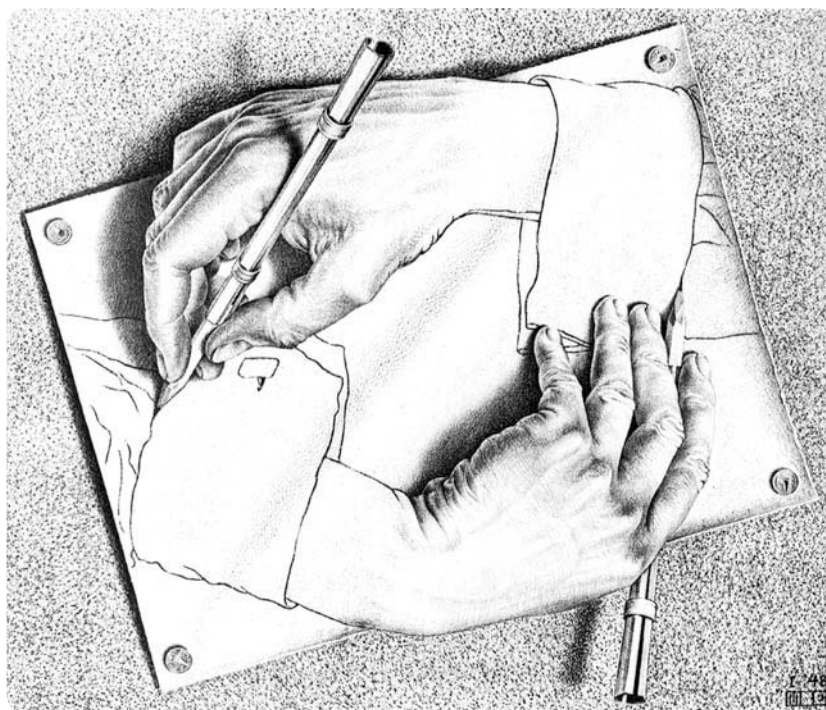
A dialética platônica

Platão considerou que Heráclito tinha razão no que se refere ao mundo material ou físico, isto é, ao mundo dos seres corporais, pois a matéria está sujeita a mudanças contínuas e a oposições internas. Esse mundo, que conhecemos por meio de nossas sensações, percepções e opiniões, é chamado *mundo sensível* por Platão, e nele há o devir permanente.

No entanto, dizia Platão, o mundo sensível é uma aparência (é o mundo dos prisioneiros do Mito da Caverna), é uma cópia ou sombra do mundo verdadeiro e real; nesse sentido, Parmênides é quem tem razão. O mundo verdadeiro é o das *essências* imutáveis, portanto, sem contradições nem oposições, sem transformação, onde nenhum ser passa para o seu contraditório. Segundo Platão, esse mundo das essências ou das ideias é o *mundo inteligível*.

Como sair da caverna? Como passar do sensível ao inteligível? Por meio de um método chamado **dialética**.

dialética
Palavra composta pelo prefixo *día*, que quer dizer 'dois', e pela terminação *lética*, derivada de *lógos* e do verbo *legein*, cujo significado vimos no Capítulo 7.

Drawing Hands *(1948), gravura do artista holandês Maurits Cornelis Escher (1898-1972). Para Platão, as manifestações do mundo sensível, marcado pelas mudanças e contradições, não correspondem às essências das coisas, que são imutáveis e não contraditórias.*

Como a própria palavra indica, *dialética* é um diálogo, um discurso compartilhado por dois interlocutores, ou uma conversa em que cada um possui opiniões opostas sobre alguma coisa e deve discutir ou argumentar com o outro de modo a superar essa oposição e chegar à unidade de uma ideia que é a mesma para ambos e para todos os que buscam a verdade. Deve-se passar de *imagens* contraditórias a *conceitos* idênticos para todos os pensantes. Em outras palavras, a dialética é um procedimento com o qual passamos das opiniões contrárias à identidade da ideia, das oposições do devir à unidade da essência.

A dialética platônica é um procedimento intelectual e linguístico que parte de alguma coisa que deve ser separada ou dividida em duas partes contrárias ou opostas, de modo que se conheça sua contradição e se possa determinar qual dos contrários é verdadeiro e qual é falso. A cada divisão surge um par de contrários, que devem ser separados e novamente divididos, até que se chegue a um termo indivisível, isto é, não formado por nenhuma oposição ou contradição: este será a ideia verdadeira ou a essência da coisa investigada. Partindo de sensações, imagens, opiniões contraditórias sobre alguma coisa, a dialética vai separando os opostos em pares, mostrando que um dos termos é ilusório e o outro, verdadeiro, até chegar à essência da coisa.

Superar os contraditórios e chegar ao que é sempre idêntico a si mesmo é a tarefa da discussão dialética, que revela o mundo sensível como *heraclitiano* (a luta dos contrários, a mudança incessante) e o mundo inteligível como *parmenidiano* (a perene identidade de cada ideia ou de cada essência).

A analítica aristotélica

Aristóteles, por sua vez, segue uma via diferente da escolhida por Platão.

Considera desnecessário separar a realidade e a aparência em dois mundos (há um único mundo no qual existem essências e aparência) e não aceita que a mudança ou o devir seja mera aparência ilusória. Há seres cuja essência é mutável e há seres cuja essência é imutável. Porém, Heráclito errou ao supor que a mudança se realiza sob a forma da contradição, isto é, que as coisas se transformam nos seus opostos. A mudança ou transformação é a maneira pela qual as coisas realizam todas as potencialidades contidas em sua essência, e esta não é contraditória, mas uma identidade que o pensamento pode conhecer. Assim, por exemplo, quando a criança se torna adulta ou quando a semente se torna árvore, nenhuma delas tornou-se contrária a si mesma, mas desenvolveu uma potencialidade definida pela identidade própria de sua essência.

Cabe à filosofia conhecer como e por que as coisas, sem mudarem de essência, transformam-se, assim como

A lógica

Toda ciência tem sua MATÉRIA: é esta o objeto cujas leis ela investiga. Assim, a matéria da geometria são as figuras extensas; a da astronomia são os astros; a da biologia, os fenômenos da vida; a da psicologia, os fenômenos psíquicos. Toda ciência tem também uma FORMA: é o conjunto dos processos que ela põe em prática a fim de chegar a conhecer as leis do objeto particular do seu estudo. [...]

Mas estas diversas formas das diferentes ciências são a obra de um mesmo espírito. O espírito que demonstra que a soma dos três ângulos de um triângulo é equivalente a dois ângulos retos é o mesmo que estabelece as leis da queda dos corpos e as dos fenômenos vitais. Por mudar de objeto, o espírito não muda de natureza; apesar das características particulares de cada uma dessas ciências, as operações do pensamento têm sempre alguma coisa de comum; obedecem a leis independentes do objeto ao qual se aplicam, e estas leis resultam não do objeto pensado, mas do próprio pensamento.

Estabelecer estas leis do pensamento considerado em si mesmo, abstração feita dos objetos a que se dirija e, em seguida, determinar as diferentes aplicações das mesmas, eis o duplo objeto da lógica.

LIARD, Louis. *Lógica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 9.

cabe à filosofia conhecer como e por que há seres imutáveis (como as entidades matemáticas e as divinas).

Parmênides tem razão: o pensamento e a linguagem exigem a identidade. Heráclito tem razão: as coisas mudam. Ambos se enganaram ao supor que deve haver somente identidade ou somente mudança. Ambas existem sem que seja preciso dividir a realidade em dois mundos, à maneira platônica.

Aristóteles considera que a dialética não é um procedimento seguro para o pensamento e a linguagem da filosofia e da ciência, pois parte de opiniões contrárias dos debatedores, e a escolha de uma opinião em vez de outra não garante que se possa chegar à essência da coisa investigada. A dialética, diz Aristóteles, é boa para as disputas oratórias da política e do teatro, para a *retórica*, para os assuntos sobre os quais só existem opiniões e nos quais só cabe a persuasão. Não é o caso da filosofia e da ciência, porque a estas interessa a demonstração ou a prova de uma verdade.

Substituindo a dialética por um conjunto de procedimentos de demonstração e prova, Aristóteles criou a lógica propriamente dita, que ele chamava de *analítica*.

Qual a diferença entre a *dialética platônica* e a *lógica* (ou analítica) *aristotélica*?

Em primeiro lugar, a dialética platônica é o exercício direto do pensamento e da linguagem, um modo de pensar que opera com os *conteúdos* do pensamento e do discurso. A lógica aristotélica é um *instrumento* para o exercício do pensamento e da linguagem: ela oferece os meios para realizar o conhecimento e o discurso. Para Platão, a dialética é *um modo de conhecer*. Para Aristóteles, a lógica (ou analítica) é *um instrumento para o conhecer*.

Em segundo lugar, a dialética platônica é uma atividade intelectual destinada a trabalhar contrários e contradições para superá-los, chegando à identidade da essência ou da ideia imutável. Depurando e purificando as opiniões contrárias, a dialética platônica chega ao que é verdadeiro para todas as inteligências. Já a lógica aristotélica oferece procedimentos a serem empregados naqueles raciocínios que se referem a todas as coisas das quais possamos ter um conhecimento universal e necessário. Seu ponto de partida não são opiniões contrárias, mas princípios, regras e leis necessários e universais do pensamento.

lógica
A denominação *lógica* só será empregada séculos mais tarde, no período helenístico, pelos filósofos estoicos e por Alexandre de Afrodísia, grandes estudiosos da analítica aristotélica.

a filosofia nas entrelinhas

akg-images/Latinstock

Retrato do químico francês Antoine Laurent Lavoisier (1743-1794).

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Química.

Leia a seguir um texto que relata como o químico francês Antoine Laurent Lavoisier (1743-1794) chegou à lei da conservação da massa:

Ele tomou emprestado uma balança de precisão do tesouro francês [...] e a usou para testar a crença dos químicos de que a água fervente produzia resíduo sólido. Lavoisier ferveu água destilada em um recipiente de vidro fechado por 101 dias. Flocos de material parecido com areia se formaram, mas o peso da água depois de fervida era o mesmo de antes. Já o recipiente de vidro tinha perdido peso idêntico ao peso dos flocos. Lavoisier demonstrou que a água quente havia dissolvido um pouco do vidro, que foi depositado como resíduo sólido.

Em outra experiência, ele queimou um diamante em um recipiente fechado e este se combinou com o oxigênio, formando dióxido de carbono. Apesar de o diamante ter mudado de sólido para gás, Lavoisier mostrou não ter havido mudança de peso. Ele declarou a lei da conservação da massa: não se pode criar ou destruir massa durante uma transformação química.

TINER, John Hudson. *100 cientistas que mudaram a história do mundo.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 81-82.

1. Explique como o raciocínio por trás da experiência de Lavoisier poderia ser compreendido pela dialética platônica ou pela analítica aristotélica.

2. Escolha outra lei da química que você conheça e procure explicá-la com base nos princípios da analítica aristotélica vistos até aqui. Demonstre seu raciocínio usando um ou mais exemplos concretos, como fórmulas.

atividades

1. No uso cotidiano, que significados damos às palavras *lógica* e *lógico*? Que noções estão pressupostas nesse uso?
2. Qual foi o conflito entre a filosofia de Heráclito e a de Parmênides?
3. Como Platão resolveu o conflito entre as concepções de Heráclito e de Parmênides? Explique com suas palavras.
4. Enumere os dilemas deixados pelos antecessores de Aristóteles e abordados neste capítulo. Então, descreva como esse filósofo resolveu cada um deles.
5. Quais as diferenças entre a dialética platônica e a analítica (ou lógica) aristotélica?

INDICAÇÃO DE FILME

Os doze macacos
Direção de Terry Gilliam.
Estados Unidos, 1995.

No ano de 2035, os poucos remanescentes da humanidade se encontram refugiados nos subterrâneos após um vírus ter exterminado boa parte da população mundial. Um prisioneiro, Cole (Bruce Willis), é enviado ao passado por cientistas para tentar descobrir como se deu essa catástrofe. De volta à década de 1990, acaba internado em uma clínica psiquiátrica, onde acabará conquistando a confiança da doutora Railly (Madeleine Stowe) para prosseguir em sua busca.

Tri Star Pictures/Album/Latinstock

Bruce Willis interpreta Cole, um homem que volta no tempo para descobrir a origem de um vírus devastador, no filme Os doze macacos, *de 1995.*

CAPÍTULO

14

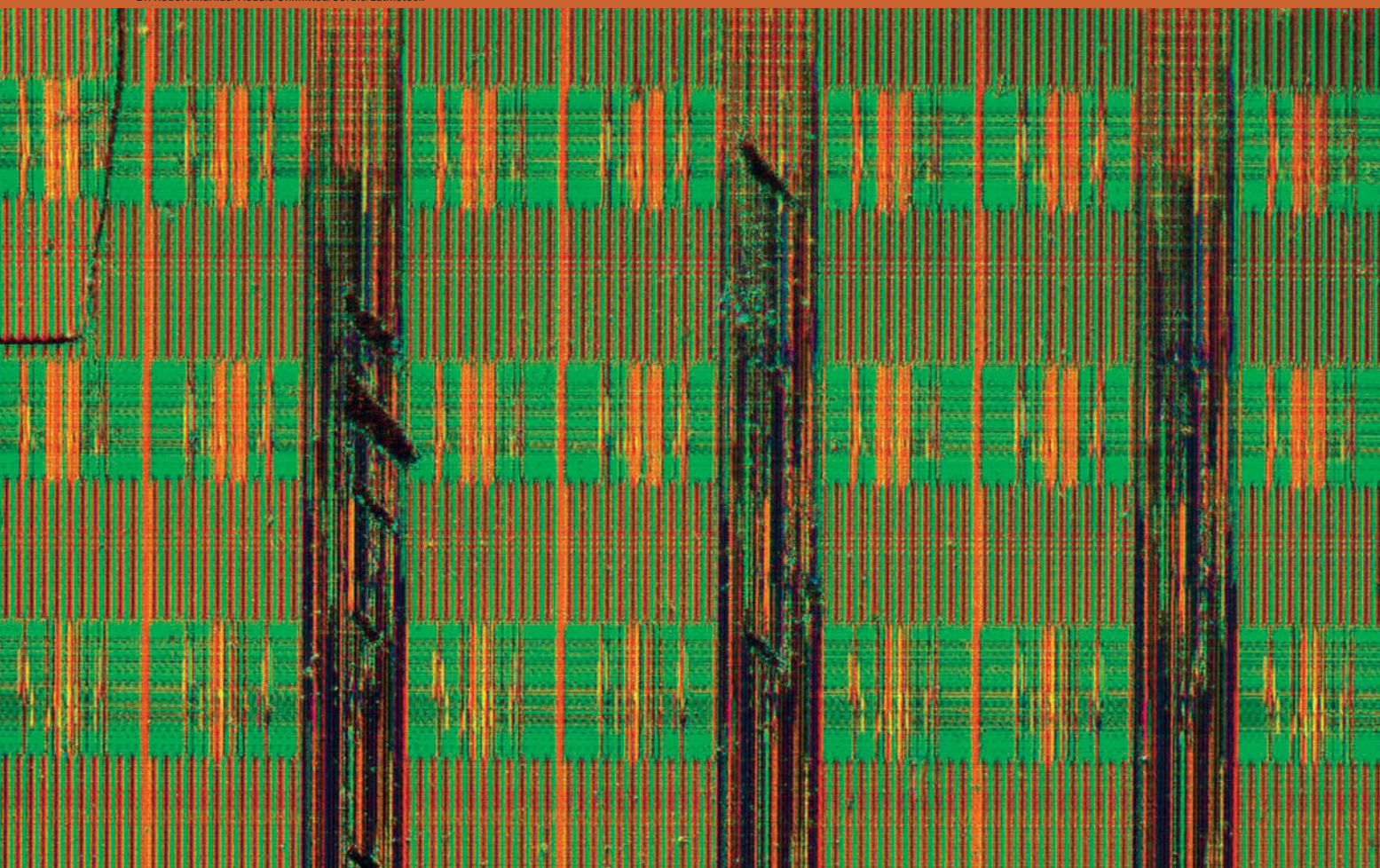
Elementos de lógica

Aristóteles propôs a primeira classificação geral dos conhecimentos ou das ciências dividindo-as em três tipos: *teoréticas* (ou *contemplativas*), *práticas* (ou *da ação humana*) e *produtivas* (ou *relativas à fabricação e às técnicas*). Todos os saberes referentes a todos os seres, todas as ações e produções humanas encontravam-se distribuídos nessa classificação que ia da ciência mais alta — a Filosofia Primeira — até o conhecimento das técnicas criadas pelos homens para a fabricação de objetos. No entanto, nessa classificação não encontramos a lógica.

Por quê?

Para Aristóteles, a lógica não era nem uma ciência teorética, nem prática, nem produtiva, mas um *instrumento* para as ciências, ordenado por um conjunto de regras. Neste capítulo, veremos os principais elementos da lógica.

Reprodução ampliada de um microprocessador. Por meio de um conjunto de regras e operações lógicas, o microprocessador possibilita que o computador execute tarefas que lhe são exigidas.

Dr. Robert Markus/Visuals Unlimited/Corbis/Latinstock

Principais características da lógica

A palavra grega *Órganon* ('instrumento'), nome dado por estudiosos ao conjunto das obras sobre lógica escritas por Aristóteles, condiz com a própria concepção que ele tinha do uso desse conhecimento, caracterizado por ser:

- *instrumental*: é o instrumento do pensamento e da linguagem para pensar e dizer corretamente a fim de verificar a correção do que está sendo pensado e dito;
- *formal*: não se ocupa com os conteúdos pensados ou com os objetos referidos pelo pensamento, mas apenas com a **forma pura** e geral dos pensamentos, expressos por meio da linguagem;
- *propedêutica ou preliminar*: é o que devemos conhecer antes de iniciar uma investigação científica ou filosófica, pois somente ela pode indicar os procedimentos (métodos, raciocínios, demonstrações) que devemos empregar para cada modalidade de conhecimento;
- *normativa*: fornece princípios, leis, regras e normas que todo pensamento deve seguir se quiser ser verdadeiro;
- *doutrina da prova*: estabelece as condições e os fundamentos necessários de todas as demonstrações. Dada uma hipótese, permite verificar as consequências necessárias que dela decorrem; dada uma conclusão, permite verificar se é verdadeira ou falsa;
- *geral e atemporal*: as formas do pensamento, seus princípios e suas leis não dependem do tempo e do lugar, nem das pessoas e circunstâncias, mas são universais, necessárias e imutáveis.

forma em Aristóteles

No século XX, os lógicos afirmaram que a lógica aristotélica não deveria ser considerada formal porque Aristóteles não afastara por inteiro os conteúdos pensados para ficar apenas com a forma vazia. No entanto, vamos aqui manter essa característica para a lógica aristotélica, porque nela o papel do conteúdo pensado é menor do que a forma de pensamento, se comparada à dialética platônica.

O objeto da lógica é a *proposição*, que exprime, por meio da linguagem, os *juízos* formulados pelo pensamento. A proposição é a atribuição de um predicado a um sujeito: *S* é *P*. O encadeamento dos juízos constitui o *raciocínio* e este se exprime logicamente por meio da conexão de proposições; essa conexão chama-se **silogismo**. **A lógica estuda os elementos que constituem uma proposição, os tipos de proposições e de silogismos e os princípios necessários a que toda proposição e todo silogismo devem obedecer para serem verdadeiros.**

A proposição

Uma **proposição** é constituída por elementos que são seus *termos*.

Aristóteles define os *termos* ou *categorias* como "aquilo que serve para designar uma coisa". São palavras que aparecem em tudo quanto pensamos e dizemos. Há dez categorias ou termos:

1. *substância* (por exemplo, homem, Sócrates, animal);
2. *quantidade* (por exemplo, dois metros de comprimento);
3. *qualidade* (por exemplo, branco, grego, agradável);
4. *relação* (por exemplo, o dobro, a metade, maior que);
5. *lugar* (por exemplo, em casa, na rua, no alto);
6. *tempo* (por exemplo, ontem, hoje, agora);
7. *posição* (por exemplo, sentado, deitado, de pé);
8. *posse* (por exemplo, armado, isto é, na posse de uma arma);
9. *ação* (por exemplo, corta, fere, derrama);
10. *paixão* ou *passividade* (por exemplo, está cortado, está ferido).

As categorias ou termos indicam o que uma coisa é ou faz, ou como está. São aquilo que nossa percepção e nosso pensamento captam imediata e diretamente numa coisa, sem precisar de nenhuma demonstração, pois nos dão a apreensão direta de uma entidade simples. Possuem duas propriedades lógicas: a *extensão* e a *compreensão*.

Marcelo Justo/Folhapress

"Raio risca o céu de São Paulo durante temporal intenso." Podemos identificar nessa frase (ou proposição) vários termos segundo a classificação de Aristóteles: substância ("raio"), ação ("risca"), lugar ("céu de São Paulo"), tempo ("durante temporal"), qualidade ("intenso").

Extensão é o conjunto de objetos designados por um termo ou uma categoria. *Compreensão* é o conjunto de propriedades que esse mesmo termo ou essa categoria designa.

Por exemplo: uso a palavra *homem* para designar Pedro, Paulo, Sócrates, e uso a palavra *metal* para designar ouro, ferro, prata, cobre. A *extensão* do termo *homem* será o conjunto de todos os seres que podem ser designados por ele e que podem ser chamados de homens; a *extensão* do termo *metal* será o conjunto de todos os seres que podem ser designados como metais. Se, no entanto, tomarmos o termo *homem* e dissermos que é um animal, vertebrado, mamífero, bípede, mortal e racional, essas qualidades formam sua *compreensão*. Se tomarmos o termo *metal* e dissermos que é um bom condutor de calor, reflete a luz, etc., teremos a *compreensão* desse termo.

Quanto maior a extensão de um termo, menor sua compreensão, e quanto maior a compreensão, menor a extensão. Tomemos, por exemplo, o termo *Sócrates*: sua extensão é a menor possível, pois se refere a um único ser; no entanto, sua compreensão é a maior possível, pois possui todas as propriedades do termo *homem* e mais suas propriedades específicas na qualidade de uma pessoa determinada. Essa distinção permite classificar os termos ou categorias em três tipos:

1. *gênero*: extensão maior, compreensão menor. Exemplo: animal;
2. *espécie*: extensão média e compreensão média. Exemplo: homem;
3. *indivíduo*: extensão menor, compreensão maior. Exemplo: Sócrates.

Na proposição, a categoria da substância é o *sujeito* (S) e as demais categorias são os *predicados* (P) atribuídos ao sujeito. A atribuição ou predicação se faz por meio do verbo de ligação *ser*. Exemplo: Pedro *é* alto.

A proposição reúne ou separa verbalmente o que o juízo reuniu ou separou mentalmente. A reunião de termos se faz pela *afirmação*: S é P. A separação se faz pela *negação*: S não é P. A reunião ou separação dos termos é considerada verdadeira ou recebe a denominação de *verdade* quando o que foi reunido ou separado em pensamento e na linguagem está efetivamente reunido ou separado na realidade. Em contrapartida, a reunião ou separação dos termos é considerada falsa ou recebe a denominação de *falsidade* quando o que foi reunido ou separado em pensamento e na linguagem não está efetivamente reunido ou separado na realidade.

Do ponto de vista do sujeito, há dois tipos de proposições:

1. *proposição existencial*: declara a existência, posição, ação ou paixão do sujeito. Por exemplo: "Um homem é (existe)", "Um homem anda", "Um homem está ferido". E suas negativas: "Um homem não é (não existe)", "Um homem não anda", "Um homem não está ferido";
2. *proposição predicativa*: declara a atribuição de alguma coisa a um sujeito por meio do verbo de ligação *é*. Por exemplo: "Um homem é justo", "Um homem não é justo".

As proposições se classificam segundo a qualidade e a quantidade. Do ponto de vista da qualidade, as proposições se dividem em:

- *afirmativas*: as que atribuem alguma coisa a um sujeito: *S é P*.

- *negativas*: as que separam o sujeito de alguma coisa: *S* não é *P*.

Do ponto de vista da quantidade, as proposições se dividem em:

- *universais*: quando o predicado se refere à extensão total do sujeito, afirmativamente (*Todos* os *S* são *P*) ou negativamente (*Nenhum S* é *P*);
- *particulares*: quando o predicado é atribuído a uma parte da extensão do sujeito, afirmativamente (*Alguns S* são *P*) ou negativamente (*Alguns S* não são *P*);
- *singulares*: quando o predicado é atribuído a um único indivíduo, afirmativamente (*Este S* é *P*) ou negativamente (*Este S* não é *P*).

Além da distinção pela qualidade e pela quantidade, as proposições se distinguem pela *modalidade*, sendo classificadas como:

- *necessárias*: quando o predicado está incluído na essência do sujeito, fazendo parte dela. Por exemplo: "Todo triângulo é uma figura de três lados", "Todo homem é mortal";
- *impossíveis*: quando o predicado não pode, de modo algum, ser atribuído ao sujeito. Por exemplo: "Nenhum triângulo é figura de quatro lados", "Nenhum planeta é um astro com luz própria";
- *possíveis*: quando o predicado pode ser ou deixar de ser atribuído ao sujeito. Por exemplo: "Alguns triângulos são dotados de lados iguais", "Alguns homens são justos".

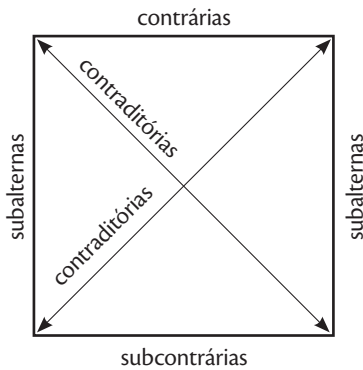
Como todo pensamento e todo juízo, a proposição está submetida aos três *princípios lógicos* fundamentais, condições de toda verdade: os princípios de identidade, de não contradição e de terceiro excluído, que vimos na Unidade 2. Graças a esses princípios, obtemos a última maneira pela qual as proposições se distinguem. Trata-se da classificação das proposições segundo a *relação*:

- *contraditórias*: quando, tendo o mesmo sujeito e o mesmo predicado, uma das proposições é universal afirmativa (Todos os *S* são *P*) e a outra é particular negativa (*Alguns S* não são *P*); ou quando se tem uma universal negativa (*Nenhum S* é *P*) e uma particular afirmativa (*Alguns S* são *P*). Por exemplo: "Todos os homens são mortais" e "Alguns homens não são mortais". Ou então: "Nenhum homem é imortal" e "Alguns homens são imortais";
- *contrárias*: quando, tendo o mesmo sujeito e o mesmo predicado, uma das proposições é universal afirmativa (*Todo S* é *P*) e a outra é universal negativa (*Nenhum S* é *P*); ou quando uma das proposições é particular afirmativa (*Alguns S* são *P*) e a outra é particular negativa (*Alguns S* não são *P*). Por exemplo: "Todas as estrelas são astros com luz própria" e "Nenhuma estrela é um astro com luz própria". Ou então: "Alguns homens são justos" e "Alguns homens não são justos";
- *subalternas*: quando uma proposição universal afirmativa subordina uma particular afirmativa de mesmo sujeito e predicado, ou quando uma universal negativa subordina uma particular negativa de mesmo sujeito e predicado. Por exemplo: "Todos os seres humanos são bípedes" e "Os gregos são bípedes".

Quando dizemos "Todas as aves têm asas", chegamos a uma proposição predicativa, de tipo universal e necessária. Porém, quando dizemos que "Algumas aves voam", temos uma proposição existencial, particular e possível. Embora tanto o avestruz como a maritaca sejam aves e, portanto, tenham asas, há uma particularidade no todo da espécie: o avestruz não voa, enquanto a maritaca é uma excelente voadora.

Frans Lanting/Corbis/Latinstock

André Seale/Pulsar Imagens

Os lógicos medievais criaram uma figura, conhecida como o *quadrado dos opostos*, na qual podemos visualizar as proposições segundo a qualidade, a quantidade, a modalidade e a relação. Nessa figura, as vogais minúsculas indicam a quantidade e a qualidade (*a*, *e*, *i*, *o*):

Quando a proposição é universal e necessária (seja afirmativa, seja negativa), diz-se que ela declara um *juízo apodítico*. Quando a proposição é universal possível ou particular possível (afirmativa ou negativa), diz-se que ela declara um *juízo hipotético*, cuja formulação é: "Se..., então...". Quando a proposição, seja qual for sua qualidade ou quantidade, comporta uma alternativa que depende dos acontecimentos ou das circunstâncias, diz-se que ela declara um *juízo disjuntivo*, cuja formulação é: "Ou... ou...".

Assim, as proposições "Todos os homens são mortais" e "Nenhum triângulo é uma figura de quatro lados" são apodíticas. A proposição "Se a educação for boa, ele será virtuoso" é hipotética. A proposição "Ou choverá amanhã ou não choverá amanhã" é disjuntiva.

O silogismo

Aristóteles elaborou uma teoria do raciocínio como *inferência*. Inferir é obter uma proposição como conclusão de uma ou de várias outras proposições que a antecedem e são sua explicação ou sua causa. O raciocínio realiza inferências.

O raciocínio é uma operação do pensamento realizada por meio de juízos. **Quando o raciocínio é enunciado por meio de proposições encadeadas, forma-se um *silogismo*.**

Inferir significa conhecer alguma coisa (a conclusão) pela mediação de outras coisas. Portanto, o raciocínio e o silogismo diferem da intuição, que, como vimos na Unidade 2, é um conhecimento direto ou imediato de alguma coisa ou de alguma verdade.

A teoria aristotélica do silogismo é o coração da lógica. Ela constitui a teoria das demonstrações ou das provas, da qual depende o pensamento científico e filosófico.

O silogismo possui três características principais:

1. é *mediato*: exige um percurso de pensamento e de linguagem para que se chegue a uma conclusão;
2. é *demonstrativo* (*dedutivo* ou *indutivo*): é um movimento de pensamento e de linguagem que parte de certas afirmações verdadeiras para chegar a outras também verdadeiras e que dependem necessariamente das primeiras;
3. é *necessário*: porque é demonstrativo (as consequências a que se chega na conclusão resultam necessariamente da verdade do ponto de partida). Por isso, Aristóteles considera o silogismo que parte de proposições apodíticas superior ao que parte de proposições hipotéticas ou possíveis, designando-o *ostensivo*, pois mostra claramente a relação necessária e verdadeira entre o ponto de partida e a conclusão. O exemplo mais famoso de silogismo ostensivo é:

> Todos os homens são mortais.
> Sócrates é homem.
> Logo, Sócrates é mortal.

Um silogismo é constituído por três proposições. A primeira é chamada *premissa maior* (no nosso exemplo, "Todos os homens são mortais"); a segunda, premissa menor (no nosso exemplo, "Sócrates é homem"); e a terceira, conclusão (no nosso exemplo, "Sócrates é mortal").

A conclusão é inferida das premissas pela mediação do chamado *termo médio* (no nosso exemplo, o termo médio é "homem"). As premissas possuem termos denominados *extremos*; há um *extremo maior* (no nosso exemplo, "mortais") e um *extremo menor* (no nosso exemplo, "Sócrates"), e a função do termo médio é ligá-los. Essa ligação é a inferência, e sem ela não há raciocínio nem demonstração. Por isso, a arte do silogismo consiste em saber encontrar o termo médio que ligará os extremos e permitirá chegar à conclusão.

Aristóteles dizia que em toda ciência, afora o conhecimento intuitivo de seus princípios necessários, o ponto

mais importante era o conhecimento dos termos médios, porque eram estes que permitiam encadear as premissas à conclusão, isto é, articular uma afirmação ou negação particular às suas condições universais.

Para que se chegue a uma conclusão verdadeira, o silogismo deve obedecer a um conjunto complexo de regras. Dessas regras, apresentaremos as mais importantes, tomando como referência o silogismo clássico que oferecemos anteriormente:

- *a premissa maior* deve conter o termo extremo maior (no caso, "mortais") e o termo médio (no caso, "homens");
- *a premissa menor* deve conter o termo extremo menor (no caso, "Sócrates") e o termo médio (no caso, "homem");
- *a conclusão* deve conter o maior e o menor e *jamais* deve conter o termo médio (no caso, deve conter "Sócrates" e "mortal" e *jamais* deve conter "homem"). Como a função do médio é ligar os extremos, ele deve estar nas duas premissas, mas nunca na conclusão.

Ezra Shaw/Agência France-Presse

Seleção brasileira feminina de vôlei durante a final dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, dos quais saiu campeã. Se parto da premissa maior de que todas as jogadoras da seleção tiveram bom desempenho nessa partida e sei que Fernanda Garay jogou pela seleção nessa partida, concluo que Fernanda Garay teve bom desempenho. Esse silogismo constitui um raciocínio dedutivo, como os vistos no Capítulo 8.

A proposição é uma predicação ou atribuição. As premissas fazem a atribuição afirmativa ou negativa do predicado ao sujeito, estabelecendo a inclusão ou exclusão do médio no maior e a inclusão ou exclusão do menor no médio. Graças a essa dupla inclusão ou exclusão, o menor estará incluído no maior ou excluído dele.

Por ser um sistema de inclusões (ou exclusões) entre sujeitos e predicados, o silogismo declara a *inerência* do predicado ao sujeito. Ou seja, quando há uma inerência afirmativa, o predicado está necessariamente incluído no sujeito; quando há uma inerência negativa, o predicado está necessariamente excluído do sujeito. **A *ciência* é a investigação dessas inerências, por meio das quais se alcança a essência do objeto investigado.**

A inferência silogística deve obedecer a oito regras, sem as quais não terá validade, não sendo possível dizer se a conclusão é verdadeira ou falsa:

1. Um silogismo deve ter um termo maior, um menor e um médio e somente três termos, nem mais, nem menos.
2. O termo médio deve aparecer nas duas premissas. Além disso, deve ser tomado em toda a sua extensão (isto é, como um universal) pelo menos uma vez, pois, do contrário, não se poderá ligar o maior e o menor. Por exemplo, se eu disser "Os cearenses são brasileiros" e "Os sulistas são brasileiros", não poderei tirar conclusão alguma, pois o termo médio "brasileiros" não foi tomado nenhuma vez no todo de sua extensão.
3. Nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas, pois, nesse caso, concluiremos mais do que seria permitido. Isso significa que uma das premissas sempre deverá ser universal (afirmativa ou negativa).
4. A conclusão não pode conter o termo médio, pois a função deste se esgota na ligação entre o maior e o menor.
5. De duas premissas negativas nada pode ser concluído, pois o médio não terá ligado os extremos.
6. De duas premissas particulares nada poderá ser concluído, pois o médio não terá sido tomado em toda a sua extensão pelo menos uma vez e não poderá ligar o maior e o menor.
7. Duas premissas afirmativas devem ter a conclusão afirmativa, o que é evidente por si mesmo.
8. A conclusão sempre acompanha a parte mais fraca. Isto é, se houver uma premissa negativa, a conclusão será negativa; se houver uma premissa particular, a conclusão será particular; se houver uma premissa particular negativa, a conclusão será uma particular negativa.

Essas regras dão origem às *figuras* e aos *modos* do silogismo.

As figuras são quatro e se referem à posição ocupada pelo termo médio nas premissas (sujeito em ambas; predicado em ambas; sujeito na maior e predicado na menor; predicado na maior e sujeito na menor).

Dialética: além da lógica

Durante séculos, a hegemonia do pensamento metafísico nos acostumou a reconhecermos somente um tipo de contradição: a contradição lógica. A lógica [...] ocupa-se da realidade apenas em um determinado nível; para alcançar resultados rigorosos, ela limita o seu campo e trata de uma **parte** da realidade. As leis da lógica são certamente válidas, no campo delas; e – nesse campo de validade – a contradição é a manifestação de um defeito no raciocínio.

Existem, porém, dimensões da realidade humana que não se esgotam na disciplina das leis lógicas. Existem aspectos da realidade humana que não podem ser compreendidos isoladamente: se queremos começar a entendê-los, precisamos observar a conexão íntima que existe entre eles e **aquilo que eles não são**. Henri Lefebvre escreveu, com razão: "Não podemos dizer, ao mesmo tempo, que determinado objeto é redondo e é quadrado. Mas devemos dizer que o **mais** só se define com o **menos**, que a **dívida** só se define pelo **empréstimo**".

As conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam **unidades contraditórias**. Em tais unidades, a contradição é essencial: não é um mero defeito do raciocínio. Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 48-49. (Primeiros Passos).

Os modos são 64 (embora somente dez sejam considerados válidos) e se referem aos tipos de proposições que constituem as premissas (universais afirmativas em ambas; particulares negativas em ambas; particulares afirmativas em ambas; particulares negativas em ambas; universal afirmativa na maior e particular afirmativa na menor; etc.).

Circuito Fora do Eixo/Flickr/Creative Commons

A cantora Gaby Amarantos durante apresentação em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 2012. Nenhum pioneiro do tecnobrega era contratado de uma grande gravadora. Gaby Amarantos é uma pioneira do tecnobrega. Gaby Amarantos não era de uma grande gravadora. Esse silogismo é válido e seu modo é EIO: a premissa maior é universal negativa, a premissa menor é particular afirmativa e a conclusão é particular negativa.

O silogismo científico

Aristóteles distingue dois grandes tipos de silogismos: os *dialéticos* e os *científicos*.

Nos primeiros, as premissas se referem ao que é apenas possível ou provável, ao que pode ser de uma maneira ou de outra, contrária e oposta. Suas premissas são hipotéticas e por isso sua conclusão também é hipotética.

O silogismo dialético comporta argumentações contrárias, porque suas premissas são meras opiniões sobre coisas ou fatos possíveis ou prováveis. As opiniões não são objeto de ciência, mas de persuasão. A dialética é uma discussão entre opiniões contrárias que oferecem argumentos contrários, vencendo aquele cuja conclusão for mais persuasiva. O silogismo dialético é próprio da *retórica*, ou arte da persuasão, na qual aquele que fala procura tocar as emoções e paixões dos ouvintes e não o raciocínio ou a inteligência deles.

Já o silogismo científico se refere ao que é universal e necessário, ao que é de uma maneira e não pode deixar de ser tal como é, ao que acontece sempre, e sempre acontece da mesma maneira. Suas premissas são apodíticas e sua conclusão também é apodítica.

O silogismo científico não admite premissas contraditórias. Suas premissas são *universais necessárias* e sua conclusão não admite discussão ou refutação, mas *exige demonstração*. Por esse motivo, o silogismo

científico deve obedecer a quatro regras, sem as quais sua demonstração não tem valor:

1. as premissas devem ser verdadeiras (não podem ser possíveis ou prováveis, nem falsas);
2. as premissas devem ser primárias ou primeiras, isto é, indemonstráveis, pois, se tivermos de demonstrar as premissas, teremos de ir de regressão em regressão, indefinidamente, e nada demonstraremos;
3. as premissas devem ser mais inteligíveis do que a conclusão, pois a verdade desta depende inteiramente da absoluta clareza e compreensão que tenhamos das suas condições, isto é, das premissas;
4. as premissas devem ser causa da conclusão, isto é, devem estabelecer as coisas ou os fatos que causam a conclusão e que a explicam, de tal maneira que, ao conhecê-las, estamos obedecendo às causas da conclusão. Esta regra é da maior importância porque, para Aristóteles, conhecer é conhecer as causas ou pelas causas.

O que são as premissas de um silogismo científico? São verdades indemonstráveis, evidentes e causais. Há três tipos de premissa:

1. *axiomas*, isto é, verdades indemonstráveis que servem de base para todas as demonstrações de uma ciência. Por exemplo, os três princípios lógicos, ou afirmações como "O todo é maior do que as partes";
2. *postulados*, isto é, os pressupostos de que se vale uma ciência para iniciar o estudo de seus objetos. Por exemplo, o espaço plano, na geometria; o movimento e o repouso, na física;
3. *definições do objeto da ciência investigada ou do gênero de objetos que ela investiga*. A definição deve dizer o que a coisa estudada (o sujeito da proposição) é, como é, por que é, sob quais condições ela é. Para Aristóteles, *as definições são as premissas mais importantes de uma ciência*.

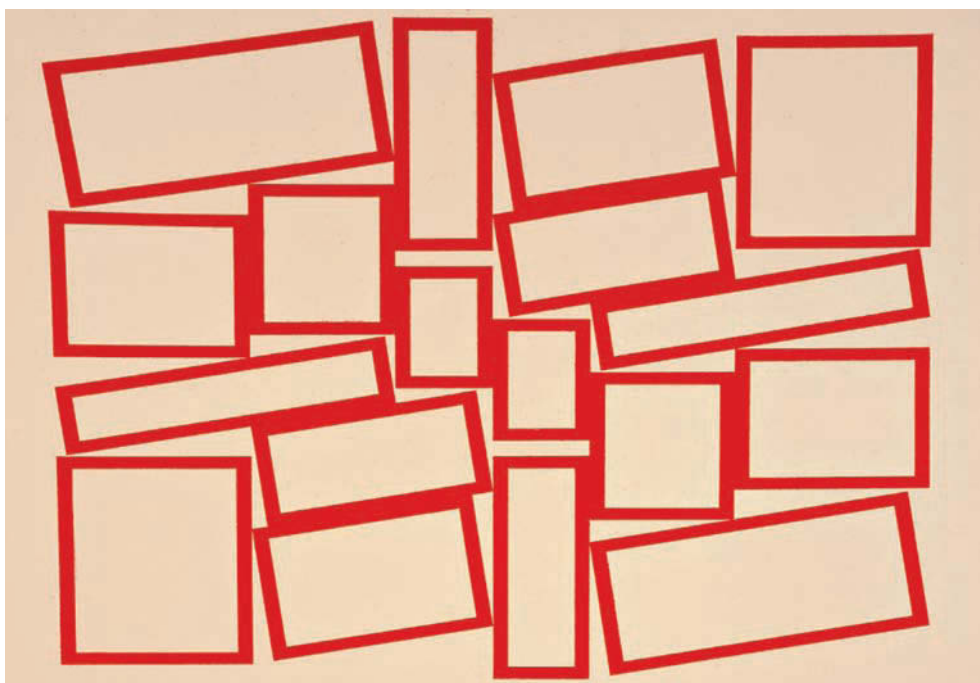
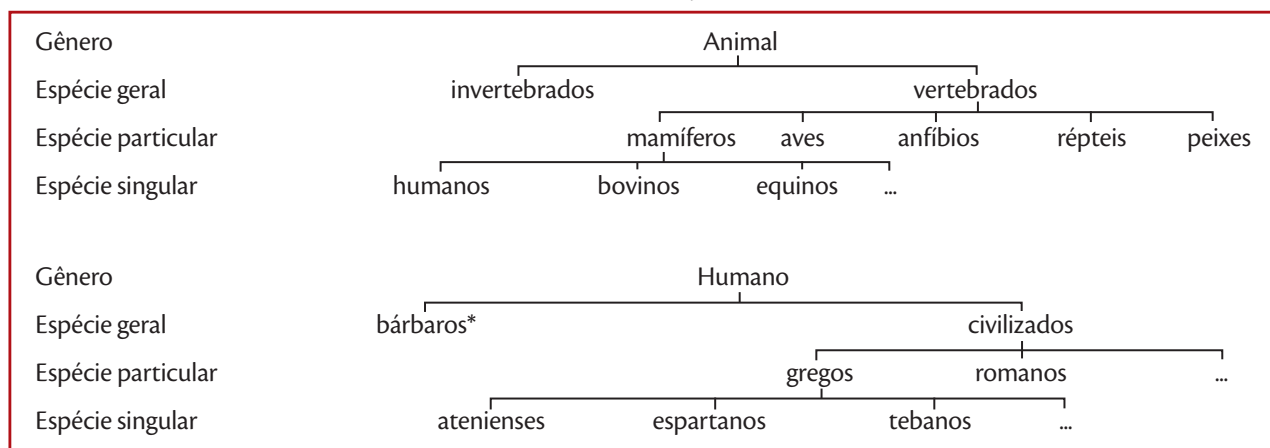
A definição refere-se ao termo médio, pois é ele que pode preencher as quatro exigências (*quê*, *como*, *por quê*, *se*) e é por seu intermédio que o silogismo alcança o **conceito** da coisa investigada. A definição oferece o conceito da coisa por meio das categorias (substância, quantidade, qualidade, lugar, tempo, relação, posse, ação, paixão, posição) e da inclusão necessária do indivíduo na espécie e no gênero.

O conceito nos oferece a **essência** da coisa investigada (suas propriedades necessárias ou essenciais), e o termo médio é o *atributo essencial* para chegar à definição. Por isso, a definição consiste em encontrar para um sujeito (uma substância) seus atributos essenciais (seus predicados).

Um atributo é essencial quando faz uma coisa ser o que ela é ou quando, por estar ausente, impede a coisa de ser tal como é ("mortal" é um atributo essencial de Sócrates). Um atributo é acidental quando sua presença ou sua ausência não afetam a essência da coisa ("gordo" é um atributo acidental de Sócrates). O silogismo científico não lida com os predicados ou atributos acidentais.

A ciência é um conhecimento que vai do gênero mais alto de um ser às suas espécies mais singulares.

César Oiticica Filho/Acervo do fotógrafo/Coleção Particular/Projeto Hélio Oiticica

Metaesquema (1958), *obra de Hélio Oiticica (1937-1980). Tomando o espaço plano como postulado e a figura geométrica como gênero, o retângulo se define como espécie por meio de seus atributos essenciais: ângulos internos de 90°, que, somados, resultam em 360°. Sendo assim, podemos afirmar que todas as figuras em vermelho nesta pintura são retângulos.*

Como opera a dedução científica

* Na língua grega, a palavra *barbarós* não tem sentido pejorativo e não pretende inferiorizar aquele que é assim denominado porque significa 'estrangeiro', 'país que não pertence ao conjunto dos países helênicos', 'aquele não nascido numa nação helênica'. Os romanos também usavam a palavra *barbaru* com o significado de 'estrangeiro', 'não latino'.

A passagem do gênero à espécie singular se faz por uma cadeia dedutiva ou silogística, na qual cada espécie funciona como gênero para suas subordinadas e cada uma delas se distingue das outras por uma *diferença específica*. **Definir é encontrar a diferença específica entre seres do mesmo gênero.**

O quadro acima auxilia a compreender como opera a dedução científica.

A tarefa da definição é delimitar o gênero e a diferença específica essencial que distingue uma espécie da outra. A demonstração (o silogismo) partirá do gênero, oferecerá a definição da espécie e incluirá o indivíduo na espécie e no gênero, de sorte que a essência ou o conceito do indivíduo nada mais é do que sua inclusão ou sua inerência à espécie e ao gênero. A demonstração parte da definição do gênero e dos axiomas e postulados referentes a ele; deve provar que o gênero possui realmente os atributos ou predicados que a definição, os axiomas e postulados afirmam que ele possui. O que é essa prova? É a prova de que as espécies são os atributos ou predicados do gênero e são elas o objeto da conclusão do silogismo.

Com isso, percebe-se que uma ciência possui três objetos: os axiomas e postulados, que fundamentam a demonstração; a definição do gênero, cuja existência não precisa nem deve ser demonstrada; e os atributos essenciais ou predicados essenciais do gênero, que são suas espécies – às quais chega a conclusão. Numa etapa seguinte, a espécie a que se chegou na conclusão de um silogismo torna-se gênero, do qual parte uma nova demonstração, e assim sucessivamente. No quadro que apresentamos acima, "humano" era uma espécie do gênero animal, mas torna-se gênero para novas espécies subordinadas a ele.

Para que o silogismo científico cumpra sua função, ele deve respeitar as regras gerais e suas premissas devem ser:

1. *verdadeiras* para todos os casos de seu sujeito;
2. *essenciais*, isto é, a relação entre o sujeito e o predicado deve ser sempre necessária. Isso ocorre quando o predicado está contido na essência do sujeito (por exemplo, o predicado "linha" está contido na essência do sujeito "triângulo"), quando o predicado é uma propriedade essencial do sujeito (por exemplo, o predicado "curva" tem de necessariamente referir-se ao sujeito "linha") ou quando existe uma relação causal entre o predicado e o sujeito (por exemplo, o predicado "equidistantes do centro" é a causa do sujeito "circunferência", uma vez que esta é a figura geométrica que tem todos os pontos equidistantes do centro). Em resumo, as premissas devem estabelecer a inerência do predicado à essência do sujeito;
3. *próprias*, isto é, devem referir-se exclusivamente ao sujeito daquela ciência e de nenhuma outra. Por isso, não posso buscar premissas da geometria (cujo sujeito são as figuras) na aritmética (cujo sujeito são os números), nem as da biologia (cujo sujeito são os seres vivos) na astronomia (cujo sujeito são os astros). Em outras palavras, o termo médio do silogismo científico se refere aos atributos essenciais dos sujeitos de uma ciência determinada e de nenhuma outra;
4. *gerais*, isto é, nunca devem referir-se aos indivíduos, mas aos gêneros e às espécies, pois o indivíduo define-se por eles e não o contrário.

a filosofia nas entrelinhas

X-ray: NASA/CXC/Univ.Potsdam/L.Oskinova et al & ESA/XMM-Newton; Optical: AURA/NOAO/CTIO/Univ.Potsdam/L.Oskinova et al

O pulsar SXP 1062, descoberto pelo telescópio espacial Chandra em 2011. Embora pulsares sejam estrelas de nêutrons formadas após a explosão de uma estrela, os indícios apontam que os elementos expelidos pela explosão desta estrela são mais jovens do que o próprio pulsar, o que configura uma contradição.

No trecho transcrito a seguir, o filósofo Nietzsche, crítico notório da ideia de ciência (tal como a modernidade a define, com base na lógica aristotélica), faz uma alegoria irônica da forma como a contradição é tratada no reino do conhecimento.

> *Na ciência as contradições não têm* direito de cidadania, *é o que se diz com boas razões: apenas quando elas decidem* rebaixar-se à modéstia de uma hipótese, *de um ponto de vista experimental e provisório, de uma ficção reguladora, pode lhes ser concedida a entrada e até mesmo um certo valor no* reino do conhecimento – *embora ainda com a restrição de que permaneçam sob* vigilância policial, a vigilância da suspeita.
>
> NIETZSCHE, Friedrich. A *gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 234-235.

- Leia o trecho e decifre a alegoria por trás da ironia de Nietzsche, demonstrando o que o filósofo quis dizer principalmente com os termos destacados.

atividades

1. Quais são as principais características da lógica aristotélica? Por que a lógica não é classificada como ciência?

2. Qual é o objeto da lógica e quais são os elementos que constituem esse objeto? Que são e quais são as categorias lógicas?

3. Diferencie a classificação das categorias segundo a extensão e a compreensão, dando um novo exemplo.

4. Qual é a diferença entre proposição existencial e proposição predicativa?

5. Como as proposições se classificam do ponto de vista da qualidade? E do ponto de vista da quantidade?

6. Duas proposições contrárias são necessariamente inválidas? Dê um exemplo para expor seu raciocínio.

7. Qual a principal diferença entre o juízo apodítico e os juízos hipotético e disjuntivo?

8. O que é um silogismo? Elabore um silogismo e use-o para demonstrar quais são suas características.

9. Quais as principais regras do silogismo verdadeiro?

10. Por que o termo médio não deve aparecer na conclusão e por que nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas?

11. Por que o silogismo dialético é próprio da retórica?

12. A que se refere o silogismo científico? De que forma ele se estrutura para que tenha valor?

13. Diga se a proposição "A extensão do termo 'astro' é maior do que a do termo 'planeta Terra'." é verdadeira ou falsa, justificando sua resposta.

14. A proposição "A compreensão do termo 'boi' é menor do que a do termo 'animal'" é verdadeira ou falsa? Explique.

15. Diga se há ou não contradição entre as seguintes proposições e explique por quê.

a) Todos os seres humanos são racionais.
Pedro é irracional.

b) Todas as ciências desejam conhecer a verdade.
A biologia é o conhecimento verdadeiro dos fenômenos relacionados à vida.

INDICAÇÃO DE FILME

O grande desafio
Direção de Denzel Washington. Estados Unidos, 2007.

No período da segregação racial nos Estados Unidos, um professor de uma universidade para negros empenha-se em levar seus alunos para os tradicionais debates entre universidades.

MGM/Everett Collection/Latinstock

Denzel Washington, diretor e protagonista de O grande desafio.

UNIDADE V
O conhecimento

CAPÍTULO
15
A preocupação com o conhecimento

No Capítulo 4, vimos que os primeiros filósofos ocupavam-se com a origem e a ordem do mundo, o *kosmos*: qual era o princípio eterno e imutável que ordenava e constituía todas as coisas? Eles começaram a perguntar qual era e o que era o ser (*tò ón*, em grego) subjacente a todos os seres. A filosofia nascente tornou-se ontologia, isto é, o conhecimento sobre o *ser*.

Mais tarde, a filosofia foi influenciada pelas concepções de verdade e razão cristãs. Herdeiros tanto das contribuições como dos impasses da filosofia medieval, os filósofos da modernidade tinham a difícil tarefa de separar o conhecimento revelado pela religião e o conhecimento racional obtido pelo pensamento. Ao buscar as condições do conhecimento verdadeiro da realidade pela razão, os modernos começaram não pelo ser, mas pelo exame do conhecimento.

A teoria do conhecimento tornou-se o saber filosófico central, no qual a razão toma-se a si mesma como objeto de investigação, a fim de determinar como é possível o conhecimento dos seres.

Science Photo Library/Getty Images

Jovem realiza experimento químico em laboratório. Desde tempos remotos, o ser humano busca saber como e por que as coisas existem.

Yoshio Tomii Photo Studio/Aflo Diversion/Glow Images

Cataratas do Iguaçu, no estado do Paraná, em 2011. Para Heráclito, o mundo é um escoamento contínuo dos seres em mudança perpétua.

O conhecimento e os primeiros filósofos

Heráclito de Éfeso considerava a natureza (o *kosmos*) um "fluxo perpétuo", o escoamento contínuo dos seres em mudança perpétua. Dizia ele: "Não podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio, porque as águas nunca são as mesmas e nós nunca somos os mesmos". Ele comparava o mundo à chama de uma vela que queima sem cessar e transforma a cera em fogo, o fogo em fumaça e a fumaça em ar. O verão se torna outono, o novo fica velho, o quente esfria, o úmido seca; cada ser é um movimento em direção ao seu contrário.

A realidade, para Heráclito, é a harmonia dos contrários, que não cessam de se transformar uns nos outros. Se assim for, como explicar que nossa percepção nos ofereça as coisas como se fossem estáveis, duradouras e permanentes? Com essa pergunta, o filósofo indicava a diferença entre o conhecimento que nossos sentidos nos oferecem e o conhecimento que nosso pensamento alcança: o primeiro nos oferece a permanência ilusória, enquanto o segundo conhece a mudança como verdadeira realidade.

Parmênides de Eleia, porém, opunha-se a Heráclito, afirmando que só podemos pensar sobre aquilo que permanece sempre idêntico a si mesmo. Para ele, se nada permanece, então nada pode ser pensado.

Conhecer é alcançar o idêntico, o imutável. Nossos sentidos nos oferecem a imagem de um mundo em incessante mudança, no qual tudo se torna o contrário de si mesmo: o dia vira noite, o inverno vira primavera, o doce se torna amargo, o líquido se transforma em vapor ou em sólido.

Como pensar o que é e não é ao mesmo tempo? Como pensar o instável? Não é possível, dizia Parmênides. Pensar é apreender um ser em sua identidade profunda e permanente. Com isso, afirmava o mesmo que Heráclito – perceber e pensar são diferentes –, mas dizia isso em sentido oposto: nossos sentidos percebem mudanças impensáveis, mas o pensamento conhece a realidade, isto é, a identidade e a imutabilidade.

A distinção entre perceber e pensar é mantida também pela *filosofia atomista* ou o *atomismo* proposto por Demócrito de Abdera. Para ele, os seres surgem por composição dos **átomos**, transformam-se por novos arranjos e desaparecem pela separação deles.

Os átomos possuem formas e consistências diferentes, de cuja combinação surge a variedade de seres, suas mudanças e desaparições. Por meio de nossos órgãos dos sentidos, percebemos o quente e o frio, o grande e o pequeno, o duro e o mole, sabores, odores, texturas, o agradável e o desagradável, sentimos prazer e dor, porque percebemos os efeitos das combinações dos átomos que, em si mesmos, não possuem tais qualidades.

átomo
Termo grego que significa 'o que não pode ser dividido'.

Somente o pensamento pode conhecer os átomos, que são invisíveis para nossa percepção sensorial. Dessa maneira, Demócrito concordava com Heráclito e Parmênides que há uma diferença entre o que conhecemos por meio de nossa percepção e o que conhecemos apenas pelo pensamento. Porém, divergindo deles, Demócrito não considerava a percepção ilusória, mas sim um efeito da realidade sobre nós. O conhecimento sensorial é verdadeiro, embora seja de uma verdade diferente e menos profunda ou menos relevante do que aquela alcançada pelo puro pensamento.

Esses três exemplos nos mostram que, desde os seus primórdios, a filosofia preocupou-se com o problema do conhecimento, pois sempre esteve voltada para a questão do verdadeiro. **Desde o início, os filósofos se deram conta de que nosso pensamento parece seguir certas leis para conhecer as coisas e que há uma diferença entre perceber e pensar.**

Pensamos com base no que percebemos ou negando o que percebemos? O pensamento continua, nega ou corrige a percepção? O modo como os seres nos aparecem é o modo como eles realmente são? Preocupações como essas levaram, na Grécia clássica, a duas atitudes filosóficas: a dos sofistas e a de Sócrates. Com eles, os problemas do conhecimento tornaram-se centrais.

Sócrates e os sofistas

Diante da pluralidade das ontologias anteriores, os sofistas concluíram que não podemos *conhecer* o *ser*, pois, se pudéssemos, pensaríamos da mesma maneira e haveria uma única filosofia. Consequentemente, só podemos ter *opiniões subjetivas* sobre a realidade.

Por isso, os homens devem valer-se de um instrumento – a linguagem – para persuadir os outros de suas próprias ideias e opiniões. A verdade é uma questão de opinião e de persuasão, e a linguagem é mais importante do que a percepção e o pensamento.

Opondo-se aos sofistas, Sócrates afirmava que a verdade pode ser conhecida quando compreendemos que precisamos começar afastando as ilusões dos sentidos, as imposições das palavras e a multiplicidade das opiniões.

Os órgãos dos sentidos, diz Sócrates, dão-nos somente as aparências das coisas, e as palavras, meras opiniões sobre elas. A aparência e a opinião variam de pessoa para pessoa e em um mesmo indivíduo. Mas não só variam: também se contradizem.

Conhecer é começar a examinar as contradições das aparências e das opiniões para poder abandoná-las e passar da aparência à essência, da opinião ao conceito. O exame das opiniões é aquele procedimento que Sócrates chamava *ironia*, com o qual o filósofo conseguia que seus interlocutores reconhecessem que não sabiam o que imaginavam saber.

Platão e Aristóteles

Sócrates fez a filosofia voltar-se para nossa capacidade de conhecer e indagar as causas das ilusões, dos erros, do falso e da mentira. Platão e Aristóteles herdaram de Sócrates o procedimento filosófico de começar a abordar uma questão pela discussão e pelo debate das opiniões contrárias sobre ela a fim de superá-las num saber

Os sofistas

Os sofistas foram os primeiros a fazer da filosofia uma ocupação prática. Eles eram menos preocupados com conceitos como *ser* e mais preocupados em ensinar a arte da argumentação [...]. Cada homem possuía suas próprias percepções e nenhuma outra pessoa podia realmente decifrar qual dessas percepções era a "verdadeira", dizem os sofistas. Não há princípios derradeiros do universo que não possam ser descobertos, e todos os filósofos que tentaram descobrir quais deles são essenciais perderam seu tempo. O conhecimento é derivado dos sentidos e não revela o verdadeiro, o universal ou o imutável no mundo. Os sofistas desenvolveram a doutrina de sucesso e satisfação mundanas como objetivos da vida humana.

De acordo com os sofistas, nunca podemos saber a "verdade" ou o "bem", porque o "homem é a medida de todas as coisas". [...] Entretanto, é a confiança no argumento lógico que faz da filosofia o que ela é, não outra coisa. A filosofia veio explicar os princípios do universo, negando que nada verdadeiro pode ser realmente conhecido.

BERGMAN, Gregory. *Filosofia de banheiro*. São Paulo: Madras, 2004. p. 18-19.

verdadeiro. Além disso, passaram a definir as formas de conhecer e as diferenças entre o conhecimento verdadeiro e a ilusão, introduzindo na filosofia a ideia de que existem diferentes maneiras de conhecer.

Platão distingue quatro formas ou graus de conhecimento, que vão do grau inferior ao superior: *crença*, *opinião*, *raciocínio* e *intuição intelectual*. Os dois primeiros formam o que ele chama **conhecimento sensível**; os dois últimos, o **conhecimento inteligível**.

A crença é nossa confiança no conhecimento sensorial: cremos que as coisas são tal como as percebemos. A opinião é nossa aceitação do que nos ensinaram sobre as coisas ou o que delas pensamos conforme nossas sensações e lembranças. Esses dois primeiros graus nos oferecem apenas a aparência das coisas ou suas imagens e correspondem à situação dos prisioneiros do Mito da Caverna. Por serem ilusórios, devem ser afastados por quem busca o conhecimento verdadeiro; portanto, somente os dois últimos graus devem ser considerados válidos.

O raciocínio exercita nosso pensamento, purifica-o das sensações e opiniões e o prepara para a intuição intelectual, que conhece a essência das coisas, o que Platão denomina *ideia*. As ideias são a realidade verdadeira e conhecê-las é ter o conhecimento verdadeiro. A ironia e a **maiêutica** socráticas são transformadas por Platão no procedimento da **dialética**, que vimos na Unidade 4. A finalidade do percurso dialético é chegar à intuição intelectual de uma essência ou ideia.

Aristóteles distingue sete formas ou graus de conhecimento: *sensação*, *percepção*, *imaginação*, *memória*, *linguagem*, *raciocínio* e *intuição*. Enquanto Platão concebia o conhecimento como abandono de um grau inferior por um superior, Aristóteles o considerava continuamente formado e enriquecido por acúmulo das informações trazidas por todos os graus. Desse modo, em lugar de uma ruptura entre o conhecimento sensível e o intelectual, há uma continuidade entre eles.

Divulgação/Teat(r)o Oficina

Inara Gomide e Rose Nayê interpretam a personagem Ganimedes na peça O Banquete, *baseada no diálogo homônimo escrito por Platão e apresentada no Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona em 2010. Os sentidos sempre fizeram parte das preocupações filosóficas, pois estão ligados direta ou indiretamente ao processo do conhecimento humano.*

maiêutica

Palavra originada do grego *maieutiké*, vinda de *maieutikós*, 'a arte de fazer um parto'. Sócrates dizia que sua mãe havia sido parteira de corpos e que ele era o parteiro das almas, isto é, realizava um processo que, por meio de perguntas, fazia a alma do interlocutor nascer para a ideia verdadeira.

As informações trazidas pelas sensações se organizam e permitem a percepção. As percepções, por sua vez, organizam-se e permitem a imaginação. Juntas, conduzem à memória, à linguagem e ao raciocínio.

Aristóteles concebe, porém, uma separação entre os seis primeiros graus e a intuição intelectual, que é um ato do pensamento puro e não depende dos graus anteriores. Essa separação não significa que os outros graus ofereçam conhecimentos ilusórios ou falsos, e sim que oferecem tipos de conhecimentos diferentes, que vão de um grau menor a um grau maior de verdade.

Em cada um deles temos acesso a um aspecto do *ser* ou da realidade; na intuição intelectual, temos o conhecimento dos princípios universais e necessários do pensamento (*identidade*, *não contradição*, *terceiro excluído*) e dos primeiros princípios e causas da realidade ou do ser.

A diferença entre os seis primeiros graus e o último decorre da diferença do objeto do conhecimento: os seis primeiros graus conhecem objetos que se oferecem a nós na sensação, na imaginação, no raciocínio, enquanto o sétimo lida com princípios e causas primeiras da realidade em si. Em outras palavras, nos outros graus, o conhecimento é obtido por indução ou por dedução, mas no último grau conhecemos o que é indemonstrável (princípios e causas primeiras) porque é condição para todas as demonstrações e raciocínios.

O cristianismo e a teoria do conhecimento

Quando se diz que a teoria do conhecimento se tornou uma disciplina específica da filosofia somente com os filósofos modernos, não se pretende dizer que antes deles o problema do conhecimento não havia ocupado os filósofos. O que os modernos fizeram foi considerar a questão do conhecimento anterior à da ontologia e pré-requisito para a filosofia e as ciências.

Por que essa mudança de perspectiva dos gregos para os modernos? **Porque a filosofia moderna pressupõe a presença do cristianismo, que trouxe questões e problemas que os antigos filósofos desconheciam.**

A perspectiva cristã rompeu com a ideia grega de uma participação direta e harmoniosa entre o nosso intelecto e a verdade, pois os filósofos antigos consideravam que éramos entes participantes de todas as formas de realidade: com nosso corpo, participamos da natureza; com nossa alma, participamos da inteligência divina.

O cristianismo, porém, baseia-se na concepção judaica de uma separação etre o homem e Deus, causada pelo **pecado original**.

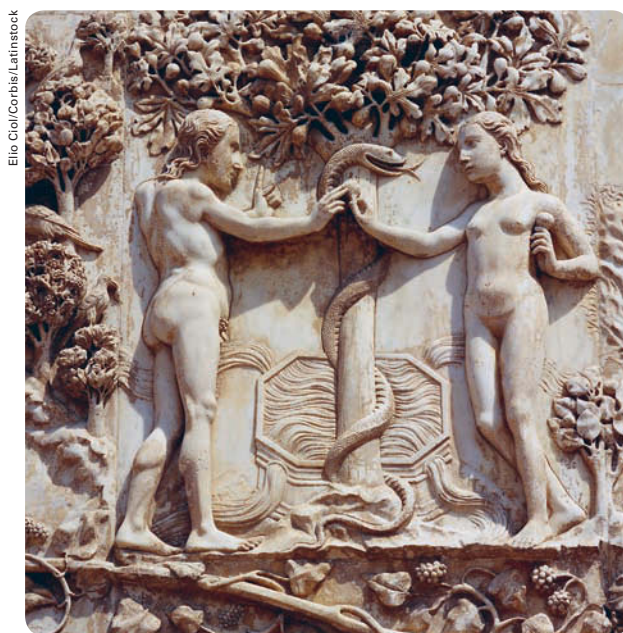
Em consequência da concepção cristã do ser humano, a filosofia precisou enfrentar problemas novos:

- Como, sendo seres decaídos e pervertidos, podemos conhecer a verdade?
- Ao introduzir a noção de pecado original, o cristianismo separou radicalmente os humanos e a divindade. Com isso, fez surgir a pergunta: como o finito (humano) pode conhecer a verdade (infinita e divina)?

Eis por que, durante toda a Idade Média, a fé se tornou central para a filosofia, pois era por meio dela que essas perguntas eram respondidas. Misericordioso, Deus prometeu aos homens a redenção e para isso enviou seu Filho para salvá-los. Crer no Filho é ter a suprema virtude, a fé, que ilumina nosso intelecto e guia nossa vontade, permitindo à nossa razão conhecer o que está ao seu alcance, ao mesmo tempo que nossa alma aceita as verdades superiores, reveladas por Deus e contidas nas Escrituras Sagradas. Desse modo, o cristianismo introduziu uma distinção impensável para os filósofos antigos: a distinção entre *verdades de razão* (o conhecimento que nossa razão pode alcançar por si mesma) e *verdades de fé* (o conhecimento que só alcançamos por meio de uma revelação divina).

pecado original

Criados com uma inteligência perfeita e uma vontade livre, o primeiro homem (Adão) e a primeira mulher (Eva) usaram a liberdade para transgredir a ordem de Deus, que lhes proibia o conhecimento do bem e do mal, cometendo assim o pecado original. Acabaram punidos, perdendo o contato direto com Deus e com a verdade, a imortalidade de seus corpos, a perfeição da inteligência e da vontade, caindo para sempre no erro e na ilusão. Por isso, o cristianismo afirmou que o erro e a ilusão são partes da natureza humana, em decorrência do caráter pervertido de nossa vontade.

Elio Ciol/Corbis/Latinstock

Adão e Eva sob a Árvore do Conhecimento, *escultura em relevo no primeiro pilar da fachada da Catedral de Orvieto, na Itália. Segundo a tradição cristã, instigados pela serpente, Adão e Eva cedem ao desejo de comer o fruto proibido, símbolo do conhecimento do bem e do mal.*

As verdades que dependem de revelação divina são não só aquelas que nossa razão finita e imperfeita não pode alcançar sozinha como, sobretudo, aquelas que só podemos aceitar sem compreender. São *mistérios*.

Visto que tanto a verdade de razão como a de fé têm sua origem na sabedoria e inteligência de Deus, essa divisão percebida por nós não é real. A verdade, por sua origem, é indivisa e una em si mesma. Isso significa, em primeiro lugar, que não pode haver contradição entre as verdades de fé e as verdades de razão, pois a verdade não pode contradizer a verdade. Em segundo lugar, se houver alguma contradição, as verdades de razão devem ser abandonadas em proveito das verdades de fé, uma vez que a razão humana está sujeita ao erro e ao falso. O conhecimento racional, mesmo que não dependa da fé, subordina-se a ela.

Além da distinção entre as verdades, o cristianismo trouxe a ideia de que a *causa da verdade* é a inteligência divina, enquanto a *causa do erro e do falso* é a vontade humana, cuja liberdade perversa polui nossa razão. Se somos pessoas, dizem os cristãos, somos responsáveis por nossos atos e pensamentos. Nossa pessoa é nossa consciência, que é nossa alma dotada de vontade, imaginação, memória e inteligência. A verdade se torna, portanto, uma questão de consciência.

Ronald Grant/Mary Evans/Diomedia

Heloísa (Kim Thomson) e Abelardo (Derek de Lint) em cena do filme Em nome de Deus, *de 1988, dirigido por Clive Donner. Abelardo, filósofo e teólogo, vive as contradições de sua época, em que razão e desejo são vistos como incompatíveis com a consciência religiosa.*

Estar no erro ou na verdade dependerá, portanto, de nós mesmos. Por isso, precisamos saber se podemos ou não conhecer a verdade e em que condições tal conhecimento é possível. Os primeiros filósofos cristãos e os medievais afirmaram que podemos conhecer a verdade desde que a razão não contradiga a fé e se submeta a ela.

Como é possível conhecer a verdade?

Os filósofos modernos, porém, não aceitaram essas respostas. Por esse motivo, a questão do conhecimento tornou-se central para eles.

Os filósofos gregos se surpreendiam que pudesse haver erro, ilusão e mentira. Para eles, a pergunta filosófica só podia ser: "Como é possível o erro ou a ilusão?". Ou seja, se o verdadeiro é o próprio *ser* fazendo-se ver em todas as coisas, como o falso é possível se o falso é dizer e pensar que existe o que não existe?

Para os modernos, a pergunta ia em sentido oposto: "Como o conhecimento da verdade é possível?". Se a verdade está no intelecto infinito de Deus, então está escondida e inacessível à nossa razão finita. A verdade, portanto, não é o que está manifesto na realidade, e sim o que depende da revelação divina.

Ora, a revelação só é conhecida pela fé e para esta a verdade é a confiança que nos leva a dizer "Assim seja" e que nossa razão não pode entender. Por outro lado, visto que nosso intelecto limitado foi pervertido pela nossa vontade pecadora, como podemos conhecer até mesmo as verdades de razão, as que estariam ao nosso alcance, sem o auxílio da revelação e da fé?

Por isso mesmo os filósofos modernos observaram que as verdades de fé haviam influenciado a própria maneira de conceber as verdades de razão. De fato, uma verdade de fé é algo proferido e proclamado por uma autoridade inquestionável (Deus, anjos, santos) e esse aspecto "contaminou" as verdades de razão, fazendo com que os filósofos medievais só aceitassem uma ideia se esta viesse com o selo de alguma autoridade reconhecida pela Igreja. Assim, mesmo uma verdade que podia ser alcançada por nossa razão só era aceita se fosse autorizada por alguém considerado superior. E essa autoridade era ainda maior se estivesse situada no passado distante e se suas ideias fossem conhecidas pela leitura de livros ou por lições de escola.

A primeira tarefa que os modernos se deram foi a de recusar o poder de autoridades sobre a razão, seja o das Igrejas, seja o das escolas e dos livros. Começam, por isso, separando fé de razão, considerando cada uma delas voltada para conhecimentos diferentes, sem que uma deva subordinar-se à outra. E passam a explicar como a razão e o pensamento podem tornar-se mais fortes do que a vontade e controlá-la para que evite o erro.

O problema do conhecimento torna-se crucial para a filosofia, e o ponto de partida dos modernos passa a ser o *sujeito do conhecimento*. Os dois filósofos que, no século XVII, iniciam esse trabalho são o inglês Francis Bacon e o francês René Descartes. O filósofo que pela primeira vez propõe uma teoria do conhecimento propriamente dita é o inglês John Locke.

Bacon e Descartes

Se os gregos indagaram: "Como o erro é possível?", os modernos perguntaram: "Como a verdade é possível?", pois buscavam compreender e explicar como nossas ideias correspondem ao que se passa verdadeiramente na realidade. Apesar dessas diferenças, os modernos retomaram o modo de operar proposto por Sócrates, Platão e Aristóteles, que é o de começar pelo exame das opiniões contrárias e ilusórias para ultrapassá-las em direção à verdade.

Antes de abordar o conhecimento verdadeiro, Bacon e Descartes examinaram exaustivamente as causas e as formas do erro, inaugurando um estilo filosófico que permanecerá na filosofia: *a análise das causas e formas dos nossos preconceitos*.

Bacon elaborou uma teoria conhecida como *crítica dos ídolos*. De acordo com ela, existem quatro tipos de ídolos ou de imagens que formam opiniões cristalizadas que impedem o conhecimento da verdade:

1. *ídolos da caverna* (uma referência ao Mito da Caverna): as opiniões que se formam em nós por erros e defeitos de nossos órgãos dos sentidos. São os mais fáceis de serem corrigidos por nosso intelecto;
2. *ídolos do fórum* (o fórum era o lugar das discussões e dos debates públicos na Roma antiga): são as opiniões que se formam em nós como consequência da linguagem e de nossas relações com os outros. São difíceis de serem vencidos, mas o intelecto tem poder sobre eles;
3. *ídolos do teatro* (o teatro é o lugar em que ficamos passivos, onde somos apenas espectadores e receptores de mensagens): são as opiniões formadas em nós em decorrência dos poderes das autoridades, que nos impõem seus pontos de vista e os transformam em decretos e leis inquestionáveis. Só podem ser desfeitos se houver uma mudança social e política;
4. *ídolos da tribo* (a tribo é um agrupamento humano em que todos possuem a mesma origem, o mesmo destino, as mesmas características e os mesmos comportamentos): são as opiniões que se formam em nós em decorrência da natureza humana. São próprios da espécie humana e só podem ser vencidos se houver uma reforma da própria natureza humana.

A demolição dos ídolos é, portanto, uma reforma do intelecto, dos conhecimentos e da sociedade. Para a reforma dos dois primeiros, Bacon propõe um **método**, definido como o modo seguro de aplicar o pensamento lógico aos dados oferecidos pelo conhecimento sensível. O método deve tornar possível:

- organizar e controlar esses dados, graças a procedimentos adequados de observação e de experimentação;
- organizar e controlar os resultados observacionais e experimentais para chegar a conhecimentos novos ou à formulação de teorias verdadeiras;
- desenvolver procedimentos adequados à aplicação prática dos resultados teóricos, pois para ele o homem é "ministro da natureza" e, se souber conhecê-la (obedecer-lhe, diz Bacon), poderá comandá-la. O método, afirma Bacon, é o modo seguro e certo de "aplicar a razão à experiência", isto é, de aplicar o pensamento verdadeiro aos dados oferecidos pelo conhecimento sensível.

Bacon acreditava que o avanço dos conhecimentos e das técnicas, as mudanças sociais e políticas e o desenvolvimento das ciências e da filosofia propiciariam uma grande reforma do conhecimento humano, que seria também uma grande reforma da vida humana.

Maurício Simonetti/Pulsar Imagens

Plantação de uva em Lagoa Santa, Pernambuco, em foto de 2012. Essa espécie passou a ser cultivada no semiárido brasileiro após pesquisadores fazerem testes para irrigar a plantação de forma a economizar água e evitar a salinização do solo.

Por sua vez, Descartes localizava a origem do erro em duas atitudes, que chamou *atitudes infantis* ou *preconceitos da infância*:

1. *a prevenção*, que é a facilidade com que nosso espírito se deixa levar pelas opiniões e ideias alheias, sem se preocupar em verificar se elas são ou não verdadeiras. São as opiniões que se cristalizam em nós na forma de preconceitos e que escravizam nosso pensamento, impedindo-nos de pensar e de investigar;
2. *a precipitação*, que é a facilidade e a velocidade com que nossa vontade nos faz emitir juízos sobre as coisas antes de verificarmos se nossas ideias são verdadeiras ou não. São opiniões que emitimos em consequência de nossa vontade ser mais forte e poderosa que nosso intelecto.

Essas duas atitudes indicam que, para Descartes, o erro situa-se no conhecimento sensível (sensação, percepção, imaginação, memória e linguagem), de maneira que o conhecimento verdadeiro é puramente intelectual e parte de ideias inatas (isto é, verdades que existem em nossa alma desde nosso nascimento) ou de observações inteiramente controladas pelo pensamento.

Tal como Bacon, Descartes está convencido de que é possível vencer os defeitos no conhecimento por meio de uma reforma do entendimento e das ciências – diferentemente de Bacon, porém, Descartes não vê a necessidade de mudanças sociais e políticas.

Com Descartes, tem início propriamente a filosofia moderna, pois é ele o primeiro a propor a figura do sujeito do conhecimento como fundamento do conhecimento verdadeiro, quando a primeira verdade que escapa da dúvida é pronunciada: "Penso, logo existo".

A reforma proposta por Descartes deve ser feita pelo sujeito do conhecimento quando este compreende a necessidade de encontrar fundamentos seguros para o saber e, para tanto, instituir um *método*.

Os objetivos principais do método são:

- assegurar a reforma do intelecto para que este siga o caminho seguro da verdade (afastar a prevenção e a precipitação);
- oferecer procedimentos pelos quais a razão possa controlar-se a si mesma durante o processo de conhecimento, sabendo que caminho percorrer;
- propiciar a ampliação ou o aumento dos conhecimentos graças a procedimentos seguros que permitam passar do já conhecido ao desconhecido;
- oferecer os meios para que os novos conhecimentos possam ser aplicados, pois o saber deve "tornar o homem senhor e possuidor da natureza", no dizer de Descartes.

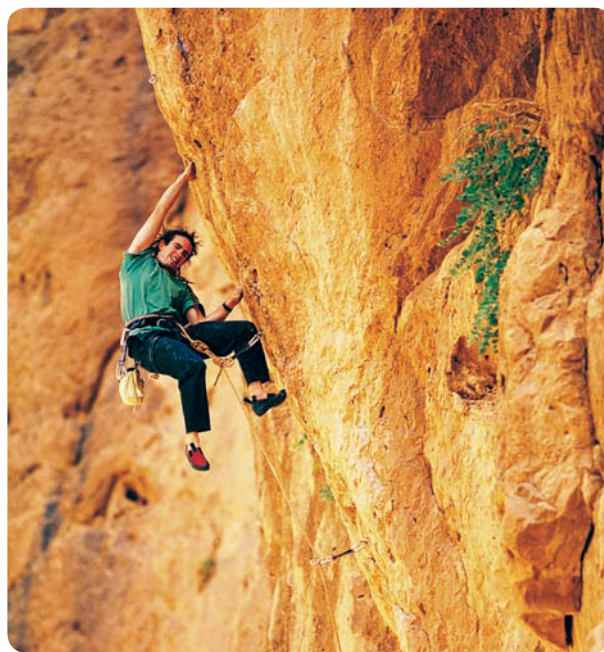
Método: regras certas, fáceis e amplas

Por que o método se torna necessário?

Feitas as críticas à autoridade das escolas e dos livros, da tradição e dos preconceitos, o sujeito do conhecimento descobre-se como uma consciência que parece não poder contar com o auxílio do mundo para guiá-lo. Desconfia dos conhecimentos sensíveis e dos conhecimentos herdados. Está só, conta apenas com seu próprio pensamento. Sua solidão torna indispensável um método que possa guiar o pensamento em direção aos conhecimentos verdadeiros, ao passo que os distingue dos falsos. Eis por que Descartes escreve *Discurso do método* e *Regras para a direção do espírito.*

O filósofo define o método como um conjunto de regras cujas características principais são três:

1. certas (o método dá segurança ao pensamento);
2. fáceis (o método evita complicações e esforços inúteis);
3. amplas (o método deve permitir que se alcancem todos os conhecimentos possíveis para o entendimento humano).

Aaron Black/Solus-Veer/Corbis/Latinstock

Montanhista escalando um trecho íngreme. Assim como o montanhista não pode contar com a terra firme para dar-lhe impulso às alturas, o sujeito do conhecimento, na teoria de Descartes, descobre-se solitário e desprovido da ajuda dos sentidos, pois estes não são confiáveis. Tendo como único auxílio o pensamento, deve recorrer ao método para guiá-lo em direção ao conhecimento verdadeiro.

dúvida metódica
Ato de não aceitar nenhum pensamento ou ideia em que possa haver a menor dúvida. Nesse ato, o sujeito do conhecimento conhece e avalia as fontes e as causas, a forma e o conteúdo, a falsidade e a verdade de seus conhecimentos e encontra meios para livrar-se de tudo quanto seja duvidoso.

Descartes elabora quatro grandes regras do método:

1. *regra da evidência*: só admitir como verdadeiro um conhecimento evidente, isto é, no qual e sobre o qual não caiba a menor dúvida. Para isso, Descartes criou um procedimento, a **dúvida metódica**;
2. *regra da divisão*: para conhecermos realidades complexas precisamos dividir as dificuldades e os problemas em suas parcelas mais simples, examinando cada uma delas em conformidade com a regra da evidência;
3. *regra da ordem*: os pensamentos devem ser ordenados em séries que vão dos mais simples aos mais complexos, dos mais fáceis aos mais difíceis, pois a ordem consiste em distribuir os conhecimentos de maneira que passemos do conhecido ao desconhecido;
4. *regra da enumeração*: a cada conhecimento novo obtido, deve-se fazer a revisão completa dos passos dados, dos resultados parciais e dos encadeamentos que permitiram chegar ao novo conhecimento.

Locke

O filósofo inglês John Locke é o iniciador da teoria do conhecimento propriamente dita, porque se propõe a analisar cada uma das formas de conhecimento que possuímos, a origem de nossas ideias e nossos discursos, a finalidade das teorias e as capacidades do sujeito cognoscente relacionadas com os objetos que ele pode conhecer.

Logo na introdução a sua obra, *Ensaio sobre o entendimento humano*, Locke escreve:

> Visto que o entendimento situa o homem acima dos outros seres sensíveis e dá-lhe toda vantagem e todo domínio que tem sobre eles, seu estudo consiste certamente num tópico que, por sua nobreza, é merecedor de nosso trabalho de investigá-lo. O entendimento, como o olho, que nos faz ver e perceber todas as outras coisas, não se observa a si mesmo; requer arte e esforço situá-lo a distância e fazê-lo seu próprio objeto.

Como Descartes e Bacon, Locke afirma a necessidade de o entendimento examinar a si mesmo. Ele também considera que é necessário esforço, trabalho, decisão para cumprir esta tarefa. Porém, assim como Aristóteles diferia de Platão, Locke difere de Descartes.

Platão e Descartes separam, de um lado, a experiência sensível (sujeita ao erro) e, de outro, o conhecimento verdadeiro (puramente intelectual). Descartes, porém, difere de Platão porque considera que o conhecimento sensível pode e deve ser empregado por nós, desde que submetido ao método e controlado pelo entendimento.

Aristóteles e Locke consideram que o conhecimento se realiza por graus contínuos, que partem da sensação até chegar às ideias. Para o filósofo grego, os princípios do pensamento e da realidade não procedem da experiência sensível nem são conhecidos por ela, mas apenas pelo puro pensamento ou pela intuição intelectual. Locke difere de Aristóteles quanto a isso porque considera que *todas* as ideias e todos os princípios do conhecimento derivam da experiência sensível. Em outras palavras, o intelecto recebe da experiência sensível *tudo* o que faz parte de nosso entendimento.

Combinações e associações

Como se formam os conhecimentos? Por um processo de combinação e associação dos dados da experiência. Por meio das sensações, recebemos as impressões das coisas externas; essas impressões formam o que Locke chama *ideias simples*. Por sua vez, nas percepções, essas impressões ou ideias simples se associam por semelhanças e diferenças, formando *ideias complexas ou compostas*.

Por intermédio de novas combinações e associações, essas ideias se tornarão mais complexas na razão, que forma as *ideias abstratas ou gerais*, como as ideias de substância, corpo, alma, Deus, natureza, e também as *ideias das relações entre essas ideias complexas*, como as de identidade, causalidade, finalidade, etc.

A formação das ideias na sensação, na percepção e na razão se faz por um *processo de generalização* pelo qual eliminamos, a cada passo, as diferenças para ficar com as semelhanças e os traços comuns. O conjunto desses traços e semelhanças forma uma ideia complexa geral ou universal.

Tudo o que sabemos existir nos é dado pelas sensações e percepções – portanto, pela *experiência*. Visto que a experiência nos dá a conhecer apenas as coisas

particulares ou singulares, somente elas existem. Por conseguinte, as ideias gerais ou universais não correspondem a realidades ou essências existentes; são *nomes* que instituímos por convenção para organizar nossos pensamentos e nossos discursos.

Nossa razão, por exemplo, ao receber as percepções singulares, captadas pelos nossos olhos, dos objetos coloridos e dos objetos luminosos, combina e organiza essas sensações e percepções. Ela abstrai, isto é, separa as qualidades coloridas e luminosas dos objetos e com elas forma as ideias universais de "cor" e de "luz". Não existe "a cor", mas objetos singulares coloridos tal como os percebemos – "a cor" é um nome geral com que nossa razão organiza nossas sensações visuais. Do mesmo modo, não existe "a luz", e sim objetos singulares luminosos tal como os percebemos – "a luz" é um nome geral com que nossa razão organiza nossas sensações visuais.

A *abstração* consiste em separar qualidades, quantidades, propriedades que existem nas coisas percebidas e organizá-las em ideias gerais que não possuem objetos determinados. Por isso se diz que Locke é *nominalista*, ou seja, adepto da doutrina medieval segundo a qual as ideias gerais não existem e os nomes dados às coisas são meras entidades linguísticas.

Racionalismo e empirismo

Na história da filosofia e da epistemologia, a diferença de perspectiva entre Descartes e Locke resultou na distinção entre duas grandes orientações da teoria do conhecimento: o **racionalismo** e o **empirismo**.

Para o racionalismo, a **razão**, tomada em si mesma e sem apoio da experiência sensível, é o fundamento e a fonte do conhecimento verdadeiro. O valor e o sentido da experiência sensível, bem como seu uso na produção de conhecimentos, dependem de princípios, regras e normas estabelecidos pela razão. Para o racionalismo, o modelo perfeito de conhecimento verdadeiro é a matemática, que depende exclusivamente do uso da razão e é por ela regida quando aplicada no plano da percepção sensível (na construção de figuras geométricas, por exemplo).

Para o empirismo, o fundamento e a fonte de todo e qualquer conhecimento é a **experiência sensível**. Ela é responsável pela existência das ideias na razão e controla o trabalho da própria razão, pois o valor e o sentido da atividade racional dependem do que a experiência determina. Para os empiristas, o modelo do conhecimento verdadeiro é dado pelas ciências naturais ou ciências experimentais, como a física e a química.

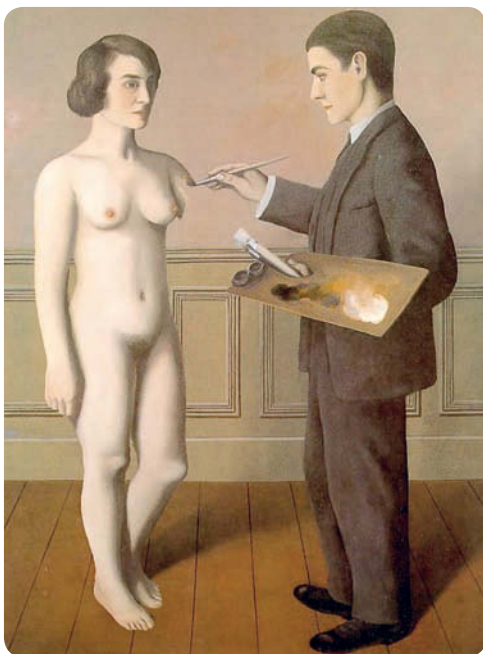
Brian Kinney/Shutterstock/Glow Images

Fotografia tirada do fundo do mar Vermelho, no Egito, em 2008. Se, para Locke, nossos olhos percebem objetos coloridos – e não a cor – da mesma forma que percebem objetos luminosos ou com luminosidades diferentes – mas não a luz –, o que seriam cor e luz?

A teoria do conhecimento e a consciência

As diferenças entre racionalismo e empirismo não impedem que haja um elemento comum a todos os filósofos a partir da modernidade: tomar o entendimento humano como objeto da investigação filosófica. A partir disso, os filósofos modernos desenvolvem a teoria do conhecimento, inaugurando assim a modernidade filosófica. Como se trata da volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se, a teoria do conhecimento é a **reflexão**.

O pressuposto da teoria do conhecimento como reflexão filosófica é o de que somos seres racionais conscientes. O que ela entende por **consciência**? A capacidade humana para conhecer, para saber que conhece e para saber que sabe que conhece. A consciência é um conhecimento (das coisas e de si) e um conhecimento desse conhecimento (reflexão).

Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a consciência é uma atividade sensível e intelectual capaz de analisar e sintetizar, de representar os objetos por meio de ideias e de avaliar, compreender e interpretar esses objetos por meio de juízos. É o **sujeito do conhecimento**. Este se reconhece como diferente dos objetos, cria e/ou descobre significações, institui sentidos, elabora conceitos, ideias, juízos e teorias.

Tentando o impossível *(1928), óleo sobre tela de René Magritte (1898-1967). A capacidade de apropriar-se de objetos pelo pensamento e de tomar-se a si mesma como objeto de reflexão é singular à consciência humana.*

Por ser dotado da capacidade de conhecer-se a si mesmo no ato do conhecimento, o sujeito é um saber de si e um saber sobre o mundo, manifestando-se como sujeito percebedor, imaginante, memorioso, falante e pensante. É o entendimento propriamente dito, uma estrutura racional e uma capacidade de conhecimento que é a mesma em todos os seres humanos. Por sua universalidade, o sujeito do conhecimento distingue-se da consciência psicológica, pois esta é sempre individual.

Consciência psicológica e consciência reflexiva

O que entendemos por "**consciência psicológica**"? Do ponto de vista psicológico, a consciência é o sentimento de nossa própria identidade: o *eu*. O eu é o centro ou a unidade de todos os nossos estados psíquicos e corporais, ou aquela percepção que permite a alguém dizer "meu corpo", "minha razão", "minhas lembranças".

A consciência psicológica é formada por nossas *vivências*, isto é, pela maneira como sentimos e compreendemos o que se passa em nosso corpo, no mundo e em nosso interior. O *eu* é a consciência de si como o ponto de identidade e de permanência de um fluxo temporal interior que retém o passado na memória, percebe o presente pela atenção e espera o futuro pela imaginação e pelo pensamento.

Por sua vez, a consciência de si reflexiva (o sujeito do conhecimento) forma-se como atividade de análise e síntese, de representação e de significação voltadas para a explicação, descrição e interpretação da realidade e das outras três esferas da vida consciente (vida *psíquica*, *moral* e *política*). Apoia-se em métodos de conhecer e buscar a verdade ou o verdadeiro. É o aspecto intelectual e teórico da consciência.

Ao contrário do eu, o sujeito do conhecimento não é uma vivência individual, mas sim uma estrutura cognitiva dotada de universalidade. A ideia de círculo ou a de triângulo, por exemplo, elaboradas pelo geômetra como sujeito do conhecimento, possuem o mesmo sentido, as mesmas características e propriedades, seguem as mesmas leis geométricas em todos os tempos e lugares, e não dependem de nossos gostos e desejos.

Podemos compreender melhor a diferença entre o eu psicológico e o sujeito do conhecimento tomando alguns exemplos. João pode gostar de geometria, enquanto Paula pode detestá-la. Mas o que ambos sentem não afeta os conceitos geométricos nem os procedimentos matemáticos, cujo sentido e valor inde-

pendem das vivências pessoais de ambos e são o objeto construído ou descoberto pelo sujeito do conhecimento. Diante de rosas amarelas, Luísa tem lembranças agradáveis; Antônio, porém, tem péssimas recordações. No entanto, a percepção de cores se realiza em nós não apenas segundo nossas vivências psicológicas individuais, mas também segundo leis, normas, princípios de estruturação e organização que são os mesmos para todos, na medida em que cada um de nós é um sujeito do conhecimento, mesmo que não tenhamos passado à atitude reflexiva pela qual conhecemos que conhecemos.

Da mesma maneira, os princípios de identidade e de não contradição exprimem a estrutura universal do modo de pensar do sujeito do conhecimento e são válidos em todos os tempos e lugares. O sujeito do conhecimento se ocupa com noções como as de espaço e tempo, causa e efeito, princípio e consequência, verdadeiro e falso, matéria e forma, signo e significação, entre outras, entendidas como condições universais e necessárias do conhecimento.

Dimensão ética da consciência

Além de sua **dimensão epistemológica** (sujeito do conhecimento ou entendimento) e de sua **dimensão psicológica** (o eu das vivências individuais), a consciência possui também uma **dimensão ética**.

Do ponto de vista ético e moral, a consciência é a capacidade livre e racional de escolher, deliberar e agir conforme valores, normas e regras que dizem respeito ao bem e ao mal, ao justo e ao injusto, à virtude e ao vício. É a *pessoa*, dotada de vontade livre e de responsabilidade, capaz de compreender e interpretar sua própria situação e condição, viver na companhia de outros segundo as normas e os valores morais definidos por sua sociedade, agir tendo em vista fins escolhidos por deliberação própria, comportar-se segundo o que julga o melhor para si e para os outros e, quando necessário, contrapor-se e opor-se aos valores estabelecidos em nome de outros considerados mais adequados à liberdade e à responsabilidade. É a consciência de si como exercício racional e afetivo da liberdade e da responsabilidade, em vista da vida feliz e justa.

A consciência moral pertence à esfera da vida privada, isto é, das relações interpessoais que transcorrem na família, nas amizades, no trabalho, na comunidade religiosa, na organização empresarial, etc.

Vanderlei Almeida/Agência France-Presse

Frente de busca de vítimas em Teresópolis durante as enchentes que afetaram a região serrana do estado do Rio de Janeiro no início de 2011.

Esfera política

Além de nossa vida privada, participamos também da vida pública, isto é, da **esfera política**. **Do ponto de vista político, a consciência é o *cidadão*, isto é, a consciência de si definida pela esfera pública dos direitos e deveres civis e sociais, das leis e do poder político.**

A consciência moral (a pessoa) e a consciência política (o cidadão) formam-se pelas relações entre as vivências do eu e os valores e as instituições de sua sociedade ou de sua cultura. São as maneiras pelas quais nos relacionamos com os outros por meio de comportamentos e de práticas determinados pelos códigos morais e políticos.

Esses códigos éticos e políticos dependem do modo como uma cultura e uma sociedade determinada definem o bem e o mal, o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal, o privado e o público.

O eu é a consciência como uma vivência psíquica e uma experiência que se realiza na forma de **comportamento**; a pessoa é a consciência como agente moral; o cidadão é a consciência como agente político. A ação da pessoa e a do cidadão formam a *práxis*, palavra grega que significa 'ação na qual o agente, o ato realizado por ele e a finalidade do ato são idênticos'.

Sujeito, **eu**, **pessoa** e **cidadão** constituem a consciência como **subjetividade ativa**, capaz de estabelecer identidade consigo mesma, de ter conhecimento verdadeiro, de tomar decisões livres, de conhecer direitos e obrigações.

a filosofia nas entrelinhas

Trisnadi/Associated Press/Glow Images

Homens e mulheres fazem, separadamente, as orações pelo fim do Ramadã de 2012 (ano 1433 do calendário islâmico), em Porong, na Indonésia. Durante o mês do Ramadã, todo muçulmano deve jejuar e se abster de relações sexuais entre o amanhecer e o crepúsculo.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia.

Vimos que o *eu* é a consciência como uma vivência psíquica e uma experiência que se realiza na forma de comportamento. No entanto, há várias formas de manifestação e expressão do eu nas diversas sociedades existentes. Por exemplo, é da tradição muçulmana que as mulheres adotem determinados comportamentos que, para os ocidentais, podem parecer repressivos.

- Faça uma pesquisa buscando identificar algumas formas de manifestação da consciência em uma sociedade como a brasileira. Tome nota dos comportamentos, dos hábitos, do modo de educação e dos aspectos da tradição que alimentam o imaginário dos grupos que você escolheu. Escreva um texto com os dados da sua pesquisa, caracterizando as formas de manifestação e as comparando entre si. Não se esqueça de considerar os aspectos éticos e socioculturais de nossa civilização.

atividades

1. Caracterize brevemente as concepções de realidade de Heráclito, Parmênides e Demócrito, apontando as divergências e convergências existentes entre elas.
2. Como Sócrates se opunha aos sofistas em relação ao conhecimento da verdade? Você concorda com Sócrates, com os sofistas ou discorda de ambos? Justifique.
3. Diferencie as posturas de Platão e de Aristóteles com relação à validade e à importância dos conhecimentos sensíveis e inteligíveis.
4. Quais foram as contribuições do cristianismo à filosofia? Para você, fé e razão são compatíveis ou incompatíveis? Justifique sua resposta.
5. Por que os modernos contestaram o poder das autoridades sobre a razão?
6. Por que a pergunta crucial para os modernos é “Como o conhecimento da verdade é possível”? Qual é a importância da crítica dos ídolos feita por Francis Bacon?
7. Qual é a função do método para Descartes? Como ele deve operar? O que é e para que serve a dúvida metódica?
8. Como se dão a combinação e a associação na teoria do conhecimento de Locke? Como é o processo de *abstração* no conhecimento? Dê novos exemplos para ambas as respostas.
9. Qual a diferença principal entre empirismo e racionalismo? Que relação podemos fazer entre racionalismo e inatismo?
10. Caracterize brevemente o conceito de consciência, diferenciando suas dimensões psicológica, ética e política. Dê exemplos dessas diferentes dimensões da consciência.

INDICAÇÃO DE FILME

Janela da alma
Direção de Walter Carvalho e João Jardim. Brasil, 2002.

Documentário sobre o olhar como forma de conhecimento no mundo contemporâneo, com depoimentos de pessoas que têm alguma deficiência visual. Entre os entrevistados, estão o escritor português José Saramago (1922-2010), o músico Hermeto Paschoal e o fotógrafo franco-esloveno Eugen Bavcar, que é cego.

Ravina Filmes/Europa Filmes

O escritor português José Saramago em cena do documentário Janela da alma.

CAPÍTULO

16

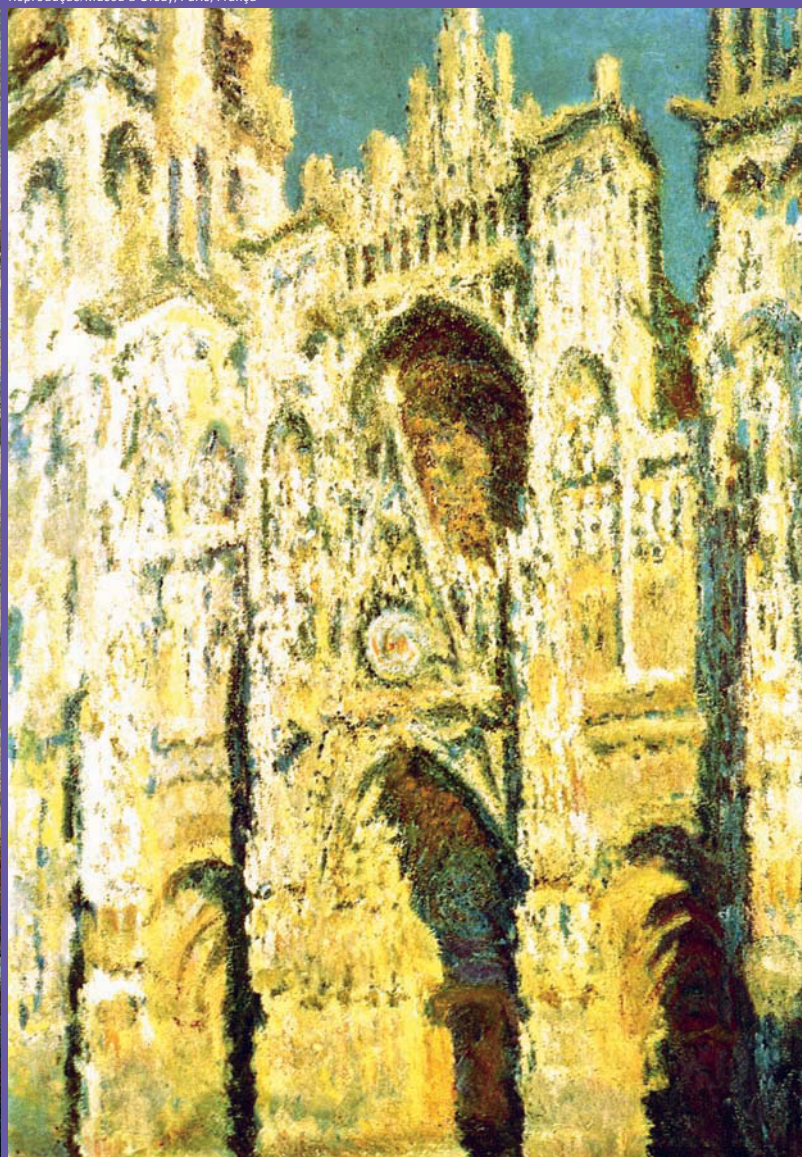
Percepção, memória e imaginação

Embora definissem *sensação* e *percepção* de formas diferentes, tanto empiristas como intelectualistas (ou racionalistas) acreditavam tratar-se de processos distintos: a sensação nos fornece as qualidades internas e externas dos objetos, enquanto a percepção as organiza. A partir do século XX, a psicologia da forma e a fenomenologia se opõem não apenas às concepções de empiristas e intelectualistas, mas também à distinção que estes acreditam existir entre sensação e percepção, dizendo que ambas se dão simultaneamente na experiência.

Com essa mudança, sensibilidade e pensamento adquirem novas dimensões na filosofia, e a memória e a imaginação passam a ser entendidas como formas fundamentais ao conhecimento.

Duas pinturas da série Catedral de Rouen, *de Claude Monet (1840-1926). Monet retratou a catedral diversas vezes, buscando revelar as mudanças de percepção decorrentes das variações da incidência da luz do Sol.*

De Agostini Picture Library/Getty Images

Reprodução/Museu d'Orsay, Paris, França

Tuca Vieira/Folhapress

Degustador profissional faz prova de café em Piraju, estado de São Paulo, em 2007.

Sensação e percepção

O conhecimento empírico ou sensível também é chamado *experiência sensível*, e suas formas principais são a **sensação** e a **percepção**.

A sensação é o que nos dá as qualidades exteriores e interiores dos objetos e os efeitos internos dessas qualidades sobre nós. Na sensação sentimos o quente e o frio, provamos o doce e o amargo, tocamos o liso e o rugoso, vemos o roxo e o verde, ouvimos o barulho e o silêncio. Sentimos também qualidades internas, que se passam em nosso corpo ou em nossa mente pelo contato com as coisas sensíveis: prazer, dor, desagrado.

Sentir é algo ambíguo, pois o sensível é, ao mesmo tempo, a qualidade que está no objeto externo e o sentimento que nosso corpo possui das qualidades sentidas. Por isso a tradição costuma dizer que a sensação é uma reação corporal imediata a um estímulo externo, sem que seja possível distinguir o estímulo exterior do sentimento interior.

Ninguém diz que sente o quente, vê o azul e engole o amargo; dizemos que a água *está* quente, que o céu *é* azul e que o alimento *está* amargo. Além disso, quando, por exemplo, percebemos a água, não percebemos apenas sua temperatura, mas também sua transparência, sua vulnerabilidade, isto é, várias de suas características. Mesmo se fizermos referência a apenas uma qualidade, outras sensações estarão presentes. Por isso se diz que, na realidade, não temos uma sensação isolada de outras, e sim sensações como reunião ou *síntese* de várias sensações.

Empirismo e intelectualismo

Duas grandes concepções sobre a sensação e a percepção fazem parte da tradição filosófica: a **empirista** e a **intelectualista**.

Para os empiristas, a sensação e a percepção são causadas pela relação entre estímulos externos e o cérebro. Depois que esses estímulos agem sobre nossos sentidos e sobre o nosso sistema nervoso, nosso cérebro envia uma resposta que percorre nosso sistema nervoso até chegar aos nossos sentidos na forma de uma sensação (uma cor, um sabor, um odor) ou de uma associação de sensações numa percepção (vejo um objeto vermelho, sinto o sabor de uma carne, sinto o cheiro da rosa, etc.).

Para um empirista, a sensação é pontual: um ponto do objeto externo toca um de meus órgãos dos sentidos e faz um percurso no interior do meu corpo, indo ao cérebro e voltando às extremidades sensoriais. Cada sensação é independente das outras, cabendo à percepção unificá-las e organizá-las numa síntese.

A causa do conhecimento sensível é a coisa externa, de modo que a sensação e a percepção são efeitos passivos de uma atividade dos corpos exteriores sobre o nosso corpo. O conhecimento é obtido por soma e associação das sensações na percepção, num processo que depende da frequência, da repetição e da sucessão dos estímulos externos e de nossos hábitos.

Para os intelectualistas, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento, e a coisa exterior é apenas a ocasião para que tenhamos a sensação ou a percepção. Nesse caso, o sujeito é ativo e a coisa externa é passiva, ou seja, sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e recompô-lo, dando-lhe organização e significação (a percepção). A passagem da sensação para a percepção é, aqui, realizada pelo intelecto do sujeito do conhecimento.

Psicologia da forma e fenomenologia

No século XX, porém, a filosofia alterou bastante essas duas tradições e as superou numa nova concepção do conhecimento sensível. As mudanças foram trazidas pela **fenomenologia** de Edmund Husserl e pela **psicologia da forma** ou **teoria da *gestalt***.

Ambas mostraram:

- contra o empirismo: que a sensação não é uma resposta físico-fisiológica pontual a um estímulo externo também pontual;
- contra o intelectualismo: que a percepção não é uma atividade de síntese das sensações realizada pelo pensamento;
- contra o empirismo e o intelectualismo: que não há diferença entre sensação e percepção.

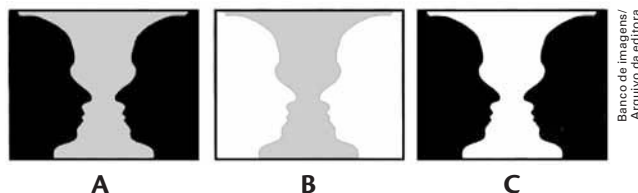
Empiristas e intelectualistas, apesar de suas diferenças, concordavam que a sensação era uma relação de causa e efeito entre pontos das coisas e pontos de nosso corpo. As coisas seriam como mosaicos de qualidades isoladas, e nosso aparelho sensorial também seria um mosaico de receptores isolados. Por isso a percepção era considerada a atividade que "juntava" as partes numa síntese que seria o objeto percebido.

Fenomenologia e *gestalt*, porém, mostram que não há diferença entre sensação e percepção porque nunca temos sensações parciais, pontuais ou elementares, que depois o espírito organizaria como percepção de um único objeto. Sentimos e percebemos *formas, totalidades estruturadas dotadas de sentido ou de significação.*

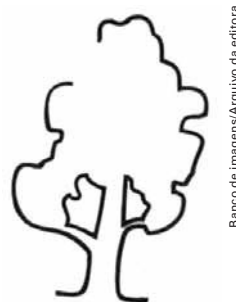
Assim, por exemplo, ter a sensação e a percepção de um cavalo é sentir/perceber de uma só vez sua cor, suas partes, sua face, seu lombo, sua crina e seu rabo, seu porte, seu cheiro, seus ruídos, seus movimentos. O cavalo-percebido não é um feixe de qualidades isoladas que enviam estímulos aos meus órgãos dos sentidos (como suporia o empirista) nem um objeto esperando que meu pensamento diga às minhas sensações "Esta coisa é um cavalo" (como suporia o intelectualista). O cavalo-percebido não é um mosaico de estímulos (empirismo) nem uma ideia (intelectualismo), mas é, exatamente, um cavalo-percebido.

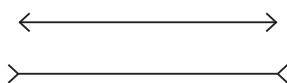
gestalt
Palavra alemã que significa 'configuração, figura estruturada, forma'.

As experiências conhecidas como figura e fundo mostram que não temos sensações parciais, mas percepções globais de uma forma ou de uma estrutura:

Banco de imagens/Arquivo da editora

Na figura **A** podemos ora perceber dois perfis negros com um fundo cinza, ora um vaso cinza sobre um fundo negro; na figura **B**, ou dois perfis brancos sobre um fundo cinza, ou um vaso cinza sobre um fundo branco; e na **C**, ou dois perfis negros sobre um fundo branco, ou um vaso branco sobre um fundo negro. Ou seja, percebemos *formas* ou uma relação entre figura e fundo.

As experiências com formas "incompletas" mostram que a percepção sempre percebe uma totalidade, uma forma completa:

Banco de imagens/Arquivo da editora

Se percebêssemos sensações pontuais e isoladas, veríamos uma linha incompleta. Porém, na realidade, percebemos um todo – percebemos uma árvore, embora seu contorno não esteja completo. Temos essa percepção porque espontaneamente "completamos" a figura, já que sempre percebemos um todo.

Se a percepção fosse uma soma de sensações parciais e se cada sensação dependesse dos estímulos diretos que as coisas produzissem em nossos órgãos dos sentidos, então teríamos de ver como sendo de mesmo tamanho duas linhas que são objetivamente de mesmo tamanho. Mas a experiência mostra que nós as percebemos como tendo comprimentos diferentes porque as percebemos como formas ou totalidades diferentes:

O que é a percepção

A percepção possui as seguintes características:

- é o conhecimento sensorial de formas ou de totalidades organizadas e dotadas de sentido, e não uma soma de sensações elementares; sensação e percepção são o mesmo;
- é uma vivência corporal, de modo que a situação e as condições de nosso corpo são tão importantes quanto a situação e as condições dos objetos percebidos;
- é sempre uma experiência dotada de significação e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências;
- depende do próprio mundo exterior, que não é uma coleção ou uma soma de coisas isoladas, mas está organizado em formas e estruturas complexas dotadas de sentido. A relação dá sentido ao percebido e àquele que percebe, e um não existe sem o outro;
- leva-nos a dar às coisas percebidas novos sentidos e novos valores, pois elas fazem parte de nossa vida e nós interagimos com o mundo;
- estabelece relações entre nosso corpo, o corpo dos outros sujeitos e o corpo das coisas; trata-se de uma relação complexa num campo de significações visuais, táteis, olfativas, gustativas, sonoras, motrizes, espaciais, temporais e linguísticas;
- envolve toda nossa personalidade, nossa história pessoal, nossa afetividade, nossos desejos e paixões; quando percebemos uma pessoa, por exemplo, não temos uma coleção de sensações que nos dariam as partes isoladas de seu corpo, mas a percebemos como tendo uma *fisionomia*, e por essa percepção definimos nosso modo de relação com ela;
- envolve nossa vida social, isto é, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função; objetos que para nossa sociedade não causam temor podem causar numa outra sociedade;
- oferece-nos um acesso ao mundo dos objetos práticos e instrumentais, isto é, nos orienta para a ação cotidiana e para as ações técnicas mais simples;
- está sujeita a uma forma especial de erro: a ilusão. Esta pode ser causada pela confusão entre várias percepções e várias ideias, o que nos leva a tomar uma coisa por outra, mas também pelas condições de nosso corpo e do objeto.

Neue Road Movies/Eurowide Film Production

Coreografia de dançarinos da companhia da coreógrafa alemã Pina Bausch, em cena do documentário Pina*, de 2011, dirigido por Wim Wenders. Na arte, é frequente a ilusão, isto é, a experiência em que nossa percepção é conduzida pelo objeto a um jogo de aparências, que nos causa sensações e percepções distintas na experiência do mesmo objeto.*

A memória

A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo. Uma das obras mais significativas da literatura universal contemporânea é dedicada a ela: *Em busca do tempo perdido*, do escritor francês Marcel Proust. Para Proust, como para alguns filósofos, a memória é a garantia de nossa própria identidade, o modo de podermos dizer "eu" reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo o que somos e fazemos.

Como consciência da diferença temporal – passado, presente e futuro –, a memória é uma forma de percepção interna chamada *introspecção*, cujo objeto é interior ao sujeito do conhecimento.

A memória em nossa sociedade

Além da dimensão pessoal e introspectiva da memória, é preciso mencionar sua dimensão coletiva ou social, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos de uma sociedade.

Em nossa sociedade, a memória é valorizada e desvalorizada. É valorizada com a multiplicação dos meios de registro e gravação dos fatos, acontecimentos e

pessoas (computadores, filmes, vídeos, discos, livros) e das instituições que os preservam (bibliotecas, museus, arquivos). É também valorizada por algumas ciências, como é o caso da biologia molecular, que não fala em "hereditariedade", mas em "memória genética" para referir-se à permanência de propriedades, qualidades, traços e aspectos dos seres vivos e à transmissão dessas características de geração em geração.

É desvalorizada porque não é considerada uma capacidade essencial para o conhecimento e porque a publicidade e a propaganda nos fazem preferir o "novo", o "moderno", a "última moda", pois a indústria e o comércio só terão lucros se não conservarmos as coisas e quisermos sempre o "novo".

A desvalorização da memória também aparece na proliferação de objetos descartáveis, lançados fora logo após seu uso, bem como na maneira como a indústria imobiliária altera cidades inteiras para torná-las "modernas", destruindo a memória e a história delas.

Tal desvalorização aparece, por fim, no descaso pelos idosos, considerados inúteis e inservíveis em nossa sociedade. Em outras, ao contrário, os idosos são considerados portadores de todo o saber da coletividade, respeitados e admirados por todos.

Como explicar a memória?

A memória é uma atualização ou uma presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança. Alguns estudiosos julgaram que a memória seria um fato puramente biológico, isto é, um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e ideias, gestos e palavras.

Para esses estudiosos, a memória se reduziria, portanto, ao registro cerebral ou à gravação automática pelo cérebro de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos. Essa teoria, porém, não se sustenta.

Em primeiro lugar, porque, se a memória fosse mero registro cerebral de fatos e coisas passados, não se poderia explicar o fenômeno da lembrança. Ou seja, não só selecionamos e escolhemos o que lembramos como a própria lembrança tem, assim como a percepção, aspectos afetivos, sentimentais, valorativos (há lembranças alegres e tristes, há saudade, há arrependimento e remorso).

Em segundo lugar, também não se poderia explicar o esquecimento, pois, se tudo está registrado e gravado em nosso cérebro, não poderíamos nos esquecer de coisa alguma nem ter dificuldade para nos lembrar de certas coisas e facilidade para recordar outras tantas.

Não que não haja componentes biológicos, fisiológicos ou cerebrais na memória. Os estudos científicos mostram não só as zonas do cérebro responsáveis pela memória, como também o papel de algumas substâncias químicas na produção e conservação dela. O que estamos dizendo é que os aspectos biológicos e químicos da memória não explicam o fenômeno no seu todo.

Podemos dizer que, em nosso processo de memorização, entram componentes objetivos e componentes subjetivos para formar as lembranças.

Coleção V8/Centro de Memória-Unicamp

João Alved/Acervo do fotógrafo

À esquerda, o antigo Teatro Municipal Carlos Gomes, em Campinas, no estado de São Paulo, em foto de 1952. Inaugurado em 1930, o teatro foi demolido 35 anos depois, em razão da falta de manutenção. Seu terreno foi transformado em estacionamento e, logo após, sediou uma loja de departamento. Hoje ele dá lugar à praça Rui Barbosa (à direita, em foto de 2013).

Álbum de família

[A fotografia] revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.

Pierre Bourdieu e a sua equipe puseram bem em evidência o significado do "álbum de família":

"A Galeria de Retratos democratizou-se e cada família tem, na pessoa do seu chefe, o seu retratista. Fotografar as suas crianças é fazer-se historiógrafo da sua infância e preparar-lhes, como um legado, a imagem do que foram [...]. O álbum de família exprime a verdade da recordação social. Nada se parece menos com a busca artística do tempo perdido que estas apresentações comentadas das fotografias de família, ritos de integração a que a família sujeita os seus novos membros. As imagens do passado dispostas em ordem cronológica, 'ordem das estações' da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais confiança e seja mais edificante que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas, e o passado comum [...] tem a nitidez quase coquetista de um monumento funerário frequentado assiduamente".

diálogos *filosóficos*

BOURDIEU, Pierre. *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie* [Uma arte mediana: ensaio sobre os usos sociais da fotografia]. Paris: Minuit, 1965. p. 53-54, apud LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p. 460.

A imaginação

A imaginação possui dois sentidos: o **criador** e o **reprodutor**. No primeiro caso, ela faz aparecer o que não existia ou mostra ser possível algo que não existe. No segundo, ela é capaz de reproduzir o existente ou o acontecido.

A tradição filosófica sempre deu prioridade à imaginação reprodutora, considerada um resíduo da percepção (o que sobrou do objeto percebido, que permanece retido em nossa consciência). A imagem seria um rastro ou um vestígio deixado pela percepção.

Os empiristas falam das imagens como reflexos mentais das percepções ou das impressões, cujos traços foram gravados no cérebro. Desse ponto de vista, a imagem e a lembrança difeririam apenas porque a primeira é atual, enquanto a segunda é passada. A imagem seria, portanto, a reprodução presente que faço de coisas ou situações presentes. Por exemplo, se neste momento eu fechar os olhos, posso imaginar o computador, a mesa de trabalho, os livros nas estantes, a porta, a janela. A imagem seria a coisa atual percebida quando ausente. Seria uma percepção enfraquecida, que, associada a outras, formaria as ideias no pensamento.

Os filósofos intelectualistas também consideravam a imaginação uma forma enfraquecida da percepção. Por considerarem a percepção a principal causa de nossos erros (as ilusões e as deformações da realidade), também julgavam a imaginação fonte de enganos e erros. Tomando-a como meramente reprodutora, diziam, por exemplo, que a imaginação dos artistas nada mais faz do que juntar de maneira nova imagens de coisas percebidas: um cavalo alado é a junção da imagem de um cavalo percebido com a imagem de asas percebidas; uma sereia, a junção de uma imagem de mulher percebida com a imagem de um peixe percebido; um romance seria a reunião de imagens de pessoas percebidas que, realmente, nunca estiveram juntas e de acontecimentos percebidos que não se deram na forma e sequência narradas; etc.

A imaginação seria, pois, diretamente reprodutora da percepção, no campo do conhecimento, e indiretamente reprodutora da percepção, no campo da fantasia. Por isso, na tradição filosófica, costumava-se usar a palavra *imaginação* como sinônimo de percepção ou como um aspecto da percepção. Percebemos imagens das coisas, dizia a tradição.

A fenomenologia e a imaginação

Distanciando-se da tradição, a fenomenologia fala na **consciência cognitiva** como uma forma de consciência que parte da *diferença* da imaginação com respeito à percepção e à memória. O ato da consciência imaginativa é o imaginar, e seu conteúdo é o imaginado ou o objeto-em-imagem. A imaginação é a capacidade da consciência para fazer surgirem os objetos imaginários ou objetos-em-imagem.

Owaki-Kulla/Corbis/Latinstock

Pai tenta sentir os primeiros sinais de seu filho na barriga da mãe. Graças à imaginação, abre-se para nós o tempo futuro.

Pela imaginação, relacionamo-nos com o ausente e com o inexistente. Perceber este livro é relacionar-se com sua presença e existência. *Imaginar* um livro é relacionar-se com a imagem do livro, isto é, com um livro existente mas ausente (guardado numa biblioteca), ou com um livro ausente porque ainda inexistente e ainda não escrito e que é apenas um-livro-possível.

Graças à imaginação, abre-se para nós o tempo do que ainda não existe e o campo das coisas possíveis, isto é, do que poderia ou poderá vir a existir.

Perceber e imaginar

Qual a diferença entre perceber e imaginar? Há pelo menos duas diferenças, que são as principais:

1. A percepção observa as coisas, as pessoas, as situações, mas a imaginação não observa. Observar é jamais ter o objeto percebido de uma só vez e por inteiro, pois na observação percebemos somente algumas de suas faces de cada vez. Na imaginação, ao contrário, cada imagem põe o objeto por inteiro. O filósofo francês Jean-Paul Sartre dá um exemplo: quando imagino uma rua ou um edifício, tenho de uma só vez a rua-em-imagem ou o edifício-em-imagem, cada um deles possui *uma única face* e é ela que existe em imagem. Podemos ter muitas imagens da mesma rua ou do mesmo edifício, mas cada uma delas é uma imagem distinta das outras.
2. Se uma pessoa apaixonada tem diante de si a pintura ou a fotografia da pessoa amada, tem a imagem dela. Ao olhá-la, não olha para as manchas coloridas nem para os traços reproduzidos no papel, não presta atenção no trabalho do pintor nem do fotógrafo, mas torna presente a pessoa amada ausente. O amante de pintura que foi ao museu ver a série de Monet sobre a Catedral de Rouen não olha para manchas e linhas coloridas, mas para a imagem que presentifica a catedral. Com isso, podemos apontar a segunda diferença entre o percebido e o imaginado: a imagem é diferente do percebido porque ela é um **análogo** do ausente, sua presentificação.

Quando a criança brinca, sua imaginação desfaz a percepção: todos os objetos, todas as pessoas e todos os lugares nada têm a ver com seu sentido percebido, mas remetem a outros sentidos, criam sentidos inexistentes ou presentificam o ausente. Um armário é um navio-em-imagem, um tapete é o mar-em-imagem, uma vassoura é uma espada-em-imagem, uma folha de jornal é um mapa-em-imagem, um avental preso às costas é uma capa-em-imagem. A imaginação é, assim, uma *capacidade irrealizadora*.

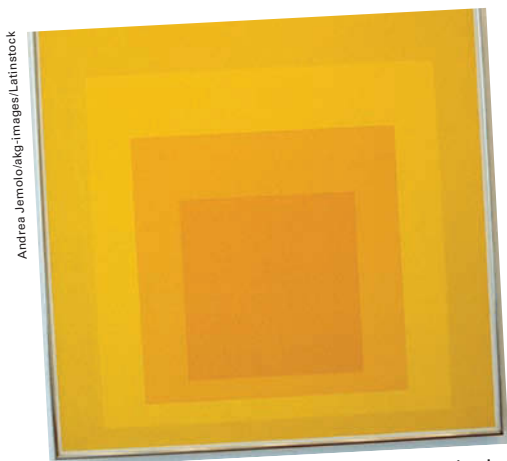
A força irrealizadora da imaginação significa, de certo modo, que ela é capaz de tornar ausente o que está presente (o armário deixa de estar presente), de tornar presente o ausente (o navio torna-se presente) e criar inteiramente o inexistente (a aventura nos mares).

É por isso que a imaginação tem também uma força prospectiva, isto é, consegue inventar o futuro, como na canção "Imagine", de John Lennon, ou como na invenção de uma teoria científica ou de um objeto técnico.

Pelo mesmo motivo, a imaginação pode criar um mundo irreal, que julgamos melhor do que o nosso, a ponto de nos recusarmos a viver neste para "viver" imaginariamente naquele, perdendo todo o contato com o real. É o que acontece, por exemplo, na loucura, quando definitivamente passamos para o "outro lado" motivados por algum distúrbio mental que afeta nossa razão. Mas é também o que acontece todos os dias, quando sonhamos ou entramos em devaneio.

análogo
Ao se referir a uma imagem, este termo significa que não há desproporção entre ela e aquilo de que ela é imagem, ou seja, que há algo comum, apesar da diferença entre eles.

a filosofia nas entrelinhas

Andrea Jemolo/akg-images/Latinstock

Pintura de 1974 da série Homenagem ao quadrado, *do artista alemão Josef Albers.*

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Arte, Biologia e Física.

O artista Josef Albers (1888-1976) pintou centenas de quadros entre 1950 e 1976 para a série denominada *Homenagem ao quadrado*. Todas seguiam uma estrutura similar: três ou quatro quadrados, um dentro do outro, sendo as cores de cada quadrado a principal variação. Para além da estética, Albers pretendia também explorar como funcionava a nossa percepção das cores.

1. Em seu livro *A interação da cor*, Albers diz que "a cor é o mais relativo meio dentre os utilizados na arte", pois a percepção que temos de uma cor varia de acordo com as demais cores em seu entorno. Observe o quadro ao lado: o quadrado menor quase parece da mesma cor do quadrado que o envolve, porque a cor deste contrasta mais com a do quadrado que vem a seguir.
   a) Quando observamos a obra de Albers, identificamos cores diferentes – algumas mais claras, outras mais escuras –, sugerindo uma relação de profundidade. No entanto, a luz que incide sobre ela é a mesma e a superfície é plana. Como a física explica nossa percepção de cores distintas?
   b) Para você, em que órgão do corpo humano ocorre essa mudança de percepção da cor conforme o contexto em que ela se insere? Justifique com base em seus conhecimentos de biologia e física.

2. Uma obra como *Homenagem ao quadrado* pode ser classificada como *abstrata*. Diferentemente da arte figurativa, a abstrata não presentifica objetos ausentes: cada quadrado pintado é um quadrado em si, não sendo o análogo de um objeto ou ser. Com base nisso, escreva um texto que reflita sobre a percepção e a imaginação que podemos ter de uma obra abstrata.

atividades

1. O que é a sensação? Qual a diferença entre as concepções empirista e intelectualista de sensação?
2. Por que, antes da fenomenologia, se dizia que a percepção é a síntese de muitas sensações simultâneas?
3. Por que a fenomenologia e a *gestalt* discordam do empirismo e do intelectualismo sobre a cisão existente entre sensação e percepção? Ilustre sua explicação com um novo exemplo.
4. Cite duas características do conceito de percepção e as ilustre com exemplos.
5. O que é a memória? Em sua resposta, ressalte sua importância social e sua relação com o tempo. Depois, descreva um objeto ou fato com o qual você julga ter uma relação de memória.
6. Antes das contribuições da fenomenologia, a filosofia via a imaginação de modo positivo ou negativo? Como essa corrente do pensamento mudou esse julgamento?
7. Qual a diferença e a semelhança entre as concepções de imaginação do empirismo e do intelectualismo? Em quais aspectos a concepção fenomenológica é diferente delas?

INDICAÇÃO DE FILME

Os narradores de Javé
Direção de Eliane Caffé. Brasil, 2003.

Ao saberem que o vilarejo de Javé será inundado com a construção de uma hidrelétrica, seus moradores se empenham em transformar o local em patrimônio histórico. Para isso, passam a escrever a história da vila, agregando à narrativa a memória dos habitantes e as lendas dos antepassados.

Bananeira Filmes/Gullane Filmes/Riofilme

Cartaz do filme Os narradores de Javé, *dirigido por Eliane Caffé.*

CAPÍTULO

17

Linguagem e pensamento

A linguagem é um dos elementos fundamentais ao processo do conhecimento. Somos dotados dessa capacidade e a desenvolvemos ao longo da vida a fim de expressar nossos sentimentos, pensamentos e impressões, bem como nos comunicar com outras pessoas por meio de diferentes signos (imagem, fala, som, gesto, escrita, etc.).

Desde seus primórdios, fascinada pelo poder e pela complexidade da linguagem, a filosofia se colocou questões sobre sua origem e funcionamento. Afinal, a linguagem é inata ou adquirida pela experiência? É um meio seguro para descrevermos e explicarmos os objetos e as ideias, ou apenas um jogo de significações que nos aproxima de uma realidade inalcançável? Quais são suas relações com o pensamento, a inteligência e a memória?

Integrantes do grupo Contadores de Estórias Miguilim, em 2012, durante apresentação em Cordisburgo, cidade natal do escritor mineiro Guimarães Rosa.

Ronaldo Alves/Museu Casa Guimarães Rosa

A importância da linguagem

Na abertura da sua obra *Política*, Aristóteles afirma que somente o homem é um "animal político", isto é, social e cívico, porque somente ele é dotado de linguagem. Enquanto os outros animais, escreve Aristóteles, possuem voz (*phoné*) e com ela exprimem dor e prazer, o homem possui a **palavra** (*lógos*) e, com ela, exprime o bom e o mau, o justo e o injusto. Exprimir e possuir em comum esses valores é o que torna possível a vida social e política e, dela, somente os homens são capazes.

Na mesma linha segue o raciocínio de Rousseau, no primeiro capítulo do *Ensaio sobre a origem das línguas*: "A palavra distingue os homens e os animais; a linguagem distingue as nações entre si. Não se sabe de onde é um homem antes que ele tenha falado".

O linguista Hjelmslev afirma que "a linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos", sendo "o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana".

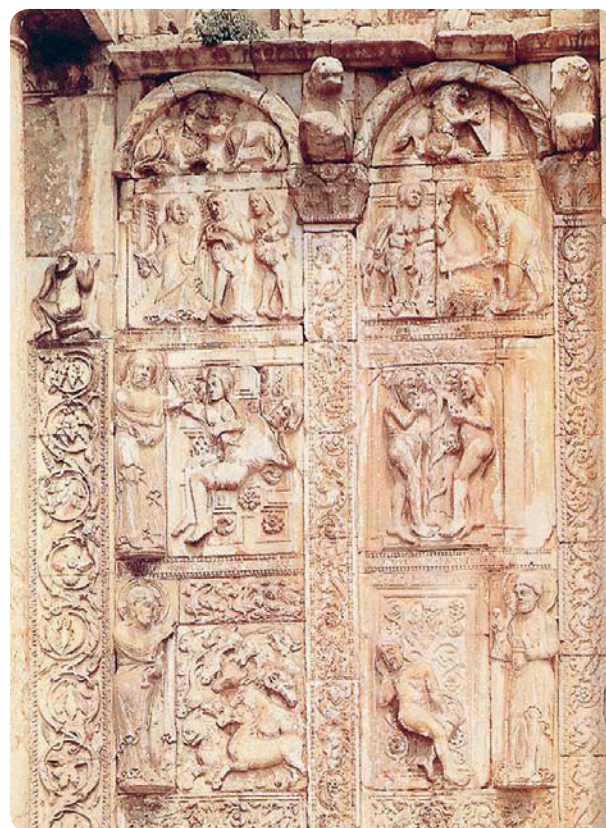
Ainda sobre a importância da linguagem, Rousseau considera que a linguagem nasce de uma profunda necessidade de comunicação: "Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo e a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isto". E foi por meio de gestos e vozes que nasceu a linguagem.

Por seu turno, Hjelmslev afirma que a linguagem é "o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta contra a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador".

A linguagem, diz ele, está sempre à nossa volta, sempre pronta a envolver nossos pensamentos e sentimentos, acompanhando-nos em toda a nossa vida. Ela não é um simples acompanhamento do pensamento, "mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento", é "o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de geração a geração".

A linguagem é, assim, a forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes.

A força da linguagem

Podemos avaliar a força da linguagem tomando como exemplo os mitos e as religiões. A palavra grega *mythos*, como vimos, significa 'narrativa' e, portanto, 'linguagem'. Trata-se da palavra que narra a origem dos deuses, do mundo, dos homens, das técnicas e da vida do grupo social ou da comunidade. Pronunciados em momentos especiais – os momentos de relação com o sagrado –, os mitos são mais do que uma simples narrativa: são a maneira pela qual, por meio das palavras, os seres humanos organizam a realidade e a interpretam.

Seis cenas do Gênesis *(c.1138), relevo executado por Niccoló na basílica de San Zeno, em Verona, Itália. Dentro da mitologia bíblica cristã, a palavra divina tem uma força criadora.*

O mito tem o poder de fazer com que as coisas sejam tais como são ditas ou pronunciadas. O melhor exemplo dessa força criadora da palavra encontra-se na abertura do Gênesis, na Bíblia judaico-cristã, em que Deus cria o mundo do nada, apenas usando a linguagem: "E Deus disse: Faça-se!", e foi feito. Porque Deus *disse, foi feito*. A palavra divina é uma força criadora.

Também vemos a força realizadora ou concretizadora da linguagem nas liturgias religiosas. Na missa católica, o celebrante, pronunciando as palavras "Este é o meu corpo" e "Este é o meu sangue", realiza o mistério da eucaristia, isto é, a encarnação de Cristo no pão e no vinho. Também nos rituais indígenas e africanos, os deuses e heróis comparecem e se reúnem aos mortais quando invocados pelas palavras corretas, pronunciadas pelo celebrante.

O poder encantatório da linguagem também aparece nos chamados *tabus*. Um tabu é alguma coisa ou pessoa que não pode ser tocada, alguma palavra que não pode ser dita, algum gesto que não pode ser feito, pois a transgressão trará desgraças para o transgressor e, em certos casos, para o grupo inteiro. As palavras tabus existem nos contextos religiosos e sociais de várias sociedades, sob os efeitos da repressão dos costumes, sobretudo os que se referem a práticas sexuais.

A linguagem tem, assim, uma capacidade para reunir o sagrado e o profano, trazer os deuses e as forças cósmicas para o meio do mundo e levar os humanos até o interior do sagrado. Eis por que, em quase todas as religiões, existem profetas e oráculos.

Independentemente de acreditarmos ou não em palavras místicas, mágicas, encantatórias ou tabus, o importante é que elas existem, pois sua existência revela o poder que atribuímos à linguagem. Esse poder decorre do fato de que as palavras são núcleos, sínteses ou feixes de significações, símbolos e valores que determinam o modo como interpretamos as forças divinas, naturais, sociais e políticas e suas relações conosco.

A origem da linguagem

Durante muito tempo a filosofia preocupou-se em definir a origem e as causas da linguagem. Uma primeira divergência sobre o assunto surgiu na Grécia: a linguagem é natural aos homens ou é uma convenção social? **Se a linguagem for natural, as palavras possuem um sentido próprio e necessário; se for convencional, são decisões consensuais da sociedade e, nesse caso, são arbitrárias.**

Massimo Borchi/Atlantide Phototravel/Corbis

Placa no Aeroporto Internacional de Hong Kong, na China, em 2002, com a mesma informação escrita em duas línguas e em forma de ícones. A linguagem é inata ou é uma criação humana?

Essa discussão levou, séculos mais tarde, à seguinte conclusão: a **linguagem** como capacidade de expressão dos seres humanos é natural, isto é, os humanos nascem com uma aparelhagem física, anatômica e fisiológica que lhes permite expressarem-se pela palavra; no entanto, as **línguas** são convencionais, isto é, surgem de condições históricas, geográficas, econômicas e políticas determinadas – são fatos culturais.

Uma vez constituída uma língua, ela se torna uma estrutura ou um sistema dotado de necessidade interna e passa a funcionar como se fosse algo natural, com leis e princípios próprios, independentes dos sujeitos que a empregam.

Perguntar pela origem da linguagem levou a quatro tipos de respostas:

1. a linguagem nasce por imitação: os humanos imitam, pela voz, os sons da natureza. A origem da linguagem seria, portanto, a onomatopeia;
2. a linguagem nasce por imitação dos gestos: nasce como uma espécie de pantomima ou encenação, na qual o gesto indica um sentido. Pouco a pouco o gesto passou a se acompanhar de sons, e estes foram se tornando palavras;
3. a linguagem nasce da necessidade: a fome, a sede, a necessidade de se abrigar e se proteger, a necessidade de se reunir em grupo para se defender das intempéries, dos animais e de outros homens mais fortes levaram à criação de palavras. Com isso, formou-se um vocabulário elementar e rudimentar que, gradativamente, tornou-se mais complexo e transformou-se numa língua;

4. a linguagem nasce das emoções, particularmente do grito (medo, surpresa ou alegria), do choro (dor, medo, compaixão) e do riso (prazer, bem-estar, felicidade). Citando Rousseau: "Não é a fome ou a sede, mas o amor ou o ódio, a piedade, a cólera, que aos primeiros homens lhes arrancaram as primeiras vozes... Eis por que as primeiras línguas foram cantantes e apaixonadas antes de serem simples e metódicas".

Assim, para Rousseau, a linguagem, por nascer das paixões, foi antes linguagem figurada e por isso surgiu como poesia e canto, tornando-se prosa muito depois; e as vogais nasceram antes das consoantes. Assim como a pintura nasceu antes da escrita, também os homens primeiro cantaram seus sentimentos e só muito depois exprimiram seus pensamentos.

Essas teorias não são excludentes. É muito possível que a linguagem tenha nascido de todas essas fontes ou **modos de expressão**, e os estudos de psicologia genética mostram que uma criança se vale de todos esses meios para começar a se exprimir.

Empiristas e intelectualistas diante da linguagem

Para os empiristas, uma imagem é a associação de vários elementos independentes que provêm da sensação e dos movimentos corporais e são unificados pela mente do sujeito. Isso significa que, para um empirista, uma imagem é uma *síntese* de sensações e movimentos. **Desse ponto de vista, a linguagem é um conjunto de imagens corporais e mentais formadas por associação e repetição e que constituem imagens verbais, isto é, as palavras.**

Já os intelectualistas, embora aceitem que a *possibilidade* para falar, ouvir, escrever e ler esteja em nosso corpo (anatomia e fisiologia), afirmam que a *capacidade* para a linguagem é um fato do pensamento ou de nossa consciência. **A linguagem, dizem eles, é apenas a tradução auditiva, oral, gráfica ou visível de nosso pensamento e de nossos sentimentos.** Ela é um instrumento do pensamento para exprimir e transmitir conceitos, símbolos, ideias abstratas e valores.

modos de expressão

Uma linguagem se constitui para a criança (e para todos os seres humanos) quando ela passa (ou todos passamos) dos *meios de expressão* aos *meios de significação*. Um gesto ou um grito *exprimem*, por exemplo, medo; palavras, frases e enunciados *significam* o que é medo, dizem qual é o sentido do sentimento de medo.

O pensamento puro seria silencioso ou mudo e formaria, para manifestar-se, as palavras. Duas provas poderiam confirmar essa concepção da linguagem: o fato de que o pensamento procura e inventa palavras; e o fato de que podemos aprender outras línguas, porque o sentido de duas palavras diferentes em duas línguas diferentes é o mesmo, e tal sentido é a ideia formada pelo pensamento para representar ou indicar as coisas.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Cena do filme O milagre de Anne Sullivan *(1962), dirigido por Arthur Penn, com a atriz Inga Swenson (Helen Keller), à direita, e Anne Bancroft (Anne Sullivan), à esquerda. A história é inspirada na biografia da ativista política estadunidense Helen Keller, que contou com a ajuda de Sullivan para vencer seus limites e se comunicar.*

A grande prova dos intelectualistas contra os empiristas foi a história de Helen Keller. Após ser acometida, ainda bebê, por uma doença, Helen Keller tornou-se cega, surda e muda. Se a linguagem dependesse exclusivamente de mecanismos e disposições corporais, Helen Keller jamais poderia chegar a ela.

Mas chegou. E chegou quando compreendeu a relação simbólica entre duas expressões diferentes: numa das mãos, sentia correr a água de uma torneira, enquanto a outra mão segurava um lápis e, guiada por sua professora, ia traçando a palavra *água*. Quando se tornou capaz de compreender que uma mão traduzia o que a outra sentia, tornou-se capaz de usar a linguagem, isto é, passou a usar a linguagem dos gestos, a escrever e a ler em braile.

Assim, dizem os intelectualistas, a linguagem, longe de ser um mecanismo instintivo e biológico, é um fato puro da inteligência, uma atividade intelectual simbólica e de compreensão, uma pura tradução de pensamentos.

diálogos *filosóficos*

A origem da linguagem

Deve-se acreditar que as primeiras palavras utilizadas pelos homens tiveram em seu espírito significação muito mais extensa do que aquela que possuem nas línguas já formadas e que, ignorando a divisão do discurso em suas partes constitutivas, os homens, a princípio, deram a cada palavra o sentido de uma proposição inteira. Quando começaram a distinguir o sujeito do atributo e o verbo do substantivo, o que não representou pequeno esforço de espírito, os substantivos não foram de início senão outros tantos nomes próprios, o presente do infinitivo foi o único tempo dos verbos, e, quanto aos adjetivos, a noção só se desenvolveu com muitas distrações, operações penosas e pouco naturais.

Cada objeto, a princípio, recebeu um nome particular, sem levar em consideração os gêneros e as espécies, que esses primeiros instituidores não estavam em condições de distinguir – todos os indivíduos se apresentaram isolados a seu espírito como o são no quadro da natureza. Se um carvalho se chamava A, um outro chamava-se B, pois a primeira ideia que se tem de duas coisas é que não são a mesma coisa e, frequentemente, necessita-se de muito tempo para observar o que possuem de comum; eis que quanto mais se limitavam os conhecimentos mais extenso se tornava o dicionário. A confusão de toda esta nomenclatura não pôde resolver-se com facilidade, pois, para classificar os seres sob denominações comuns e genéricas, precisavam-se conhecer as propriedades e as diferenças, eram necessárias observações e definições, isto é, a história natural e a metafísica, muito mais do que aquilo com que os homens desse tempo poderiam contar.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.* São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 71-72. (Os Pensadores).

O pensamento

Certa vez, um grego disse: "O pensamento é o passeio da alma". Com isso, quis dizer que o pensamento é a maneira como nosso espírito parece sair de dentro de si mesmo e percorrer o mundo para conhecê-lo. Assim como no passeio levamos nosso corpo a toda parte, no pensamento levamos nossa alma a toda parte e mais longe do que o corpo, pois a alma não encontra obstáculos físicos para seu caminhar.

O pensamento é essa curiosa atividade por meio da qual saímos de nós mesmos sem sairmos de nosso interior. Por isso outro filósofo escreveu que pensar é a maneira pela qual sair de si e entrar em si são uma só e mesma coisa. Como um voo sem sair do lugar.

Assim, o pensamento é uma atividade pela qual a consciência ou a inteligência coloca algo diante de si para atentamente considerar, avaliar, pesar, equilibrar, reunir, compreender, escolher, entender e ler por dentro. **O pensamento exprime nossa existência como seres ra-**

Jovens participam de duelo de MCs em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, em 2012. Nesse duelo, os participantes improvisam rimas na métrica do rap, conforme regras formais estabelecidas previamente e temas sugeridos na hora.

Circuito Fora do Eixo/Flickr/Creative Commons

cionais e capazes de conhecimento abstrato e intelectual, e sobretudo manifesta (como vimos ao estudar a lógica) sua própria capacidade para dar a si mesmo leis, normas, regras e princípios a fim de alcançar a verdade de alguma coisa.

Quando pensamos, pomos em movimento o que nos vem da percepção, da imaginação, da memória; apreendemos o sentido das palavras; encadeamos e articulamos significações, algumas vindas de nossa experiência sensível, outras de nosso raciocínio, outras formadas pelas relações entre imagens, palavras, lembranças e ideias anteriores. O pensamento apreende, compara, separa, analisa, reúne, ordena, sintetiza, conclui, reflete, decifra, interpreta, interroga.

A inteligência

A psicologia costuma definir a inteligência por sua função, considerando-a uma atividade que tem por objetivo realizar nossa adaptação ao ambiente pelo estabelecimento de relações entre meios e fins para a solução de um problema ou de uma dificuldade. Essa definição concebe, portanto, a inteligência como uma atividade eminentemente prática e a distingue de duas outras que também têm finalidade adaptativa e relacionam meios e fins: o *instinto* e o *hábito*.

Compartilhamos o instinto e o hábito com os animais. O instinto nos leva automaticamente a buscar comida quando temos fome ou abrigo quando sentimos frio; leva-nos a afastar rapidamente a mão de uma superfície muito quente que possa nos queimar.

O instinto é inato. Ao contrário, o hábito é adquirido, mas, como o instinto, tende a realizar-se automaticamente. Por exemplo, quem adquire o hábito de dirigir um veículo muda as marchas, pisa na embreagem, no acelerador ou no freio sem precisar pensar nessas operações; quem aprende a patinar ou a nadar realiza maquinalmente os gestos necessários, depois de adquiri-los.

O instinto e o hábito tendem à repetição e ao automatismo das respostas aos problemas. São formas de comportamento cuja principal característica é serem específicos: a abelha sabe fazer a colmeia, mas é incapaz de fazer o ninho; o joão-de-barro constrói uma "casa", mas é incapaz de fazer uma colmeia; posso aprender a nadar, mas esse hábito não me faz saber andar de bicicleta.

A inteligência difere do instinto e do hábito por sua flexibilidade, pela capacidade de encontrar novos meios para um novo fim, ou de adaptar meios existentes para uma finalidade nova, pela possibilidade de enfrentar de maneira diferente situações novas e inventar novas soluções para elas, pela capacidade de escolher entre vários meios possíveis e entre vários fins possíveis.

Nesse nível prático, a inteligência é capaz de criar *instrumentos*, isto é, de dar uma função nova e um sentido novo a coisas já existentes, para que sirvam de meios a novos fins.

Inteligência e linguagem

Como já vimos, o exercício da inteligência como pensamento é inseparável da linguagem, pois a linguagem é o que nos permite estabelecer relações, concebê-las e compreendê-las. Graças às significações *escada* e *rede*, por exemplo, a criança pode pensar nesses objetos e fabricá-los.

A linguagem articula percepções e memórias, percepções e imaginações, oferecendo ao pensamento um fluxo temporal que conserva e interliga as ideias.

O psicólogo Piaget, ao estudar a gênese da inteligência nas crianças, mostrou como a aquisição da linguagem e a do pensamento caminham juntas. Assim, por exemplo, uma menina de 4 anos ainda não é capaz de pensar relações reversíveis ou recíprocas porque não domina a linguagem desse tipo de relação. Caso se pergunte a ela: "Você tem um irmão?", ela responderá: "Sim". Se continuarmos a perguntar: "Quem é o seu irmão?", ela responderá: "Pedrinho". No entanto, se lhe perguntarmos: "Pedrinho tem uma irmã?", ela dirá: "Não", pois a linguagem que ela possui permite-lhe estabelecer relações entre ela e o mundo, mas não entre o mundo e ela, isto é, uma relação reversível.

A inteligência humana, como atividade mental e de linguagem, pode ser definida como a capacidade para enfrentar ou colocar diante de si problemas práticos e teóricos, para os quais encontra, elabora ou concebe soluções, seja pela criação de instrumentos práticos, seja pela criação de significações. Caracteriza-se pela flexibilidade, plasticidade e inovação, bem como por poder transformar a própria realidade. A inteligência se realiza, portanto, como conhecimento e ação.

O conhecimento inteligente apreende o sentido das palavras, interpreta-o, inventa novos sentidos para palavras antigas ou cria novas palavras para novos sentidos. O movimento do conhecer tem como corpo a linguagem. Graças a ela, compartilhamos com outros os nossos conhecimentos e vice-versa.

Comunicação, informação, memória cultural, transmissão, inovação e ruptura: eis o que a linguagem permite à inteligência. Clarificação, organização, ordenamento, análise, interpretação, compreensão, síntese, articulação: eis o que a inteligência oferece à linguagem.

Inteligência e pensamento

A inteligência colhe, recolhe e reúne os dados oferecidos pela percepção, pela imaginação, pela memória e pela linguagem, formando redes de significações com as quais organizamos, ordenamos e damos sentido a nosso mundo e nossa vida. **O pensamento, porém, vai além do trabalho da inteligência: abstrai (ou seja, separa) os dados das condições imediatas de nossa experiência e os elabora na forma de conceitos, ideias e juízos, estabelecendo articulações internas e necessárias entre eles pelo raciocínio (indução e dedução), pela análise e pela síntese.** Formula teorias, procura prová-las e verificá-las, pois está voltado para a verdade do conhecimento.

Um **conceito** ou uma **ideia** é uma rede de significações que nos oferece:

- o sentido interno e essencial daquilo a que se refere;
- os nexos causais ou as relações necessárias entre seus elementos, de sorte que por eles conhecemos a origem, os princípios, as consequências, as causas e os efeitos daquilo a que se refere.

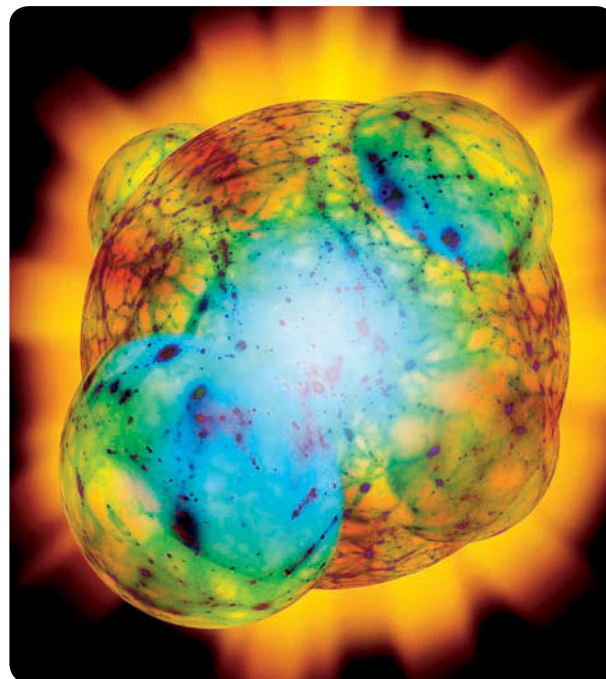
O conceito ou ideia nos oferece a essência-significação necessária de alguma coisa, sua origem ou causa, suas consequências ou seus efeitos, seu modo de ser e de agir.

O pensamento expressa os nexos ou ligações dessas redes de significações por meio dos **juízos**, pelos quais estabelecemos os elos internos e necessários entre um ser e suas qualidades, propriedades e atributos, assim como entre o ser e aqueles predicados que lhe são acidentais e que podem ser retirados sem que isso afete seu sentido e sua realidade.

Um conjunto de juízos constitui uma **teoria** quando:

- estabelecem-se com clareza um campo de objetos e os procedimentos para conhecê-los e enunciá-los;
- organizam-se e ordenam-se os conceitos;
- articulam-se e demonstram-se os juízos, verificando seu acordo com regras e princípios de racionalidade e demonstração.

Teoria é explicação, descrição e interpretação geral das causas, formas, modalidades e relações de um campo de objetos, conhecidos graças a procedimentos específicos, próprios da natureza dos objetos investigados.

Detlev van Ravesway/Science Photo Library/Latinstock

Animação digital do fenômeno do Big Bang*, teoria científica que se baseia na hipótese de que o Universo teria se desenvolvido e se expandido de um estado denso e quente há 13,7 bilhões de anos.*

O pensamento elabora teorias, ou seja, uma explicação ou interpretação intelectual de um conjunto de fenômenos e significações. Por isso falamos em teoria da relatividade, teoria genética, teoria psicanalítica, etc.

Uma teoria pode ou não nascer diretamente de uma prática e ter ou não uma aplicação prática direta, mas não é a prática que permite determinar a verdade ou falsidade teórica, e sim critérios internos à própria teoria. A prática orienta o trabalho teórico e verifica suas conclusões, mas não determina sua verdade ou falsidade.

O pensamento propõe e elabora teorias e cria **métodos**.

O método como regulador do pensamento

Usar um **método** é seguir regular e ordenadamente um caminho por meio do qual um objetivo é alcançado. No caso do conhecimento, é o caminho ordenado que o pensamento segue por meio de um conjunto de regras e procedimentos racionais, com três finalidades:

1. conduzir à descoberta de uma verdade até então desconhecida;
2. permitir a demonstração e a prova de uma verdade já conhecida;
3. permitir a verificação de conhecimentos para averiguar se são ou não verdadeiros.

O método é, portanto, um instrumento racional para adquirir, demonstrar ou verificar conhecimentos, como já vimos no Capítulo 15. **Nas várias formulações que recebeu no correr da história da filosofia e das ciências, sempre teve o papel de um *regulador* do pensamento, isto é, de verificador e avaliador das ideias e teorias: guia o trabalho intelectual e avalia os resultados obtidos.**

Desde Aristóteles, a filosofia considera que, ao lado de um método geral que todo e qualquer conhecimento deve seguir, outros métodos particulares são necessários, adequados à especificidade do objeto a ser conhecido. Dessa maneira, são diferentes entre si os métodos da geometria e da física, da biologia e da sociologia, e assim por diante.

É interessante notar, todavia, que, em certos períodos da história da filosofia e das ciências, chegou-se a pensar num método único para todos os campos do conhecimento. Assim, Galileu julgou que o método matemático deveria ser usado em todos os conhecimentos da natureza, pois, dizia ele, "a natureza é um livro escrito em caracteres matemáticos".

Descartes, indo mais longe do que Galileu, julgou que um só método deveria ser empregado pela filosofia e por todas as ciências, uma *mathesis universalis*, ou o conhecimento da *ordem* necessária das ideias, válida para todos os objetos de conhecimento. Conhecer seria ordenar e encadear em nexos contínuos as ideias referentes a um objeto, e tal procedimento deveria ser o mesmo em todos os conhecimentos porque esse é o modo próprio do pensamento, seja qual for o objeto a ser conhecido.

método
Palavra de origem grega (*méthodos*) formada por *meta* ('por meio de') e por *hodos* ('via', 'caminho').

Os filósofos e cientistas do fim do século XIX também afirmavam que um único método deveria ser seguido. Entusiasmados com o desenvolvimento da física, julgaram que todos os campos do saber deveriam empregar o método usado pela "ciência da natureza", mesmo quando o objeto fosse o homem. Agora, não era tanto o conceito de ordenamento interno das ideias que levava à defesa de um único método de conhecimento, mas o da causalidade ou da explicação causal de todos os fatos, fossem eles naturais, fossem humanos.

George Bernard/Science Photo Library/Latinstock

Representação de homem próximo ao fogo com metade de seu sistema nervoso à mostra. A gravura ilustra a ideia do "arco reflexo" presente no tratado médico e filosófico De homine, *escrito por René Descartes e publicado em 1662. Inspirado nos mecanismos hidráulicos da época, o filósofo francês acreditava que os nervos eram ocos e o cérebro, o principal responsável pelo bombeamento de fluidos vitais.*

Cada campo com seu método

No século XX, porém, sobretudo com a fenomenologia de Husserl e com a corrente do pensamento conhecida como estruturalismo, passou-se a considerar que cada campo do conhecimento deve ter seu método próprio. Este é determinado pela natureza do objeto, pela forma como o sujeito do conhecimento pode aproximar-se desse objeto e pelo conceito de verdade que cada esfera do conhecimento define para si própria.

Assim, por exemplo, considera-se o método matemático (dedutivo) próprio para objetos que existem apenas idealmente e que são construídos inteiramente pelo nosso pensamento. Ao contrário, o método experimental (indutivo) é próprio das ciências naturais, que observam seus objetos e realizam experimentos.

Já as ciências humanas têm métodos de compreensão e de interpretação do sentido das ações, das práticas,

dos comportamentos, das instituições sociais e políticas, dos sentimentos, dos desejos, das transformações históricas, pois o homem, objeto dessas ciências, é um ser histórico-cultural que produz as instituições e o sentido delas. Tal sentido é o que precisa ser conhecido.

Alexandre Severo/Reuters/Latinstock

Foliões festejam o Carnaval de 2013 em Olinda, Pernambuco. O ser humano, objeto das ciências humanas, é um ser histórico-cultural.

No caso das ciências exatas (as matemáticas), o método dedutivo também é chamado **axiomático**, porque o conhecimento parte de um conjunto de termos primitivos e de axiomas indemonstráveis que baseiam a construção e demonstração dos objetos.

No caso das ciências naturais, o método indutivo também é chamado **experimental** e **hipotético**. Experimental porque se baseia em observações e experimentos; hipotético porque os cientistas partem de hipóteses sobre os objetos que guiam os experimentos e a avaliação dos resultados.

No caso das ciências humanas, o método é chamado **compreensivo-interpretativo**, porque seu objeto são as significações ou os sentidos dos comportamentos, práticas e instituições produzidas pelos seres humanos.

Atualmente, quatro traços são comuns aos diferentes métodos filosóficos:

1. o método é **reflexivo** – parte da autoanálise ou do autoconhecimento do pensamento;
2. é **crítico** – investiga os fundamentos e as condições da possibilidade do conhecimento verdadeiro, da ação ética, da criação artística e da atividade política;
3. é **descritivo** – descreve as estruturas internas ou essências de cada campo de objetos do conhecimento e das formas de ação humana;
4. é **interpretativo** – busca as formas da linguagem e as significações ou os sentidos dos objetos, dos fatos, das práticas e das instituições, suas origens e transformações.

Pensamento mítico e pensamento lógico

A tradição filosófica, sobretudo a partir do século XVIII (com a filosofia da Ilustração) e do século XIX (com a filosofia da história de Hegel e o positivismo de Auguste Comte), afirmava que do mito à lógica havia uma evolução do espírito humano. Essa tradição filosófica fez crer que o mito pertenceria a culturas "inferiores", "primitivas" ou "atrasadas", enquanto o pensamento lógico ou racional pertenceria a culturas "superiores", "civilizadas" e "adiantadas".

Devido a essa separação temporal e evolutiva de duas modalidades de pensamento, a presença de explicações míticas (isto é, as religiões, a literatura, as artes) em nossas sociedades era vista como uma espécie de "resíduo" ou "resto" de uma fase passada da evolução da humanidade, destinada a desaparecer com a plena evolução da racionalidade científica e filosófica.

Hoje, porém, sabe-se que a concepção evolutiva está equivocada e que o pensamento conceitual e o pensamento mítico podem coexistir numa mesma sociedade. Estudos de antropologia social, que analisa os mitos das sociedades ditas selvagens e também os de nossas sociedades, ditas civilizadas, mostraram que, no caso de nossas sociedades, essa coexistência decorre do modo como a imaginação social transforma em mito aquilo que o pensamento conceitual elabora nas ciências e na filosofia. Basta ver o caráter mágico-maravilhoso dado aos satélites artificiais, aos autômatos, aos computadores para constatarmos a passagem da ciência ao mito.

Por sua vez, estudos de neurologia e da análise da anatomia e da fisiologia do cérebro humano mostram que esse órgão possui duas partes, ou dois hemisférios; em um deles localiza-se a linguagem e o pensamento simbólicos e afetivos (propensos ao maravilhoso e à imaginação criadora) e, no outro, a linguagem e o pensamento conceituais.

Assim, a predominância de uma ou outra forma do pensamento depende, de um lado, das tendências pessoais e da história de vida dos indivíduos, e, de outro, do modo como uma sociedade ou uma cultura recorrem mais a uma do que a outra forma para interpretar a realidade, intervir no mundo e explicar-se a si mesma.

a filosofia nas entrelinhas

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Abelha alimentando abelha jovem. As colmeias são construídas coletivamente sempre com o mesmo material e seguindo padrões similares.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Biologia e História.

Como vimos, a abelha sabe fazer a colmeia, mas não faz o ninho. Por outro lado, o joão-de-barro constrói uma "casa", mas é incapaz de fazer uma colmeia.

- Escreva um pequeno texto sobre como o homem, em busca da conquista da natureza, passou do hábito e do instinto ao uso cada vez mais constante da inteligência. Releia os conceitos de *instinto, hábito e inteligência*, estudados neste capítulo, e leve em conta:
  - o desenvolvimento da técnica pelas espécies ancestrais à humana e pelo *Homo sapiens* nos períodos Paleolítico e Neolítico;
  - os aspectos biológicos da diferença comportamental das espécies aqui abordadas (humanos, aves, insetos, etc.), em especial quanto ao que há de constante ou mutável em seus desenvolvimentos ao longo da vida.

atividades

1. Qual é a importância da linguagem? Utilize as ideias filosóficas vistas neste capítulo para fundamentar sua resposta.
2. O que significa dizer que o mito manifesta a força realizadora da linguagem? Como se manifesta o poder encantatório da linguagem e do que ele decorre?
3. O que são palavras tabus? Ilustre sua resposta com alguns exemplos.
4. Como os intelectualistas refutaram as concepções de linguagem dos empiristas?
5. Quais são as quatro respostas dadas sobre a origem da linguagem? Escolha duas e explique-as com exemplos.
6. De que modo a inteligência nos diferencia dos demais animais?
7. Dê outros exemplos que mostrem a linguagem como um processo em formação.
8. Defina o que é teoria, dizendo de onde ela nasce e qual é sua utilidade para o conhecimento.
9. Quais as principais finalidades do método para o conhecimento? Por que se diz que ele tem um papel regulador?
10. Explique e diferencie o uso do método nas ciências exatas, nas ciências naturais e nas ciências humanas.
11. Explique, dando um novo exemplo, de que forma o pensamento mítico persiste em nossa sociedade.

INDICAÇÃO DE FILME

O enigma de Kaspar Hauser

Direção de Werner Herzog. Alemanha, 1974.

O filme, inspirado em fatos verídicos, conta a história de um jovem sem identidade encontrado em uma praça de Nuremberg, Alemanha, em 1828. Chamado Kaspar Hauser, o jovem apresenta um comportamento próprio de quem viveu por muito tempo isolado e não domina a linguagem articulada. Entre a curiosidade pública e da comunidade científica da época, a sociedade tenta integrá-lo a ela.

Divulgação/Werner Herzog Filmproduktion

Cena do filme O enigma de Kaspar Hauser, *dirigido por Werner Herzog.*

CAPÍTULO

18

A consciência pode conhecer tudo?

Vimos que a teoria do conhecimento distingue o eu, a pessoa, o cidadão e o sujeito. Vimos também que ela tem como centro o sujeito do conhecimento, entendido como atividade racional que conhece a si mesma.

O que acontecerá, porém, se o sujeito do conhecimento descobrir que a consciência possui outros elementos constituintes, além daqueles quatro – sobretudo se não se tratar exatamente de mais um elemento da consciência, mas de algo que ela desconhece e sobre o qual nunca poderá refletir diretamente? Que esse algo, desconhecido ou só indiretamente conhecido, determina tudo quanto a consciência e o sujeito sentem, querem, fazem e pensam?

O que sucederá quando o sujeito do conhecimento descobrir um limite intransponível, o inconsciente? Mais: e quando descobrir as armadilhas postas pela ideologia, reproduzida pelos próprios indivíduos?

Aparição de rosto e fruteira numa praia *(1938), óleo sobre tela de Salvador Dalí, artista integrante do surrealismo. Esse movimento artístico e literário do começo do século XX considerava o inconsciente e o sonho suas fontes de criação.*

Charles B. Slackman/Bettmann/Corbis/Latinstock

Freud sobre Freud, *caricatura de 1910, feita pelo desenhista Charles B. Slackman. Deitado no divã e sentado na cadeira, Freud analisa a si mesmo, fazendo-nos lembrar a antiga mensagem inscrita sobre o portal de entrada do templo de Apolo, em Delfos, na Grécia.*

O inconsciente

O criador da psicanálise, Sigmund Freud, escreveu que, no transcorrer da modernidade, os humanos foram feridos três vezes. Essas feridas atingiram o nosso **narcisismo**, isto é, a bela imagem que possuíamos de nós mesmos como seres conscientes/racionais e com a qual estivemos encantados. Que feridas foram essas?

A primeira foi a que nos infligiu Copérnico, ao provar que a Terra não estava no centro do Universo e que os homens não eram o centro do mundo.

A segunda foi causada por Darwin, ao provar que homens e mulheres têm um ancestral em comum com outros primatas, que somos apenas um elo na evolução das espécies e não seres especiais, criados por Deus para dominar a natureza.

A terceira foi causada pelo próprio Freud com a psicanálise, ao mostrar que a consciência é a menor e mais fraca parte de nossa vida psíquica.

A psicanálise

Freud era um médico neurologista que estudava os distúrbios do sistema nervoso. Seguindo os profissionais de sua época, ele usava a hipnose e a sugestão no tratamento dos doentes mentais, mas sentia-se insatisfeito com os resultados obtidos. Enquanto trabalhava em Viena com o médico Breuer, soube por ele do caso de uma paciente, Anna O., que apresentava sintomas de histeria (distúrbios físicos sem causas físicas, pois eram manifestações de problemas psíquicos).

Em seu relato, Breuer contou a Freud que a paciente sugerira um método de tratamento no qual falaria sobre seus problemas diários, porque isso trazia alívio aos seus sintomas (esse procedimento viria a ser chamado de *método catártico*, isto é, de purificação da alma). Freud passou, então, a empregar esse procedimento com seus pacientes: em lugar da hipnose e da sugestão, fazia com que o paciente relaxasse num divã e respondesse às suas perguntas.

Uma paciente pediu-lhe que não a interrompesse com as perguntas, mas a deixasse falar espontaneamente. A partir de então, Freud foi abandonando as perguntas, mas, de vez em quando, interrompia a paciente, dizendo-lhe palavras soltas e pedia-lhe que falasse a primeira palavra que lhe viesse à cabeça ao ouvir o que ele dissera. Posteriormente, Freud denominaria esse procedimento de *técnica de associação livre*.

Freud percebeu que a paciente reagia a certas palavras e não pronunciava aquela que lhe viera à cabeça, censurando-a por algum motivo ignorado por ela e por ele. Notou também que, depois de fazer a associação livre de palavras, a paciente ficava agitada e falava muito.

narcisismo

Conta um mito grego que o jovem e belo Narciso, nunca tendo visto sua própria imagem, se aproximou de um lago e viu nas águas um jovem de extraordinária beleza, pelo qual se apaixonou perdidamente. Como o outro não saía do lago, Narciso mergulhou nas águas a sua procura, morrendo afogado. Narciso morreu de amor por si mesmo, ou melhor, por sua própria imagem. O narcisismo é o encantamento e a paixão que sentimos por nossa própria imagem porque não conseguimos diferenciar o eu do outro.

Observou que, certas vezes, algumas palavras a faziam chorar sem motivo aparente e, outras vezes, a faziam lembrar-se de fatos da infância, ou a levavam a narrar um sonho que tivera na noite anterior.

Pela conversa, pelas reações da paciente, pelos sonhos narrados e pelas lembranças infantis, Freud descobriu que a vida consciente de sua paciente era determinada por uma vida inconsciente, que tanto ela como ele desconheciam. Compreendeu também que somente interpretando as palavras, os sonhos, as lembranças e os gestos da paciente chegaria a essa vida inconsciente.

Freud descobriu, finalmente, que os sintomas histéricos tinham três finalidades:

1. contar indiretamente aos outros e a si mesma os sentimentos inconscientes;
2. punir-se por ter tais sentimentos;
3. realizar, pela doença e pelo sofrimento, um desejo inconsciente que sua consciência julgara intolerável.

Tratando de outros pacientes, Freud descobriu que, embora conscientemente quisessem a cura, algo neles criava uma resistência *inconsciente* à cura. Por quê? Porque os pacientes sentiam-se interiormente ameaçados por alguma coisa dolorosa e temida, algo que haviam penosamente esquecido e que não suportavam lembrar. Freud descobriu, assim, que o esquecimento consciente operava simultaneamente de duas maneiras:

1. como resistência à terapia;
2. na forma da doença psíquica, pois o inconsciente não esquece e obriga o esquecido a reaparecer na forma de sintomas que se manifestam com maior intensidade nas doenças psíquicas.

Desenvolvendo em outros pacientes e em si mesmo os estudos dos sintomas, dos esquecimentos, dos sonhos, das lembranças, Freud foi criando o que chamou de *análise da vida psíquica*, ou *psicanálise.* O objeto central dessa análise era o estudo do inconsciente, e sua finalidade era a cura das perturbações e doenças mentais (as *neuroses*) tendo como método a *interpretação* e como instrumento a *linguagem* (tanto a linguagem verbal como a linguagem corporal, falada pelos sintomas e pelos gestos).

diálogos *filosóficos*

O desejo manifesto nos sonhos

Em primeiro lugar, nem todos os sonhos são estranhos, incompreensíveis e confusos para a pessoa que sonhou. Examinando os sonhos de criancinhas, desde um ano e meio de idade, verificarão que eles são extremamente simples e de fácil explicação. A criancinha sonha sempre com a realização de desejos que o dia anterior lhe trouxe e que ela não satisfez. [...] Estaria certamente resolvido, e de modo satisfatório, o enigma do sonho, se o do adulto não fosse nada mais que o da criancinha: realização de desejos trazidos pelo dia do sonho. E isso de fato é verdade. As dificuldades que esta solução apresenta removem-se uma a uma, mediante a análise minuciosa dos sonhos.

A primeira objeção e a mais importante é a de que os sonhos dos adultos via de regra têm um conteúdo ininteligível, sem nenhuma semelhança com a satisfação de desejos. Resposta: estes sonhos estão distorcidos, o processo psíquico correspondente teria originariamente uma expressão verbal muito diversa. O conteúdo manifesto do sonho, recordado vagamente de manhã e que, não obstante a espontaneidade aparente, se exprime em palavras com esforço, deve ser diferenciado dos pensamentos latentes do sonho que se têm de admitir como existentes no inconsciente. Esta deformação possui mecanismo idêntico ao que já conhecemos desde quando examinamos a gênese dos sintomas histéricos; e é uma prova da participação da mesma interação de forças mentais tanto na formação dos sonhos como na dos sintomas. [...] é obra das forças defensivas do ego, isto é, das resistências que na vigília impedem, de modo geral, a passagem para a consciência dos desejos reprimidos do inconsciente; enfraquecidas durante o sono, essas resistências ainda são suficientemente fortes para só os tolerar disfarçados. Quem sonha, portanto, reconhece tão mal o sentido de seus sonhos como o histérico as correlações e a significação de seus sintomas.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 26-28.

A alienação social

Às três feridas narcísicas mencionadas por Freud precisamos acrescentar mais uma: a que nos foi infligida por Marx com a noção de **ideologia**. Para compreendê-la, precisamos primeiro compreender o fenômeno da **alienação social.**

O filósofo alemão Feuerbach, contemporâneo de Marx, investigou como se formam as religiões e como os seres humanos sentem necessidade de oferecer uma explicação para a origem e a finalidade do mundo. Ao buscar essa explicação, Feuerbach constatou que os humanos projetam para fora de si um ser superior dotado das qualidades que julgam ser as melhores: inteligência, vontade livre, bondade, justiça, beleza. Porém, elas aparecem nesse ser supremo como superlativas: este ser é onisciente e onipotente, sabe tudo, faz tudo, pode tudo. Pouco a pouco, os humanos se esquecem de que criaram esse ser e passam a acreditar no inverso, ou seja, que esse ser foi quem os criou e os governa. Passam a adorá-lo, prestar-lhe culto, temê-lo. Para Feuerbach, quando os homens não se reconhecem num outro que eles mesmos criaram, eles se **alienam**.

A alienação é o fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura como se ela existisse por si mesma e em si mesma, não se reconhecem na obra que criaram e deixam-se governar por ela, fazendo-a um ser-outro, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles.

Arquivo/Coletivo Partida Teatral

Trabalhador finaliza o acabamento de uma peça de uma empresa de componentes plásticos em Sumaré, no estado de São Paulo, em 2011. Em 2003, os trabalhadores dessa empresa, que estava prestes a falir por dívidas, assumiram sua direção.

alienar

Palavra originada do latim *alienus*, que significa 'outro'.

Marx não se interessou apenas pela alienação religiosa, mas investigou sobretudo a alienação social. Interessou-se em compreender as causas pelas quais os seres humanos ignoram que são os criadores da sociedade, da política, da cultura e agentes da história. Interessou-se em compreender por que acreditam que a sociedade foi instituída por vontade e obra dos deuses ou pela força cega das leis da natureza, em vez de perceberem que são eles próprios que, em condições históricas determinadas, criam as instituições sociais (família, relações de produção e de trabalho, relações de troca, linguagem oral, linguagem escrita, escola, religião, artes, ciências, filosofia) e as instituições políticas (leis, direitos, deveres, tribunais, Estado, exército, impostos, prisões).

A ação sociopolítica e histórica chama-se **práxis**. O desconhecimento da origem e das causas da práxis leva os seres humanos a atribuir a outro ou a outros (divindades, forças da natureza) aquilo que, na realidade, foi produzido por sua própria ação. Marx denominou esse desconhecimento da própria práxis *alienação social*.

Por que há alienação social?

Ao buscar compreender o fenômeno da alienação social, Marx verificou que, historicamente, uma sociedade sempre começa por uma divisão que organiza todas as demais relações sociais. Trata-se da **divisão social do trabalho**. Na luta pela sobrevivência, os seres humanos se agrupam para explorar os recursos da natureza e dividem as tarefas: tarefas dos homens adultos, tarefas das mulheres adultas, tarefas dos homens jovens, tarefas das mulheres jovens, tarefas das crianças e dos idosos. Com base nisso, organizam a primeira instituição social: a *família*, na qual o homem adulto, pai, torna-se chefe e domina a mulher adulta, sua esposa e mãe de seus filhos, os quais também são dominados pelo pai.

As famílias trabalham e trocam entre si os produtos do trabalho. Surge uma segunda instituição social: a *troca* (o comércio). Algumas famílias, usando a força ou a astúcia, conquistam terras melhores do que outras e conseguem colheitas ou gado em maior quantidade que outras, trocando seus produtos por uma quantidade maior que a de outras. Ficam mais ricas.

As muito pobres, tendo produzido muito pouco ou nada, veem-se obrigadas a trabalhar para as mais ricas em troca de produtos para a sobrevivência. Começa a surgir uma terceira instituição social: o *trabalho servil*, que desembocará na escravidão.

Os mais ricos e poderosos reúnem-se e decidem controlar o conjunto de famílias, distribuindo entre si os poderes e excluindo algumas famílias de todo poder. **Começa a surgir uma quarta instituição social: *o poder político*, do qual virá o Estado.**

A essa altura, os seres humanos já começaram a explicar a origem e a finalidade do mundo, já elaboraram mitos e ritos. As famílias ricas e poderosas criam outra instituição social, a *religião*, e designam seus próprios integrantes como sacerdotes. Estes, por terem a autoridade para se relacionar com o sagrado, tornam-se temidos e venerados pelo restante da sociedade.

Os vários grupos de famílias dirigentes disputam entre si terras, animais e servos, e dão início a uma nova instituição social: a *guerra*, com a qual os vencidos se tornam escravos dos vencedores, e o poder econômico, social, militar, religioso e político se concentra ainda mais.

Divisão social

Com essa descrição, Marx observou que a sociedade nasce pela estruturação de um conjunto de divisões: divisão sexual do trabalho, divisão social do trabalho, divisão social das trocas, divisão social das riquezas, divisão social do poder econômico, divisão social do poder militar, divisão social do poder religioso e divisão social do poder político.

Por que *divisão*? Porque em todas as instituições sociais (família, trabalho, comércio, guerra, religião, política) uma parte da sociedade detém poder, riqueza, bens, armas, ideias e saberes, terras, trabalhadores, poder político, enquanto outra parte não possui nada disso, estando subjugada à primeira.

Esse conjunto estruturado torna-se cada vez mais complexo, multiplicando-se em muitas outras divisões, na forma de numerosas instituições sociais que acabam por revelar a estrutura fundamental das sociedades como divisão social das classes sociais. A esse conjunto de instituições nascidas da divisão social Marx deu o nome de *condições materiais* da vida social e política.

Por que *materiais*? Porque se referem ao conjunto de práticas sociais pelas quais os homens e mulheres garantem sua sobrevivência por meio do trabalho e da troca dos produtos do trabalho, e que constituem a **economia**.

Modos de produção

A variação das condições materiais de uma sociedade constitui a história dessa sociedade, e Marx as designou *modos de produção*. Ele os define com base em três fatores principais: a *forma da propriedade* ou *os meios de produção*; a *divisão social das classes* e as *relações sociais de produção*.

A história é a mudança ou transformação de um modo de produção para outro. Tal mudança não se realiza por acaso nem por vontade livre dos seres humanos, mas de acordo com as condições econômicas, sociais e culturais já estabelecidas, que podem ser alteradas graças à práxis humana diante de tais condições. Essa constatação levou Marx a afirmar que "os homens fazem a história, mas o fazem em condições determinadas", isto é, que não foram escolhidas por eles. Também por isso ele disse: "Os homens fazem a história, mas não sabem que a fazem".

Estamos, aqui, diante de uma situação coletiva muito parecida com a que encontramos em nossa vida psíquica individual. Assim como julgamos que nossa consciência sabe e pode tudo, faz o que pensa e quer, mas, na realidade, está determinada pelo inconsciente e ignora isso, também na existência social os seres humanos julgam que sabem o que é a sociedade. Dizem que Deus ou a natureza a criaram, instituíram a política e a história, e que os homens são seus instrumentos; ou, então, acreditam que fazem o que fazem e pensam o que pensam porque são livres e têm poder para mudar o curso das coisas como e quando quiserem.

Por exemplo, quando alguém diz que uma pessoa é pobre porque quer, porque é preguiçosa, ou perdulária, ou ignorante, está imaginando que somos o que somos somente por nossa vontade, como se a organização e a estrutura da sociedade, da economia, da política não tivesse nenhum peso sobre nossa vida.

A mesma coisa acontece quando alguém diz ser pobre "pela vontade de Deus", e não por causa das condições concretas em que vive. Ou quando faz uma afirmação racista, segundo a qual "a natureza fez alguns superiores e outros inferiores".

A alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais em que vivemos e que são produzidas pela ação humana sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas. Há uma dupla alienação: ao mesmo tempo que não se reconhecem como agentes e autores da vida social com suas instituições, os seres humanos julgam-se indivíduos plenamente livres.

Carlos Cecconello/Folhapress

Homem caminha por uma rua de Lakewood, em Nova Jersey, nos Estados Unidos, em 2012. Essa é uma das centenas de tent cities *(em inglês, 'cidades de tendas') criadas por pessoas que perderam suas casas e empregos devido à crise econômica de 2008.*

No primeiro caso, não percebem que *instituem* a sociedade; no segundo caso, ignoram que a sociedade *instituída* determina seus pensamentos e ações.

A partir do fenômeno da alienação, podemos compreender o fenômeno da ideologia.

A ideologia

A alienação social se exprime numa "teoria" do conhecimento espontânea, formando o senso comum da sociedade. Por seu intermédio, são imaginadas explicações e justificativas para a realidade tal como é diretamente percebida e vivida.

Um exemplo desse senso comum aparece no caso das "explicações" da pobreza. Esse senso comum social é o resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais, que descrevem e explicam o mundo pelo ponto de vista da classe dominante de sua sociedade. Essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social é a **ideologia**. **Por meio dela, o ponto de vista, as opiniões e as ideias de uma das classes sociais – a dominante e dirigente – tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.**

A função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dando-lhes a aparência de *indivisão social* e de *diferenças naturais* entre os seres humanos.

Apesar da divisão social das classes, somos levados a crer que somos todos iguais porque participamos da ideia de "humanidade", ou da ideia de "nação" e "pátria", ou da ideia de "raça", etc. Somos levados a crer que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social das classes, mas por diferenças individuais dos talentos e das capacidades, da inteligência, da força de vontade, entre outros fatores.

A produção ideológica da *ilusão social* tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas, justas, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivemos e as ideias.

Por exemplo, a ideologia afirma que somos todos cidadãos e, portanto, temos todos os mesmos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. No entanto, isso não acontece de fato. A maioria, porém, acredita que o fato de ser eleitor, pagar as dívidas e contribuir com os impostos já nos faz cidadãos, sem considerar as condições concretas que fazem alguns serem "mais cidadãos" do que outros.

Os procedimentos da ideologia

Como procede a ideologia para obter esse resultado? Em primeiro lugar, opera por **inversão:** coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas em efeitos. Assim como o inconsciente fabrica imagens e sintomas, a ideologia fabrica ideias e falsas causalidades.

Por exemplo, o senso comum social afirma que a mulher é um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para as doçuras do lar e da maternidade e que, por isso, foi destinada, por natureza, para a vida doméstica, o cuidado do marido e da família. Assim, o "ser feminino" é colocado como causa da "função social feminina".

Ora, historicamente, o que ocorreu foi exatamente o contrário: na divisão sexual-social do trabalho e na divisão dos poderes no interior da família, atribuiu-se à mulher um lugar levando em conta o lugar masculino. Como este era o lugar do domínio, deu-se à mulher o lugar subordinado e auxiliar. Visto que o número de braços para o trabalho e para a guerra aumentava o poderio do chefe da família e chefe militar, a função reprodutora da mulher tornou-se imprescindível, donde sua designação prioritária para a maternidade.

Estabelecidas essas condições sociais, era preciso persuadir as mulheres de que seu lugar e sua função não provinham do modo de organização social, mas da natureza, e eram excelentes e desejáveis. Para isso, montou-se a ideologia do "ser feminino" e da "função feminina" como naturais, e não como históricos e sociais. Como se observa, uma vez implantada uma ideologia, passamos a tomar os efeitos pelas causas.

A segunda maneira de operar da ideologia é a produção do **imaginário social**, por meio da imaginação reprodutora. A ideologia transforma as imagens diretas e imediatas da experiência social em um conjunto coerente, lógico e sistemático de ideias que funcionam em dois registros: como representações da realidade (sistema explicativo ou teórico) e como normas e regras de conduta e comportamento (sistema prescritivo de normas e valores).

Representações, normas e valores formam um tecido de imagens que explicam toda a realidade e prescrevem para toda a sociedade o que e como ela deve pensar, falar, sentir e agir. A ideologia assegura modos de entender a realidade e de se comportar nela ou diante dela, eliminando dúvidas, ansiedades, angústias, admirações, ocultando as contradições da vida social, bem como as contradições entre esta e as ideias que supostamente a explicam e controlam.

Enfim, uma terceira maneira de operação da ideologia é o **uso do silêncio**. Um imaginário social se parece com uma frase na qual nem tudo é dito, nem pode ser dito, porque, se o fosse, a frase perderia a coerência e ninguém acreditaria nela. A coerência e a unidade da ideologia vêm, portanto, do que é silenciado.

Por exemplo, a ideologia afirma que a virgindade feminina é preciosa e que a homossexualidade é uma perversão e uma doença grave (tão grave que, para alguns, Deus resolveu punir os homossexuais enviando uma peste, isto é, a Aids).

O que está sendo silenciado pela ideologia? Os motivos pelos quais, em nossa sociedade, o vínculo entre sexo e procriação é tão importante (coisa que não acontece em todas as sociedades). Nossa sociedade exige a procriação legítima e legal – a que se realiza pelos laços do casamento –, porque ela garante, para a classe dominante, a transmissão do capital aos herdeiros.

Assim, o adultério feminino e a perda da virgindade são perigosos para o capital e para a transmissão legal da riqueza; por isso o adultério é malvisto (e, por muito tempo, considerado crime) e a virgindade é valorizada como virtude suprema das mulheres jovens.

Em nossa sociedade, a reprodução da força de trabalho se faz pelo aumento do número de trabalhadores; portanto, a procriação é considerada fundamental para o aumento do capital que precisa da mão de obra. Por esse motivo, toda sexualidade que não se realizar com finalidade reprodutiva será considerada anormal, perversa e doentia, donde a condenação da homossexualidade.

A ideologia perderia sua força e coerência se dissesse essas coisas e por isso as silencia.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Motorista manobra caminhão em Foz do Iguaçu, no Paraná, em 2010. De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feita em março de 2010, mesmo com o aumento da participação no mercado de trabalho, as mulheres ainda recebem menos que os homens e demoram mais para serem promovidas no emprego.

a filosofia nas entrelinhas

Elio Rizzo/Futura Press

Pessoas manifestam em silêncio pela aprovação do projeto "Ficha Limpa" na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 2011. Pela lei da "Ficha Limpa", torna-se inelegível por oito anos o político cujo mandato tenha sido cassado ou cujo histórico político esteja marcado por outras irregularidades previstas por lei.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, História e Sociologia e com o tema transversal Ética.

De acordo com o conceito de alienação social desenvolvido por Marx, homens e mulheres não se percebem como criadores das instituições sociopolíticas, pois desconhecem as condições histórico-sociais concretas em que vivem. Essas condições são produzidas pelas ações humanas e sofrem influência das condições de vida anteriores e determinadas pelas ações de outras pessoas.

- Faça uma pesquisa sobre a história da formação de dois partidos políticos brasileiros de sua escolha, da atualidade ou de outro momento histórico, tendo em vista a escrita de um pequeno texto que responda às seguintes questões:

a) Que causas motivaram a fundação do partido? Houve participação popular (movimentos sociais) durante sua criação?

b) Na sua opinião, as pessoas agem como se os políticos e seus partidos existissem desde sempre ou reconhecem que são responsáveis por elegê-los (ou mesmo sê-los) e criá-los? Justifique com exemplos recentes.

atividades

1. Quais são as três feridas narcísicas? Por que elas receberam esse nome?
2. O que Freud chamou de psicanálise?
3. Explique como Freud chegou ao conceito de inconsciente.
4. O que é alienação religiosa? Qual é a função da alienação social dentro do que Marx chamou de ilusão social?
5. Como Marx explica a origem das diferenças sociais com base na descrição da criação das instituições sociais e políticas fundadas na divisão das classes?
6. Por que a afirmação "os homens fazem a história, mas não sabem que a fazem" implica uma dupla alienação social?
7. O que significa modo de produção? Qual é a relação dos modos de produção com a história?
8. O que é ideologia? Exemplifique como ela age.
9. Procure, na linha do tempo, outro filósofo que tenha vivido em uma época próxima à de Marx e que você já tenha estudado. Então, escreva um texto sobre como os conceitos marxistas vistos neste capítulo se opõem ou concordam com as ideias do filósofo escolhido.

INDICAÇÃO DE FILME

O jardineiro fiel

Direção de Fernando Meirelles. Alemanha/Inglaterra, 2005.

O filme trata do poder dos laboratórios farmacêuticos na África e a forma como operam, usando cobaias humanas para desenvolver novos medicamentos. Solidários com o povo queniano, o diplomata Justin Quayle (Ralph Fiennes) e a ativista de direitos humanos Tessa (Rachel Weisz) passam a conhecer os meandros de um esquema milionário, global e mortal.

Photos 12 - Cinema/DIOMEDIA

Cena do filme O jardineiro fiel, *de 2005.*

CAPÍTULO

19

A metafísica

O que é uma coisa? E um objeto? O que é a subjetividade? O que é o corpo humano? E uma consciência? Perguntas como essas constituem o campo da metafísica, ainda que nem sempre as mesmas palavras tenham sido usadas para formulá-las. Por exemplo, um filósofo grego não falaria em "nada", mas em "Não-Ser". Não falaria em "objeto", mas em "ente", pois a palavra *objeto* só foi usada a partir da Idade Média e, no sentido em que a empregamos hoje, só foi usada depois do século XVII.

Também não falaria em "consciência", mas em *psyché*, isto é, em "alma". Jamais falaria em "subjetividade", pois essa palavra, com o sentido que lhe damos hoje, só foi usada a partir do século XVIII. A mudança do vocabulário da filosofia no curso dos séculos indica que mudaram os modos de formular as questões e respondê-las, pois a filosofia está na história e possui uma história. No entanto, sob essas mudanças profundas, permaneceu a questão metafísica fundamental: "O que é?".

Assim como a metafísica busca conhecer o que está além do mundo físico, a arte abstrata vai além da representação, ou seja, da cópia dos objetos da realidade exterior. O essencial dessa arte se expressa por recursos como a linha, a cor, a mancha na obra da série Abstraktes Bild *(em alemão, 'Pintura abstrata'), de Gerhard Richter, contemplada por uma mulher nesta foto de 2013.*

Peter Macdiarmid/Getty Images

Album/akg-images/Latinstock

A traição das imagens, *obra de 1928 do pintor belga René Magritte. Abaixo do cachimbo retratado, aparece a frase "Ceci n'est pas une pipe" ('Isto não é um cachimbo', em francês). A metafísica exige a distinção entre a realidade e a aparência.*

As indagações metafísicas

A metafísica é a investigação filosófica que gira em torno da pergunta "O que é?". Este "é" possui dois sentidos:

1. significa 'existe', de modo que a pergunta se refere à existência da realidade e pode ser transcrita como: "O que existe?";
2. significa 'natureza própria de alguma coisa', de modo que a pergunta se refere à essência da realidade, podendo ser transcrita como: "Qual é a essência daquilo que existe?".

Existência e *essência* da realidade em seus múltiplos aspectos são, assim, os temas principais da metafísica. Ela investiga os fundamentos, os princípios e as causas de todas as coisas e o ser íntimo de todas as coisas, indagando por que elas existem e por que são o que são.

A história da metafísica pode ser dividida em três grandes períodos, o primeiro deles separado dos outros dois pela filosofia de David Hume:

1. período que vai de Platão e Aristóteles (séculos IV e III a.C.) até Hume (século XVIII d.C.);
2. período que vai de Kant (século XVIII) até a fenomenologia de Husserl (século XX);
3. metafísica ou ontologia contemporânea, a partir dos anos 1920.

Características da metafísica em seus períodos

No primeiro período, a metafísica possui as seguintes características:

- investiga aquilo que é ou existe, a realidade em si;
- é um conhecimento racional apriorístico, isto é, não se baseia nos dados obtidos pela experiência sensível (nos dados empíricos), mas nos puros conceitos formulados pelo pensamento puro ou pelo intelecto;
- é um conhecimento sistemático, isto é, cada conceito depende de outros e se relaciona com outros, formando um sistema coerente de ideias ligadas entre si;
- exige a distinção entre *ser* e *parecer* ou entre *realidade* e *aparência*, seja porque, para alguns filósofos, a aparência é irreal e falsa, seja porque, para outros, a aparência só pode ser compreendida e explicada pelo conhecimento da realidade que subjaz a ela.

Esse primeiro período da metafísica termina quando Hume explica que os conceitos metafísicos não correspondem a nenhuma realidade existente em si mesma e independente de nós, mas são meros nomes gerais que nos vêm pelo hábito mental ou psíquico de associar em ideias as sensações, as percepções e as impressões dos sentidos, quando são constantes, frequentes e regulares.

O segundo período tem seu centro na filosofia de Kant, que demonstra a impossibilidade dos conceitos tradicionais da metafísica para alcançar e conhecer a realidade em si das coisas. Em seu lugar, como vimos no Capítulo 9, Kant propõe que a metafísica seja o conhecimento de nossa própria capacidade de conhecer — seja uma **crítica** da razão pura teórica.

A metafísica poderá continuar usando o mesmo vocabulário que usava tradicionalmente, mas o sentido conceitual das palavras mudará totalmente, pois não se refere ao que existe em si e por si, mas ao que existe para nós e é organizado por nossa razão. Embora com muitas diferenças (que veremos mais tarde), Husserl trilhará um caminho próximo ao de Kant.

A metafísica contemporânea é chamada de **ontologia** (veremos adiante o sentido dessa palavra) e procura superar tanto a antiga metafísica quanto a concepção kantiana. Considera o objeto da metafísica a relação originária mundo-homem. Seus principais objetivos são:

- investigar os diferentes modos como os entes ou os seres existem;
- investigar a essência ou o sentido (a significação) e a estrutura desses entes ou seres;
- investigar a relação necessária entre a existência e a essência dos entes e o modo como aparecem para nossa consciência, por meio das várias formas em que a consciência se realiza (percepção, imaginação, memória, linguagem, intersubjetividade, reflexão, ação moral e política, prática artística, técnicas);
- fornecer uma descrição das estruturas do mundo e do nosso pensamento; o que faz com que alguns considerem que a metafísica ou ontologia contemporânea deva ser chamada de *descritiva*, distinguindo-se das metafísicas anteriores, que ofereciam uma explicação causal da realidade.

O nascimento da metafísica

O realismo da filosofia nascente

Como vimos na Unidade 5, embora a filosofia sempre tenha tratado dos problemas do conhecimento verdadeiro, o *sujeito do conhecimento* só se tornou ponto de partida para a atividade filosófica com o racionalismo clássico ou moderno, no século XVII. Sua indagação era: "Pode nosso pensamento conhecer a realidade?".

crítica

Kant emprega a palavra *crítica* no sentido que possuía em grego: 'estudo das condições da possibilidade de algo' – no caso, esse algo seria o conhecimento verdadeiro. Sua obra *Crítica da razão pura* analisa a estrutura da razão humana como atividade teórica de conhecimento.

Antes disso, a questão proposta pelos filósofos desde a Grécia antiga era: "O que é a realidade que nosso pensamento conhece?". Assim, a filosofia iniciava sua investigação voltando-se para o *objeto do conhecimento*, partindo da afirmação da existência da realidade e de que ela poderia ser conhecida verdadeiramente pela razão ou pelo pensamento.

Porque a pergunta inicial tinha como pressuposto a existência da realidade exterior ao pensamento, costuma-se dizer que a filosofia nasceu como um realismo, e desse realismo surgiu a metafísica.

Da cosmologia à metafísica

A filosofia nasce da admiração e do espanto, dizem Platão e Aristóteles. Admiração: "Por que o mundo existe?". Espanto: "Por que o mundo é tal como é?".

Desde seu nascimento, a filosofia perguntou: "O que existe?", "Por que existe?", "O que é isso que existe?", "Como é isso que existe?", "Por que e como surge, muda e desaparece?", "Por que a natureza ou o mundo se mantêm ordenados e constantes, apesar da mudança contínua de todas as coisas?".

Como vimos na Unidade 1, essas perguntas levaram os primeiros filósofos a buscar uma explicação racional para a origem de um mundo ordenado, o *cosmo*. Por esse motivo, a filosofia nasce como **cosmologia**. A busca do princípio que causa e ordena tudo quanto existe na natureza (minerais, vegetais, animais, humanos, astros, qualidades como úmido, seco, quente, frio) e tudo quanto nela acontece (dia e noite, estações do ano, nascimento, transformação e morte, bem e mal, belo e feio, etc.) foi a busca de uma força natural denominada pelos primeiros filósofos com o nome de *physis*. A cosmologia era uma explicação racional sobre a *physis* e, portanto, uma *física*, ou, como a chamava Aristóteles, uma *fisiologia* – isto é, o estudo da *physis*.

Como, então, surgiu a metafísica? Como surgiu um saber que suplantou a cosmologia ou física dos primeiros filósofos? **Como e por que a metafísica acabou tornando-se o centro e a disciplina mais importante da filosofia?**

Metafísica ou ontologia?

A palavra *metafísica* não foi empregada pelos filósofos gregos. Foi usada pela primeira vez por Andrônico de Rodes, por volta do ano 50 a.C., quando recolheu e classificou as obras de Aristóteles que haviam ficado dispersas e perdidas durante muitos séculos. Com essa sentença — ***tà meta tà physica*** —, o organizador dos textos aristotélicos indicava um conjunto de escritos que, em sua classificação, localizavam-se após os tratados sobre a física ou sobre a natureza.

Ora, os escritos que Andrônico de Rodes pospôs aos escritos de física haviam recebido uma designação por parte do próprio Aristóteles quando este definira o assunto de que tratavam: são os escritos da *Filosofia Primeira*, cujo tema é o estudo do "Ser enquanto Ser". Desse modo, o que Aristóteles chamou de Filosofia Primeira passou a ser designado como **metafísica**.

No século XVII, o filósofo alemão Jacobus Thomasius considerou que a palavra correta para designar os estudos da metafísica ou Filosofia Primeira seria *ontologia*. Essa palavra é composta de duas outras: *onto* e *logia*. ***Onto*** vem de *tò on*, que significa 'o Ser'. O Ser é o que *é* realmente e se opõe ao que *parece ser*, à aparência. Assim, *ontologia* significa estudo ou conhecimento do Ser, dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente, correspondendo ao que Aristóteles chamara de Filosofia Primeira, isto é, o estudo do Ser enquanto Ser.

Por que Thomasius julgou a palavra *ontologia* mais adequada do que *metafísica*? Para responder a essa pergunta, devemos retomar o que escreveu Aristóteles quando propôs a Filosofia Primeira.

Ao definir a Filosofia Primeira, Aristóteles afirmou que ela estuda o ser das coisas, a *ousía*. A palavra *ousía* é o feminino do particípio presente do verbo *ser* grego (*einai*). Os pensadores e escritores latinos, ao traduzir as obras dos filósofos gregos, procuraram um correspondente para *ousía* e inventaram a palavra *essentia*, pois em latim o verbo ser é *esse*. Em português, o termo *ousía* significa 'essência', porque é traduzido da palavra latina *essentia*.

Assim, a Filosofia Primeira é o estudo ou o conhecimento da essência das coisas ou do ser real e verdadeiro das coisas, daquilo que elas são em si mesmas, apesar das aparências que possam ter e das mudanças que possam sofrer.

tà meta tà physica

Em grego, *tà* significa 'aqueles'; *meta*: 'após, depois'; *tà physica*: 'aqueles da física'. Assim, a expressão *tà meta tà physica* significa, literalmente, 'aqueles [escritos] que estão [catalogados] após os [escritos] da física'.

Onto, tò on

Onto deriva de dois substantivos gregos, *tà onta* ('os bens e as coisas realmente possuídos por alguém'; e 'as coisas realmente existentes'). *Tà onta* deriva do verbo *einai* ('ser', em grego). O particípio presente desse verbo se diz *on* ('sendo', 'ente'). Dessa maneira, as palavras *tà onta* ('as coisas') e *on* ('ente') levaram a *tò on* ('o Ser').

Celso Brandão/2013 DROOG

Exposição "Em louvor da diversidade: bancos do Brasil", realizada em setembro de 2012, em Amsterdã, capital da Holanda. A Filosofia Primeira estuda o Ser das coisas, a essentia. *Assim, a ela não importa a aparência que um banco pode ter, mas o que faz dele um Ser.*

Thomasius considerou que Aristóteles definira a Filosofia Primeira como o estudo do Ser enquanto Ser para significar que ela não estuda esta ou aquela coisa, este ou aquele ente, mas busca aquilo que faz de um ente ou de uma coisa um Ser. Busca a essência de um ente ou de uma coisa. Por isso, sendo o estudo da *ousía* e porque a *ousía* oferece o ser real e verdadeiro de um ente, a Filosofia Primeira deveria ser designada com a palavra *ontologia*. Nesse caso, a palavra *metafísica* seria apenas a indicação do lugar ocupado nas estantes pelos livros aristotélicos de Filosofia Primeira, localizados depois dos tratados sobre a física ou a natureza.

Por que, então, a tradição filosófica consagrou a palavra *metafísica* em vez de *ontologia*? **Porque Aristóteles, ao definir a Filosofia Primeira, também afirmou que ela estuda os primeiros princípios e as causas primeiras de todos os seres ou de todas as essências, estudo que deve *vir antes* de todos os outros, porque é a condição de todos eles.**

Que quer dizer "vir antes"? Para Aristóteles, significa 'estar acima dos demais, estar além do que vem depois, ser superior ao que vem depois, ser a condição da existência e do conhecimento do que vem depois'. Ora, a palavra *meta* quer dizer exatamente isso: 'o que está além de', 'o que está acima de', 'o que vem depois', mas no sentido de ser superior ou de ser a condição de alguma coisa. Se assim é, então a palavra *metafísica* não indica um mero lugar num catálogo de obras, mas significa o estudo de alguma coisa que está acima e além das coisas físicas ou naturais e que é a condição da existência e do conhecimento delas.

Por isso, a tradição consagrou a palavra *metafísica* em vez da palavra *ontologia*. *Metafísica*, nesse caso, quer dizer: 'aquilo que é condição e fundamento de tudo o que existe e de tudo o que puder ser conhecido'.

Até aqui respondemos à pergunta: "Por que metafísica em lugar de ontologia?". Mas ainda não respondemos à pergunta principal: "Por que a metafísica ou ontologia ocupou o lugar que, no início da filosofia, era ocupado pela cosmologia ou física?". Para isso, precisamos acompanhar os motivos que levaram a uma crise da cosmologia e ao surgimento da ontologia, que acabaria recebendo o nome de metafísica.

O surgimento da ontologia: Parmênides de Eleia

Quando estudamos o surgimento da lógica, vimos a importância do pensamento de Parmênides. Foi ele o primeiro filósofo a afirmar que o mundo percebido por nossos sentidos — o cosmo estudado pela cosmologia — é um mundo ilusório, feito de aparências, sobre as quais formulamos nossas opiniões. Foi ele também o primeiro a contrapor a esse mundo mutável a ideia de um pensamento e de um discurso verdadeiros referidos àquilo que *é* realmente, ao Ser — *tò on*, *on*.

O Ser *é*, diz Parmênides. Com isso, pretendeu dizer que o Ser é sempre idêntico a si mesmo, imutável, eterno, imperecível, invisível aos nossos sentidos e visível apenas para o pensamento. **Foi Parmênides o primeiro a dizer que a aparência sensível das coisas da natureza não possui realidade, não existe real e verdadeiramente, *não é*.** Contrapôs, assim, o Ser (*on*) ao Não-Ser (*me on*), declarando: "o Não-Ser não é". A filosofia é chamada por Parmênides de "a Via da Verdade" (*alétheia*), que nega realidade e conhecimento à "Via de Opinião" (*dóxa*), pois esta se ocupa com as aparências, com o Não-Ser.

Ora, a cosmologia ou física ocupava-se justamente com o mundo que percebemos e no qual vivemos com as demais coisas naturais. Ocupava-se com a natureza como um cosmo ou ordem regular e constante de surgimento, transformação e desaparecimento das coisas. A cosmologia buscava a explicação para o *devir*, isto é, para a passagem de uma coisa a um outro modo de existir, contrário ao que possuía.

Parmênides tornou a cosmologia impossível ao afirmar que o pensamento verdadeiro exige a identidade, a não transformação e a não contradição do Ser. Considerando a mudança de uma coisa em outra contrária como o Não-Ser, Parmênides também afirmava que o Ser não muda porque não tem como nem por que mudar e não tem no que mudar, pois, se mudasse, deixaria de ser o Ser, tornando-se contrário a si mesmo, o Não-Ser. Como consequência, mostrou que o pensamento verdadeiro não admite a multiplicidade ou pluralidade de seres e que o Ser é uno e único.

Os argumentos da Escola Eleata eram rigorosos:

- admitamos que o Ser não seja uno, mas múltiplo. Nesse caso, cada ser *é* ele mesmo e *não é* os outros seres; portanto, cada ser *é* e *não é* ao mesmo tempo, o que é impensável ou absurdo. O Ser é uno e não pode ser múltiplo;
- admitamos que o Ser não seja eterno, mas teve um começo e terá um fim. Antes dele, o que havia? Outro Ser? Não, pois o Ser é uno. O Não-Ser? Não, pois o Não-Ser é o nada. Portanto, o Ser não pode ter tido um começo. Terá um fim? Se tiver, o que virá depois dele? Outro Ser? Não, pois o Ser é uno. O Não-Ser? Não, pois o Não-Ser é o nada. Portanto, o Ser não pode acabar. Sem começo e sem fim, o Ser é eterno;

- admitamos que o Ser não seja imutável, mas mutável. No que o Ser mudaria? Noutro Ser? Não, pois o Ser é uno. No Não-Ser? Não, pois o Não-Ser é o nada. Portanto, se o Ser mudasse, tornar-se-ia Não-Ser e desapareceria. O Ser é imutável e o devir é uma ilusão de nossos sentidos.

O que Parmênides afirmava era a diferença entre *pensar* e *perceber*. Percebemos a natureza na multiplicidade e na mutabilidade das coisas que se transformam umas nas outras. Mas pensamos o Ser, isto é, a identidade, a unidade, a imutabilidade e a eternidade daquilo que é em si mesmo. Perceber é ver aparências. Pensar é contemplar a realidade como idêntica a si mesma. Pensar é contemplar o *tò on*, o Ser.

Multiplicidade, mudança, nascimento e perecimento são aparências, ilusões dos sentidos. Ao abandoná-las, a filosofia passou da cosmologia à ontologia.

National Geographic Image Collection/Alamy/Glow Images

Turista escolhe uma colcha em Jaisalmer, Índia, em 2012. Segundo as ideias de Platão, quando tocamos um tecido, vemos sua cor, sua estampa e sua trama, não temos contato com sua essência verdadeira, e sim com a aparência ilusória que os sentidos nos fornecem. Esse conhecimento ilusório gera a dóxa ('opinião'), que varia de indivíduo para indivíduo.

Platão e o mundo das essências

O mundo sensível e o mundo inteligível

Também ao estudarmos a lógica, vimos que Platão dedicou a sua obra à resolução do impasse filosófico criado pelo antagonismo entre o pensamento de Heráclito de Éfeso e o de Parmênides de Eleia.

Platão considerou que Heráclito tinha razão no que se refere ao mundo material e sensível, mundo das imagens e das opiniões. A matéria, diz Platão, é, por essência e por natureza, algo imperfeito, que não consegue manter a identidade das coisas, mudando sem cessar, passando de um estado a outro, contrário ou oposto. Assim, do mundo material só nos chegam as aparências das coisas e sobre ele só podemos ter opiniões contrárias e contraditórias.

Por esse motivo, diz Platão, Parmênides está certo ao exigir que a filosofia abandone esse mundo sensível e ocupe-se com o mundo verdadeiro, invisível aos sentidos e visível apenas ao puro pensamento. O verdadeiro é o Ser, uno, imutável, idêntico a si mesmo, eterno, imperecível, puramente inteligível.

Eis por que a ontologia platônica introduz uma divisão, afirmando a existência de dois mundos inteiramente diferentes e separados: *o mundo sensível* da mudança, da aparência, do devir dos contrários, e o *mundo inteligível* da identidade, da permanência, da verdade, conhecido pelo intelecto puro, sem nenhuma interferência dos sentidos e das opiniões. O primeiro é o *mundo das coisas*. O segundo, o *mundo das ideias* ou das *essências verdadeiras*. O mundo das ideias é o mundo do Ser; o mundo sensível das coisas é o mundo do Não-Ser. O mundo sensível é uma sombra, uma cópia deformada ou imperfeita do mundo das ideias.

Há, aqui, uma diferença entre a ontologia de Parmênides e a de Platão. Para o primeiro, o mundo sensível das aparências é o Não-Ser em sentido forte, isto é, não existe, não tem realidade nenhuma, é o nada. Para Platão, porém, o Não-Ser não é o puro nada. Ele é alguma coisa. O que ele é? Ele é o outro do Ser, o que é diferente do Ser, o que é inferior ao Ser, o que nos engana e nos ilude, a causa dos erros. Em lugar de ser um puro nada, o Não-Ser é um *falso ser*, uma sombra do Ser verdadeiro, aquilo que Platão chama de *Pseudosser*.

Há ainda outra diferença importante entre a ontologia de Parmênides e a de Platão. O primeiro afirmava que o Ser, além de imutável, eterno e idêntico a si mesmo, era único ou uno. Havia o Ser. Qual o problema dessa afirmação parmenideana?

Se Parmênides não admitia a multiplicidade infinita de seres contrários uns aos outros e a si mesmos do devir heraclitiano, visto que o pensamento exige a identidade do pensado, o que restava à filosofia ao se admitir uma identidade una-única? Só lhe restava pensar e dizer três frases: "o Ser é", "o Não-Ser não é" e "o Ser é uno, idêntico, eterno e imutável". Assim, Parmênides paralisava a filosofia.

Se a filosofia quisesse prosseguir como investigação da verdade e se tivesse mais objetos a conhecer, era preciso quebrar essa unidade-unicidade do Ser. Foi o que fez Platão. O que disse ele?

diálogos *filosóficos*

Filosofia e senso comum

Desde a Antiguidade, a tradição filosófica tem enfatizado a descontinuidade entre filosofia e senso comum [...].

O pensamento antigo opunha opinião (*doxa*) e ciência (*episteme*). A noção de opinião, significando um conhecimento ou crença sem nenhuma garantia de sua validade, pode ser encontrada em Parmênides, que estabelece uma distinção entre a verdade e "as opiniões dos mortais, em que não há certeza" (Fragmento 1). Em seu poema, a verdade aparece como divina, existindo num domínio que lhe é próprio e que não pode ser alcançado por nenhum dos caminhos comumente seguidos pelos homens. Também Heráclito critica os que "acreditam nos cantores de rua e seu mestre é a massa" (Fragmento 104) e considera que "as opiniões dos homens são jogos de crianças" (Fragmento 70). A oposição entre *doxa* e *episteme* foi consagrada por Platão, para quem a opinião, limitando-se ao mundo sensível, reino do devir, constitui o oposto da ciência, conhecimento das essências imutáveis e subsistentes.

Daí em diante o desenvolvimento histórico da filosofia, por diferentes formulações, reafirmou inúmeras vezes a distância entre a filosofia e o homem comum, entre o saber filosófico e o senso comum. Mesmo aceitando a tese aristotélica da existência de uma curiosidade natural ou de um desejo de conhecer em todos os homens, é forçoso reconhecer que não existe uma continuidade imediata entre senso comum e atividade filosófica.

RODRIGO, Lídia Maria. *Filosofia em sala de aula – teoria e prática para o ensino médio*. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 12-3.

A solução de um impasse

Em primeiro lugar, seguindo Sócrates e os sofistas, Platão distinguiu três sentidos para a palavra *ser*: o sentido de substantivo, isto é, de realidade existente ('o ser', 'um ser'); o sentido verbal forte, em que *é* significa 'existe' e *ser* quer dizer 'existência' ("O homem *é*", isto é, "existe"); e o sentido verbal mais fraco, predicativo, em que o verbo *ser* é o verbo de ligação, isto é, o verbo que permite ligar um sujeito e seu predicado ("O homem é *mortal*").

Em segundo lugar, afirmou que, no sentido forte de *ser* (isto é, como substantivo e como verbo existencial), existem múltiplos seres e não um só, mas cada um deles possui os atributos do Ser de Parmênides (identidade, unidade, eternidade, imutabilidade). Esses seres são as *ideias* ou *formas inteligíveis*, totalmente imateriais, que constituem o mundo verdadeiro, o mundo inteligível.

Em terceiro lugar, afirmou que, no sentido mais fraco do verbo *ser*, isto é, como verbo de ligação, cada ideia é um ser real, que possui um conjunto de predicados reais ou de propriedades essenciais e que a fazem ser o que ela é em si mesma. Uma ideia *é* (existe) e uma ideia é *uma essência* ou conjunto de qualidades essenciais que a fazem ser o que ela *é* necessariamente. Por exemplo, a justiça *é* (há a ideia de justiça) e há seres humanos que *são justos* (possuem o predicado da justiça como parte de sua essência).

Dessa maneira, cada ideia, em si mesma, é como o Ser de Parmênides: una, idêntica a si mesma, eterna e imutável — uma ideia *é*. Ao mesmo tempo, cada ideia difere de todas as outras pelo conjunto de qualidades ou propriedades internas e necessárias pelas quais ela é uma essência determinada, diferente das demais (a ideia de homem é diferente da ideia de planeta, que é diferente da ideia de beleza, etc.).

A tarefa da filosofia é dupla:

1. deve conhecer quais ideias existem, isto é, quais ideias *são*;
2. deve conhecer quais são as qualidades ou propriedades essenciais de uma ideia, isto é, *o que* uma ideia é, sua essência.

As ideias ou formas inteligíveis (ou essências inteligíveis), diz Platão, são seres perfeitos e, por isso, tornam-se *modelos inteligíveis* ou *paradigmas inteligíveis* perfeitos que as coisas sensíveis materiais tentam imitar imperfeitamente. O sensível é, pois, uma imitação imperfeita do inteligível: as coisas sensíveis são *imagens* das ideias, são Não-Seres tentando inutilmente imitar a perfeição dos seres inteligíveis.

Cabe à filosofia passar das cópias imperfeitas aos modelos perfeitos, abandonando as *imagens* pelas *essências*, as *opiniões* pelas *ideias*, as *aparências* pelas *essências*. O pensamento, empregando a dialética, deve passar da *instabilidade contraditória das coisas sensíveis à identidade racional das coisas inteligíveis*.

Dialética platônica: do *sensível* ao *inteligível*

Os diálogos de Platão põem em marcha a dialética, isto é, o caminho seguro (*méthodos*, em grego) que nos conduz das sensações, das percepções, das imagens e das opiniões à contemplação intelectual do ser real das coisas, à ideia verdadeira. A dialética permite a passagem da *dóxa* (opinião) à *episteme* (ciência ou saber). Tomemos um diálogo para acompanharmos o procedimento platônico. *O banquete* busca a ideia ou a essência do amor.

Numa festa, oferecida por um poeta premiado, conversam cinco amigos e Sócrates. Um deles afirma que todos os deuses recebem hinos e poemas de louvor, mas nenhum foi feito ao melhor dos deuses, Eros, o amor. Propõe, então, que cada um faça uma homenagem a Eros dizendo o que é o amor.

Para um deles, o amor é o mais bondoso dos deuses, porque nos leva ao sacrifício pelo ser amado, inspira-nos o desejo de fazer o bem. Para o seguinte, é preciso distinguir o amor sexual e grosseiro do amor espiritual entre as almas, pois o primeiro é breve e logo acaba, enquanto o segundo é eterno. Já o terceiro afirma que os que o antecederam tinham limitado muito o amor, tomando-o apenas como uma relação entre duas pessoas. O amor, diz ele, é o que ordena, organiza e orienta o mundo, pois faz os semelhantes se aproximarem e os diferentes se afastarem.

O quarto prefere retornar ao amor entre as pessoas e narra um mito. No princípio, os humanos eram de três tipos: havia o homem duplo, a mulher dupla e o homem-mulher, isto é, o andrógino. Tinham um só corpo, com duas cabeças, quatro braços e quatro pernas. Como se julgavam seres completos, decidiram habitar no céu. Zeus, rei dos deuses, enfureceu-se, tomou de uma espada e os cortou pela metade.

Decaídos, separados e desesperados, os humanos teriam desaparecido se Eros não lhes tivesse dado órgãos sexuais e os ajudasse a procurar a metade perdida. Os que eram homens duplos e mulheres duplas amam os de mesmo sexo, enquanto os que eram andróginos amam a pessoa do sexo oposto. Amar é encontrar a nossa metade e o amor é esse encontro.

Finalmente, o poeta, anfitrião da festa, toma a palavra dizendo: "Todos os que me precederam louvaram o amor pelo bem que faz aos humanos, mas nenhum louvou o amor por ele mesmo. É o que farei. O amor, Eros, é o mais belo, o melhor dos deuses. O mais belo, porque sempre jovem e sutil, porque penetra imperceptivelmente nas almas; o melhor, porque odeia a violência e a desfaz onde existir; inspira os artistas e poetas, trazendo a beleza ao mundo".

Gianni Dagli Arti/Art Archive/Agência France-Presse/Museu do Louvre, Paris, França.

Escultura de Eros (1793), de Antonio Canova (1757-1822), que se encontra no Museu do Louvre, em Paris.

Resta Sócrates, que diz: "Não poderei falar. Não tenho talento para fazer discursos tão belos". Os outros, porém, não se conformam e o obrigam a falar. "Está bem", retruca ele. "*Mas falarei do meu jeito*."

Com essa pequena frase, o tom do diálogo se altera, pois "falar do meu jeito" significa que "não vou fazer elogios e louvores às imagens e aparências do amor, não vou emitir mais uma opinião sobre o amor, mas vou buscar a essência do amor, a *ideia* do amor".

Sócrates também começa com um mito. Quando a deusa Afrodite nasceu, houve uma grande festa para os deuses, mas esqueceram-se de convidar a deusa Penúria (*Pênia*). Miserável e faminta, Penúria esperou o fim da festa, esgueirou-se pelos jardins e comeu os restos, enquanto os demais deuses dormiam. Num canto do jardim, viu Engenho Astuto (*Poros*) e desejou conceber um filho dele, deitando-se ao seu lado. Desse ato sexual nasceu Eros, o amor. Como sua mãe, Eros está sempre carente, faminto, miserável; como seu pai, Eros é astuto, sabe criar expedientes engenhosos para conseguir o que quer.

Qual o sentido do mito? Nele descobrimos que o amor é carência e astúcia, desejo de saciar-se, de completar-se e de encontrar a plenitude. Amar é desejar fundir-se na plenitude do amado e ser um só com ele. O que pode completar e dar plenitude a um ser carente? Somente aquilo que é em si mesmo completo e pleno, isto é, o que é perfeito. O amor é desejo de perfeição. O que é a perfeição?

A harmonia, a proporção, a integridade ou inteireza da forma. Desejamos as formas perfeitas. O que é uma forma perfeita? A forma acabada, plena, inteiramente realizada, sem falhas, sem necessidade de transformar-se, isto é, sem necessidade de mudança . A forma perfeita é o que chamamos de beleza.

Onde está a beleza nas coisas corporais? Nos corpos belos, cuja união engendra uma beleza: a imortalidade dos pais por meio dos filhos. Onde está a beleza nas coisas incorporais? Nas almas belas, cuja beleza está na perfeição de seus pensamentos e ações, isto é, na inteligência. Que amamos quando amamos corpos belos? O que há de imperecível naquilo que é perecível, isto é, amamos a descendência. Que amamos quando amamos almas belas? O que há de imperecível na inteligência, isto é, as ideias.

Se o amor é desejo de identificar-se com o amado, então a qualidade ou a natureza do ser amado determina se um amor é plenamente verdadeiro ou uma aparência de amor. Amar o perecível é tornar-se perecível também. Amar o mutável é tornar-se mutável também. O perecível e o mutável são sombras, cópias imperfeitas do ser verdadeiro, imperecível e imutável. As formas corporais belas são sombras ou imagens da verdadeira beleza imperecível. Abandonando-as pela verdadeira beleza, amamos não esta ou aquela coisa bela, mas a ideia ou a essência da beleza, o belo em si mesmo, único, real.

As almas belas são belas porque nelas há a presença de algo imperecível: o intelecto, parte imortal de nossa alma. Que ama o intelecto? Outro intelecto que seja mais belo e mais perfeito do que ele e que, ao ser amado, torna perfeito e belo quem o ama. O que é um intelecto verdadeiramente belo e perfeito? O que ama a beleza perfeita. Onde se encontra a tal beleza? Nas ideias.

O que é a *essência* ou a *ideia* do amor? O amor é o desejo da perfeição imperecível pelas formas *belas*, daquilo que permanece sempre idêntico a si mesmo, daquilo que pode ser contemplado plenamente pelo intelecto e conhecido plenamente pela inteligência. Sendo amor intelectual pelo inteligível ou pelas ideias, o amor é o desejo de saber: *philo sophia*, 'amor da sabedoria'. Pelo amor, o intelecto humano participa do inteligível, toma parte no mundo das ideias ou das essências, conhecendo o *ser verdadeiro.*

A ontologia é, assim, a própria filosofia e o conhecimento do Ser, isto é, das ideias; é a passagem das opiniões sobre as coisas sensíveis mutáveis rumo ao pensamento sobre as essências imutáveis. Passar do sensível ao inteligível — tarefa da filosofia — é passar da aparência ao real, do *Não-Ser* ao *Ser.*

New York Public Library Collection/Photo Researchers/Getty Images

Representação do diálogo O banquete, *de Platão, em pintura do alemão Anselm Feuerbach (1829-1880) produzida em 1869.*

a filosofia nas entrelinhas

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Língua Portuguesa.

Leia o poema "Amor e seu tempo", de Carlos Drummond de Andrade, e faça as atividades.

Amor é privilégio de maduros
estendidos na mais estreita cama,
que se torna a mais larga e mais relvosa,
roçando em cada poro, o céu do corpo.

É isto, amor: o ganho não previsto,
o prêmio subterrâneo e coruscante,
leitura de relâmpago cifrado,
que, decifrado, nada mais existe

valendo a pena o preço do terrestre,
salvo o minuto de ouro no relógio
minúsculo, vibrando no crepúsculo.

Amor é o que se aprende no limite,
depois de arquivar toda a ciência
herdada, ouvida. Amor começa tarde.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *As impurezas do branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. p. 36.

Circuito Fora do Eixo/Flickr/Creative Commons

"Não existe amor em SP / Os bares estão cheios de almas tão vazias". Versos da canção "Não existe amor em SP", de Criolo. Na foto, o cantor paulistano em apresentação em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 2012.

1. Relacione as ideias sobre o amor presentes neste poema com aquelas expostas no diálogo *O banquete*, de Platão.
2. Faça um comentário breve sobre o amor na sociedade contemporânea tomando como referência o poema de Drummond e o diálogo de Platão.

atividades

1. O que significa metafísica? O que ela investiga?
2. Quais são os períodos da metafísica? Caracterize-os brevemente.
3. Quais foram as mudanças que a metafísica sofreu com Hume e Kant?
4. Quais são as perguntas filosóficas, uma feita antes do século XVII e outra depois dele? Qual é o significado dessas duas perguntas?
5. Por que a palavra *metafísica* ficou consagrada para designar a Filosofia Primeira ou ontologia?
6. Resuma os principais traços do pensamento de Parmênides tomando como referência duas oposições: entre realidade e aparência e entre pensar e perceber.
7. Explique a divisão platônica entre mundo sensível e mundo inteligível.
8. Qual a principal diferença entre o pensamento de Platão e o de Parmênides?
9. Quais as três atitudes com as quais Platão resolveu o impasse filosófico deixado por Parmênides, que reduzira a filosofia à afirmação "o Ser é" e à negação "o Não-Ser não é"?
10. Que são as ideias ou formas inteligíveis? Quais as suas principais características ou qualidades?
11. Explique como e por que, para Platão, cabe à filosofia passar da aparência sensível à essência inteligível das coisas, da opinião à ideia. Ilustre sua resposta com um novo exemplo.

INDICAÇÃO DE FILME

Baraka

Direção de Ron Fricke. Estados Unidos, 1992.

O documentário mostra a vida humana na Terra. Passado, presente e futuro estão presentes nas imagens de antigos templos religiosos, paisagens naturais e grandes cidades. Cada cena questiona não apenas o "Onde?", mas "O que é?" cada coisa e seu significado.

Magison/Album/Latinstock

Cartaz do documentário Baraka, *de 1992, dirigido por Ron Fricke.*

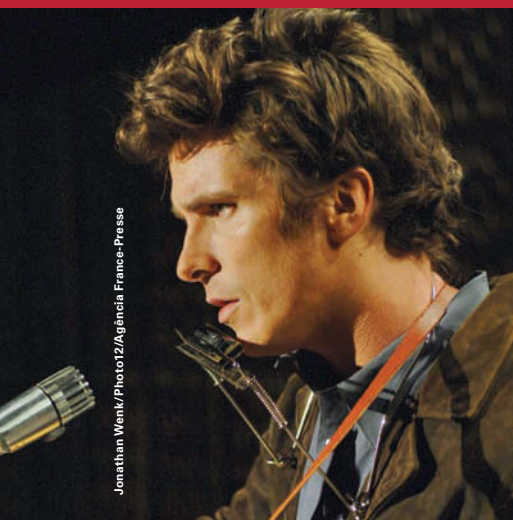
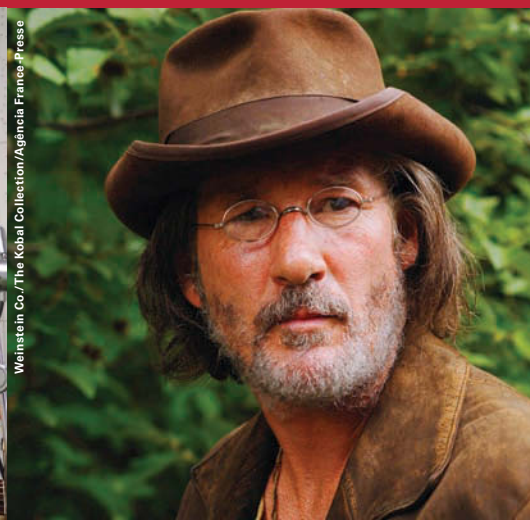
CAPÍTULO

20

A metafísica de Aristóteles

Com Parmênides, vimos que o *Ser* verdadeiro, imutável, único e eterno, que constitui a realidade última do mundo, se opõe ao *Não-Ser*, ao aparente, ao mutável, ao múltiplo e diverso na natureza. Segundo Platão, deve-se buscar no *mundo das ideias* a realidade verdadeira e inteligível dos seres, e não se ater ao *mundo sensível*, uma realidade inferior, composta de imagens contraditórias e ilusórias – cópias das ideias verdadeiras.

Discordando de Parmênides e de Platão (seu mestre), Aristóteles conduz a metafísica em uma direção oposta. Embora mantenha a indagação ontológica “O que é?”, ele não acredita que o caminho do Ser passa ao largo do mundo sensível. Para Aristóteles, é refletindo sobre a própria natureza em nossa volta que o Ser é alcançado.

Os atores Christian Bale, Heath Ledger, Richard Gere, Ben Whishaw e Marcus Carl Franklin e a atriz Cate Blanchett interpretam seis facetas do músico Bob Dylan no filme Não estou lá, *de Todd Haynes, lançado em 2007. Para Aristóteles, o movimento, entendido como devir, é o critério metafísico por meio do qual o filósofo pode conhecer a essência das coisas da natureza.*

Diferença entre Aristóteles e seus predecessores

Embora a ontologia tenha começado com Parmênides e Platão, costuma-se atribuir seu nascimento a Aristóteles quando este explicitamente formula a ideia de uma ciência ou disciplina que tem como finalidade própria o estudo do Ser, denominando-a Filosofia Primeira. Além disso, três outros motivos levam a atribuir a Aristóteles o início da metafísica:

1. diferentemente de seus predecessores, Aristóteles não julga o mundo das coisas sensíveis – ou a natureza – um mundo aparente e ilusório. Pelo contrário, é um mundo real e verdadeiro cuja *essência* é, justamente, a multiplicidade de seres e a mudança incessante. Em lugar de afastar a multiplicidade e o devir como ilusões ou sombras do verdadeiro Ser, Aristóteles afirma que o ser da natureza existe, é real, que seu modo próprio de existir é a mudança e que esta não é uma contradição impensável. É possível uma ciência teorética verdadeira sobre a natureza e a mudança: a física. Mas é preciso, primeiro, demonstrar que o objeto da física é um ser real e verdadeiro, e isso é tarefa da Filosofia Primeira ou “meta-física”.
2. diferentemente de seus predecessores, Aristóteles considera que a essência verdadeira das coisas naturais e dos seres humanos e de suas ações não está no mundo inteligível, separado do mundo sensível. As essências estão nas próprias coisas, nos próprios homens, nas próprias ações, e é tarefa da filosofia conhecê-las ali mesmo onde existem e acontecem. Como conhecê-las? Partindo da sensação até alcançar a intelecção. A essência de um ser ou de uma ação é conhecida pelo pensamento, que capta as propriedades internas e necessárias desse ser ou dessa ação, sem as quais ele ou ela não seriam o que são. A metafísica não precisa abandonar este mundo, mas, ao contrário, é o conhecimento da essência do que existe em nosso mundo.
3. ao se dedicar à Filosofia Primeira ou metafísica, a filosofia descobre que há diferentes tipos de seres ou entes que se diferenciam justamente por suas essências. Em outras palavras, para Parmênides havia apenas o Ser único, uno e imutável; para Platão, havia as coisas materiais ou sensíveis, sujeitas à mudança, e que eram cópias imperfeitas ou sombras do ser verdadeiro ou da realidade, as Ideias. Podemos perceber que o critério de Parmênides e de Platão para distinguir realidade verdadeira e aparência é a ausência ou a presença de mudança. Aristóteles também usará a mudança como critério de diferenciação dos seres, porém o fará de maneira completamente nova.

Lisi Niesner/Reuters/Latinstock

Físico retira amostra de rocha em caverna de gelo na Áustria, em 2012, durante experimentos preparativos para uma futura missão a Marte. Para Aristóteles, a física se incumbiria de responder à questão “Como?” lançada sobre determinado fenômeno da realidade; ao passo que a metafísica se ocuparia com o que antecede esse fenômeno, comprovando a realidade dele, por meio da resposta à questão “O que é?”.

O movimento

“Mudança”, em grego, se diz “movimento”. A palavra grega para *movimento* é *kinésis* (de onde vêm os termos *cinético*, *cinema*, *cinemática*, em português). Movimento não significa, porém, simplesmente mudança de lugar ou locomoção. Significa toda e qualquer mudança que um ser sofra ou realize. É movimento:

- toda mudança qualitativa de um ser qualquer (por exemplo, uma semente que se torna árvore, um objeto branco que amarelece, um animal que adoece, algo quente que esfria, algo frio que esquenta, o duro que amolece, o mole que endurece, etc.);

diálogos *filosóficos*

GARDEIL, H. D. ***Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino.*** **Tomo IV – Metafísica. Tradução de Paulo Arantes. São Paulo: Duas Cidades, 1967. p. 139.**

[...] Nenhuma ciência na qual o saber é procurado por si mesmo é uma ciência prática, mas é especulativa; ora, esta ciência que tem por nome, sabedoria ou filosofia, tem em vista o próprio saber; ela é portanto especulativa e não prática. Aristóteles prova assim a menor: qualquer um que tem por finalidade fugir à ignorância tende ao saber desinteressado; ora, os que se dedicam à filosofia têm por finalidade fugir à ignorância; tendem, portanto, ao saber desinteressado. [...]

- toda mudança ou alteração quantitativa (por exemplo, um corpo que aumente ou diminua, que se divida em outros menores, que encompride ou encurte, alargue ou estreite, etc.);
- toda mudança de lugar ou locomoção (subir, descer, cair, a trajetória de uma flecha, o deslocamento de um barco, a queda de uma pedra, o levitar de uma pluma, etc.);
- toda alteração em que um ser passe da ação à paixão ou passividade (por exemplo, ser cortado, amado, desejado), ou da passividade à atividade (por exemplo, cortar, amar, desejar);
- toda geração ou nascimento e toda corrupção ou morte dos seres; nascer, viver e morrer são movimentos.

Numa palavra: o *devir*, em todos os seus aspectos, é o *movimento*. Parmênides e Platão excluíram o movimento da essência do Ser.

Que faz Aristóteles? Nega que movimento ou mudança e Não-Ser ou irrealidade sejam o mesmo. E diferencia os seres conforme estejam ou não em movimento.

Existe a essência dos seres que são e estão em movimento, isto é, os seres físicos ou naturais (minerais, vegetais, animais, humanos), cujo modo de ser se caracteriza por nascer, viver, mudar, reproduzir-se e desaparecer. São seres em devir e que existem no devir.

Existe a essência dos seres matemáticos, que não existem em si mesmos, mas existem como formas das coisas naturais, podendo, porém, ser separados delas pelo pensamento e ter suas essências conhecidas; são seres que, por essência, são imóveis, isto é, não nascem, não mudam, não se transformam nem perecem, não estando em devir nem no devir.

Existem seres cuja essência é imutável ou imóvel — não nascem, não se transformam e nem perecem —, mas que realizam um movimento local perfeito, eterno, sem começo e sem fim: os astros, que realizam o movimento circular.

E, finalmente, existe a essência de um ser eterno, imutável, imperecível, sempre idêntico a si mesmo, perfeito, imaterial, do qual o movimento está inteiramente excluído, conhecido apenas pelo intelecto, que o conhece como separado de nosso mundo, superior a tudo o que existe, e que é o ser por excelência: o ser divino.

Para cada um desses tipos de ser e suas essências existe uma ciência teorética própria (física, biologia, psicologia, matemática, astronomia, teologia). Mas também deve haver uma ciência geral, mais ampla, mais universal, anterior a todas essas, cujo objeto não seja esse ou aquele tipo de Ser, essa ou aquela modalidade de essência, mas o Ser em geral, a essência em geral. Trata-se de uma ciência que investiga o que *é* a essência e aquilo que faz com que haja essências particulares e diferenciadas. Em outras palavras, deve haver uma ciência que estude o Ser enquanto Ser, sem considerar as diferenciações dos seres.

Essa ciência mais alta, mais ampla, mais universal é a Filosofia Primeira, escreve Aristóteles no primeiro livro da obra conhecida como *Metafísica*.

A metafísica aristotélica

Na *Metafísica*, Aristóteles afirma que a Filosofia Primeira estuda os primeiros princípios e as causas primeiras de todas as coisas e investiga "o Ser enquanto Ser". A Filosofia Primeira estuda as essências sem diferenciá-las em essências físicas, astronômicas, humanas, etc., pois cabe às diferentes ciências estudá-las como diferentes entre si. À metafísica cabem três estudos:

1. o estudo do ser divino, a realidade primeira e suprema da qual todo o restante procura aproximar-se, imitando sua perfeição imutável. As coisas se transformam

incessantemente, diz Aristóteles, porque desejam encontrar sua essência total e perfeita, imutável como a essência divina. Por isso, o ser divino é o Primeiro Motor Imóvel do mundo, isto é, aquilo que, sem agir diretamente sobre as coisas, ficando a distância delas, as atrai, é desejado por elas. Tal desejo as faz mudar para, um dia, não mais mudar (esse desejo, diz Aristóteles, explica por que há o devir e por que o devir é eterno, pois as coisas naturais nunca poderão alcançar a perfeição imutável).

A mudança ou o devir são a maneira pela qual a natureza, ao seu modo, se aperfeiçoa e busca imitar a perfeição do imutável divino. O ser divino chama-se Primeiro Motor Imóvel porque é o princípio que move toda a realidade ao mesmo tempo que não se move e não é movido por nenhum outro ente. Como já vimos, movimento significa 'mudança', 'alterações qualitativas e quantitativas sofridas'; nascer é perecer, e o ser divino, perfeito, não foi gerado; por isso, nunca muda;

2. o estudo dos primeiros princípios e causas primeiras de todos os seres ou essências existentes;
3. o estudo das propriedades ou atributos gerais de todos os seres, graças aos quais podemos determinar a essência particular de um ser particular existente. A essência ou *ousía* é a realidade primeira e última de um ser, aquilo sem o qual um ser não poderá existir ou deixará de ser o que é. À essência, entendida dessa perspectiva universal, Aristóteles dá o nome de **substância**, e a metafísica estuda a substância em geral.

Os principais conceitos

De maneira muito breve e simplificada, os principais conceitos da metafísica aristotélica (e que se tornarão as bases de toda a metafísica ocidental) podem ser assim resumidos:

- *primeiros princípios*: são os três princípios que estudamos na lógica, isto é, *identidade*, *não contradição* e *terceiro excluído*. Os princípios lógicos são ontológicos porque definem as condições sem as quais um ser não pode existir nem ser pensado; os primeiros princípios garantem, simultaneamente, a realidade e a racionalidade das coisas;
- *causas primeiras*: são aquelas que explicam o que a essência é e também a origem e o motivo da sua existência. Causa (para os gregos) significa não só *o porquê* de alguma coisa, mas também o *o quê* e *o como* uma coisa é o que ela é. As causas primeiras nos dizem o que é, como é, por que é e para que é uma coisa. São quatro as causas primeiras:
  1. *causa material*, isto é, aquilo de que um ser é feito, sua matéria (por exemplo, água, fogo, ar, terra);
  2. *causa formal*, isto é, aquilo que explica a forma que um ser possui (por exemplo, o rio ou o mar são formas da água; a mesa é a forma assumida pela matéria madeira com a ação do carpinteiro). A forma é propriamente a essência de um ser, aquilo que ele é em si mesmo ou aquilo que o define em sua identidade e diferença com relação a todos os outros;
  3. *causa eficiente* ou motriz, isto é, aquilo que explica como uma matéria recebeu uma forma para constituir uma essência (por exemplo, o ato sexual é a causa eficiente que faz a matéria do óvulo, ao receber o esperma, adquirir a forma de um novo animal ou de uma criança; o carpinteiro é a causa eficiente que faz a madeira receber a forma da mesa; etc.);
  4. *a causa final*, isto é, a causa que dá o motivo, a razão ou a finalidade para alguma coisa existir e ser tal como ela é (por exemplo, o bem comum é a causa final da política; a flor é a causa final da transformação da semente em árvore; o Primeiro Motor Imóvel é a causa final do movimento dos seres naturais, etc.);
- *matéria*: é o elemento de que as coisas da natureza, os animais, os homens, os artefatos são feitos; sua principal característica é possuir virtualidades ou conter em si mesma possibilidades de transformação, isto é, de mudança;
- *forma*: é o que individualiza e determina uma matéria, fazendo existir as coisas ou os seres particulares; sua principal característica é ser aquilo que uma essência é;
- *potência*: é a virtualidade que está contida numa matéria e pode vir a existir, se for atualizada por alguma causa; por exemplo, a criança é um adulto em potência ou em potencial; a semente é a árvore em potência ou em potencial;
- *ato*: é a atualização de uma matéria por uma forma e numa forma; o ato é a forma que atualizou uma potência contida na matéria. Por exemplo, a árvore é o ato da semente, o adulto é o ato da criança, a mesa é o ato da madeira, etc.

Potência e matéria são idênticas, assim como forma e ato são idênticos. A matéria ou potência é uma realidade passiva que precisa do ato e da forma, isto é, da atividade que cria os seres determinados. Graças aos conceitos de potência e ato, a metafísica aristotélica pode explicar a causa e a racionalidade de todos os movimentos naturais ou dos seres físicos, isto é, de todos os seres dotados de matéria e forma. O devir não é aparência nem ilusão, ele é o movimento pelo qual a potência se atualiza, a matéria recebe a forma e muda de forma.

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Produção de panelas de barro no bairro de Goiabeiras, em Vitória, capital do Espírito Santo, em 2009. A causa material da panela é o barro; sua causa formal é a forma "panela"; a causa eficiente é a ação do artesão por meio do qual ele aplica as técnicas necessárias, e sua causa final é o uso no preparo de um alimento.

- *essência*: é a unidade interna e indissolúvel entre uma matéria e uma forma. Essa unidade lhe dá um conjunto de propriedades ou atributos que a fazem ser necessariamente aquilo que ela é. Assim, por exemplo, um ser humano é por essência um animal mortal racional dotado de vontade, gerado por outros semelhantes a ele e capaz de gerar outros semelhantes a ele, etc.;
- *acidente*: é uma propriedade ou atributo que uma essência pode ter ou deixar de ter sem perder seu ser próprio. Por exemplo, um ser humano é racional ou mortal por essência, mas é baixo ou alto, gordo ou magro, negro ou branco, por acidente. A humanidade é a essência primordial (animal, mortal, racional, voluntário), enquanto o acidente é o que, existindo ou não, nunca afeta o ser da essência (magro, gordo, alto, baixo, negro, branco). A essência é o universal; o acidente, o particular;
- *substância*: é aquilo em que se encontram a matéria-potência, a forma-ato, onde estão os atributos essenciais e acidentais, sobre o qual agem as quatro causas; em suma, é o Ser propriamente dito.

Aristóteles usa o conceito de substância em dois sentidos: num primeiro sentido, substância é o ser individual; num segundo sentido, é o gênero ou a espécie a que um ser individual pertence. No primeiro sentido, a substância é um ser individual existente; no segundo, é o conjunto das características gerais que os indivíduos de um gênero e de uma espécie possuem. Aristóteles fala em *substância primeira* para referir-se aos seres individuais realmente existentes, com sua essência e seus acidentes (por exemplo, Sócrates); e em *substância segunda* para referir-se aos sujeitos universais, isto é, gêneros e espécies que não existem em si e por si mesmos, mas só existem encarnados nos indivíduos, podendo, porém, ser conhecidos pelo pensamento (por exemplo, ser humano).

O gênero é um universal formado por um conjunto de propriedades da matéria e da forma que caracterizam o que há de comum nos seres de uma mesma espécie. A espécie também é um universal, formado por um conjunto de propriedades da matéria e da forma que caracterizam o que há de comum nos indivíduos semelhantes. Assim, o gênero é formado por um conjunto de espécies semelhantes e as espécies, por um conjunto de indivíduos semelhantes. Os indivíduos ou substâncias primeiras são seres realmente existentes; os gêneros e as espécies ou substâncias segundas são universalidades que o pensamento conhece por meio dos indivíduos.

- *predicados*: são as categorias que vimos no estudo da lógica e que também são ontológicas, porque se referem à estrutura e ao modo de ser da substância ou da essência (quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posse, ação, paixão). Vimos, ao estudar a lógica, que a substância é a primeira categoria. Aristóteles explica que, enquanto todas as categorias são predicados atribuídos a um sujeito, a substância não é atribuída a ninguém porque ela é, justamente, o sujeito que recebe os predicados. Os predicados atribuídos a uma substância são constitutivos de sua essência, pois toda realidade pode ser conheci-

Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

Pelé conduz a bola em jogo disputado no interior de São Paulo, na década de 1960. O gênero animal *e as espécies* vertebrado, mamífero *e* humano *não existem em si mesmos, mas existem, por exemplo, em Pelé ou por meio de Pelé.*

da porque: possui qualidades (mortal, imortal, finito, infinito, bom, mau, etc.); quantidades (um, muitos, alguns, pouco, muito, grande, pequeno); relaciona-se com outros (igual, diferente, semelhante, maior, menor, superior, inferior); está em algum lugar (aqui, ali, perto, longe, embaixo, atrás, etc.); está no tempo (antes, depois, agora, ontem, hoje, amanhã, de dia, de noite, sempre, nunca); realiza ações ou faz alguma coisa (anda, pensa, dorme, corta, cai, prende, cresce, floresce, etc.) e sofre ações de outros seres (é cortado, é preso, é puxado, é atraído, é curado, é envenenado, etc.).

As categorias ou predicados podem ser essenciais ou acidentais, isto é, podem ser necessários e indispensáveis à natureza própria de um ser ou podem ser algo que um ser possui por acaso ou que lhe acontece por acaso, sem afetar sua natureza.

Tomemos um exemplo. Se eu disser "Sócrates é homem", necessariamente terei de lhe dar os seguintes predicados: mortal, racional, finito, animal, pensa, sente, anda, reproduz, fala, adoece, é menor que uma montanha e maior que um gato, ama, odeia. Acidentalmente, ele poderá ter outros predicados: é feio, é baixo, é diferente da maioria dos atenienses, é casado, conversou com Laques, esteve no banquete de Agáton, foi forçado a envenenar-se pelo tribunal de Atenas.

Se nosso exemplo, porém, fosse uma substância genérica ou específica, todos os predicados teriam de ser essenciais, pois o acidente acontece somente para o indivíduo existente, e o gênero e a espécie são universais que só existem no pensamento e encarnados nas essências individuais.

Com esse conjunto de conceitos forma-se o quadro da ontologia ou metafísica aristotélica como explicação geral, universal e necessária do Ser, isto é, da realidade. Esse quadro conceitual será herdado pelos filósofos posteriores, que problematizarão alguns de seus aspectos, estabelecerão novos conceitos, suprimirão alguns outros, desenvolvendo o que conhecemos como *metafísica ocidental*.

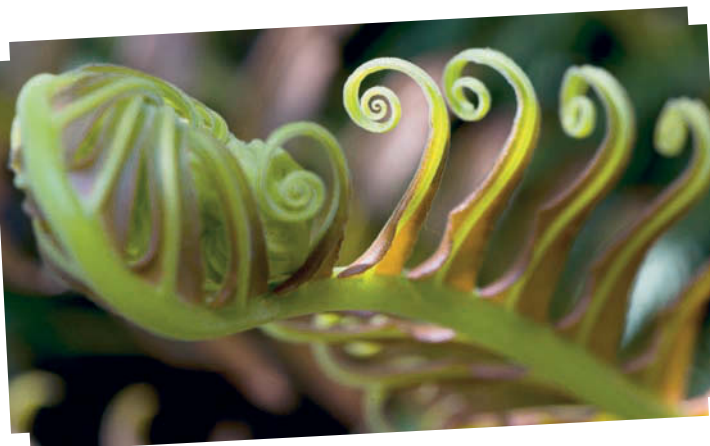
A metafísica aristotélica inaugura, portanto, o estudo da estrutura geral de todos os seres ou as condições universais e necessárias que fazem com que exista um ser e que ele possa ser conhecido pelo pensamento. Afirma que a realidade no seu todo é inteligível ou conhecível e apresenta-se como conhecimento teorético da realidade em todos os seus aspectos gerais ou universais, devendo preceder as investigações que cada ciência realiza sobre um tipo determinado de ser.

A metafísica investiga:

- aquilo sem o que não há seres nem conhecimento dos seres: os três princípios lógico-ontológicos e as quatro causas;
- aquilo que faz um ser ser necessariamente o que ele é: matéria, potência, forma e ato;
- aquilo que faz um ser ser necessariamente como ele é: essência e predicados ou categorias;
- aquilo que faz um ser existir como algo determinado: a substância individual (substância primeira) e a substância como gênero ou espécie (substância segunda).

É isto estudar "o Ser enquanto Ser".

a filosofia nas entrelinhas

Edson Grandisoli/Pulsar Imagens

Báculo de samanbaia se desenrola no Jardim Botânico de São Paulo, em 2012. A passagem da potência ao ato constitui o movimento.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Biologia. Antes de resolvê-la, leia o trecho abaixo.

[...] ser não é apenas o que já existe, em ato; *ser é também o que pode ser, a virtualidade, a potência. [...] se uma folha verde torna-se amarela é porque verde e amarelo são* acidentes *da* substância *folha (que é sempre folha independente de sua coloração). A qualidade "amarelo" é uma virtualidade da folha, que num certo momento se atualiza. E essa passagem da potência ao ato é que constitui, segundo a teoria de Aristóteles, o movimento. [...]*

PESSANHA, José A. M. Vida e obra. In: *Aristóteles – Volume I*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1978. p. 20. (Os Pensadores).

1. Faça uma reflexão metafísica sobre o movimento a partir de um objeto animado ou inanimado de sua escolha. Empregue os conceitos aristotélicos trabalhados até agora em sua reflexão, seguindo o exemplo dado no trecho acima.

2. Para a biologia, o pigmento clorofila, que confere a cor verde às folhas, é responsável pela realização da fotossíntese. Explique como a folha verde se atualiza em amarela estabelecendo paralelos entre os conceitos da metafísica aristotélica e os da biologia.

atividades

1. Quais são os motivos pelos quais se atribui a Aristóteles o nascimento da metafísica?
2. Quais são os principais sentidos da palavra grega *kinésis*?
3. O que pensa Aristóteles a respeito da mudança ou movimento? Por que sua posição se distingue da posição de Parmênides e de Platão?
4. Quais são os três estudos que cabem à metafísica?
5. Explique o que são e quais são os primeiros princípios e as causas primeiras.
6. O que são matéria e forma? Como elas se relacionam com potência e ato? Ilustre sua resposta com um exemplo.
7. O que são essência e acidente de uma substância?
8. O que são predicados ou categorias, segundo Aristóteles? Dê alguns exemplos.

INDICAÇÃO DE FILME

Na natureza selvagem
Direção de Sean Penn. Estados Unidos, 2007.

Inspirado na história real de Christopher McCandless, o filme retrata as desventuras de um jovem em suas viagens sem rumo pelo interior dos Estados Unidos. Após um longo percurso, decide partir para um desafio mais ousado: uma viagem solitária ao Alasca, em meio à natureza, para buscar sua identidade.

Photo12/Agência France-Presse

Emile Hirsch interpreta o aventureiro Christopher McCandless no filme Na natureza selvagem, *de 2007.*

CAPÍTULO

21

As aventuras da metafísica

Com o advento do cristianismo e sua posterior institucionalização como religião oficial do Império Romano, a Igreja católica se vê na necessidade de buscar uma formulação metafísica própria. O desafio central ao pensamento medieval foi harmonizar religião e filosofia, fé e razão, e os pensadores cristãos chegaram, não sem divergências, a uma metafísica cristã.

A filosofia moderna, porém, abalaria essa conciliação entre fé e razão, levando a metafísica a entrar em crise. Consequentemente, o desafio da metafísica passa a ser o de provar-se possível.

Mosaico O milagre dos pães e dos peixes, *do século VI, na Basílica de Santo Apolinário, o Novo, em Ravena, Itália. Ao centro da imagem está Jesus, cercado pelos apóstolos. Diferentemente das religiões da Antiguidade, o cristianismo tem a evangelização como princípio.*

Erich Lessing/Album/Latinstock

O cristianismo e a tarefa da evangelização

Ao nascer, o cristianismo era mais uma entre as várias religiões orientais; suas raízes encontravam-se no judaísmo, um credo nacional (de um povo particular), característica comum a todas as religiões antigas. **No entanto, havia no cristianismo algo exclusivo e novo: a ideia de evangelização, isto é, de espalhar a "boa-nova" para o mundo inteiro, a fim de converter os não cristãos e tornar-se uma religião universal.**

Para isso, os evangelizadores usaram muitos meios, levando em conta as condições culturais e religiosas da época. Ao nosso assunto, interessa apenas um tipo de evangelização: o dos pensadores gregos e romanos que haviam sido formados não só em religiões diferentes da judaica, como também haviam sido educados na tradição racionalista da filosofia. Para convertê-los mostrando-lhes a superioridade da verdade cristã sobre a tradição filosófica, os primeiros padres da Igreja ou intelectuais cristãos (São Paulo, São João, Santo Ambrósio, Santo Eusébio, Santo Agostinho, entre outros) adaptaram as ideias filosóficas à religião cristã, criando uma filosofia cristã.

Em vários aspectos, podemos dizer que o cristianismo, enquanto tal, não precisava de uma filosofia:

- sendo uma religião da salvação, seu interesse maior estava na moral, na *prática* dos preceitos virtuosos deixados por Jesus, e não em uma *teoria* sobre a realidade;
- sendo uma religião vinda do judaísmo, já possuía uma ideia muito clara do que era o Ser, pois Deus disse a Moisés: "Eu sou aquele que é, foi e será. Eu sou aquele que sou";
- sendo uma religião, seu interesse maior estava na fé e não na razão teórica, na crença e não no conhecimento intelectual, na revelação e não na reflexão.

evangelho
Palavra composta de dois termos gregos: *eu*, que significa 'bom', 'boa', e *angelos*, que significa 'mensageiro' ou 'mensagem'. A palavra significa, portanto: 'a boa mensagem', 'a boa-nova'.

Alinari Archives/Getty Images

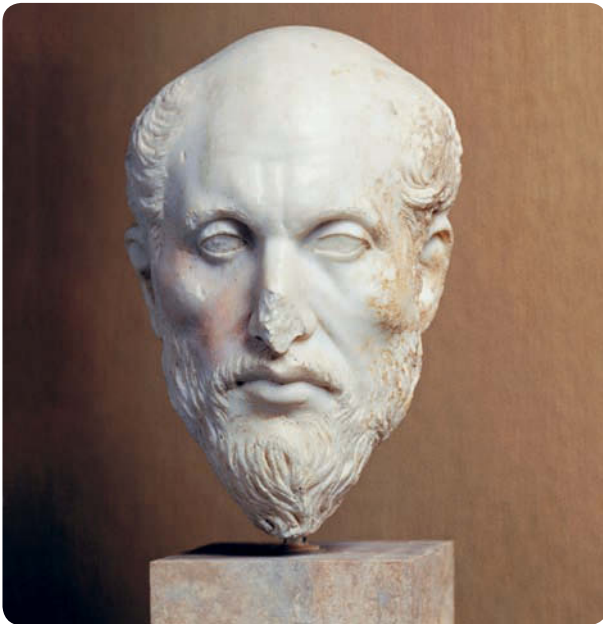
O sonho de Constantino, *quadro de Piero della Francesca, de 1460. Acredita-se que antes da vitoriosa Batalha da Ponte Mílvio (312), o primeiro imperador romano convertido ao cristianismo sonhou com a mensagem "In hoc signo vinces" ("Sob este símbolo vencerás", em latim) inscrita numa cruz, que foi pintada nos escudos do exército romano.*

Foi, portanto, o desejo de converter os intelectuais gregos e os chefes e imperadores romanos (isto é, aqueles que estavam acostumados à filosofia) que "empurrou" os cristãos para a metafísica.

As tradições metafísicas e o cristianismo

Evidentemente, as duas grandes tradições metafísicas que inspiraram o cristianismo foram o *platonismo* e o *aristotelismo*. **No entanto, como as obras de Platão e Aristóteles haviam ficado perdidas durante vários séculos, o cristianismo tomou contato antes com três outras tradições metafísicas, que formaram, assim, o conteúdo das primeiras elaborações filosóficas cristãs: o *neoplatonismo*, o *estoicismo* e o *gnosticismo*.**

O neoplatonismo, como o nome indica, foi uma retomada da filosofia de Platão, mas com um conteúdo espiritualista e místico. Os neoplatônicos afirmavam a existência de três realidades distintas por essência: o mundo sensível da matéria, o mundo inteligível das puras formas imateriais e, acima desses dois mundos, uma realidade suprema. Esta, separada de todo o resto e inalcançável pelo intelecto humano, era luz pura e esplendor imaterial, o Uno ou o Bem. Por ser uma luz, as irradiações do Uno (ou *emanações*) formaram o mundo inteligível, onde estão o Ser, a Inteligência e a Alma do Mundo.

Superstock Fineart/Other Images

Busto em mármore do filósofo Plotino, esculpido por volta do ano 350. Museu Arqueológico de Ostia, Itália.

Dessas primeiras emanações perfeitas seguiram outras, mais afastadas do Uno e, por isso, imperfeitas. Entre elas está o mundo sensível da matéria, do qual o homem participa por seu corpo. Purificando-se da matéria de seu corpo, desenvolvendo seu intelecto, ele pode subir pelo pensamento até a Inteligência e ir além dela no êxtase místico, pelo qual se funde com a luz do Uno e retorna ao seio da realidade suprema ou do Bem.

O estoicismo, embora muito diferente do neoplatonismo — pois negava a existência de realidades separadas e superiores ao mundo sensível —, também influenciou o pensamento cristão. Os estoicos afirmavam a existência de uma Razão Universal ou Inteligência Universal, que produz e governa toda a realidade de acordo com um plano racional necessário, a que davam o nome de Providência. O homem, embora impulsionado por instintos, participa da Inteligência Universal porque possui razão e vontade.

A participação na racionalidade universal não se dá pelo simples conhecimento intelectual, mas pela ação moral, isto é, pela renúncia a todos os instintos, pelo domínio voluntário racional de todos os desejos e pela aceitação da Providência. A Razão Universal é a natureza; a Providência é o conjunto das leis necessárias que a regem; a ação racional humana (própria do sábio) é a vida em conformidade com a natureza e com a Providência.

O **gnosticismo** era um dualismo metafísico, isto é, afirmava a existência de dois princípios supremos de onde provinha toda a realidade: o Bem, ou a luz imaterial, e o Mal, ou a treva material. Para os gnósticos, o mundo natural ou o mundo sensível é resultado da vitória do Mal sobre o Bem e por isso afirmavam que a salvação estava em libertar-se da matéria (do corpo) por meio do conhecimento intelectual e do êxtase místico. Para os gnósticos, o conhecimento intelectual pode, por si mesmo, alcançar a verdade plena e total do Bem e afastar os poderes materiais do Mal.

O que fez o cristianismo nascente?

Adaptou à nova fé várias concepções da metafísica neoplatônica, disso resultando os seguintes pontos doutrinários:

- separação entre material-corporal e espiritual-incorporal;
- separação entre Deus-Uno e o mundo material;
- transformação da primeira emanação neoplatônica (Ser, Inteligência, Alma do Mundo) na ideia da Trindade divina, pela afirmação de que o Deus-Uno se manifesta em três emanações idênticas a ele próprio: o Ser, que é o Pai; a Inteligência, que é o Espírito Santo; a Alma do Mundo, que é o Filho;
- afirmação de que há uma segunda emanação, isto é, aquela que vem da luz da Trindade e que forma o mundo inteligível das puras formas ou inteligências imateriais perfeitas, que são os anjos (arcanjos, querubins, serafins, etc.);
- modificação da ideia neoplatônica de mundo sensível pela afirmação de que ele não é uma emanação de Deus, mas uma *criação*: Deus fez o mundo do nada, como diz a Bíblia, no livro da Gênese;

gnosticismo
Termo originado da palavra grega *gnosis*, que significa 'conhecimento'.

- admissão de que a alma humana participa da divindade — não diretamente, e sim pela mediação do Filho e do Espírito Santo —, e de que o conhecimento intelectual não é suficiente para levar ao êxtase místico e ao contato com Deus. Para isso, é necessária a *graça santificante*, que o crente recebe por um mistério divino.

Do estoicismo, o cristianismo manteve duas ideias:

- a de que existe uma Providência divina racional, que governa todas as coisas e o homem;
- a de que a perfeição humana depende de abandonar todos os apetites, impulsos e desejos corporais ou carnais, entregando-se à Providência. Essa entrega, porém, não é, como pensavam os estoicos, uma ação deliberada guiada pela razão, mas exige como condição a fé em Cristo e a graça santificante.

O gnosticismo foi considerado uma heresia e, por isso, rejeitado. No entanto, o cristianismo conservou do gnosticismo duas ideias:

- a de que o Mal existe realmente: é o demônio;
- a de que a matéria ou a carne é o centro onde o demônio, isto é, o Mal, age sobre o mundo e sobre o homem.

Alguns séculos mais tarde, o cristianismo tomou conhecimento de algumas das obras de Platão e de Aristóteles, conservadas e traduzidas por filósofos árabes como Averróis, Avicena e Al-Farabi, e comentadas por filósofos judeus como Filon de Alexandria e Maimônides. Reunindo essas obras e as elaborações precedentes, baseadas nas três tradições mencionadas, o cristianismo reorganizou a metafísica grega, adaptando-a às necessidades da religião cristã.

A metafísica cristã

Embora a metafísica cristã seja uma reelaboração da metafísica grega, muitas das ideias gregas não poderiam ser aceitas pelo cristianismo. Vejamos alguns exemplos:

- para os gregos, o mundo (sensível e inteligível) é eterno; para os cristãos, o mundo foi criado por Deus a partir do nada e terminará no dia do Juízo Final;
- para os gregos, a divindade é uma força cósmica racional impessoal; para os cristãos, Deus é pessoal, é a unidade de três pessoas e por isso é dotado de intelecto e de vontade, como o homem, embora seja superior a

Imagno/Hulton Archive/Getty Images

O paraíso e o inferno representados nas laterais do tríptico O carro de feno, *feito pelo pintor Hieronymus Bosch em 1516.*

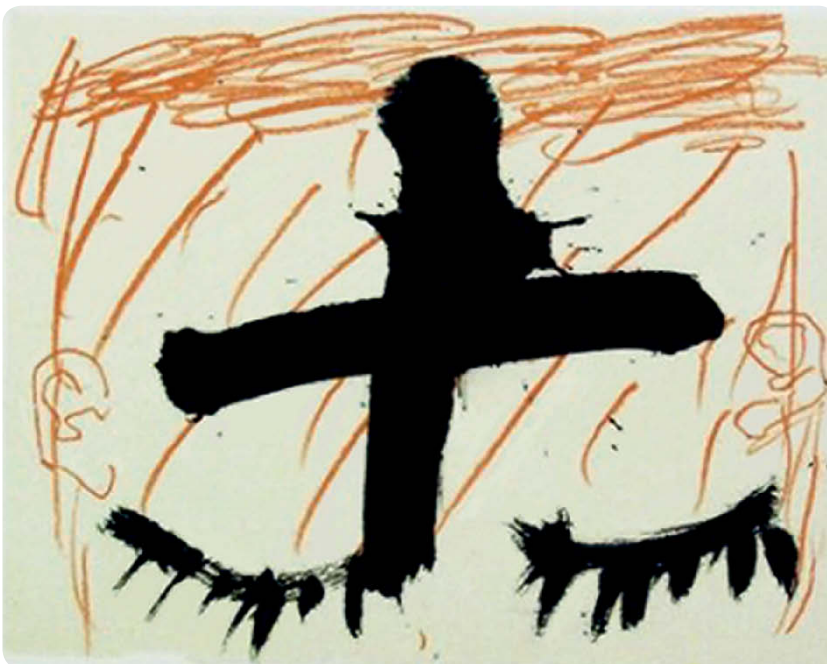
este, porque o intelecto divino é onisciente (sabe tudo desde toda a eternidade) e a vontade divina é onipotente (pode tudo desde toda a eternidade);

- para os gregos, o homem é um ser natural, dotado de corpo e alma, esta possuindo uma parte superior e imortal que é o intelecto ou razão; para os cristãos, o homem é um ser misto, natural por seu corpo, mas sobrenatural por sua alma imortal;
- para os gregos, a liberdade humana é uma forma de ação, isto é, a capacidade da razão para orientar e governar a vontade, a fim de que esta escolha o que é bom, justo e virtuoso; para os cristãos, o homem é livre porque sua vontade é uma capacidade para escolher tanto o Bem quanto o Mal, sendo mais poderosa que a razão. Pelo pecado, a vontade é destinada à perversidade e ao vício, de modo que a ação moral só será boa, justa e virtuosa se for guiada pela fé e pela revelação;
- para os gregos, o conhecimento é uma atividade do intelecto (o êxtase místico dos neoplatônicos não era algo misterioso ou irracional, mas a forma mais alta da intuição intelectual); para os cristãos, a razão humana é limitada e imperfeita, incapaz de alcançar a verdade por si mesma, precisando ser socorrida e corrigida pela fé e pela revelação.

Essas diferenças — e muitas outras não mencionadas aqui — acarretaram grandes mudanças na metafísica herdada dos gregos. O problema principal para os cristãos foi o de encontrar um meio para reunir as verdades de razão (filosofia) e as verdades de fé (religião), isto é, para reunir aquilo que, ao nascer, a filosofia havia separado, pois separara razão e mito.

De modo bastante resumido, podemos dizer que os aspectos que passaram a constituir o centro da nova metafísica foram os seguintes:

- provar a existência de Deus e os atributos ou predicados de sua essência. Para a metafísica grega, a divindade era uma força imaterial, racional e impessoal conhecida por nossa razão. Para a metafísica cristã, Deus é uma pessoa trina e misteriosa, ou seja, que se revela ao espírito dos que possuem fé. Como conciliar a concepção racionalista dos gregos e a concepção religiosa dos cristãos? Provando racionalmente que Deus existe, mesmo que a causa de sua existência seja um mistério da fé. E provando racionalmente que ele possui, por essência, estes predicados: eternidade, infinitude, onisciência, onipotência, bondade, justiça e misericórdia, mesmo que tais atributos sejam um mistério da fé;
- provar que o mundo existe e não é eterno, mas foi criado do nada por Deus e retornará ao nada, no dia do Juízo Final; provar que o mundo resulta da vontade divina e é governado pela Providência divina, a qual age tanto por meios naturais (as leis da natureza) quanto por meios sobrenaturais (os milagres). Por que era necessária essa prova? Porque, do ponto de vista da razão, sendo Deus perfeito, completo, pleno e eterno, não carecia de nada e, portanto, não tinha por que nem para que criar o mundo;

Antoni Tàpies Collection/Fundación Antoni Tàpies

Cruz e pálpebras, *de 1999, gravura do artista plástico espanhol Antoni Tàpies. A metafísica cristã se vê diante de um dilema: provar que não há contradições e irracionalidade em suas teses, e sim mistérios de fé e revelações.*

- provar que, embora Deus seja imaterial e infinito, sua ação pode ter efeitos materiais e finitos, como o mundo e o homem; portanto, provar que Deus é causa eficiente de todas as coisas e que uma causa imaterial e infinita pode produzir um efeito material e finito, mesmo que isso seja um mistério da fé que a razão é obrigada a aceitar.
  De fato, a filosofia grega, em nome dos princípios da identidade e da não contradição, sempre demonstrou que uma causa precisa ser da mesma natureza que seu efeito. Por esse motivo, as Ideias (em Platão) e o Primeiro Motor Imóvel (em Aristóteles) eram causas finais e jamais causas materiais, formais ou eficientes. Por quê? Porque uma causa final age a distância, sem se identificar com aquilo que a deseja, a procura. Ao contrário, as outras três causas agem diretamente sobre as coisas de mesma natureza que elas. Uma planta causa outra planta, um animal causa outro animal semelhante, um humano causa o nascimento de outro ser humano, e assim por diante.
  Ora, a criação do mundo por Deus seria, para a metafísica grega, uma irracionalidade e uma contradição, pois se trata de um ser infinito e imaterial, cuja ação produz um efeito oposto à natureza da causa, isto é, finito e material. Um mistério da fé, dirão os metafísicos cristãos.
- provar que a alma humana existe e que é imortal, estando destinada à salvação ou à condenação eternas, segundo a vontade da Providência divina;
- provar que não há contradição entre a liberdade humana e a onisciência/onipotência de Deus. A contradição existe para a razão, mas não existe para a fé.
  Qual seria a contradição racional entre a liberdade humana para fazer o bem ou o mal, e a onisciência/onipotência divina? A contradição estaria no fato de que, se Deus fez cada um dos homens e, desde a eternidade, sabe o que cada um deles escolherá, então o homem não é livre, mas já foi predeterminado pela vontade de Deus. Para a fé não há contradição alguma nisso, embora haja mistério.
- provar que as ideias (platônicas), ou as emanações (neoplatônicas), ou os gêneros e as espécies (aristotélicos) existem, são substâncias reais, criadas pelo intelecto e pela vontade de Deus, e existem na mente divina. Em outras palavras, ideias, emanações, gêneros e espécies são substâncias universais, e os universais existem tanto quanto os indivíduos;
- provar que o Ser se diz ou deve ser entendido de modo diferente conforme se refira a Deus ou às criaturas. Para os gregos, no entanto, o Ser existia de diferentes maneiras, mas possuía um único sentido no que se refere à realidade e à essência de todos os entes. Essa ideia, para os cristãos, não poderá ser mantida.
  Platão, por exemplo, afirmou que o Ser só podia estar referido às ideias do mundo inteligível, pois as coisas sensíveis eram o Não-Ser, cópia, imagem, sombra do verdadeiro Ser. Já Aristóteles considerou o Ser como real para as coisas naturais ou sensíveis, para o Primeiro Motor Imóvel, para os seres matemáticos, pois a diferença entre eles referia-se apenas ao fato de poderem estar ou não submetidos à mudança ou ao devir.
  No caso do cristianismo, porém, não era possível manter a diferença platônica entre o Ser e o Não-Ser, pois este mundo e tudo o que nele existe é obra de Deus, e não mera aparência. Mas também não era possível manter a ideia aristotélica de que a diferença entre os seres estaria apenas na presença ou ausência do devir ou da mudança, pois para os cristãos o ser de Deus é de natureza diferente do ser das coisas, uma vez que ele é criador e elas são criaturas. Com isso, a metafísica dividiu-se em três tipos de conhecimento:
  1. a teologia, que se refere ao Ser como ser divino ou Deus;
  2. a psicologia racional, que se refere ao Ser como essência da alma humana;
  3. a cosmologia racional, que se refere ao Ser como essência das coisas naturais ou do mundo.
- finalmente, e como consequência de todas essas concepções, provar que fé e razão, revelação e conhecimento intelectual não são incompatíveis nem contraditórios – e, quando o forem, a fé ou revelação deve ser considerada superior à razão e ao intelecto, que devem submeter-se a ela.

Evidentemente, os pensadores cristãos nunca se puseram de acordo sobre todos esses aspectos, e uma das marcas características da metafísica cristã foi a *controvérsia*.

Para alguns, por exemplo, os chamados “universais” (ideias, emanações, gêneros, espécies) eram nomes gerais criados por nossa razão e não seres, substâncias ou essências reais. Para outros, o Ser deveria ser afirmado com o mesmo sentido para Deus e para as criaturas, e a diferença entre eles sendo de grau e não de natureza. Para muitos, fé e razão eram incompatíveis e deveriam

ser inteiramente separadas, sem que uma devesse submeter-se à outra. E assim por diante.

Independentemente das controvérsias e divergências entre os pensadores, o cristianismo legou para a metafísica a separação entre teologia (Deus), psicologia racional (alma) e cosmologia racional (mundo), bem como a identificação de três conceitos: *ser*, *essência* e *substância*, que se tornaram sinônimos.

Como consequência da identificação entre ser, essência e substância, e da afirmação de que existem essências ou substâncias universais tanto quanto individuais, a metafísica passou a ter um número ilimitado de seres para investigar: as substâncias universais como a água, o ar, a terra, o fogo, o homem, o anjo, o animal, o vegetal, o bem, o verdadeiro, o justo, o belo, o pesado, o leve; as substâncias individuais ou os seres particulares; as substâncias celestes, as terrestres, as aquáticas, as matemáticas, as orgânicas, as inorgânicas, etc. Cada uma delas era investigada segundo os três princípios (identidade, contradição, terceiro excluído), as quatro causas (material, formal, eficiente, final), o ato e a potência, a matéria e a forma, as categorias (qualidade, quantidade, ação, paixão, relação, tempo, lugar, etc.), o simples e o composto, etc.

A metafísica clássica ou moderna

A partir do final do século XVI e, com maior intensidade, no início do século XVII, o pensamento ocidental começa a sofrer uma mudança considerável, que irá manifestar-se na metafísica.

Os filósofos desse período julgavam-se modernos por terem rompido com a tradição do pensamento platônico, aristotélico e neoplatônico e, por conseguinte, por não mais aceitarem a tradição que havia sido elaborada pelos medievais. Vimos que, ao rejeitar tanto a autoridade religiosa como a dos antigos em assuntos filosóficos, a filosofia moderna adota como ponto de partida a teoria do conhecimento, isto é, a investigação sobre a capacidade humana para conhecer a verdade, de modo que uma coisa ou um ente só é considerado real se a razão humana puder conhecê-lo, isto é, se puder ser objeto de uma ideia verdadeira estabelecida rigorosa e metodicamente pelo intelecto humano. Essa exigência conduz a uma reelaboração completa da metafísica. Podemos, de modo resumido, apontar os seguintes traços característicos da nova metafísica:

- afirmação da incompatibilidade entre fé e razão, acarretando a separação de ambas, de sorte que a religião e a filosofia possam seguir caminhos próprios, mesmo que a segunda não esteja publicamente autorizada a expor ideias que contradigam as verdades ou dogmas da fé;
- redefinição do conceito de Ser ou substância. Os modernos conservam a definição tradicional da substância como o Ser que existe e subsiste em si e

akg-images/Latinstock

Galileu Galilei diante da Inquisição romana, *quadro de Cristiano Banti, de 1857. A Igreja católica criou a Inquisição e o Santo Ofício para controlar os pensamentos dos cristãos, e não foram poucos os filósofos e cientistas, como Galileu, submetidos a tais tribunais.*

por si mesmo. Porém, em lugar de considerar que há tantos tipos de substâncias quantos gêneros e espécies houver, passa-se a definir a substância levando em consideração seus predicados ou atributos essenciais, isto é, aquelas propriedades ou atributos sem os quais uma substância não é o que ela é.

Por esse critério, Descartes e os cartesianos dirão que há somente três substâncias: a substância pensante (a alma), definida pelo atributo do pensamento; a substância extensa (a matéria dos corpos), definida pelo atributo da extensão; e a substância infinita (Deus), definida pelo atributo da infinitude.

Filósofos empiristas, como o inglês Thomas Hobbes, consideram que não temos como conhecer a substância divina nem a substância anímica porque não são dadas à experiência sensorial; por isso, é mais adequado falar apenas em substância corpórea. Porque só conhecemos o corpo, Hobbes nega que possamos elaborar uma metafísica.

Por sua vez, o filósofo judeu-holandês Baruch Espinosa considera que é preciso levar em conta a definição geral de substância, aceita por todos os filósofos desde os tempos de Aristóteles. Essa definição é: "substância é aquilo que existe em si e por si e não depende de outros para existir".

Se essa é a definição de substância, então todas as coisas que foram criadas ou produzidas por Deus não podem ser chamadas *substância*, pois não existem por si mesmas e dependem da ação divina para existir. Consequentemente, diz Espinosa, no Universo há uma única substância, Deus ou a natureza.

- redefinição do conceito de causa ou causalidade. Vimos que a metafísica aristotélica entendia causa como aquilo que é responsável pela matéria, pela forma, pela ação e pela finalidade de alguma coisa.

  Os modernos consideram que causa é aquilo que produz um efeito determinado e admitem apenas dois tipos de causas: a *eficiente* e a *final*. O efeito pode ser produzido por um antecedente (o fogo é a causa ou o antecedente do aquecimento e da dilatação de um corpo) ou em vista de um fim (nossas ações nascem de escolhas que fazemos dos meios para alcançar um determinado fim). *Causa eficiente* é aquela na qual uma ação anterior determina como consequência necessária a produção de um efeito. *Causa final* é aquela que determina, para os seres pensantes, a escolha da realização ou não realização de uma ação. A causa eficiente tem alcance universal na natureza, isto é, a totalidade da natureza opera por relações de causa e efeito ou por causalidade eficiente necessária. A causa final só tem validade para a ação de seres dotados de razão e vontade, portanto só opera na ação de Deus e nas ações dos homens. Não há causa final nas operações da natureza.
- a metafísica não se divide em teologia, psicologia racional e cosmologia racional. A teologia é um conhecimento diferente da metafísica, embora, como esta, estude a substância infinita; a psicologia racional é um conhecimento diferente da metafísica, embora, como esta, estude a substância pensante; a cosmologia é diferente da metafísica, embora, como esta, estude a substância extensa.

O que estuda a metafísica? A essência do ser infinito, a essência do ser pensante ou do pensamento, a essência do ser extenso ou da extensão e a essência de um ser composto de pensamento e extensão, isto é, o homem. Como são estudadas? Como conceitos ou ideias rigorosamente racionais.

A substância infinita é conhecida pela ideia racional de um fundamento ou princípio absoluto que produz a essência e a existência de tudo o que existe — é Deus. A substância pensante é conhecida pela ideia racional de uma faculdade intelectual e dotada de vontade que produz pensamentos e ações segundo normas, regras e métodos estabelecidos por ela mesma enquanto poder de conhecimento — é a consciência como faculdade de reflexão e de representação da realidade por meio de ideias verdadeiras e como vontade que escolhe as ações. A substância extensa é conhecida pela ideia racional de uma realidade físico-geométrica que produz os corpos como figuras e formas dotadas de comprimento, largura, profundidade, volume e movimento — é a natureza como sistema de leis necessário definido pela física e pela matemática.

Apenas três ideias operam na metafísica: a ideia do ser infinito como causa eficiente da natureza e do homem; a ideia do ser pensante finito como causa eficiente dos pensamentos, dos conceitos e das ações humanas; a ideia do ser extenso ou natureza como causa eficiente que, pelas relações de movimento e repouso, produz todos os corpos. Deus, homem e natureza são os objetos da metafísica. Infinito, finito, causa eficiente e causa final são os primeiros princípios de que se ocupa a metafísica. Ideias verdadeiras produzidas pelo intelecto humano, com as quais o sujeito do conhecimento representa e conhece a realidade, são os fundamentos da metafísica como ciência verdadeira ou como Filosofia Primeira.

Album/Prisma/Latinstock

O físico e matemático Isaac Newton (1642-1727) retratado por William Blake (1757-1827) em 1795. Místico e religioso, Blake desprezava a ideia moderna da natureza como sistema de leis definido racionalmente, defendida por Newton.

A grande crise da metafísica: David Hume

Se a realidade investigada pela metafísica é aquela que pode e deve ser racionalmente estabelecida pelas ideias verdadeiras produzidas pelo pensamento ou pela razão humana, o que acontecerá caso se prove que tais ideias são hábitos mentais do sujeito do conhecimento e não correspondem a realidade alguma?

A metafísica antiga e medieval baseava-se na afirmação de que a realidade ou o Ser existe em si mesmo e que ele se oferece tal como é ao pensamento.

A metafísica clássica ou moderna baseava-se na afirmação de que o pensamento possui o poder para conhecer a realidade tal como é em si mesma graças às operações intelectuais ou aos conceitos que representam as coisas e as transformam em objetos de conhecimento.

Tanto num caso como noutro, a metafísica baseava-se em dois pressupostos:

1. a realidade em si existe e pode ser conhecida;
2. ideias ou conceitos são um conhecimento verdadeiro da realidade, porque a verdade é a correspondência entre as coisas e os pensamentos, ou entre o intelecto e a realidade.

Esses dois pressupostos assentavam-se num único fundamento: a existência de um Ser Infinito (Deus) que garantia a realidade e a inteligibilidade de todas as coisas, dotando os humanos de um intelecto capaz de conhecê-los tais como são em si mesmos.

David Hume dirá que os dois pressupostos da metafísica não possuem validade alguma.

Até então, para a metafísica, o princípio da identidade e o de não contradição serviam de garantia para a ideia de substância ou essência, enquanto o princípio da razão suficiente servia de garantia para explicar a origem e a finalidade das coisas, bem como as relações entre os seres.

Partindo da teoria do conhecimento, Hume mostrou que o sujeito do conhecimento opera associando sensações, percepções e impressões recebidas pelos órgãos dos sentidos e retidas na memória. **As ideias nada mais são do que hábitos mentais de associação de impressões semelhantes ou de impressões sucessivas.**

O que é a ideia de substância ou de essência? Nada mais do que um nome geral dado para indicar um conjunto de imagens e de ideias que nossa consciência tem o hábito de associar por causa das semelhanças entre elas. O princípio da identidade e o da não contradição são simplesmente o resultado de percebermos repetida e regularmente certas coisas semelhantes e sempre da mesma maneira: porque as percebemos como semelhantes e sempre da mesma maneira, supomos que possuem identidade própria, independente de nós.

O que é a ideia de causalidade? O mero hábito que nossa mente adquire de estabelecer relações entre percepções e impressões sucessivas, chamando as anteriores de causas e as posteriores de efeitos. A repetição constante e regular de imagens ou impressões sucessivas nos leva à crença de que há uma causalidade real, externa, própria das coisas e independente de nós.

Martin Zalba/Flickr Open/Getty Images

Em um jogo de bilhar, quando vemos duas bolas se chocarem, é comum atribuirmos a causa do movimento de uma bola à outra, que foi anteriormente movimentada contra aquela. Essa ligação entre uma causa e um efeito, para Hume, é um hábito da experiência e não algo que está presente na natureza ou em nossa mente.

Substância, essência, causa, efeito, matéria, forma e todos os outros conceitos da metafísica (Deus, mundo, alma, infinito, finito, etc.) não correspondem a seres independentes do sujeito do conhecimento, mas são nomes gerais com que este nomeia e indica seus próprios hábitos associativos. Eis por que a metafísica foi sempre alimentada por controvérsias infindáveis, pois não se referia a nenhuma realidade externa existente em si e por si, mas a hábitos mentais muito variáveis, que dão origem a inúmeras doutrinas filosóficas sem nenhum fundamento real.

A partir de Hume, a metafísica, tal como existira desde os gregos, tornava-se impossível.

Kant e o fim da metafísica clássica

O primeiro a reagir aos problemas postos por Hume foi Kant, ao declarar que, graças ao filósofo escocês, pôde "despertar do sono dogmático". O que é o sono dogmático? É tomar como ponto de partida da metafísica a ideia de que existe uma realidade em si (Deus, alma, mundo, infinito, finito, matéria, forma, substância, causalidade), que pode ser conhecida por nossa razão ou, o que dá no mesmo, tomar como ponto de partida da metafísica a afirmação de que as ideias produzidas por nossa razão correspondem exatamente a uma realidade externa, que existe em si e por si mesma.

Dogmático é aquele que aceita, sem exame e sem crítica, afirmações sobre as coisas e sobre as ideias. Hume despertou a metafísica do sono dogmático porque a forçou a indagar sobre sua própria validade e sua pretensão ao conhecimento verdadeiro. Despertar do dogmatismo é elaborar uma *crítica da razão teórica*, isto é, um estudo sobre a estrutura e o poder da razão para determinar o que ela pode e o que ela não pode conhecer verdadeiramente.

No Capítulo 9, vimos que Kant realizou uma "revolução copernicana" em filosofia, isto é, exigiu que, antes de qualquer afirmação sobre as ideias, houvesse o estudo da própria capacidade de conhecer (a razão), e que se mostrasse que a razão não depende das coisas nem é regulada por elas, e sim o contrário. Vimos também que ele distinguira duas grandes modalidades de conhecimento: os conhecimentos empíricos, isto é, que se baseiam nos dados da experiência

diálogos *filosóficos*

Sobre o programa da *Crítica da razão pura*

Ao falar assim, julgo perceber na fisionomia do leitor um misto de indignação e desprezo por pretensões aparentemente tão vaidosas e imodestas; e, contudo, são incomparavelmente mais moderadas do que as de qualquer autor do programa mais vulgar, que pretende, por exemplo, demonstrar a natureza simples da alma ou a necessidade de um primeiro começo do mundo; realmente, tal autor assume o compromisso de estender o conhecimento humano para além de todos os limites da experiência possível, coisa que, devo confessá-lo com humildade, ultrapassa inteiramente o meu poder; em vez disso, ocupo-me unicamente da razão e do seu pensar puro e não tenho necessidade de procurar longe de mim o seu conhecimento pormenorizado, pois o encontro em mim mesmo e já a lógica vulgar me dá um exemplo de que se podem enunciar, de maneira completa e sistemática, todos os atos simples da razão. O problema que aqui levanto é simplesmente o de saber até onde posso esperar alcançar com a razão, se me for retirada toda a matéria e todo o concurso da experiência.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. p. 6-7.

Immanuel Kant, em retrato do século XVIII, de autoria desconhecida.

psicológica de cada um, e os conhecimentos *a priori*, isto é, que se baseiam exclusivamente na estrutura interna da própria razão, independentemente da experiência de cada um. Vimos, além disso, que ele distinguira as duas maneiras pelas quais esses dois tipos de conhecimentos se exprimem: os juízos analíticos ou explicativos (em que o predicado apenas explicita o conteúdo pensado no conceito do sujeito) e os juízos sintéticos ou ampliativos (em que o predicado acrescenta novos dados que não estavam pensados no conceito do sujeito). Finalmente, vimos que a questão do conhecimento estava resumida numa pergunta fundamental: são possíveis juízos sintéticos *a priori*?

De fato, diz Kant, um juízo, para ter valor científico e filosófico ou valor teórico, deve preencher duas condições:

1. ser universal e necessário;
2. ser verdadeiro, isto é, corresponder à realidade que enuncia.

Os juízos analíticos preenchem as duas condições, mas não os juízos sintéticos. Por quê? Porque um juízo sintético se baseia nos dados da experiência individual e, como bem mostrou Hume, tal experiência nos dá sensações e impressões que associamos em ideias, mas estas não são universais e necessárias nem correspondem à realidade.

Ora, como já vimos, somente juízos sintéticos são fonte do conhecimento. Portanto, se quisermos realizar metafísica e ciência, temos, primeiro, de provar que são possíveis juízos sintéticos universais, necessários e verdadeiros e, portanto, demonstrar que tais juízos são sintéticos *a priori*, ou seja, não dependem da experiência individual. A pergunta: "É possível a metafísica como ciência?" (isto é, como conhecimento universal, necessário e verdadeiro) só poderá ser respondida se, primeiro, for provado que há ou que pode haver juízos sintéticos *a priori* sobre as realidades metafísicas, isto é, Deus, alma, mundo, substância, matéria, forma, infinito, finito, causalidade, etc. Se tais juízos não forem possíveis, a metafísica como ciência não será possível.

Vimos que Kant demonstrou a existência e a validade dos juízos sintéticos *a priori* nas ciências, apresentando:

1. a diferença entre *fenômeno* (a realidade para nosso entendimento imediato) e *nômeno* (a realidade em si);
2. o conhecimento da realidade como fenomênico. Ou seja, o sujeito do conhecimento organiza de modo universal e necessário os dados da experiência, graças às formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e dos conceitos *a priori* do entendimento (as categorias).

O que é conhecer?

Conhecer é formular juízos que nos apresentem todas as propriedades de um objeto (as suas propriedades positivas) e excluam todas as propriedades que ele não pode possuir (as propriedades negativas). Por exemplo, o juízo "O número 4 é um inteiro par" afirma que certo objeto (4) é alguma coisa (um número) que possui determinadas propriedades positivas (inteiro, par) e, por conseguinte, dele estão excluídas propriedades negativas, diferentes das que possui (fracionário e ímpar).

O juízo "Isto é uma mesa, é de madeira, tem quatro pés, está junto à janela, é usada para escrever" afirma que certo objeto (isto) é alguma coisa (mesa) que possui certas qualidades (madeira, quatro pés, está junto à janela, serve para escrever) e, por conseguinte, dele estão excluídas outras coisas (não é uma cadeira, não é um livro) e a ele são negadas certas propriedades (não é de vidro, não está junto à porta, não serve para deitar, etc.).

Um juízo, portanto, nos dá a conhecer alguma coisa, desde que esta possa ser apreendida nas formas do espaço e do tempo e nos conceitos do entendimento. Uma coisa passa a existir quando se torna objeto de um juízo.

Isso não significa que o juízo cria a própria coisa, mas sim que *a faz existir para nós*. O juízo *põe* a realidade de alguma coisa ao colocá-la como sujeito de uma proposição, ou seja, ao colocá-la como objeto de um conhecimento.

Em outras palavras, uma coisa existe quando pode ser posta pelo sujeito do conhecimento, entendido não como um sujeito individual e psicológico (João, Pedro, Maria, Ana), mas como o sujeito universal ou estrutura *a priori* universal da razão humana, aquilo que Kant denomina Sujeito **Transcendental**.

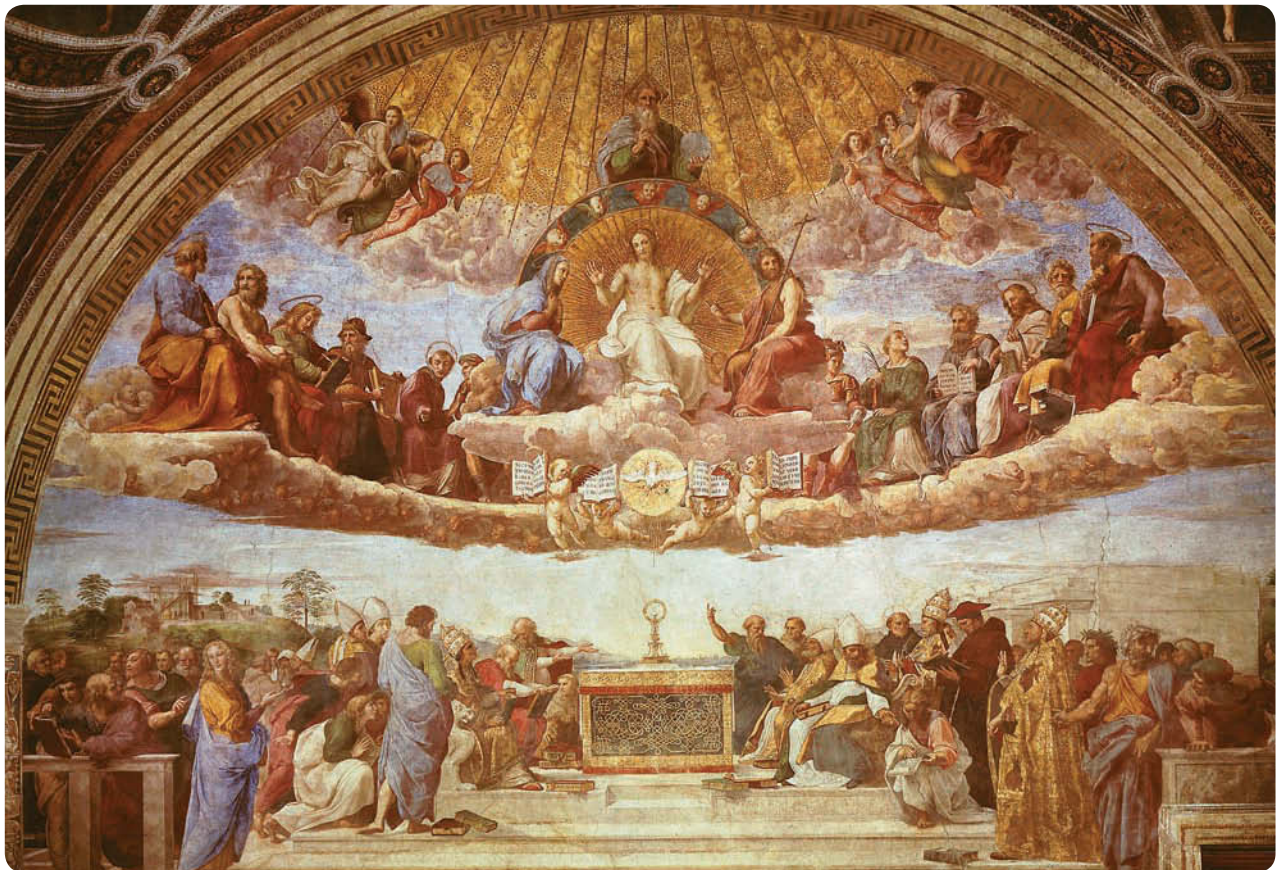
transcendental

A palavra *transcendental* vem do vocabulário medieval e significa: 'aquilo que torna possível alguma coisa, a condição necessária de possibilidade da existência e do sentido de alguma coisa'. Ao falar em Sujeito Transcendental, Kant afirma que o sujeito do conhecimento ou a razão pura universal é a condição necessária de possibilidade dos objetos do conhecimento que, por isso, são postos por ele.

Quando o juízo for sintético e *a priori*, o conhecimento obtido é universal, necessário e verdadeiro. Podemos saber o que são e como são esses juízos sintéticos *a priori* examinando a matemática e a física.

No entanto, a demonstração de que os juízos sintéticos *a priori* são possíveis graças às formas *a priori* da sensibilidade e aos conceitos *a priori* do entendimento não ajuda a responder à pergunta sobre a possibilidade da metafísica. Por quê?

Como vimos, Kant distinguiu duas modalidades de realidade: a que se oferece a nós na experiência e recebe as formas da sensibilidade e as categorias do entendimento (o fenômeno) e a que não se oferece à experiência nem recebe formas e categorias (o nômeno). Ora, a metafísica pretende ser a ciência que conhece as coisas em si, o nômeno, aquilo que seria dado ao pensamento puro sem nenhuma relação com a experiência. No entanto, só há conhecimento universal e necessário — ciência verdadeira — daquilo que é organizado pelo sujeito do conhecimento (o Sujeito Transcendental) nas formas do espaço e do tempo e de acordo com os conceitos do entendimento.

The Art Archive/Vatican Museum Rome/Gianni Dagli Orti/Agência France-Presse

Afresco de Rafael Sanzio ilustrando a terra e o reino do céu, terminado em 1510 no Palácio do Vaticano, no Vaticano. Para Kant, Deus, a liberdade e a imortalidade da alma, objetos centrais da metafísica (o nômeno) até sua época, não se apresentam à sensibilidade e ao entendimento humano.

Se o nômeno é aquilo que nunca se apresenta à sensibilidade nem ao entendimento, mas é afirmado pelo pensamento puro, não pode ser conhecido. E se o nômeno é o objeto da metafísica, esta não é um conhecimento possível.

Tomemos um exemplo que vai nos ajudar na compreensão da argumentação kantiana.

Quando a metafísica se refere a Deus, ela o define como imaterial, infinito, eterno, incausado, princípio e fundamento das essências e existências de todos os seres.

Vejamos cada uma das qualidades atribuídas ao sujeito "Deus" ou à ideia de Deus. Imaterial: portanto, não espacial; infinito: portanto, não espacial; eterno: portanto, não temporal; incausado: portanto, sem causa; princípio e fundamento de tudo: portanto, acima e fora de toda a realidade conhecida, não submetido a nenhuma condição.

A ideia metafísica de Deus é a ideia de um ser que não pode nos aparecer sob a forma do espaço e tempo; de um ser ao qual a categoria da causalidade não se aplica; de um ser que, nunca tendo sido dado a nós, é posto, entretanto, como fundamento e princípio de toda a realidade e de toda a verdade. Assim, a ideia metafísica de Deus escapa de todas as condições de possibilidade do conhecimento humano e, portanto, a metafísica usa ilegitimamente essa ideia para afirmar que Deus existe e para dizer o que ele é. Kant emprega uma argumentação semelhante para dois outros objetos da metafísica: a existência da alma ou substância pensante e a discussão da finitude ou infinitude do mundo.

Até agora, diz Kant, a metafísica tem sido uma insensatez dogmática. Tem sido a pretensão de conhecer aqueles seres que, justamente, escapam de toda possibilidade humana de conhecimento, pois a eles não se aplicam as condições universais e necessárias dos juízos: espaço, tempo, causalidade, qualidade, quantidade, substancialidade, etc. Essa metafísica não é possível.

Mas isso não significa que toda metafísica seja impossível.

Qual é a metafísica possível? É aquela que tem como objeto a investigação dos conceitos usados pelas ciências — espaço, tempo, quantidade, qualidade, causalidade, substancialidade, universalidade, necessidade, etc. —, isto é, que tem como objeto o estudo das condições de possibilidade de todo conhecimento e de toda experiência humana. Em outras palavras, é o estudo das condições *a priori* da existência dos objetos do conhecimento. **A metafísica estuda, portanto, as condições universais e necessárias da objetividade em geral e não o "Ser enquanto Ser" nem Deus, alma e mundo, nem substância infinita, pensante e extensa.** A metafísica é o conhecimento do saber humano e da experiência humana, ou, em outras palavras, do modo como os seres humanos, na medida em que são manifestações do Sujeito Transcendental, definem e estabelecem realidades.

Há, além desse, outro objeto para a metafísica. Não se trata, porém, de um objeto teórico e sim de um objeto prático, qual seja, a ação humana como ação moral, ou o que Kant chama de *ação livre por dever*. Por que a moral, ou a ética, se torna objeto da metafísica? Por causa da liberdade.

Se a razão teórica deve responder à pergunta sobre a possibilidade do conhecimento verdadeiro, a razão prática deve responder à seguinte pergunta: é possível a ação livre?

A razão teórica mostra que todos os seres, incluindo os homens, são seres naturais. Isso significa que são seres submetidos a relações necessárias de causa e efeito, tais como estabelecidas pela ciência da natureza ou física. A natureza é o reino das leis naturais de causalidade e, como nela, tudo acontece de modo necessário, ela é o reino da necessidade, não havendo aí lugar para escolhas livres. No entanto, os seres humanos são capazes de agir por escolha livre, por determinação racional de sua vontade, e são capazes de agir em nome de fins ou finalidades humanas, e não apenas condicionados por causas naturais necessárias. Como isso é possível?

A ação livre ou por escolha voluntária racional é uma ação por finalidade e não por causalidade necessária. Nesse sentido, a ação moral mostra que, além do reino causal da natureza, existe o reino ético da liberdade e da finalidade. Cabe à metafísica o estudo dessa outra modalidade de realidade, que não é natural nem teórica, mas prática. Assim, ao lado do conhecimento da razão teórica, a metafísica tem como objeto o estudo da razão prática ou da ética.

Como é possível a liberdade? Como é possível a ação livre por finalidade? Quais são as finalidades da vida ética? O que é o dever? O que é e como é possível agir por dever? O que é a virtude? Eis alguns dos temas da metafísica como estudo da razão prática.

a filosofia nas entrelinhas

Fernando Favoretto/Acervo do fotógrafo

Placa de trânsito indica as direções para os bairros Paraíso e Liberdade, na cidade de São Paulo, em 2013.

Esta atividade trabalha com o tema transversal Ética e com as disciplinas Filosofia e Sociologia.

Leia o texto do filósofo Nelson Levy; depois, faça a atividade a seguir:

A liberdade encontra o seu significado mais geral no reconhecimento de uma faculdade humana de não sujeição a qualquer poder exterior, seja ele imposto por um semelhante, ou então pelos sistemas natural-mecânicos, ou, ainda, por uma pretensa potência divina.

Entretanto, pouco importa que se atribua ao ser livre um poder absoluto ou apenas relativo de não sujeição às determinações exteriores: a liberdade, sem dúvida, não pode se definir senão a partir de uma relação com a ordem de determinações natural--mecânicas que constitui um dos segmentos dos nossos legados genéticos.

Decididamente, é impossível eliminar da liberdade o ônus da satisfação das necessidades objetivas que emanam do nosso sistema natural-mecânico. Pois, à margem dessa satisfação, o ser simplesmente não se objetivaria.

LEVY, Nelson. Princípio da liberdade. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O desejo*. 2. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Funarte, 1990. p. 155.

- Com base neste capítulo e no trecho lido acima, faça um texto breve que responda à seguinte questão: Quais são os limites da ação livre, isto é, até que ponto nossas escolhas não são determinadas por algo exterior (outra pessoa, natureza biológica, Deus, etc.)? Se possível, recorra às contribuições da Sociologia para este debate.

atividades

1. Por que o cristianismo foi levado a formular uma metafísica?
2. Quais foram as influências do neoplatonismo, do estoicismo e do gnosticismo sobre o cristianismo?
3. Apresente e justifique duas diferenças entre o pensamento grego e o pensamento cristão.
4. Por que a diferença entre verdades de razão e verdades de fé é o principal problema para a elaboração de uma filosofia cristã?
5. Por que os cristãos não podiam manter a distinção platônica entre o sensível e o inteligível?
6. Explique, em suas palavras, por que os modernos consideravam fé e razão incompatíveis.
7. Quais são as redefinições modernas dos conceitos de Ser (ou substância) e de causalidade?
8. O que a metafísica moderna estuda? Quais são suas três ideias centrais?
9. Como e por que David Hume critica os dois grandes pressupostos da metafísica?
10. Por que Kant afirma que só há ciência ou saber verdadeiro se forem possíveis juízos sintéticos *a priori*?
11. Como Kant explica a impossibilidade de se conhecer o nômeno, objeto central da metafísica tradicional? O que ele propõe que a metafísica estude em seu lugar?

INDICAÇÃO DE FILME

A última tentação de Cristo

Direção de Martin Scorsese. Estados Unidos, 1988.

Inspirado no romance homônimo do escritor Nikos Kazantzakis, o filme narra os conflitos vividos por Jesus em razão de sua natureza humana (mortal e volitiva) e divina (filho de Deus).

Photo12/Agência France-Presse

O ator Willem Dafoe interpreta Jesus Cristo no filme A última tentação de Cristo, *de 1988.*

CAPÍTULO

22

A ontologia contemporânea

Até Kant, a filosofia era realista, isto é, partia da afirmação de que a realidade ou o Ser existem em si mesmos e que, como tais, podem ser conhecidos pela razão. Kant transformou a própria teoria do conhecimento em metafísica e mostrou que o sujeito do conhecimento não é o sujeito psicológico individual, mas uma estrutura universal e intemporal (a razão), dotada da faculdade *a priori* de conhecer (o Sujeito Transcendental).

Assim, a realidade conhecível e conhecida é aquela estruturada pelas *representações* produzidas pelo sujeito com base nos dados da experiência – donde a metafísica ter-se tornado um idealismo. O conhecimento não vem das coisas para o sujeito do conhecimento, mas vai das ideias produzidas pelo sujeito para as coisas.

Encuentro *(1991), obra da artista Regina Silveira.*

Regina Silveira/Paulo Jabur/Arquivo da editora

A contribuição da fenomenologia de Husserl

Quando estudamos a teoria do conhecimento, vimos que o filósofo alemão Husserl trouxe, no início do século XX, uma nova abordagem do conhecimento a que deu o nome de *fenomenologia*. Essa abordagem, como veremos agora, teve consequências para a metafísica.

Segundo Husserl, a fenomenologia está encarregada, entre outras, de três tarefas principais: distinguir e separar psicologia e filosofia; afirmar a prioridade do sujeito do conhecimento ou consciência reflexiva diante dos objetos; e ampliar/renovar o conceito de fenômeno.

Distinção e separação entre psicologia e filosofia

No final do século XIX e no início do século XX, muitos pensadores julgaram que a psicologia tomaria o lugar da teoria do conhecimento e da lógica e, portanto, da filosofia. Na opinião deles, a ciência positiva do psiquismo seria suficiente para explicar as causas e as formas de conhecimento, sem necessidade de investigações filosóficas.

Husserl, porém, mostrou o equívoco de tal opinião. A psicologia, diz ele, como toda e qualquer ciência, estuda e explica *fatos observáveis*, mas não pode oferecer os fundamentos de tais estudos e explicações, pois os fundamentos, como o nome indica, não são fatos observáveis. O estudo dos fundamentos cabe à filosofia.

A psicologia explica, por meio de observações e de relações causais, fatos mentais e comportamentais que nos fazem ter sensações, percepções, lembranças, pensamentos ou que nos permitem realizar ações pelas quais nos adaptamos ao meio ambiente. A filosofia, porém, difere da psicologia, porque investiga o que é a percepção, o que é a memória, o que é o comportamento, o que quer dizer "psíquico", o que quer dizer "físico", etc. Em outras palavras, não explica fatos mentais e de comportamento por meio de relações de causa e efeito, mas descreve as significações que constituem a vida psíquica, o sentido das atividades e operações psíquicas. **Como, para a fenomenologia, as significações são as essências, a filosofia difere da psicologia porque esta explica fatos e aquela descreve essências da vida psíquica.**

Associação Cultural "O Mundo de Lygia Clark"/Acervo da Associação

Indivíduos interagem, em 1973, com a obra Diálogo (Óculos), *de 1968, da artista plástica Lygia Clark. A percepção é uma vivência, constituída pelo ato de perceber e pela coisa percebida.*

Tomemos um exemplo. Quando um psicólogo estuda a percepção, procura distinguir dois tipos de fatos: os fatos externos observáveis, a que dá o nome de estímulos (luz, calor, cor, forma dos objetos, distância, etc.), e os fatos internos indiretamente observáveis, a que dá o nome de respostas. Divide o fato perceptivo em estímulos externos e internos (o que acontece no sistema nervoso e no cérebro) e em respostas internas e externas (as operações do sistema nervoso e o ato sensorial de sentir ou perceber alguma coisa).

Quando um filósofo estuda a percepção, procede de modo muito diferente. Começa perguntando: "O que é a percepção?", diferentemente do psicólogo, que parte da pergunta: "Como acontece uma percepção?".

O que é a percepção? Antes de mais nada, é um modo de a nossa consciência relacionar-se com o mundo exterior por intermédio de nosso corpo. Em segundo lugar, é um modo de a consciência relacionar-se com as coisas quando as toma como realidades qualitativas (cor, sabor, tamanho, distâncias, agradáveis, desagradáveis, dotadas

de fisionomia e de sentido, diferentes umas das outras, partes de uma paisagem, etc.). A percepção é uma *vivência*. Em terceiro lugar, essa vivência é uma forma de conhecimento dotada de estrutura: há o *ato* de perceber (pela consciência) e há o *correlato* percebido (a coisa externa); a característica principal do percebido é a de oferecer-se por faces, por perfis ou perspectivas, como algo interminável, que nossos sentidos nunca podem apanhar de uma só vez e de modo total.

O que é a percepção? Ou, em outras palavras, qual é a *essência* da percepção? É uma vivência da consciência, um ato, cujo correlato são qualidades percebidas pela mediação de nosso corpo; é um modo de estarmos no mundo e de nos relacionarmos com a presença das coisas diante de nós; difere, por exemplo, da vivência imaginativa, da vivência reflexiva, etc.

Manutenção da prioridade do sujeito do conhecimento

Conservando-se fiel à tradição moderna e kantiana, Husserl privilegia ou dá prioridade à consciência reflexiva ou ao sujeito do conhecimento. A consciência de que fala o filósofo não é, evidentemente, aquela de que fala o psicólogo. Para este, a consciência é o nome dado a um conjunto de fatos externos e internos observáveis e explicados causalmente. **A consciência a que se refere o filósofo é o sujeito do conhecimento, como estrutura e atividade universal e necessária do saber.**

Qual é o poder da consciência reflexiva? O de constituir ou criar as essências, pois estas nada mais são do que as *significações* produzidas pela consciência, na qualidade de um poder universal de *doação de sentido ao mundo*.

A consciência não é uma coisa entre as coisas, não é um fato observável nem é, como imaginava a metafísica, uma substância pensante ou uma alma, entidade espiritual. **A consciência é uma pura atividade, o ato de constituir essências ou significações, dando sentido ao mundo das coisas.** Por ser uma ação que visa os objetos como significações, toda consciência é sempre *consciência de*. A isso (ser consciência de), Husserl dá o nome de *intencionalidade*.

A consciência é um ato intencional e sua essência é a intencionalidade, ou o ato de visar as coisas como significações. O mundo ou a realidade como significação é o correlato intencional da consciência, isto é, o que é visado por ela. Assim, por exemplo, perceber é o ato intencional da consciência, o percebido é o seu correlato intencional e a percepção é a unidade interna e necessária entre o ato e o correlato, entre o perceber e o percebido. É por esse motivo que, conhecendo a estrutura intencional ou a essência da consciência, se pode conhecer a essência da percepção (e, da mesma maneira, a essência da imaginação, da memória, da reflexão, etc.).

Ampliação/renovação do conceito de fenômeno

Desde Kant, *fenômeno* passou a indicar aquilo que, do mundo externo, se oferece ao sujeito do conhecimento sob as estruturas cognitivas *a priori* da consciência (isto é, sob as formas *a priori* do espaço e do tempo e sob os conceitos *a priori* do entendimento). No entanto, Hegel ampliou o conceito de fenômeno, afirmando que tudo o que aparece só pode aparecer para uma consciência e que a própria consciência mostra-se a si mesma no conhecimento de si, sendo ela própria um fenômeno. Por isso, foi Hegel o primeiro a usar a palavra *fenomenologia* para com ela indicar o conhecimento que a consciência tem de si mesma por meio dos demais fenômenos que lhe aparecem.

Husserl mantém o conceito kantiano e hegeliano, mas amplia ainda mais a noção de fenômeno. Para compreendermos essa ampliação precisamos considerar a crítica que endereça a Kant e a Hegel.

Kant equivocou-se ao distinguir fenômeno e nômeno, pois, com essa distinção, manteve a velha ideia metafísica da realidade em si ou do “Ser enquanto Ser”. Hegel, por sua vez, aboliu a diferença entre a consciência e o mundo, porque dissera que este nada mais é do que o modo como a consciência se torna as próprias coisas, tudo sendo fenômeno: fenômeno interior — a consciência — e fenômeno exterior — o mundo como manifestação da consciência nas coisas.

Contra Kant, Husserl afirma que não há nômeno, não há a “coisa em si” incognoscível. Tudo o que existe é fenômeno e só existem fenômenos. Fenômeno é a presença real de coisas reais diante da consciência; é aquilo que se apresenta diretamente, “em pessoa”, à consciência.

Contra Hegel, Husserl afirma que a consciência possui uma essência diferente das essências dos fenômenos, pois ela é doadora de sentido às coisas e estas são receptoras de sentido. A consciência não se encarna nas coisas, não se torna as próprias coisas, mas dá significação a elas.

O que é o fenômeno? É a *essência*.

O que é a essência? É a *significação* ou o *sentido* de um ser, sua ideia, seu *eidos*. **A filosofia é a descrição da essência da consciência (de seus atos e correlatos) e das essências das coisas.** Por isso, a filosofia é uma *eidética* — descrição do *eidos* ou das essências. Como o *eidos* ou a essência é o fenômeno, a filosofia é uma fenomenologia.

Marcos André/Opção Brasil

Estudantes em excursão escolar à Estação Pinacoteca, em São Paulo, no ano de 2011. A consciência doa sentido às coisas, mas não se encarna nelas mesmas.

Os fenômenos ou essências

Fenômenos não são apenas as coisas materiais que percebemos, imaginamos ou lembramos cotidianamente porque são parte de nossa vida. Fenômenos são também coisas puramente ideais ou idealidades, como os entes estudados pela matemática (figuras geométricas, operações algébricas, conceitos como igualdade, diferença, identidade, etc.) e pela lógica (como os conceitos de universalidade, particularidade, individualidade, necessidade, contradição, etc.).

Além das coisas materiais, naturais e ideais, também são fenômenos as coisas criadas pela ação e prática humanas (técnicas, artes, instituições sociais e políticas, crenças religiosas, valores morais, etc.). Em outras palavras, os resultados da vida e da ação humanas — aquilo que chamamos de cultura — são fenômenos. A fenomenologia é a descrição de todos os fenômenos, ou significação de todas estas realidades: materiais, naturais, ideais, culturais.

Ao ampliar o conceito de fenômeno, Husserl propôs que a filosofia distinguisse diferentes tipos de essências ou fenômenos e que considerasse cada um deles como manifestando um tipo de realidade diferente. Falou, assim, em *regiões do ser*: a região consciência, a região natureza, a região matemática, a região arte, a região história, a região religião, a região política, a região ética, etc. Propôs que a filosofia investigasse as essências próprias desses seres ou desses entes, criando *ontologias regionais*.

Com essa proposta, Husserl fazia com que a metafísica do "Ser enquanto Ser" e a metafísica das substâncias (Deus, alma, mundo; infinito, pensante, extensa) cedessem lugar ao estudo do ser diferenciado em entes dotados de essências próprias e irredutíveis uns aos outros. Esse estudo seria a ontologia sob a forma de ontologias regionais.

Ôntico e ontológico

Vimos que a palavra *ontologia* deriva do particípio presente do verbo *einai* (ser), isto é, de *on* ("ente") e *tà onta* ("as coisas", "os entes"), dos quais vem o substantivo *tò on*: "o Ser".

O filósofo alemão Martin Heidegger propõe distinguir duas palavras: *ôntico* e *ontológico*. *Ôntico* se refere à estrutura e à essência própria de um ente, aquilo que ele é em si mesmo, sua identidade, suas relações com outros entes. *Ontológico* se refere ao estudo filosófico dos entes, à investigação dos conceitos que nos permitam conhecer e determinar pelo pensamento em que consistem as modalidades ônticas, quais os métodos adequados para o estudo de cada uma delas, quais as categorias que se aplicam a cada uma delas.

Em resumo: *ôntico* diz respeito aos entes em sua existência própria; *ontológico* diz respeito aos entes tomados como objetos de conhecimento. Como existem diferentes esferas ou regiões ônticas, existirão ontologias regionais que se ocupam com cada uma delas. Em nossa experiência cotidiana, distinguimos espontaneamente cinco grandes estruturas ônticas:

1. os entes materiais ou naturais que chamamos coisas reais (frutas, árvores, pedras, rios, estrelas, areia, o Sol, a Lua, metais, etc.);
2. os entes materiais artificiais que também chamamos coisas reais (nossa casa, mesas, cadeiras, automóveis, telefone, computador, pratos, etc.);
3. os entes ideais, isto é, aqueles que não são coisas materiais, mas ideias gerais, concebidas pelo pensamento lógico, matemático, científico, filosófico, aos quais damos o nome de idealidades (igualdade, diferença, número, raiz quadrada, círculo, conjunto, classe, variável, animal, mineral, físico, psíquico, matéria, energia, etc.);
4. os entes que podem ser valorizados positiva ou negativamente e aos quais damos o nome de valores

(beleza, feiura, vício, virtude, raro, comum, justo, injusto, possível, impossível, verdadeiro, falso, etc.);

5. os entes que pertencem a uma realidade diferente daquela a que pertencem as coisas, as idealidades e os valores e aos quais damos o nome de metafísicos (a divindade ou o absoluto; o infinito e o nada; a morte e a imortalidade; a identidade e a alteridade; o mundo como unidade; etc.).

Como passamos da experiência ôntica à investigação ontológica?

Quando aquilo que faz parte de nossa vida cotidiana se torna problemático, estranho, confuso; quando somos surpreendidos pelas coisas e pelas pessoas, porque acontece algo inesperado ou imprevisível; quando desejamos usar certas coisas e não sabemos como lidar com elas; enfim, quando o significado costumeiro das coisas, das ações, dos valores ou das pessoas perde sentido ou se mostra obscuro e confuso, ou quando o que nos foi dito, ensinado e transmitido sobre eles já não nos satisfaz e queremos saber mais e melhor.

Podemos, então, perguntar: "O que é isso que chamamos de coisa real (coisas naturais e coisas artificiais ou culturais)?". Diremos que uma coisa é chamada *real* porque pertence a um conjunto de entes que possuem em comum a mesma estrutura ontológica: são entes que existem fora de nós, estão no mundo diante de nós, isto é, são um *ser*; são entes que existem no mundo mesmo que não estejam presentes para nós, pois podem estar presentes para todos ou ficar presentes para nós em algum momento, isto é, são uma *realidade*; são entes que começam a existir e podem desaparecer, são entes que duram e possuem duração, isto é, são *temporais*; são entes que se transformam no tempo, são produzidos pela ação de outros e produzem outros, obedecendo a certos princípios, isto é, são causas e efeitos, são *causalidades*. *Ser*, *realidade*, *temporalidade* e *causalidade* são conceitos ontológicos que descrevem a essência dos entes chamados *coisas*.

No caso dos entes ideais, os conceitos ontológicos são bastante diferentes. Em primeiro lugar, tais entes não são coisas reais — *este* cavalo é uma coisa real, mas a *ideia* do cavalo não é uma coisa, é um conceito e existe apenas como conceito. Em segundo lugar, não causam uns aos outros, mas são entes que possuem uma definição própria, podendo relacionar-se com outros — a ideia de homem não causa a ideia de cavalo, mas elas podem relacionar-se quando o historiador, por exemplo, mostra a diferença entre um exército que só possui a infantaria e um que disponha de cavalaria; um

David Levine/Acervo do cartunista

O filósofo alemão Martin Heidegger, pelo traço de David Levine.

círculo não causa um triângulo, mas podemos inscrever triângulos num círculo para demonstrar um teorema ou resolver um problema. São, portanto, *entes relacionais*, mas não são regidos pelo conceito de causalidade. Em terceiro lugar, não existem do mesmo modo que as coisas, isto é, não começam a existir, transformam-se e desaparecem — um triângulo, uma inferência, a ideia de vegetal não nascem nem morrem, são *atemporais*. *Idealidade*, *relação* e *atemporalidade* são os conceitos ontológicos para os entes ideais.

No caso dos entes que são valores, os conceitos ontológicos principais que os descrevem essencialmente são a *qualidade* (um valor pode ser negativo ou afirmativo) e a *polaridade* ou *oposição* (os valores sempre se apresentam como pares de opostos: bom-mau, belo-feio, justo-injusto, verdadeiro-falso, etc.).

Observemos que o sentido das coisas naturais se altera com a mudança dos conhecimentos científicos, assim como muda o sentido dos entes ideais (o que os gregos entendiam por número não é o que a matemática moderna entende por número, por exemplo). No caso dos entes reais artificiais, isto é, das coisas produzidas pelo homem com as técnicas e as artes, a mudança não é apenas de sentido, mas das próprias coisas — entes técnicos ficam obsoletos e caem em desuso quando outros, mais sofisticados, são produzidos. O sentido dos valores também muda nas diferentes sociedades e épocas: o que era inaceitável numa sociedade ou numa época pode tornar-se aceitável e desejável noutra ou vice-versa.

Se considerarmos os entes na perspectiva dos seres humanos, diremos que todos eles — naturais, artificiais, ideais, valores, metafísicos — são entes culturais e históricos, submetidos ao tempo, à mudança, pois seu sentido — sua essência — muda com a cultura. No entanto, podemos observar também que as categorias ontológicas (ser, realidade, causalidade, temporalidade, idealidade, atemporalidade, relação, diferença, qualidade, quantidade, polaridade, oposição, etc.) permanecem, ainda que mudem seus objetos. Assim, por exemplo, a ciência física pode oferecer uma explicação inteiramente nova para o fenômeno da percepção das cores. **Contudo, a existência da luz, da cor, da percepção das coisas coloridas permanece, e é a essa permanência que se refere a ontologia.**

Eugenio Adorni/Associated Press/Glow Images

Casal celebra primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo na Argentina, em 2010. Uma sociedade pode considerar a homossexualidade masculina um valor positivo (como a sociedade grega antiga) ou um valor negativo (como a sociedade inglesa vitoriana, do século XIX), mas o ato de valorar alguma ação permanece.

A nova ontologia: nem realismo, nem idealismo

Filósofos que vieram após Husserl e adotaram suas ideias desenvolveram a nova ontologia. Entre esses filósofos, dois merecem especial destaque: o alemão Martin Heidegger (de quem falamos anteriormente) e o francês Maurice Merleau-Ponty. Ambos modificaram várias das ideias de Husserl e esforçaram-se para liberar a ontologia do velho problema deixado pela metafísica, qual seja, o dilema do realismo e do idealismo, dilema que Husserl resolvera em favor do idealismo pelo papel preponderante que dera à consciência transcendental ou ao sujeito do conhecimento.

Qual o dilema posto pelo realismo e pelo idealismo? O realismo afirma que, se eliminarmos o sujeito ou a consciência, restam as coisas em si mesmas, a realidade verdadeira, o ser em si.

O idealismo, ao contrário, afirma que, se eliminarmos as coisas ou o nômeno, resta a consciência ou o sujeito que, por meio das operações do conhecimento, revela a realidade, o objeto.

Heidegger e Merleau-Ponty afirmam que as duas posições estão equivocadas e que são "erros gêmeos", cabendo à nova ontologia superá-los. Como resolver um problema milenar como esse e que é, afinal, a própria história da metafísica e da ontologia?

Dizem os dois filósofos: se eliminarmos a consciência, não sobra nada, pois as coisas existem para nós, isto é, para uma consciência que as percebe, imagina, que delas se lembra, nelas pensa, que as transforma pelo trabalho, etc. Se eliminarmos as coisas, também não resta nada, pois não podemos viver sem o mundo nem fora dele; não somos os criadores do mundo e sim seus habitantes. Um mundo sem nós será tudo quanto se queira, menos o que entendemos por realidade. Uma consciência sem o mundo será tudo quanto se queira, menos consciência humana.

A nova ontologia parte da afirmação de que estamos no mundo e de que *o mundo é mais velho do que nós*, mas, simultaneamente, de que somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo.

Não somos uma consciência reflexiva pura, mas uma consciência encarnada num corpo. Nosso corpo não é apenas uma coisa natural, tal como a física, a biologia e a psicologia o estudam, mas é um corpo humano, isto é, habitado e animado por uma consciência. Não somos pensamento puro, pois somos um corpo. Não somos uma coisa natural, pois somos uma consciência.

Somos seres *temporais* — nascemos e temos consciência da morte. Somos seres *intersubjetivos* — vivemos na companhia dos outros. Somos seres *culturais* — criamos a linguagem, o trabalho, a sociedade, a religião, a política, a ética, as artes e as técnicas, a filosofia e as ciências.

O que é, pois, a realidade? É justamente a existência do mundo material, natural, ideal, cultural e a nossa existência nele. A realidade é o campo formado por seres ou entes diferenciados e relacionados entre si que possuem sentido em si mesmos e que também recebem de nós outros e novos sentidos. A realidade ou o Ser não é o Objeto-Coisa, sem a consciência. Mas, também, não é o Sujeito-Consciência, sem as coisas e os outros. A realidade ou o Ser é o cruzamento e a diferenciação entre o

sensível e o inteligível, entre o material-natural e o ideal--cultural, entre o qualitativo e o quantitativo, entre o fato e o sentido, entre o psíquico e o corporal, etc.

O que estuda a ontologia? Os entes ou seres *antes* que sejam investigados pelas ciências e *depois* que se tornaram enigmáticos para nossa vida cotidiana.

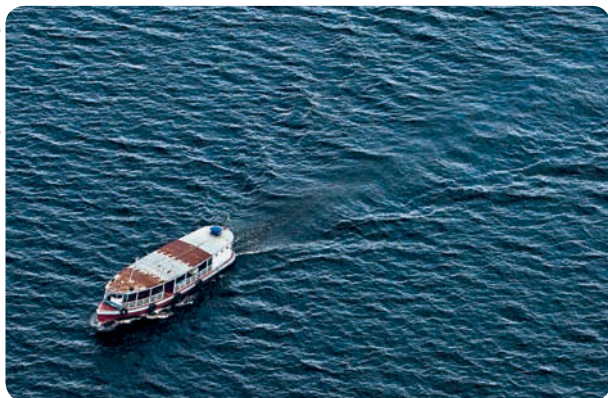
Digo, por exemplo: "Vejo esta casa vermelha, próxima da azul". A ontologia indaga: "O que é ver, qual a essência da visão?", "O que é uma casa ou qual a essência da habitação?", "O que é vermelho ou azul ou qual é a essência da cor ou o que é cor?", "O que é ver cores?".

Pergunto, por exemplo: "Que horas são?". A ontologia indaga: "O que é o tempo?", "Qual a essência da temporalidade?".

Antônio diz a Paulo: "Aquelas duas árvores são idênticas, mas a terceira é diferente". A ontologia indaga: "O que é identidade?", "E a diferença?", "O que é 'duas' e 'terceira', ou seja, o que é o número?".

Cecília conta a Joana: "Pedro realizou um ato generoso protegendo a criança, mas Eugênia foi egoísta ao não o ajudar". A ontologia indaga: "O que é a generosidade ou o egoísmo?", "Existem em si e por si mesmos ou são avaliações que fazemos das ações humanas?", "O que é um valor?".

Como se observa, a ontologia investiga a essência ou o sentido do ente físico ou natural, do ente psíquico, lógico, matemático, estético, ético, temporal, espacial, etc. Investiga as diferenças e as relações entre eles, seu modo próprio de existir, sua origem, sua finalidade. O que é o mundo? O que é o eu ou a consciência? O que é o corpo? O que é o outro? O que é o espaço-tempo? O que é a linguagem? O que é o trabalho, a religião, a arte, a sociedade, a história, a morte, o infinito? Eis as questões da ontologia.

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Barco navega no rio Negro, estado do Amazonas, em 2009. Diante da afirmação de que um lugar é distante, a ontologia indaga: "O que é o espaço?", "Qual é a essência da espacialidade?", "O que é perto e longe?", "O que é a distância?".

Recupera-se, assim, a velha questão filosófica: "O que é isto que é?", mas acrescida de nova questão: "Para quem é isto que é?". **Volta-se, pois, a buscar o Ser ou a essência das coisas, dos atos, dos valores humanos, da vida e da morte, do infinito e do finito.** A pergunta "O que é isto que é?" refere-se ao modo de ser dos entes naturais, artificiais, ideais e humanos; a pergunta "Para quem é isto que é?" refere-se ao sentido ou à significação desses entes.

Tomemos um exemplo para nos ajudar a compreender o modo de pensar da ontologia. Acompanhemos, brevemente, o estudo de Merleau-Ponty sobre a essência ou o ser do nosso corpo e, a seguir, o ser e a essência do tempo.

O nosso corpo

O que é o nosso corpo? Qual a sua essência?

A física dirá que é um agregado de átomos, uma massa e energia que funciona de acordo com as leis gerais da natureza. A química dirá que é feito de moléculas de água, oxigênio, carbono, de enzimas e proteínas, funcionando como qualquer outro corpo químico. A biologia dirá que é um organismo vivo, um indivíduo membro de uma espécie (animal, mamífero, vertebrado, bípede), capaz de adaptar-se ao meio ambiente por operações e funções internas, dotado de um código genético hereditário, que se reproduz sexualmente. A psicologia dirá que é um feixe de carne, músculos, ossos, que formam aparelhos receptores de estímulos externos e internos e aparelhos emissores de respostas internas e externas a tais estímulos, capaz de ter comportamentos observáveis.

Todas essas respostas dizem que nosso corpo é uma coisa entre as coisas, uma máquina receptiva e ativa que pode ser explicada por relações de causa e efeito; suas operações são observáveis direta ou indiretamente, podendo ser examinado em seus mínimos detalhes nos laboratórios, classificado e conhecido. Nosso corpo, como qualquer coisa, é um objeto de conhecimento.

Porém, será isso o corpo que é *nosso*?

Meu corpo é um ser visível no meio dos outros seres visíveis, mas que tem a peculiaridade de ser um visível vidente: vejo, além de ser vista. Não só isso. Posso me ver, sou visível para mim mesma. E posso me ver vendo.

Meu corpo é um ser táctil como os outros corpos, podendo ser tocado. Mas também tem o poder de tocar, é tocante; e é capaz de tocar-se, como quando minha mão direita toca a esquerda e já não sabemos quem toca e quem é tocado.

diálogos ***filosóficos***

MERLEAU-PONTY, Maurice. Em toda e nenhuma parte. In: *Merleau-Ponty. Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 426. (Os pensadores).

O futuro da filosofia

Uma filosofia concreta não é uma filosofia fácil. É preciso que ela se mantenha perto da experiência e, no entanto, não se limite ao empírico, mas restitua em cada experiência a cifra ontológica com que ela está interiormente marcada. Por mais difícil que seja, nessas condições, imaginar o futuro da filosofia, duas coisas parecem seguras: a primeira é que ela nunca mais reencontrará a convicção de possuir, com seus conceitos, as chaves da natureza e da história; a segunda é que ela nunca renunciará ao seu radicalismo, à busca dos pressupostos e dos fundamentos que sempre produziu as grandes filosofias.

Meu corpo é sonoro como outros corpos, como os cristais e os metais; pode ser ouvido. Mas tem o poder de ouvir. Mais do que isso, pode fazer-se ouvir e pode ouvir-se quando emite sons. Do fundo da garganta, passando pela língua e pelos dentes, com os movimentos de meus lábios transformo a sonoridade em sentido, dizendo palavras. Ouço-me falando e ouço quem me fala. Sou sonora para mim mesma.

Meu corpo estende a mão e toca outra mão em outro corpo, vê um olhar, percebe uma fisionomia, escuta outra voz: sei que diante de mim está um corpo que é meu outro, um outro humano habitado por consciência e eu o sei porque me fala e, como eu, seu corpo produz palavras, sentidos.

Visível-vidente, táctil-tocante, sonoro-ouvinte/falante, meu corpo se vê vendo, se toca tocando, se escuta escutando e falando. Meu corpo não é coisa, não é máquina, não é feixe de ossos, músculos e sangue, não é uma rede de causas e efeitos, não é um receptáculo para uma alma ou para uma consciência: é meu modo fundamental de ser e de estar no mundo, de me relacionar com ele e de ele se relacionar comigo. Meu corpo é um sensível que sente e se sente, que se sabe sentir e se sentindo. É uma interioridade exteriorizada e uma exterioridade interiorizada. É esse o ser ou a essência do meu corpo. Meu corpo tem, como todos os entes, uma dimensão metafísica ou ontológica.

O que é o tempo?

Estamos acostumados a considerar o tempo como uma linha reta, feita da sucessão de instantes, ou como uma sucessão de "agoras" — um "agora" que já foi é o passado, o "agora" que está sendo é o presente, um "agora" que virá é o futuro.

A metafísica realista usa, frequentemente, a imagem do rio para representar o tempo como algo que passa sem cessar: a nascente é o passado, o lugar onde me encontro é o presente, a foz é o futuro. Há dois enganos nessa imagem. Em primeiro lugar, trata-se de uma imagem *espacial* para referir-se ao que é *temporal*, isto é, pretende explicar a essência do tempo (o escoamento) usando a essência do espaço (a sucessão de pontos). Em segundo lugar, a imagem do rio não corresponde ao escoamento do tempo. Para que correspondesse, precisaria estar invertida, pois a água que está na nascente é aquela que ainda não passou pelo lugar onde estou e, portanto, ela é, para mim, o futuro e não o passado; a água que está na foz é aquela que já passou pelo lugar onde estou e, portanto, para mim, é o passado e não o futuro.

Tentando evitar os enganos do realismo, a metafísica idealista dirá que o tempo é a forma do sentido interno, isto é, uma forma criada pelo sujeito do conhecimento ou pela consciência reflexiva para organizar a experiência subjetiva da sucessão. O tempo não existe, mas é uma idealidade produzida pela razão, um conceito subjetivo para estruturar o que é experimentado como sucessivo.

Um novo engano acaba de ser cometido. Se o tempo for uma forma ou um conceito produzido pela consciência reflexiva ou pelo sujeito para organizar a sucessão, não haverá sucessão a organizar, pois a consciência reflexiva ou o sujeito do conhecimento opera sempre e exclusivamente com o que é atual, com o que está dado presentemente ao pensamento. Para a

reflexão só existe a simultaneidade, e a sucessão se reduz a uma experiência psicológica ou empírica, ao sentimento de que há um "antes" e um "depois", tais palavras indicando o modo como nos referimos a lembranças e expectativas pessoais.

Jacques Loic/Photononstop/Glow Images

Homem caminha em rua de Paris. A impressão de uma sucessão de acontecimentos no tempo se reduz a uma experiência psicológica.

Indaguemos, porém, o que é vivenciar o próprio tempo. Quando vivencio o meu presente, ele se apresenta como uma situação na qual sinto, faço, digo, penso coisas, atuo de várias maneiras e tenho experiência de uma situação aberta, isto é, na qual muitas coisas são possíveis para mim, muitas coisas podem acontecer. Quando rememoro meu passado, percebo que entre ele e o meu presente há uma diferença: quando ele era o meu presente, também estava aberto a muitas possibilidades, mas somente algumas se realizaram. Por isso, o passado lembrado não é uma situação aberta como o presente, mas fechada, terminada. Assim, meu passado não é simplesmente o que veio antes do meu presente, mas algo qualitativamente diferente do presente: este é aberto; aquele, fechado.

Quando imagino meu futuro, antevejo, baseada nas possibilidades abertas em meu presente, como seria se certas possibilidades se concretizassem e se outras não se realizassem. Meu futuro não é simplesmente o que vem depois do meu presente, mas algo qualitativamente diferente do presente: é o que poderá ser se as aberturas do meu presente se concretizarem e, portanto, se o que, hoje, está aberto ou em suspenso estiver, amanhã, fechado e realizado.

Meu passado e meu futuro nunca são os mesmos. Cada vez que me lembro do meu passado, eu o faço com base no meu presente e, a cada vez, este é diferente, fazendo-me recordar de maneiras diversas o que passou. Cada vez que imagino meu futuro, eu o faço com base no meu presente, que, sendo sempre diferente, imagina diferentemente o futuro. Não revivo o passado, mas o rememoro tal como sou hoje em meu presente. Não vivo meu futuro, mas o imagino tal como sou hoje em meu presente. O presente é uma contração temporal que arranca o passado do esquecimento e abre o futuro para o possível. O passado e o futuro são dilatações temporais, distensões do presente.

O que é lembrar? É captar no contínuo temporal uma diferença real entre o que estou vivendo no presente e o que estou vivenciando do passado. O que é esquecer? É perder a fisionomia ou o relevo de um momento do passado. O que é esperar? É buscar no contínuo temporal uma diferença *possível* entre o que estou vivendo e o que estou vivenciando do futuro.

O que é o tempo?

Em primeiro lugar, é um escoamento interno e externo, um fluir contínuo, que vai produzindo diferenças dentro de si mesmo. Em segundo, é uma contração e uma dilatação de si mesmo, um juntar-se a si mesmo e consigo mesmo (na lembrança) e um expandir-se a si mesmo e consigo mesmo (na esperança). O tempo é a produção da identidade e da diferença consigo mesmo e, nesse sentido, é uma dimensão do meu ser (não estou *no* tempo, mas *sou* temporal) e uma dimensão de todos os entes (não estão *no* tempo, mas *são* temporais).

O tempo não é um receptáculo de instantes, não é uma linha de momentos sucessivos, não é a distância entre um "agora", um "antes" e um "depois", mas sim o movimento interno dos entes para reunirem-se consigo mesmos (o presente como centro que busca o passado e o futuro) e para diferenciarem-se de si mesmos (o presente como diferença qualitativa em face do passado e do futuro). O Ser é tempo.

a filosofia nas entrelinhas

Associated Press/Glow Images

O escritor argentino Jorge Luis Borges, em fotografia de 1974.

Esta atividade trabalha com o tema transversal Pluralidade Cultural.

Leia o trecho de um texto do jornalista Sérgio Augusto sobre o escritor argentino Jorge Luis Borges. Em seguida, responda à questão proposta:

Em 1978, o cego Jorge Luis Borges ainda comprava livros a mancheias. E com o entusiasmo de uma criança numa loja de brinquedos. Exultou ao adquirir, na época, os vinte e tantos volumes de uma edição de 1966 da Enciclopédia Brockaus, *entusiasmando-se com as letras góticas que não podia ler e os mapas e gráficos que não podia ver. Só a presença daquele objeto o excitava, embriagava-o de felicidade.*

AUGUSTO, Sérgio. As *penas do ofício:* ensaios de jornalismo cultural. Rio de Janeiro: Agir, 2006. p. 172.

- Relacione o fato narrado pelo jornalista com a afirmação da qual parte a nova ontologia, de que "somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo".

atividades

1. Explique o que é o idealismo inaugurado por Kant e como se diferencia do realismo.
2. Por que Husserl mostrou que a psicologia não poderia substituir a lógica e a teoria do conhecimento? Qual a diferença entre a filosofia e a psicologia?
3. O que a fenomenologia entende por intencionalidade da consciência?
4. Qual a crítica de Husserl à concepção kantiana de fenômeno? E à concepção hegeliana?
5. O que Husserl entende por fenômeno? Em que aspectos ele alargou o campo dos fenômenos em relação às concepções de Kant e Hegel?
6. O que Husserl entende por "regiões do ser"? Como a filosofia deveria organizar as essências com base nessas regiões? Explique e exemplifique.
7. O que é a distinção entre ôntico e ontológico proposta por Heidegger? Quando passamos da experiência ôntica ao conhecimento ontológico?
8. Ontologicamente, o que é um ente real? E um ente ideal?
9. Quais os conceitos ontológicos para descrever o ser dos valores ou os entes que são valores?
10. O que resta se retirarmos a consciência? O que resta se eliminarmos as coisas? O que diz uma nova ontologia que se afasta tanto do idealismo da consciência como do realismo das coisas?
11. Com base na ideia de que somos uma consciência encarnada e temporal, explique, em suas palavras, como a nova ontologia estuda as essências.

INDICAÇÃO DE FILME

A insustentável leveza do ser

Direção de Philip Kaufmann. Estados Unidos, 1988.

Na antiga Tchecoslováquia, em meio à Primavera de Praga, em 1968, o médico bon-vivant *Tomas (Daniel Day-Lewis) se envolve em um triângulo amoroso com Sabina (Lena Olin), uma artista plástica, e Tereza (Juliette Binoche), uma garçonete que quer ser fotógrafa. A invasão soviética, que reprimiu o movimento de retorno à liberdade de expressão, faz recair sobre as personagens todo o peso da realidade da época.*

Orion Pictures/Everett Collection/Keystone

A atriz Juliette Binoche no filme A insustentável leveza do ser, *de 1988, dirigido por Philip Kaufmann.*

A filosofia
e a prática

PARTE 2

Divisor, *performance de Lygia Pape criada em 1968 e refeita em junho de 2010 em frente ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ). A cultura, a religião e a ética são esferas em que a reflexão filosófica se mostra fundamental.*

Luciana Whitaker/Folhapress

UNIDADE VII

A cultura

CAPÍTULO

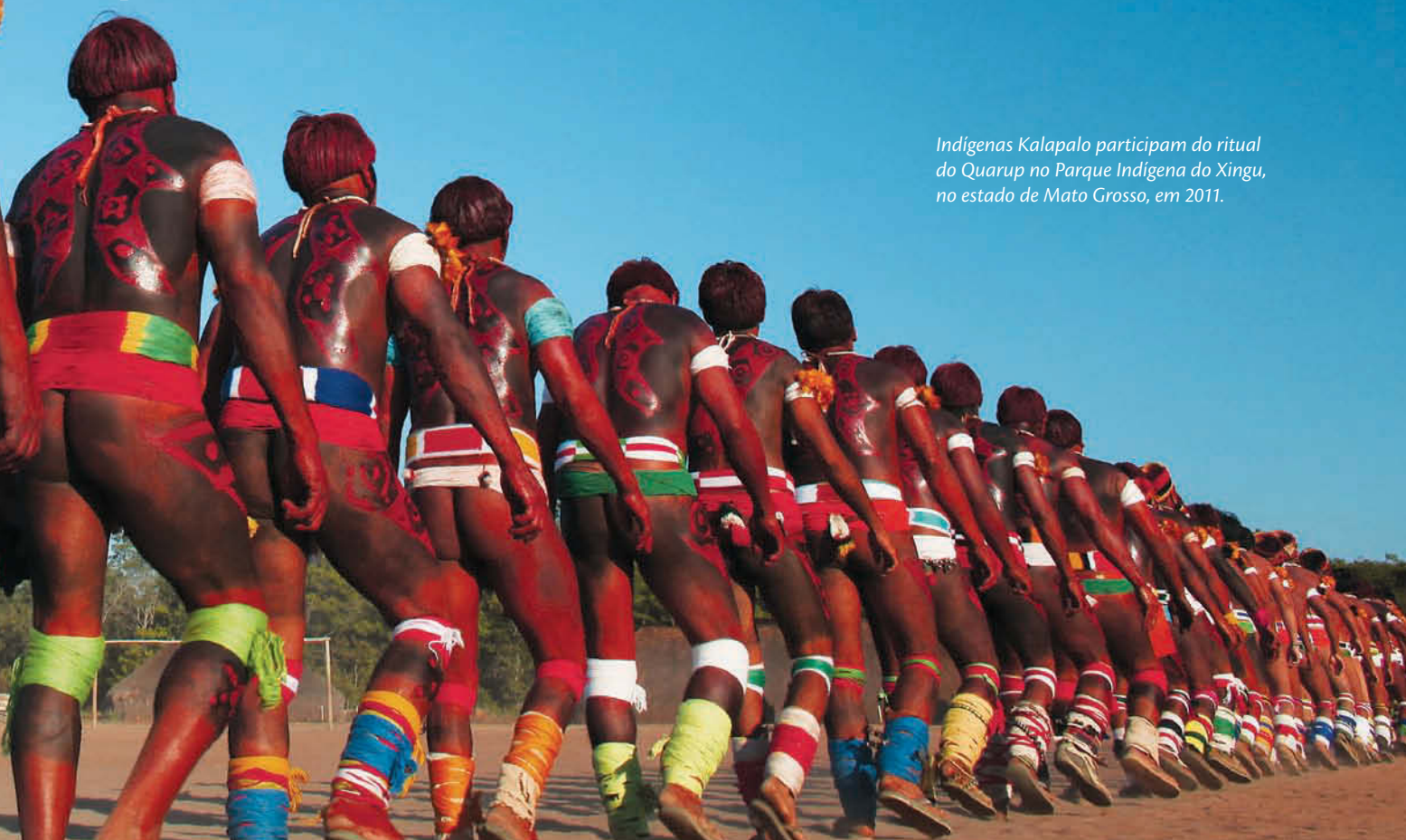
23

A cultura

Na Unidade 2, vimos os muitos sentidos que damos à palavra *razão*. Algo semelhante acontece quando falamos em *natureza*. O que é natural? Quando falamos em natureza humana, a que nos referimos?

À ideia de natureza, a filosofia moderna contrapôs, no século XVIII, a de cultura, elemento diferenciador do ser humano com relação às demais espécies. No entanto, a palavra *cultura*, tal como *natureza*, também recebe, no uso cotidiano, significados variados. O que é, então, cultura? Existe uma natureza humana para além da cultura?

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Indígenas Kalapalo participam do ritual do Quarup no Parque Indígena do Xingu, no estado de Mato Grosso, em 2011.

Natureza humana?

É muito comum ouvirmos e dizermos frases como: “Chorar é próprio da natureza humana” e “Homem não chora”. Ou então: “É da natureza humana ter medo do desconhecido” e “Ela é corajosa, não tem medo de nada”. Também é comum a frase: “As mulheres são naturalmente frágeis e sensíveis, porque nasceram para a maternidade”, bem como esta outra: “Fulana é uma desnaturada, pois não tem o menor amor aos filhos”.

Com frequência ouvimos dizer: “Os homens são fortes e racionais, feitos para o comando e para a vida pública”, donde, como consequência, esta outra frase: “Fulana nem parece mulher. Veja como se veste! Veja o emprego que arranjou!”. Não é raro escutarmos que os negros são indolentes por natureza, os pobres são naturalmente violentos, os judeus são naturalmente avarentos, os árabes são naturalmente comerciantes espertos, os franceses são naturalmente interessados em sexo e os ingleses são, por natureza, fleumáticos.

Frases como essas, e muitas outras, pressupõem, por um lado, que acreditamos na existência de uma natureza humana que é a *mesma* em todos os tempos e lugares e, por outro, que cremos na existência de uma *diferença* de natureza ou de *diferenças naturais* entre homens e mulheres, pobres e ricos, negros, índios, judeus, árabes, franceses ou ingleses. Haveria, assim, uma natureza humana universal e uma natureza humana diferenciada por espécies, à maneira da diferença entre as várias espécies de plantas ou de animais.

Dizer que alguma coisa é natural ou por natureza significa dizer que essa coisa existe necessariamente (ou seja, não pode deixar de existir nem pode ser diferente do que é) e universalmente (ou seja, em todos os tempos e lugares) porque é efeito de uma causa necessária e universal. Essa causa é a natureza. Assim como é da natureza dos corpos serem governados por uma lei natural, também seria por natureza que os homens sentem, pensam e agem; e, por isso, haveria uma *natureza humana*.

O que aconteceria com as frases que mencionamos há pouco se mostrássemos que algumas delas são contraditórias e que outras não correspondem aos fatos da realidade?

Assim, por exemplo, dizer que “É natural chorar na tristeza” entra em contradição com a ideia de que “Homem não chora”, pois, se isso fosse verdade, o homem teria de ser considerado um ser que escapa das leis da natureza, já que chorar é considerado natural.

ZUMA Press, Inc./Alamy/Glow Images

Mulheres se encaminham a um ngaben, *cerimônia fúnebre realizada na ilha de Bali, Indonésia, em 2012. Os balineses celebram o falecimento de um indivíduo como o retorno ao Universo dos elementos que formam seu corpo e a libertação de sua alma do mundo material.*

O mesmo se passa com as frases sobre o medo e a coragem: nelas é dito que o medo é natural, mas que certa pessoa é admirável porque não tem medo. Aqui, além da contradição, ainda parecemos ter admiração por quem, misteriosamente, escapa da lei da natureza.

Em certas sociedades, o sistema de alianças entre as tribos determina as relações de parentesco que organizam e conservam a comunidade. Assim, uma criança, ao nascer, pode ser levada à irmã do pai, que deverá responsabilizar-se pela vida e educação dessa criança. Em outras, o sistema de parentesco exige que a criança seja entregue à irmã da mãe. Nos dois casos, a relação principal da criança é estabelecida com a tia, e não com a mãe biológica. Se assim é, como fica a afirmação de que as mulheres amam naturalmente os seus filhos e que é desnaturada a mulher que não demonstra esse amor ficando com os filhos e cuidando deles?

Desmistificando conceitos

Em certas sociedades, considera-se que a mulher é impura para lidar com a terra e com os alimentos. Por esse motivo, o cultivo da terra, o preparo dos alimentos e os cuidados com a casa são da responsabilidade dos homens, cabendo às mulheres a guerra e o comando da comunidade. Se assim é, como fica a frase que afirma que o homem foi feito por natureza para o que exige força e coragem, para o comando e a guerra, enquanto a mulher foi feita por natureza para a maternidade, a casa, o trabalho doméstico, as atividades de um ser frágil e sensível?

É sabido que, quando os colonizadores instituíram a escravidão e trouxeram os africanos para a América, escolheram-nos por considerar que os negros possuíam grande força física, grande capacidade de trabalho e muita inteligência para realizar tarefas com objetos técnicos, como o engenho de açúcar. Se assim é, como fica a afirmação de que a natureza fez os negros indolentes, preguiçosos e malandros?

Ora, os historiadores brasileiros mostram que a abolição da escravatura só foi realizada pelo Estado brasileiro quando a elite econômica considerou mais lucrativo o uso da mão de obra imigrante para certo tipo de agricultura (o café) e para a indústria. Foi, portanto, por razões econômicas que a classe dominante brasileira do século XIX admitiu a abolição da escravatura. Essa decisão fez com que o mercado de trabalho fosse ocupado pelos imigrantes, deixando a maioria dos escravos libertados sem nenhum direito social, econômico e político. Em outras palavras, os ex-escravos *foram impedidos de trabalhar* como trabalhadores livres. Não houve *preguiça natural* nem *indolência natural*, e sim desemprego e falta de direitos.

Poderíamos examinar cada frase que dizemos ou ouvimos em nosso cotidiano e que naturalizam os seres humanos, seus comportamentos, ideias, valores, formas de viver e de agir. Veríamos como, em cada caso, os fatos desmentem tal naturalização. Veríamos como os seres humanos variam em consequência das condições sociais, econômicas, políticas e históricas em que vivem. Veríamos que somos seres cuja ação determina nosso modo de ser, agir e pensar, e que a ideia de um gênero

Escravos carregando café no Rio de Janeiro *(1840), aquarela de Paul Harro-Harring. Os seres humanos são culturais e históricos, e as condições sociais, econômicas e políticas influenciam seu modo de ser.*

humano natural e de espécies humanas naturais não possui fundamento na realidade. **Veríamos que a ideia de natureza humana como algo universal, intemporal e existente em si e por si mesma não se sustenta.** Por quê? Porque os seres humanos são **culturais** e **históricos**.

Culto, inculto: cultura

"Pedro é muito culto, conhece várias línguas, entende de arte e de literatura."

"Imagine! É claro que o Antônio não pode ocupar o cargo que pleiteia. Ele não tem cultura nenhuma. É semianalfabeto!"

"Não creio que a cultura francesa ou alemã sejam superiores à brasileira. Você acha que há alguma coisa superior à nossa música popular?"

"Ouvi uma conferência que criticava a cultura de massa, mas me pareceu que a conferencista defendia a cultura de elite. Por isso não concordei inteiramente com ela."

"Esse livro sobre a cultura dos Guarani é bem interessante. Aprendi que o modo como entendem a religião e a guerra é muito diferente do nosso."

Essas frases e muitas outras que fazem parte do nosso dia a dia indicam que empregamos a palavra *cultura* (ou seus derivados, como *culto*, *inculto*) em sentidos muito diferentes e, por vezes, contraditórios.

Na primeira e na segunda frases, cultura é identificada como a posse de certos conhecimentos (línguas, arte, literatura, ser alfabetizado). Nelas, fala-se em *ter* e *não ter* cultura, *ser* ou *não ser* culto. A posse de cultura é vista como algo positivo, enquanto "ser inculto" é considerado algo negativo. A segunda frase deixa entrever que "ter cultura" habilita alguém a ocupar algum posto ou cargo, pois "não ter cultura" significa não estar preparado para certa posição ou função. Nessas duas primeiras frases, a palavra *cultura* sugere também prestígio e respeito, como se "ter cultura" ou "ser culto" fosse o mesmo que "ser importante", "ser superior".

Ora, quando passamos à terceira frase, a cultura já não parece ser uma propriedade de um indivíduo, mas uma qualidade de uma coletividade — franceses, alemães, brasileiros. Também é interessante observar que a coletividade aparece como um adjetivo qualificativo para distinguir tipos de cultura: a francesa, a alemã, a brasileira. Nessa frase, a cultura surge como algo que existe em si e por si mesmo e que pode ser comparado (cultura superior, cultura inferior).

Além disso, nessa terceira frase, cultura aparece representada por uma atividade artística, a música popular. Isso permite estabelecer duas relações diferentes da terceira frase com as duas primeiras:

1. de fato, a terceira frase, como a primeira, identifica cultura e artes (entender de arte e literatura, na primeira frase; a música popular brasileira, na terceira);
2. no entanto, algo curioso acontece quando passamos das duas primeiras frases à terceira, pois, nas duas primeiras, "culto" e "inculto" surgiam como *diferenças sociais*.

Michele Souza/JC Imagem

Ex-cortador de cana, o músico Biu Roque (1933-2010) só foi reconhecido para além da Zona da Mata pernambucana após integrar a Fuloresta, grupo que acompanhava o cantor e rabequeiro Siba. Biu Roque recebeu o Prêmio Culturas Populares, do Ministério da Cultura, em 2010. Foto de 2009.

Num país como o nosso, dizer que alguém é inculto porque é semianalfabeto deixa transparecer que cultura é algo que pertence a certas camadas ou classes sociais socialmente privilegiadas, enquanto a incultura está do lado dos não privilegiados socialmente, portanto, do lado do povo e do popular. Entretanto, a terceira frase afirma que a cultura brasileira não é inferior à francesa ou à alemã por causa de nossa música *popular*. Não estaríamos diante de uma contradição? Como poderia haver *cultura popular* (a música), se o popular é inculto?

Já a quarta frase introduz um novo significado para a palavra *cultura*. Agora estamos diante da ideia de que *numa mesma coletividade* ou *numa mesma sociedade* pode haver dois tipos de cultura: a de massa e a de elite. A frase não nos diz o que é a cultura (seria posse de conhecimentos ou atividade artística?). Entretanto, nos informa sobre uma oposição entre formas de cultura, dependendo de sua origem e de sua destinação, pois "cultura de

massa" tanto pode significar "originada na massa" quanto "destinada à massa", e o mesmo pode ser dito da "cultura de elite" (originada na elite ou a ela destinada).

Finalmente, a última frase que mencionamos apresenta um sentido totalmente diverso dos anteriores. Fala-se agora da *cultura dos Guarani*, e esta aparece em duas manifestações: a guerra e a religião (que, portanto, nada têm a ver com a atividade artística ou com a divisão social entre massa e elite). Nessa última frase, a cultura aparece como algo *dos* Guarani — e como alguma coisa que não se limita ao campo dos conhecimentos e das artes, pois se refere à relação dos Guarani com o *sagrado* (a religião) e com o *conflito* e a *morte* (a guerra).

Vemos, assim, que precisamos perguntar o que queremos dizer quando afirmamos que os seres humanos são seres culturais, visto que a palavra *cultura* possui muitos sentidos, alguns deles contraditórios em relação aos outros.

Natureza e cultura

No pensamento ocidental, **natureza** possui vários sentidos. A natureza é:

- princípio de vida ou princípio ativo que anima e movimenta os seres. Nesse sentido, fala-se em "deixar agir a natureza" ou "seguir a natureza" para significar que se trata de uma força espontânea, capaz de gerar e de cuidar de todos os seres por ela gerados;
- essência própria de um ser. Nesse sentido, a natureza de alguma coisa é o conjunto de qualidades, propriedades e atributos que a definem necessariamente. Aqui, *natural* se opõe a *acidental* (o que pode ser ou deixar de ser) e ao que é adquirido por costume ou pela relação com as circunstâncias;
- organização universal e necessária dos seres segundo uma ordem regida por leis universais e necessárias. Nesse sentido, a natureza se caracteriza pelo ordenamento dos seres, pela regularidade dos fenômenos ou dos fatos, pela frequência, constância e repetição de determinadas relações de causalidade entre as coisas;
- tudo o que existe no Universo sem a intervenção da vontade e da ação humanas. Assim, natureza ou natural opõe-se ao que é produzido pelos homens — portanto, opõe-se à técnica e à tecnologia (por esse motivo, opomos natural e **técnico**);
- o conjunto de tudo quanto existe e é percebido pelos humanos como o meio ambiente no qual vivem. A natureza, aqui, significa tanto o conjunto das condições físicas em que vivemos quanto as coisas que contemplamos com emoção (a paisagem, o mar, o céu, as estrelas, os terremotos, os eclipses, etc.). A natureza é o mundo visível como meio ambiente e como aquilo que existe fora de nós.

técnica e arte

A palavra *técnica* vem do grego *téchne* e corresponde, em latim, à palavra *ars* ('arte'). Da Antiguidade até o século XVIII de nossa era, uma arte era uma técnica, um expediente para utilizar a natureza em favor dos humanos. Somente a partir do século XVIII diferenciou-se a arte da técnica: a primeira tornou-se o conjunto das belas-artes (pintura, escultura, música, dança, teatro, literatura), e a segunda, a ação humana para transformar e dominar a natureza. A identidade antiga entre arte e técnica permanece quando usamos as palavras *artificial* e *artefato* para indicar coisas não naturais.

David J. Phillip/Associated Press/Glow Images

Inundação na cidade de New Orleans, nos Estados Unidos, em 2005, após a passagem do furacão Katrina. Boa parte da cidade foi construída abaixo do nível do mar, em terras drenadas. O furacão levou o sistema de barragens e drenagem ao colapso, deixando 80% da cidade sob as águas.

Para as ciências contemporâneas, a natureza não é apenas a realidade externa, mas um objeto de conhecimento elaborado pelas operações científicas para explicar essa realidade.

Os sentidos da cultura

Dois são os significados iniciais da **cultura**:

1. Vinda do verbo latino *colere* ('cultivar', 'criar', 'tomar conta', 'cuidar'), *cultura* significava, na Antiguidade romana, o cuidado do homem com a natureza; donde *agricultura*. Significava também cuidado dos homens com os deuses; donde *culto*. Significava ainda o cuidado com a alma e o corpo das crianças, com sua educação e formação; donde *puericultura* (em latim, *puer* significa 'menino'; *puera*, 'menina'). A cultura era o cultivo ou a educação do espírito das crianças para se tornarem membros excelentes ou virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento das qualidades naturais (caráter, índole, temperamento). Com esse sentido, ela correspondia ao que os gregos chamavam de *paideia* (de *paideia* vem a nossa palavra *pedagogia*).
   Nesse primeiro sentido, cultura era o aprimoramento da natureza humana pela educação em sentido amplo; era a formação das crianças não só pela alfabetização, mas também pela iniciação à vida na coletividade. **Culta era a pessoa fisicamente bem preparada, moralmente virtuosa, politicamente consciente e participante, intelectualmente desenvolvida pelo conhecimento das ciências, das artes e da filosofia.**
   Podemos observar que, nesse primeiro sentido, cultura e natureza não se opõem. Os humanos são considerados seres naturais, embora sejam diferentes dos animais e das plantas porque são dotados de linguagem e de pensamento, isto é, porque possuem espírito. Sua natureza, porém, não pode ser deixada por conta própria, porque tenderá a ser agressiva, destrutiva, ignorante; precisa, por isso, ser educada, formada, cultivada de acordo com os ideais de sua sociedade. A cultura é uma *segunda natureza* que a educação e os costumes acrescentam à natureza de cada um, uma natureza *adquirida*, que aperfeiçoa e desenvolve a natureza *inata* de cada um.
2. A partir do século XVIII, cultura passa a significar *os resultados* e *as consequências* daquela formação ou educação dos seres humanos, resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições sociais e políticas. A cultura são os costumes, as técnicas e os ofícios, as artes, a religião, as ciências, a filosofia, a vida moral e a vida política ou o Estado. Torna-se sinônimo de *civilização* porque os pensadores julgavam que os resultados da formação-educação se manifestam com maior clareza e nitidez nas formas de organização da vida social e política ou na *vida* ***civil***.
   Com o surgimento desse segundo sentido, têm início a separação e, posteriormente, a oposição entre natureza e cultura. Os pensadores passam a considerar que há entre o homem e a natureza uma diferença essencial: esta opera por leis necessárias de causa e efeito; o homem é dotado de vontade livre e razão, agindo de acordo com valores e fins estabelecidos por ele próprio. Por conseguinte, a natureza é o campo da necessidade causal, ou de séries ordenadas de causas e efeitos que operam por si mesmos; a cultura é o campo instituído pela ação dos homens, que agem escolhendo livremente seus atos, dando a eles sentido, finalidade e valor porque instituem as distinções (inexistentes na natureza) entre bom e mau, verdadeiro e falso, útil e nocivo, justo e injusto, belo e feio, legítimo e ilegítimo, possível e impossível, sagrado e profano.
   À medida que este segundo sentido foi prevalecendo, além de civilização, cultura passou a significar também a relação que os seres humanos socialmente organizados estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros seres humanos e com a natureza. Agora, cultura torna-se sinônimo de **história**.
   A distinção entre natureza e cultura passa, então, a levar em conta a maneira como o tempo se realiza: na natureza, o tempo é *repetição* (o dia sempre sucede à noite, as estações do ano se sucedem sempre da mesma maneira, as espécies vegetais e animais se reproduzem sempre da mesma maneira, os astros realizam sempre os mesmos movimentos, etc.). **Ao contrário, o tempo da cultura é o da *transformação* (isto é, das mudanças nos costumes, nas leis, nas emoções, nos pensamentos, nas técnicas, no vestuário, na alimentação, na linguagem, nas instituições sociais e políticas, etc.).**

civil

Palavra derivada do latim *cives*, 'cidadão', de onde vem *civitas*, a cidade-Estado, e, desta, *civilização*.

diálogos *filosóficos*

Como as coisas são

Por exemplo? Bem, por exemplo, o que significa ser um homem? Numa cidade. Num século. Em transição. Em uma massa. Transformado pela ciência. Sob o poder organizado. Sujeito a mecanismos de controle tremendos. Num estado decorrente da mecanização. Após o último fracasso das esperanças radicais. Numa sociedade que não era comunidade nenhuma e depreciava a pessoa. Em virtude do multiplicado poder dos números, que tornavam a pessoa desdenhável. Que consumia bilhões em despesas militares contra inimigos externos, mas não gastava para ter ordem dentro de casa. O que abriu caminho para a selvageria e a barbárie em suas próprias cidades grandes. Ao mesmo tempo, a pressão de milhões de pessoas que descobriram o que esforços e pensamentos unidos em comum acordo podem conquistar. Enquanto megatoneladas de água formam organismos no fundo dos oceanos. Enquanto as marés dão polimento às pedras. Enquanto os ventos escavam os rochedos. A beleza da supermaquinaria descortina uma vida nova para a humanidade inumerável. Você lhes negaria o direito de existir? Pediria a eles que trabalhassem e passassem fome, enquanto você desfruta valores antiquados? Você – você mesmo é filho dessa massa e irmão de todo o resto. Ou então é um ingrato, um diletante, um idiota. Pronto, Herzog – pensou Herzog –, já que você está pedindo um exemplo, aí está como são as coisas.

BELLOW, Saul. *Herzog*. Apud MCEWAN, Ian. *Sábado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Cultura e trabalho

Para vários filósofos e historiadores, a cultura surge quando os homens produzem as primeiras transformações na natureza pela ação do *trabalho*. Com o trabalho, os seres humanos produzem objetos inexistentes na natureza (vestuário, habitações, utensílios, instrumentos) e organizam-se socialmente para realizá-lo, dividindo as tarefas. Para aumentar os recursos produzidos, instituem a família e as relações de parentesco, as aldeias e vilas. Para protegê-las, inventam as armas e a guerra. Para conseguir condições sempre favoráveis para o trabalho e para a melhoria do que produzem, invocam e adoram forças divinas, instituindo a religião. Os vários agrupamentos humanos, nascidos do trabalho e dos sistemas de parentesco, trocam entre si produtos de seu trabalho, inventando o comércio. As desigualdades surgem quando uma parte da comunidade toma para si, como propriedade privada, terras, animais, águas: começa a divisão social da qual surgirão as classes sociais e os conflitos — e, destes, a instituição do poder.

Kiko Ferrite/Arquivo da editora

Operário limpando válvula de panela de aço líquido em uma das maiores siderúrgicas do país, em 2007. A cultura surge quando os homens começam a transformar a natureza pela ação do trabalho.

A cultura como ordem simbólica

A cultura é instituída no momento em que os humanos estabelecem para si mesmos regras e normas de conduta que asseguram a existência e a conservação da comunidade e que, por isso, devem ser obedecidas sob pena de punição (que pode ser desde um castigo ou a expulsão até a morte). É assim, por exemplo, que muitos antropólogos declaram que a cultura surge no momento em que os humanos dão um sentido novo à sexualidade, determinando quais as mulheres permitidas e quais as proibidas para um grupo — é a instituição da lei da proibição do incesto.

O que é a lei humana? Diferentemente da lei natural, a lei humana é um **mandamento social** que organiza toda a vida dos indivíduos e da comunidade, tanto por determinar o modo de estabelecimento dos costumes e de sua transmissão de geração a geração como por presidir as ações que criam as instituições sociais (religião, família, guerra e paz, formas do trabalho, distribuição das tarefas, formas de poder, etc.). A lei não é uma simples proibição para certas coisas e obrigação para outras, mas é a afirmação de que os humanos são capazes de criar uma ordem de existência que não é simplesmente natural (física, biológica). Essa ordem é a **ordem simbólica**.

A ordem simbólica consiste na capacidade humana de dar às coisas um sentido que está além de sua presença material, isto é, a capacidade de atribuir significações e valores às coisas e aos homens. É essa dimensão simbólica que se institui com a proibição do incesto, por exemplo.

Graças à linguagem e ao trabalho, os seres humanos tomam consciência do tempo e das diferenças temporais (passado, presente, futuro); tomam consciência da morte e lhe dão um sentido; organizam o espaço, humanizando-o (dando sentido ao próximo e ao distante, ao grande e ao pequeno, ao visível e ao invisível). A diferenciação temporal e espacial permite que os seres humanos se relacionem com o ausente, distinguindo não só o presente do passado e do futuro e o próximo do distante, mas também separando o sagrado do profano, os deuses dos homens.

Na realidade, não existe a *cultura*, no singular, mas *culturas*, no plural, pois os sistemas de proibição e permissão, as instituições sociais, religiosas e políticas, os valores, as crenças, os comportamentos variam de formação social para formação social e podem variar numa mesma sociedade no decorrer do tempo.

A filosofia é uma invenção humana e, portanto, uma atividade cultural e histórica.

atividades

1. O que significa, para o pensamento ocidental, dizer que alguma coisa é natural?
2. É possível dizer que todos os comportamentos, ideias e valores dos seres humanos são decorrentes de sua natureza? Por quê? Dê novos exemplos para justificar sua posição.
3. Explique por que alguns dos sentidos em que usamos a palavra *cultura* em nosso cotidiano são contraditórios. Se preciso, exemplifique.
4. Por que a cultura tende a ser pensada como civilização a partir do século XVIII? Como isso refletiu no uso que fazemos da palavra *cultura* no cotidiano?
5. Qual a diferença essencial que os pensadores apontam entre natureza e cultura?
6. Por que muitos pensadores consideram que a cultura começa quando os homens inventam o trabalho? Quais são as consequências disso na nossa organização social?

INDICAÇÃO DE FILME

A guerra do fogo
Direção de Jean-Jacques Annaud. França/Canadá, 1981.

Reconstituição histórica que retrata o cotidiano dos primeiros grupos humanos, no período Paleolítico. Animais extintos, como tigres-dente-de-sabre e mamutes, convivem com populações humanas com diferentes graus de domínio das técnicas e tecnologias — em especial o fogo, pelo qual as tribos entram em conflito entre si.

20th Century Fox/Album/Latinstock

Cena do filme A guerra do fogo, *de 1981, dirigido por Jean-Jacques Annaud.*

a filosofia nas entrelinhas

Retrato de Aluísio Azevedo, autor do romance O cortiço.

Esta atividade trabalha com conceitos de Filosofia e Língua Portuguesa e com os temas transversais Ética e Trabalho e Consumo.

O trecho a seguir foi retirado do romance *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, a mais conhecida obra brasileira da escola literária naturalista. Ele relata como João Romão, após ganhar a confiança da escrava Bertoleza, desvia o dinheiro da alforria dela para si e, posteriormente, constrói o cortiço do título.

Ele propôs-lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua.

[...] João Romão comprou então, com as economias da amiga, alguns palmos de terreno ao lado esquerdo da venda, e levantou uma casinha de duas portas, dividida ao meio paralelamente à rua, sendo a parte da frente destinada à quitanda e a do fundo para um dormitório que se arranjou com os cacarecos de Bertoleza.

[...] – Agora, disse ele à crioula, as coisas vão correr melhor para você. Você vai ficar forra; eu entro com o que falta.

Nesses dias ele saiu muito à rua, e uma semana depois apareceu com uma folha de papel toda escrita, que leu em voz alta à companheira.

– Você agora não tem mais senhor! – declarou em seguida à leitura, que ela ouviu entre lágrimas agradecidas. – Agora está livre! Doravante o que você fizer é só seu e mais de seus filhos, se os tiver. Acabou-se o cativeiro de pagar os vinte mil-réis à peste do cego!

[...] Entretanto, a tal carta de liberdade era obra do próprio João Romão, e nem mesmo o selo, que ele entendeu de pespegar-lhe em cima, para dar à burla maior formalidade, representava despesa, porque o esperto aproveitara uma estampilha já servida. O senhor de Bertoleza não teve sequer conhecimento do fato; o que lhe constou, sim, foi que a sua escrava lhe havia fugido para a Bahia [...].

[...] João Romão não saía nunca a passeio, nem ia à missa aos domingos; tudo que rendia a sua venda e mais a quitanda seguia direitinho para a caixa econômica e daí então para o banco. Tanto assim que, um ano depois da aquisição da crioula, indo em hasta pública algumas braças de terra situadas ao fundo da taverna, arrematou-as logo e tratou, sem perda de tempo, de construir três casinhas de porta e janela.

Que milagres de esperteza e de economia não realizou ele nessa construção! Servia de pedreiro, amassava e carregava barro, quebrava pedra; pedra, que o velhaco, fora de horas, junto com a amiga, furtavam à pedreira do fundo, da mesma forma que subtraíam o material das casas em obra que havia por ali perto.

[...] E o fato é que aquelas três casinhas, tão engenhosamente construídas, foram o ponto de partida do grande cortiço de São Romão.

AZEVEDO, Aluísio. O *cortiço*. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000003.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2012.

1. Analise as principais características do estilo naturalista tomando como base o debate sobre natureza humana e cultura visto neste capítulo.

2. *O cortiço* foi publicado apenas um ano após a abolição da escravatura no Brasil. Localize, no trecho, exemplos de condutas e valores classificados, na época, como “naturais”, e mostre como, na realidade, eles foram construídos histórica e culturalmente.

¶ de olho NA ATUALIDADE

Natureza, cultura e patrimônio

◆ Patrimônio cultural e os semióforos

Nascida no século XIX com a ideia de *nação*, a ideia de patrimônio cultural ou histórico-cultural costuma associar-se ao conjunto de monumentos artísticos e arquitetônicos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva. A essa ideia também se ligam as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação.

Mas, segundo o filósofo Krzysztof Pomian, pessoas, lugares, objetos, animais, constelações, acontecimentos, estandartes, relíquias também podem se constituir em patrimônios culturais, já que são valorados não por sua materialidade, e sim por sua força simbólica. Denominados ***semióforos***, são coisas ou acontecimentos capazes de estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos. Destinam-se exclusivamente à visibilidade e à contemplação, porque é nisso que realizam sua significação e sua existência. Possuem valor sagrado e político, mas não valor de uso.

Os semióforos, explica Pomian, deram origem às coleções de objetos naturais ou de artefatos mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas. Essas coleções são mantidas em locais especiais, protegidas, e têm a finalidade de serem expostas ao olhar de um contemplador ou de um espectador e, em alguns casos, de conferir prestígio a quem as possui. A esses objetos é atribuído um valor especial; eles são considerados preciosos, embora estejam fora do circuito econômico.

Na Antiguidade, as coleções de objetos considerados preciosos (tesouros reais, relíquias e objetos funerários sagrados) estavam ligadas a instituições específicas. Por exemplo, os objetos eram trazidos ao Museu (no sentido religioso, 'o local consagrado às Musas') como oferendas, sacralizados e contemplados como mediadores entre os homens e os deuses os *regalia*,

semióforo

Termo originado de duas palavras gregas: *semeion* ('sinal') e *phoros* ('expor, carregar, brotar').

Steven Vidler/Eurasia Press/Corbis/Latinstock

Múmias animais associadas a divindades do Egito antigo, datadas do século I, integram o acervo do Museu Britânico, em Londres, Inglaterra.

tesouros dos príncipes (em geral pedras preciosas e metais preciosos) exibidos nas cerimônias principescas, nas festas régias e nos cortejos fúnebres; os espólios de guerra e os dons das embaixadas, retirados do circuito econômico e guardados nos tesouros de reis e de comandantes militares, preservados e exibidos para círculos restritos como signos de prestígio; os tesouros dos templos, isto é, relíquias, objetos sagrados (vestes, armas, partes do corpo de um herói) e os objetos funerários, guardados por ordens sacerdotais e religiosas como signo de prestígio.

A transformação de objetos em semióforos pressupõe uma hierarquização em que os objetos inferiores são dotados de simples valor e de valor de troca e os superiores ou significantes, dotados de poder e prestígio. Isso distingue os indivíduos que não possuem semióforos dos que os possuem (proprietários, guardiães, conservadores e exibidores). Chefias político-militares (detentoras do saber sobre o profano) e religiosas (detentoras do saber sagrado) foram os primeiros colecionadores. Na modernidade, juntaram-se a esses os humanistas (que pelo estudo do passado recuam as fronteiras do tempo), os cientistas (que pelo estudo das coisas ampliam as fronteiras do espaço) e os artistas (cujas obras trazem perenidade e eternidade ao mundo). A eles somaram-se, nos séculos XIX e XX, os detentores do dinheiro, o qual tem o poder de fazer crescer a quantidade de objetos semióforos, que se tornam insígnia não só de poder e prestígio, mas também de riqueza.

A invenção do patrimônio nacional

A hierarquia política, a religiosa e a da riqueza passaram a disputar a posse, a produção e a exibição dos semióforos: a religião estimulando os milagres (que geram novos lugares sagrados, novos santos e novas relíquias); o poder político estimulando a propaganda (que produz novos lugares, novas pessoas e novas datas para o culto cívico); e o poder econômico estimulando tanto a aquisição de objetos para convertê-los em semióforos (por meio de coleções privadas) como o surgimento de novos saberes produtores de semióforos (arqueologia, paleontologia, etnologia, história da arte). É nessa disputa de prestígio, poder e riqueza que o Estado-nação inventa a ideia de patrimônio cultural da nação, aquilo que o poder político detém contra o poder religioso e o poder econômico; pois enquanto os semióforos religiosos são particulares à crença e os da riqueza são propriedade privada, o patrimônio cultural (nacional ou coletivo) celebra os feitos da nação.

Por que o Estado-nação se viu compelido a inventar o patrimônio cultural nacional – museus, bibliotecas e arquivos públicos, monumentos, reservas ambientais? Por dois motivos: em primeiro lugar, pela pressão de uma classe média crescente que, não tendo poder nem riqueza, deseja ter acesso aos objetos-significações; em segundo, como consequência da luta de classes, pois se cada classe instituir seus próprios semióforos, os conflitos sociais não poderão ser controlados nem pela classe dominante nem por seu Estado. Por isso, o primeiro semióforo instituído pelo Estado foi a própria ideia de *nação*, sujeito e objeto dos cultos cívicos que ela presta a si mesma. A partir da nação, instituem-se os semióforos *nacionais* e, com eles, o patrimônio cultural e ambiental e as instituições públicas encarregadas de guardá-los, conservá-los e exibi-los.

Com isso, gradualmente, a ideia de *patrimônio ambiental* integra o meio ambiente entre os objetos semióforos. Não se trata, como na Antiguidade, da eleição de lugares e astros nos quais o sagrado e o invisível se manifestam, mas da ideia de que a Natureza, como *território nacional*, deve ter algumas de suas partes preservadas e publicamente exibidas. Porém, assim como na Antiguidade, o semióforo natural no Estado-nação é um objeto cultural, é uma ideia, uma significação, e não uma simples coisa externa.

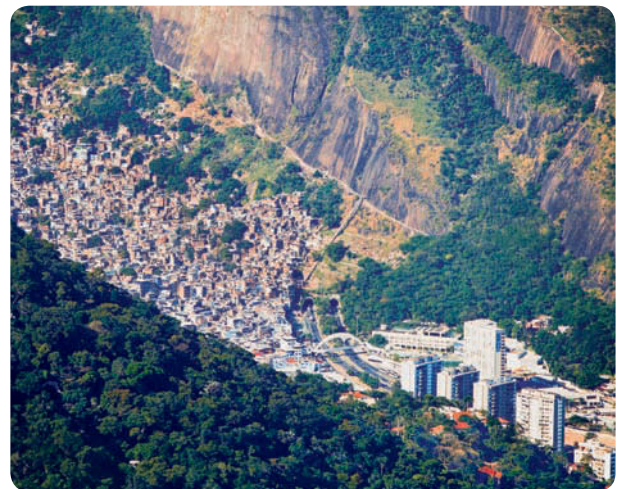
Patrimônio e pós-modernidade

Na sociedade contemporânea, à ideia de patrimônio cultural e ambiental acrescenta-se a ideia pós-moderna de que as cidades são "empórios de estilos e de imagens", exigindo a multiplicação de objetos do patrimônio. É assim que surgem o museu do telefone, o do rádio, o do cinema, o do automóvel, e assim por diante.

Acrescenta-se também a ideia de que as cidades em si são museus. Reservam-se edifícios e logradouros, parques e rios, lagos e bosques aos quais se atribui a qualidade de semióforos, de maneira a garantir: 1) que todo o restante possa ser devastado pela especulação imobiliária; 2) que a preservação cultural e ambiental produza "retorno positivo de imagem" aos governantes, além de isenções fiscais para empresas privadas que se dispõem à "preservação". Em outras palavras, o patrimônio cultural e ambiental, que era fonte de poder para o Estado-nação, torna-se uma mera questão econômica e política de *marketing*.

Com o surgimento do mercado de "antiguidades", o sentido originário do semióforo é invertido. Cria-se a ideia de que qualquer objeto pode se tornar objeto-significação ou objeto histórico com base nas decisões desse mercado sobre o que é "antigo".

Sob a ideologia pós-moderna, novamente a oposição entre natureza e cultura perde validade, porém porque agora tudo é mercadoria e objeto de *marketing*. A universalização do mercado capitalista é o que permite a "defesa" do chamado patrimônio ambiental, uma vez que ela se institui no exato momento em que a natureza é devastada, pois o "patrimônio" elege, segundo critérios econômicos, o que deve e pode ser retirado do circuito da atividade econômica. O que não nos deve surpreender, já que a natureza tornou-se uma construção científica e mercantil. ¶

Eduardo Zappia/Pulsar Imagens

Vista parcial da favela da Rocinha e do bairro de São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro, a partir do Parque Nacional da Tijuca, em 2012.

UNIDADE VIII

A experiência do sagrado

CAPÍTULO

24

A religião

Excetuadas as atividades culturais ligadas diretamente à sobrevivência do indivíduo e da espécie, podemos dizer que a religião é a atividade cultural mais antiga. Além disso, existe em todas as culturas. Por quê?

Porque descobrimos que somos humanos quando temos a experiência de que somos conscientes das coisas, dos outros e de nós mesmos. Se a consciência é a descoberta de nossa humanidade, se a descobrimos porque nos diferenciamos dos outros seres da natureza, graças à linguagem e ao trabalho, podemos atribuir ao fato de sermos dotados de consciência a condição e a causa primordial do surgimento da religiosidade.

Fiel presta homenagem a Iemanjá durante festa dedicada a este orixá, em Salvador, capital da Bahia, em 2011.

Raul Spinassé/Agência A Tarde/Futura Press

A religiosidade

Desde muito cedo os seres humanos percebem regularidades na natureza e sabem que não são a causa delas; percebem também que há na natureza coisas boas e ameaçadoras e reconhecem que não são os criadores delas. A percepção da realidade exterior como algo independente da ação humana nos conduz à crença em poderes superiores ao humano e à busca de meios para nos comunicarmos com eles. Nasce, assim, a crença na(s) *divindade*(s).

A consciência também é responsável pela descoberta da morte. Um filósofo disse que somente os seres humanos sabem que são mortais e outro escreveu: "O animal acaba, mas o homem morre". O que isso quer dizer?

Quando indicamos os principais traços da cultura, observamos que nela e por ela os seres humanos têm a experiência do tempo. Vimos também que outro aspecto fundamental da cultura é a atividade do trabalho. Ora, ao trabalhar, as pessoas se relacionam com um tempo que não é o presente, e sim o futuro, pois o trabalho é feito em vista de algo que ainda não existe.

Vimos também, ao estudarmos a memória, que ela é responsável pelo sentimento da identidade pessoal e da continuidade de uma vida que transcorre no tempo. A percepção do tempo, o trabalho e a memória fazem com que as pessoas sejam capazes de estabelecer relações com o ausente: o passado lembrado, o futuro esperado.

Se reunirmos numa única experiência o sentimento do tempo e o da identidade pessoal, notaremos que os humanos são conscientes de que alguns seres e coisas desaparecem no tempo e outros surgem no tempo. Esses seres e coisas permanecem durante certo período porque os humanos são capazes de ligar passado, presente e futuro, isto é, são capazes de perceber que existem e que *possuem identidade*. Mas também são conscientes de que podem desaparecer um dia. Ou seja, sabem que morrem.

Ora, por sermos conscientes tanto do tempo como uma presença (o presente) situada entre duas ausências (o passado e o futuro) quanto de nossa identidade e da identidade de nossos semelhantes, concebemos a permanência dessa identidade num tempo futuro. Isto é, concebemos uma existência futura, num outro lugar ou num outro mundo, para onde vamos após a morte.

A crença numa vida futura explica por que uma das primeiras manifestações religiosas em todas as culturas são os rituais fúnebres, que asseguram a entrada dos mortos na vida futura, e a busca de meios para comunicar-se com eles.

A crença em divindades e numa outra vida após a morte define o núcleo da religiosidade e se exprime na experiência do sagrado.

Os atores Bengt Ekerot e Max von Sydow em cena do filme O sétimo selo, *de 1957, dirigido por Ingmar Bergman. O cavaleiro joga xadrez com a morte na esperança de retardar a ação dela.*

O sagrado

O **sagrado** é a experiência da presença de uma potência sobrenatural que habita algum ser – planta, animal, humano, coisas, ventos, águas, fogo. Essa potência é tanto um poder que pertence a determinado ser quanto algo que ele pode possuir e perder, não ter e adquirir. O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade e do poder de alguns sobre outros – sentidos como espantosos, misteriosos, desejados e temidos.

Tamara Saré/Futura Press

Procissão do Círio de Nazaré, em outubro de 2012. Esse evento religioso anual leva milhares de pessoas às ruas de Belém, capital do Pará, para celebrar a fé em Nossa Senhora de Nazaré. A festa é considerada patrimônio cultural do Brasil.

A sacralidade introduz uma *ruptura* entre natural e sobrenatural, mesmo que os seres sagrados sejam naturais (fogo, água, ar): é sobrenatural a força ou a potência para realizar aquilo que os humanos julgam impossível contando apenas com a força e a capacidade humanas. Assim, quase todas as culturas consideram que um guerreiro com força, destreza e invencibilidade espantosas é habitado por uma potência sagrada. Por sua forma e ação misteriosas, benévolas e malévolas, o fogo é um dos principais entes sagrados. Em regiões desérticas, a sacralização concentra-se nas águas, raras e necessárias.

O sagrado opera o *encantamento do mundo*, habitado por forças e poderes admiráveis que agem magicamente. Criam vínculos de simpatia-atração e de antipatia-repulsão entre todos os seres, agem a distância, enlaçam entes diferentes com laços secretos e eficazes.

Todas as culturas possuem vocábulos para exprimir o sagrado. Nas culturas da Polinésia e da Melanésia, a palavra que designa o sagrado é *mana* (e suas variantes). Nas culturas das tribos norte-americanas fala-se em *orenda* (e suas variantes), referindo-se ao poder mágico possuído por todas as coisas. Entre as culturas dos indígenas sul-americanos, o sagrado é designado por palavras como *tunpa* e *aigres*. Nas africanas, há centenas de termos, dependendo da língua e da relação mantida com o sobrenatural.

Na cultura hebraica, dois termos designam o sagrado: *qados* , significando aqueles seres ou coisas que são separados por Deus para seu culto, serviço, sacrifício; e *herem*, significando seres ou coisas que Deus separa de todos os outros para receberem uma punição, por terem desobedecido ordens divinas. Por serem coisas separadas por Deus para o culto ou para uma punição, não podem ser tocadas pelo ser humano para seu uso e só podem ser tocadas ritualmente por aqueles que Deus autoriza.

Sagrado é, pois, a qualidade excepcional que um ser possui e que o separa e distingue de todos os outros, embora, em muitas culturas, todos os seres possuam algo sagrado pelo que se diferenciam uns dos outros. O sagrado pode suscitar devoção e amor, repulsa e ódio. Esses sentimentos suscitam outro: o respeito feito de temor. Nascem, aqui, o sentimento religioso e a experiência da religião.

A religião pressupõe que, além do sentimento da diferença entre natural e sobrenatural, haja o sentimento da separação entre os humanos e o sagrado, mesmo que o sagrado habite nos humanos e na natureza.

A religião

Religião significa vínculo. Quais as partes vinculadas? **O mundo profano e o mundo sagrado, isto é, a natureza e as divindades que habitam a natureza ou que habitam um espaço sobrenatural.**

religião

Palavra vinda do latim *religio*, formada pelo prefixo *re* ('outra vez, de novo') e pelo verbo *ligare* ('ligar, unir, vincular'). Assim, indica a ligação ou reunião entre o natural e o sobrenatural, os seres humanos e os deuses, o passado e o presente, os antepassados e os descendentes.

Nas várias culturas, essa ligação é simbolizada no momento de fundação de uma aldeia, vila ou cidade: o guia religioso traça figuras no chão (círculo, quadrado, triângulo) e repete o mesmo gesto no ar (na direção do céu, ou do mar, ou da floresta, ou do deserto). Esses gestos delimitam um espaço novo, sagrado (no ar) e consagrado (no solo), no qual se ergue o *templo* ou *santuário*.

Como se acredita que a fundação do espaço coletivo foi feita pelos ancestrais guiados por deuses protetores, o vínculo se estabelece não só entre os homens e os deuses, mas também entre os descendentes e os antepassados, os fundadores. Por esse motivo, em inúmeras religiões há cultos também para os ancestrais, que vivem uma vida num outro mundo e podem interceder junto aos deuses em nome de seus descendentes.

A cerimônia da ligação fundadora aparece, por exemplo, na religião judaica, quando Javé doa ao povo o lugar onde deve habitar – a Terra Prometida –, indica onde o templo deve ser edificado, orienta como deve ser edificado e determina sua finalidade. Nele serão feitos os sacrifícios e nele será colocada a Arca da Aliança, símbolo do vínculo que une o povo e seu Deus.

A fundação do espaço coletivo circunscreve um lugar, e a Arca, que contém a lei divina escrita, é um símbolo que recorda a primeira ligação: o sinal natural oferecido por Deus a Noé como prova de seu laço com ele e sua descendência, isto é, o arco-íris.

Também no cristianismo a religião é explicitada por um gesto de união entre o céu e a terra. Na versão latina do Novo Testamento, o primeiro apóstolo, cujo nome hebraico era Simão, passa a ser chamado de Pedro (em latim, *Petrus*) para simbolizar a pedra (em latim, *petra*) sobre a qual é fundada a cidade cristã, isto é, a Igreja.

Jesus disse a Pedro: "Tu és Pedro (*Petrus*) e sobre esta pedra (*petra*) edificarei a minha igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as Chaves do Reino: o que *ligares* na Terra será *ligado* no Céu; o que *desligares* na Terra será *desligado* no Céu".

Por meio da sacralização e da consagração, a religião cria a ideia de **espaço sagrado**. Os céus, o monte Olimpo (na Grécia), as montanhas do deserto (em Israel), templos e igrejas (nas nossas sociedades) são santuários. Em certas religiões esses lugares são a morada dos deuses; em outras, o lugar onde o deus se manifesta.

O espaço da vida comum separa-se do espaço sagrado: neste vivem os deuses, são feitas as cerimônias de culto, trazidas oferendas e feitas preces com pedidos às divindades; no primeiro transcorre a vida profana dos humanos. A religião organiza o espaço dando-lhe qualidades culturais, diferentes das características naturais.

A religião como narrativa da origem

A religião não transmuta apenas o espaço. Também qualifica o tempo, dando-lhe a marca do sagrado.

O tempo sagrado é uma narrativa. Narra a origem dos deuses e, pela ação deles, a origem das coisas, das plantas, dos animais e dos seres humanos. Por isso a narrativa religiosa sempre começa com expressões como: "no princípio", "no começo", "quando o deus X estava na Terra", "quando a deusa Y viu pela primeira vez", etc.

Mark Ralston/Agência France-Presse

Cerimônia do Ano-Novo Tibetano no templo Yonghe, ou templo Lama, em Pequim, na China, em fevereiro de 2012. A comemoração sagrada serviu também de protesto político contra a opressão do governo chinês em relação ao Tibete.

A narrativa sagrada é a *história sagrada*, que os gregos chamavam *mito*. Este não é uma fabulação ilusória, uma fantasia sem consciência, mas a maneira pela qual uma sociedade narra para si mesma o seu começo e o de toda a realidade. Só tardiamente, quando surgiu a filosofia e, depois dela, a teologia, a razão exigiria que os deuses não fossem apenas imortais, mas também eternos, sem começo e sem fim. Antes, porém, da filosofia e da teologia, a religião narrava **teogonias** (do grego *theos*, 'deus'; *gonia*, 'geração'), isto é, a geração ou o nascimento dos deuses, semideuses e heróis.

O contraste entre o dia e a noite (luz e treva), entre as estações do ano (frio, quente, ameno, com flores, com frutos, com chuvas, com secas), entre o nascimento e a desaparição (vida e morte), entre os tipos de animais (terrestres, aquáticos, voadores, ferozes, dóceis), entre os tipos de humanos (brancos, negros, amarelos, altos, baixos, peludos, glabros), as técnicas obtidas pelo controle sobre alguma força natural (fogo, água, ventos, pedras, areia, ervas) evidenciam um mundo ordenado e regular, no qual os humanos nascem, vivem e morrem.

A história sagrada ou mito narra como e por que a ordem do mundo existe e como e por que foi doada aos humanos pelos deuses. Assim, além de ser uma teogonia, a história sagrada é uma **cosmogonia**: narra o nascimento, a finalidade e o perecimento de todos os seres sob a ação dos deuses.

Assim como há dois espaços, há dois tempos: o anterior à criação ou gênese dos deuses e das coisas – tempo do vazio e do caos – e o tempo originário da gênese de tudo quanto existe – tempo do pleno e da ordem. Nesse tempo sagrado da ordem, novamente uma divisão: o tempo primitivo, inteiramente divino, e o tempo do agora, profano, em que vivem os seres naturais, incluindo os seres humanos.

Embora a narrativa sagrada seja uma explicação para a ordem natural e humana, ela não se dirige ao intelecto dos crentes, mas ao coração deles. Porque se dirige às paixões do crente (esperança, temor, amor, espanto), a religião lhe pede uma só coisa: **fé**, ou seja, a confiança, a adesão plena ao que lhe é manifestado como ação da divindade. A atitude fundamental da fé é a **piedade**, o respeito pelos deuses e pelos antepassados. A religião é crença, não é saber. A tentativa de transformar a religião em saber racional chama-se **teologia**.

Ritos

Porque a religião liga humanos e divindade, porque organiza o espaço e o tempo, os seres humanos precisam garantir que a ligação e a organização se mantenham e sejam propícias. Para isso são criados os **ritos**.

O rito é uma cerimônia em que gestos, palavras, objetos, pessoas e emoções determinados adquirem o poder misterioso de presentificar o laço entre os humanos e a divindade. Para agradecer dons e benefícios, suplicar novos dons e benefícios, lembrar a bondade dos deuses ou exorcizar sua cólera, as cerimônias ritualísticas são de grande variedade. No entanto, uma vez fixada a simbologia de um ritual, sua eficácia dependerá da *repetição minuciosa e perfeita* do rito, tal como foi praticado na primeira vez, porque nela os próprios deuses orientaram os gestos e as palavras dos humanos.

Um rito religioso é repetitivo em dois sentidos principais: a cerimônia deve repetir um acontecimento essencial da história sagrada (por exemplo, no cristianismo, o ritual da eucaristia e da comunhão repete a Santa Ceia); e, em segundo lugar, atos, gestos, palavras, objetos devem ser sempre os mesmos, porque foram, na primeira vez, consagrados pelo próprio deus. O rito é a rememoração perene do que aconteceu numa primeira vez e abole a distância entre o passado e o presente.

Rieger Bertrand/hemis.fr/Agência France-Presse

Cerimônia de bar mitzvah *em 2012, em Jerusalém. O* bar mitzvah *('filho do mandamento', em hebraico) é a cerimônia que insere o jovem judeu como membro adulto da comunidade judaica. Quando se trata de uma menina, diz-se* bat mitzvah *('filha do mandamento').*

Os objetos simbólicos

Os seres e objetos simbólicos usados nos ritos são retirados de seu lugar costumeiro, assumindo um sentido novo para toda a comunidade – protetor, perseguidor, benfeitor, ameaçador. Sobre esse ser ou objeto recai a noção de **tabu**. É assim, por exemplo, que certos animais se tornam sagrados, como a vaca na Índia e o cordeiro perfeito consagrado para o sacrifício da Páscoa judaica. É assim, por exemplo, que certos objetos se tornam sagrados ou tabus, como o pão e o vinho consagrados pelo sacerdote cristão durante o ritual da missa, que só podem ser consumidos ritualisticamente pelos fiéis.

Certos objetos se tornam símbolos sagrados intocáveis, como os pergaminhos judaicos que contêm os textos sagrados antigos, certas pedras usadas pelos chefes religiosos africanos, etc. Do mesmo modo, em inúmeras religiões, as virgens primogênitas das principais famílias se tornam tabus, como as vestais, na Roma antiga.

Os tabus se referem ou a objetos e seres puros ou purificados para os deuses, ou a objetos e seres impuros, que devem permanecer afastados dos deuses e dos humanos. É assim que, em inúmeras culturas, a mulher menstruada é tabu (está impura) e, no judaísmo e no islamismo, a carne de porco é tabu (é impura).

Manifestação e revelação

Há religiões em que os deuses se manifestam: surgem diante dos humanos em beleza, esplendor, perfeição e poder e os levam a ver outra realidade, escondida sob a realidade cotidiana, na qual o espaço, o tempo, as formas dos seres, os sons e as cores, os elementos encontram-se organizados e dispostos de outra maneira, secreta e verdadeira. A religião é manifestação da verdade. Era isso, como vimos no Capítulo 12, o que significava a palavra grega *alétheia*, a verdade como manifestação ou iluminação.

Há também religiões em que o deus revela verdades aos humanos sem fazê-los sair de seu mundo. Podem ter sonhos e visões, mas o fundamental é ouvir o que a divindade lhes diz, porque dela provém o sentido primeiro e último de todas as coisas e do destino humano. O que se revela não é a verdade do mundo por meio da viagem visionária a outro mundo: o que se revela é a vontade do deus, na qual o crente confia e cujos desígnios ele cumpre. Era isso o que significava, como também vimos no Capítulo 12, a palavra hebraica *emunah*, 'assim seja'. Judaísmo, cristianismo e islamismo são religiões da revelação.

Nas duas modalidades de religião, porém, tanto a manifestação da verdade quanto a revelação da vontade divina exprimem o mesmo acontecimento: aos humanos é dado conhecer seu destino e o de todas as coisas, isto é, as **leis divinas**.

tabu

Palavra do tonganês (idioma das ilhas de Tonga, na Polinésia) que significa 'intocável': algo que não pode ser tocado nem manipulado por ninguém que não esteja religiosamente autorizado para isso.

A lei divina

Os deuses são poderes misteriosos. São forças personificadas e por isso são vontades. Misteriosos porque suas decisões são imprevisíveis e, muitas vezes, incompreensíveis para os critérios humanos de avaliação. Vontades porque o que acontece no mundo manifesta um querer pessoal, supremo e inquestionável. A religião, ao estabelecer o laço entre o humano e o divino, procura um caminho pelo qual a vontade dos deuses seja benéfica e propícia aos seus adoradores.

A vontade divina pode tornar-se parcialmente conhecida dos humanos na forma de leis: decretos, mandamentos, ordenamentos, comandos emanados da divindade. Assim como a ordem do mundo decorre dos decretos divinos, também o mundo humano está submetido a mandamentos divinos, dos quais os mais conhecidos, na cultura ocidental, são os Dez Mandamentos, dados por Javé a Moisés.

Também são de origem divina as Doze Tábuas da Lei que fundaram a república romana e as leis gregas explicitadas na *Ilíada* e na *Odisseia*, de Homero, bem como nas tragédias.

O modo como a vontade divina se manifesta em leis permite distinguir dois grandes tipos de religião. Há religiões em que a divindade usa intermediários para revelar a lei. É o caso da religião judaica, em que Javé se vale, por exemplo, de Noé, Moisés, Samuel, para dar a conhecer a lei. Também nessa religião a divindade não cessa de lembrar ao povo as leis, sobretudo quando estão sendo transgredidas. Essa rememoração da lei e das promessas de castigo e redenção nela contidas é a tarefa do *profeta*, arauto de Deus.

Também na religião grega os deuses se valem de intermediários para manifestar sua vontade. Esta, por ser misteriosa e incompreensível, exige um tipo especial de intermediário, o *oráculo*, que interpreta os enigmas divinos, vê o passado e o futuro e os expõe aos humanos.

Há religiões, porém, em que os deuses manifestam sua lei diretamente, sem recorrer a intermediários. São religiões da *iluminação individual* e do *êxtase místico*, como é o caso da maioria das religiões orientais, que exigem, para a iluminação e o êxtase, uma educação especial do intelecto e da vontade dos adeptos.

Frequentemente, profetas e oráculos entram em transe para receber a revelação, mas a recebem não porque tenham sido educados para isso, e sim porque a divindade os escolheu para manifestar-se neles. O transe dos profetas e dos oráculos difere do êxtase místico dos iluminados porque, no primeiro, o indivíduo tem acesso a um conhecimento que pode compreender e por isso pode transmiti-lo aos outros, enquanto no segundo não há conhecimento, não há atividade intelectual que depois seja transmissível a outros – o que há é mergulho e fusão do indivíduo na divindade, numa experiência intraduzível e intransmissível.

As *religiões reveladas* – diferentes, portanto, das *religiões extáticas*, do êxtase – realizam, conservam e transmitem, por escrito ou oralmente, a revelação recebida em visões e sonhos por profetas e oráculos.

A vida após a morte

Vimos que o sentimento religioso e a experiência da religião são inseparáveis da percepção de nossa mortalidade e da crença em nossa imortalidade. Toda religião, portanto, explica não só a origem da ordem do mundo natural, mas também a dos seres humanos e lhes ensina por que são mortais e o que podem ou devem esperar após a morte.

Na quase totalidade das religiões o mistério da morte é sempre explicado como consequência de alguma falta cometida contra algum deus ou de alguma ofensa que os homens fizeram aos deuses. No princípio os homens eram imortais e viviam na companhia dos deuses ou de Deus; a seguir, alguém ou alguns cometem uma transgressão imperdoável (um pecado) que leva à grande punição: a mortalidade para todos. No entanto, a imortalidade não está totalmente perdida, pois os deuses (ou Deus) concedem aos mortais uma vida após a morte, desde que, na vida presente, respeitem a vontade e a lei divinas.

Como é a imortalidade? Algumas religiões afirmam a imortalidade do corpo humano assegurando que este possui um duplo, feito de outra matéria, que permanece após a morte. Esse duplo, por ser feito de matéria sutil, pode penetrar no corpo de outros seres para se relacionar com os vivos. Outras religiões acreditam que o corpo é mortal, mas habitado por uma entidade – espírito, alma, sombra imaterial, sopro – que será imortal se os decretos divinos e os rituais tiverem sido respeitados pelo fiel. No caso do judaísmo e do cristianismo, além disso, a imortalidade também depende de o gênero humano ter recebido o perdão divino pelo pecado dos ancestrais, Adão e Eva.

Por acreditarem firmemente numa outra vida, os adeptos das religiões realizam ritos funerários, encarregados de preparar e garantir a entrada do morto na outra vida. O ritual fúnebre limpa, purifica, adorna e perfuma o corpo morto e o protege com a sepultura. Pelo mesmo motivo, os cemitérios, na maioria das religiões e particularmente nas africanas, indígenas e ocidentais antigas, são lugares consagrados, campos-santos, nos quais somente alguns, e em certas condições, podiam penetrar.

Em algumas religiões, como nas do Egito e da Grécia antigos, a perfeita preservação do corpo morto, isto é, de sua *imagem*, era considerada essencial para que ele fosse reconhecido pelos deuses no reino dos mortos e recebesse a imortalidade. No caso dos egípcios, havia uma instituição social, a Casa dos Mortos, encarregada de embalsamar os cadáveres, preparando-os para a preservação na vida futura. No caso dos gregos, era preciso que o corpo morto permanecesse inviolado para que dele nascesse sua imagem viva e inteira, sua sombra, pois era esta que partia para o outro mundo e se tornava imortal.

Nas **religiões do encantamento**, como a grega antiga, as africanas e as indígenas das Américas, a morte é concebida de diversas maneiras, mas em todas elas o morto fica *encantado*, isto é, torna-se algo mágico. Em algumas, o morto deixa seu corpo para entrar num outro e permanecer no mundo sob formas variadas; ou seu espírito deixa seu corpo para permanecer no mundo, agitando os ventos, as águas, o fogo, ensinando canto aos pássaros, protegendo as crianças, ensinando os mais velhos, escondendo e achando coisas. Em outras, o morto tem sua imagem ou seu espírito levado ao mundo divino e ali desfruta das delícias de uma vida perenemente perfeita e bela; se, porém,

suas faltas terrenas foram tantas e tais que não pôde ser perdoado, sua imagem ou espírito vagará eternamente pelas trevas, sem repouso e sem descanso.

O mesmo lhe acontecerá se os rituais fúnebres não puderem ser realizados ou se não tiverem sido realizados adequadamente. Esse perambular pelas trevas não existe nas **religiões de reencarnação**. Nestas, em lugar dessa punição, o espírito deverá ter tantas vidas e sob tantas formas quantas necessárias à sua purificação, até que possa participar da felicidade perene.

Nas **religiões da salvação**, como é o caso do judaísmo, do cristianismo e do islamismo, a felicidade perene não é apenas individual, mas também coletiva. São religiões em que a divindade promete perdoar a falta originária, enviando um salvador que, sacrificando-se pelos humanos, garante-lhes a imortalidade e a reconciliação com Deus.

Como a falta ou queda originária atingiu a todos os humanos, o perdão divino e a redenção decorrem de uma decisão divina, que deverá atingir a todos os humanos, *se acreditarem e respeitarem a lei divina escrita nos textos sagrados e se guardarem a esperança na promessa de salvação que lhes foi feita por Deus.*

Natacha Pisarenko/Associated Press/Glow Images

A "Donzela de Llullaillaco", a jovem inca sacrificada e mumificada há quinhentos anos, oferecida aos deuses em ritual religioso, é exposta ao público em Salta, norte da Argentina, em 2007.

Nesse tipo de religião, a obra de salvação é realizada por um enviado de Deus – daí vêm, do hebraico, *messias*, e, do grego, *cristo*. As religiões da salvação são *messiânicas e coletivas*. Um povo – povo de Deus – será salvo pela lei e pelo enviado divino, que vem realizar a esperança de felicidade perene no mundo, após sofrimentos profundos, por meio da regeneração, purificação e libertação dos seres humanos. A essa esperança é dado o nome **milenarismo**.

O bem e o mal

As religiões ordenam a realidade segundo dois princípios fundamentais: *o bem* e *o mal* (ou a luz e a treva, o puro e o impuro).

Nesse aspecto, há três tipos de religiões: as *politeístas*, nas quais há inúmeros deuses, alguns bons, outros maus, ou até mesmo deuses que podem ser ora bons, ora maus; as *dualistas*, em que a dualidade do bem e do mal está encarnada e figurada em duas divindades antagônicas que não cessam de combater-se; e as *monoteístas*, em que há um único deus, o qual é tanto bom quanto mau, ou, como no caso do judaísmo, do cristianismo e do islamismo, é o bem, sendo o mal proveniente de entidades demoníacas, inferiores à divindade e em luta contra ela.

No caso do politeísmo e do dualismo, a divisão bem/mal não é problemática, assim como não o é nas religiões monoteístas que não exigem da divindade comportamentos sempre bons, uniformes e homogêneos, pois a ação do deus é insondável e incompreensível. O problema, porém, existe no monoteísmo judaico-cristão e islâmico.

milenarismo

Originado de uma crença popular cristã e com base em passagens bíblicas, esse termo designa a esperança na segunda volta de Cristo, que viria combater os males, vencer o demônio, encarnado num governante perverso (o Anticristo), e instituir o reino de Deus na Terra, com a duração de mil anos de abundância, justiça e felicidade. Ao fim desse período, haveria a ressurreição dos mortos, o Juízo Final e o fim do mundo terreno. O reino de Deus na Terra, portanto, antecederia e prepararia o fim do mundo, ao cabo do qual se iniciaria a vida eterna dos eleitos por Deus. No entanto, o termo *milenarismo* costuma ser usado no sentido mais amplo e mais geral de esperança num tempo futuro de felicidade, justiça, harmonia, paz e abundância. Esse tempo será o último tempo ou o fim dos tempos.

Com efeito, a divindade judaico-cristã e islâmica é definida teologicamente como um ser positivo ou afirmativo: Deus é bom, justo, misericordioso, clemente, criador único de todas as coisas, onipotente e onisciente, mas, sobretudo, eterno e infinito. Deus é o ser perfeito por excelência, é o próprio bem, e este é eterno como Ele. Se o bem é eterno e infinito, como surgiu sua negação, o mal? Que positividade poderia ter o mal se, no princípio, havia somente Deus, eterna e infinitamente bom?

Admitir um princípio eterno e infinito para o mal seria admitir dois deuses, incorrendo no primeiro e mais grave dos pecados, pois tanto os Dez Mandamentos quanto o Credo cristão e o Alcorão islâmico afirmam haver um só e único Deus. Além disso, Deus criou todas as coisas do nada; tudo o que existe é, portanto, obra de Deus. Se o mal existe, seria obra de Deus? Porém, se Deus é o próprio bem, como poderia criar o mal? Como o perfeito criaria o imperfeito? Qual é, pois, a origem do mal? A criatura.

Deus criou inteligências imateriais perfeitas, os anjos. Entre eles surgem alguns que aspiram a ter o mesmo poder e o mesmo saber da divindade e lutam contra ela. Menos poderosos e menos sábios, são vencidos e expulsos da presença divina. Não reconhecem, porém, a derrota. Formam um reino separado, de caos e trevas, prosseguem na luta contra o Criador. Que vitória maior teriam senão corromper a mais alta das criaturas após os anjos, isto é, o homem? Valendo-se da liberdade dada ao homem, os anjos do mal corrompem a criatura humana e, com esta, o mal entra no mundo.

Cristiano Mascaro/Arquivo da editora

Culto evangélico em templo no bairro do Belém, em São Paulo, em 2002.

A religião faz o homem?

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ainda não se conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o *homem* não é um ser abstrato, acocorado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*. A religião [...] é a *realização fantástica* da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião.

A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e do *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo.

diálogos *filosóficos*

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 145.

O mal é o pecado, isto é, a transgressão da lei divina que o primeiro homem e a primeira mulher praticaram. Sua punição foi o surgimento dos outros males: morte, doença, dor, fome, sede, frio, tristeza, ódio, ambição, luxúria, gula, preguiça, avareza. Pelo mal, a criatura afasta-se de Deus, perde a presença divina e a bondade original que possuía.

O mal, portanto, não é uma força positiva de mesma realidade que o bem, mas é pura ausência do bem, negatividade, fraqueza. Assim como a treva não é algo positivo, mas simples ausência da luz, assim também o mal é pura ausência do bem. Há um só Deus, e o mal é estar longe e privado d'Ele, pois Ele é o bem e o único bem.

O pecado

Há religiões da *exterioridade* e religiões da *interioridade*. Nas primeiras, os deuses possuem forma visível (humana, animal, vegetal ou mineral) e se dirigem às ações externas e visíveis dos seres humanos; suas ordens e seus mandamentos se referem a comportamentos divinos e humanos externos e visíveis, e a relação dos homens com os deuses se exprime nos ritos e nas cerimônias.

Nas religiões da interioridade, a divindade é concebida como puro espírito, invisível para os olhos de nosso corpo, e se dirige ao espírito, à alma do crente, falando à sua consciência e julgando os atos humanos pelas intenções interiores do agente. Além dos ritos e cerimônias, na religião da interioridade a relação fundamental do homem com o(s) deus(es) é de espírito para espírito.

Em algumas religiões da exterioridade, o pecado é uma ação externa visível, cometida voluntária ou involuntariamente pela violação de um tabu ou pela má realização de um rito. A falta é *irreverência*, sentida na forma da *vergonha*, e traz como consequência uma *impureza* que contamina o faltoso e o grupo, exigindo rituais de purificação ou sacrifícios expiatórios.

Em outras (como as dos babilônios, celtas, budistas, chineses, gregos antigos, hindus), o pecado não é apenas uma irreverência vergonhosa, mas também uma *culpa* causada, seja porque o pecador está possuído por demônios ou maus espíritos, seja porque se torna desmedido, diz, faz e deseja o que não deve.

Nesses casos, além dos rituais de purificação e de sacrifícios, tornam-se necessários os exorcismos (praticados sobre os endemoniados e os enfeitiçados) e purificações individuais (autoflagelação, jejum, abstinência sexual).

Nas religiões da interioridade, como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, a falta ou pecado é uma ofensa cometida contra Deus por meio de uma ação interna invisível – a *intenção* – que se manifesta num ato externo visível, tendo como causa ou uma vontade má ou um entendimento equivocado. **Quando causado por uma vontade má, o pecado é um *crime*; quando causado por um entendimento equivocado, é um *erro*. É uma *transgressão* experimentada na forma de *culpa*, o que exige expiação individual.**

Nas religiões da exterioridade, o perdão depende exclusivamente de uma graça divina, isto é, a divindade pode ou não perdoar, independentemente dos rituais realizados pelo indivíduo ou pelo grupo. Nas religiões da interioridade, o perdão – que também depende da graça divina – exige uma experiência interior precisa, o *arrependimento*, isto é, o reconhecimento da falta e a prática de ações que manifestem externamente a disposição do arrependido, seja por meio de preces e orações, seja por meio de sacrifícios infligidos a si mesmo (autoflagelação, jejum, abstinência sexual, entrega de bens na forma de esmolas, etc.).

Na maioria das religiões da exterioridade, a falta ou pecado é uma fatalidade. O *fatum* ('destino', em latim, também traduzido por 'fado') ou a *moira* ('destino fatal', em grego) determinou desde sempre que o pecado seria cometido por alguém, para desgraça sua e de seu grupo. A falta não depende da vontade do agente, mas de uma decisão divina, ou da possessão e enfeitiçamento do pecador, ou de que ele perdeu a medida do que é permitido aos humanos.

Nas religiões da interioridade, a falta nasce da liberdade do agente, que, conhecendo o bem e o mal, transgride consciente e voluntariamente o decreto de Deus.

Pecado original

No judaísmo, o pecado é infringir a Torá, a lei divina revelada. Como o pecado contamina o grupo, o pecador deve não só aceitar, mas também pedir a Deus punição e sofrimentos pelos quais expie a culpa, purifique a si mesmo e ao grupo. Assim, o judaísmo enfatiza as ideias de confissão, arrependimento e penitência.

No islamismo, o Grande Pecado é a idolatria (fazer imagens de Alá) e o politeísmo. Os demais pecados são os mesmos do judaísmo, uma vez que o Islã reconhece a lei divina revelada a Moisés. O crente é salvo, apesar de seus pecados, pela constância, pela fé, pelas obras e, acima de tudo, por seu arrependimento e sua penitência.

O cristianismo, com São Paulo e Santo Agostinho, introduz a ideia de *pecado original*. Esse pecado não é apenas o primeiro pecado nem apenas o pecado

cometido nas origens, quando Adão e Eva viviam no Paraíso. Ele é *original* porque o *estado de pecado* que marca a natureza humana se deve à origem dela, ou seja, porque o próprio gênero humano se originou de um pecado. O pecado dos pais poluiu para sempre toda a descendência humana.

O pecado original difere dos demais porque nele o homem e a mulher desejaram possuir o mesmo saber e o mesmo poder de Deus. Essa falta não pode ser corrigida por nenhuma ação humana porque nenhum ser humano possui a mesma dignidade que Deus. Somente o próprio Deus pode expiar o pecado original: essa expiação é realizada pelo sacrifício do messias, do cristo, isto é, do enviado que é o deus encarnado ou o Filho de Deus, Jesus.

Para o cristianismo, o pecado é um problema teológico insolúvel, pois Deus é onipotente e onisciente, sabe tudo desde a eternidade e, portanto, conhece previamente o pecador. Se pune o pecado, mas sabia que seria cometido, não seria injusto por não tê-lo impedido? Se conhece eternamente quem pecará e quem não pecará, não será Deus como o *fatum* e a *moira*? E como falar na liberdade e no livre-arbítrio do pecador se Deus sabia que ele cometeria o pecado?

Críticas à religião

As primeiras críticas à religião feitas no pensamento ocidental vieram dos filósofos pré-socráticos, que criticaram o politeísmo e o antropomorfismo dos deuses. Em outras palavras, afirmaram que, do ponto de vista da razão, a pluralidade dos deuses é absurda, pois a essência da divindade é a plenitude infinita; portanto, não pode haver senão uma única potência divina.

Declararam também absurdo o antropomorfismo, que atribui aos deuses qualidades e propriedades humanas num grau superlativo. A razão, porém, sabe que eles devem ser *supra*-humanos, ou seja, as qualidades dos seres divinos não podem confundir-se com as da natureza humana. Essas críticas foram retomadas e sistematizadas por Platão, Aristóteles e pelos estoicos.

Outra crítica à religião foi feita pelo grego Epicuro e retomada pelo latino Lucrécio. A religião, dizem eles, é fabulação ilusória, nascida do medo da morte e da natureza. É superstição.

No século XVII, o filósofo Espinosa retoma essa crítica, mas, em vez de começar pela religião, começa pela superstição. Os humanos, diz ele, têm medo de que males lhes aconteçam e esperança de que bens lhes advenham. Movidos por essas duas paixões, não confiam em si mesmos nem nos conhecimentos racionais para evitar males e atrair bens. **Passional ou irracionalmente, julgam que a origem dos males e dos bens encontra-se em forças caprichosas, como a sorte e a fortuna, e passam a acreditar nelas como poderes que os governam arbitrariamente.** Essa crença é a **superstição**.

Para alimentá-la, criam a religião e esta, para conservar seu domínio sobre os homens, institui o poder teológico-político. Assim, sacerdotes e teólogos fazem crer que as leis políticas não foram instituídas pelos seres humanos, mas pela vontade de Deus ou dos deuses. Esta, por sua vez, teria sido revelada apenas a alguns, que, por isso, têm o direito divino de comandar os demais.

Nascida do medo supersticioso, a religião está, portanto, a serviço da tirania. Esta é tanto mais forte quanto mais os homens forem deixados na ignorância da verdadeira natureza de Deus, das verdadeiras causas de todas as coisas e da origem humana do poder político e das leis.

Pascal Manoukian/Sygma/Corbis/Latinstock

Confessionário de rua no santuário de Jasna Góra, em Czestochowa, Polônia, em 1981. Todo ano milhares de cristãos peregrinam até lá para participar do Dia da Assunção.

A crítica filosófica à religião concentrou-se, pouco a pouco, na afirmação da diferença entre a crença numa divindade sobrenatural que impõe leis aos seres humanos e o conhecimento racional da essência de Deus. Isso levou, nos séculos XVII e XVIII, à ideia de uma religião não revelada, não sobrenatural, chamada *deísmo*.

Voltando-se contra a religião revelada e institucionalizada como poder eclesiástico e poder teológico-político, os filósofos afirmaram a existência de um Deus que é uma força ou uma energia inteligente, imanente à natureza, conhecido pela razão e contrário à superstição.

Observamos, portanto, que as críticas à religião voltam-se contra dois de seus aspectos: o encantamento do mundo, considerado superstição, e o poder teológico-político institucional, considerado tirânico.

a filosofia nas entrelinhas

Warley Leite/Brazil Photo Press/Folhapress

Manifestação de fiéis católicos, em São Paulo, em março de 2012, contra decisão do Supremo Tribunal Federal que autorizou o aborto de fetos anencéfalos (sem cérebro).

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia.

- Com base nos conhecimentos vistos neste capítulo, escolha uma religião, pesquise sobre ela e indique como seus dogmas e suas crenças entram em choque com questões políticas e morais discutidas na sociedade em que ela é praticada.

atividades

1. Por que a consciência do tempo nos leva à consciência da morte? Qual é o papel dessa consciência no surgimento da religiosidade?

2. O que é a experiência do sagrado? Como ela opera o "encantamento do mundo"?

3. Por que a religião se dirige às emoções? Quais são os papéis da fé e da piedade na religião?

4. Qual é a função dos ritos? Ilustre sua resposta com um exemplo.

5. O que é um objeto tabu? Dê exemplos de outros objetos simbólicos sagrados e explique sua função.

6. Explique a diferença entre religiões da revelação das leis e religiões da iluminação mística.

7. Como as religiões explicam a morte? O que é a promessa da imortalidade feita pelas religiões?

8. Por que o milenarismo diz respeito à esperança por justiça e felicidade?

9. O que é o pecado? Como ele ocorre no judaísmo e no islamismo?

10. Por que o pecado é um problema teológico insolúvel para o cristianismo?

11. Como, com base na superstição, Espinosa criticou as religiões? Consulte na linha do tempo o período em que ele viveu e relacione seu pensamento sobre a religião com o contexto em que vivia.

INDICAÇÃO DE FILME

Santo forte

Direção de Eduardo Coutinho. Brasil, 1999.

Documentário sobre a religiosidade de moradores da favela Vila Parque da Cidade, situada na zona sul do Rio de Janeiro. O filme se baseia em uma pesquisa sobre identidades brasileiras e diversidade religiosa.

Divulgação/CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular

Cena do documentário Santo forte, *de Eduardo Coutinho.*

UNIDADE IX
As artes

CAPÍTULO
25
O universo das artes

Singular ao ser humano, gerada pela criatividade humana e, portanto, um elemento da cultura, a arte também está inscrita na história.

Como a arte é histórica, tanto suas causas como suas finalidades se alteraram no mesmo passo das transformações da sociedade. A filosofia nos ajuda a refletir não apenas sobre os caminhos da arte como algo histórico, mas também sobre sua relação com a religião, a política, o mercado e outras esferas da existência humana.

Alexandre Rezende/Folhapress

O coreógrafo brasileiro radicado na Alemanha Ismael Ivo, em foto de 2011.

O artista, a obra de arte e o espectador

Se perguntarmos a alguém o que é um *artista*, é quase certo que a pessoa responderá que é o ator, o compositor e o cantor e, em alguns casos, incluirá os bailarinos. Essa resposta é interessante tanto pelo que afirma como pelo que silencia.

De fato, o silêncio consiste em não incluir na categoria “artista”, por exemplo, os literatos — “são escritores e não artistas”, diria a pessoa. Também estão excluídos os diretores de teatro, filmes e novelas — “dirigem os artistas, mas não são artistas”, diria essa mesma pessoa. Ao silenciar sobre os escritores e diretores, essa pessoa está afirmando, mesmo que não o saiba, que um artista é aquele que realiza uma *performance* num espetáculo.

Curiosamente, porém, se pedirmos a essa mesma pessoa que nos dê exemplos de *obras de arte*, provavelmente nos falará dos quadros de Leonardo da Vinci, das esculturas de Rodin ou de Aleijadinho, das sonatas de Beethoven, de *Os lusíadas*, de Camões, de algum balé, como o *Quebra-Nozes*. **De modo geral, essa pessoa identifica obra de arte com objetos criados no passado, conservados respeitosamente em museus ou apresentados em importantes teatros para um público restrito.**

A resposta é interessante por dois motivos: em primeiro lugar, porque a enumeração das obras de arte não coincide exatamente com o que a pessoa entende por artista; em segundo, porque essa pessoa tende a considerar a obra de arte algo a que poucos têm acesso, seja porque são poucos os que a compreendem, seja porque são poucos os que dispõem de recursos financeiros para fruí-la.

Essa curiosa discrepância entre o que se entende por *artista* e por *obra de arte* indica que, ao dizer quem é um artista, a pessoa está exprimindo o ponto de vista da chamada *cultura de massa* ou *cultura do espetáculo*; e que, ao explicar o que entende por obra de arte, está exprimindo o ponto de vista da chamada *cultura erudita* ou *cultura de elite*, portanto, de um espectador que vive numa sociedade dividida em classes sociais, na qual somente alguns podem entender e fruir a arte.

Relação com a obra de arte

Se perguntarmos a essa mesma pessoa o que ela experimenta diante de uma obra de arte, é quase certo que nos dirá que sente respeito, que se sente emocionada com a beleza da obra e que admira o artista que a criou. **Essa pessoa, agora, está exprimindo o ponto de vista de um espectador que vive numa sociedade industrial ou pós-industrial, na qual os objetos de uso e de consumo são produzidos em série, descartáveis, efêmeros – não provocam respeito, não emocionam por sua beleza nem provocam admiração por seus produtores.**

Zé Carlos Barretta/Folhapress

Visitantes observam o quadro O tocador de pífano, *de Édouard Manet, na exposição “Impressionismo: Paris e a modernidade”, em São Paulo, em 2012.*

Se, por fim, perguntarmos a essa pessoa se ela possui obras de arte, ela poderá nos dizer que sim ou que não, mas poderá completar a resposta dizendo que possui objetos de artesanato, algumas antiguidades, algum livro de arte e alguns CDs. Essa resposta é muito interessante porque nela percebemos:

- a aproximação e a distinção entre arte e artesanato;
- a proximidade entre arte e antiguidade;
- a existência de suportes físicos (livro, CD) para obras de arte que, em si mesmas, são consideradas inacessíveis, mas às quais se pode ter algum acesso graças a um objeto industrial que as reproduz.

O ponto de vista dos espectadores

Examinemos esses três aspectos presentes no ponto de vista do espectador.

1. Ao aproximar arte e artesanato, o espectador tem em mente o fato de que tanto a obra de arte como o objeto artesanal são trabalhos feitos por uma única pessoa — ao contrário do trabalho de um operário, que trabalha com centenas de outros numa linha de montagem. Além disso, enquanto o produto industrial, feito em série, é impessoal, a obra de arte e a de artesanato são individualizadas ou pessoais, exprimindo a intenção, a habilidade e o talento de quem as realiza. No entanto, ao distinguir arte de artesanato, o espectador tem em mente a maior complexidade e variedade de procedimentos e materiais empregados pelo artista quando comparado com o artesão. Além disso, a distinção também leva em conta o fato de que o artesão costuma fabricar vários exemplares do mesmo objeto, enquanto o artista tende a produzir apenas um, percebido como único e como raridade.
2. Ao aproximar obra de arte e antiguidade, o espectador simplesmente está mantendo a ideia de que as grandes obras de arte foram realizadas no passado e conservadas pela humanidade como um bem coletivo (mesmo que poucos tenham acesso direto a elas). Mas não só isso. O mercado de antiguidades consiste em apanhar um objeto de uso e de consumo para retirá-lo de seu circuito habitual, fazendo-o valer como uma peça decorativa ou um enfeite, ou como uma peça de estimação.
   Ora, o mesmo acontece com a obra de arte quando é conservada no museu ou na biblioteca: ela também é retirada do circuito do uso e do consumo, passando a valer em si e por si mesma como uma peça única.
3. A pessoa com quem estamos conversando talvez nunca possa ir a Atenas ver o Partenon, ou a Paris para ver, no Museu do Louvre, a *Mona Lisa* pintada por Leonardo da Vinci, ou a Gramado para assistir ao Festival de Cinema. Mas essa pessoa sabe que a imprensa, o rádio, o cinema, o CD, a televisão, o DVD, a internet podem reproduzir ou transmitir essas obras, lançando-as no mercado de consumo e permitindo um acesso indireto a elas. Em outras palavras, a sociedade industrial desenvolveu recursos técnicos para multiplicar aquilo que é considerado o traço mais marcante da obra de arte: *ser única*. O que talvez o espectador não saiba é que a transmissão e reprodução das obras de arte possuem duas caras: uma delas democratiza o acesso à arte; a outra submete as artes a um mercado novo, criado pela chamada *indústria cultural*.

O ponto de vista do artista

O pensador Merleau-Ponty dizia que a arte é *advento* — um vir a ser do que nunca antes existiu —, como promessa infinita de acontecimentos: as obras dos artistas. No ensaio "A linguagem indireta e as vozes do silêncio", ele escreve:

> O primeiro desenho nas paredes das cavernas fundava uma tradição porque recolhia uma outra: a da percepção. A quase eternidade da arte confunde-se com a quase eternidade da existência humana encarnada e por isso temos, no exercício de nosso corpo e de nossos sentidos, com que compreender nossa gesticulação cultural, que nos insere no tempo.
>
> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 355. (Os pensadores).

Henry Yu/Acervo do fotógrafo

Pintura rupestre de cerca de 8 mil anos encontrada na Lapa de Cerca Grande, em Matozinhos, Minas Gerais. As primeiras pinturas remontam à origem da história da arte. O artista, de modo inovador e por meio de uma linguagem não oral, faz a crônica das experiências de vida de uma comunidade.

Que dizem os desenhos nas paredes da caverna? Que os seres humanos são dotados de olhos e mãos, que por isso para os humanos o mundo é visível e para ser visto, e que os olhos e as mãos do artista dão a ver o mundo. **O artista é aquele que recolhe de maneira nova e inusitada aquilo que está na percepção de todos e que, no entanto, ninguém parece perceber.** Ao fazê-lo, nos dá o sentimento da quase eternidade da obra de arte, pois ela é a expressão perene da capacidade perceptiva de nosso corpo.

Que mundo é trazido pelo artista? Aquele eternamente novo. *Eternamente*, porque tão antigo e perene quanto a percepção humana. *Novo*, porque o artista o percebe como nunca fora percebido antes pelos demais homens. É assim, por exemplo, que o pintor Monet pintou várias vezes a mesma catedral medieval que existia e perdura há muitos séculos, mas, em cada tela, nasceu uma nova catedral. Referindo-se a essas telas de Monet, o filósofo Gaston Bachelard escreve, num ensaio denominado "O pintor solicitado pelos elementos":

> Um dia, Claude Monet quis que a catedral fosse verdadeiramente aérea — aérea em sua substância, aérea no próprio coração das pedras. E a catedral tomou da bruma azulada toda a matéria azul que a própria bruma tomara do céu azul... Num outro dia, outro sonho elementar se apodera da vontade de pintar. Claude Monet quer que a catedral se torne uma esponja de luz, que absorva em todas as suas fileiras de pedras e em todos os seus ornamentos o ocre de um sol poente. Então, nessa nova tela, a catedral é um astro doce, um astro ruivo, um ser adormecido no calor do dia. As torres brincavam mais alto no céu, quando recebiam o elemento aéreo. Ei-las agora mais perto da Terra, mais terrestres, ardendo apenas um pouco, como fogo guardado nas pedras de uma lareira.
>
> BACHELARD, Gaston. *O direito de sonhar.* São Paulo: Difel, 1986. p. 28.

Como vimos ao estudar a cosmologia grega, os elementos são o ar, o fogo, a terra e a água. Bachelard nos diz que Monet pintou as pedras da catedral como se fossem de ar ("bruma azulada" como o "céu azul") e depois as pintou como se fossem de fogo ("o ocre de um sol poente", "um astro ruivo"). A seguir, ele pintou uma catedral aquática, esverdeada e submarina; e, finalmente, a pintou terrestre, marrom e cinza, fincada poderosamente no chão. Tomando a eternidade dos elementos e a perenidade da catedral medieval, Monet criou a catedral como obra de arte, como se a cada vez ela estivesse sendo vista pela primeira vez, cada tela fazendo-a inteiramente nova.

Que procura o artista? Responde Alberto Caeiro, um dos heterônimos do poeta Fernando Pessoa: "o pasmo essencial/que tem uma criança se, ao nascer,/reparasse que nascera deveras". O artista busca o espanto profundo de uma criança que soubesse de verdade ("deveras") que nasceu para o mundo e que ele nasceu para ela.

O artista imagina o mundo não só tal como seria ao ser visto por nós pela primeira vez, mas também tal como teria sido em si mesmo no momento originário de seu surgimento. É esse mundo originário, anterior à nossa presença nele, o que procura o pintor Paul Cézanne, cujo trabalho é assim comentado por Merleau-Ponty no ensaio "A dúvida de Cézanne":

> Vivemos em meio aos objetos construídos pelos homens, entre utensílios, casas, ruas, cidades e na maior parte do tempo só os vemos através das ações humanas de que podem ser os pontos de aplicação [...]. A pintura de Cézanne suspende estes hábitos e revela o fundo de Natureza inumana sobre o qual se instala o homem [...] a paisagem aparece sem vento, a água do lago sem movimento, os objetos transidos hesitando como na origem da Terra. Um mundo sem familiaridade [...]. Só um humano, contudo, é justamente capaz dessa visão que vai até as raízes, aquém da humanidade constituída [...]. O artista é aquele que fixa e torna acessível aos demais humanos o espetáculo de que participam sem perceber.
>
> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados.* São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 308-309. (Os pensadores).

Reprodução/Museu Carnavalet, Paris, França.

Gravura francesa do século XIX que registra os torneiros (neste caso, de madeira) em sua oficina, trabalhando peças de madeira.

A "eterna novidade do mundo"

A obra de arte "fixa e torna acessível" o mundo em que vivemos e que percebemos sem nos darmos conta dele e de nós mesmos nele. A obra de arte nos dá a ver o que sempre vimos sem ver, a ouvir o que sempre ouvimos sem ouvir, a sentir o que sempre sentimos sem sentir, a pensar o que sempre pensamos sem pensar, a dizer o que sempre dissemos sem dizer. Por isso, nela e por ela, a realidade se revela como se jamais a tivéssemos visto, ouvido, dito, sentido ou pensado. **Eis por que o artista é aquele que passa pela experiência de nascer todo dia para a "eterna novidade do mundo", como também diz Caeiro.**

O que é essa experiência? A invenção de mundos ou a recriação do mundo. Podemos ver essa recriação do mundo ou sua transformação simbólica se acompanharmos o poema de Jorge de Lima, "Poema do nadador":

> A água é falsa, a água é boa.
> Nada, nadador!
> A água é mansa, a água é doida,
> aqui é fria, ali é morna,
> a água é fêmea.
> Nada, nadador!
> A água sobe, a água desce,
> a água é mansa, a água é doida.
> Nada, nadador!
> A água te lambe, a água te abraça,
> a água te leva, a água te mata.
> Nada, nadador!
> Senão, que restará de ti, nadador?
> Nada, nadador.
>
> TELES, Gilberto Mendonça (Sel.). *Melhores poemas – Jorge de Lima*. São Paulo: Global, 1994.

Rigorosamente, não há nada nesse poema que desconheçamos. Nenhuma das palavras empregadas pelo poeta nos é desconhecida. E, no entanto, tudo aí é inteiramente novo. O poema diz o que, antes dele, jamais havia sido dito e o que, sem ele, nunca seria dito.

O poema se constrói pelo jogo de sentidos da palavra *nada*. O *nada* é o imperativo do verbo *nadar* (o poeta ordena ao nadador que nade: "Nada, nadador!"), mas é também o pronome indefinido negativo (se não nadar, diz o poeta, nada restará ao nadador: "Nada, nadador").

O ponto de exclamação em "Nada, nadador!" indica o uso verbal de *nada*; a ausência do ponto de exclamação em "Nada, nadador." indica o uso pronominal de *nada*. O mesmo jogo é feito com a palavra *nadador*: ela se refere àquele que realiza a ação de nadar, mas também indica onde ou no que essa ação se realiza – *na dor.*

A água é descrita por meio de oposições: ela é "boa" e "falsa", "mansa" e "doida", "fria" e "morna", "sobe" e "desce", "abraça" e "mata". O que ela é? É instável, mudando sem cessar, opondo-se a si mesma, contraditória. Por isso é uma força que arrasta tudo para o vazio.

A água simboliza a fugacidade e a instabilidade do mundo, sua acolhida ("te lambe, te abraça") e sua violência ("te leva, te mata"). O que sente aquele que nada? Dor. Mas por que ele precisa nadar e continuar nadando? Porque somente assim enfrentará a força e o vazio das coisas, não se deixará seduzir pela acolhida delas nem se deixará destruir pela violência delas. A dor de quem nada é o que resta ao *nada-dor*, impedindo-o de transformar-se, ele também, em puro nada.

O poeta nos faz ver, sob a aparência calma e costumeira das coisas de todo dia, a verdade profunda de um mundo contraditório que será tudo, se puder reduzir o homem a nada, mas que será um nada diante daquele que possui a força para suportar e enfrentar a dor de estar no mundo.

Ao jogar com a duplicidade de sentido de *nada* e com a composição da palavra *nadador*, o poeta transfigura a linguagem cotidiana para fazê-la dizer algo novo. Esse algo, isto é, o sentido novo, não existe antes nem depois, não existe aquém nem além do poema, mas é o próprio poema como reinvenção ou recriação da linguagem.

A linguagem que falamos cotidianamente é a *linguagem instituída*, uma "fala falada", em que reproduzimos as significações das palavras sem pensar nelas. A linguagem do poeta, do romancista, do contista é uma *linguagem instituinte*, criadora, inventora de significações novas, uma "fala falante".

Atitude poética

O que é escrever? Para o poeta e o romancista, diz o filósofo e escritor francês Jean-Paul Sartre, é distanciar-se da linguagem-instrumento e entrar na *atitude poética*, tratando as palavras como entes reais e não como meros signos ou sinais estabelecidos. É apanhar a linguagem em estado selvagem (como Jorge de Lima faz com a palavra *nada*), como se as palavras fossem seres como a terra, a relva, a montanha ou a água (exatamente como no poema de Jorge de Lima a palavra *nada* e a palavra *água* são o mundo e a ação do homem).

O poeta quer que as palavras signifiquem, em si e por si, alguma coisa que são elas próprias na forma de poema. O prosador deseja, além disso, que elas designem o mundo, ainda que para tanto ele tenha de inventar novamente o mundo por meio das palavras. O que é a literatura? É a criação de um mundo que existe como palavra e somente pela e na palavra.

O que há de espantoso nas artes é que elas desvendam ou descobrem o mundo recriando-o de outra maneira e em outra dimensão. Justamente porque as artes recriam o mundo com palavras, sons, traços, cores, gestos, movimentos, formas, massas, volumes, a realidade criada não está *aquém* nem *além* da obra, assim como não *está* na obra, mas *é* a própria obra de arte.

Talvez a melhor comprovação disso esteja na música e na dança.

Feita de sons, a música será destruída se tentarmos ouvir cada som separadamente ou reproduzi-los como no toque de um corpo de cristal ou de metal. Pela harmonia, pela proporção, pela combinação de sons, pelo ritmo e pela percussão, a música cria um *mundo sonoro* que só existe por ela, nela e que é ela própria.

Feita de movimentos, gestos e ritmos, a dança será destruída se tentarmos isolá-los ou reuni-los mecanicamente como em bonecos. Ela só existe na movimentação e gesticulação ritmadas do dançarino e da dançarina, que recriam o corpo humano assim como recriam o movimento e o ritmo do próprio mundo cujo sentido e cuja realidade não é senão o ato de dançar.

Toda arte realiza a passagem do *instituído* ao *instituinte*, ou seja, uma transfiguração do existente numa outra realidade que o faz renascer e ser de maneira inteiramente nova. A transformação ou transfiguração da realidade numa outra, nova e existente apenas no trabalho realizado pelo artista, chama-se **obra**.

Arte e religião

Vimos que, a partir da capacidade para relacionar-se com o ausente, as pessoas criaram a linguagem, instituíram o trabalho e a religião. Essas primeiras manifestações culturais deram origem às primeiras formas da sociabilidade e da autoridade. Além disso, instituíram os símbolos da organização humana do espaço e do tempo, do corpo e do espírito. As artes nasceram inseparáveis dessa humanização do mundo natural. E essa humanização, como vimos, conduziu à sacralização do mundo natural.

A sacralização implicou que todas as atividades humanas assumissem a forma de rituais: a guerra, a semeadura e a colheita, a culinária, o nascimento e a morte, a doença e a cura, a mudança das estações, o movimento dos astros, em suma, todos os acontecimentos naturais eram cercados por cultos religiosos dedicados às forças divinas que os causam.

A sacralização e a ritualização da vida fizeram com que medicina, agricultura, culinária, edificações, produção de utensílios, música, dança se realizassem como ritos ou seguindo rituais, e que certos utensílios e instrumentos, assim como certos vestuários e adornos, se tornassem elementos dos cultos. Semear e colher, caçar e pescar, cozer alimentos, fiar e tecer, assim como pintar, esculpir, dançar, cantar e tocar instrumentos sonoros são atividades técnico-religiosas.

Os primeiros objetos artísticos — estatuetas, pinturas nas paredes de cavernas, sons obtidos por percussão — eram objetos *mágicos*, ou seja, não eram uma representação nem uma invocação aos deuses, mas a encarnação deles. Esses primeiros objetos eram os *fetiches* e os artistas ou artesãos eram os *feiticeiros*.

Gil Grossi/Acervo do fotógrafo

As companhias Joint Forces Dance Company e Núcleo Dança Aberta apresentam o espetáculo de dança inclusiva (danceability) *Joy Lab Research, em 2007. O dançarino recria o corpo humano e o ritmo do próprio mundo.*

Pouco a pouco, à medida que as religiões foram se organizando no interior das sociedades, passou-se à ideia de que lugares e coisas seriam escolhidos pelos deuses e que deveriam estar separados de todo o resto: surgiam, assim, os cultos. Os objetos fabricados com essa finalidade pelos artistas-artesãos passaram a ter *valor de culto*. As *belas-artes* nasceram há milênios no interior dos cultos e para servi-los.

Prisma Bildagentur AG/Alamy/Glow Images

Totens encontrados em comunidade abandonada do povo Haida, em ilha na costa oeste do Canadá. Os totens encarnavam ancestrais ou divindades protetoras dos povos que os erigiam. Foto de 2007.

O artista: um iniciado em mistérios

Ao surgir, nas primeiras sociedades e culturas, o artista era um mago, um artesão e um iniciado num ofício sagrado. Era na qualidade de mago, artífice e detentor de um ofício que realizava sua arte. Esta, por ser parte inseparável do culto e do ritual, não se efetuava segundo a liberdade criadora do técnico-artesão, mas exigia a repetição ritualística e sacralizada de regras, normas e procedimentos.

O artífice iniciava-se recebendo uma educação especial, tornando-se um *iniciado em mistérios*. Aprendia a conhecer a matéria-prima para o exercício de sua arte, a usar utensílios e instrumentos preestabelecidos para a sua ação, a realizar gestos, pronunciar palavras, utilizar cores, manipular ervas segundo um receituário fixo conhecido apenas pelos iniciados. **O artista era, portanto, oficiante de cultos e fabricador dos objetos e gestos necessários para sua realização.** Seu trabalho nascia de um dom *dos* deuses e era um dom humano *para* os deuses.

Mesmo quando, historicamente, os detentores da autoridade religiosa deixam de fabricar os instrumentos e os locais dos cultos que realizam, persiste a relação entre a atividade dos artistas ou artesãos e a religião. É na qualidade de servidores da autoridade religiosa que são encarregados de tecer os vestuários, fabricar as joias, produzir os objetos e os instrumentos, construir os lugares dos cultos, erguer altares, esculpir ou pintar as figuras dos deuses e de seus representantes, produzir as músicas, os cantos e os instrumentos musicais, realizar as danças.

As grandes obras de arte das sociedades antigas e da sociedade cristã medieval, assim como da judaica e da islâmica, foram encomendadas por uma autoridade religiosa e pelos oficiantes dos cultos para fins religiosos. **Essa relação profunda com a religião, que determinava toda a atividade artístico-artesanal, indica a ausência de algo que se tornará decisivo séculos mais tarde: a autonomia das artes.**

Para que a autonomia das artes viesse a acontecer foi preciso que o modo de produção capitalista dessacralizasse o mundo e laicizasse toda a cultura, lançando todas as atividades humanas no mercado. Isso significou, porém, que, livres do poder religioso e do poder político, os artistas se viram a braços com o poder econômico. Ao se livrarem do *valor de culto*, as obras de arte foram aprisionadas pelo *valor de mercado*.

Arte e técnica

Sobre a aproximação espontânea feita pelas pessoas entre arte e artesanato, dissemos anteriormente que decorre do fato de que o artista e o artesão produzem sozinhos e por inteiro uma obra, a qual exprime seus talentos e habilidades. Mas há ainda outro motivo para isso: o fato de que, historicamente, **arte e artesanato** eram a mesma coisa, e, portanto, o artesão e o artista eram o mesmo.

ars* e *tékhné

A palavra *arte* vem do latim *ars* e corresponde ao termo grego *tékhné*, 'técnica', significando toda atividade humana submetida a regras com vista à fabricação de alguma coisa. Em latim, *artesão*, *artífice* ou *artista* se diz *artifex*, 'o que faz com arte', e também *opficis*, 'o que exerce um ofício'. O resultado de sua ação se diz *opus* (no singular) e *opera* (no plural), de onde se origina 'obra' em português.

A arte ou técnica era toda atividade regrada com vista à produção de uma obra. Em seu sentido mais geral, arte era um conjunto de regras e procedimentos com a função de dirigir uma atividade humana para que esta realizasse o fim a que se propôs. Assim, falava-se em arte médica, arte política, arte militar, arte retórica, arte poética, arte dietética, arte da navegação, arte da caça, arte de pintar, esculpir, dançar, etc.

Platão não distinguia a arte nem das ciências nem da filosofia, uma vez que todas elas são atividades humanas ordenadas e regradas. Aristóteles, porém, estabeleceu duas distinções que perduraram por séculos na cultura ocidental. A primeira distingue entre ciência e arte ou técnica: a ciência é um saber teórico que se refere ao necessário, enquanto a arte ou técnica é um saber prático que opera no campo do contingente ou do possível.

A segunda distinção é estabelecida no campo da própria prática com a diferença entre *ação* e *fabricação*. A ação (em grego, *práxis*) é aquela atividade humana em que o agente, o ato que ele realiza e a finalidade buscada por ele são idênticos — a *práxis* define a ação ética e a ação política (assim, por exemplo, o homem que age virtuosamente é virtuoso e a virtude é a ação que ele realiza, de maneira que não se pode separar o agente virtuoso, o ato virtuoso e a virtude ou finalidade da ação).

A fabricação (em grego, *poiesis*) é aquela atividade humana na qual o agente (o artesão ou artista), a ação que ele realiza (as regras e os procedimentos seguidos por ele) e a finalidade buscada (a obra) são diferentes e distintos — a *poiesis* define as artes ou técnicas como atividades de fabricação (assim, por exemplo, o médico, a ação de curar e a saúde reconquistada não são idênticos; da mesma maneira, o escultor, o cinzel e o mármore, as regras da escultura e a estátua não são idênticos).

Posteriormente, os filósofos neoplatônicos completaram as distinções aristotélicas distinguindo as técnicas ou artes cuja finalidade é auxiliar a natureza — como a medicina, a agricultura — daquelas cuja finalidade é fabricar um objeto com os materiais oferecidos pela natureza — o artesanato propriamente dito. Distinguiram também outro conjunto de artes e técnicas que não se relacionam com a natureza, mas apenas com o próprio homem, para torná-lo melhor ou pior: música, dança, poesia e retórica.

A classificação das artes ou técnicas seguiu um padrão determinado pela estrutura da sociedade antiga, fundada na escravidão. A divisão social, que impunha aos escravos todos os trabalhos manuais e reservava aos homens livres as atividades não manuais, levava a uma cultura que desprezava o trabalho manual.

Uma obra, *As núpcias de Mercúrio e Filologia*, escrita pelo historiador romano Varrão, oferece a classificação que perdurará do século II ao século XV, dividindo as artes em *artes liberais* (ou dignas do homem livre) e *artes servis* ou *mecânicas* (próprias do trabalhador manual).

Eram artes liberais: gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, astronomia e música. Eram artes mecânicas: agricultura, caça, pesca, medicina, engenharia, arquitetura, navegação, pintura, escultura, olaria, carpintaria, marcenaria, fiação e tecelagem, etc.

Essa classificação será justificada por Tomás de Aquino durante a Idade Média como diferença entre as artes que dirigem o trabalho da razão (ou as *artes liberais*) e as que dirigem o trabalho das mãos (ou as *artes mecânicas*). Visto que, numa perspectiva religiosa cristã, somente a alma é livre e o corpo é para ela uma prisão, conclui-se que as artes liberais são superiores às artes mecânicas.

The Kobal Collection/Agência France-Presse

O ator Samuel L. Jackson em cena de O violino vermelho, *de 1998, dirigido por François Girard. O filme narra a saga de um instrumento perfeito, desde que foi fabricado, na Itália do século XVII, por Nicolo Bussotti, até chegar à sala de um leilão milionário, no final do século XX.*

O útil e o belo

A partir da Renascença, porém, trava-se uma luta pela valorização das artes mecânicas por duas razões principais: porque começa a surgir o ideal da vida ativa, que valoriza a aplicação prática ou técnica dos conhecimentos teóricos; e porque o Humanismo renascentista dignifica o corpo humano. Além disso, estamos agora no início da ascensão do capitalismo, o que leva a uma progressiva valorização do trabalho como fonte e causa das riquezas.

A primeira dignidade obtida pelas artes mecânicas foi sua elevação à condição de *conhecimento*, como as artes liberais. Em outras palavras, reconhecia-se nelas não apenas a aplicação rotineira de regras de fabricação manual de objetos, mas conhecimentos teóricos para a invenção e construção de instrumentos e para a realização de atividades como a medicina, a engenharia, a arquitetura, a balística, a pintura e a escultura.

A segunda dignidade foi alcançada a partir do final do século XVII, quando se distinguiram as finalidades das várias artes mecânicas entre as que têm como fim o que é *útil* aos homens e aquelas cujo fim é produzir o *belo* e provocar o sentimento da beleza.

Com a ideia de *utilidade*, uma parte das artes mecânicas tornou-se efetivamente liberal e, com isso, surgiram as chamadas *profissões liberais* (como o médico, o engenheiro, o advogado, o arquiteto, o professor, etc.). Com a ideia de *beleza*, uma parte das artes mecânicas transformou-se nas chamadas **belas-artes**, modo pelo qual nós fomos acostumados a entender a arte.

A distinção entre *artes da utilidade* e *artes da beleza* acarretou uma separação entre *técnica* (o útil) e *arte* (o belo), levando à imagem da arte como ação individual espontânea, vinda da sensibilidade e da fantasia do artista como *gênio criador*. Enquanto o técnico é visto como aplicador de regras e procedimentos vindos da tradição ou da ciência, o artista é visto como dotado de *inspiração*, entendida como uma iluminação interior e espiritual misteriosa que leva o gênio a criar a obra.

Além disso, como a obra de arte é pensada a partir de sua finalidade — a criação do belo —, torna-se inseparável da figura do *público*. Este, nas figuras do espectador, do ouvinte, do leitor, etc., julga e avalia o objeto artístico conforme tenha ou não realizado a beleza. A beleza vem articulada à noção de *bom gosto* e o julgamento da obra de arte por esse critério dá origem ao conceito de *juízo de gosto*, que será amplamente estudado por Kant.

Gênio criador e inspiração, do lado do artista; beleza, do lado da obra; e juízo de gosto, do lado do público: são estes os pilares sobre os quais se erguerá, como veremos adiante, uma disciplina filosófica: a **estética**.

Arte como forma de expressão

Todavia, desde o final do século XIX e durante o século XX, modificou-se a relação entre arte e técnica. Por um lado, o estatuto da técnica modificou-se quando esta se tornou tecnologia, uma forma de conhecimento e não simples ação fabricadora de acordo com regras e receitas. Por outro, as artes passaram a ser concebidas menos como criação genial misteriosa e mais como *expressão criadora*, isto é, como transfiguração do mundo em obra artística.

As respigadeiras *(1857), quadro de Jean-François Millet (1814-1875). Ao pintar cenas do cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Millet diferenciou-se da pintura acadêmica de sua época, preocupada com a representação de figuras nobres.*

As artes são vistas como *trabalho da expressão* e mostram que, desde que surgiram, foram inseparáveis da ciência e da técnica. Assim, por exemplo, a escultura grega teria sido impossível sem a geometria; a pintura e a arquitetura da Renascença são incompreensíveis sem a matemática e a teoria da harmonia e das proporções; etc.

A novidade do final do século XIX e de todo o século XX está no fato de que, agora, as artes não ocultam essas relações: os artistas se referem explicitamente a elas e buscam nas ciências e nas técnicas respostas e soluções para problemas artísticos.

Ao se tomarem as artes como expressão criadora e como trabalho expressivo, não se quer dizer que elas perderam o vínculo com a ideia de beleza, e sim que a subordinaram a outro valor, a verdade. A obra de arte busca caminhos de acesso ao real e de expressão da verdade.

Religiosidade, autonomia e técnica: a aura e sua desaparição

Nada melhor para sintetizar o percurso que fizemos até aqui do que um ensaio, hoje clássico, escrito por Walter Benjamin em 1935, intitulado *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Nesse ensaio, o filósofo acompanha o movimento histórico e social no qual as artes saem do campo religioso para se tornarem autônomas, ou constituírem o campo artístico propriamente dito, e distingue o momento religioso e o momento autônomo das artes falando de seu valor como "valor de culto" e "valor de exposição". Para realizar sua análise, Benjamin introduz o conceito de *aura*.

A *aura*, explica Benjamin, é a absoluta singularidade de um ser — natural ou artístico. **É sua condição de exemplar único que se oferece num aqui e agora "irrepetível", sua qualidade de eternidade e fugacidade simultâneas, seu pertencimento necessário ao contexto em que se encontra e sua participação numa tradição que lhe dá sentido.** É, no caso da obra de arte, sua *autenticidade*, isto é, o vínculo interno entre sua unidade e sua durabilidade.

A obra de arte possui aura quando tem as seguintes qualidades: é única, una, irrepetível, duradoura e efêmera, nova e participante de uma tradição, capaz de tornar distante o que está perto e estranho o que parecia familiar porque transfigura a realidade.

Porque as artes tinham como finalidade sacralizar e divinizar o mundo e, ao mesmo tempo, presentificar os deuses aos humanos, sua origem religiosa transmitiu às obras de arte a qualidade aurática mesmo quando deixaram de ser parte da religião para se tornarem autônomas e belas-artes.

A forma mais primitiva de inserção da obra de arte no contexto da tradição se exprimia no culto. As mais antigas obras de arte, como sabemos, surgiram a serviço de um ritual inicialmente mágico e depois religioso. O que é de importância decisiva é que esse modo de ser aurático da obra de arte nunca se destaca completamente de sua função ritual.

Em outras palavras: o valor único da obra de arte "autêntica" tem sempre um fundamento teológico, por mais remoto que seja. Ele pode ser reconhecido, como ritual secularizado, mesmo nas formas mais profanas do culto do belo, tal como as surgidas na Renascença e vigentes durante três séculos.

Divulgação/Channel 4

Cena da série televisiva Os pilares da Terra, *cujo fio condutor é a construção de uma catedral durante a Idade Média. O aprimoramento de técnicas de edificação e as mudanças no estilo arquitetônico estavam a serviço do ritual religioso.*

diálogos *filosóficos*

O valor de culto da obra de arte

Se se consideram os diversos modos pelos quais uma obra de arte pode ser acolhida, a ênfase coloca-se ora sobre um fator, ora sobre outro; entre tais fatores, há dois que se opõem diametralmente: o valor da obra de arte como objeto de culto, e seu valor como realidade capaz de ser exposta. A produção artística começa por imagens que servem ao culto. Pode-se admitir que a presença mesma destas imagens tenha mais importância do que o fato de serem vistas. O gamo que o homem figura nas paredes de uma caverna, na idade da pedra, é um instrumento. Ele é indubitavelmente exposto aos olhos de outros homens, mas ele se dirige sobretudo aos espíritos. Posteriormente, é este valor de culto como tal que leva a que a obra de arte seja guardada em segredo [...]. Algumas Virgens permanecem cobertas quase o ano todo, algumas esculturas de catedrais góticas são invisíveis quando contempladas de baixo. À medida que as obras de arte se emancipam de seu uso ritual, tornam-se mais numerosas as ocasiões de serem expostas. Um busto pode ser enviado daqui pra lá; por isso, tem seu lugar marcado no interior de um templo. O quadro pode ser exposto muito mais do que o mosaico ou o afresco que lhe precederam. [...]

As diversas técnicas de reprodução reforçaram este caráter em tais proporções, que – por um fenômeno análogo ao que se verificou nas origens – a modificação quantitativa entre as duas formas de valor próprias da obra de arte tornou-se uma modificação qualitativa, que afeta a própria natureza da arte. [...] a preponderância absoluta de seu [da obra de arte] valor expositivo lhe empresta funções inteiramente novas, entre as quais pode ocorrer que aquela da qual temos consciência – a função artística – apareça depois como acessória.

BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica". In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura da massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 218-219.

O culto do belo, ao substituir o culto aos deuses, conservou o caráter aurático da obra de arte. Ou seja, ao passar do campo religioso ao estético, a obra de arte conservou a aura. É preciso, então, explicar como esta foi perdida ou destruída.

Evidentemente, diz Benjamin, a arte sempre foi reprodutível, bastando ver discípulos imitando os mestres. A questão, portanto, não está na reprodução, e sim na nova modalidade de reproduzir: a *reprodução técnica*, que permite a existência do objeto artístico em série e que, em certos casos, como na fotografia, no disco e no cinema, torna impossível distinguir original e cópia, isto é, desfaz as próprias ideias de original e cópia.

A destruição da aura está prefigurada na própria essência da obra de arte como algo possível porque ela possui dois valores: o *de culto* e o *de exposição*. Este último consiste na ideia de que a obra de arte existe para ser *contemplada*, *fruída*, o que exige que esteja à disposição do espectador. Esse aspecto suscita a reprodutibilidade quando as condições sócio-históricas a exigirem e a possibilitarem.

Arte e filosofia

Do aspecto filosófico, podemos falar em dois grandes momentos de teorização da arte. **No primeiro, inaugurado por Platão e Aristóteles, a filosofia trata as artes do ponto de vista da *poética*; no segundo, a partir do século XVIII, do ponto de vista da *estética*.**

Arte poética é o nome de uma obra aristotélica sobre as artes da palavra falada e escrita, do canto e da dança: a poesia e o teatro (tragédia e comédia). O vocábulo *poética* é a tradução para *poiesis* — portanto, para "fabricação". A arte poética estuda as obras de arte como fabricação de seres, ações e gestos *artificiais*, isto é, produzidos pelos artífices ou artistas. A física estuda os seres e as ações produzidos pela natureza; a poética, os fabricados pelos seres humanos.

A obra de arte é pensada do ponto de vista de sua conformidade a normas, regras e procedimentos de construção como um fazer regrado e ordenado; por isso os tratados sobre as artes poéticas, escritos desde a

Antiguidade até a Modernidade, possuem um caráter *prescritivo* ou *normativo*. Sob esse aspecto, a arte poética é *preceptiva*, isto é, apresenta preceitos para o fazer e o julgar as obras.

Além disso, como a obra de arte é pensada em sua dependência com a ética, a política e a metafísica, isto é, com as ideias de bem (individual e coletivo) e de verdade, seu valor também é determinado pela qualidade ou dignidade do objeto ou do tema abordado por ela. Em outras palavras, os tratados sobre as artes poéticas distinguem objetos ou assuntos nobres (voltados para o divino, para o bem e para o verdadeiro) e objetos ou assuntos vis, baixos e mesquinhos (voltados para as pequenezas e mesquinharias de nossa vida cotidiana), julgando as obras de arte com esses critérios.

Estética é a tradução da palavra grega *aisthetiké*, que significa 'conhecimento sensorial', 'experiência sensível', 'sensibilidade'. Foi empregada pela primeira vez para referir-se às artes pelo filósofo alemão Baumgarten, por volta de 1750 — portanto, em plena modernidade.

Em seu uso inicial, a estética se referia ao estudo das obras de arte como criações da sensibilidade (isto é, das experiências dos cinco sentidos e dos sentimentos causados por elas) e da fantasia do artista, tendo como finalidade o belo. Pouco a pouco, substituiu a noção de arte poética e passou a designar toda investigação filosófica que tivesse por objeto as artes ou uma arte. Do lado do artista e da obra, a estética busca compreender como se dá a realização da beleza; do lado do espectador e receptor, busca interpretar a reação à obra de arte sob a forma do juízo de gosto ou do bom gosto.

Belas-artes

A noção de estética, quando formulada e desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, concebia as artes como belas-artes e pressupunha que:

1. a arte é uma atividade humana *autônoma*, isto é, não está a serviço da religião ou da política, mas possui finalidade própria;
2. a arte é produto da experiência sensorial ou perceptiva (sensibilidade), da imaginação e da inspiração do artista como criador autônomo ou livre. Ou seja, a subjetividade do artista ou sua inspiração é *mais importante* do que preceitos, normas e regras de construção de uma obra;
3. a finalidade da arte é *desinteressada* (não utilitária) ou *contemplativa*. Em outras palavras, a obra de arte não está a serviço nem do culto, nem da política, nem da prática moral das virtudes, assim como não está destinada a produzir objetos de uso e de consumo, e sim a propiciar a *contemplação da beleza*;
4. a contemplação, do lado do artista, é a busca do belo (e não do útil ou do agradável) e, do lado do público, é a avaliação ou o julgamento do valor de beleza atingido pela obra por meio do *juízo de gosto*;
5. o belo é *diferente* do bom e do verdadeiro. O bem é objeto da ética; a verdade, objeto da ciência e da metafísica; e a beleza, o objeto próprio da estética. Em outras palavras, contra a tradição aristotélica (que dava uma finalidade moral às obras de arte) e contra a tradição platônica (que dava uma finalidade cognitiva às artes), a estética afirma a *autonomia das artes* pela distinção entre beleza, bondade e verdade;

Renato Batata/Futura Press

Maestro indiano Zubin Mehta rege a Orchestra del Maggio Musicale Fiorentino, na Sala São Paulo, na capital paulista, em 2012.

6. como a obra de arte nasce da sensibilidade inspirada do artista na condição de subjetividade criadora e livre, seu valor encontra-se não só na força de sua beleza, mas também em sua *originalidade*. Em outras palavras, o artista verdadeiro não é aquele que segue regras ou preceitos fixados pela tradição de seu ofício, nem aquele que traduz em palavras, cores, formas, gestos, movimentos, sons, volumes, massas, traços algo já existente na natureza ou em sua sociedade, mas aquele que é capaz de uma *criação* inédita ou original.

A arte como trabalho criador

À medida que se desenvolve a sociedade industrial e, sobretudo, à medida que o materialismo histórico marxista sublinha a determinação histórica de todas as atividades humanas, a filosofia deixa de lado a imagem do artista como gênio criador inspirado e a da obra de arte como realização do sentimento do belo (ainda que essas imagens permaneçam na sociedade).

De fato, as artes deixaram de ser pensadas pela filosofia e pela crítica de arte exclusivamente do ponto de vista da produção e contemplação desinteressadas da beleza para serem vistas de outras perspectivas, especialmente como formas de expressão. **Em outras palavras, passam a ser vistas como expressão de emoções e desejos, interpretação e crítica da realidade social, atividade inventora de procedimentos inéditos para a construção de objetos artísticos, etc.**

Essa mudança fez com que as ideias de bom gosto e de beleza perdessem o privilégio estético. Assim, a estética se aproxima cada vez mais da ideia de poética — portanto, da arte como trabalho e não como contemplação e sensibilidade, fantasia e ilusão. Evidentemente, a nova estética não retoma a poética aristotélica como apresentação de preceitos, regras e normas do fazer artístico, e sim a ideia da obra de arte como um "fazer".

As finalidades da arte

Se acompanharmos as transformações sofridas pelas artes, passando da função religiosa à autonomia da obra de arte como criação e expressão, notaremos que as mudanças foram de dois tipos.

De um lado, mudanças quanto ao *fazer artístico*, diferenciando-se em *escolas de arte* ou *estilos artísticos* — clássico, gótico, renascentista, barroco, romântico, impressionista, realista, expressionista, abstrato, construtivista, etc. Essas mudanças concernem à concepção do objeto artístico, às relações entre matéria e forma, às técnicas de elaboração dos materiais, à relação com o público, ao lugar ocupado por uma arte no interior das demais, às descobertas de procedimentos e materiais, etc.

De outro modo, porém, concernem à determinação social da atividade artística. A arte é socialmente determinada:

1. pela finalidade social das obras: na Antiguidade estavam destinadas ao culto religioso; na Renascença, a dar prestígio a seus patrocinadores; e hoje, a percorrer o circuito do mercado de arte;
2. pelo lugar social ocupado pelo artista: na Antiguidade, mago-artesão-oficiante de ritos; na Renascença, financiado e protegido por um mecenas; nos dias de hoje, profissional liberal dependente do mercado de arte;
3. pelas condições de recepção da obra de arte: na Antiguidade, a comunidade de fiéis; na Renascença, uma elite rica, cultivada e com poder político; em nossos dias, a classe economicamente dominante e politicamente dirigente, de um lado, e as classes populares ou a massa, de outro.

Eduardo Azevedo/Canal Aberto/Companhia [pH2]:estado de teatro

Átridas, texto escrito no século V a.C. pelo dramaturgo grego Ésquilo, é encenado em adaptação da companhia [pH2]: estado de teatro, em novembro de 2012, em São Paulo.

A discussão sobre a relação arte-sociedade levou a duas atitudes filosóficas opostas: a que afirma que a arte só é arte se for pura, isto é, se não estiver preocupada com as circunstâncias históricas, sociais, econômicas e políticas — a "arte pela arte" —, e a que afirma que o valor da obra de arte decorre de seu compromisso crítico diante das circunstâncias presentes. Trata-se da "arte engajada", na qual o artista toma posição diante de sua sociedade, luta para transformá-la e melhorá-la e para conscientizar as pessoas sobre as injustiças e as opressões do presente.

As duas concepções são problemáticas. A primeira porque imagina o artista e a obra de arte livres das influências da sociedade sobre eles — o que é impossível. A segunda porque corre o risco de sacrificar o trabalho artístico em nome das "mensagens" que a obra deve enviar à sociedade para mudá-la, dando ao artista o papel de consciência crítica do povo oprimido.

A primeira concepção desemboca no chamado **formalismo** (é a perfeição da forma que conta e não o conteúdo da obra). A segunda, no **conteudismo** (é a "mensagem" que conta, mesmo que a forma da obra seja descuidada, repetitiva e sem força inovadora).

No entanto, podemos dizer que uma obra de arte é grande e duradoura quando nela a perfeição da forma e a riqueza das significações de seu conteúdo estão articuladas numa unidade harmoniosa que a constitui como única. Nela, eternidade e fugacidade são simultâneas. Dialoga com o mundo presente porque não esconde seu pertencimento necessário ao contexto histórico e social em que se encontra e no qual nasceu; dialoga com o passado porque também não esconde sua participação numa tradição que lhe dá sentido; e dialoga com o futuro porque será retomada, transformada e superada por outras obras que nela encontrarão um ponto de partida.

O nascimento da arte de massa

Com o desenvolvimento da sociedade industrial e das grandes metrópoles, os trabalhadores deslocaram-se cada vez mais das zonas rurais para as periferias das grandes cidades, atravessando-as todas as manhãs ao se dirigirem ao trabalho e todas as tardes ao regressarem a suas casas. Tendo sido forçada a deixar o campo, a maioria desses trabalhadores também deixava para trás sua cultura e sua arte (que os intelectuais denominam *folclore*).

Nas cidades, dois fenômenos aconteceram: de um lado, em seus bairros e locais de trabalho, os operários e suas famílias foram criando uma cultura e uma arte próprias, chamadas *populares*; de outro, passaram a fazer parte da grande massa de consumidores dos produtos industriais para os quais são reproduzidas, em larga escala, versões simplificadas e inferiores dos produtos e das criações das chamadas cultura e arte *de elite*, dando origem ao que viria a ser conhecido como cultura e arte *de massa*.

Dessa maneira, em nossos dias as artes costumam ser distinguidas em: *folclore* (as tradições nacionais populares), *popular* (as criações dos artistas que pertencem à classe trabalhadora), *erudita* ou *de elite* (as

Mario Friedlander/Pulsar Imagens

Grupo Congo de São Benedito percorre as ruas da cidade de Nossa Senhora do Livramento, em Mato Grosso, em 2012.

criações complexas e de vanguarda) e *de massa* (financiada por empresas que fazem tanto as reproduções simplificadas das obras da arte erudita como também compram e vendem a produção em escala industrial de obras destinadas ao mercado e consumidas em larga escala).

Assim, por exemplo, o bumba meu boi ou a congada são folclore; o samba de morro, a literatura de cordel e o *rap* (quando não são apropriados pelas empresas de cultura de massa) são populares; um quadro de Tarsila do Amaral ou um poema de Augusto de Campos são eruditos; a música sertaneja, a música *disco*, a maioria dos filmes, as telenovelas, etc. são de massa.

Indústria cultural e cultura de massa

A modernidade concluiu um processo que a filosofia começara desde a Grécia: *o desencantamento do mundo*, isto é, a passagem do mito à razão, da magia à ciência e à lógica. Esse processo liberou as artes da função e da finalidade religiosas, dando-lhes autonomia.

No ensaio sobre a destruição da aura, Walter Benjamin assumia uma posição otimista, pois imaginava que a reprodução das obras de arte (pelo livro, pelas artes gráficas, pela fotografia, pelo rádio e pelo cinema) permitiria à maioria das pessoas o acesso a criações que, até então, apenas uns poucos podiam conhecer e fruir. Benjamin esperava que houvesse a democratização da cultura e das artes.

O otimismo de Benjamin não era infundado. **De fato, quando levamos em consideração os efeitos sociais e políticos do primeiro grande meio de comunicação de massa, a prensa de Gutenberg, podemos verificar sua importância para a democratização da cultura.**

O primeiro livro impresso pela invenção de Gutenberg foi a Bíblia, que até então existia apenas em forma de manuscritos, em idiomas de uso ritual (como o latim ou o grego) e só era lida por especialistas. Ao iniciar a Reforma Protestante, no século XVI, Martinho Lutero traduziu a Bíblia para o alemão. Pela primeira vez o texto sagrado dos cristãos podia ser adquirido e lido por todos os que conheciam o alemão.

As regras do mercado

Apesar de seu otimismo, Walter Benjamin considerou a existência de um obstáculo à democratização das artes: o capitalismo, que as lança como mercadorias para consumo. Entretanto, esse outro aspecto do processo só seria examinado em detalhe posteriormente, por dois de seus colegas da Teoria Crítica: Adorno e Horkheimer. De fato, a partir da Segunda Revolução Industrial, no século XIX, e prosseguindo no que se denomina agora *sociedade pós-industrial*, as artes foram submetidas a uma nova servidão: às regras do mercado capitalista e à ideologia da **indústria cultural**, baseada na ideia e na prática do consumo de "produtos culturais" fabricados em série. **As obras de arte são mercadorias, como tudo o que existe no capitalismo**.

Assim, perdida a aura, a arte não se democratizou, mas sim se massificou para consumo rápido no mercado da moda e nos meios de comunicação de massa, transformando-se em *coisa leve*, *entretenimento* e *diversão* para as horas de lazer.

Como escrevem Adorno e Horkheimer, hoje, a obra de arte não transcende o mundo dado. É "arte sem sonho", e por isso mesmo é sono, ou seja, adormece a criatividade, a consciência, a sensibilidade, a imaginação, o pensamento e a crítica tanto do artista como do público.

Sob o poderio de empresas capitalistas, as obras de arte críticas e radicais foram esvaziadas para se tornarem *entretenimento*. A força de conhecimento, crítica e invenção das artes ficou reduzida a algumas produções da arte erudita, enquanto o restante da produção artística transformou-se em sinal de *status* social e prestígio político para artistas e seus consumidores e em meio de controle cultural por parte dos empresários e proprietários dos meios de comunicação de massa.

Sob os efeitos da massificação da indústria e do consumo culturais, as artes correm o risco de perder algumas de suas principais características:

1. de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas;
2. de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo;
3. de experimentação do novo, tornarem-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo;
4. de duradouras, tornarem-se parte do mercado da moda, efêmero, sem passado e sem futuro;
5. de formas de conhecimento que desvendam a realidade e alcançam a verdade, tornarem-se dissimulação da realidade, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda.

Arte como espetáculo

Vimos que a arte possui intrinsecamente valor *de exposição* ou *de visibilidade*, isto é, existe para ser contemplada e fruída. É essencialmente *espetáculo*, palavra esta que vem do latim e significa 'dado à visibilidade'. **No entanto, sob o controle econômico e ideológico das empresas de produção artística, a arte se transformou em seu oposto: é um evento para tornar invisível tanto o próprio trabalho criador das obras como a realidade, mascarando-a e dissimulando-a.**

Além disso, essas empresas se apropriam de criações populares e eruditas sempre que estas começam a interessar a um público, pois este é visto como um grande consumidor em potencial. Ao fazer essa apropriação, a indústria cultural não só vai eliminando os aspectos críticos, inovadores e polêmicos das obras, mas também as transforma em moda, isto é, em algo passageiro que deve vender muito enquanto é novo e, a seguir, desaparecer sem deixar rastro.

As obras de arte e de pensamento poderiam democratizar-se com os novos meios de comunicação, pois as pessoas, em princípio, teriam acesso a elas, poderiam conhecê-las, incorporá-las em sua vida, criticá-las, e os artistas e pensadores poderiam superá-las com outras obras. No entanto, a indústria cultural separa os bens culturais pelo seu suposto valor de mercado: há obras "caras" e "raras", destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e há obras "baratas" e "comuns", destinadas à massa. Assim, a indústria cultural introduz a divisão social entre elite "culta" e massa "inculta".

Ao mesmo tempo, a indústria cultural cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais, podendo escolher livremente o que desejam, como num supermercado. No entanto, basta vermos que, pelos preços, já se selecionou de antemão o que cada grupo social pode e deve ouvir, ver ou ler. No caso dos jornais e revistas, por exemplo, a qualidade do papel, o estilo das letras e imagens, o tipo de manchete e de notícia publicada definem o consumidor e determinam o conteúdo daquilo a que ele terá acesso.

Cria-se ainda a figura do "espectador médio", do "ouvinte médio" e do "leitor médio", aos quais são atribuídas certas capacidades mentais "médias", certos conhecimentos "médios" e certos gostos "médios", oferecendo-lhes produtos culturais do mesmo nível. Que significa isso?

A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agradá-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, fazê-lo ter informações novas que o perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele já sabe, já viu, já fez. A "média" é o senso comum cristalizado que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova.

A indústria cultural define a cultura como lazer e entretenimento, diversão e distração, de modo que tudo o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho da sensibilidade, da imaginação, da inteligência, da reflexão e da crítica não tem interesse, não "vende". Massificar é, assim, banalizar a expressão artística e intelectual.

Interfoto/Latinstock

Cena de A doce vida*, de 1960, do diretor italiano Federico Fellini. No filme, um jornalista que cobre notícias de celebridades e membros da elite italiana busca sentido na vida em meio à emergente sociedade de massa.*

a filosofia nas entrelinhas

Felipe Dana/Associated Press/Glow Images

Público assiste ao show da banda Capital Inicial em festival realizado no Rio de Janeiro, em 2011. Festivais como esse são um típico produto da indústria cultural.

Esta atividade trabalha com os temas transversais Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo.

A canção "Eduardo e Mônica", composta por Renato Russo e interpretada pelo grupo Legião Urbana, conta a história de um casal de namorados em tudo diferentes. Enquanto Mônica gostava dos filmes de Godard, da poesia de Rimbaud, das músicas de Caetano Veloso e da pintura de Van Gogh, Eduardo assistia a novelas e jogava futebol de botão com seu avô.

- Com base no que vimos neste capítulo sobre arte na era da indústria cultural, faça um pequeno comentário analisando as referências culturais relacionadas às personagens Eduardo e Mônica. Você pode fazer uma análise objetiva, aproximando os gostos de cada personagem a um ou mais conceitos.

atividades

1. Em suas palavras, explique: o que o artista busca exprimir em uma obra?
2. Por que os primeiros objetos artísticos eram mágicos e os artistas, feiticeiros?
3. Por que, durante a Renascença, houve a luta pela valorização das artes mecânicas?
4. Qual é a distinção das artes segundo o critério do útil e do belo?
5. Dê um exemplo de como arte e técnica se comunicam e se relacionam na arte contemporânea.
6. Para Benjamin, como as obras de arte perdem a aura? Dê um exemplo de obra de arte aurática e contraponha-o a uma obra que perdeu sua aura, mostrando como isso ocorreu.
7. Por que e como se deu a divisão da cultura e das artes em erudita, popular e de massa?
8. Qual foi a consequência do desencantamento do mundo para as artes?
9. Para você, a indústria cultural é favorável à democratização das artes? Por quê?
10. Exponha como a massificação da cultura influi negativamente na produção e difusão das artes.

INDICAÇÃO DE FILME

Basquiat: traços de uma vida

Direção de Julian Schnabel. Estados Unidos, 1996.

O filme mostra a vertiginosa ascensão do jovem artista Jean-Michel Basquiat. Depois de uma adolescência conturbada na periferia de Nova York, Basquiat tornou-se uma estrela no mundo (e no mercado) das artes com o apoio do papa da pop art, Andy Warhol. Sua trajetória, no entanto, é precocemente interrompida pelo vício em drogas.

Miramax/Everett Collection/Keystone

O ator Jeffrey Wright no papel do artista plástico Jean-Michel Basquiat, em cena do filme Basquiat.

UNIDADE X

A ética

CAPÍTULO

26

A existência ética

Muitas vezes tomamos conhecimento de movimentos contra a desigualdade social. Ficamos sabendo que, em outros países e no Brasil, milhões de pessoas estão desempregadas e foram prejudicadas pelas crises econômicas e pela concentração da riqueza nas mãos de poucos. Sentimo-nos enganados e, por isso, ficamos indignados.

Outras vezes, movidos pela solidariedade, engajamo-nos em campanhas contra a desigualdade social, a pobreza e a corrupção. Esses sentimentos e as ações desencadeadas por eles exprimem a maneira como avaliamos nossa situação e a de nossos semelhantes. Mas como distinguimos o certo e o errado, o justo e o injusto? De onde se originam nossas ideias de bem e de mal, de vício e de virtude?

John Quigley/Spectral Q

Integrantes do movimento social Occupy se manifestam em praça em Washington, capital dos Estados Unidos, em formação que representa o lema do movimento ("Nós somos 99%"), em 2011. O grupo protesta contra os grandes conglomerados financeiros, os governos e os bancos envolvidos com a crise financeira mundial, iniciada em 2008.

Felipe Milanez/Reuters/Latinstock

O casal de extrativistas e ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assassinado em maio de 2011, em Nova Ipixuna, no Pará. As investigações da Polícia Federal apontam que o crime foi cometido a mando de fazendeiros. Foto de 2010.

Senso moral

Em muitas ocasiões, ficamos contentes e emocionados diante de uma pessoa cujas palavras e ações manifestam honestidade, honradez, espírito de justiça, altruísmo. Sentimos que há grandeza e dignidade nessa pessoa. Sentimos admiração por ela e desejamos imitá-la. **Tais emoções e sentimentos exprimem nosso senso moral, isto é, a maneira como avaliamos a conduta e a ação de outras pessoas segundo ideias como as de *mérito* e *grandeza de alma*.**

Não raras vezes somos tomados pelo horror diante da violência: chacina de seres humanos e animais, linchamentos, assassinatos brutais, estupros, genocídio e torturas. Com frequência ficamos indignados ao saber que um inocente foi injustamente acusado e condenado, enquanto o verdadeiro culpado permanece impune. **Esses sentimentos também manifestam nosso *senso moral*, ou a maneira como avaliamos as condutas alheias segundo as ideias de *justiça* e *injustiça*.**

Outras vezes convivemos com situações de extrema aflição e angústia. Por exemplo, uma pessoa querida, com uma doença terminal, está viva apenas porque seu corpo está ligado a máquinas. Inconsciente, geme no sofrimento. Não seria melhor que descansasse em paz? Podemos desligar os aparelhos? Ou não temos o direito de fazê-lo? Que fazer? Qual a ação correta?

Uma jovem descobre que está grávida. Sente que seu corpo e seu espírito ainda não estão preparados para a gravidez. Sabe que seu parceiro, mesmo que deseje apoiá-la, é tão jovem e despreparado quanto ela para enfrentar a gestação, o parto e a criação do filho. Ambos não sabem se poderão contar com o auxílio de suas famílias (se as tiverem). Se ela for apenas estudante, terá de deixar a escola para trabalhar, a fim de arcar com as despesas da criança. Sua vida e seu futuro mudarão para sempre. Se trabalha, receia perder o emprego, porque vive numa sociedade na qual muitas empresas e instituições comerciais discriminam as mulheres grávidas, sobretudo as solteiras. Ao mesmo tempo, porém, deseja a criança, embora tema dar-lhe uma vida de miséria. Pode fazer um aborto? Deve fazê-lo?

Um pai de família desempregado, com vários filhos pequenos e a esposa doente, recebe uma oferta de emprego que exige que seja desonesto e cometa irregularidades que beneficiem seu patrão. Sabe que o trabalho lhe permitirá sustentar os filhos e pagar o tratamento da esposa. Pode aceitar o emprego? Ou deve recusá-lo e ver os filhos com fome e a mulher morrendo?

Uma pessoa vê, nas portas de uma escola, um jovem vendendo droga a um outro. Essa pessoa sabe que as ações tanto do jovem traficante como do jovem consumidor são decorrentes da atividade do crime organizado, contra o qual as forças policiais parecem impotentes. Ela deve denunciar o jovem traficante, mesmo sabendo que com isso não atingirá as poderosas forças que sustentam o tráfico e que poderão voltar-se contra quem fez a denúncia? Ou deve falar com as autoridades escolares para que tomem alguma providência com relação ao jovem consumidor? De que adiantará voltar-se contra o consumo, se nada pode fazer contra a venda propriamente dita? No entanto, como poderá sentir-se em paz sabendo que há um jovem que talvez possa ser salvo de um vício que irá destruí-lo? Que fazer?

Consciência moral

Situações como essas surgem a todo momento em nossa vida. **Nossas dúvidas quanto à decisão a tomar não manifestam nosso senso moral, mas põem à prova nossa *consciência moral*, pois exigem que decidamos, por nossa conta, o que fazer, que justifiquemos para nós mesmos e para os outros as razões de nossas decisões e que assumamos todas as consequências delas.** Em outras palavras, a consciência moral não se limita aos nossos sentimentos morais, mas se refere também a avaliações de conduta que nos levam a tomar decisões por nós mesmos, a agir em conformidade com elas e a responder por elas perante os outros.

Os exemplos mencionados indicam que o *senso moral* e a *consciência moral* referem-se a valores (justiça, honradez, espírito de sacrifício, integridade, generosidade), a sentimentos provocados pelos valores (admiração, vergonha, culpa, remorso, contentamento, cólera, amor, dúvida, medo) e a decisões que trazem consequências para nós e para os outros. Embora os conteúdos dos valores variem, podemos notar que se referem a um valor mais profundo, mesmo que apenas subentendido: *o bom* ou *o bem*.

Gullane/Columbia Tristar

Nina *(2004), adaptação cinematográfica de Heitor Dhalia para o romance* Crime e castigo, *de Fiódor Dostoiévski. Sem dinheiro e sujeita a humilhações diárias por parte da mulher que lhe aluga um quarto, Nina se vê atormentada por questões morais.*

Os sentimentos e as ações, nascidos de uma opção entre o bom e o mau ou entre o bem e o mal, também se referem a algo mais profundo e subentendido: nosso desejo de afastar a dor e o sofrimento e de alcançar a felicidade, seja por ficarmos contentes conosco mesmos, seja por recebermos a aprovação dos outros. Além disso, os sentimentos e as ações morais têm como pressuposto fundamental a ideia de *liberdade* do agente.

O senso moral e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal, ao desejo de felicidade e ao exercício da liberdade. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida com outros agentes morais. O senso e a consciência morais são por isso constitutivos de nossa *existência intersubjetiva*, isto é, de nossas relações com outros sujeitos morais.

Juízo de fato e juízo de valor

Se dissermos: "Está chovendo", estaremos enunciando um acontecimento constatado por nós, e o juízo proferido é um **juízo de fato**. Se, porém, falarmos: "A chuva é boa para as plantas" ou "A chuva é bela", estaremos interpretando e avaliando o acontecimento. Nesse caso, proferimos um **juízo de valor**.

Juízos de fato são aqueles que dizem o que as coisas *são*, *como são* e *por que são*. Em nossa vida cotidiana, mas também na metafísica e nas ciências, os juízos de fato estão presentes. Diferentemente deles, os juízos de valor são avaliações sobre coisas, pessoas, situações, e são proferidos na moral, nas artes, na política, na religião.

Juízos de valor avaliam coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis. Não se contentam em dizer como algo *é*, mas se referem a que *algo deve ser*.

Dessa perspectiva, os juízos morais de valor são **normativos**, isto é, enunciam normas que dizem como devem ser os bons sentimentos, as boas intenções e as boas ações, e como devem ser as decisões e ações livres. São normas que determinam o *dever ser* de nossos sentimentos e de nossos atos. São por isso juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações segundo o critério do correto e do incorreto.

Os juízos morais de valor nos dizem o que são o bem, o mal, a liberdade, a felicidade. Os juízos morais normativos nos dizem que sentimentos, intenções, atos e comportamentos devemos ter ou fazer para agirmos livremente e para alcançarmos o bem e a felicidade. Enunciam também que atos, sentimentos, intenções e comportamentos são condenáveis ou incorretos do ponto de vista moral.

Como se pode observar, senso moral e consciência moral são inseparáveis da vida cultural, uma vez que esta define para os membros de uma cultura os valores positivos e negativos que devem respeitar e desejar ou detestar e desprezar.

Qual a origem da diferença entre juízos de fato e de valor? A diferença entre *natureza* e *cultura*. A primeira é constituída por estruturas e processos necessários, que existem em si e por si mesmos, independentemente de nós: a chuva, por exemplo, é um fenômeno meteorológico cujas causas e efeitos necessários não dependem de nós e que apenas podemos constatar e explicar.

Por sua vez, a cultura nasce da maneira como os seres humanos interpretam a si mesmos e suas relações com a natureza, alterando-a por meio do trabalho e da técnica, dando-lhe significados simbólicos e valores. Dizer que a chuva é *boa* para as plantas pressupõe a relação cultural dos humanos com a natureza por intermédio da agricultura. Considerar a chuva *bela* pressupõe uma relação valorativa dos humanos com a natureza. A chuva é natural; que seja boa ou bela é uma avaliação ou interpretação cultural.

Frequentemente, não notamos a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral porque somos educados neles e para eles, como se fossem naturais, existentes em si e por si mesmos. Para garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades tendem a *naturalizá-los*.

A naturalização da existência moral esconde, portanto, a essência da ética: o fato de ela ser criação histórico-cultural. Para reconhecermos isso, basta considerarmos a própria palavra *moral*: ela vem de uma palavra latina, *mos*, *moris*, que quer dizer 'o costume', portanto, os hábitos instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas.

Frankie Marcone/Futura Press

Ponte Newton Navarro, em Natal, capital do Rio Grande do Norte, durante dia de chuva em 2011.

Reprodução/Arquivo da editora

A chuva, *obra do artista plástico carioca Oswaldo Goeldi.*

Ética e violência

Quando acompanhamos a história das ideias éticas, desde a Antiguidade até nossos dias, podemos perceber que, em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la e controlá-la. **Diferentes formações sociais e culturais instituíram conjuntos de valores éticos como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais que pudessem garantir a segurança física e psíquica de seus membros e a conservação do grupo social.**

Evidentemente as várias culturas e sociedades não definiram nem definem a violência da mesma maneira. No entanto, malgrado as diferenças, certos aspectos da violência são percebidos da mesma maneira nas várias culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos.

Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis como a morte, a loucura, a autoagressão ou a agressão aos outros.

Quando uma cultura e uma sociedade definem o que entendem por mal, crime e vício, definem aquilo que julgam violência contra um indivíduo ou contra o grupo. Simultaneamente, erguem os valores positivos — o bem, o mérito e a virtude — como barreiras éticas contra a violência.

Em nossa cultura, a violência é entendida como **violação** da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis por que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. Também consideramos violência a **profanação** das coisas sagradas e a **discriminação** social e política e a **agressão** de pessoas por causa de suas crenças, convicções ou orientação sexual.

Nossa humanidade reside no fato de sermos racionais, dotados de vontade livre, de capacidade para a comunicação e para a vida em sociedade, para interagir com a natureza e com o tempo. Consequentemente, nossa cultura e sociedade nos definem como **sujeitos do conhecimento e da ação**, localizando a violência em tudo aquilo que reduz um sujeito à condição de objeto.

Do ponto de vista ético, somos **pessoas** e não podemos ser tratados como coisas, como seres inertes, irracionais, destituídos de linguagem e de liberdade. Os valores éticos se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de **seres humanos** ou de **sujeitos racionais** e **agentes livres**, proibindo moralmente a violência.

Ao definir e afastar formas de violência, uma cultura e uma sociedade nos fazem perceber que a moral pressupõe uma distinção fundamental: aquela entre o *permitido* e o *proibido*. A ética é normativa exatamente por isso: suas normas determinam permissões e proibições e visam impor limites e controles ao risco permanente da violência.

João Noronha/Agência Estado

Revista de passageiros em ônibus urbano no Rio de Janeiro, fotografia de João Noronha para o jornal O Estado de S. Paulo, *em 1991. Ainda hoje, é alto o registro de casos de abuso de poder por parte de autoridades policiais no Brasil.*

Os constituintes do campo ético

Para que haja conduta ética é preciso que exista o *agente consciente*, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais. ***Consciência* e *responsabilidade* são condições indispensáveis da vida ética.**

A consciência moral manifesta-se, antes de tudo, na capacidade para deliberar diante de alternativas possíveis. Tem a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins, a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo (se o estabelecido for imoral ou injusto).

A vontade é esse poder deliberativo e decisório do agente moral. Para que exerça esse poder sobre o sujeito moral, a vontade deve ser livre, isto é, não pode estar submetida à vontade de outro nem pode estar submetida aos instintos e às **paixões**, mas, ao contrário, deve ter poder sobre eles.

paixão

No dia a dia, falamos *paixão* para dizer 'amor'. Eticamente, porém, o amor é uma entre muitas paixões, pois paixão significa todo desejo, emoção ou sentimento causado em nós ou por uma força irracional interna ou pela força incontrolável de alguma coisa externa que nos domina. Alegria, tristeza, amor, ódio, medo, esperança, cólera, inveja, avareza, orgulho são paixões.

O campo ético é, assim, constituído pelos valores e pelas obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, isto é, as **virtudes**. Estas são realizadas pelo **sujeito moral**, principal constituinte da existência ética.

O agente moral

O **sujeito ético ou moral** – ou seja, a **pessoa moral** – só pode existir se for:

- *consciente de si e dos outros*, isto é, capaz de refletir e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a si;

Ser melhor

— Que adianta você me dizer que resolveu agora ser bom? — exclamou Lorde Henry, molhando seus alvos dedos em uma vasilha de cobre vermelho, cheia de água de rosas. — Você já é perfeito. Não mude, por favor.

Dorian Gray meneou a cabeça.

— Não, Harry, durante minha vida, tenho praticado atos terríveis. Não pretendo voltar a isso. Comecei ontem minhas boas ações.

— Onde estava você ontem?

— No campo, Harry, sozinho em uma pequena estalagem.

— Meu caro amigo — disse Lorde Henry, sorrindo —, todo mundo pode ser bondoso no campo. Lá não há tentações. E esta é justamente a razão pela qual as pessoas que vivem fora da cidade não são absolutamente civilizadas. A civilização não é, de maneira nenhuma, uma coisa fácil de alcançar. Há apenas duas maneiras de chegar a ela. Uma é a cultura e a outra, a corrupção. Ora, a gente do campo não tem oportunidade de travar conhecimento com qualquer das duas maneiras; por isso, fica completamente estagnada.

— A cultura e a corrupção — repetiu Dorian Gray, como um eco. — Conheci um pouco de ambas. E agora horrorizo-me ao pensar que as duas possam estar lado a lado. Tenho um novo ideal, Harry. Vou mudar. Creio até que já mudei. [...] Não falemos mais nisso e não tente mais persuadir-me de que a primeira boa ação que pratico depois de muitos anos, que o primeiro sacrifício que faço, embora pequeno, seja na verdade uma espécie de pecado. Quero ser melhor do que sou. Hei de ser melhor.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 253-255.

David Brauchli/Associated Press/Glow Images

Após ter passado 27 anos preso por combater o apartheid *(regime de segregação racial), Nelson Mandela se torna o primeiro presidente negro da África do Sul, em 1994.*

- *dotado de vontade*, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos e de capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;
- *responsável*, isto é, caso se reconheça como autor da ação e avalie os efeitos e as consequências dela sobre si e sobre os outros;
- *livre*, isto é, capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constranjam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa.

Do ponto de vista do agente ou sujeito moral, a ética faz uma exigência essencial: a diferença entre *passividade* e *atividade*. Passivo é quem se deixa governar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade.

Ao contrário, é ativo ou virtuoso aquele que controla seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, considera os outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Em uma palavra, é **autônomo**.

Os valores ou os fins éticos e os meios morais

O campo ético é constituído por dois polos internamente relacionados: o agente ou o sujeito moral e os **valores** ou os **fins éticos**. Além disso, é constituído também por outro elemento, que vai de par com os fins, isto é, os **meios morais**.

Do ponto de vista dos valores ou fins éticos, a ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas o que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime, e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito. **Independentemente do conteúdo e da forma que cada cultura dá à virtude, ela é sempre considerada algo que é o melhor como sentimento e como ação; a virtude é a *excelência*, a realização perfeita de um modo de ser, sentir e agir.** Em contrapartida, o vício é o que é o pior como sentimento e como ação; o vício é a *baixeza* dos sentimentos e das ações.

Por realizar-se como relação intersubjetiva e social, a ética não é alheia ou indiferente às condições históricas e políticas, econômicas e culturais da ação moral. Consequentemente, embora toda ética seja universal do ponto de vista da sociedade que a institui (porque seus valores são obrigatórios para todos os seus membros), está em relação com o tempo e a história. Portanto, a ética transforma-se para responder a exigências novas da sociedade e da cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo.

Quanto aos meios, muitos dizem que os valores ou fins os justificam, de modo que, para alcançar um fim legítimo, todos os meios disponíveis são válidos. No caso da ética, porém, a afirmação de que os fins justificam os meios não é aceitável.

Suponhamos uma sociedade que considere um valor e um fim moral a lealdade entre seus membros. Isso significa que a mentira, a inveja, a adulação, a má-fé, a crueldade e o medo deverão estar excluídos da vida moral; por conseguinte, ações que os empreguem como meios para alcançar o fim serão imorais. No entanto, para forçar uma pessoa à lealdade, seria possível pensar em fazê-la sentir medo da punição pela deslealdade, ou em mentir a ela de modo que não perdesse a confiança em certas pessoas e continuasse leal a elas. Nesses casos, o fim (a lealdade) não justificaria os meios (uso do medo e da mentira)? A

resposta ética é *não*. Por quê? Porque esses meios desrespeitam a consciência e a liberdade da pessoa moral, que agiria por coação externa e não por reconhecimento interior e verdadeiro do fim ético.

No caso da ética, portanto, nem todos os meios são justificáveis, mas apenas aqueles que estão de acordo com os fins da própria ação. Em outras palavras, fins éticos exigem meios éticos.

a filosofia nas entrelinhas

Divulgação/Rede Globo de Televisão

As personagens Nina (Débora Falabella) e Carminha (Adriana Esteves) em cena da novela Avenida Brasil, *de 2012.*

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Arte, além do tema transversal Ética.

Nos últimos anos, no Brasil, um fato curioso vem se verificando na relação entre as telenovelas e o público que as assiste: em algumas tramas, paradoxalmente, as pessoas torcem pelo êxito do vilão da história, mesmo que eles pratiquem os atos mais sórdidos.

- Com base neste capítulo, na noção de indústria cultural (Capítulo 25) e em seus conhecimentos de Arte, escreva um pequeno texto, respondendo às questões de modo justificado e exemplificado:
  a) Como você avalia a abordagem das novelas brasileiras com relação aos problemas morais e éticos?
  b) É possível apontar uma relação entre arte, ética e indústria cultural, com base nessas novelas?

atividades

1. Explique o que são o senso moral e a consciência moral. Dê alguns exemplos.
2. Qual é o principal pressuposto do senso moral e da consciência moral? Por quê?
3. O que é um juízo de fato e o que é um juízo de valor? Defina-os e dê novos exemplos.
4. Explique o que é a naturalização da vida moral. Por que ela acontece?
5. Apesar das diferenças culturais e históricas a respeito da violência, que definição de violência seria válida em todas as culturas?
6. Ser passivo é não agir? Justifique sua resposta e explique a diferença entre passividade e atividade.
7. Apesar das diferenças culturais, o que todas as culturas consideram que seja a virtude?

INDICAÇÃO DE FILME

Mar adentro

Direção de Alejandro Amenábar. Espanha, 2004.

O que significa a dignidade? Viver é um direito ou uma obrigação? Após viver 28 anos preso a uma cama em decorrência de um acidente que o tornou tetraplégico, Ramón Sampedro (Javier Bardem) luta pelo direito de praticar a eutanásia, isto é, de pôr fim à sua própria vida.

Sogecine/Himenoptero/Eyescreen/Album/Latinstock

Javier Bardem interpreta Ramón Sampedro no filme Mar adentro, *dirigido por Alejandro Amenábar.*

CAPÍTULO

27

A ética

Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, válida para todos os seus membros. Culturas e sociedades fortemente hierarquizadas e com diferenças muito profundas de castas ou de classes podem até mesmo ter morais distintas para cada uma delas.

No entanto, a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética. Esta pressupõe uma disciplina filosófica, uma reflexão que discute, problematiza e interpreta o significado dos valores morais, do caráter pessoal e dos costumes que neles se baseiam.

Cena do espetáculo A ópera dos três vinténs *em montagem da companhia teatral alemã Berliner Ensemble, com direção de Bob Wilson, apresentado em 2012 em São Paulo. Macheath (ao centro), chefe de um grupo de ladrões, foge da polícia escondendo-se em um prostíbulo.*

Divulgação/Berliner Ensemble

Joe Pugliese/TLC/Everett Collection/Glow Images

Kody Brown e suas quatro esposas, protagonistas do seriado estadunidense Sister Wives *('Esposas irmãs', em inglês), em foto de 2011. Muitos mórmons como eles acreditam que, por desígnio divino, todo homem pode ter mais de uma esposa (mas não o inverso). A própria instituição religiosa condenou oficialmente essa prática em 1890.*

Ética ou filosofia moral

De fato, como vimos anteriormente, os costumes são anteriores ao nosso nascimento e formam o tecido da sociedade em que vivemos, de modo que em geral acabam sendo considerados inquestionáveis e naturais, existentes por si mesmos. Mas não só isso. Para assegurar o aspecto obrigatório desses costumes, que não pode ser transgredido, muitas sociedades tendem a sacralizá-los, ou seja, as religiões os concebem ordenados pelos deuses, na origem dos tempos.

A **ética como disciplina filosófica** ou **filosofia moral** nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes. Ao nascer, ela também busca compreender o caráter de cada pessoa, isto é, as características pessoais de cada um, que determinam quais virtudes e quais vícios cada indivíduo é capaz de praticar, o que se refere, portanto, ao senso moral e à consciência moral individuais.

Podemos dizer, com base nos textos de Platão e de Aristóteles, que, no Ocidente, a ética ou filosofia moral inicia-se com Sócrates.

Sócrates, o incansável perguntador

Contam Platão e Aristóteles que, nas praças e ruas de Atenas, Sócrates perguntava às pessoas o que eram os valores pelos quais se orientavam ao agir. Ao fim, suas perguntas revelavam sempre que os atenienses respondiam sem pensar no que diziam, repetindo o que lhes fora ensinado desde a infância.

Como cada um havia interpretado à sua maneira o que aprendera, era comum que uma pergunta recebesse respostas diferentes e contraditórias. Após certo tempo de conversa, o interlocutor ou se zangava com a impertinência de Sócrates e ia embora irritado, ou reconhecia que não sabia o que imaginava saber, dispondo-se a buscar, com o filósofo, a virtude e o bem.

Sócrates embaraçava os atenienses porque os forçava a indagar não apenas qual o sentido dos **costumes** estabelecidos (os valores éticos ou morais da coletividade, transmitidos de geração em geração), mas também quais as disposições de **caráter** (características pessoais, sentimentos, atitudes, condutas individuais) que levavam alguém a respeitar ou não os valores da cidade, e por quê.

Ao indagar o que são a virtude e o bem, Sócrates realiza, na verdade, duas interrogações. **Por um lado, interroga a sociedade para saber se o que ela costuma considerar virtuoso e bom corresponde efetivamente à virtude e ao bem; por outro, interroga os indivíduos para saber se têm efetivamente consciência do significado e da finalidade de suas ações, se seu caráter ou sua índole são virtuosos e bons realmente.** A indagação ética socrática dirige-se, portanto, à sociedade e ao indivíduo.

moral e ética

Moral deriva do latim *mos*, *moris*, enquanto *ética* origina-se do grego *éthos*. Moral e ética referem-se ao conjunto de costumes de uma sociedade, considerados como valores e obrigações para seus membros. No entanto, há na língua grega outra palavra que, ao ser transliterada para o português, se escreve da mesma maneira que a palavra que significa 'costume' (*éthos*). Em grego, existem duas vogais para pronunciar e grafar a vogal e: uma breve (*epsílon*) e uma longa (*eta*). *Éthos*, escrita com a vogal longa, significa 'costume'; porém, se escrita com a vogal breve, significa 'caráter', 'índole natural', 'conjunto das disposições físicas e psíquicas de uma pessoa'.

As questões socráticas inauguram a ética como parte da filosofia porque definem o campo no qual valores e obrigações morais podem ser estabelecidos: **a consciência do agente moral**. É **sujeito moral** ou ético somente aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores éticos. Sócrates afirma que apenas o ignorante é vicioso ou incapaz de virtude, pois quem sabe o que é o bem não poderá deixar de agir virtuosamente.

Aristóteles e a práxis

Se devemos a Sócrates o início da filosofia moral, devemos a Aristóteles a distinção **entre saber teorético ou contemplativo** e **saber prático. O saber teorético é o conhecimento de seres e fatos que existem e agem independentemente de nós e sem nossa interferência, isto é, de seres e fatos naturais e divinos. O saber prático é o conhecimento daquilo que só existe como consequência de nossa ação e, portanto, depende de nós.** A ética e a política são saberes práticos. O saber prático pode ser de dois tipos: **práxis** ou **técnica**.

Na práxis, o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis, pois o agente, o que ele faz e a finalidade de sua ação são o mesmo. Assim, por exemplo, dizer a verdade é uma virtude do agente, inseparável de sua fala verdadeira e de sua finalidade, que é proferir uma verdade; não podemos distinguir o falante, a fala e o conteúdo falado.

Para Aristóteles, na práxis ética somos aquilo que fazemos e o que fazemos é a finalidade boa ou virtuosa. Ao contrário, na técnica o agente, a ação e a finalidade da ação são diferentes e estão separados, sendo independentes uns dos outros.

Um carpinteiro, por exemplo, ao fazer uma mesa, realiza uma ação técnica, mas ele próprio não é essa ação nem é a mesa produzida por ela. A técnica tem como finalidade a fabricação de alguma coisa diferente do agente (a mesa não é o carpinteiro, enquanto uma fala verdadeira é o ser do próprio falante que a diz) e da ação fabricadora (a ação técnica de fabricar a mesa implica o trabalho sobre a madeira com instrumentos apropriados, mas isso nada tem a ver com a finalidade da mesa, uma vez que o fim é determinado pelo uso e pelo usuário). Assim, a ética e a técnica são distinguidas como práticas que diferem pela relação do agente com a ação e com a finalidade da ação.

Deliberação e decisão

Também devemos a Aristóteles a definição do campo das ações éticas. Estas não só são definidas pela virtude, pelo bem e pela obrigação, mas também pertencem àquela esfera da realidade na qual cabem a *deliberação* e a *decisão* ou *escolha*.

Em outras palavras, quando o curso da realidade segue leis necessárias e universais, não há como nem por que deliberar e escolher, pois as coisas acontecerão necessariamente tais como as leis que as regem determinam que devam acontecer. Não deliberamos sobre as estações do ano, o movimento dos astros, a forma dos minerais ou dos vegetais. Não deliberamos nem decidimos sobre aquilo que é regido pela natureza, isto é, pela necessidade.

Mas deliberamos e decidimos sobre tudo aquilo que, para ser e acontecer, depende de nossa vontade e de nossa ação. Não deliberamos e não decidimos sobre o *necessário*, pois o necessário é o que é e será sempre tal como é, independentemente de nós. **Deliberamos e decidimos sobre o *possível*, sobre aquilo que pode ser ou deixar de ser, porque para ser e acontecer depende de nós, de nossa vontade e de nossa ação.**

Com isso, Aristóteles acrescenta à consciência moral, trazida por Sócrates, a *vontade guiada pela razão* como o outro elemento fundamental da vida ética.

Devemos a Aristóteles uma distinção central em todas as formulações ocidentais da ética: a diferença entre o que é por *natureza* (ou conforme à *physis*) e o que é por *vontade* (ou conforme à liberdade). O necessário é por natureza; o possível, por vontade.

A importância dada por Aristóteles à vontade racional, à deliberação e à escolha o levou a considerar uma virtude como condição de todas as outras e presente em todas elas: a *prudência* ou *sabedoria prática*. Prudente é aquele que, em todas as situações, julga e avalia qual atitude e qual ação melhor realizarão a finalidade ética, ou seja, garantirão que o agente seja virtuoso e realize o que é bom para si e para os outros.

Na obra *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, encontramos a síntese das virtudes que constituíam a excelência e a moralidade da Grécia clássica. Nessa obra distinguem-se vícios e virtudes pelo critério do *excesso*, da *falta* e da *moderação*: um vício é um sentimento ou uma conduta excessivos (temeridade, libertinagem, irascibilidade, etc.), ou, ao contrário, deficientes (covardia, insensibilidade, indiferença, etc.); uma virtude é um sentimento ou uma conduta moderados (coragem, temperança, gentileza, etc.).

Museu do Louvre, Paris/Superstock Fineart/Other Images

Minerva expulsando os vícios do Jardim da Virtude, *obra pintada por Andrea Mantegna em 1502. Minerva, deusa romana da racionalidade (Atena, na Grécia), encarna na pintura as virtudes da coragem, da magnificência e da justa indignação.*

O legado dos filósofos gregos

Se examinarmos o pensamento filosófico dos antigos, veremos que nele a ética afirma três grandes princípios da vida moral:

1. por natureza, os humanos aspiram ao bem e à felicidade, que só são alcançáveis pela conduta virtuosa;
2. a virtude é uma excelência (em grego, *aretê*) alcançada pelo caráter. É a força do caráter que consiste na consciência do bem e na conduta definida pela vontade guiada pela razão, que deve controlar instintos e impulsos presentes na natureza do ser humano;
3. a conduta ética é aquela na qual o agente sabe o que está e o que não está em seu poder realizar, referindo-se, portanto, ao que é possível e desejável para um ser humano. Saber o que está em nosso poder significa, principalmente, não se deixar arrastar pelas circunstâncias, pelos instintos ou por uma vontade alheia, mas afirmar nossa independência e nossa capacidade de autodeterminação.

O sujeito ético ou moral não se submete aos acasos da sorte, à vontade e aos desejos de outro, à tirania das paixões, mas obedece apenas à sua consciência e à sua vontade racional. A busca do bem e da felicidade é a essência da vida ética.

Os filósofos antigos (gregos e romanos) consideravam a vida ética transcorrendo como um embate contínuo entre nossos apetites e desejos – as paixões – e nossa razão. **Por natureza, somos passionais, e a tarefa primeira da ética é educar nosso caráter ou nossa natureza para seguirmos a orientação da razão.** A vontade possuía um lugar fundamental nessa educação, pois era ela que deveria ser fortalecida para permitir que a razão controlasse e dominasse as paixões.

O passional é aquele que se deixa arrastar por tudo quanto satisfaça imediatamente seus apetites e desejos, tornando-se escravo deles. Desconhecendo a moderação, acaba sendo vítima de si mesmo.

O cristianismo: interioridade e dever

Diferentemente de outras religiões da Antiguidade, o cristianismo nasce como religião de indivíduos que não se definem por seu pertencimento a uma nação ou a um Estado, mas por sua fé num único Deus. Assim, o cristianismo introduz duas diferenças primordiais na antiga concepção ética:

1. a ideia de que a virtude se define por nossa relação com Deus e não com a cidade (a *polis*) nem com os outros. Nossa relação com os outros depende da qualidade de nossa relação com Deus, único mediador entre cada indivíduo e os demais. Por isso, as principais virtudes cristãs, condições de todas as outras, são a *fé* (a relação de nossa alma com Deus) e a *caridade* (o amor aos outros e a responsabilidade pela salvação dos outros, conforme exige a fé). As

virtudes são privadas e não públicas, são relações do indivíduo com Deus e com os outros, e se baseiam na intimidade e na interioridade de cada um;

2. a afirmação de que somos dotados de livre-arbítrio e que, em decorrência do "pecado original", o impulso espontâneo de nossa liberdade dirige-se para o mal, para o pecado. Somos seres pecadores, divididos entre o bem e o mal e constituídos de natureza fraca. Por isso, o cristianismo pressupõe nossa incapacidade de realizarmos o bem e as virtudes apenas por nossa vontade.

Em suma, enquanto para os filósofos antigos a vontade consciente era uma faculdade racional capaz de dominar e controlar nossos apetites e desejos, de modo a nos tornar morais, o cristianismo considera que a própria vontade está pervertida pelo pecado, sendo preciso auxílio divino para nos tornarmos morais. Esse auxílio é trazido pela **lei divina revelada** ou pelos mandamentos diretamente ordenados por Deus aos homens, que devem ser obedecidos obrigatoriamente, sem exceção.

A ideia de dever

A concepção cristã introduz uma nova ideia na moral: a ideia do *dever*, isto é, a ideia de que a virtude é a obrigação de cumprir o que é ordenado pela lei divina.

Por meio da revelação aos profetas (Antigo Testamento) e de Jesus Cristo (Novo Testamento), Deus tornou sua vontade e sua lei manifestas aos seres humanos, definindo eternamente o bem e o mal, a virtude e o vício, a felicidade e a infelicidade, a salvação e o castigo. Para obedecer à lei divina, três virtudes são necessárias: *fé*, *esperança* e *caridade*. São as **virtudes teologais**, isto é, referidas à nossa relação com Deus.

Há, porém, virtudes que se referem à nossa força de alma, ao nosso interior. Assim como para guiar-se no espaço os humanos instituem os quatro pontos cardeais, também a lei divina define quatro **virtudes cardeais** que devem guiar nossos passos no mundo moral: *coragem*, *justiça*, *temperança* e *prudência*.

Além delas, o cristianismo define virtudes que concernem ao nosso comportamento exterior ou à nossa conduta, as **virtudes morais**: *sobriedade*, *prodigalidade*, ***trabalho***, *castidade*, *mansidão*, *modéstia* e *generosidade*. Em oposição a elas, define os principais vícios, conhecidos como os **sete pecados capitais**: *gula*, *avareza*, *preguiça*, *luxúria*, *ira* (ou *cólera*), *soberba* (ou *orgulho*) e *inveja*.

Aos humanos, cabe reconhecer a vontade e a lei de Deus, cumprindo-as obrigatoriamente, isto é, por atos de dever. Esse é o único ato que torna morais um sentimento, uma intenção, uma conduta ou uma ação.

Com a concepção do ato moral como cumprimento voluntário do dever, isto é, como obrigação de obediência voluntária às leis divinas ou aos mandamentos divinos, o cristianismo legou à filosofia moral a distinção entre três tipos fundamentais de conduta:

1. a conduta moral ou ética, que se realiza de acordo com as normas e as regras impostas pelo dever;
2. a conduta imoral ou antiética, que se realiza contrariando as normas e as regras fixadas pelo dever;
3. a conduta indiferente à moral, quando agimos em situações que não são definidas pelo bem e pelo mal, e nas quais não se impõem as normas e as regras do dever. Por exemplo, ler um livro, assistir a um filme, fazer compras semanais de alimentos, costurar uma roupa rasgada, etc.

Photo Scala, Florence/Glow Images

Uma das oito cenas do Antigo Testamento representadas em uma porta de bronze da Catedral de Hildesheim, na Alemanha, datada do século XI. Ao serem expulsos do Paraíso, Adão e Eva recebem o dever do trabalho, tornando-se encarregados de cultivar a terra e gerar e criar descendentes.

trabalho

Palavra originada de *tripaliare*, termo latino derivado de *tripalium*, instrumento de tortura constituído de três estacas, às quais o escravo era amarrado para ser chicoteado. Apesar de o trabalho ser considerado pelos cristãos uma virtude, para um grego ou romano jamais poderia fazer parte dos valores do homem livre. Como consequência da valorização cristã do trabalho, o ócio prezado pela sociedade escravista greco-romana como condição para o exercício da filosofia e da política torna-se, para os cristãos, o vício da preguiça.

A ideia de intenção

Com a ideia do dever, a moral cristã introduziu também a ideia de **intenção**. Até o cristianismo, a filosofia moral localizava a conduta ética nas *ações* e nas *atitudes visíveis* do agente moral. Essas condutas é que eram julgadas virtuosas ou viciosas.

O cristianismo, porém, é uma religião da interioridade, e afirma que a vontade e a lei divinas não estão escritas nas pedras nem nos pergaminhos, mas inscritas no coração dos seres humanos. A primeira relação ética, portanto, se estabelece entre o coração do indivíduo e Deus. Como consequência, passou-se a considerar como submetido ao julgamento ético tudo quanto, invisível aos olhos humanos, é visível ao espírito de Deus. **O dever não se refere apenas às ações visíveis mas também às *intenções invisíveis*, que passam a ser julgadas eticamente.** Eis por que um cristão, quando se confessa, obriga-se a confessar pecados cometidos por atos, palavras e intenções.

Natureza humana e dever

O cristianismo introduz a ideia do dever para oferecer um caminho seguro para nossa vontade, que, sendo livre, mas fraca, sente-se dividida entre o bem e o mal. No entanto, essa ideia cria um novo problema ético.

Se o sujeito moral é aquele que encontra em sua consciência as normas da conduta virtuosa, submetendo-se apenas ao bem e jamais a poderes externos à consciência, como falar em comportamento ético por dever? Este não seria o poder externo de uma vontade externa (Deus), que nos domina e nos impõe suas leis, forçando-nos a agir em conformidade com regras vindas de fora de nossa consciência?

Em outras palavras, se a ética exige um sujeito autônomo, a ideia de dever não introduziria a heteronomia, isto é, o domínio de nossa vontade e de nossa consciência por um poder estranho a nós?

Duas visões modernas do dever

Um dos filósofos que procurou resolver essa dificuldade foi Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII. Para ele, a consciência moral e o sentimento do dever são inatos, são "a voz da natureza" e o "dedo de Deus" em nosso coração. **Apesar do pecado do primeiro homem, conservamos em nosso coração vestígios da bondade original e por isso nascemos puros e bons, dotados de generosidade e de benevolência.** Se o dever parece ser uma imposição e uma obrigação externa, imposta por Deus aos humanos, é porque nossa bondade natural foi pervertida pela sociedade quando esta criou a propriedade privada e os interesses privados. Ao dar nascimento à razão utilitária ou à razão dos interesses, a sociedade tornou-nos egoístas, mentirosos e destrutivos.

O último tamoio, *de 1883, tela do pintor Rodolfo Amoedo. Jean-Jacques Rousseau, com a ideia de que a sociedade corrompe a bondade inata do homem, influenciou artistas e pensadores do Iluminismo e do Romantismo.*

Assim, longe de ser uma imposição externa, o dever simplesmente é o que nos força a recordar nossa boa natureza originária, que ficaria para sempre escondida sob os interesses da razão utilitária se o dever não nos fizesse recuperá-la por meio da bondade originária de nosso coração.

Outra resposta ao mesmo problema, também no final do século XVIII, foi dada por Kant. Opondo-se à "moral do coração" de Rousseau, Kant volta a afirmar o papel da razão na ética. Não existe bondade natural. Por natureza, diz Kant, somos egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis, ávidos de prazeres que nunca nos saciam e pelos quais matamos, mentimos, roubamos. É justamente por isso que precisamos do dever – trazido pela razão pura prática, inata em nós – para nos tornar seres morais.

As respostas de Rousseau e de Kant, embora diferentes, procuram resolver a mesma dificuldade: explicar por que o dever e a liberdade da consciência moral são inseparáveis e compatíveis. A solução de ambos consiste em considerar o dever como algo que nasce em nosso interior, proposto pelo coração (Rousseau) ou pela razão (Kant), desfazendo, assim, a impressão de que ele nos seria imposto por uma vontade estranha à nossa.

A *Ética* de Espinosa

Se, agora, tomarmos como referência um filósofo do século XVII, Baruch Espinosa, cuja obra principal intitula-se *Ética*, veremos o quadro das virtudes e dos vícios alterar-se profundamente.

Para Espinosa, somos seres naturalmente afetivos, isto é, nosso corpo é ininterruptamente afetado por outros (que podem conservá-lo e regenerá-lo ou enfraquecê-lo e destruí-lo) e afeta outros corpos (também podendo conservá-los, regenerá-los, enfraquecê-los ou destruí-los). Essas afecções corporais se exprimem em nossa alma na forma de afetos ou sentimentos. O afeto ou sentimento é, portanto, constitutivo de nosso corpo e de nossa alma.

Nossos afetos são naturalmente paixões, pois somos naturalmente passionais porque sofremos a ação de causas exteriores a nós. Em outras palavras, ser passional é ser passivo, deixando-se conduzir por forças exteriores ao nosso corpo e à nossa alma.

Ora, por natureza, vivemos rodeados por outros seres, mais numerosos e mais fortes do que nós, que agem sobre nós. Por isso, diz Espinosa, as paixões não são boas nem más, simplesmente são naturais. Não são vícios da natureza humana e sim a maneira como existimos recebendo e sofrendo a ação de causas externas. Uma paixão indica a força ou a fraqueza de nosso ser para existir e pensar.

Três são as paixões originais ou primitivas: *alegria*, *tristeza* e *desejo*. As demais derivam destas. Uma paixão alegre é aquela que aumenta nossa capacidade de ser e agir. Dela nascem as paixões de amor, devoção, esperança, segurança, contentamento, misericórdia, glória. Uma paixão triste é a que diminui nossa capacidade para ser e agir. Dela surgem as paixões de ódio, inveja, orgulho, arrependimento, modéstia, humildade, medo, desespero. Desejar é ser determinado a querer e fazer alguma coisa conforme sejamos movidos por paixões de alegria ou de tristeza, aumentando ou diminuindo nossa capacidade de ser e agir. Do desejo provêm paixões como a gratidão, a glória, a benevolência, a cólera, a crueldade, a vingança, a ambição, o temor, a ousadia, a luxúria, a avareza.

Da servidão passional à liberdade afetiva

Que é o vício? Não é ter paixões. É, explica Espinosa, a fraqueza para existir, agir e pensar. É deixar-se levar apenas por afetos passivos ou paixões, submetendo-se a eles, pois com isso nos deixamos governar por causas externas.

Como sucumbimos ao poderio de forças externas? Deixando-nos dominar pelas paixões tristes e pelas desejantes nascidas da tristeza. Por isso, em vez de vício, Espinosa fala em servidão humana.

De fato, somos servos quando nossas paixões determinam nossa vida e, portanto, quando não somos livres, mas vivemos sob o poder externo das coisas, que nos arrastam para onde querem. Ora, quanto mais fracos somos, mais passivos somos, e tanto mais fracos nos tornamos quanto mais paixões tristes e desejos tristes nos dominem.

Que é a virtude? Não é cumprir deveres e obrigações, mas ter força interior para passar da passividade à atividade, ou seja, de afetos passivos (as paixões) a afetos ativos (as ações éticas). A virtude é ação. Ser virtuoso ou ser livre é passar da paixão à ação, tornar-se causa ativa interna de nossa existência, de nossos atos e pensamentos.

Essa passagem é uma mudança na qualidade de nossos afetos e se dá no próprio interior das paixões; não contra elas, e sim graças a elas. De fato, as paixões e os desejos tristes nos enfraquecem e nos tornam cada vez

Nacho Doce/Reuters/Latinstock

Depois de punida com seis meses de afastamento das competições por usar estimulantes proibidos, a nadadora Fabiola Molina voltou às piscinas e conquistou uma medalha de ouro no Troféu José Finkel, em São Paulo, em 2012.

mais passivos, enquanto as paixões e os desejos alegres nos fortalecem. A vida ética se inicia quando procuramos aumentar paixões e desejos alegres e afastar paixões e desejos tristes, pois, à medida que as paixões de alegria e de desejo alegre nos fortalecem, vamos adquirindo poder sobre nós mesmos e diminuindo o poderio das forças externas.

Quando nossa razão se torna capaz de ser vivida por nós afetivamente, isto é, quando experimentamos que conhecer é mais forte do que ignorar e que o conhecimento é a força própria de nossa alma, nossa atividade racional se torna um afeto ativo, a alegria ativa.

Ora, a atividade racional não depende de causas externas, mas exclusivamente da força interna de nossa razão. **Assim, uma razão forte é alegre e uma razão alegre é forte: com ela se inicia a passagem afetiva e cognitiva que nos leva da paixão à ação, da servidão à liberdade, transformando as paixões alegres e as desejantes nascidas da alegria em atividades de que somos a causa.** A virtude é a força para ser e agir com liberdade.

Bom e mau

O bom, explica Espinosa, é aquilo que é útil para o crescimento de nosso ser; o mau, o que nos impede de alcançar algo bom para nossa existência. Seja nas paixões, seja nas ações, todos nós sempre buscamos o bom-útil e nos esforçamos para afastar o que julgamos mau-nocivo para nossa existência.

Ora, explica Espinosa, vivemos na companhia dos outros seres humanos e somos todos movidos por paixões, as quais podem tornar-nos contrários uns aos outros e inimigos uns dos outros. Dessa maneira, cada um pode tornar-se um obstáculo para que outros consigam o bom-útil que desejam. Por esse motivo, explica Espinosa, as paixões e os desejos alegres podem criar laços de concordância entre os homens, enquanto as paixões e os desejos tristes sempre os tornam inimigos.

Todavia, uma paixão é sempre instável, pois nela nosso sentimento depende de causas externas e de circunstâncias que não dependem de nós. Por esse motivo, paixões e desejos alegres podem mudar e tornar-se tristes, enfraquecer-nos e nos tornar inimigos uns dos outros.

Para resolver essa dificuldade, Espinosa propõe duas soluções: de um lado, uma sociedade política cujas instituições favoreçam a diminuição das formas de violência e fortaleçam os laços de amizade, gratidão e benevolência entre as pessoas, estabilizando suas paixões e seus desejos alegres; essa sociedade é a sociedade democrática. De outro, a vida ética como ação virtuosa.

Que significa isso?

A virtude, diz Espinosa, não é senão a realização de nossa capacidade cognitiva ou racional, e por isso nela nunca nos enganamos quanto ao que é bom-útil para nosso ser. Assim sendo, os que agem por virtude não são movidos pelo ódio, pelo medo, pela inveja, pelo orgulho e por outras paixões criadoras de inimizade e discórdia. Consequentemente, a virtude favorece e conserva a concórdia afetiva e cognitiva entre os homens.

Assim como a política democrática estabiliza paixões e desejos alegres, promovendo a concórdia social, também a vida ética promove a concórdia e a amizade entre os indivíduos. Na política democrática, a concordância baseia-se no fato de que o que é bom-útil para a sociedade também o é para seus membros; na ética, a base é dada pelo fato de que o que é bom-útil para um indivíduo, por ser algo racional e desejo alegre ou forte, não é obstáculo para o bem e a utilidade dos outros, mas favorece a virtude dos demais.

Uma concepção contemporânea da virtude

Observamos que a ética espinosana evita oferecer um quadro de virtudes e vícios, distanciando-se de Aristóteles e da moral cristã, para buscar na ideia moderna de indivíduo livre o núcleo da ação moral. Na *Ética*, Espinosa jamais fala em pecado e em dever; fala em fraqueza e em força para ser, pensar e agir.

As virtudes aristotélicas inserem-se numa sociedade que valorizava as relações sociopolíticas entre os seres humanos. As virtudes cristãs, por sua vez, exprimem ideias, costumes e valores de uma sociedade voltada para a relação dos seres humanos com Deus e com a lei divina. A virtude espinosana toma a relação do indivíduo com a natureza e a sociedade, centrando-se nas ideias de integridade individual e de força interna para relacionar-se livremente com ambas.

Um pensador contemporâneo, Alasdair MacIntyre, numa obra intitulada *Depois da virtude*, procura redefinir a ideia de virtude na sociedade contemporânea. A pluralidade e a diversificação de instituições sociais na atualidade impõem para um mesmo indivíduo uma grande variedade de condutas e comportamentos diferentes – há normas e valores na família, na escola, nos diferentes tipos de profissões e de trabalhos, nas diferentes formas políticas, etc.

Indaga MacIntyre: é possível falar em virtude no singular – *a virtude* – ou será preciso considerar que em cada esfera da existência há um tipo determinado de virtude e empregar o plural – *as virtudes*? Seja no singular, seja no plural, falar em virtude implica uma ideia geral de virtude; por isso, cabe indagar: como encontrar uma ideia de virtude que possa dar conta da multiplicidade de condutas e de modos de vida?

MacIntyre, inspirando-se em Aristóteles, concebe a virtude como práxis – portanto, como aquela ação ou conduta na qual o agente, o ato e a finalidade são inseparáveis e mesmo idênticos. Por isso, a concebe como uma qualidade humana adquirida que, em qualquer esfera de vida e atividade, nos torna capazes de alcançar um bem interno à própria prática ou à própria conduta.

MacIntyre se preocupa com o fato de que sociedades como a nossa são internamente muito diferenciadas em suas instituições sociais, cada uma delas com normas e regras de conduta próprias. Dessa maneira, o que pode ser ético na família não o será na profissão e o que é ético em ambas poderá não sê-lo na política, etc.

Nesse contexto, a unidade ética é alcançada quando somos capazes de avaliar os múltiplos bens ou valores de cada esfera de nossa existência à luz da unidade de nossa vida, isto é, de nosso desejo de uma vida coerente, inteira ou íntegra. É esse desejo de coerência de vida e de inteireza de caráter que deve orientar cada uma de nossas condutas e cada um de nossos comportamentos.

Ana Zanetti/Acervo da artista

Transeuntes, *de 2010, obra da artista plástica Ana Zanetti. O que dá unidade à vida moral das pessoas? O que há de comum em suas ações em diferentes ocasiões e instituições?*

Moral e política

diálogos *filosóficos*

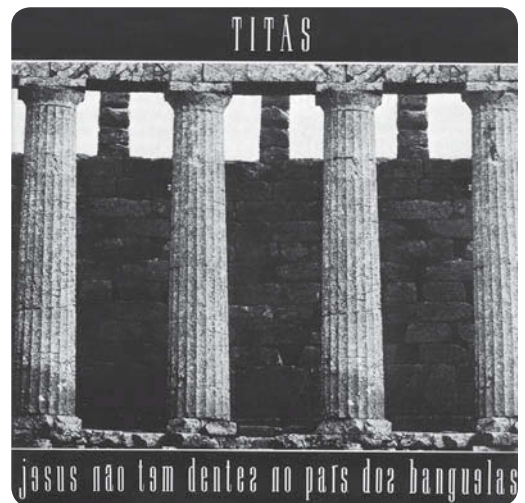
Os sujeitos ou agentes da ação política são os indivíduos concretos, reais, mas enquanto membros de um grupo social determinado (classe, partido, nação). Atuando politicamente, os indivíduos defendem os interesses comuns do grupo social respectivo nas suas relações com o Estado, com outras classes ou com outros povos. Na política, o indivíduo encarna uma função coletiva e a sua atuação diz respeito a um interesse comum. Na moral, pelo contrário, ainda que o coletivo sempre esteja presente, porque o indivíduo nunca deixa de ser um ser social, o elemento íntimo, pessoal, desempenha um papel importante; de fato, nas suas relações morais com os demais, o indivíduo age como tal, isto é, tomando decisões pessoais, interiorizando as normas gerais e assumindo uma responsabilidade pessoal. Ainda que as normas morais que regulamentam os atos do indivíduo, num sentido ou no outro, possuam um caráter coletivo e não propriamente individual, é o indivíduo que deve decidir pessoalmente – isto é, livre e conscientemente – se as cumpre ou não e assumir a respectiva responsabilidade pela decisão tomada. A atividade política ultrapassa este plano pessoal, e, embora, em última instância, sejam os indivíduos reais os que tomam parte conscientemente na política, seus atos individuais somente adquirem sentido político na medida em que se integram na ação comum ou coletiva do grupo.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 76-77.

Razão, desejo e vontade

A tradição filosófica que examinamos até aqui constitui o racionalismo ético, pois atribui à razão humana o lugar central na vida ética. Duas correntes principais formam a tradição racionalista: a *intelectualista*, que identifica razão com inteligência ou intelecto, e a *voluntarista*, que, na moral, identifica a razão com a vontade.

Ambas concordam quanto à ideia de que, por natureza, somos seres passionais, cheios de apetites, impulsos e desejos cegos, desenfreados e desmedidos, cabendo à razão (seja como inteligência, no intelectualismo, seja como vontade, no voluntarismo) estabelecer limites e controles para paixões e desejos.

Egoísmo, agressividade, avareza, busca ilimitada de prazeres corporais, sexualidade sem freios, mentira, hipocrisia, má-fé, desejo de posse (tanto de coisas como de pessoas), ambição desmedida, crueldade, medo, covardia, preguiça, ódio, impulsos assassinos, desprezo pela vida e pelos sentimentos alheios são algumas das muitas paixões que nos tornam imorais e incapazes de relações decentes e dignas com os outros e conosco mesmos. Quando cedemos a elas, somos viciosos e culpados. A ética apresenta-se, assim, como trabalho da inteligência e/ou da vontade para dominar e controlar essas paixões.

Divulgação/WEA

Capa do LP Jesus não tem dentes no país dos banguelas *(1987), do grupo Titãs, do qual faz parte "Comida". O mote "Desejo, necessidade, vontade" sintetiza o questionamento da canção sobre o que se pode considerar necessário ou desejável para o indivíduo.*

Para a **concepção intelectualista**, a vida ética ou virtuosa *depende do conhecimento*, pois é somente por ignorância que fazemos o mal e nos deixamos arrastar por impulsos e paixões contrários à virtude e ao bem. O ser humano, sendo essencialmente racional, deve fazer com que sua razão ou inteligência (o intelecto) conheça os fins e os meios morais e a diferença entre bem e

mal, de modo a conduzir a vontade no momento da deliberação e da decisão. A vida ética depende do desenvolvimento da inteligência ou razão, sem a qual a vontade não poderá atuar.

Para a concepção **voluntarista**, a vida ética ou moral *depende essencialmente da nossa vontade*, porque dela depende nosso agir e porque ela pode querer ou não querer o que a inteligência lhe ordena. Se a vontade for boa, seremos virtuosos; se for má, seremos viciosos.

A vontade boa orienta nossa inteligência no momento da escolha de uma ação, enquanto a vontade má desvia nossa razão da boa escolha. A vida ética depende da qualidade de nossa vontade e da disciplina para forçá-la rumo ao bem. O dever educa a vontade para que se torne reta e boa.

Convergências entre as duas concepções

Uma paixão coloca-nos à mercê de coisas e pessoas que desejamos possuir ou destruir. **Ambas as correntes do racionalismo ético definem a tarefa da educação moral e da conduta ética como poderio da razão para impedir-nos de perder a liberdade sob os efeitos de paixões desmedidas e incontroláveis.** Para tanto, a ética racionalista distingue necessidade, desejo e vontade.

A necessidade diz respeito a tudo quanto necessitamos para conservar nossa existência: alimentação, bebida, habitação, agasalho no frio, proteção contra as intempéries, relações sexuais para a procriação, descanso para se recuperar do cansaço, etc.

Para os seres humanos, atender às necessidades é fonte de satisfação. O desejo parte da satisfação de necessidades, mas acrescenta a elas o sentimento do prazer, dando às coisas, às pessoas e às situações novas qualidades e sentidos. No desejo, nossa imaginação busca o prazer e foge da dor pelo significado atribuído ao que é desejado ou indesejado.

A maneira como imaginamos a satisfação, o prazer que alguma coisa ou alguém nos dão transforma essa coisa ou esse alguém em objeto de desejo, o que nos leva a procurá-la(o) sempre, mesmo quando não conseguimos possuí-la(o) ou alcançá-la(o). O desejo é, pois, a busca da fruição daquilo que é desejado, porque o objeto do desejo dá sentido à nossa vida, determina nossos sentimentos e nossas ações.

Se, como os animais, temos necessidades, somente como humanos temos desejo. Por isso, muitos filósofos afirmam que a essência dos seres humanos é desejar. Somos seres “desejantes”: não apenas desejamos, mas sobretudo desejamos ser desejados por outros.

Vontade e desejo

A vontade difere do desejo por possuir três características que este não possui:

1. o ato voluntário implica um esforço para vencer obstáculos. Estes podem ser materiais (uma montanha surge no meio do caminho), físicos (fadiga, dor) ou psíquicos (desgosto, fracasso, frustração). A tenacidade e a perseverança, a resistência e a continuação do esforço são marcas da vontade, e por isso falamos em *força de vontade*;
2. o ato voluntário exige discernimento e reflexão antes de agir. A vontade pesa, compara, avalia, discute, julga e decide antes da ação;
3. a vontade refere-se ao possível, isto é, ao que se torna real ou acontece graças ao ato voluntário, no qual os fins e a previsão das consequências são levados em conta. Por isso, a vontade é inseparável da responsabilidade.

Para as duas tradições filosóficas que estamos estudando, o desejo é paixão; a vontade, decisão. O desejo nasce da imaginação. A vontade se articula à reflexão. O desejo não suporta o tempo, quer a satisfação e o prazer imediatos. A vontade, ao contrário, realiza-se no tempo; o esforço e a ponderação trabalham com a relação entre meios e fins e aceitam a demora da satisfação. Mas é o desejo que oferece à vontade os motivos interiores e os fins exteriores da ação. À vontade cabe a educação moral do desejo. Na concepção intelectualista, a inteligência orienta a vontade para que esta eduque o desejo. Na concepção voluntarista, a vontade boa tem o poder de educar o desejo, enquanto a vontade má submete-se a ele e pode, em muitos casos, pervertê-lo.

***Consciência*, *desejo* e *vontade* formam o campo da vida ética: consciência e desejo referem-se às nossas *intenções* e *motivações*; a vontade, às nossas *ações* e *finalidades*.** As primeiras dizem respeito à qualidade da atitude interior ou dos sentimentos internos ao sujeito moral; as últimas, à qualidade da atitude externa, das condutas e dos comportamentos do sujeito moral.

Para a concepção racionalista, a filosofia moral é o conhecimento das motivações e intenções (que movem interiormente o sujeito moral) e dos meios e fins da ação moral capazes de concretizar aquelas motivações e intenções.

Convém observar que Kant, embora racionalista, considera irrelevantes as motivações e intenções do sujeito, uma vez que a ética diz respeito à forma universal do ato moral, como ato livre de uma vontade racional boa que age segundo leis universais.

Ética das emoções e do desejo

O racionalismo ético não é a única concepção filosófica da moral. **Outra concepção, o *emotivismo ético*, entende que o fundamento da vida moral não é a razão, mas a emoção.** Nossos sentimentos são causas das normas e dos valores éticos. Inspirando-se em Rousseau, alguns emotivistas afirmam a bondade natural de nossos sentimentos e nossas paixões, que são, por isso, a forma e o conteúdo da existência moral como relação intrassubjetiva (de nós com nós mesmos) e interpessoal (de nós com os outros).

Outros emotivistas salientam a utilidade das emoções para nossa sobrevivência e para nossas relações com os outros, cabendo à ética orientar essa utilidade de modo a impedir a violência e garantir relações justas entre os seres humanos.

Há ainda outra concepção ética, francamente contrária à racionalista (e, por isso, muitas vezes chamada de *irracionalista*), que contesta à razão o poder e o direito de intervir sobre o desejo e as paixões, identificando a liberdade com a plena manifestação do desejante e do passional. Essa concepção encontra-se em Nietzsche e em vários filósofos contemporâneos.

Embora com variantes, ela pode ser resumida nos seguintes pontos principais, tendo como referência a obra nietzschiana *A genealogia da moral*:

- a moral racionalista foi erguida com finalidade repressora e não para garantir o exercício da liberdade;
- a moral racionalista transformou tudo o que é natural e espontâneo nos seres humanos em vício, falta, culpa, pecado. Além disso, impôs a eles, com os nomes de virtude e dever, tudo o que oprime a natureza humana;
- paixões, desejos e vontade referem-se à vida e à expansão de nossa força vital; portanto, não se referem, espontaneamente, ao bem e ao mal, pois estes são uma invenção da moral racionalista;
- a moral racionalista foi inventada pelos fracos ou ressentidos para controlar e dominar os fortes, cujos desejos, paixões e vontade afirmam a vida, mesmo na crueldade e na agressividade. Por medo da força vital dos fortes, os fracos condenaram paixões e desejos, submeteram a vontade à razão, inventaram o dever e impuseram castigos aos transgressores;
- transgredir normas e regras estabelecidas é a verdadeira expressão da liberdade e somente os fortes são capazes dessa ousadia. Para disciplinar e dobrar a vontade dos fortes, a moral racionalista, inventada pelos fracos ou ressentidos, transformou a transgressão em falta, culpa e castigo;
- a força vital se manifesta como saúde do corpo e da alma, como força da imaginação criadora. Por isso, os fortes desconhecem angústia, medo, remorso, humildade, inveja. A moral dos fracos ou ressentidos, porém, é atitude preconceituosa e covarde dos que temem a saúde e a vida, invejam os fortes e procuram, pela mortificação do corpo e pelo sacrifício do espírito, vingar-se da força vital;
- a moral dos ressentidos, baseada no medo e no ódio à vida, inventa uma outra vida, futura, eterna, incorpórea, que será dada como recompensa aos que sacrificarem seus impulsos vitais e aceitarem os valores dos fracos;
- a sociedade, governada por ressentidos hipócritas, impõe aos fortes modelos éticos que os enfraqueçam e os tornem prisioneiros dóceis da hipocrisia da moral vigente;
- é preciso manter os fortes, dizendo-lhes que o bem é tudo o que fortalece o desejo da vida e o mal é tudo o que contraria esse desejo.

Photos 12 - Cinema/Archives du 7e Art/Zentropa Entertainments/DIOMEDIA

Cena do filme Melancolia, *de Lars von Trier, de 2011. Sob a aproximação do planeta Melancolia, Justine (Kristen Dunst) revela-se perturbada por desejos que confrontam a racionalidade, enquanto sua irmã Claire (Charlotte Gainsbourg) busca manter a ordem das coisas e o equilíbrio de Justine.*

Para esses filósofos, que podemos chamar de antirracionalistas, a moral racionalista é a **moral dos escravos**, dos que renunciam à verdadeira liberdade ética. Contra essa moral, afirma-se a *moral dos senhores* ou a *ética dos melhores*, a *moral aristocrática*, fundada nos instintos vitais, nos desejos e naquilo que Nietzsche chama de *vontade de potência*. Seu modelo se encontra nos guerreiros belos e bons das sociedades antigas, baseadas na guerra, nos combates e nos jogos, nas disputas pela glória e pela fama, na busca da honra e da coragem.

Racionalismo humanista

Marx afirmava que os valores da moral vigente — liberdade, felicidade, racionalidade, respeito à subjetividade e à humanidade de cada um, etc. — eram hipócritas não em si mesmos (como julgava Nietzsche), mas porque eram irrealizáveis numa sociedade violenta como a nossa, baseada na exploração do trabalho, na desigualdade social e econômica, na exclusão de uma parte da sociedade dos direitos políticos e culturais.

A moral burguesa, dizia Marx, pretende ser um racionalismo humanista, mas as condições materiais concretas em que vive a maioria da sociedade impedem que o ser humano realize os valores éticos. Para Marx, portanto, tratava-se de mudar a sociedade para que a ética pudesse concretizar-se.

Críticas semelhantes foram feitas por pensadores socialistas, anarquistas, utópicos, para os quais o problema não se encontrava na razão como poderio dos fracos ressentidos contra os fortes, mas no modo como a sociedade está organizada. Nela, o imperativo categórico kantiano, por exemplo, não pode ser respeitado, uma vez que a organização social põe uma parte da sociedade como coisa, instrumento ou meio para a outra parte.

moral dos escravos
São exemplos de moral de escravos: a ética socrática, a moral kantiana, a moral judaico-cristã, a ética da utopia socialista, a ética democrática, em suma, toda moral que afirme que os humanos são iguais, seja por serem racionais (Sócrates, Kant), seja por serem irmãos (religião judaico-cristã), seja por terem os mesmos direitos (ética socialista e democrática).

Tuca Vieira/Folha Imagem

Propaganda punk *e anarquista na mochila de um estudante, em São Paulo. Para alguns analistas políticos, a adesão ao anarquismo reflete a crise de representação política mundial.*

Ética e psicanálise

Quando estudamos o sujeito do conhecimento, vimos que a psicanálise introduzia um conceito novo, o inconsciente, que limitava o poder soberano da razão e da consciência.

No caso da ética, a descoberta do inconsciente traz consequências graves tanto para as ideias de consciência responsável e vontade livre como para os valores morais. **De fato, *se somos* nossos impulsos e desejos inconscientes e se estes desconhecem barreiras e limites para a busca da satisfação e, sobretudo, se conseguem a satisfação burlando e enganando a consciência, como manter, por exemplo, a ideia de vontade livre que age por dever?** Se o que se passa em nossa consciência é simples efeito disfarçado de causas inconscientes escondidas, como falar em consciência responsável? Como a consciência poderia responsabilizar-se pelo que desconhece e que jamais se torna consciente?

Mais grave, porém, é a consequência para os valores morais. Em lugar de surgirem como expressão de finalidades propostas por uma vontade boa e virtuosa que deseja o bem, os valores e fins éticos surgem como regras e normas repressivas que controlam nossos desejos e impulsos inconscientes. Surgem então dois problemas éticos novos.

Em primeiro lugar, como é possível falar em autonomia moral se o dever, os valores e os fins são impostos ao sujeito por uma razão oposta ao inconsciente? A razão não seria apenas uma ficção e um poder repressivo externo, incompatível com a definição da autonomia?

Em segundo lugar, visto que os desejos inconscientes se manifestam por disfarces, como a razão poderia pretender controlá-los sob o dever e as virtudes se não tem acesso a eles?

A psicanálise mostra que somos resultado e expressão de nossa história de vida, marcada pela sexualidade insatisfeita, que busca satisfações imaginárias sem jamais poder satisfazer-se plenamente. Não somos autores nem senhores de nossa história, mas sim efeito dessa história. A psicanálise mostra-nos também que nossos atos são realizações inconscientes de motivações sexuais que desconhecemos e que repetimos vida afora.

Do ponto de vista do inconsciente, mentir, matar, roubar, seduzir, destruir, temer, ambicionar são atos simplesmente *amorais*, pois o *inconsciente desconhece valores morais*. Inúmeras vezes, comportamentos ditos imorais são realizados simplesmente como autodefesa do sujeito, que os emprega para defender sua integridade psíquica ameaçada (real ou fantasiosa). Se são atos moralmente condenáveis, podem, porém, ser psicologicamente necessários. Nesse caso, como julgá-los e condená-los moralmente?

É nesse momento que se deve considerar outra descoberta essencial da psicanálise. De fato, ela encontra duas instâncias ou faces antagônicas no inconsciente: o *id* ou *libido sexual*, que busca a satisfação, e o *superego* ou *censura moral*, interiorizada pelo sujeito, que absorve os valores de sua sociedade.

Nossa psique é um campo de batalha inconsciente entre desejos e censuras. O *id* ama o proibido; o superego quer ser amado por reprimir o *id*, imaginando-se tanto mais amado quanto mais repressor. O *id* desconhece fronteiras; o superego só conhece barreiras.

Vencedor, o *id* é violência que destrói os outros. Vencedor, o superego é violência que destrói o sujeito. Neuroses e psicoses são causadas tanto por um *id* extremamente forte e um superego fraco, quanto por um superego extremamente forte e um *id* fraco. A batalha interior só pode ser decidida em nosso proveito por uma terceira instância: a consciência.

Descobrir a existência do inconsciente não significa, portanto, esquecer a consciência e abandoná-la como algo ilusório ou inútil. Pelo contrário, a psicanálise não é somente uma teoria sobre o ser humano, mas é, antes de tudo, uma terapia para auxiliar o sujeito no autoconhecimento e um modo de evitar que ele se torne um joguete do *id* e do superego.

Rigor do superego

No caso específico da ética, a psicanálise mostrou que uma das fontes dos sofrimentos psíquicos, causa de doenças e de perturbações mentais e físicas, é o rigor excessivo do superego. Uma moralidade rígida produz um *ideal do ego* (valores e fins éticos) irrealizável, torturando psiquicamente aqueles que não conseguem alcançá-lo por terem sido educados na crença de que esse ideal seria realizável.

Quando uma sociedade reprime os desejos inconscientes de tal modo que eles não possam encontrar meios de expressão, quando essa sociedade os censura e condena de tal forma que nunca possam manifestar-se, prepara o caminho para duas alternativas igualmente distantes da ética: ou a transgressão violenta de seus valores pelos sujeitos reprimidos ou a resignação de uma coletividade neurótica, que confunde neurose e moralidade.

Em outras palavras, em lugar de ética, há violência: por um lado, violência da sociedade, que exige dos sujeitos padrões de conduta impossíveis de serem seguidos; por outro, violência dos sujeitos contra a sociedade, pois somente transgredindo e desprezando os valores estabelecidos poderão sobreviver.

Sem a repressão da sexualidade, não há sociedade nem ética, mas a excessiva repressão da sexualidade destrói, primeiro, a ética e, depois, a sociedade. O que a psicanálise propõe é uma nova moral sexual que harmonize, tanto quanto for possível, os desejos inconscientes, as formas de satisfazê-los e a vida social. Essa moral, evidentemente, só pode ser realizada pela consciência e pela vontade livre, de sorte que a psicanálise procura fortalecê-las como instâncias moderadoras do *id* e do superego.

Somos eticamente livres e responsáveis não porque podemos fazer tudo quanto queremos, nem porque queremos tudo quanto podemos fazer, mas porque aprendemos a discriminar as fronteiras entre o permitido e o proibido, tendo como critério ideal a ausência da violência interna e externa.

a filosofia nas entrelinhas

Alexandro Auler/D.A Press

Torcedores do clube de futebol Palmeiras entram em conflito com a Polícia Militar nas imediações do estádio Raulino de Oliveira, em Volta Redonda, Rio de Janeiro, antes de partida do time contra o Fluminense, em 2011.

Esta atividade trabalha com o tema transversal Ética.

Deliberamos e decidimos sobre o que depende de nossa vontade e de nossa ação. Não decidimos sobre o necessário, pois o necessário é o que é, e assim sempre será. No entanto, decidimos sobre o possível, isto é, sobre aquilo que pode ser ou deixar de ser, porque para ser e acontecer depende de nós, de nossa vontade e de nossa ação.

- A partir dessa perpectiva e com base nos conceitos estudados neste capítulo, elabore um pequeno texto que responda às seguintes questões:
  a) Uma desavença entre torcedores num estádio de futebol diz respeito à ética e à moral?
  b) Como você avalia e entende esse tipo de acontecimento?

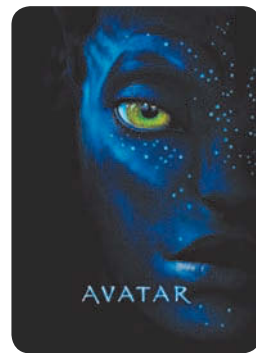
atividades

1. Quando e de que forma nasce a filosofia moral ou a disciplina filosófica denominada *ética*?
2. Como Sócrates contribuiu para o nascimento da ética?
3. Por que, segundo Aristóteles, o possível é pertinente à ética, mas o necessário não?
4. Para os filósofos da Antiguidade, qual era a função da ética?
5. Por que, para o cristianismo, nossa vontade é insuficiente para garantir a vida moral? Explique tomando como base as ideias de pecado e livre-arbítrio.
6. O que é a concepção cristã da intenção?
7. Como Rousseau procura resolver o problema da relação entre a liberdade da vontade e o dever? Explique o que é a "moral do coração".
8. De que modo Kant discorda da ética de Rousseau? Para ele, qual é o papel da razão na conduta moral?
9. Considerando a concepção de ética para Baruch Espinosa, responda:
   a) Como se dá a passagem da servidão passional à liberdade? Dê um exemplo de servidão.
   b) A ética espinosana é intelectualista ou voluntarista? Justifique.
10. Explique as diferenças entre vontade e desejo.
11. Nietzsche e Marx foram os dois principais críticos da moral vigente na sociedade em que viviam.
    a) A concepção de Nietzsche sobre a ética opõe-se à de quais filósofos cronologicamente próximos? Exponha os motivos dessa oposição. Se necessário, consulte a linha do tempo.
    b) Qual a grande divergência entre as críticas feitas por Nietzsche e Marx?
12. Por que a descoberta do inconsciente por Freud poderia comprometer a ideia da ética como exercício livre da consciência e da vontade?

INDICAÇÃO DE FILME

Avatar
Direção de James Cameron. Estados Unidos, 2009.

Jake Sully (Sam Worthington), um soldado paraplégico, recebe a missão de ir a Pandora, uma lua distante da Terra, a pedido de uma empresa de exploração mineral. Quanto mais Jake conhece o lugar e seus habitantes (os Na'vi), mais se sente dividido. Afinal, deve convencer os nativos a sair da região a ser explorada ou deve proteger Pandora e os Na'vi dos humanos invasores?

Twentieth Century-Fox Film Corporation/The Kobal Collection/Agência France-Presse

Cartaz do filme Avatar, *de 2009, dirigido por James Cameron.*

CAPÍTULO

28

A liberdade

Como é possível ser livre se nossa vida transcorre em meio à de outros indivíduos, a instituições sociais, a normas culturais, às forças da natureza? Ser livre é agir apenas conforme o que nossa vontade ou nossos desejos pedem?

A liberdade é objeto central dos estudos da ética como disciplina filosófica. Esta dedica-se a definir e a analisar os elementos que possibilitam ou impedem a liberdade. Além disso, debruça-se sobre duas grandes questões: há limites para a liberdade? Como ela pode ser conquistada integralmente por todos?

Público acompanha o Festival da Ilha de Wight, na Inglaterra, em 1969. Assim como o festival musical de Woodstock, realizado nos Estados Unidos no mesmo ano, o de Wight celebrava os ideais de liberdade, amor e paz.

David Hurn/Magnum Photos/Latinstock

A liberdade como problema

> a torneira seca
> (mas pior: a falta
> de sede)
> a luz apagada
> (mas pior: o gosto
> do escuro)
> a porta fechada
> (mas pior: a chave
> por dentro).
>
> PAES, José Paulo. *O melhor poeta da minha rua*. São Paulo: Ática, 2008.

Esse poema de José Paulo Paes traz, de forma extremamente concentrada e precisa, o núcleo da liberdade e como podemos perceber a ausência dela. O poeta lança um contraponto entre uma situação externa experimentada como um dado ou como um fato (a torneira seca, a luz apagada, a porta fechada) e a inércia resignada no interior do sujeito (a falta de sede, o gosto do escuro, a chave por dentro). O contraponto é feito pela expressão "mas pior".

O que significa ela? Que, diante da adversidade, renunciamos a enfrentá-la, fazemo-nos cúmplices dela. Porém, não é isso o pior. Pior é a renúncia à liberdade. Renunciamos à sede, que nos faria buscar abrir a torneira; renunciamos ao desejo de luz, que nos faria acender a lâmpada; renunciamos ao aberto, que nos faria girar a chave.

Dessa maneira, secura, escuridão e prisão deixam de estar fora de nós para se tornarem nós mesmos, com nossa falta de sede, nosso gosto do escuro e nossa falta de vontade de girar a chave.

Um trecho de outro poema também oferece o contraponto entre nós e o mundo:

> Mundo mundo vasto mundo,
> se eu me chamasse Raimundo
> seria uma rima, não seria uma solução.
> Mundo mundo vasto mundo,
> mais vasto é meu coração.
>
> ANDRADE, Carlos Drummond. Poema de sete faces. In: *Alguma poesia*. Belo Horizonte: Pindorama, 1930. p. 9-10.

Nesse poema, Carlos Drummond de Andrade, como José Paulo Paes, confronta-nos com a realidade exterior: o "vasto mundo" do qual somos uma pequena parcela e no qual estamos mergulhados. Todavia, o poema de Drummond difere do anterior, pois, em vez da inércia resignada, estamos agora diante da afirmação de que nosso ser é mais vasto do que o mundo. Pelo nosso coração — sentimentos e imaginação — somos maiores do que o mundo, criamos outros mundos possíveis, inventamos outra realidade. Abrimos a torneira, acendemos a luz e giramos a chave.

Embora diferentes, os dois poemas apontam para o grande tema da ética, desde que ela se tornou questão filosófica: o que está e o que não está em nosso poder? Até onde se estende o poder de nossa vontade, de nosso desejo, de nossa consciência? **Em outras palavras: até onde alcança o poder de nossa liberdade?** O que está em nosso poder e o que depende inteiramente de causas e forças exteriores?

Essa mesma interrogação, embora não explicitada nesses termos, encontra-se presente no que escreveu o poeta Vicente de Carvalho em "Velho tema":

> Só a leve esperança, em toda a vida,
> Disfarça a pena de viver, mais nada,
> Nem é mais a existência, resumida,
> Que uma grande esperança malograda.
> O eterno sonho da alma desterrada,
> Sonho que a traz ansiosa e embevecida,
> É uma hora feliz, sempre adiada
> E que não chega nunca em toda a vida.
> Essa felicidade que supomos,
> Árvore milagrosa que sonhamos
> Toda arreada de dourados pomos
> Existe, sim: mas nós não a alcançamos,
> Porque está sempre apenas onde a pomos
> E nunca a pomos onde nós estamos.
>
> CARVALHO, Vicente de. Velho tema. In: *Poemas e canções*. São Paulo: Saraiva, 1962. p. 33.

Lenise Pinheiro/Folhapress

Ensaio de Esperando Godot, *de Samuel Beckett, em montagem de Gabriel Vilela, na cidade de São Paulo, em 2006. Podemos alcançar a liberdade e a felicidade diante das contingências?*

O poeta começa dizendo que somente a esperança disfarça a dor de viver, e esse disfarce significa que a existência não é senão uma "esperança malograda", pois esperamos pela hora da felicidade e essa hora nunca chega, é sempre adiada. Mas por que nosso malogro? Por que não obtemos a felicidade?

Retomando uma imagem da mitologia grega, a árvore de frutos de ouro, inalcançável pelos mortais (e conquistada pelo semideus Hércules), o poeta estabelece um contraste entre o substantivo "pomos", frutos, e o verbo "pomos", a ação de colocar alguma coisa em algum lugar. Com isso, contrasta a "esperança malograda" de felicidade e a felicidade que "existe, sim", mas que não alcançamos porque "nunca a pomos onde nós estamos", embora esteja "sempre apenas onde a pomos".

Nossa alma fica desterrada no sonho, exilada do real, por ser incapaz de reconhecer que a felicidade não é a hora sempre adiada, situada num futuro incerto, nem uma árvore distante, posta pelos deuses em algum lugar não localizável do vasto mundo, mas sim que está em nós, em nossa "leve esperança", em nosso mais vasto coração, dependendo apenas de nós mesmos, "porque está sempre apenas onde a pomos".

Os poetas nos colocam diante de dilemas:

- *porta fechada*; *vasto mundo*; *árvore milagrosa*: a felicidade parece depender inteiramente do que se encontra fora de nós, estando longe de nosso alcance e de nosso poder;
- *chave por dentro*; *coração mais vasto do que o mundo*; *estar sempre apenas onde a pomos*: a felicidade parece depender inteiramente de nossa liberdade ou de nós mesmos.

Seja de modo pessimista (como em José Paulo Paes e Vicente de Carvalho), seja de modo otimista (como em Carlos Drummond), os três poetas nos colocam diante da liberdade como *problema*.

A liberdade como questão filosófica

Filosoficamente, a questão da liberdade se apresenta na forma de dois pares de opostos: o par *necessidade-liberdade* e o par *contingência-liberdade*.

Retomemos o que dizem os poemas.

Torneira seca; luz apagada; porta fechada: a realidade é feita de situações adversas e opressoras, contra as quais nada podemos, pois não dependem de nós e parecem seguir a necessidade das coisas naturais.

Vasto mundo: se a realidade natural segue leis causais necessárias e a cultural tem normas obrigatórias, se tanto as leis naturais quanto as culturais não dependem de nós, se o fato de sermos seres naturais e culturais não depende de nós, se somos seres naturais e culturais cuja consciência e vontade são determinadas por aquelas leis (da natureza) e normas (da cultura), como então falar em liberdade humana? A *necessidade* que rege as leis naturais e as normas culturais não seria mais vasta, maior e mais poderosa do que nossa liberdade? O que poderia estar em nosso poder?

Árvore milagrosa: se a felicidade e o bem são milagres, então são puro acaso, pura contingência. Se o mundo é um tecido de acasos felizes e infelizes, como esperar que sejamos sujeitos livres ou responsáveis, se tudo o que acontece é imprevisível, fruto de acontecimentos sem causa e sem explicação? Se tudo é *contingência*, onde colocar a liberdade?

Ricardo Moraes/Reuters/Latinstock

Mulher busca água em Bonfim da Feira, na Bahia, durante a seca que atingiu o Nordeste brasileiro em 2012. Se o curso das coisas e da vida já estivesse fixado, sem que nela se pudesse intervir, não haveria lugar para a liberdade.

O par necessidade-liberdade também pode ser formulado em termos religiosos, como fatalidade-liberdade, e em termos científicos, como determinismo-liberdade.

Necessidade é o termo empregado para se referir ao todo da realidade, existente em si e por si, que age sem nós e nos insere em sua rede de causas e efeitos, condições e consequências.

Fatalidade é o termo usado quando pensamos em forças transcendentes superiores às nossas e que nos governam, quer o queiramos, quer não.

Determinismo é o termo empregado, a partir do século XIX, para se referir às relações causais necessárias que regem a realidade conhecida e controlada pela ciência. No caso da ética, refere-se ao ser humano como objeto das ciências naturais (química e biologia) e das ciências humanas (sociologia e psicologia). Portanto, subordina-o completamente a leis e causas que condicionam seus pensamentos, sentimentos e ações, tornando a liberdade ilusória.

O par contingência-liberdade também pode ser formulado pela oposição acaso-liberdade. *Contingência* ou *acaso* significam que a realidade é imprevisível e mutável, impossibilitando deliberação e decisão racionais, definidoras da liberdade. Num mundo onde tudo acontece por acidente, somos como um frágil barquinho perdido num mar tempestuoso, levado em todas as direções, ao sabor das vagas e dos ventos.

Necessidade, *fatalidade*, *determinismo* significam que não há lugar para a liberdade, porque o curso das coisas e de nossa vida já está fixado, sem que nele possamos intervir. *Contingência e acaso* significam que não há lugar para a liberdade, porque não há curso algum das coisas e de nossa vida sobre o qual pudéssemos intervir.

Alguns exemplos

Tomemos um exemplo da necessidade oposta à liberdade.

Não escolhi nascer numa determinada época, num determinado país, numa determinada família, com um corpo determinado. As condições de meu nascimento e de minha vida fazem de mim aquilo que sou, e minhas ações, meus desejos, meus sentimentos, minhas intenções, minhas condutas resultam dessas condições, nada restando a mim senão obedecê-las. Como dizer que sou livre e responsável?

Se, por exemplo, nasci mulher, negra, numa família pobre, numa sociedade machista, racista e classista, que me discrimina sexual, racial e socialmente, que me impede o acesso à escola e a um trabalho bem-remunerado, que me proíbe a entrada em certos lugares, que me interdita amar quem não for da mesma "etnia" e classe social, como dizer que sou livre para viver, sentir, pensar e agir de uma maneira que não escolhi, mas me foi imposta?

Tomemos, agora, um exemplo de contingência oposta à liberdade.

Quando minha mãe estava grávida de mim, houve um acidente sanitário, provocando uma epidemia. Minha mãe adoeceu. Nasci com problemas de visão. Foi por acaso que a gravidez de minha mãe coincidiu com o acaso da epidemia: por acaso, ela adoeceu; por acaso, nasci com distúrbios visuais. Tendo tais distúrbios, preciso de cuidados médicos especiais.

No entanto, na época em que nasci, o governo de meu país instituiu um plano econômico de redução de empregos e privatização do serviço público de saúde. Meu pai e minha mãe ficaram desempregados e não puderam contar com o serviço de saúde para meu tratamento. Tivesse eu nascido em outra ocasião ou país, talvez pudesse ter sido curada de meus problemas visuais. Como, então, dizer que sou livre para decidir e escolher, se vivo num mundo onde tudo acontece por acaso?

Diante da *necessidade* e da *contingência*, como afirmar que "mais vasto é meu coração" — ou que a felicidade "está sempre onde a pomos"? Examinemos mais de perto os dois exemplos mencionados.

Marlene Bergamo/Folhapress

Passageiros em trem da linha que liga o bairro do Grajaú, em São Paulo, à cidade de Osasco têm suas imagens refletidas no teto do vagão lotado em horário de pico, em junho de 2009.

Na primeira situação — mulher, negra, pobre, numa sociedade machista, racista, classista — parece que nada posso fazer. A porta está fechada e a luz apagada. Porém, nada estará no poder de minha liberdade? Terei de gostar do escuro e permanecer com a porta fechada? Se a ética afirmar que a discriminação sexual, étnica e de classe é imoral (isto é, violenta), se eu tiver consciência disso, nada farei contra tal situação? Mantendo-me resignada, conformada, passiva e omissa não estarei fazendo da necessidade uma desculpa, um álibi para não agir?

Na segunda situação — epidemia, desemprego, fim dos serviços públicos de saúde — também parece que nada posso fazer. Será verdade? Não estarei transformando os acasos de meu nascimento e das condições políticas em desculpa e álibi para minha resignação? Falarei em "destino" e "má sorte" para explicar o fechamento de todos os possíveis para mim? Renunciarei à vastidão do meu coração, aceitando que a felicidade sempre será posta onde não estou?

Nos dois exemplos, podemos indagar se, afinal, para nós resta somente "a pena de viver, mais nada" ou se, como escreveu o filósofo Sartre, "o que importa não é saber o que fizeram de nós e sim o que fazemos com o que quiseram fazer conosco".

Três grandes concepções filosóficas da liberdade

Na história das ideias ocidentais, *necessidade* e *contingência* foram representadas por figuras da mitologia. A primeira, pelas três Parcas ou Moiras, representando a fatalidade, isto é, o destino inelutável de cada um de nós, do nascimento à morte.

Uma das Parcas ou Moiras era representada fiando o fio de nossa vida, enquanto a outra o tecia e a última o cortava, simbolizando a morte.

A contingência (ou o acaso) era representada pela Fortuna, mulher volúvel e caprichosa, que trazia nas mãos uma roda, fazendo-a girar de tal modo que quem estivesse no alto (a boa fortuna ou boa sorte) caísse (infortúnio ou má sorte) e quem estivesse embaixo fosse elevado.

Inconstante, incerta e cega, a roda da Fortuna era a pura sorte, boa ou má, contra a qual nada se poderia fazer, como na música de Chico Buarque: "Eis que chega a roda viva / e carrega o destino pra lá".

As teorias éticas procuraram sempre enfrentar o *duplo problema* da necessidade e da contingência, definindo o campo da liberdade possível.

Liberdade: uma condenação

Dostoievski escreveu: "Se Deus não existisse, tudo seria permitido". Aí se situa o ponto de partida do existencialismo. Com efeito, tudo é permitido se Deus não existe, fica o homem, por conseguinte, abandonado, já que não se encontra em si, nem fora de si, uma possibilidade a que se apegue. Antes de mais nada, não há desculpas para ele. Se, com efeito, a existência precede a essência, não será nunca possível referir uma explicação a uma natureza humana dada e imutável; por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Se, por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós, nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas. É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si próprio; e no entanto livre, porque uma vez lançado ao mundo é responsável por tudo quanto fizer. O existencialista não crê na força da paixão. Não pensará nunca que uma bela paixão é uma torrente devastadora que conduz fatalmente o homem a certos atos e que, por conseguinte, tal paixão é uma desculpa. Pensa, sim, que o homem é responsável por essa paixão. O existencialista não pensará também que o homem pode encontrar auxílio num sinal dado sobre a terra, e que o há de orientar; porque pensa que o homem decifra ele mesmo esse sinal como lhe aprouver. Pensa portanto que o homem, sem qualquer apoio e sem qualquer auxílio, está condenado a cada instante a inventar o homem.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. In: *Sartre*. Tradução de Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 15-16. (Os Pensadores).

As concepções de Aristóteles e de Sartre

A primeira grande teoria filosófica da liberdade é exposta por Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco* e, com variantes, permanece ao longo dos séculos. **Nessa concepção, a liberdade se *opõe* ao que é condicionado externamente (necessidade) e ao que acontece sem escolha deliberada (contingência).**

Diz Aristóteles que é livre aquele que tem em si mesmo o princípio para agir ou não agir. A liberdade é concebida como o poder pleno e incondicional da vontade para determinar a si mesma. É pensada, também, como uma capacidade que não encontra obstáculos para se realizar nem é forçada por coisa alguma para agir.

Além de distinguir entre o *necessário* e o *contingente*, Aristóteles também distingue o *contingente* do *possível*: o primeiro é o puro acaso; o segundo é o que pode acontecer desde que um ser humano delibere e decida realizar uma ação. Assim, na concepção aristotélica, a liberdade é o princípio para escolher entre *alternativas possíveis*, realizando-se como decisão e ato voluntário.

Contrariamente à necessidade e à contingência, sob as quais o agente sofre a ação de uma causa externa que o obriga a agir de determinada maneira no ato voluntário livre o agente é causa de si, isto é, causa integral de sua ação. Sem dúvida, seria possível dizer que a vontade livre é determinada pela razão ou pela inteligência; nesse caso, seria preciso admitir que não é causa de si ou incondicionada, mas que é causada pelo raciocínio ou pelo pensamento.

No entanto, como disseram os filósofos posteriores a Aristóteles, a inteligência *inclina* a vontade para certa direção, mas não a obriga nem a constrange, tanto assim que podemos agir na direção contrária à indicada pela inteligência ou razão. É por ser livre e incondicionada que a vontade pode seguir ou não os conselhos da consciência. Na tradição racionalista, a liberdade será ética quando o exercício da vontade estiver em harmonia com a direção apontada pela razão.

Em sua obra *O ser e o nada*, o filósofo francês Jean-Paul Sartre levou essa concepção ao ponto limite. Para ele, a liberdade é a *escolha incondicional que o próprio homem faz de seu ser e de seu mundo*. Quando julgamos estar sob o poder de forças externas mais poderosas do que nossa vontade, esse julgamento é uma decisão livre, pois outros homens, nas mesmas circunstâncias, não se curvaram nem se resignaram.

Em outros termos, para Sartre, conformar-se ou resignar-se é uma decisão livre, tanto quanto não se resignar nem se conformar. Quando dizemos que não podemos fazer alguma coisa porque estamos fatigados, a fadiga é uma decisão nossa, tanto assim que outra pessoa, nas mesmas circunstâncias, poderia decidir não se sentir cansada e agir. Da mesma maneira, quando dizemos estar enfraquecidos e por isso não temos força para fazer alguma coisa, a fraqueza é uma decisão nossa, pois outro poderia, nas mesmas circunstâncias, não se considerar fraco e agir.

Por isso, Sartre faz uma afirmação aparentemente paradoxal, dizendo que “estamos condenados à liberdade”. Qual o paradoxo? Identificar *liberdade* e *condenação*, isto é, dois termos incompatíveis, pois é livre quem não está condenado.

O que Sartre pretende dizer? Que, para os humanos, a liberdade é como a necessidade e a fatalidade: não podemos escapar dela. É ela que define a humanidade dos humanos, sem escapatória.

Bruce Davidson/Magnum Photos/Latinstock

A atriz Daria Halprin interpretando personagem homônima em cena do filme Deserto de almas, *de 1967, dirigido por Michelangelo Antonioni. Para Sartre, a fadiga e a fraqueza como justificativas para não reagirmos diante de um estado de opressão seriam frutos de nossa livre decisão.*

A concepção que une necessidade e liberdade

A segunda concepção da liberdade foi, inicialmente, desenvolvida no período helenístico pelo *estoicismo*. Essa concepção, modificada em vários aspectos, ressurge no século XVII com Espinosa e, no século XIX, com Hegel. Nela é conservada a ideia aristotélica de que a liberdade é a autodeterminação, assim como a ideia de que é livre aquele que age sem ser forçado nem constrangido por nada ou por ninguém e, portanto, age impulsionado espontaneamente por uma força interna ao seu próprio ser.

No entanto, diferentemente de Aristóteles e de Sartre, esses filósofos não situam a liberdade no ato de escolha realizado pela vontade individual, separada da necessidade e oposta a ela. **Eles a colocam *na atividade de cada um como parte de um todo necessário*, o qual age livremente *porque age* necessariamente.** *Necessário*, aqui, é aquilo que age apenas pela força interna de sua própria natureza.

O todo pode ser a *natureza* (no caso dos estoicos), a *substância* (no caso de Espinosa) ou o *espírito como história* (no caso de Hegel). Em qualquer dos casos, natureza, substância e espírito são a *totalidade como poder absoluto de ação*, agindo segundo seus próprios princípios. Como nada exterior obriga a natureza, a substância ou o espírito a agir, eles são livres, pois agem apenas por seu poder interno.

No entanto, visto que essa ação provém da essência ou do próprio ser do todo, sua ação não é contingente nem meramente possível, mas necessária. Em outras palavras, *é porque o todo é o que é ou possui o ser que possui que ele age da maneira como age*. Seu agir é uma necessidade livre ou uma liberdade necessária porque a necessidade não é um poder externo que obriga a liberdade a agir, mas é apenas a lei interna que a própria liberdade criou para sua própria ação.

Ou seja, essa totalidade, necessária e livre em si mesma, instaura, pela ação de sua liberdade, leis e normas necessárias para toda a realidade ou para todas as suas partes (os indivíduos constituídos por ela).

Isso significa que a liberdade não é um poder incondicionado para escolher — a natureza não escolhe, a substância não escolhe, o espírito não escolhe —, mas é o *poder do todo para agir em conformidade consigo mesmo*, sendo necessariamente o que é e fazendo necessariamente o que faz.

Como podemos observar, essa concepção não mantém a oposição entre liberdade e necessidade, mas afirma que *a necessidade é a maneira pela qual a liberdade do todo se manifesta*. Em outras palavras, a totalidade é livre porque se põe a si mesma na existência e define por si mesma as leis e as regras de sua atividade; e é necessária porque tais leis e regras exprimem necessariamente o que ela é e faz. *Liberdade não é escolher e deliberar, mas agir ou fazer alguma coisa em conformidade com a natureza do agente que, no caso, é o todo*.

O que é, então, a liberdade humana enquanto o homem é uma parte constituída pelo todo e que age no interior do todo?

São duas as respostas a essa questão:

1. a primeira (dada pelos estoicos e por Hegel) afirma que o todo é racional e que suas partes também o são, sendo livres quando *agirem em conformidade com as leis racionais do todo*, para o bem da totalidade;
2. a segunda (dada por Espinosa) afirma que as partes são de mesma essência que o todo e, portanto, são racionais e livres como ele, dotadas de força interior para agir por si mesmas, de sorte que a liberdade é *tomar parte ativa na atividade do todo*.

Tomar parte ativa significa, por um lado, conhecer as condições e causas estabelecidas pelo todo e o modo como elas determinam nossas ações, e, por outro, em virtude de tal conhecimento, não ser um joguete das condições e causas que atuam sobre nós, mas agir sobre elas também. Não somos livres para *escolher* tudo, mas o somos para *fazer* tudo quanto esteja de acordo com nosso ser e com nossa capacidade de agir, graças ao conhecimento que temos de nós mesmos e das circunstâncias.

Para os estoicos, o homem livre é aquele cuja razão conhece a necessidade natural e a necessidade de sua própria natureza e tem força para guiar e dirigir a vontade para que esta exerça um poder absoluto sobre a irracionalidade dos instintos e impulsos, isto é, sobre as paixões.

Para Espinosa, o homem livre é aquele que age como causa interna, completa e total de sua ação, decorrente do desenvolvimento espontâneo da essência racional do agente. Em outras palavras, assim como o todo age livremente pela necessidade de sua essência, o indivíduo livre age por necessidade de sua própria essência. Somos livres quando realizamos nosso ser como uma potência interna capaz de uma pluralidade simultânea de ideias, afetos e ações que decorrem apenas de nosso próprio ser. Somos livres quando o que somos, o que sentimos, o que fazemos e o que pensamos exprimem nossa força interna para existir e agir.

Para Hegel, o homem livre é uma figura que aparece na história e na cultura sob duas formas principais. Na primeira, a liberdade humana coincide com o surgimento

da cultura – ou seja, é livre o homem que não se deixa dominar pela força da natureza e que a vence, dobrando-a à sua vontade por meio do trabalho, da linguagem e das artes. Sob essa primeira forma, podemos notar que a liberdade refere-se muito mais a uma atitude da humanidade, e não do indivíduo – a uma vitória da cultura sobre a natureza.

Em sua outra forma, o homem livre como indivíduo livre aparece na história em dois momentos sucessivos. O primeiro é o do surgimento do homem cristão ou o surgimento da interioridade cristã, que descobre a consciência como consciência de si; o segundo momento, decorrente do primeiro, é o do surgimento da individualidade racional moderna ou do indivíduo como consciência de si reflexiva. Nesse momento, o indivíduo vê sua razão e sua vontade independentes da natureza ou da necessidade natural e independentes da coação de autoridades externas na definição de seu pensamento e de sua vontade.

A liberdade como possibilidade objetiva

Além das concepções anteriores, há uma terceira, que procura unir elementos das duas outras. Afirma, como a segunda, que não somos um poder incondicional de escolha entre quaisquer possíveis, mas que nossas escolhas são condicionadas pelas circunstâncias naturais, psíquicas, culturais e históricas em que vivemos. Afirma, como a primeira, que a liberdade é um ato de decisão e escolha entre vários possíveis. Todavia, não se trata da liberdade de *querer* alguma coisa, e sim (como já dizia Espinosa) de *fazer* alguma coisa. Somos livres para fazer alguma coisa quando temos o poder de fazê-la.

Essa terceira concepção da liberdade, que encontramos em pensadores marxistas (como Georg Lukács e Lucien Goldmann) e em pensadores vindos da fenomenologia e do existencialismo (como Merleau-Ponty), introduz a noção de *possibilidade objetiva*. O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também, e sobretudo, alguma coisa inscrita objetivamente no seio da própria necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido.

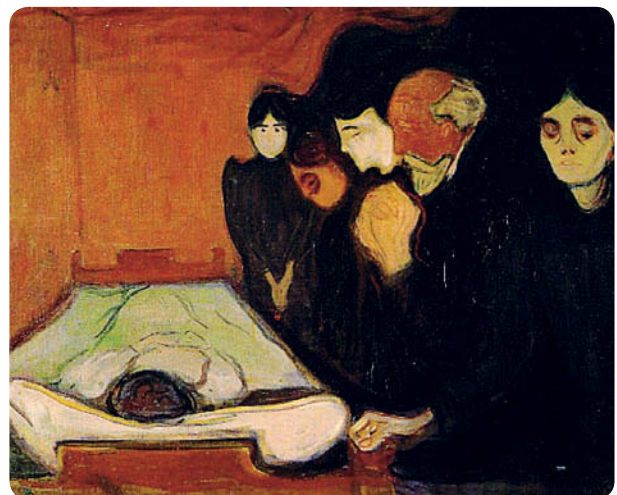
De fato, a não ser aqueles filósofos que afirmaram a liberdade como um poder absolutamente incondicional da vontade (como o fizeram, por razões diferentes, Kant e Sartre), os demais sempre levaram em conta a *tensão* entre nossa liberdade e as condições – naturais, culturais, psíquicas – que nos determinam. As discussões sobre as paixões, os interesses, as circunstâncias histórico-sociais, as condições naturais sempre estiveram presentes na ética; por isso, uma ideia como a de *possibilidade objetiva* sempre esteve pressuposta ou implícita nas teorias sobre a liberdade.

Vida e morte

Vida e morte não são, para nós, humanos, simples acontecimentos biológicos. Como disse um filósofo, as coisas aparecem e desaparecem, os animais nascem e perecem, somente o ser humano vive e morre, isto é, *existe*. **Vida e morte são *acontecimentos simbólicos*, são significações, possuem sentido e fazem sentido.**

Viver e morrer são a descoberta da finitude humana, de nossa temporalidade e de nossa identidade: uma vida é *minha* e *minha* é a morte. Esta, e somente ela, completa o que somos, dizendo o que fomos. Por isso, os filósofos estoicos propunham que somente após a morte, quando terminam as vicissitudes da vida, podemos afirmar que alguém foi feliz ou infeliz. "Quem não souber morrer bem terá vivido mal", afirmou o estoico Sêneca. Enquanto vivos, somos tempo e mudança, *estamos sendo*.

Os filósofos existencialistas disseram: *a existência precede a essência*, significando com isso que nossa essência é a síntese do todo de nossa existência.

Morrer é um ato solitário. Morre-se só: a essência da morte é a solidão. O morto parte sozinho; os vivos ficam sozinhos ao perdê-lo. Restam saudade e recordação.

No leito de morte *(1895), óleo sobre tela de Edvard Munch. Morrer é um ato solitário.*

Viver é estar com os outros. Vive-se com outrem: a essência da vida é a intercorporeidade e a intersubjetividade. Os vivos estão entrelaçados: estamos com os outros e eles estão conosco, somos para os outros e eles são para nós.

A ética é o mundo das relações intersubjetivas, isto é, entre o eu e o outro como sujeitos e pessoas, portanto, como seres conscientes, livres e responsáveis. Nenhuma experiência evidencia tanto a dimensão essencialmente intersubjetiva da vida e da vida ética quanto a do diálogo.

Porque a vida é intersubjetividade corporal e psíquica e porque a vida ética é reciprocidade entre sujeitos, tantos filósofos definiram a amizade como expressão do mais alto ideal de justiça.

Assim, Espinosa afirma que o ser humano é mais livre na companhia dos outros do que na solidão e que "somente os seres humanos livres são gratos e reconhecidos uns aos outros", pois os sujeitos livres são aqueles que "nunca agem com fraude, mas sempre de boa-fé".

a filosofia nas entrelinhas

Bianca Pyl/Repórter Brasil

Fiscais flagram costureiras bolivianas submetidas a trabalho escravo em oficinas de costura na cidade de São Paulo, em 2011.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Geografia e com o tema transversal Ética.

Reflita sobre a frase aparentemente paradoxal do filósofo Jean-Paul Sartre: "Estamos condenados à liberdade". Em seguida, com auxílio de conceitos como *necessidade* e *contingência*, escolha uma situação recente, no Brasil ou no mundo, sobre a qual você tenha tido conhecimento pela televisão, pelo rádio, pela internet, por jornais ou revistas.

- Escreva uma breve análise do caso escolhido sob a luz dos conceitos deste capítulo e da reflexão do filósofo francês. Procure relacionar a análise do fato em si com conceitos da geografia humana.

atividades

1. Como a felicidade se relaciona com a liberdade?
2. Por que a necessidade e a contingência não excluem a liberdade? Ilustre sua resposta com um exemplo.
3. O que significa autodeterminar-se na concepção aristotélica de liberdade?
4. Explique a afirmação de Sartre de que "estamos condenados à liberdade".
5. Como os estoicos e Hegel definem a liberdade humana?
6. Explique como Espinosa define a liberdade humana.
7. Como Hegel explica o surgimento histórico da figura do indivíduo livre?
8. Qual a relação entre vida ética, diálogo e amizade?

INDICAÇÃO DE FILME

Amistad

Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos, 1997.

No século XIX, enquanto o navio negreiro espanhol La Amistad transporta escravos para Cuba, Cinque (Djimon Hounsou) lidera dos porões uma rebelião contra a tripulação, tomando o controle do navio. À deriva, Cinque e os demais são capturados e presos por tropas estadunidenses. Em terra, terão de enfrentar uma luta judicial para provar que não são escravos foragidos, mas homens e mulheres livres capturados.

Archives du 7eme Art/Photo12/Agência France-Presse

Cena do filme Amistad, *dirigido por Steven Spielberg.*

UNIDADE XI

A ciência

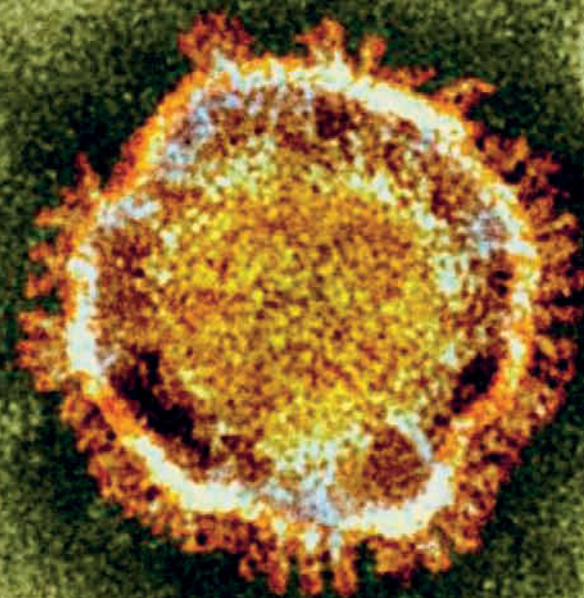
CAPÍTULO

29

A atitude científica

Para o senso comum, a atividade científica é cercada de mistérios; um mundo no qual cientistas obstinados passam madrugadas apertando botões ou misturando substâncias sem saber a que resultado chegarão.

No entanto, a ciência está muito além de ser uma mera atividade experimental restrita ao ambiente do laboratório. Ciência é uma atividade racional, metódica e sistemática cujo objetivo é alcançar o conhecimento da realidade. Mas que procedimento ela adota para afastar o ilusório ou falso e buscar o verdadeiro?

Imagem de um coronavírus, causador de graves doenças que afetam o sistema respiratório, obtida por um microscópio eletrônico e divulgada em 2013. A ciência busca alcançar o conhecimento da realidade por procedimentos racionais, metódicos e sistemáticos.

O senso comum

Nossas opiniões cotidianas

O Sol é menor do que a Terra e se move em torno dela. Quem duvidará disso se, diariamente, vemos um pequeno círculo amarelo-avermelhado percorrer o céu, indo de leste a oeste?

As cores existem em si mesmas. Quem duvidará disso se passamos a vida vendo rosas vermelhas, amarelas e brancas, o azul do céu, o verde das árvores, o alaranjado da tangerina?

Cada gênero ou espécie de animais já surgiu tal como os conhecemos. Alguém poderia imaginar um peixe se tornar um réptil ou pássaro? Em religiões como a judaica, a cristã e a islâmica, os livros sagrados não ensinam que a divindade criou de uma só vez todos os animais, num só dia?

A família é uma realidade criada pela natureza para garantir a sobrevivência humana e para atender à afetividade natural dos humanos, que sentem a necessidade de viver juntos. Quem duvidará disso, se vemos, no mundo inteiro, no passado e no presente, a família existindo e sendo a célula primeira da sociedade?

A "raça" é uma realidade natural ou biológica produzida pela diferença dos climas, da alimentação, da geografia e da reprodução sexual. Quem duvidará disso, se vemos que os africanos são negros, os asiáticos são amarelos de olhos puxados, os índios são vermelhos e os europeus, brancos?

Certezas como essas formam nossa vida e o senso comum de nossa sociedade, transmitido de geração para geração. Este, muitas vezes, ao se transformar em crença religiosa, torna-se uma doutrina inquestionável.

Retomemos nossos exemplos.

A astronomia demonstra que o Sol é muitas vezes maior do que a Terra e, desde Copérnico, que é a Terra que se move em torno do Sol.

A óptica demonstra que as cores são ondas luminosas, obtidas pela refração e reflexão ou decomposição da luz branca.

A biologia demonstra que os gêneros e as espécies de animais se formaram lentamente, no curso de milhões de anos, a partir de modificações de microrganismos extremamente simples.

Historiadores e antropólogos mostram que o que entendemos por família (pai, mãe, filhos; esposa, marido, irmãos) é uma instituição social recente — data do século XV — e própria da Europa ocidental, não existindo na Antiguidade nem nas sociedades africanas, asiáticas e americanas pré-colombianas. Mostram também que não é um fato natural, mas uma criação resultante de condições históricas determinadas.

Sociólogos e antropólogos mostram que a ideia de "**raça**" também é recente — data do século XVIII —, sendo usada por pensadores que procuravam uma explicação para as diferenças físicas e culturais entre os europeus e os povos que estes conheceram a partir do século XIV, com as viagens de Marco Polo, e do século XV, com as Grandes Navegações.

Ao que parece, há uma grande diferença entre nossas certezas cotidianas e o conhecimento científico. Como e por que essa diferença existe?

Características do senso comum

Um breve exame de nossos saberes cotidianos e do senso comum de nossa sociedade revela que eles têm algumas características que lhes são próprias:

- são subjetivos, isto é, exprimem sentimentos e opiniões individuais e de grupos, variando de acordo com as condições em que esses indivíduos ou grupos vivem. Assim, por exemplo, se eu for artista, verei a beleza de uma árvore; se eu for marceneiro, a qualidade de sua madeira; se estiver passeando sob o sol, a sombra para descansar; se for boia-fria, os frutos que devo colher para ganhar o meu dia. Se eu for hinduísta, uma vaca será sagrada para mim; se for dono de um frigorífico, estarei interessado na qualidade e na quantidade de carne que poderei vender;

raça

A antropologia contemporânea rejeita o emprego do termo *raça* para significar 'etnia' por entender que a proximidade cultural (língua, religião, hábitos, maneiras de agir) é mais relevante do que o aspecto hereditário — embora, para alguns autores, a etnia tenha uma base biológica.

- por serem subjetivos, levam a uma avaliação qualitativa das coisas conforme os efeitos que produzem em nossos órgãos dos sentidos ou conforme os desejos que despertam em nós e o tipo de finalidade ou de uso que lhes atribuímos. Ou seja, as coisas são julgadas por nós como grandes ou pequenas, doces ou azedas, pesadas ou leves, novas ou velhas, belas ou feias, quentes ou frias, úteis ou inúteis, desejáveis ou indesejáveis, coloridas ou sem cor, com sabor, odor, próximas ou distantes, etc.;
- agrupam ou distinguem as coisas e os fatos conforme nos pareçam semelhantes ou diferentes. É assim, por exemplo, que julgamos serem fatos diferentes um corpo que cai e uma pena que flutua no ar;
- são individualizadores, isto é, cada coisa ou cada fato nos aparece como um indivíduo distinto de outros por ter qualidades que nos afetam de maneira diferente: a seda é macia, a pedra é rugosa, o algodão é suave, o mel é doce, o fogo é quente, o mármore é frio, a madeira é dura, etc.;
- por outro lado, também são generalizadores, pois tendem a reunir numa só opinião ou numa só ideia coisas e fatos julgados semelhantes: falamos dos animais, das plantas, dos seres humanos, dos astros, dos gatos, das mulheres, das crianças, das esculturas, das pinturas, das bebidas, dos remédios, etc.;
- em decorrência das generalizações, tendem a estabelecer relações de causa e efeito entre as coisas ou entre os fatos: "onde há fumaça há fogo"; "quem tudo quer tudo perde"; "dize-me com quem andas e te direi quem és"; a posição dos astros determina o destino das pessoas; mulher menstruada não deve tomar banho frio; ingerir sal quando se tem tontura é bom para a pressão; mulher assanhada quer ser estuprada; menino de rua é delinquente, etc.;
- não se surpreendem nem se admiram com a regularidade, constância, repetição e diferença das coisas, mas, ao contrário, a admiração e o espanto se dirigem para o que é imaginado como único, extraordinário, maravilhoso ou miraculoso. Justamente por isso, em nossa sociedade, a propaganda e a moda estão sempre inventando o "extraordinário", o "nunca visto";
- por não compreenderem o que seja investigação científica, tendem a vê-la quase como magia, considerando que ambas — magia e investigação científica — lidam com o misterioso, o oculto, o incompreensível. Essa imagem da ciência como magia aparece, por exemplo, no cinema, quando os filmes mostram os laboratórios científicos repletos de objetos incompreensíveis, com luzes que acendem e apagam, tubos de onde saem fumaças coloridas, exatamente como são mostradas as cavernas ocultas dos magos;
- costumam projetar nas coisas ou no mundo sentimentos de angústia e de medo diante do desconhecido. Assim, por exemplo, durante a Idade Média, as pessoas viam o demônio em toda parte; hoje, enxergam discos voadores no espaço;
- por serem subjetivos, generalizadores e expressarem sentimentos de medo, angústia e incompreensão quanto ao trabalho científico, nossas certezas cotidianas e o senso comum de nossa sociedade ou de nosso grupo social cristalizam-se em preconceitos. Com eles, passamos a interpretar toda a realidade que nos cerca e todos os acontecimentos.

Ian Gavan/Getty Images

Vênus (no alto) e Júpiter (ao centro, junto à Lua) visíveis a olho nu no céu de Londres, Inglaterra, em 2012. Embora nossa percepção enxergue Vênus maior do que Júpiter, sabemos, graças a uma ciência (a astronomia), que o segundo planeta é maior e está mais afastado que o primeiro.

A atitude científica

Características gerais da atitude científica

O que distingue a atitude científica da atitude costumeira ou do senso comum? Antes de mais nada, a ciência *desconfia* da veracidade de nossas certezas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. **Por isso, onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê *problemas* e *obstáculos*, aparências que precisam ser explicadas e, em certos casos, afastadas.**

Em quase todos os aspectos podemos dizer que o conhecimento científico opõe-se ponto por ponto às características do senso comum:

- é objetivo, pois procura as estruturas universais e necessárias das coisas investigadas;
- é quantitativo, ou seja, busca medidas, padrões, critérios de comparação e de avaliação para coisas que parecem diferentes. Assim, por exemplo, as diferenças de cor são explicadas por diferenças de um mesmo padrão ou critério de medida: o comprimento de onda luminosa; as diferenças de intensidade dos sons, pelo comprimento de onda sonora; etc.;
- é homogêneo, isto é, busca as leis gerais de funcionamento dos fenômenos, que são as mesmas para fatos que nos parecem diferentes. Por exemplo, a lei universal da gravitação demonstra que a queda de uma pedra e a flutuação de uma pluma são movimentos que obedecem à mesma lei no interior do campo gravitacional;
- é generalizador, pois reúne individualidades sob as mesmas leis, os mesmos padrões ou critérios de medida, mostrando que têm a mesma estrutura, embora sejam sensorialmente percebidas como diferentes. Assim, por exemplo, a química mostra que a enorme variedade de corpos decorre das inúmeras combinações de um pequeno número de elementos que compõem os corpos complexos;
- é diferenciador, pois não reúne nem generaliza por semelhanças aparentes, mas distingue entre os que parecem iguais, desde que obedeçam a estruturas diferentes. Vejamos um exemplo. O antropólogo francês Lévi-Strauss mostrou que, embora possamos traduzir a palavra *queijo* para o francês *fromage* e para o inglês *cheese*, essas três palavras não têm o mesmo sentido porque não é a mesma coisa que se entende por queijo em cada uma dessas três sociedades, nem o queijo apresenta as mesmas características nas três. Um francês e um inglês não concebem que se coma queijo com goiabada; já o brasileiro vai antes pensar no queijo como algo salgado do que como algo picante. Ou seja, as palavras não têm o mesmo sentido porque se referem a estruturas alimentares diferentes;
- só estabelece relações causais depois de investigar a natureza ou estrutura do fato estudado e suas relações com outros semelhantes ou diferentes. Assim, por exemplo, um corpo não cai porque é pesado, mas o peso de um corpo depende do campo gravitacional onde se encontra — é por isso que, quando a velocidade de uma nave espacial contrabalança ou supera a força da gravidade terrestre, todos os corpos em seu interior flutuam, independentemente da massa ou do tamanho; um corpo tem certa cor não porque é colorido, mas porque reflete a luz de uma determinada maneira, etc.;

Charles D. Winters/Photoresearchers/Latinstock

Diferentemente da maioria das substâncias, a água aumenta de volume ao passar para o estado sólido. A ciência busca explicações racionais e verdadeiras para o que o senso comum acreditaria ser fantástico.

- surpreende-se com a regularidade, a constância, a frequência, a repetição e a diferença das coisas e procura mostrar que o maravilhoso, o extraordinário ou o "milagroso" são simplesmente um caso particular do que é regular, normal, frequente. Um eclipse, um terremoto, um furacão, a erupção de um vulcão, embora excepcionais, obedecem às leis da física. A ciência procura, assim, apresentar explicações racionais, claras, simples e verdadeiras para os fatos, opondo-se ao espetacular, ao mágico e ao fantástico;

- distingue-se da magia. A magia admite uma simpatia secreta entre coisas diferentes, que agem umas sobre outras por meio de qualidades ocultas. Além disso, considera o psiquismo humano uma força capaz de ligar-se a psiquismos superiores (planetários, astrais, angélicos, demoníacos) para provocar efeitos inesperados nas coisas e nas pessoas. A atitude científica, ao contrário, opera um desencantamento ou desenfeitiçamento do mundo, mostrando que nele não agem forças secretas, mas causas e relações racionais que podem ser conhecidas por todos;
- afirma que, pelo conhecimento, o homem pode libertar-se do medo e das superstições, deixando de projetá-los no mundo e nos outros;
- procura renovar-se e modificar-se continuamente, evitando a transformação das teorias em doutrinas e destas em preconceitos sociais. O fato científico resulta de um trabalho paciente e lento de investigação e de pesquisa racional, aberto a mudanças, não sendo nem um mistério incompreensível nem uma doutrina geral sobre o mundo.

A investigação científica

Os fatos ou objetos científicos não são dados empíricos espontâneos de nossa experiência cotidiana, mas são *construídos* pelo trabalho da investigação científica. **Esta é um conjunto de atividades intelectuais, experimentais e *técnicas*, realizadas com base em *métodos* que permitem e garantem que a principal marca da ciência seja o *rigor*.** A investigação científica se caracteriza por:

- separar os elementos subjetivos e objetivos de um fenômeno;
- construir o fenômeno como um objeto do conhecimento, controlável, verificável, interpretável e capaz de ser retificado ou corrigido por novas elaborações;
- demonstrar e provar os resultados obtidos durante a investigação, graças ao rigor das relações definidas entre os fatos estudados. A demonstração deve ser feita não só para verificar a validade dos resultados obtidos, mas também para prever racionalmente novos fatos como efeitos dos já estudados;

Marcos Santos/USP Imagens

Pesquisadora em laboratório do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), em 2012. A ciência é um conhecimento demonstrativo, que permite ao homem transformar o mundo.

diálogos *filosóficos*

O mistério e a ciência

A ciência é uma forma sistematicamente organizada do pensamento objetivo. [...] Da magia — considerada um conjunto de práticas destinado a aproveitar os poderes sobrenaturais —, a ciência teria conservado uma aparência de mistério e gravidade ritual, traço que ainda hoje surpreende a maioria dos espíritos. Do feiticeiro ao cientista há apenas um pequeno passo, fácil de transpor, quando considerados os "milagres" da ciência moderna. Quanto mais escapam aos nossos sentidos as forças naturais das quais ela se aproveita (ondas hertzianas, eletricidade, emissões eletrônicas), mais parece ela realizar os sonhos dos mágicos. [...] A ciência, entretanto, apenas poderá ser magia aos olhos de espectadores, pois é apenas se libertando da magia que a ciência propriamente dita pode desenvolver-se.

GRANGER, Gilles-Gaston. *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo: Melhoramentos, 1955. p. 75.

- relacionar com outros fatos um fato isolado, integrando-o numa explicação racional unificada. Somente essa integração transforma o fenômeno em objeto científico, isto é, em fato explicado por uma teoria;
- formular uma teoria geral sobre o conjunto dos fenômenos observados e dos fatos investigados. Isto é, formular um conjunto sistemático de conceitos que expliquem e interpretem as causas e os efeitos, as relações de dependência, identidade e diferença entre todos os objetos que constituem o campo investigado.

Por isso, no livro *Lógica e filosofia das ciências*, o filósofo das ciências Gilles-Gaston Granger nos diz que "o verdadeiro significado da ciência, que a distingue de toda outra forma de nossa atividade civilizada, é o de ser um *método de pensamento e de ação*".

Delimitar ou definir os fatos a investigar, separando-os de outros semelhantes ou diferentes; estabelecer os procedimentos metodológicos para observação, experimentação e verificação dos fatos; construir instrumentos técnicos e condições de laboratório específicas para a pesquisa; elaborar um conjunto sistemático de conceitos que formem a teoria geral dos fenômenos estudados, que controlem e guiem o andamento da pesquisa, além de ampliá-la com novas investigações, e permitam a previsão de fatos novos com base nos já conhecidos: esses são os pré-requisitos para a constituição de uma ciência e as exigências da própria ciência.

A ciência distingue-se do senso comum porque este é uma opinião baseada em hábitos, preconceitos, tradições cristalizadas, enquanto a primeira baseia-se em pesquisas, investigações metódicas e sistemáticas e teorias necessariamente coerentes e verdadeiras. A ciência é *conhecimento* que resulta de um trabalho racional.

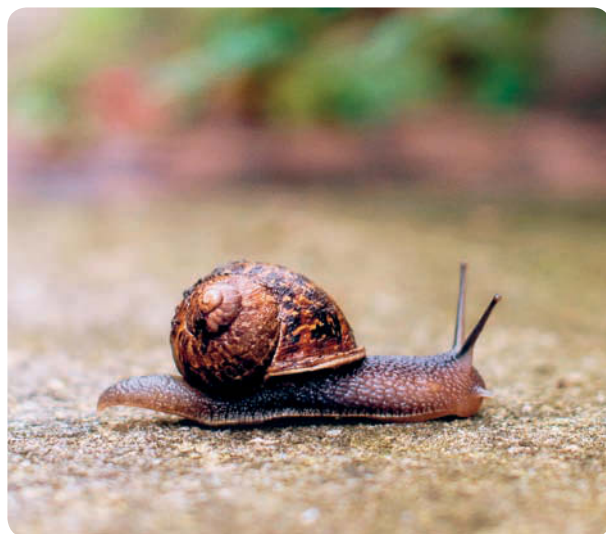
Que tipo de conhecimento é esse?

Vem de Aristóteles a primeira grande definição do conhecimento científico: a ciência é um conhecimento das causas e pelas causas, isto é, um *conhecimento demonstrativo*.

E vem do final do Renascimento e do início da filosofia moderna, com Francis Bacon, Galileu e Descartes, a ideia de que a ciência é também um *conhecimento eficaz*. Ou seja, a ciência seria capaz de permitir ao homem não só conhecer o mundo, mas também dominá-lo e transformá-lo.

Como o trabalho científico é sistemático, uma teoria científica é um sistema ordenado e coerente de proposições ou enunciados que se baseiam em um pequeno número de princípios, cuja finalidade é descrever, explicar e prever do modo mais completo possível um conjunto de fenômenos. Ao oferecer leis necessárias, a teoria científica permite que fatos aparentemente muito diferentes sejam compreendidos como semelhantes e submetidos às mesmas leis; e vice-versa, permite compreender por que fatos aparentemente semelhantes são diferentes e submetidos a leis diferentes.

Tobias Friedrich/F1 Online/Glow Images

Michelle McMahon/Flickr RF/Getty Images

À esquerda, uma lula em fotografia submarina noturna feita em 2011 nas Filipinas; à direita, caracol em jardim na Inglaterra, em 2011. Apesar de essas espécies parecerem muito distintas e de viverem em meios diferentes, a ciência as classifica no filo dos moluscos por haver descoberto neles características em comum, como o fato de serem invertebradas e terem corpo mole.

a filosofia nas entrelinhas

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Física e História, e com os temas transversais Saúde, Meio Ambiente e Ética.

As diferenças entre as explicações dadas pelo senso comum e as dadas pela ciência estão presentes em diversas situações. Tomando como exemplo para esse comparativo o modo de funcionamento de uma geladeira, responda às seguintes questões:

1. Contraponha a explicação para o funcionamento de uma geladeira dada pelo senso comum à dada pela termodinâmica. Exponha como os elementos que caracterizam a investigação científica estão presentes na segunda explicação.

2. Em sua opinião, seria possível chegar ao advento da geladeira com base no conhecimento do senso comum? Por quê? Em sua resposta, considere o contexto da Segunda Revolução Industrial, na transição do século XIX para o XX.

3. As geladeiras se disseminaram pelos lares dos países desenvolvidos nos anos 1930. Porém, nos anos 1970, novas pesquisas científicas descobriram que o CFC (clorofluorocarboneto), utilizado nesses aparelhos até então, era danoso para a camada de ozônio. Atualmente, todas as geladeiras fabricadas devem utilizar substâncias que não agridam a camada de ozônio. Escreva um breve comentário sobre como as descobertas científicas se somam ou se contrapõem ao longo do tempo. A ciência é infalível?

Toshifumi Kitamura/Agência France-Presse

Trabalhadores em linha de montagem de geladeiras em Ohira, no Japão, em 2009.

atividades

1. Dê novos exemplos de certezas do senso comum e mostre como as ciências as refutam.
2. Quais as principais características dos saberes do senso comum? Escolha três e explique-as.
3. Que postura da ciência está na base de suas diferenças com o senso comum? Escolha três das principais características do conhecimento científico em oposição ao senso comum e explique-as.
4. Explique por que em nossa sociedade, segundo o texto estudado, a ciência tende a ser tomada como magia. Qual o equívoco dessa visão?
5. Que papel Aristóteles atribui à ciência quando a denomina como conhecimento demonstrativo?
6. A filosofia moderna considera a ciência um conhecimento eficaz. Usando a linha do tempo e o índice remissivo, localize no livro conceitos de autores dessa época que se inspirem nessa ideia.
7. Explique quais os pré-requisitos para a constituição de uma ciência.

INDICAÇÃO DE FILME

Kenoma

Direção de Eliane Caffé.

Brasil, 1998.

O pano de fundo do filme é o sonho de criar o moto-perpétuo, uma máquina capaz de funcionar sem combustível, realimentando sua energia e seus movimentos eternamente. Esse ideal se materializa na personagem Lineu (José Dumont), empregado de Gerônimo (Jonas Bloch) em um moinho, que por mais de vinte anos transforma sua existência numa infinita sucessão de tentativas e fracassos para conseguir seu objetivo.

João Quaresma/Folhapress

Cena do filme Kenoma*, de Eliane Caffé.*

CAPÍTULO

30

A ciência na história

Historicamente, três têm sido as principais concepções de ciência: a *racionalista*, cujo modelo de objetividade é a matemática; a *empirista*, que toma o modelo de objetividade da medicina grega e da história natural do século XVII; e a *construtivista*, cujo modelo de objetividade advém da ideia de razão como conhecimento aproximativo, isto é, sujeito a correções. Cronologicamente, o ideal construtivista é posterior aos demais e constitui-se como uma resposta a eles.

A perspectiva sobre dois outros aspectos da ciência passou por mudanças ao longo do tempo, em especial nos séculos XVII e XVIII, em um primeiro momento, e no século XX, em um segundo. Um desses aspectos é a finalidade mesma da ciência: de instrumento para conhecer e intervir na natureza, ela se torna a ferramenta do homem para dominá-la.

O outro aspecto diz respeito à natureza da construção do conhecimento científico: este deveria ser considerado histórico, cumulativo, em constante evolução, ou seria marcado por descontinuidades e rupturas que o redefiniriam e estabeleceriam condições distintas?

A lição de anatomia do Dr. Tulp *(1632), óleo sobre tela de Rembrandt (1606-1669).*

As três principais concepções de ciência

As várias concepções de ciência não são sucessivas, isto é, podem coexistir numa mesma época, ainda que uma delas prevaleça sobre as outras como a mais aceita ou praticada. Assim, por exemplo, Galileu, criador da física moderna, é um racionalista contemporâneo do empirista Boyle, um dos criadores da química moderna.

A **concepção racionalista** — que se estende de Platão até o final do século XVII — afirma que a ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a matemática. Portanto, seria capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados, sem deixar nenhuma dúvida.

Uma ciência é a unidade sistemática de axiomas, postulados e definições e de demonstrações. Enquanto os três primeiros determinam a natureza e as propriedades do objeto investigado, as demonstrações provam as relações de causalidade que regem esse objeto.

O objeto científico é uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas representadas, e corresponde à própria realidade, porque esta é racional e inteligível em si mesma. As experiências científicas são realizadas apenas para verificar e confirmar as demonstrações teóricas, e não para produzir o conhecimento do objeto, pois este é conhecido exclusivamente pelo pensamento. O objeto científico é matemático, porque a realidade tem uma estrutura matemática, ou, como disse Galileu, "o grande livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos".

A **concepção empirista** vai da medicina grega e do pensamento de Aristóteles até o final do século XIX. Ela afirma que a ciência é uma interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções e que, ao término, oferecem a definição do objeto, suas propriedades e suas leis de funcionamento. A teoria científica resulta das observações e dos experimentos, de modo que a experiência não tem simplesmente a função de verificar e confirmar conceitos, mas a de produzi-los. Eis por que, nesta concepção, sempre houve grande cuidado para estabelecer métodos experimentais rigorosos, pois deles dependia a formulação da teoria e a definição da objetividade investigada.

Essas duas concepções de cientificidade tinham o mesmo pressuposto, embora o realizassem de maneiras diferentes. Ambas consideravam que a teoria científica era uma explicação e uma representação verdadeira da própria realidade, tal como esta é em si mesma. A ciência era uma espécie de raio X da realidade.

A concepção racionalista era *hipotético-dedutiva*, isto é, definia o objeto e suas leis e disso deduzia propriedades, efeitos posteriores, previsões. A concepção empirista era *hipotético-indutiva*, isto é, apresentava suposições sobre o objeto, realizava observações e experimentos, e chegava à definição dos fatos, às suas leis, às suas propriedades, aos seus efeitos posteriores e a previsões.

A **concepção construtivista** — iniciada no século XX — considera a ciência uma construção de modelos explicativos para a realidade, e não uma representação desta. O cientista combina dois procedimentos — um vindo do racionalismo, outro vindo do empirismo — e a eles acrescenta um terceiro, vindo da ideia de conhecimento aproximativo e corrigível.

Como o racionalista, o cientista construtivista exige que o método lhe permita estabelecer axiomas, postulados, definições e deduções sobre o objeto científico. Como o empirista, o construtivista exige que a experimentação guie e modifique axiomas, postulados, definições e demonstrações. No entanto, porque considera o objeto uma construção lógico-intelectual e uma construção experimental feita em laboratório, o cientista não espera que seu trabalho apresente a realidade em si mesma. Em vez disso, espera que seu trabalho ofereça estruturas e modelos de funcionamento da realidade, explicando os fenômenos observados. Não espera, portanto, apresentar uma verdade absoluta, e sim uma verdade aproximada que pode ser corrigida, modificada, abandonada por outra mais adequada aos fenômenos. São três as exigências de seu ideal de cientificidade:

1. que haja coerência (isto é, que não haja contradições) entre os princípios que orientam a teoria;

2. que os modelos dos objetos (ou estruturas dos fenômenos) sejam construídos com base na observação e na experimentação;
3. que os resultados obtidos possam alterar não só os modelos construídos, mas também os próprios princípios da teoria, corrigindo-a.

Diferenças entre a ciência antiga e a clássica ou moderna

Quando apresentamos os ideais de cientificidade, dissemos que tanto o ideal racionalista como o empirista se iniciaram com os gregos. Isso, porém, não significa que a concepção antiga e a clássica ou moderna (século XVII) de ciência sejam idênticas.

Entre as várias diferenças, devemos mencionar uma, talvez a mais profunda: a ciência antiga era uma ciência *teorética*, ou seja, apenas contemplava os seres naturais, sem jamais imaginar intervir neles ou sobre eles por meios técnicos; já a ciência clássica visa não só ao conhecimento teórico, mas sobretudo à aplicação prática ou técnica. Francis Bacon dizia que "saber é poder", e Descartes escreveu que "a ciência deve tornar-nos senhores da natureza".

A ciência clássica ou moderna nasce vinculada à ideia de *intervir na natureza*, de conhecê-la não apenas para contemplar a verdade, mas para apropriar-se da natureza, para controlá-la e dominá-la. Numa sociedade em que o capitalismo está surgindo e, para acumular capital, deve ampliar a capacidade do trabalho humano para modificar e explorar a natureza, a nova ciência será inseparável da técnica.

Na verdade, é mais correto falar em "tecnologia" do que em "técnica". A técnica é um conhecimento empírico que, graças à observação, elabora um conjunto de receitas e práticas para agir sobre as coisas. A tecnologia, porém, é um saber teórico que se aplica na prática.

Por exemplo, um relógio de sol é um objeto técnico que serve para marcar horas seguindo o movimento solar no céu. Um cronômetro, porém, é um objeto tecnológico: por um lado, sua construção pressupõe conhecimentos teóricos sobre as leis do movimento (as leis do pêndulo) e, por outro, seu uso altera a percepção empírica e comum dos objetos, pois serve para medir aquilo que nossa percepção não consegue alcançar. Uma lente de aumento é um objeto técnico, mas o telescópio e o microscópio são objetos tecnológicos, pois sua construção pressupõe o conhecimento das leis científicas definidas pela óptica. Em outras palavras, um objeto é tecnológico quando sua construção pressupõe um saber científico e quando seu uso interfere nos resultados das pesquisas científicas (por exemplo, o uso do telescópio modifica a astronomia e o do microscópio, a biologia). A ciência moderna tornou-se inseparável da tecnologia.

As mudanças científicas

Vimos até aqui duas grandes mudanças na ciência. A primeira delas se refere à passagem do racionalismo e do empirismo ao construtivismo. De um ideal de cientificidade que se baseia na ideia da ciência como uma *representação* da realidade tal como ela é em si mesma, passou-se a um ideal de cientificidade que se baseia na ideia de que o objeto científico é um *modelo* construído e não uma representação do real; uma aproximação sobre o modo de funcionamento da realidade, mas não o conhecimento absoluto dela. A segunda mudança refere-se à passagem da ciência antiga à ciência clássica ou moderna. Por que houve tais mudanças no pensamento científico?

Durante certo tempo, julgou-se que a ciência (como a sociedade) evolui e progride. Evolução e progresso são duas ideias muito recentes — datam dos séculos XVIII e XIX —, mas muito aceitas pelas pessoas. Basta ver o lema da bandeira brasileira para perceber como as pessoas acham natural falar em "Ordem e Progresso".

Andy Cross/The Denver Post/Getty Images

Mãe e filho assistem a material multimídia em templo da Igreja da Cientologia em Denver, Estados Unidos, em 2012. Criada em 1952 por um escritor de ficção científica, essa religião alega embasar-se em fatos científicos e procura mostrar que seus métodos empregam procedimentos científicos com a finalidade de libertar a alma.

As noções de evolução e de progresso partem da suposição de que o tempo é uma linha contínua e homogênea (como a imagem do rio, que vimos ao estudar o tempo na metafísica). O tempo seria uma sucessão contínua de momentos, períodos, épocas, que iriam se somando uns aos outros, acumulando-se de tal modo que o que acontece depois é o resultado melhorado do que aconteceu antes. Contínuo e cumulativo, o tempo traria um aperfeiçoamento de todos os seres (naturais e humanos).

Evolução e progresso são a crença na superioridade do presente em relação ao passado e do futuro em relação ao presente. Assim, a física galilaico-newtoniana seria superior à aristotélica, e a física quântica seria superior à de Galileu e à de Newton. Pelo mesmo raciocínio, os europeus civilizados seriam, por sua *evolução* tecnológica, superiores aos africanos e aos índios, que teriam ficado "parados" num tempo arcaico não evoluído.

Evolução e progresso também supõem o tempo como uma série linear de momentos ligados por relações de causa e efeito, em que o passado é causa e o presente, efeito, vindo a tornar-se causa do futuro. Vemos essa ideia aparecer quando, por exemplo, livros de história apresentam as "influências" que um acontecimento anterior teria tido sobre outro, posterior.

Evoluir e progredir pressupõem uma concepção da história semelhante à que a biologia apresenta quando fala em germe, semente, larva ou, atualmente, gene. O germe, a semente, a larva ou o gene são entes que contêm em si mesmos tudo o que lhes acontecerá, ou seja, a história de um ser nada mais é do que o desenvolver pleno daquilo que ele já era potencialmente.

Essa ideia encontra-se presente, por exemplo, na distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Quando digo que um país é ou está desenvolvido, digo que sei que alcançou a finalidade à qual estava destinado desde que surgiu. Quando digo que um país é ou está subdesenvolvido, estou dizendo que a finalidade — que é a mesma para ele e para o desenvolvido — ainda não foi, mas deverá ser alcançada em algum momento. Não por acaso, as expressões "desenvolvido" e "subdesenvolvido" foram usadas para substituir duas outras, tidas como ofensivas e agressivas: países "adiantados" e países "atrasados", isto é, países "evoluídos" e "não evoluídos", países "com progresso" e "sem progresso".

Em resumo, evolução e progresso pressupõem continuidade temporal, acumulação causal dos acontecimentos, superioridade do futuro e do presente com relação ao passado, existência de uma finalidade a ser alcançada. Supunha-se que as mudanças científicas indicavam evolução ou progresso dos conhecimentos humanos.

Desmentindo a evolução e o progresso científicos

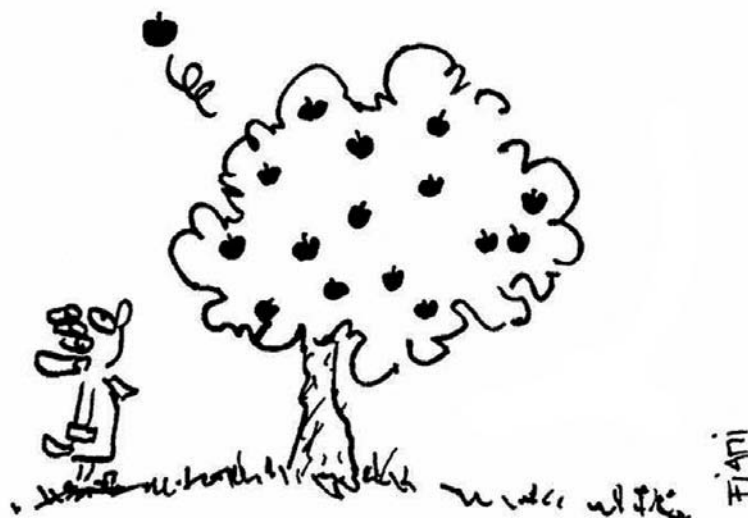
A filosofia das ciências, estudando as mudanças científicas, impôs um desmentido às ideias de evolução e progresso (bem como às de atraso e regressão). O que a filosofia das ciências compreendeu foi que as elaborações científicas e os ideais de cientificidade são *diferentes* e *descontínuos*.

Quando, por exemplo, comparamos a geometria clássica ou euclidiana (que opera com o espaço plano) e a geometria contemporânea ou topológica (que opera com o espaço tridimensional), vemos que não se trata de duas etapas ou de duas fases sucessivas da mesma ciência geométrica, e sim de duas geometrias diferentes, com princípios, conceitos, objetos, demonstrações completamente diferentes. Não houve evolução e progresso de uma para outra, pois são duas geometrias diversas, e não geometrias sucessivas.

Quando comparamos as físicas de Aristóteles, Galileu-Newton e Einstein, não estamos diante de uma mesma física, que teria evoluído ou progredido, mas diante de três físicas diferentes, baseadas em princípios, conceitos, demonstrações, experimentações e, no caso das duas últimas, em tecnologias completamente diferentes. Em cada uma delas, a ideia de natureza é diferente; em cada uma delas, os métodos empregados são diferentes; em cada uma delas, o que se deseja conhecer é diferente. E o mesmo pode ser dito de todas as ciências.

Verificou-se, portanto, uma descontinuidade e uma diferença temporal entre as teorias científicas como consequência não de uma forma mais evoluída, mais progressiva ou melhor de fazer ciência, mas como resultado de diferentes maneiras de conhecer e construir os objetos científicos, de elaborar os métodos e inventar tecnologias. O filósofo Gaston Bachelard criou a expressão *ruptura* ***epistemológica*** para explicar essa descontinuidade no conhecimento científico.

epistemologia

A palavra *epistemologia* é composta de dois termos gregos: *episteme*, que significa 'ciência', e *logia*, vinda de *logos*, que significa 'conhecimento'. Epistemologia é o conhecimento filosófico sobre as ciências.

"Isaac Newton e a antimaçã." Esta charge do suíço Fiami brinca com a ideia de que a lei da natureza é necessária e universal.

Rupturas epistemológicas

Um cientista ou um grupo de cientistas começam a estudar um fenômeno empregando teorias, métodos e tecnologias disponíveis em seu campo de trabalho. Pouco a pouco, descobrem que os conceitos, os procedimentos, os instrumentos existentes não explicam o que estão observando nem levam aos resultados que estão buscando. Encontram, diz Bachelard, um *obstáculo epistemológico*.

Para superar o obstáculo epistemológico, o cientista ou o grupo de cientistas precisam ter a coragem de dizer "não". Precisam dizer "não" à teoria, aos métodos e às tecnologias existentes, realizando a **ruptura epistemológica**. Esta conduz à elaboração de novas teorias, métodos e tecnologias, que afetam todo o campo de conhecimentos existentes. Assim, uma nova concepção científica emerge, levando tanto a incorporar nela os conhecimentos anteriores quanto a afastá-los inteiramente. Isso significa que, para Bachelard, a história das mudanças científicas é feita de *descontinuidades* (novas teorias, novos modelos, novas tecnologias que rompem com os antigos), mas também comporta *continuidades*, quando se considera que o novo foi suscitado pelo antigo e que parte deste é incorporada por aquele.

Da mesma maneira, Granger propõe que distingamos entre dois tipos de descontinuidades científicas: uma *externa* e outra *interna*.

A descontinuidade é externa quando há um hiato radical entre uma situação científica caótica, em que os conhecimentos estão dispersos e são inverificáveis, e o surgimento de uma disciplina científica cujos conceitos, métodos e técnicas conseguem "pôr ordem no caos". Essa disciplina ordenadora, rigorosa e sistemática não muda a ciência anterior, apenas a reorganiza.

A descontinuidade é interna quando, mantida uma visão objetiva de um campo de fatos, teorias diferentes se sucedem no interior desse campo. No livro *A ciência e as ciências*, examinando a decisão de Einstein de tomar não a gravidade (proposta por Newton), e sim a velocidade da luz como critério para a descrição dos fenômenos na física, Granger escreve:

> Tomando o exemplo da mecânica, vemos que a mecânica da relatividade restrita está em ruptura com a mecânica newtoniana clássica, e isso não apenas em pontos isolados. O referencial do espaço e do tempo, que serve, digamos, de pano de fundo para uma mecânica, é fundamentalmente modificado, com os procedimentos de medida dos espaços e dos tempos passando a depender, então, do movimento relativo do observador e do observado. A velocidade da propagação do fenômeno luminoso torna-se, em compensação, uma constante universal absoluta. Todas as demais modificações do sentido operatório dos conceitos físicos decorrem dessa mudança do quadro da descrição dos fenômenos.
>
> GRANGER, Gilles Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994. p. 105.

Quando há descontinuidade interna, não há, porém, ruptura total. Para Granger, como é mantida a mesma visão objetiva de um campo de fatos, a teoria anterior é incorporada como um caso particular (às vezes até diminuto) da nova teoria, considerada universal. **Há descontinuidade, mas não há destruição da teoria anterior.**

Revoluções científicas

Diversamente de Bachelard e Granger, o filósofo da ciência Thomas Kuhn considera que a história da ciência é feita de descontinuidades e de rupturas radicais. Kuhn designa os momentos de ruptura e de criação de novas teorias com a expressão *revolução científica*. Assim, temos, por exemplo, na astronomia, a revolução copernicana, que substituiu a explicação geocêntrica de Ptolomeu pela heliocêntrica de Copérnico.

Segundo Kuhn, um campo científico é criado quando métodos, tecnologias, formas de observação e experimentação, conceitos e demonstrações formam um todo sistemático, uma teoria única que permite o conhecimento de inúmeros fenômenos. A teoria se torna um modelo de conhecimento ou um *paradigma científico*. O paradigma se torna o campo no qual uma ciência trabalha normalmente, sem crises.

Kuhn usa a expressão *ciência normal* para referir-se ao trabalho científico no interior de um paradigma estabelecido, isto é, que segue as normas postas pelo paradigma. Em tempos normais, um cientista, diante de um fato ou de um fenômeno ainda não estudado, o explica usando o modelo ou o paradigma científico existente. Em contraposição à *ciência normal*, ocorre a *revolução científica*. Uma revolução científica acontece quando o cientista descobre que o paradigma disponível não consegue explicar um fenômeno ou um fato novo, sendo necessário produzir um novo paradigma, cuja necessidade não era sentida antes pelos investigadores. **Numa revolução científica, não só se descobrem novos fenômenos e se abandonam conhecimentos antigos, mas há uma mudança profunda na maneira de o cientista ver o mundo, como se passasse a trabalhar num mundo completamente diferente.**

A ciência, portanto, não caminha numa via linear contínua e progressiva, mas por saltos ou revoluções. Assim, quando a ideia de próton-elétron-nêutron entra na física, a de vírus entra na biologia, a de enzima entra na química ou a de fonema entra na linguística, os paradigmas existentes são incapazes de alcançar, compreender e explicar esses objetos ou fenômenos, exigindo a criação de novos modelos científicos.

diálogos *filosóficos*

Ciência, técnica, economia e lucro

Começou a brotar uma ideia nas últimas décadas do século XX, mesmo que ela tenha uma origem mais remota: a de uma espaçonave, a Terra, nau em que navega a humanidade. Essa espaçonave é impulsionada hoje em dia por quatro motores: ciência, técnica, economia e lucro, e esses motores não estão sob controle. Não me insiro num pensamento binário e não estou dizendo que a ciência é nefasta, pelo contrário, mas digo sim que ela desenvolveu poderes de destruição inéditos e descontrolados. O desenvolvimento tecnoeconômico atual produz a degradação da biosfera, que, por sua vez, causa a degradação da civilização humana. Dito de outra maneira, a espaçonave segue para catástrofes sem que ninguém possa controlá-la.

Tudo isso evidencia as ambivalências e as complexidades dessa dupla planetarização. Não poderia a Europa produzir novos antídotos a partir de sua cultura, a partir de uma política de diálogo e de simbiose, de uma política de civilização que promoveria qualidades da vida, e não apenas o quantitativo, que interromperia a corrida pela hegemonia? Não poderia a Europa voltar às raízes do humanismo planetário que no passado ela própria forjou? Não poderia ela reinventar o humanismo?

MORIN, Edgar. *Cultura e barbárie na Europa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 70.

Por que, então, temos a ilusão de progresso e de evolução? Por dois motivos principais:

1. do lado do cientista, porque este sente que sabe mais e melhor do que antes, já que o paradigma anterior não lhe permitia conhecer certos objetos ou fenômenos. Como trabalhava com uma tradição científica e a abandonou, sente que o passado estava errado, era inferior ao presente aberto por seu novo trabalho. Não é o cientista, mas o filósofo da ciência que percebe a ruptura e a descontinuidade e, portanto, a diferença temporal. Do lado do cientista, o progresso é uma vivência subjetiva;
2. do lado dos não cientistas, porque vivemos sob a ideologia do progresso e da evolução, do "novo" e do "fantástico". Os resultados tecnológicos das ciências – naves espaciais, computadores, satélites, fornos de micro-ondas, telefones celulares, cura de doenças antes julgadas incuráveis, objetos plásticos descartáveis – são apresentados pelos governos, pelas empresas e pela propaganda como "signos do progresso", e não da diferença temporal. Do lado dos não cientistas, o progresso é uma crença ideológica.

Há, porém, uma razão mais profunda para nossa crença no progresso. Desde a Antiguidade, conhecer sempre foi considerado o meio mais precioso e eficaz para combater o medo, a superstição e as crendices. Ora, no caso da modernidade, o vínculo entre ciência e aplicação prática dos conhecimentos (tecnologias) fez surgirem objetos que não só facilitaram a vida humana (meios de transporte, de iluminação, de comunicação, de cultivo do solo, etc.), como aumentaram a esperança de vida (remédios, cirurgias, etc.). Do ponto de vista dos resultados práticos, sentimos que estamos em melhores condições do que os antigos e, por isso, falamos em evolução e progresso.

Entretanto, Kuhn (como também Bachelard e Granger) não recusa totalmente a ideia de um progresso científico. Julga que não se pode aceitar a velha ideia do progresso em que se supunha que, com o passar do tempo e o acúmulo de conhecimentos, a ciência se aproximava cada vez mais da verdade. **Porém, acredita que se pode falar em progresso toda vez que um novo paradigma ou uma nova teoria se mostram capazes de resolver um maior número de problemas do que os anteriores e de fazer mais e melhores previsões do que eles.**

Erik Abel/Scanpix Sweden/Reuters/Latinstock

Vazamento de petróleo na costa sudoeste da Suécia, em 2011, que afetou milhares de pássaros e peixes. A propaganda, os governos e as empresas alimentam a ideologia do progresso e da evolução como inerentemente positivos.

Classificação das ciências

Ciência, no singular, refere-se a um modo e a um ideal de conhecimento que examinamos até aqui. *Ciências*, no plural, refere-se às diferentes maneiras de realização do ideal de cientificidade segundo os diferentes fatos investigados e os diferentes métodos e tecnologias empregados.

A primeira classificação sistemática das ciências de que temos notícia foi a de Aristóteles, à qual já nos referimos no início deste livro. O filósofo grego empregou três critérios para classificar os saberes:

- critério da *ausência ou presença da ação humana nos seres investigados*, levando à distinção entre as *ciências teoréticas* (conhecimento dos seres que existem e agem independentemente da ação humana) e *ciências práticas* (conhecimento de tudo quanto existe como efeito das ações humanas);
- critério da *imutabilidade ou permanência* e da *mutabilidade ou movimento dos seres investigados*, levando à distinção entre *metafísica* (estudo do Ser enquanto Ser, fora de qualquer mudança), *física ou ciências da natureza* (estudo dos seres constituídos por matéria e forma e submetidos à mudança ou ao movimento) e *matemática* (estudo dos seres dotados apenas de forma, sem matéria, imutáveis, mas existindo nos seres naturais e conhecidos por abstração);
- critério da *modalidade prática*, levando à distinção entre *ciências que estudam a práxis* (a ação ética, política e econômica, que tem o próprio agente como fim) e as *técnicas* (a fabricação de objetos artificiais ou a ação que tem como fim produzir um objeto diferente do agente).

Com pequenas variações, essa classificação foi mantida até o século XVII, quando então os conhecimentos se separaram em *filosóficos*, *científicos* e *técnicos*. Após esse período, a filosofia tende a desaparecer nas classificações científicas (é um saber diferente do científico), assim como delas desaparecem as técnicas.

Das inúmeras classificações propostas, as mais conhecidas e utilizadas foram feitas por filósofos franceses e alemães do século XIX, baseando-se em três critérios: *tipo de objeto estudado, tipo de método empregado, tipo de resultado obtido*. Desses critérios e da simplificação feita sobre as várias classificações anteriores resultou aquela que se costuma usar até hoje:

- **ciências matemáticas ou lógico-matemáticas** (aritmética, geometria, álgebra, trigonometria, lógica, física pura, astronomia pura, etc.);
- **ciências naturais** (física, química, biologia, geologia, astronomia, geografia física, paleontologia, etc.);
- **ciências humanas ou sociais** (psicologia, sociologia, antropologia, geografia humana, economia, linguística, psicanálise, arqueologia, história, etc.);
- **ciências aplicadas** (todas as ciências que conduzem à invenção de tecnologias para intervir na natureza, na vida humana e nas sociedades, como direito, engenharia, medicina, arquitetura, informática, etc.).

Cada uma das ciências subdivide-se em ramos específicos, com nova delimitação do objeto e do método de investigação. Assim, por exemplo, a física subdivide-se em mecânica, acústica, óptica, etc.; a biologia, em botânica, zoologia, fisiologia, genética, etc.; a psicologia subdivide-se em psicologia do comportamento, do desenvolvimento, psicologia clínica, psicologia social, etc., e assim sucessivamente. Por sua vez, os próprios ramos de cada ciência subdividem-se em disciplinas cada vez mais específicas, à medida que seus objetos conduzem a pesquisas cada vez mais detalhadas e especializadas.

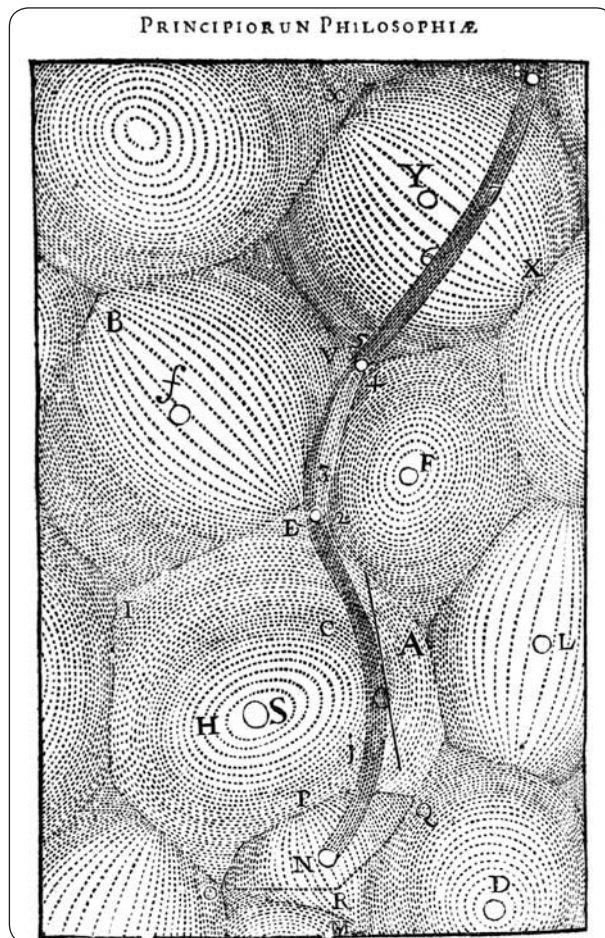



Ilustração da explicação mecânica da gravidade teorizada por René Descartes, presente em edição de 1692 do livro Princípios da filosofia, *publicado originalmente em 1644.*

a filosofia nas entrelinhas

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e História.

Antes de realizar a próxima atividade, leia o texto a seguir:

Aberto para o distante, o mar desembocava outrora em países insólitos onde tudo era possível e onde o estranho era a regra – um estranho muitas vezes assustador. De Plínio, o Velho, a Simone Majolo [...], passando por Vincent de Beauvais, Mandeville e As mil e uma noites, *conserva-se a crença em uma montanha imantada situada em alguma parte na rota da Índia: ela atraía irresistivelmente os navios portadores de objetos metálicos, e especialmente pregos, mantinha-os prisioneiros ou até mesmo provocava seu desmembramento e naufrágio. Também não se dizia, até o século XV, que o mar acaba no equador, que os antípodas são inabitados e inabitáveis? Daí a apreensão dos marinheiros portugueses quando Henrique, o Navegador, pediu-lhes que ultrapassassem o cabo Bojador (ao sul do Marrocos), considerado por muito tempo "o cabo do medo".*

[...] E, se assim mesmo se chegasse aos países exóticos, que seres monstruosos, que animais fantásticos e aterrorizantes ali não se encontrariam? A Idade Média situou na Índia homens com cabeça de cachorro que rosnavam e latiam [...].

[...] Por trás dessas crenças lendárias ou desses exageros assustadores, adivinha-se o medo do outro, isto é, de tudo que pertence a um universo diferente.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 70-73.

- Escreva um breve texto sobre como, apesar de terem sido separados, os conhecimentos científicos, técnicos e filosóficos são instrumentos para o enfrentamento do medo. Dê exemplos de como isso aconteceu ao longo da história ou de como pode acontecer no curso de nossa vida.

atividades

1. Quais as três principais concepções de ciência?
2. Explique como operam os procedimentos hipotético-dedutivo e hipotético-indutivo e exponha, com base neles, as diferenças entre as concepções racionalista e empirista de ciência.
3. Quais os princípios do ideal de cientificidade na concepção construtivista de ciência?
4. Qual a principal diferença entre a ciência antiga e a ciência clássica ou moderna?
5. Explique as ideias de progresso e evolução científicos e a concepção de história pressuposta por elas.
6. Que significam as expressões "ruptura epistemológica" e "obstáculo epistemológico", criadas por Gaston Bachelard para se referir às mudanças científicas?
7. Quais os tipos de descontinuidade científica apresentados por Granger?
8. Considerando o que Thomas Kuhn entende por revolução científica, responda:
   a) Por que ela é uma ruptura radical com relação à ciência anterior?
   b) Que outro exemplo de revolução científica poderia ser dado? Rememore seus conhecimentos de outras disciplinas.
9. De que modo se estabelece o que Kuhn denomina *ciência normal*? Como ela é posta em xeque?
10. Por que, apesar das rupturas e descontinuidades, continuamos acreditando no progresso das ciências?
11. Quais os critérios usados a partir do século XVII para classificar as ciências?
    - Dê um exemplo de conhecimentos que, com essa classificação, foram separados em categorias diferentes.

INDICAÇÃO DE FILME

Blade Runner: o caçador de androides
Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 1982.

Em um futuro sombrio, grandes empresas repassam funções perigosas em colônias fora da Terra a replicantes, androides com aparência humana e curto tempo de vida. No entanto, um grupo de replicantes desafia a proibição de vir à Terra, desejosos de conseguir mais tempo de vida. O policial aposentado Rick Deckard (Harrison Ford) é chamado de volta ao trabalho com a missão de "aposentar" esses androides.

Cat's Collection/Corbis/Latinstock

O ator Harrison Ford em cena de Blade Runner: o caçador de androides *(1982), de Ridley Scott.*

CAPÍTULO

31

As ciências humanas

Embora seja evidente que toda e qualquer ciência é humana, porque resulta da atividade de conhecimento exercida por homens e mulheres, a expressão "ciências humanas" refere-se àquelas ciências que têm o próprio ser humano como objeto.

Mas, para estudar o ser humano, é possível estabelecer uma ciência como as demais – metódica, objetiva, regida por axiomas e leis, que lida com fatos universais e necessários?

Operadores da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 2008, num momento tenso que marcou os primeiros sinais da crise econômica de 2008/2009.

Richard Drew/STF/Associated Press

São possíveis ciências humanas?

A situação das ciências humanas é muito especial. Em primeiro lugar, porque seu objeto é bastante recente: o ser humano como objeto científico surgiu apenas no século XIX. Até então, tudo quanto se referia a ele era estudado pela filosofia.

Em segundo lugar, porque surgiram depois que as ciências matemáticas e naturais estavam constituídas e já haviam definido a ideia de cientificidade, de métodos e conhecimentos científicos. **Desse modo, as ciências humanas, para ganhar respeitabilidade científica, foram levadas a imitar e copiar o que aquelas ciências haviam estabelecido, tratando o homem como uma coisa natural matematizável e experimentável.**

Em terceiro lugar, por terem surgido no período em que prevalecia a concepção empirista e determinista da ciência, essas disciplinas também procuraram tratar o objeto humano usando modelos hipotético-indutivos e experimentais, buscando leis causais necessárias e universais para os fenômenos humanos. Como, entretanto, não era possível realizar uma transposição integral e perfeita dos métodos, das técnicas e das teorias naturais para os estudos dos fatos humanos, as ciências humanas acabaram trabalhando por *analogia* com as ciências naturais e seus resultados tornaram-se muito contestáveis e pouco científicos.

Science Museum, London/DIOMEDIA

Instrumento de craniometria usado no século XIX, exposto na ala de psicologia do Museu da Ciência de Londres, Inglaterra, em 2007. As nascentes ciências humanas acreditavam que era possível trabalhar por analogia com as ciências naturais, estabelecendo relações de causa e efeito entre características biológicas e sociais.

Essa situação levou muitos cientistas e filósofos a duvidar da possibilidade de ciências que tivessem o homem como objeto. Quais as principais objeções feitas à possibilidade das ciências humanas?

- A ciência lida com fatos observáveis, isto é, com seres e acontecimentos que, nas condições especiais de laboratório, são objetos de experimentação. Como observar-experimentar, por exemplo, a consciência humana individual, que seria o objeto da psicologia? Ou uma sociedade, objeto da sociologia? Ou uma época passada, objeto da história?
- A ciência busca as leis objetivas gerais, universais e necessárias dos fatos. Como estabelecer leis objetivas para o que é essencialmente subjetivo, como o psiquismo humano? Como estabelecer leis universais para algo que é particular, como é o caso de uma sociedade humana? Como estabelecer leis necessárias para o que acontece uma única vez, como é o caso do fato histórico?
- A ciência opera por análise (decomposição de um fato complexo em elementos simples) e síntese (recomposição do fato complexo por seleção dos elementos simples, distinguindo os essenciais dos acidentais). Como analisar e sintetizar o psiquismo humano, uma sociedade, um acontecimento histórico?
- A ciência lida com fatos regidos pela necessidade causal ou pelo princípio do determinismo universal. O homem é dotado de razão, vontade e liberdade, é capaz de criar fins e valores, de escolher entre várias opções possíveis. Como dar uma explicação científica necessária àquilo que, por essência, é contingente, pois é livre e age por liberdade?
- A ciência lida com fatos objetivos, isto é, com fenômenos que foram purificados de todos os elementos subjetivos, de todas as qualidades sensíveis, de todas as opiniões e todos os sentimentos, de todos os dados afetivos e valorativos. Ora, o humano é justamente o subjetivo, o sensível, o afetivo, o valorativo, o opinativo. Como transformá-lo em objetividade sem destruir sua principal característica, a subjetividade?

O humano como objeto de investigação

Embora as ciências humanas sejam recentes, a percepção de que os seres humanos são diferentes das coisas naturais é antiga. Desse ponto de vista podemos dizer que, do século XV ao início do século XX, a investigação do humano realizou-se de três maneiras diferentes:

1. **Período do humanismo**: inicia-se no século XV com a ideia renascentista da *dignidade do homem* como centro do Universo e prossegue nos séculos XVI e XVII com o estudo do homem como agente moral, político e técnico-artístico, destinado a dominar e controlar a natureza e a sociedade. Chega ao século XVIII com a ideia de *civilização*, isto é, do homem como razão que se aperfeiçoa e progride por meio das instituições sociais e políticas e do desenvolvimento das artes, das técnicas e dos ofícios. O humanismo não separa homem e natureza, mas considera o homem um ser natural diferente dos demais, por ser racional e livre, agente ético, político, técnico e artístico.
2. **Período do positivismo**: inicia-se no século XIX com Auguste Comte, para quem a humanidade atravessa três etapas progressivas, indo da superstição religiosa à metafísica e à teologia, e destas para a ciência positiva, ponto final do progresso humano. Comte enfatiza a ideia do homem como um ser social e propõe o estudo científico da sociedade: assim como há uma física da natureza, deve haver uma física do social, a *sociologia*, que estude os fatos humanos usando procedimentos, métodos e técnicas empregados pelas ciências da natureza.

   A concepção positivista não termina no século XIX com Comte, mas será uma das correntes mais poderosas e influentes nas ciências humanas em todo o século XX. Assim, por exemplo, a psicologia positivista afirma que seu objeto não é o psi`quismo como consciência, mas como *comportamento observável* que pode ser tratado com o método experimental das ciências naturais. A sociologia positivista (iniciada por Comte e desenvolvida como ciência pelo francês Émile Durkheim) estuda a sociedade como fato afirmando que o fato social deve ser tratado como uma coisa à qual são aplicados os procedimentos de análise e síntese criados pelas ciências naturais. Os elementos ou átomos sociais são os indivíduos, obtidos pela análise; as relações causais entre os indivíduos, recompostas pela síntese, constituem as instituições sociais (família, trabalho, religião, Estado, etc.).
3. **Período do historicismo**: desenvolvido no final do século XIX e início do século XX por Dilthey, filósofo e historiador alemão. Essa concepção, herdeira do idealismo alemão (Kant, Fichte, Schelling, Hegel), insiste na diferença profunda entre homem e natureza e entre ciências naturais e humanas, chamadas por Dilthey de "ciências do espírito ou da cultura". Os fatos humanos são históricos, dotados de valor e de sentido, de significação e finalidade; portanto, devem ser estudados com essas características que os distinguem dos fatos naturais. As ciências do espírito ou da cultura não podem e não devem usar o método da observação-experimentação, mas devem criar o método da explicação e compreensão do *sentido* dos fatos humanos, encontrando a causalidade histórica que os governa.

O fato humano é histórico ou temporal: surge no tempo e se transforma no tempo. Em cada época histórica, os fatos psíquicos, sociais, políticos, religiosos, econômicos, técnicos e artísticos têm as mesmas causas gerais, o mesmo sentido e seguem os mesmos valores. Assim, devem ser compreendidos, simultaneamente, como particularidades históricas ou "visões de mundo" específicas e como etapas ou fases do desenvolvimento geral da humanidade, isto é, de um processo causal universal, que é o progresso.

O historicismo resultou em dois problemas que não puderam ser resolvidos por seus adeptos: o *relativismo* (numa época em que as ciências humanas buscavam a universalidade de seus conceitos e métodos) e a *subordinação a uma filosofia da história* (numa época em que as ciências humanas pretendiam separar-se da filosofia). *Relativismo*: as leis científicas são válidas apenas para uma determinada época e cultura, não podendo ser universalizadas. *Filosofia da história*: os indivíduos humanos e as instituições socioculturais só são compreensíveis se seu estudo científico subordinar-se a uma teoria geral da história que considere cada formação sociocultural, seja como "visão de mundo" particular, seja como etapa de um processo histórico.

Para escapar dessas consequências, o sociólogo alemão Max Weber propôs que as ciências humanas – no caso, a sociologia e a economia – trabalhassem seus objetos como tipos ideais e não como fatos empíricos. O tipo ideal, como o nome indica, oferece construções conceituais puras, que permitem compreender e interpretar fatos particulares observáveis. Assim, por exemplo, o Estado se apresenta como uma forma de dominação social e política sob vários tipos ideais

Edward S. Curtis/Library of Congress

Reconstituição de uma cerimônia do povo Kwakiutl, do oeste do Canadá, em fotografia feita em 1914 por Edward Curtis, colaborador de Franz Boas. A antropologia historicista de Boas critica a ideia positivista de progresso e evolução, valorizando o contexto cultural de cada povo e a formação dos traços culturais dentro de processos históricos singulares.

(dominação carismática, dominação burocrática, etc.), cabendo ao cientista verificar sob qual tipo se encontra o caso investigado.

Fenomenologia, estruturalismo e marxismo

A constituição das ciências humanas como ciências específicas consolidou-se a partir das contribuições de três correntes de pensamento, que, de meados do século XIX a meados do século XX, provocaram uma ruptura epistemológica e uma revolução científica no campo das humanidades.

A contribuição da fenomenologia

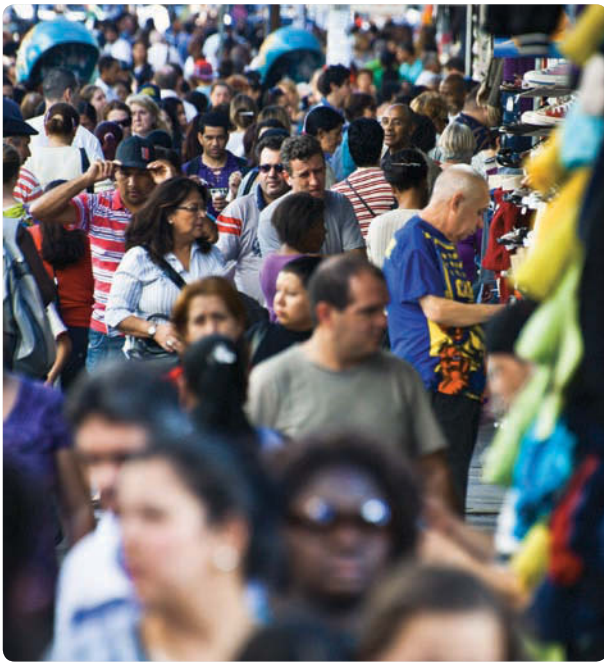
Como vimos em vários momentos deste livro, a noção de essência ou significação introduzida pela fenomenologia permitiu diferenciar internamente uma realidade de outras, encontrando seu sentido, sua forma, suas propriedades e sua origem.

Em primeiro lugar, a fenomenologia permitiu que fosse feita a diferença rigorosa entre a esfera ou região da essência “natureza” e a esfera ou região da essência “homem”. A seguir, permitiu que a esfera ou região “homem” fosse internamente diferenciada em essências diversas: o psíquico, o social, o histórico, o cultural. **Com essa diferenciação, garantia às ciências humanas a validade de seus projetos e campos científicos de investigação: psicologia, sociologia, história, antropologia, linguística, economia.**

Qual a diferença entre a perspectiva positivista e a fenomenológica? Vejamos dois exemplos.

Recusando a perspectiva metafísica, que se referia ao psíquico em termos de alma e de interioridade, a psicologia volta-se para o estudo dos fatos psíquicos diretamente observáveis. Ao radicalizar essa concepção, a psicologia positivista fazia do psiquismo uma soma de elementos fisico-químicos, anatômicos e fisiológicos, de sorte que não havia um objeto científico denominado “o psíquico”, mas efeitos psíquicos de causas não psíquicas (físicas, químicas, fisiológicas, anatômicas). Por isso, a psicologia considerava-se uma ciência natural próxima da biologia, tendo como objeto o comportamento como um fato externo, observável e experimental.

Ao contrário, pela perspectiva fenomenológica, a psicologia como ciência humana do psiquismo tornou-se possível quando se definiu que um conjunto de fatos ligados à consciência (sensação, percepção, motricidade, linguagem, etc.) era dotado de significação objetiva própria.

Recusando a perspectiva da filosofia da história, que considerava as sociedades como etapas culturais e civilizatórias de um processo histórico universal, a sociologia volta-se para o estudo dos fatos sociais observáveis. Inspirando-se nas ciências naturais, a sociologia positivista fazia da sociedade uma soma de ações individuais e tomava o indivíduo como elemento observável e causa do social. Desse modo, não havia a sociedade como um objeto ou uma realidade propriamente dita, mas sim como um efeito de ações psicológicas dos indivíduos.

Fernando Bueno/Pulsar Imagens

Transeuntes na região central de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Quando a sociedade passa a ser vista como um objeto científico em si mesma, e não como soma de indivíduos, a sociologia se torna uma ciência propriamente dita.

Somente quando se define o social como algo essencialmente diferente do psíquico – e como não sendo a mera soma de ações individuais – é possível o surgimento da sociologia como ciência propriamente dita.

Em resumo, antes da fenomenologia, cada uma das ciências humanas desfazia seu objeto num agregado de elementos de natureza diversa do todo, estudava as relações causais externas entre esses elementos e as apresentava como explicação e lei de seu objeto de investigação. A fenomenologia garantiu às ciências humanas a existência e a especificidade de seus objetos.

A contribuição do estruturalismo

O estruturalismo permitiu que as ciências humanas criassem métodos específicos para o estudo de seus objetos, livrando-as das explicações mecânicas de causa e efeito sem que por isso tivessem de abandonar a ideia de lei científica.

A concepção estruturalista veio mostrar que os fatos humanos assumem a forma de estruturas, isto é, de sistemas que criam seus próprios elementos dando a eles sentido pela posição e pela função que ocupam no todo. As estruturas são totalidades organizadas segundo princípios internos que lhes são próprios e que comandam seus elementos ou partes, seu modo de funcionamento e suas possibilidades de transformação temporal ou histórica. Nelas, o todo não é a soma das partes nem um conjunto de relações causais entre elementos isoláveis, mas um princípio ordenador, diferenciador e transformador. **Uma estrutura é uma totalidade dotada de sentido.**

Já vimos a noção de estrutura quando, nos capítulos dedicados à teoria do conhecimento, nos referimos à teoria da percepção, formulada pela psicologia da *gestalt* ou da forma, bem como quando nos referimos à teoria da linguagem, elaborada pela linguística contemporânea.

Keystone-France/Gamma-Keystone/Getty Images

Dois ícones do estruturalismo se encontram: o linguista Roman Jakobson (à esquerda) e o antropólogo Claude Lévi-Strauss (à direita). Para a linguística estruturalista, o fonema é o elemento que estrutura a criação do sentido na língua.

Após a psicologia e a linguística, a primeira das ciências humanas a se transformar profundamente graças à ideia de estrutura e ao método estrutural foi a antropologia social. Esta pôde mostrar que, ao contrário do que pensava a antropologia positivista, as chamadas "sociedades primitivas" não eram uma etapa atrasada da evolução da história social da humanidade, mas uma forma objetiva de organizar as relações sociais de modo diferente do nosso, constituindo estruturas culturais.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, por exemplo, mostrou que as estruturas dessas sociedades se baseiam no princípio do valor ou da equivalência, que permite a troca e a circulação de certos seres de maneira a constituir o todo da sociedade, organizando todas as relações sociais: a troca ou circulação das mulheres (estrutura do parentesco como sistema social de alianças), a troca ou circulação de objetos especiais (estrutura do dom ou dádiva como sistema social da guerra e da paz) e a troca e circulação da palavra (estrutura da linguagem como sistema do poder religioso e político). **O modo como cada sistema ou estrutura parcial se organiza e se relaciona com os outros define a estrutura geral e específica de uma sociedade "primitiva", que pode, assim, ser compreendida e explicada cientificamente.**

A contribuição do marxismo

O marxismo permitiu compreender que os fatos humanos são instituições sociais e históricas produzidas não pelo espírito e pela vontade livre dos indivíduos, mas pelas condições objetivas nas quais a ação e o pensamento humanos devem realizar-se. Levou a compreender que os fatos humanos mais originários ou primários são as relações dos homens com a natureza na luta pela sobrevivência. Essas relações – as relações de trabalho – deram origem às primeiras instituições sociais: família (divisão sexual do trabalho), pastoreio e agricultura (divisão social do trabalho), troca e comércio (distribuição social dos produtos do trabalho).

Assim, as primeiras instituições sociais são *econômicas*. Para mantê-las, o grupo social cria ideias e sentimentos, valores e símbolos aceitos por todos e que justificam ou legitimam as instituições assim criadas. O grupo social cria também instituições de poder que sustentem (pela força, pelas armas ou pelas leis) as relações sociais e as ideias-valores-símbolos produzidos.

Dessa maneira, o marxismo permitiu às ciências humanas compreender as articulações necessárias entre o plano psicológico e o social da existência humana; entre o plano econômico e o das instituições sociais e políticas; entre todas elas e o conjunto de ideias e de práticas que uma sociedade produz.

Graças ao marxismo, as ciências humanas puderam compreender que as mudanças históricas não resultam de ações súbitas e espetaculares de alguns indivíduos ou grupos de indivíduos, mas de lentos processos sociais, econômicos e políticos. A materialidade da existência econômica comanda as outras esferas da vida social e a da espiritualidade, e os processos históricos abrangem todas elas.

Enfim, o marxismo trouxe como grande contribuição à sociologia, à ciência política e à história a interpretação dos fenômenos humanos como expressão e resultado de contradições sociais, de lutas e conflitos sociopolíticos determinados pelas relações econômicas baseadas na exploração do trabalho da maioria pela minoria de uma sociedade.

Cildo Meireles/Acervo do artista

Zero Cruzeiro (1977), obra de Cildo Meireles. Nas cédulas sem valor real, indígena e um interno de instituição psiquiátrica substituem efígies simbólicas ou de personalidades históricas.

Em resumo, a fenomenologia permitiu a definição e a delimitação dos objetos das ciências humanas; o estruturalismo permitiu uma metodologia que chega às leis dos fatos humanos sem que seja necessário imitar ou copiar os procedimentos das ciências naturais; o marxismo permitiu compreender que os fatos humanos são historicamente determinados e que a historicidade, longe de impedir que sejam conhecidos, garante a interpretação racional deles e o conhecimento de suas leis.

diálogos *filosóficos*

As ciências humanas e a filosofia

Toda filosofia é, entre outras coisas, uma filosofia da consciência e do espírito (sem por isso ser necessariamente idealista). As filosofias da natureza, desde o Renascimento até Schelling e Hegel, tentaram introduzir o espírito e a consciência no universo físico. O desenvolvimento das ciências físico-químicas parece ter provado o erro dessa pretensão. Esse desenvolvimento se fez em detrimento da filosofia da natureza que deveu assim ceder terreno. Desta experiência histórica avultou uma ideia, válida para o mundo físico até uma nova ordem: um domínio de conhecimento incorpora-se à ciência positiva na medida em que se liberta de toda a ingerência filosófica.

O cientificismo tentou estender essa afirmação às ciências biológicas e humanas, preconizando uma biologia mecanicista, uma psicologia behaviorista, uma história empírica e uma sociologia descritiva e coisificante.

Se tem razão, a filosofia é uma sobrevivência ideológica que não tem mais qualquer razão de ser e de que é preciso se libertar.

No entanto, se a filosofia, ao contrário, traz realmente verdades sobre a natureza do homem, toda tentativa de eliminá-la falseia necessariamente a compreensão dos fatos humanos. Neste caso, as ciências humanas devem ser filosóficas para serem científicas.

O estudo do método em ciências humanas coloca assim, no próprio plano da ciência positiva, o problema da inutilidade ou, ao contrário, do valor atual da filosofia.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia:* o que é sociologia? São Paulo: Difel, 1980.

Com essas contribuições, os obstáculos epistemológicos foram ultrapassados e foi possível demonstrar que os fenômenos humanos são dotados de sentido e significação, são históricos, têm leis próprias, são diferentes dos fenômenos naturais e podem ser tratados cientificamente.

Os campos de estudo das ciências humanas

Se tomarmos as ciências humanas de acordo com seus campos de investigação, podemos distribuí-las da seguinte maneira:

Psicologia

- estudo das estruturas e do desenvolvimento das operações da mente humana (consciência, vontade, percepção, linguagem, memória, imaginação, emoções);
- estudo das estruturas e do desenvolvimento dos comportamentos humanos e animais;
- estudo das relações intersubjetivas dos indivíduos em grupo e em sociedade;
- estudo das perturbações (patologias) da mente humana e dos comportamentos humanos e animais.

Sociologia

- estudo das estruturas sociais: origem e forma das sociedades, tipos de organizações sociais, econômicas e políticas;
- estudo das relações sociais e de suas transformações;
- estudo das instituições sociais (origem, forma, sentido).

Economia

- estudo das condições materiais (naturais e sociais) de produção e reprodução da riqueza, de suas formas de distribuição, circulação e consumo;
- estudo das estruturas produtivas – relações de produção e forças produtivas – segundo o critério da divisão social do trabalho, da forma da propriedade, das regras do mercado e dos ciclos econômicos;
- estudo da origem, do desenvolvimento, das crises, das transformações e da reprodução das formas econômicas ou modos de produção.

Antropologia

- estudo das estruturas ou formas culturais em sua singularidade ou particularidade, isto é, como diferentes entre si por seus princípios internos de funcionamento e transformação. A cultura é entendida como modo de vida global de uma socie-

dade, incluindo religião, formas de poder, formas de parentesco, formas de comunicação, organização da vida econômica, artes, técnicas, costumes, crenças, formas de pensamento e de comportamento, etc.;

- estudo das comunidades ditas “primitivas”, isto é, tanto das que desconhecem a divisão social em classes e recusam organizar-se sob a forma do mercado e do poder estatal quanto daquelas que já iniciaram o processo de divisão social e política.

História

- estudo da gênese e do desenvolvimento das formações sociais em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais;
- estudo das transformações das sociedades e comunidades como resultado e expressão de conflitos, lutas e contradições internas às formações sociais;
- estudo das transformações das sociedades e comunidades sob o impacto de acontecimentos políticos (revoluções, guerras civis, conquistas territoriais), econômicos (crises, inovações técnicas, descobertas de novas formas de exploração da riqueza ou procedimentos de produção, mudanças na divisão social do trabalho), sociais (movimentos sociais, movimentos populares, mudanças na estrutura e organização da família, da educação, da moralidade social, etc.) e culturais (mudanças científicas, tecnológicas, artísticas, filosóficas, éticas, religiosas, etc.);
- estudo dos acontecimentos que, em cada caso, determinaram ou determinam a preservação ou a mudança de uma formação social em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- estudo dos diferentes suportes da memória coletiva (documentos, monumentos, pinturas, fotografias, filmes, moedas, lápides funerárias, testemunhos e relatos orais e escritos, etc.).

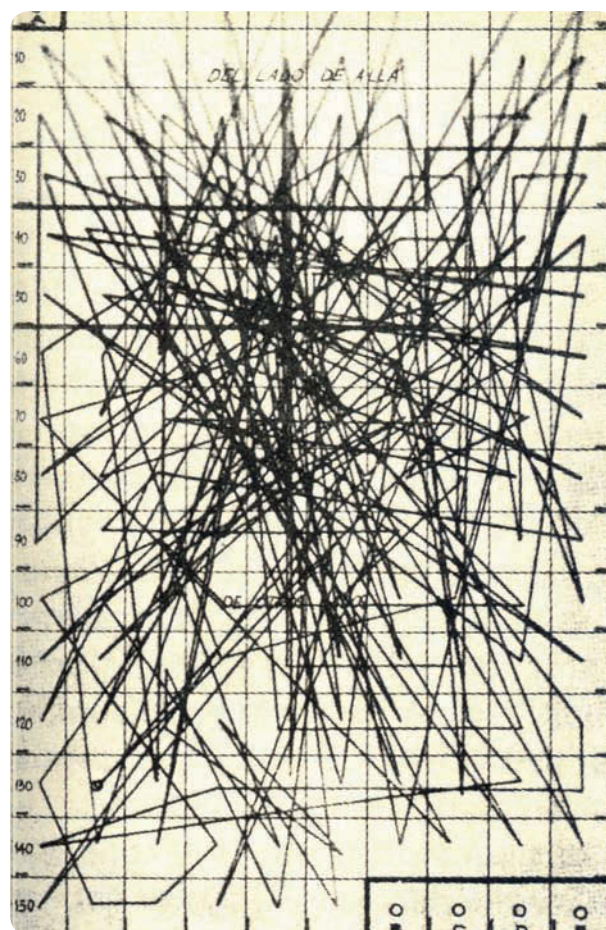
Geografia

- estudo da Terra segundo a estrutura diferenciada ou as formas de seus constituintes;
- estudo da gênese e desenvolvimento dos constituintes físicos, químicos, geológicos, climáticos e hidrográficos da Terra;
- estudo da gênese e relação entre as diferentes formas de vida na Terra;
- estudo da relação entre o homem e o meio ambiente.

Linguística

- estudo das estruturas da linguagem como sistema dotado de princípios internos de funcionamento e transformação;
- estudo das relações entre língua (a estrutura) e fala ou palavra (o uso da língua pelos falantes);
- estudo das relações entre a linguagem e os outros sistemas de signos e símbolos ou outros sistemas de comunicação.

Psicanálise

- estudo da estrutura e do funcionamento do inconsciente e de suas relações com o consciente;
- estudo das patologias ou perturbações inconscientes e suas expressões conscientes (neuroses e psicoses).

Juan Esteban Fassio/Arquivo da editora

Esquema feito por Juan Esteban Fassio com possibilidades aleatórias de leitura do romance O jogo da amarelinha, *do escritor argentino Julio Cortázar. Assim como a estrutura do livro subverte a ordem tradicional das narrativas, a patafísica (irônica linha de pensamento à qual se ligava Fassio) declarava-se a ciência das soluções imaginárias, dedicada a contemplar a estranheza que organiza o mundo.*

Devemos observar que:

- cada uma das ciências humanas subdivide-se em vários ramos, definidos pela especificidade crescente de seus objetos e métodos. Assim, podemos falar em psicologia social, clínica, do desenvolvimento, da aprendizagem, da criança, do adolescente, etc. Ou em sociologia política, do trabalho, rural, urbana, econômica, etc. Também podemos falar em história econômica, política, oral, social, etc. Ou em geografia física e humana. Ou levar em consideração que a antropologia depende de investigações feitas pela **etnografia** e pela **etnologia** ou pela arqueologia, assim como a linguística trabalha com a fonologia, a fonética, a gramática, a semântica, a sintaxe, etc.;
- embora com campos e métodos específicos, as ciências humanas tendem a apresentar resultados mais completos e satisfatórios quando trabalham interdisciplinarmente, de modo a abranger os múltiplos aspectos simultâneos e sucessivos dos fenômenos estudados;
- os desenvolvimentos da linguística, da antropologia e da psicanálise suscitaram o aparecimento de uma nova disciplina ou interdisciplina científica: a **semiologia**, que estuda os diferentes sistemas de signos e símbolos que constituem as múltiplas e diferentes formas de comunicação. O desenvolvimento da semiologia conduziu à ideia de que signos e símbolos são ações e práticas sócio-históricas, isto é, estão associados às relações sociais e às suas condições históricas. Cada sociedade e cada cultura constitui-se como um sistema que integra e totaliza vários subsistemas de signos e símbolos (linguagem, arte, religião, instituições sociais e políticas, costumes, etc.). Vários estudiosos propuseram que o método das ciências humanas fosse capaz de descrever e interpretar esses subsistemas e o sistema geral que os unifica. Esse método é a **semiótica**, tomada como metodologia própria às ciências humanas e capaz de unificá-las.

etnografia
Estudo descritivo das diversas etnias, de suas características sociais, culturais, etc., ou registro descritivo da cultura material de um determinado povo. É o método utilizado pela antropologia para recolher dados e informações sobre um determinado agrupamento humano.

etnologia
Estudo ou ciência que estuda de forma sistêmica os fatos e documentos levantados pela etnografia no âmbito da antropologia cultural e social, buscando uma apreciação analítica e comparativa das culturas.

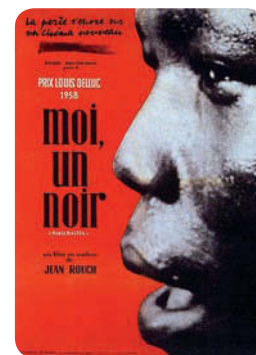
atividades

1. Considerando que as ciências humanas são relativamente recentes, explique as peculiaridades de sua formação dado o conjunto das ciências.
2. Quais as principais objeções que foram feitas às ciências humanas?
3. Antes da constituição das ciências humanas, quais foram os três principais períodos de estudo do humano? Resuma brevemente cada um deles.
4. Explique quais eram os problemas do historicismo e como Max Weber propôs superá-los.
5. Qual a principal contribuição da fenomenologia para as ciências humanas?
6. Qual a principal contribuição do marxismo para as ciências humanas?
7. Qual a principal contribuição do estruturalismo para as ciências humanas?
8. De que modo as ciências humanas podem atingir resultados mais completos? Por quê?

INDICAÇÃO DE FILME

Eu, um negro
Direção de Jean Rouch. França, 1958.

Cineasta e etnólogo, o francês Jean Rouch convida um grupo de emigrantes do Níger que vivem em Abidjan, na Costa do Marfim (então sob domínio da França), para estrelarem um filme ficcional com base em suas realidades. Acompanhando a rotina das ruas do bairro de Treichville, vê-se o subemprego dominante, as diversões cotidianas e a presença opressora do colonizador e da cultura europeia.

The Kobal Collection/Agência France-Presse

Cartaz francês do filme Eu, um negro, *de Jean Rouch.*

a filosofia nas entrelinhas

Haut De Court/The Kobal Collection/Agência France-Presse

A crise do sistema escolar na atualidade está no centro do enredo de Entre os muros da escola, *filme de 2008 dirigido por Laurent Cantet.*

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia.

Leia o trecho abaixo e, com base nele, elabore respostas para as questões que se seguem. Depois, discuta-as com seus colegas.

Até meados do século XX, predominava nas Ciências Sociais e mesmo no senso-comum uma visão extremamente otimista, de inspiração funcionalista, que atribuía à escolarização um papel central no duplo processo de superação do atraso econômico [...] e de construção de uma nova sociedade, justa (meritocrática), moderna (centrada na razão e nos conhecimentos científicos) e democrática (fundamentada na autonomia individual). Supunha-se que por meio da escola pública e gratuita seria resolvido o problema do acesso à educação e, assim, garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Os indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social. A escola seria, nessa perspectiva, uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais.

O que ocorre nos anos 1960 é uma crise profunda dessa concepção de escola [...], tem-se, a partir do final dos anos 1950, a divulgação de uma série de grandes pesquisas quantitativas patrocinadas pelos governos inglês, americano e francês [...] que, em resumo, mostraram, de forma clara, o peso da origem social sobre os destinos escolares. [...] A partir deles, tornou-se imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros). Em segundo lugar, a mudança no olhar sobre a educação nos anos 1960 está relacionada a certos efeitos inesperados da massificação do ensino. Assim, deve-se considerar o progressivo sentimento de frustração dos estudantes, particularmente os franceses, com o caráter autoritário e elitista do sistema educacional e com o baixo retorno social e econômico auferido pelos certificados escolares no mercado de trabalho. [...]

O que Bourdieu propõe [...] é uma verdadeira revolução científica. [...] Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Trata-se, portanto, de uma inversão total de perspectiva.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 23, n. 78, abr. 2002.

1. Que métodos e procedimentos característicos da ciência embasaram a análise de Bourdieu? Se preciso, faça uma pesquisa adicional.

2. Para você, a análise feita sobre o sistema escolar francês dos anos 1960 se aplica à realidade atual brasileira? Por quê?

UNIDADE XII
A política

CAPÍTULO
32
O início da vida política

Criação dos gregos e romanos, a política tem como finalidade, em sua origem, a vida justa e feliz, isto é, a vida propriamente humana digna de seres livres. Sendo assim, a política é inseparável da ética. De fato, para os gregos e romanos clássicos, era inconcebível a ética fora da comunidade política, pois nela a natureza ou essência humana encontrava sua realização mais alta.

O vínculo interno entre ética e política significava que as qualidades das leis e do poder dependiam das qualidades morais dos cidadãos. Considerando que a referência política básica na Antiguidade Clássica era a cidade (não como espaço urbano, e sim como comunidade política), somente na cidade boa e justa os homens podem ser bons e justos; e somente homens bons e justos são capazes de instituir uma cidade boa e justa.

Manifestantes protestam em frente ao Parlamento grego, na praça Syntagma, em Atenas. A greve geral de novembro de 2012 foi organizada contra o corte de gastos com serviços públicos, a elevação de impostos e a modificação das leis trabalhistas anunciados pelo governo a fim de conter a crise econômica iniciada em 2008.

John Kolesidis/Reuters/Latinstock

Album/akg-images/Latinstock

O século de Péricles, *pintura de Philipp von Foltz, de 1853. Durante o século V a.C., em Atenas, floresceram sob o governo de Péricles o urbanismo, a arquitetura, o teatro, a filosofia e a democracia.*

A invenção da política

O surgimento da cidade

Quando se afirma que os gregos e romanos inventaram a política, não se quer dizer que, antes deles, não existiam o poder e a autoridade. O que se quer dizer é que inventaram o poder e a autoridade propriamente *políticos*, ou seja, que substituíram o poder **despótico** ou patriarcal exercido pelo chefe de família sobre um conjunto de famílias a ele ligadas por laços de dependência econômica e militar e por alianças matrimoniais. Nessa forma de poder anterior, a relação era pessoal, e o chefe garantia proteção enquanto os súditos lhe ofereciam lealdade e obediência.

Embora, no começo, gregos e romanos tivessem conhecido esse tipo de organização, um conjunto de medidas foi tomado pelos primeiros dirigentes — os *legisladores* — de modo a impedir a concentração dos poderes e da autoridade nas mãos de um rei, senhor único da terra, da justiça e das armas, representante da divindade.

Para evitar tal concentração dos poderes econômico, judiciário, militar e religioso, a propriedade da terra não se tornou propriedade régia ou patrimônio privado de um rei nem propriedade comunal ou da aldeia, mas manteve-se como propriedade de famílias independentes. Estas, peculiarmente, não formavam uma casta fechada em si mesma, porém aberta à incorporação de novas famílias e de não proprietários agrários enriquecidos no comércio.

Apesar das diferenças históricas na formação da Grécia e de Roma, há três aspectos comuns a ambas e decisivos para a invenção da política. **O primeiro é a forma da *propriedade da terra*; o segundo, o fenômeno da *urbanização*; e o terceiro, o modo de *divisão territorial* das cidades.**

Como a terra não pertencia nem à aldeia nem ao rei, mas às famílias independentes, e como as guerras ampliavam o contingente de escravos para a lavoura, os não escravos e não proprietários agrários formaram, na Grécia e em Roma, uma camada pobre de camponeses que migraram para as aldeias. Ali estabelecidos como artesãos e comerciantes, prosperaram, transformaram as aldeias em centros urbanos e passaram a disputar o direito ao poder com as grandes famílias agrárias. Uma luta de classes perpassa a história grega e romana exigindo solução.

déspota

Palavra originada do grego *despotês*, que significa 'chefe da família'. Este tinha poder de vida e morte sobre todos os membros da família, e sua vontade era lei. Portanto, um poder despótico é aquele no qual o chefe da comunidade tem sobre ela o mesmo poder pessoal que o chefe da família tinha sobre esta.

Em termos econômicos e sociais, a urbanização colocava em confronto não só proprietários agrários, de um lado, e artesãos e comerciantes, de outro, mas também a massa de assalariados da população urbana, genericamente chamados "os pobres".

A luta de classes incluía, assim, lutas entre os ricos e lutas entre ricos e pobres. Tais conflitos decorriam de que todos os indivíduos participavam das guerras externas, tanto para a expansão territorial como para a defesa de sua cidade, formando as milícias dos nativos da comunidade. Com isso, todos se julgavam no direito de intervir, de algum modo, nas decisões econômicas e legais de suas comunidades.

A luta das classes pedia uma solução. Essa solução foi a **política**, que transformou as comunidades urbanas em cidades propriamente ditas.

Os primeiros chefes políticos, também conhecidos como **legisladores**, introduziram uma divisão no território das cidades, visando diminuir o poderio das famílias ricas agrárias, dos artesãos e comerciantes urbanos ricos e satisfazer a reivindicação dos camponeses pobres e dos artesãos e assalariados urbanos pobres. Em Atenas, por exemplo, a *pólis* foi subdividida em unidades sociopolíticas denominadas *demos*; em Roma, em *tribus*.

Quem nascesse num *demos* ou numa *tribus*, independentemente de sua situação econômica, tinha assegurado o direito de participar direta ou indiretamente das decisões da cidade.

No caso de Atenas, todos os cidadãos naturais do *demos* tinham o direito de participar diretamente do poder, donde o regime ser uma **democracia**.

Em Roma, os não proprietários ou os pobres formavam a *plebe*, que tinha o direito de eleger um representante — o *tribuno da plebe* — para defender e garantir seus interesses junto aos interesses e privilégios dos que participavam diretamente do poder, os *patrícios*, que constituíam o *populus romanus*. O regime político romano era, assim, uma **oligarquia**.

Os principais traços da invenção da política

Rompendo com o poder despótico, gregos e romanos inventaram o poder político porque:

- separaram a autoridade pessoal privada do chefe de família — senhorio patriarcal e patrimonial — e o poder impessoal público, pertencente à coletividade; separaram o privado do público e impediram a identificação do poder político com a pessoa de um governante;
- separaram a autoridade militar e o poder civil, subordinando a primeira ao segundo. Isso não significa que em casos como os de Esparta e Roma o poder político não fosse também militar, mas sim que as ações militares deviam ser primeiramente discutidas e aprovadas pela autoridade política (as assembleias, em Esparta; o Senado, em Roma) e só depois realizadas;
- separaram a autoridade mágico-religiosa e o poder temporal laico, impedindo tanto a divinização dos governantes quanto sua transformação em sumos sacerdotes;
- criaram a ideia e a prática da lei como expressão de uma vontade coletiva e pública, definidora dos direitos e deveres para todos os cidadãos, impedindo que fosse confundida com a vontade pessoal de um governante.

  Ao criarem a lei e o direito, gregos e romanos afirmaram a diferença entre o poder político e todos os outros poderes e autoridades existentes na sociedade. Isso porque conferiram a uma instância impessoal e coletiva o poder exclusivo ao uso da força para punir crimes, reprimir revoltas e para vingar com a morte, em nome da coletividade, um delito julgado intolerável por ela. Em outras palavras, retiraram dos indivíduos o direito de fazer justiça com as próprias mãos e de vingar por si mesmos uma ofensa ou um crime. O monopólio da força, da vingança e da violência passou para o Estado, sob a lei e o direito.
- criaram a instituição do erário público ou do fundo público, isto é, dos bens e recursos que pertencem à sociedade e são por ela administrados por meio de taxas, impostos e tributos. Assim, impediram a concentração da propriedade e da riqueza nas mãos dos dirigentes;
- criaram o espaço político ou espaço público — a Assembleia grega e o Senado romano —, no qual os que possuíam direitos iguais de cidadania discutiam suas opiniões, defendiam seus interesses, deliberavam em conjunto e decidiam por meio do voto, podendo, também pelo voto, revogar uma decisão tomada. É esse o coração da invenção política. De fato, as marcas do poder despótico eram a deliberação e a decisão a portas fechadas. A política, ao contrário, introduz a prática da publicidade, isto é, a exigência de que a sociedade seja informada, conheça as deliberações e participe da tomada de decisão.

Cícero, no Senado, acusando Catilina de conspiração. Este afresco de Cesare Maccari (1840-1919), de 1889, retrata o episódio, ocorrido em outubro do ano 63 a.C. Palazzo Madama, Roma.

O nascimento do espaço público de discussão, deliberação e decisão significou que a sociedade se abria aos acontecimentos, que as ações não eram mais estabelecidas de uma vez por todas por alguma vontade transcendente, que erros de avaliação e de decisão podiam ser corrigidos, que uma ação podia gerar problemas novos, não previstos nem imaginados, os quais exigiam o aparecimento de novas leis e novas instituições.

Por isso mesmo, gregos e romanos tornaram a política inseparável do tempo e também conceberam a ação política ligada à noção do possível. Com isso, não só conceberam e praticaram a política como ação humana (e não como cumprimento de decretos divinos perenes ou eternos), como também inauguraram a ideia e a prática da criação contínua da realidade social ou de sua transformação — isto é, a **história.**

O significado da invenção da política

Para responder às diferentes formas assumidas pela luta de classes, a política é inventada de um modo que, a cada solução encontrada, um novo conflito ou uma nova luta podem surgir, exigindo novas soluções. Em lugar de reprimir os conflitos pelo uso da força e da violência das armas, a política aparece como trabalho legítimo dos conflitos, de tal modo que o fracasso nesse trabalho torna-se a causa do uso da força e da violência.

A democracia ateniense e as oligarquias de Esparta e da República romana fundaram a ideia e a prática da política na cultura ocidental. Eis por que os historiadores gregos (quando a Grécia caiu sob o domínio dos impérios da Macedônia e de Roma) e os historiadores romanos (quando Roma sucumbiu ao império dos césares) falaram em corrupção e decadência da política: para eles, o desaparecimento da *pólis* e da *res publica* significava o retorno ao despotismo e o fim da vida política propriamente dita.

Evidentemente, não devemos cair em anacronismos, supondo que gregos e romanos instituíram uma sociedade e uma política cujos valores e princípios fossem idênticos aos nossos.

Em primeiro lugar, a economia era agrária e escravista, de sorte que uma parte da sociedade — os escravos — estava excluída dos direitos políticos e da vida política. Em segundo lugar, a sociedade era patriarcal; consequentemente, as mulheres também estavam excluídas da cidadania e da vida pública. A exclusão atingia também os estrangeiros e os miseráveis.

A cidadania era exclusiva dos homens adultos livres nascidos no território da cidade. Além disso, a diferença de classe social nunca era apagada, mesmo que os pobres tivessem direitos políticos. Assim, para muitos cargos, o pré-requisito da riqueza vigorava e havia mesmo atividades portadoras de prestígio que somente os ricos podiam realizar. Era o caso, por exemplo, da liturgia grega e do evergetismo romano, isto é, de grandes doações em dinheiro à cidade para festas, construção de templos e teatros, patrocínio de jogos esportivos, de trabalhos artísticos, etc.

O que procuramos apontar não foi a criação de uma sociedade sem classes, justa e feliz, mas a invenção da política como solução e resposta que uma sociedade oferece para suas diferenças, seus conflitos e suas contradições, sem escondê-los sob a sacralização do poder e do governante e sem fechar-se à temporalidade e às mudanças.

Uma terceira forma de organização

Fizemos referência a duas grandes respostas sociais ao poder: *a resposta despótica* e a *política*. Em ambas, a sociedade procura organizar-se economicamente, mantendo e mesmo criando diferenças sociais profundas entre proprietários e não proprietários, ricos e pobres, livres e escravos, homens e mulheres. Essas diferenças engendram lutas internas, que podem levar à destruição de todos os membros do grupo social.

Para regular os conflitos, determinar limites às lutas, garantir que os ricos conservem suas riquezas e os pobres aceitem sua pobreza, apresentam-se até aqui dois caminhos: ou o chefe se torna senhor das terras, das armas e dos deuses e transforma sua vontade em lei, ou uma parte da sociedade — os cidadãos — exerce o poder por meio de práticas e instituições fundadas na lei e no direito como expressão da vontade coletiva.

Nos dois casos, surge o **Estado** como poder separado da sociedade e encarregado de dirigi-la, comandá-la, arbitrar os conflitos e usar a força. Há, porém, um terceiro caminho.

Fomos acostumados pelo pensamento europeu tradicional a considerar as sociedades das Américas como atrasadas, primitivas e inferiores. Essa visão nasceu do processo de colonização e conquista, iniciado no século XVI. Nas Américas, os colonizadores interpretaram as diferenças entre eles e os nativos americanos como distinção hierárquica entre superiores e inferiores: para eles, os "índios" não tinham lei, rei, fé, escrita, moeda, comércio, história. Portanto, eram desprovidos dos traços daquilo que, para o europeu cristão, súdito de monarquias, constituía a civilização e a humanidade propriamente dita.

Sem dúvida, os conquistadores encontraram grandes impérios nas Américas: incas, astecas e maias. Por isso, os destruíram a ferro e fogo, exterminando as gentes, pilhando as riquezas e erigindo igrejas sobre seus templos.

Todavia, exceto por esses impérios destruídos, as demais nações americanas organizavam-se de maneira incompreensível para os padrões europeus. Por isso, os conquistadores interpretaram o que eram incapazes de compreender como inferioridade dos americanos. Considerando-os selvagens e bárbaros, justificavam a escravidão, a evangelização e o extermínio.

A visão europeia era e é **etnocêntrica**, ou seja, considera padrões, valores e práticas dos brancos adultos proprietários europeus como se fossem os únicos válidos, superiores a todos os outros e devendo servir de modelo para todas as sociedades, porque seriam definidores da civilização. Essa visão passou a ser compartilhada pelos descendentes dos colonizadores, isto é, pelos brancos das três Américas, e se mantém até os dias de hoje.

etnocentrismo

A palavra *etnocentrismo* é composta de *etnos* e *centro*. *Etnos*, do grego, significa 'o conjunto de seres que possuem a mesma origem e os mesmos traços', e por isso é radical de diferentes palavras relativas a 'nação' e 'povo'. O etnocentrismo é a visão de mundo daqueles que consideram seu grupo étnico superior e mais importante que os demais.

The Ronald Grant Archive/DIOMEDIA

Cena do filme A missão, *de 1986, dirigido por Roland Joffé. Gabriel (Jeremy Irons), um padre jesuíta e missionário espanhol, lidera uma procissão com indígenas de uma tribo da América do Sul.*

Na perspectiva do etnocentrismo, os nativos americanos possuíam e possuem sociedades defeituosas nas quais falta o que é importante: o mercado (moeda e comércio), a escrita (alfabética), a história e o Estado. Eram e são, portanto, sociedades *sem* comércio, *sem* escrita, *sem* história e *sem* política.

Sociedades contrárias ao comércio e ao Estado

No século XX, o antropólogo francês Pierre Clastres estudou essas sociedades por um prisma completamente diferente, longe do etnocentrismo costumeiro. Mostrou que possuem escrita, mas que esta não é alfabética, nem ideográfica, nem hieroglífica, mas simbólica, inscrita com sinais específicos no corpo das pessoas e em objetos ou espaços determinados. Somos nós que não sabemos lê-la.

Mostrou também que possuem história ou memória — mitos e narrativas dos povos —, transmitida oralmente de geração em geração, conservando-se através dos tempos, mas também transformando-se quando mudam as condições de vida de um grupo ou de uma geração. Examinando as mudanças na escrita e na memória, mostrou que tais sociedades possuem história, mas que esta é inseparável da relação dos povos com a natureza — diferentemente da nossa história, que narra como nos separamos da natureza e como a dominamos.

Mas, sobretudo, mostrou por que e como tais sociedades são *contra* o mercado e *contra* o Estado. **Em outras palavras, não são sociedades *sem* comércio e *sem* Estado, mas *contrárias* a eles.**

As sociedades indígenas estudadas por Clastres são sul-americanas e não se organizaram nem na forma das chefias norte-americanas nem na dos grandes impérios monárquicos (incas, maias e astecas), mas inventaram uma organização *deliberada* para evitar essas duas formas de poder.

Essas sociedades são tribais ou comunais. Nelas, não há propriedade privada da terra e das riquezas, não havendo, portanto, classes sociais nem luta de classes. A propriedade é tribal ou comum e o trabalho se divide por sexo e idade. São *comunidades* no sentido pleno do termo, isto é, são internamente homogêneas, unas e indivisas, nas quais todos se conhecem pelo nome, são vistos uns pelos outros diariamente e possuem um destino comum.

A oposição e o conflito não se estabelecem no interior da comunidade, mas em seu exterior, isto é, nas suas relações com as outras comunidades — portanto, no que se refere à guerra e às alianças de sangue pelo casamento.

Nessas comunidades, o poder não se destaca nem se separa delas, não forma uma instância acima delas (como o Estado, na política, ou como o chefe patriarca, no despotismo). Existe chefia, porém, não é um poder de mando a que a comunidade obedece. O chefe é alguém escolhido para ter o comando durante as guerras; porém, no restante do tempo, ele não manda e a comunidade não o obedece. Para assegurar isto, estas sociedades adotaram uma prática muito interessante: o chefe deve, todos os dias, fazer um discurso sobre sua importância e seus grandes feitos e a comunidade deve permanecer indiferente e não escutá-lo, afirmando, assim, que ele não tem poder sobre ela e que ela o segue apenas quando há uma guerra. A comunidade decide por si mesma, de acordo com suas tradições e necessidades, regulando por si mesma conflitos pessoais entre seus membros.

Renato Soares/Pulsar Imagens

Crianças Guarani da aldeia Pindo-Te, em Pariquera-Açu, São Paulo, ouvem idoso contar histórias. Foto de 2010.

Evidentemente, nossa tendência será dizer que essa organização é própria de povos pouco numerosos e de uma vida socioeconômica muito simples. A nós, membros de sociedades complexas, populosas e divididas em classes sociais, parece uma vaga lembrança utópica.

Pierre Clastres, porém, indaga: por que outras comunidades, mundo afora, não foram capazes de impedir o surgimento da propriedade privada, das divisões sociais de castas e classes, das desigualdades econômicas do mercado que resultaram na necessidade de criar o poder separado, seja como poder despótico, seja como poder político? Por que, afinal, as pessoas sucumbiram à necessidade de criar o Estado como poder de coerção social?

Essas indagações já haviam sido feitas, séculos antes, quando do nascimento da filosofia política, que perguntou qual era a origem do poder político visto como poder do Estado, conforme veremos no Capítulo 33. Entretanto, diferentemente de Clastres, a filosofia política sempre considerou que não havia outro caminho para lidar com os conflitos e as desigualdades sociais que não o do poder impessoal das leis promulgadas por um Estado, que, portanto, precisava estar separado da sociedade onde se originam os conflitos e as desigualdades.

Finalidade da vida política

Para os gregos, a finalidade da vida política era a justiça na comunidade. A noção de justiça fora, inicialmente, elaborada em termos míticos com base em três figuras principais: *thémis*, a lei divina trazida pela deusa Thémis, que institui a ordem do Universo; *kósmos*, a ordem universal estabelecida pela lei divina; *diké*, a justiça que a deusa Diké instituiu entre as coisas e entre os homens, no respeito às leis divinas e à ordem cósmica. Pouco a pouco, a noção de *diké* identificou-se com a regra natural para a ação das coisas e dos homens e o critério para julgá-las.

A ideia de justiça se refere, portanto, a uma ordem divina e natural, que regula, julga e pune as ações das coisas e dos seres humanos. A justiça é a lei e a ordem do mundo, isto é, da natureza ou *physis*. Lei (*nómos*), natureza (*physis*) e ordem (*kósmos*) constituem assim o campo da ideia de justiça.

A invenção da política exigiu que as explicações míticas fossem afastadas — *thémis* e *diké* deixaram de ser vistas como duas deusas que impunham ordem e leis ao mundo e aos seres humanos, passando a significar as causas que fazem haver ordem, lei e justiça na natureza e na pólis. Justo é o que segue a ordem natural e respeita a lei natural.

Mas a pólis existe por natureza ou é instituída por convenção entre os homens? A justiça e a lei política são naturais ou estabelecidas pelos humanos, isto é, convencionais? Essas indagações colocam, de um lado, os sofistas, defensores do caráter *convencional* da justiça e da lei, e, de outro, Platão e Aristóteles, defensores do caráter *natural* da justiça e da lei.

A posição dos sofistas

Para os sofistas, a pólis nasce por convenção entre os seres humanos quando percebem que lhes é mais útil a vida em comum do que em isolamento. Instituem ou convencionam regras de convivência que se tornam leis, *nómos*. A justiça é o consenso quanto às leis e a finalidade da política é criar e preservar esse consenso.

Se a pólis e as leis são convenções humanas, podem mudar, desde que haja mudança nas circunstâncias. A justiça será não só conservar as leis, mas também permitir sua mudança sem que isso destrua a comunidade política. A única maneira de realizar mudanças sem destruição da ordem política é o debate para chegar ao consenso, a expressão pública da vontade da maioria, obtida pelo voto dos cidadãos reunidos em assembleia.

Por esse motivo, os sofistas se apresentavam como professores da arte da discussão e da persuasão pela palavra (*retórica*). Mediante remuneração, ensinavam os jovens a discutir em público, a defender e combater opiniões, ensinando-lhes argumentos persuasivos para os prós e os contras em todas as questões que precisariam debater nas assembleias, a fim de convencer os outros a aceitar sua posição.

A finalidade da política era a justiça entendida como *concórdia* entre os cidadãos, conseguida na discussão pública de opiniões e interesses contrários. O debate dos opostos e a exposição persuasiva dos argumentos antagônicos deviam levar à vitória do interesse mais bem argumentado, aprovado pelo voto da maioria.

Em oposição aos sofistas, Platão e Aristóteles afirmam o caráter natural da pólis e da justiça. Embora ambos concordem nesse aspecto, diferem no modo como concebem a própria justiça.

A posição de Platão

Para Platão, os seres humanos e a pólis possuem a mesma estrutura. Os humanos são dotados de três almas ou três princípios de atividade: a *alma concupiscente* ou *desejante* (situada nas entranhas ou no baixo-ventre), que busca satisfação dos apetites do corpo, tanto os necessários à sobrevivência como os que apenas causam prazer; a *alma irascível* ou *colérica* (situada no peito ou no coração), que defende o corpo contra as agressões do meio ambiente e de outros humanos, reagindo à dor para proteger nossa vida; e a *alma racional* ou *intelectual* (situada na cabeça), que se dedica ao conhecimento.

Também a pólis possui uma estrutura tripartite, formada por três classes sociais: a *classe econômica dos proprietários de terra, artesãos e comerciantes*, que garante a sobrevivência material da cidade; *a classe militar dos guerreiros*, responsável pela defesa da cidade; e *a classe dos magistrados*, que garante o governo da cidade sob as leis.

Um homem, diz Platão, é injusto quando a alma concupiscente (os apetites e prazeres) é mais forte do que as outras duas, dominando-as. Também é injusto quando a alma colérica (a agressividade) é mais poderosa do que a racional, dominando-a.

O que é, pois, o homem justo? Aquele cuja alma racional (pensamento e vontade) é mais forte do que as outras duas almas, impondo à concupiscente a virtude da temperança (ou moderação) e à colérica, a virtude da coragem, que deve controlar a concupiscência. O homem justo é o homem virtuoso; a virtude, domínio racional sobre o desejo e a cólera. A justiça ética é a hierarquia das almas, em que a racional domina as inferiores.

O que é a justiça política? Essa mesma hierarquia, mas aplicada à comunidade — os sábios legisladores devem governar, os militares, subordinados aos legisladores, devem defender a cidade, e os membros da classe econômica, subordinados aos legisladores, devem assegurar a sobrevivência da pólis.

Como realizar a cidade justa? Pela educação dos cidadãos — homens e mulheres (Platão não exclui as mulheres da política e critica os gregos por excluí-las).

A cidade justa é governada pelos filósofos, administrada pelos cientistas, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores. Cada classe cumprirá sua função para o bem da pólis, racionalmente dirigida pelos filósofos.

Em contrapartida, a cidade injusta é aquela na qual o governo está nas mãos dos proprietários — que não pensam no bem comum da pólis e lutarão por interesses econômicos particulares — ou na dos militares — que mergulharão a cidade em guerras para satisfazer seus desejos particulares de honra e glória. Somente os filósofos têm como interesse o bem geral da pólis e somente eles podem governá-la com justiça.

Charge do cartunista Angeli, publicada em 1997.

A posição de Aristóteles

Aristóteles elabora uma teoria política diversa das dos sofistas e de Platão.

Para determinar o que é a justiça, diz ele, precisamos distinguir dois tipos de bens: os *partilháveis* e os *participáveis*. Um bem é partilhável quando é uma *quantidade* que pode ser dividida e distribuída — a riqueza é um bem partilhável. Um bem é participável quando é uma *qualidade* indivisível, que não pode ser repartida nem distribuída, podendo apenas ser participada — o poder político é um bem participável.

Existem, pois, dois tipos de justiça na cidade: a *distributiva*, referente aos bens econômicos partilháveis, e a *participativa*, referente ao poder político participável. A cidade justa saberá distinguir esses dois tipos de justiça e realizar ambos.

A justiça distributiva consiste em dar a cada pessoa o que lhe é devido e sua função é dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais. Suponhamos que a pólis esteja atravessando um período de fome em decorrência de secas ou enchentes e que adquira alimentos para distribuí-los a todos. Para ser justa, a cidade não poderá reparti-los de modo igual para todos. De fato, aos que são pobres, deve doá-los, mas, aos que são ricos, deve vendê-los, de modo a conseguir fundos para adquirir novos alimentos. Se doar a todos ou vender a todos, será injusta. Também será injusta se atribuir a todos as mesmas quantidades de alimentos, pois dará quantidades iguais para famílias desiguais, umas mais numerosas do que outras.

Guito Moreto/Agência O Globo

Morador de rua dorme em frente a agência bancária no Rio de Janeiro, em 2012.

Em suma, é injusto tratar igualmente os desiguais e é justo tratar desigualmente os desiguais para que recebam os partilháveis segundo suas condições e necessidades. Isso implica afirmar que numa cidade em que a diferença entre ricos e pobres é muito grande a injustiça vigora, pois não se dá a todos o que lhes é devido como seres humanos.

Na cidade injusta, as leis, em lugar de permitirem aos pobres o acesso às riquezas (por meio de limitações impostas à extensão da propriedade, de fixação da boa remuneração aos trabalhadores pobres, de impostos e tributos que recaiam sobre os ricos apenas, etc.), vedam-lhes tal direito.

Ora, somente os que não são forçados às labutas ininterruptas para a sobrevivência são capazes de uma vida plenamente humana e feliz. A cidade injusta, portanto, impede que uma parte dos cidadãos tenha assegurado o direito à vida boa.

Quanto à justiça do participável, trata-se do direito de todos os cidadãos de participar do poder. Ao apresentar os diferentes regimes políticos conforme o número dos que participam do poder — na monarquia, um só; na aristocracia, alguns, considerados os melhores; na democracia, todos —, Aristóteles considera este último (o qual denomina regime popular) o melhor do ponto de vista da justiça.

Enquanto Platão se preocupa com a educação e formação do dirigente político — o *governante filósofo* —, Aristóteles se interessa pela qualidade das instituições políticas (assembleias, tribunais, forma da coleta de impostos e tributos, distribuição da riqueza, organização do exército, etc.).

Com isso, ambos legam para as teorias políticas subsequentes duas maneiras de conceber a qualidade justa da cidade: platonicamente, essa qualidade depende das virtudes do dirigente; aristotelicamente, das virtudes das instituições.

Romanos: a construção do príncipe

Após o primeiro período de sua história política, a época arcaica e lendária dos reis patriarcais, semi-humanos e semidivinos, Roma torna-se uma república aristocrática governada pelos grandes senhores de terras (os patrícios) e pelos representantes eleitos pela plebe (os tribunos da plebe). O poder cabe a uma instituição designada “Senado e Povo Romano”, que pode, em circunstâncias previstas na lei, receber “homens novos” — plebeus que, por suas riquezas, casamentos ou feitos militares, passam a fazer parte do grupo governante.

República **oligárquica**, Roma é uma potência com vocação militar. Em menos de três séculos, conquista grande parte do mundo que os romanos conheciam, incluindo os atuais territórios da Grã-Bretanha, dos Países Baixos, partes da Alemanha e todas as terras banhadas pelo mar Mediterrâneo, tanto na Europa quanto na África e no Oriente Médio. Esse feito foi obra militar dos cônsules que foram investidos com o ***imperium*** (poder judiciário e militar). São *imperatores*.

À medida que Roma se torna uma potência mundial, alguns dos cônsules (Júlio César, Numa, Pompeu) reivindicam mais poder e mais autoridade, que lhes vão sendo concedidos pelo Senado e Povo Romano. Gradualmente, sob a aparência de uma república aristocrática, instala-se uma república monárquica, que se inicia com Júlio César e se consolida nas mãos de Augusto. Com este último, a monarquia vai perdendo o caráter republicano até tornar-se senhorial e instituir-se como *principado*.

O príncipe é imperador: chefe militar, detentor do poder judiciário, magistrado, senhor das terras do Império Romano, autoridade suprema. Por isso mesmo, vários pensadores romanos republicanos consideram que a decadência política de Roma coincide com o momento de seu maior esplendor econômico e militar, quando o nome "César" deixa de nomear a pessoa de Júlio César e passa a indicar a posição imperial do governante — o príncipe é um *césar*.

A mudança da República para o Principado transparece na teoria política. Embora esta continue afirmando os valores republicanos — importância das leis, do direito e das instituições públicas, particularmente do Senado e Povo Romano —, a preocupação dos teóricos romanos se volta para a figura do príncipe.

Inspirando-se no governante-filósofo de Platão, os pensadores romanos produzirão o ideal do *príncipe perfeito* ou do *Bom Governo.* A nova teoria política mantém a ideia grega de que a comunidade política tem como objetivo a vida boa ou a justiça, identificada com a ordem, harmonia ou concórdia no interior da cidade. No entanto, agora, a justiça dependerá das qualidades morais do governante. O príncipe deve ser o modelo das virtudes para a comunidade, pois ela o imitará.

Entre a teoria platônica e a aristotélica, os romanos escolheram a primeira, e tenderam a dar menor importância à organização política da sociedade e maior importância à formação do príncipe moralmente virtuoso.

oligarquia

Termo composto de duas palavras gregas: *oligoi*, 'alguns', e *arkhé*, 'o que está à frente'. Trata-se, portanto, daqueles que estão à frente e comandam os demais. Como em geral os oligarcas se consideraram os melhores, muitas oligarquias se denominavam *aristocracias* (do grego *aristo*, 'o melhor', e *kratós*, 'poder').

imperium

Palavra latina que significa o poder incondicional de comando, bem como os de promulgar e revogar leis, de declarar a guerra e a paz, e de determinar a vida ou a morte de quem fosse considerado criminoso.

BBC/HBO/RAI

O ator Simon Woods como Otávio na série televisiva Roma. *Admirado por sua sagacidade e conhecido pelo desejo de poder, adota o nome Augusto ao transformar a república romana em principado e o epíteto* princeps civitatis *(primeiro cidadão).*

Virtudes principescas

O príncipe, como todo ser humano, é passional e racional; porém, diferentemente dos outros humanos, não pode ceder às paixões, apenas à razão. Por isso, deve ser educado para possuir um conjunto de virtudes que são próprias do governante justo: as *virtudes principescas*.

O verdadeiro *vir* ('varão', em latim) possui três séries de *virtudes* ou *qualidades morais*. A primeira delas é comum a todo homem virtuoso, sendo constituída por quatro virtudes universais: sabedoria ou prudência, justiça ou equidade, coragem e temperança ou moderação. A segunda série constitui o conjunto das virtudes propriamente principescas: honradez ou disposição para manter os princípios em todas as circunstâncias, magnanimidade ou clemência, isto é, capacidade para dar punição justa e para perdoar, e liberalidade, isto é, disposição para pôr sua riqueza a serviço do povo. Finalmente, a terceira série de virtudes refere-se aos objetivos que devem ser almejados pelo príncipe virtuoso: honra, glória e fama.

Cícero insiste em que o verdadeiro príncipe é aquele que nunca se deixa arrastar por paixões que o transformem numa besta. Não pode ter a violência do leão nem a astúcia da raposa, mas deve, em todas as circunstâncias, comportar-se como homem dotado de vontade racional. O príncipe será o Bom Governo se for um Bom Conselho, isto é, sábio, devendo buscar o amor e o respeito dos súditos.

Em contraponto ao Bom Governo, a teoria política ergue o retrato do tirano ou príncipe vicioso: bestial, intemperante, passional, injusto, covarde, impiedoso, avarento e perdulário, sem honra, fama ou glória, odiado por todos e de todos temeroso. Inseguro e odiado, rodeia-se de soldados, vivendo isolado em fortalezas, temendo a rua e a corte.

A teoria do Bom Governo deposita na pessoa do governante a qualidade da política e faz de suas virtudes privadas virtudes públicas. **O príncipe encarna a comunidade e a espelha, sendo por ela imitado tanto na virtude como no vício.**

O poder teológico-político: o cristianismo

A herança hebraica e romana

Para compreendermos as teorias políticas cristãs, precisamos ter em mente as duas tradições das quais o cristianismo é herdeiro e sobre as quais elaborará suas próprias ideias: a *hebraica* e a *romana*.

diálogos *filosóficos*

Os gregos inventaram a política

L'Histoire — Para começar, os gregos inventaram a política e a democracia?

Vernant — [...] Pode-se dizer, para resumir as coisas, que nesse mundo mediterrâneo o rei cumpre um papel essencial. Ele tem em si algo de divino, ele é o intermediário entre os deuses e os homens. O grupo humano se encontra, em relação ao poder, à soberania, numa situação de inferioridade, de submissão e de obediência: a palavra do rei, sua decisão, os meios militares de que ele dispõe são incomensuráveis ao cotidiano de seus súditos. O que vemos surgir na Grécia, nesse contexto? Algo de totalmente novo: a ideia de que só existe sociedade humana digna desse nome se essa soberania de valor quase religioso se achar despersonalizada e, para falar como os gregos, situada no centro, ou seja, se ela se tornar uma coisa comum. Só pode haver vida social se todos os membros de uma comunidade tiverem direitos iguais para gerir os interesses comuns — o que é também um modo de instaurar uma diferença entre o público e o privado.

L'Histoire — O que define o espaço público?

Vernant — O fato, justamente, de não ser submetido à autoridade de nenhum senhor, de não abrir espaço a um poder despótico.

[Entrevista concedida à revista francesa *L'Histoire*.]

VERNANT, Jean Pierre. Os gregos inventaram tudo. Tradução de José Marcos Macedo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo: 31 out. 1999. Caderno MAIS!, p. 4-5.

Embora tenham conhecido várias modalidades de governo, os hebreus deram ao poder, sob qualquer forma em que fosse exercido, uma marca fundamental irrevogável: o caráter teocrático. Em outras palavras, consideravam que o poder, em sua plenitude e verdade, pertence exclusivamente a Deus e que este, por meio dos anjos e dos profetas, elege o dirigente ou os dirigentes. O governo dos hebreus era, portanto, uma **teocracia**, um governo em que o poder pertence a Deus. A expressão mais clara disso encontra-se numa passagem do Livro dos Provérbios, onde se lê que Deus disse: "Por mim reinam os reis e os príncipes governam".

Além disso, os hebreus se fizeram conhecer não só como Povo de Deus, mas também como Povo da Lei (a lei divina dada primeiro a Noé como lei moral e, depois, completada e doada a Moisés, por escrito, como lei religiosa, política e moral). A legalidade era algo tão profundo que, quando o cristianismo se constitui como nova religião, fala-se na Antiga Lei (a aliança de Deus com o povo, prometida a Noé e a Abraão e dada a Moisés) e na Nova Lei (a nova aliança de Deus com o povo, por meio do messias Jesus).

Do lado romano, o processo que viemos descrevendo acima (passagem da República ao Principado e teoria do Bom Governo) prosseguiu. Assim, no período em que o cristianismo se expande e está em via de se tornar religião oficial do Império Romano, o príncipe romano já se encontra investido de novos poderes.

Sendo Roma senhora do Universo, o príncipe não é apenas, como seu nome indica, "o primeiro cidadão" (*princeps civitatis*), mas é imperador romano e tenderá a ser visto como senhor do Universo, ocupando o topo da hierarquia do mundo, centrado em Roma, que o poeta Virgílio chamou de 'Cidade Eterna'.

Ao imperador — ou ao césar — cabe manter a harmonia e a concórdia no mundo, a *pax romana*, garantida pela força das armas. Com isso, o príncipe passou a enfeixar em suas mãos todos os poderes, que antes cabiam ao Senado e Povo Romano, e foi sendo sacralizado, à maneira do déspota oriental, até ser considerado divino. Foram-lhe atribuídos poderes que pertenciam ao deus romano Júpiter: fundador do povo, restaurador da ordem universal e salvador do Universo.

Para cumprir suas tarefas, o poder imperial centralizado e hierarquizado desenvolve um complexo sistema estatal em que prevalece o poderio dos funcionários imperiais, que se estende como uma rede intrincada de pequenos poderes por todo o território do Império Romano.

A elaboração da teoria política cristã como teologia política resultará da apropriação dessa dupla herança pelo poder eclesiástico.

teocracia
Palavra originada dos termos gregos *théos* ('Deus') e *kratós* ('poder').

De Agostini/Getty Images/Galleria Degli Uffizi, Florença, Itália.

O sacrifício de Isaac, *de Caravaggio, parte do acervo da Galleria Degli Uffizi, em Florença, Itália. O quadro retrata a personagem bíblica Abraão, líder dos hebreus, sendo impedida por um anjo de sacrificar seu filho Isaac como prova de sua fé e obediência a Deus.*

A instituição eclesiástica

Quando estudamos a ética, vimos que o cristianismo, diferentemente da maioria das religiões antigas, não surge como religião ou de um povo ou de um Estado. No entanto, ele deveria ter sido uma religião nacional, uma vez que Jesus se apresentava como o messias esperado pelo povo judeu.

Em outras palavras, se Jesus tivesse sido vitorioso, provavelmente teria sido capitão, rei e sacerdote, pois era assim que o messias havia sido imaginado e esperado pelos hebreus. Derrotado pela monarquia judaica, que usara o poder do Império Romano para julgá-lo e condená-lo, Jesus ressurge (ressuscita) como figura puramente espiritual, rei de um reino que não é deste mundo. O cristianismo se constitui, portanto, à margem do poder político e contra ele, pois os "reinos deste mundo" serão, pouco a pouco, vistos como obra de Satanás para a perdição do gênero humano.

Separado da ordem política estatal, o cristianismo se organizará de maneira semelhante a outras crenças religiosas não oficiais: tomará a forma de uma seita. Nessa

época, seitas religiosas e correntes filosóficas que não possuíam a pólis como referência — pois Roma quase tudo dominava — não podiam mais dirigir-se a uma comunidade política ou a um povo determinado. Por isso, dirigiam-se ao ser humano em geral, sem distinção de nação ou povo.

O poder imperial romano criara, sem o saber, a ideia do homem universal, sem pátria e sem comunidade política. O cristianismo será uma seita religiosa dirigida aos seres humanos em geral, com a promessa de salvação individual eterna. À ideia política da lei escrita e codificada em regras objetivas, contrapõe a ideia de lei moral invisível, inscrita por Deus Pai no coração de cada um.

Todavia, a seita cristã irá diferenciar-se de outras porque a herança judaica — dos primeiros apóstolos — e romana — dos primeiros padres — irá influenciar o vocabulário e o pensamento dos cristãos.

De fato, essa herança conduzirá à ideia de **povo** e de **lei**, isto é, a dois conceitos e vocábulos provenientes da política, ainda que os cristãos acrescentem à palavra povo a expressão **povo de Deus** e à palavra lei, a de **lei de Deus**. A seita cristã se apresenta como uma *comunidade* cujos membros formam o *povo* de Deus sob a *lei* de Deus. Essa comunidade é feita de iguais — os filhos de Deus redimidos pelo Filho —, que recebem em conjunto a Palavra Sagrada e, pelo batismo e pela eucaristia, participam da nova lei — a aliança do Pai com seu povo pela mediação do Filho. A comunidade é a *ekklesia*, palavra grega que significa 'assembleia' — no caso, a assembleia dos fiéis, a **Igreja**. E esta é designada como **Reino de Deus**.

Povo, lei, assembleia e reino: essas palavras indicam, por si mesmas, a vocação política do cristianismo, pois, desde seu início, este escolhe para referir-se a si mesmo os vocábulos da tradição política judaica e romana.

A *ekklesia* organiza-se com base em uma autoridade constituída pelo próprio Cristo quando, na última ceia, autoriza os apóstolos a celebrar a eucaristia (o pão e o vinho como símbolos do corpo e sangue do messias) e, no dia de Pentecostes, ordena-lhes que preguem ao mundo inteiro a nova lei e a Boa-Nova (o Evangelho).

A autoridade apostólica não se limita a batismo, eucaristia e evangelização. Jesus deu aos apóstolos o poder de ligar os homens a Deus e Dele desligá-los, quando lhes disse, por meio de Pedro: "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as Chaves do Reino: o que ligares na Terra será ligado no Céu, o que desligares na Terra será desligado no Céu".

Essa passagem do Evangelho de Mateus será denominada pelos juristas cristãos "princípio petríneo das Chaves" e com ela está fundada a Igreja como instituição de poder. Esse poder, como se observa, é teocrático, pois sua fonte é o próprio Deus; e é superior ao poder político temporal, uma vez que este seria puramente humano, frágil e perecível, criado por sedução demoníaca.

A *ekklesia*, comunidade de bons e justos, separada do Estado e do poder imperial humanos, organiza-se com normas e regras que estabelecem hierarquias de autoridade e de poder. Forma-se, assim, o que o romano de origem berbere Santo Agostinho chamará de *Civitas Dei*, a Cidade de Deus, oposta à Cidade dos Homens, injusta e satânica — isto é, Roma.

Album/DEA/Veneranda Biblioteca Ambrosiana/Latinstock

Retrato do filósofo e teólogo Santo Agostinho feito no século XV. Sua mais conhecida obra, Cidade de Deus, *foi escrita em um Império Romano recém-convertido ao cristianismo e condena a moral e os valores da Roma pagã.*

Essa instituição eclesiástica conseguirá converter ao cristianismo o imperador Constantino. Pouco tempo depois, o imperador Teodósio transformará a seita em religião oficial do Império Romano. Com isso, a Igreja irá institucionalizar-se repetindo ou imitando em sua organização interna a estrutura militar e burocrática do Império — forma de organização que perdura até os dias de hoje.

O poder eclesiástico

O poderio da Igreja cresce à medida que se esfacela e desmorona o Império Romano. Dois motivos levam a esse crescimento: em primeiro lugar, a expansão do próprio cristianismo pela obra da evangelização dos povos, realizada pelos padres nos territórios do Império Romano e para além deles; em segundo lugar, o sistema resultante do esfacelamento de Roma, conhecido como feudalismo, que fragmentou a propriedade da terra e fez surgirem pequenos poderes locais isolados, de sorte que o único poder centralizado e homogeneamente organizado era o da Igreja.

A Igreja detém três poderes crescentes, à medida que o Império Romano decai:

1. o poder religioso de ligar os homens a Deus e Dele desligá-los;
2. o poder econômico decorrente de grandes propriedades fundiárias acumuladas com o passar de vários séculos. Esse acúmulo ocorreu seja porque os nobres do Império, ao se converterem, doaram terras à instituição eclesiástica, seja porque esta recebera terras como recompensa por serviços prestados aos imperadores;
3. o poder intelectual, porque a Igreja se tornou guardiã e intérprete única dos textos sagrados — a Bíblia — e de todos os textos produzidos pela cultura greco-romana. Saber ler e escrever tornou-se privilégio exclusivo da instituição eclesiástica.

As teorias teológico-políticas

Chama-se teologia política a elaboração de ideias políticas a partir de fundamentos e princípios teológicos. A teoria política elaborada pela Igreja católica romana é uma teologia política.

Na elaboração da teologia política, os teóricos cristãos dispunham de três fontes principais: a Bíblia traduzida para o latim, os códigos de leis dos imperadores romanos e as ideias retiradas de algumas poucas obras conhecidas de Platão, Aristóteles e sobretudo Cícero.

De Platão vinha a ideia da comunidade justa, organizada hierarquicamente e governada por sábios legisladores. De Aristóteles vinha a ideia de que a finalidade do poder era a justiça como bem supremo da comunidade. De Cícero, a ideia do Bom Governo ou do príncipe virtuoso, espelho para a comunidade. De todos eles, veio a ideia de que a política era resultado da natureza (que fez dos humanos seres gregários) e da razão (que fez os homens compreenderem os benefícios da vida em comum).

Massimo Sestini/Reuters/Latinstock

Multidão de católicos ocupa a Praça de São Pedro, no Estado do Vaticano, em 2011, com a Basílica de São Pedro ao fundo. A Basílica é o centro decisório da Igreja católica quanto às posições da religião e às relações políticas e econômicas do Estado eclesiástico.

No entanto, essas ideias filosóficas precisavam ser conciliadas com a outra fonte do pensamento político, a Bíblia. **E a conciliação não era fácil, uma vez que as Escrituras Sagradas não consideram o poder como algo natural e originado da razão, mas proveniente da vontade de Deus.**

A Bíblia, como se sabe, é um conjunto de textos de proveniências, épocas e autores muito diferentes, escritos em várias línguas (particularmente o hebraico, o aramaico e o grego), e que formam dois grupos principais, o Antigo e o Novo Testamento. Aqueles que a traduziram para o latim só dispunham da língua culta romana e dos textos que compunham o chamado Direito Romano. A tradução verteu os diferentes textos para a linguagem latina clássica, fazendo prevalecer a língua jurídica e legal romana, combinando, assim, a forte tradição legalista judaica e a latina. Essa Bíblia latinizada servirá de base para as teorias teológico-políticas e fornecerá os critérios para decidir o que aceitar e o que recusar das ideias de Platão, Aristóteles e Cícero.

As teorias do poder teológico-político, embora tenham recebido diferentes formulações desde o fim do Império Romano e no correr da Idade Média, apresentavam os seguintes pontos em comum:

- O poder é teocrático, isto é, pertence a Deus e Dele vem aos homens por Ele escolhidos para representá-lo. O fundamento dessa ideia encontra-se não só na já mencionada passagem do Antigo Testamento, como também numa passagem do Novo Testamento, na Epístola de Paulo aos Romanos, capítulo XIII, em que se lê que "não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus". O poder é um favor divino ou uma graça divina e o governante não representa os governados, mas representa Deus perante os governados.
- O rei, porque escolhido por Deus, Dele recebe a lei, ou, como dizem os teólogos juristas, o rei traz a lei em seu peito e o que apraz ao rei tem força de lei. O rei é, portanto, a fonte da lei e da justiça.

  Sendo autor da lei e tendo o poder pela graça de Deus, o rei está acima das leis e não pode ser julgado por ninguém, tendo poder absoluto. O fundamento dessa ideia é retirado de um preceito do Direito Romano que afirma: "Ninguém pode dar o que não tem e ninguém pode tirar o que não deu". Se o poder é dado ao rei por Deus porque Lhe pertence, então não foi o povo quem deu o poder ao rei; portanto, o povo também não pode julgar o rei nem tirar-lhe o poder. Se um rei for tirânico e injusto, nem assim os súditos podem resistir-lhe nem depô-lo, pois ele está no poder pela vontade de Deus, que, para punir os pecados do povo, o faz sofrer sob um tirano.
- O príncipe cristão deve possuir o conjunto das virtudes cristãs (fé, esperança e caridade) e o conjunto das virtudes principescas definidas por Cícero e Sêneca como próprias do Bom Governo. Sendo espelho da comunidade, em sua pessoa devem estar encarnadas as qualidades cristãs que a comunidade deve imitar.
- A comunidade e o rei formam o *corpo político*: a cabeça é a coroa ou o rei; o peito é a legislação, sob a guarda dos magistrados e conselheiros do rei; os membros superiores são os senhores ou barões que formam os exércitos do rei e a ele estão ligados por juramento de fidelidade ou de vassalagem; e os membros inferiores são o povo, que trabalha para o sustento do corpo político. A pólis platônica é, assim, transformada no *corpo político do rei*.
- A hierarquia política e social é considerada ordenada por Deus e natural. O mundo é um *kósmos*, isto é, uma ordem fixa de lugares e funções que cada ser (minerais, vegetais, animais e humanos) ocupa necessariamente e nos quais realiza sua natureza própria. Os seres do *kósmos* estão distribuídos em graus, e o grau inferior deve obediência ao superior, submetendo-se a ele.

Página da Bíblia de Mogúncia, publicada na Alemanha em 1462. Exemplar da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

- No caso da comunidade política, a hierarquia obedece aos critérios das funções e da riqueza, formando *ordens* sociais e *corpos* ou *corporações* que são órgãos do corpo político do rei. Não existe a ideia de indivíduo, mas de ordem ou corporação a que cada um pertence por vontade divina, por natureza e por hereditariedade. Ninguém pode subir ou descer na hierarquia a não ser por vontade expressa do rei; cada um nasce, vive e morre no mesmo lugar social, transmitindo-o aos descendentes.
  Esse papel central que as teorias conferem à ideia de um cosmo hierárquico organizado em ordens, lugares e funções fixos responde a três exigências práticas: manter a concepção hierárquica imperial romana e eclesiástica, manter a concepção teocrática judaica e, sobretudo, oferecer uma garantia de ordem e segurança a uma sociedade fragmentada em propriedades rurais isoladas e espalhadas pelo antigo território do Império. O mundo (o cosmo) organizado hierarquicamente é o substituto para a organização política hierárquica do Império Romano, destruído e esfacelado.
- No topo da hierarquia encontram-se o papa e o imperador. O primeiro possui o poder espiritual, o segundo, o temporal. Em decorrência da desaparição política dos centros urbanos e do isolamento provocado pela ruralização da vida econômica e social, cada região possui um conjunto de senhores que escolhe um chefe entre seus pares, garantindo-lhe a permanência indefinida no poder. Formam-se reinos por todo o território da Europa medieval.
  Há, assim, pequenos reinos regionais nos quais o poder só passa a outras famílias se o reinante morrer sem herdeiro do sexo masculino, ou se trair seus pares e for por eles deposto, ou se for derrotado em uma guerra por um oponente com força para reivindicar o poder régio. Contraposta a essa pluralidade de reis, encontra-se a figura do imperador, que é único e tem os reis feudais como vassalos. Ou seja, o conjunto ou assembleia dos reis subordina-se ao Grande Rei ou Imperador da Europa, senhor do Sacro Império Romano-Germânico (formado pela maior parte dos reinos cristãos da Europa). Este possui o poder teocrático, isto é, ele é escolhido por Deus e não pelos outros reis.
- A justiça, finalidade da comunidade cristã, é a hierarquia de submissão e obediência do inferior ao superior, pois é essa a ordem natural criada pela lei divina. A vida temporal é inferior à vida espiritual e, por isso, a finalidade maior do governante é a salvação da alma imortal de seus súditos, pela qual responderá perante Deus. Essa ordem hierárquica imposta por Deus define a justiça natural e, por ser uma ordem jurídica, recebe o nome de Direito Natural Objetivo.

De Agostini Picture Library/Getty Images

Miniatura em iluminura italiana do século XV, atribuída a Cristoforo de Predis, presente no manuscrito De Sphaera, *escrito por Johannes de Sacrobosco. Na Idade Média e no início do Renascimento, o pensamento político europeu acreditava que cada ser ocupa uma posição fixa no* kósmos.

- Mesmo que considere a comunidade política algo natural — como dizia Aristóteles e dirão vários teólogos, como Tomás de Aquino —, e mesmo que se considere que a comunidade política é obra da razão — como diziam Platão e Cícero e afirmarão vários teólogos, como Guilherme de Ockham —, a finalidade suprema do poder político não é estritamente terrena ou temporal, mas espiritual. O príncipe é responsável pela finalidade mais alta da política: a salvação eterna de seus súditos.

Conflitos entre papa, imperador e reis

As teorias teológico-políticas foram elaboradas para resolver dois conflitos que atravessam toda a Idade Média: o conflito entre o papa e o imperador, de um lado, e entre o imperador e as assembleias dos reis, de outro.

O conflito papa-imperador é consequência da concepção teocrática do poder. Se Deus escolhe quem deverá representá-lo, dando o poder ao escolhido, quem é este: o papa ou o imperador?

A primeira solução encontrada foi trazida pelos juristas de Carlos Magno, com a teoria da *dupla investidura*: o imperador é investido no poder temporal pelo papa, que o unge e o coroa; o papa recebe do imperador a investidura da espada, pela qual este

Jacques Boussaroque/Agência France-Presse

O palácio novo do papa, construído na cidade de Avignon, na França, no século XIV, em foto de 2011. A mudança do papado de Roma para Avignon e a interferência dos reis franceses na escolha do pontífice católico constituíram-se em uma das mais conhecidas rupturas do equilíbrio entre os poderes temporal e espiritual na Idade Média.

jura defender e proteger a Igreja, sob a condição de que ela nunca interfira nos assuntos administrativos e militares do império. Assim, o imperador depende do papa para receber o poder político, mas o papa depende do imperador para manter o poder eclesiástico.

O conflito entre o imperador e as assembleias dos barões e reis diz respeito à escolha do imperador. Esse conflito revela o problema de uma política fundada em duas fontes antagônicas.

De fato, barões e reis invocam a chamada Lei Régia Romana, segundo a qual o governante recebe do povo o poder, sendo, portanto, eleito ocupante do poder. Barões e reis afirmam que, da mesma maneira, elegem o imperador e que são seus instituidores. Ora, como essa mesma lei romana afirma que só pode tirar alguma coisa de alguém aquele que tem o poder de dá-la porque a possui, conclui-se que, se reis e barões elegem o imperador, têm poder para dar-lhe poder e também para depô-lo.

O imperador, porém, invoca a Bíblia e a origem teocrática do poder, afirmando que seu poder não vem dos barões e reis, mas de Deus — e, como lhe foi dado por Deus, só por este lhe pode ser tirado.

A solução será trazida pela teoria que distingue entre *eleição* e *unção*. O imperador, de fato, é eleito pelos pares para o cargo, mas só terá o poder por meio da unção com óleos santos — afirma-se que é ungido com o mesmo óleo que ungiu Davi e Salomão —, e quem unge o imperador é a Igreja, isto é, o papa como representante do poder de Deus.

Os dois corpos do rei

Como se observa, a teoria da dupla investidura e da distinção entre eleição e unção deixa o imperador à mercê do papa. Para fortalecer o imperador contra o papa, os reis e os barões, é elaborada uma teoria que, mais tarde, sustentará as teorias da monarquia absoluta por direito divino. Trata-se da teologia política dos dois corpos do imperador, que depois se generalizará como teoria dos dois corpos do rei.

A teoria começa afirmando que um imperador é rei-pela-graça-de-Deus (um rei escolhido e ungido por Deus) é a imitação de Jesus Cristo. Jesus possui duas naturezas: a humana, mortal, e a divina, imortal. Como Jesus, o rei tem dois corpos: um corpo humano, que nasce, vive, adoece, envelhece e morre, e um corpo místico, perene e imortal, seu corpo político. O corpo político do rei não nasce, nem adoece, envelhece ou morre. Por isso, ninguém, a não ser Deus, pode lhe dar esse corpo, e ninguém, a não ser Deus, pode tirar-lhe tal corpo. Não o recebe nem dos barões e reis, nem do papa, e não pode ser-lhe tirado pelos reis, pelos barões ou pelo papa.

O que é o corpo político do imperador ou do rei ungido? A coroa, o cetro, o manto, a espada, o trono, as terras, as leis, os impostos e tributos e seus descendentes ou sua dinastia. Filho da justiça, pai da lei, marido da terra e de tudo o que nela existe, o rei ungido é inviolável e eterno porque é imitação de Cristo e imagem de Deus. Nem eleito nem deposto por ninguém, nem julgado por ninguém, o poder político do rei ungido o coloca fora e acima da comunidade, tornando-o transcendente a ela.

Em relação ao papa, a teoria dos dois corpos do rei dá ao imperador uma força teológica semelhante àquela que o "princípio petríneo" ou a doação das Chaves do Reino dava ao Vigário de Cristo (o papa).

Em relação aos reis e barões, a teoria dá ao imperador a inviolabilidade do cargo e, mais do que isso, faz com que seja ele o doador de poder a seus inferiores. Reis e barões terão poder por um favor do imperador; como o imperador, que recebe poder por um favor de Deus.

a filosofia nas entrelinhas

Evaristo Sá/Agência France-Presse

Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, durante a votação em que foi aprovado o Novo Código Florestal, em 2012.

Esta atividade trabalha com conteúdos de História, Sociologia e Filosofia.

Aos gregos, era inconcebível a ética fora da comunidade política, pois nela a natureza humana encontrava sua mais alta realização. Mesmo depois de 25 séculos, esse ideal da política grega nos inspirou. O *Código de Ética e Decoro Parlamentar*, por exemplo, visa orientar as ações dos parlamentares (senadores, deputados, vereadores, etc.) no sentido de garantir a retidão e clareza exigidas ao trabalho nas instituições públicas do Estado moderno. Sabemos, porém, que mecanismos desse tipo nem sempre são suficientes para garantir a união entre ética e política.

- Escolha um caso ou uma característica da prática política atual, no Brasil ou no mundo, e analise-a com base nos seus conhecimentos sobre esse assunto, no conteúdo deste capítulo e na Unidade X deste livro. Depois, escreva um pequeno texto que responda às seguintes questões:
  a) Que comparações você estabeleceria entre os ideais políticos gregos e a forma como é praticada a política no Brasil e/ou no mundo?
  b) É possível dizer que a união entre ética e política ainda se faz presente na atualidade? Justifique.

atividades

1. Quais são os principais motivos que levaram gregos e romanos a inventarem a política?
2. Como o nascimento das cidades influiu na invenção da política?
3. Por que e como foram criadas as primeiras leis? Elas contribuíram ou não para solucionar a luta de classes na Grécia e Roma antigas? Justifique.
4. Explique de que modo a política lida com os conflitos no interior de uma sociedade.
5. Como se formou o Estado? Quais eram suas funções?
6. Para o antropólogo Pierre Clastres, além das sociedades políticas e das despóticas, há aquelas que vão contra o Estado e o mercado.
   a) Explique, em linhas gerais, como se organizam essas sociedades.
   b) Para você, em qual dessas sociedades a vida boa e justa melhor se desenvolve? Exponha sua posição.
7. As indagações sobre a gênese da pólis opõem os sofistas a Platão e Aristóteles. Explique no que consistia a posição de cada um em relação à finalidade da vida política.
8. Explique as bases em que foi fundada a religião cristã.
9. Explique por que, à medida que o Império Romano se esfacelava, o poderio da Igreja crescia.
10. Quais os três poderes que a Igreja adquire com o passar dos anos em relação ao Império Romano?
11. As teorias teológico-políticas (o vínculo interno entre religião e política), embora tivessem diferentes formulações no correr da Idade Média, apresentavam pontos em comum. Cite três deles e comente-os.

INDICAÇÃO DE FILME

Gladiador

Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 2000.

Odiado por Cômodo (Joaquin Phoenix), filho do imperador Marco Aurélio (Richard Harris), Máximo (Russell Crowe) é o preferido do líder político de Roma para substituí-lo no trono. Perseguido por Cômodo, Máximo acaba escravizado. Tornado gladiador, ele buscará vingança e justiça.

The Ronald Grant Archive/DIOMEDIA

Russell Crowe interpreta o general Máximo no filme Gladiador, *de Ridley Scott.*

CAPÍTULO

33

As filosofias políticas

Nas sociedades ocidentais, as transformações políticas resultam de longas disputas históricas travadas entre monarcas, clérigos, nobres, burgueses e membros das classes populares. Neste capítulo, veremos como as reflexões de filósofos sobre a política também tiveram grande repercussão na sociedade a partir do século XVI.

O eco desses pensadores se faz presente ainda hoje na definição das formas de governo (monarquia, parlamentarismo, república e democracia) e do direito (que organiza o Estado e normatiza a vida em sociedade).

O primeiro e maior exemplo de pensador atento às mudanças de sua época é o florentino Nicolau Maquiavel. O que teria pensado ele para que gente que nunca leu sua obra e que nem mesmo sabe que ele existiu fale em *maquiavélico* e *maquiavelismo*?

O filósofo Herbert Marcuse fala aos alunos da Universidade Livre de Berlim, em 1967, em período de intensos debates culturais e políticos. O pensamento filosófico acompanha as mudanças históricas e põe em questão as concepções sobre política, poder e cidadania da sociedade de seu tempo.

The Granger Collection/Other Images

Heritage Images/Corbis/Latinstock

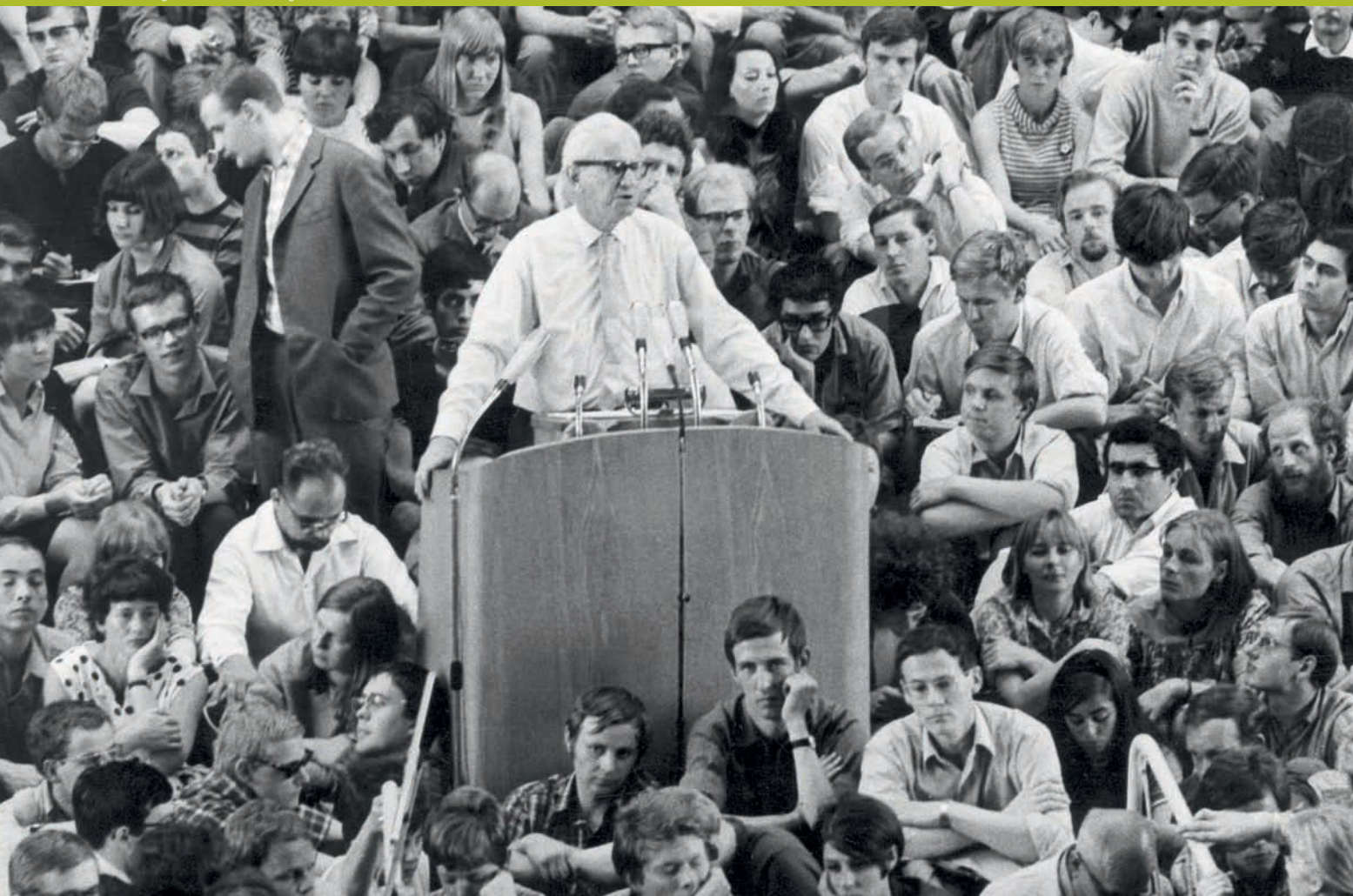



Ilustração do século XV retratando o mercador viajante Marco Polo (1254-1324) em sua partida de Veneza (na atual Itália) em direção ao Oriente. Com o incremento das atividades urbanas e comerciais em cidades como Veneza, desenvolveu-se, no decorrer dos séculos, o capitalismo mercantil.

O ideal republicano

À volta dos castelos feudais, durante a Idade Média, formaram-se aldeias ou burgos. Na sociedade como um todo prevaleciam relações hierárquicas que dividiam os indivíduos em superiores e inferiores. Essa divisão determinava entre eles dois tipos precisos de relação: a de vassalagem — juramento de fidelidade e concessão de bens, tributos ou serviços feito por um nobre (vassalo) a um rei (suserano), que em troca lhe prometia proteção e lhe concedia a posse de terras — e a de servidão — juramento de fidelidade, pagamento de tributos e prestação de serviços por uma família camponesa (serva) ao barão ou senhor do feudo (senhor) em troca de lugar para viver e proteção.

O imperador era vassalo do papa; os reis, vassalos do imperador; os barões, vassalos dos reis; e, na base da sociedade, estavam os camponeses, servos dos barões. Nos burgos, entretanto, a divisão social do trabalho fez aparecer outra organização social, a corporação de ofício. Tecelões, pedreiros, ferreiros, médicos, arquitetos, comerciantes e outros organizavam-se em confrarias, ligando-se por um juramento de confiança recíproca, ainda que estivessem sujeitos à relação de submissão aos barões feudais e aos reis.

Embora internamente as corporações também fossem hierárquicas, era possível, com base nas regras convencionadas entre seus membros, ascender na hierarquia. Externamente, nas relações com outras corporações, todos eram considerados livres e iguais. As corporações fizeram surgir uma nova classe social que, nos séculos seguintes, se tornará economicamente dominante e buscará também o domínio político: a *burguesia*, nascida dos burgos.

Desde o início do século XV, em certas regiões da Europa, as antigas cidades do Império Romano e as novas cidades surgidas dos burgos medievais entram em desenvolvimento econômico e social. Grandes rotas comerciais tornam poderosas as corporações e as famílias de comerciantes, enquanto o poderio agrário dos barões feudais começa a diminuir.

Inicia-se, nas cidades, o que viria a ser conhecido como capitalismo comercial ou mercantil. Para desenvolvê-lo, não podem continuar submetidas aos padrões, às regras e aos tributos da economia feudal agrária. Por isso, a burguesia nascente inicia uma luta contra a nobreza feudal, reivindicando a criação de franquias econômicas e o fim da vassalagem, com a independência das cidades em relação a barões, reis, papas e imperadores.

Na Itália, a redescoberta das obras de pensadores, artistas e técnicos da cultura greco-romana, particularmente das antigas teorias políticas, suscita um ideal político novo: o da liberdade republicana contra o poder teológico-político de papas e imperadores.

Nesse período conhecido como Renascimento, espera-se fazer renascer o pensamento, a ciência, as artes, a ética, as técnicas e a política que haviam sido desenvolvidos antes que a Igreja e os teólogos tivessem tomado para si o privilégio do saber e a autoridade para decidir o que poderia e o que não poderia ser pensado, dito e feito.

Esparta, Atenas e Roma são tomadas como exemplos da liberdade republicana. Imitá-las é voltar a valorizar a política como expressão mais alta da capacidade humana. Ergue-se a *vita activa* contra o ideal da *vita contemplativa*, valorizado pela Igreja, isto é, a vida espiritual do sábio contemplativo e solitário, que se preocupava com a vida futura no outro mundo sem se ocupar com a vida presente neste mundo. **Fala-se, agora, na liberdade republicana e na vida política como as formas mais altas da dignidade humana.**

Nesse ambiente, entre 1513 e 1514, em Florença, é escrita a obra que inaugura o pensamento político moderno: *O príncipe*, de Maquiavel.

Antes de *O príncipe*

Embora diferentes e, muitas vezes, contrárias, as obras políticas medievais e renascentistas dizem respeito a um mundo cristão. Isso significa que não podem escapar da relação entre política e religião.

É verdade que as teorias medievais são ou diretamente teocráticas (o poder pertence apenas a Deus, que o concede a alguém) ou indiretamente teocráticas (a origem do poder está na natureza social do homem, mas seu fundamento último encontra-se na lei divina revelada). Já as teorias renascentistas procuram evitar a ideia de que o poder seria uma graça ou um favor divino e que se encontra determinado pela lei divina.

No entanto, embora recusem a teocracia, não podem recusar outra ideia cristã, a de que o poder político só é legítimo se for justo e só será justo se estiver de acordo com a vontade de Deus e a Providência divina. Assim, elementos de teologia continuam presentes nas formulações teóricas da política.

Por isso, se deixarmos de lado essa diferença entre medievais e renascentistas, poderemos perceber certos traços que lhes são comuns, provenientes dos elementos de teologia:

- encontram para a política um fundamento anterior e exterior à própria política. Em outras palavras, para alguns, o fundamento da política encontra-se em Deus (seja na vontade divina, que doa o poder aos homens, seja na Providência divina, que favorece o poder de alguns homens); para outros, encontra-se na Natureza, criada por Deus em conformidade com o direito natural objetivo, ou a ordem jurídica hierárquica imposta por Deus ao mundo, segundo a qual o homem é um ser naturalmente político; para outros ainda, encontra-se na Razão, isto é, na ideia de que existe uma racionalidade que governa o mundo e os homens, torna-os racionais e os faz instituir a vida política. Há, pois, algo — Deus, Natureza ou Razão — anterior e exterior à política, servindo de fundamento a ela;

Musee Ingres, Montauban, France/Giraudon/The Bridgeman Art Library/Grupo Keystone

Carlos V, último imperador do Sacro Império Romano-Germânico a ser ungido pelo papa, em 1520, é retratado no quadro A coroação de Carlos V, *de Cornelis Schut (1597-1655).*

- afirmam que a política é instituição de uma comunidade una e indivisa, cuja finalidade é realizar o bem comum ou justiça. A boa política é feita pela boa comunidade, harmoniosa, pacífica e ordeira. Lutas, conflitos e divisões são vistos como perigos, frutos de homens perversos e sediciosos que devem ser afastados da comunidade e do poder;
- assentam a boa comunidade e a boa política na figura do Bom Governo, isto é, no príncipe virtuoso e racional, portador da justiça, da harmonia e da indivisão da comunidade;
- classificam os regimes políticos em justos-legítimos e injustos-ilegítimos. A monarquia e a aristocracia hereditárias são colocadas entre os primeiros, enquanto os segundos, denominados tirânicos, são aqueles em que o poder foi obtido por conquista e usurpação. Este regime é considerado antinatural, irracional, contrário à vontade de Deus e à justiça, obra de um governante vicioso e perverso.

Comparada a esses traços da tradição política, a obra de Maquiavel é demolidora e revolucionária. Com ela, nasce o pensamento político moderno.

A revolução de Maquiavel

Diferentemente dos teólogos, que partiam da Bíblia e do Direito Romano para formular teorias políticas, e diferentemente dos contemporâneos renascentistas, que partiam dos filósofos greco-romanos, Maquiavel parte da *experiência real* de seu tempo.

Como diplomata e conselheiro dos governantes de Florença, viu as lutas europeias de centralização monárquica, o ressurgimento da vida urbana na Europa e, com ela, a ascensão da burguesia comercial das grandes cidades. Sobretudo, viu a fragmentação da Itália, dividida em reinos, ducados, repúblicas e Igreja.

A compreensão e a interpretação do sentido dessas experiências históricas o conduziram à ideia de que as concepções políticas antigas e medievais não eram capazes de abarcar verdadeiramente o que é o poder. **Tornara-se necessária, sobretudo para a Itália e para Florença, uma nova concepção da sociedade e da política, que levasse em conta a observação direta dos acontecimentos**. Para isso, em 1513, escreve a obra inaugural da filosofia política moderna, *O príncipe*.

Se compararmos o pensamento político de Maquiavel com os quatro pontos nos quais resumimos a tradição política anterior, observaremos por onde passa a ruptura maquiaveliana:

Showtime Networks Inc./Everett Collection/Latinstock

Cena de Os Bórgias (2011), seriado estadunidense de televisão que se baseia na história real da família do papa Alexandre VI (Jeremy Irons, à esquerda), em sua luta por poder na Itália do século XVI. Filho, conselheiro e chefe militar do papa, César Bórgia (François Arnaud) teve atos e posturas analisados em diversas passagens de O príncipe.

1. Maquiavel não admite um fundamento anterior e exterior à política (Deus, Natureza ou Razão). Toda cidade (isto é, toda sociedade), diz ele, está originariamente dividida entre *o desejo dos grandes de oprimir e comandar* e *o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado*. Essa divisão evidencia que a cidade não é uma comunidade homogênea nascida da vontade divina, da ordem natural ou da razão humana.
   Na realidade, a sociedade é tecida por lutas internas que a obrigam a instituir um polo superior — o poder político — que possa unificá-la e dar-lhe identidade. Assim, *a política nasce das lutas sociais e é obra da própria sociedade para dar a si mesma unidade e identidade*. A política resulta da ação social a partir das divisões sociais;
2. Maquiavel não aceita a ideia da boa comunidade política constituída para o bem comum e a justiça. Como vimos, o ponto de partida da política para ele é a *divisão social entre os grandes e o povo*.
   A sociedade é originariamente dividida e jamais pode ser vista como uma comunidade una, indivisa, homogênea, voltada para o bem comum. Essa imagem, diz Maquiavel, é uma máscara com que os grandes recobrem a realidade social para enganar, oprimir e comandar o povo, como se os grandes e os populares tivessem os mesmos interesses e fossem irmãos e iguais numa bela comunidade.

A finalidade da política não é a justiça e o bem comum, mas sim, como sempre souberam os políticos, a *tomada e manutenção do poder*. O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar e conservar o poder e que, para isso, jamais se alia aos grandes, pois estes também querem o poder para si. Por isso, ele deve aliar-se ao povo, que espera do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas *a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei*;

3. Maquiavel recusa a figura do Bom Governo encarnada no príncipe virtuoso, portador das virtudes cristãs, das virtudes morais e das virtudes principescas. Maquiavel introduz a célebre ideia da *virtù* como conjunto das qualidades políticas do dirigente para tomar e manter o poder, mesmo que para isso deva usar a violência, a mentira, a astúcia e a força. A tradição afirmava que o governante devia ser amado e respeitado pelos governados. Maquiavel declara que o príncipe não precisa ser amado; o que ele realmente precisa é não ser odiado.
   Isso significa, em primeiro lugar, que o príncipe deve ser respeitado e temido — o que só é possível se não for odiado. Significa, em segundo lugar, que não precisa ser amado, pois isso o faria um pai para a sociedade — e, sabemos, um pai conhece apenas um tipo de poder, o despótico. A virtude política do príncipe, sua *virtù*, aparecerá na qualidade das instituições que souber criar e manter e na capacidade que tiver para enfrentar as ocasiões adversas — aquilo que Maquiavel chama de *fortuna* (a boa ou a má sorte);
4. Maquiavel não aceita a divisão clássica dos três regimes políticos (monarquia, aristocracia, democracia) e suas formas corruptas ou ilegítimas (tirania, oligarquia, demagogia/anarquia), bem como não aceita que o regime legítimo seja o hereditário e o ilegítimo, o usurpado por conquista. Qualquer regime político poderá ser legítimo ou ilegítimo. O critério para avaliar a legitimidade e a ilegitimidade é a *liberdade*.
   Todo regime político em que o poderio de opressão e comando dos grandes supera o poder do príncipe e esmaga o povo é ilegítimo; caso contrário, é legítimo. Assim, legitimidade e ilegitimidade dependem da garantia do único princípio que rege a política: *o poder do príncipe deve ser superior ao dos grandes e estar a serviço do povo*.
   O príncipe pode ser monarca hereditário ou por conquista; pode ser todo um povo que conquista, pela força, o poder e o exerce democraticamente. Qualquer desses regimes políticos será legítimo se for uma *república*, e não despotismo ou tirania; isto é, só é legítimo o regime no qual o poder não está a serviço dos desejos e interesses de um particular ou de um grupo de particulares.

O príncipe virtuoso

Dissemos que a tradição grega tornara ética e política inseparáveis, que a tradição romana colocara essa identidade da ética e da política na pessoa virtuosa do governante e que a tradição cristã transformara a pessoa política num corpo místico sacralizado que encarnava a vontade de Deus e a comunidade humana.

Interfoto/Latinstock

Gravura do século XVIII retratando Agatócles de Siracusa, tirano que governou sua cidade e outras regiões da ilha da Sicília entre 317 e 289 a.C. Usado como exemplo de príncipe que tomou o poder por meios cruéis mas teve a habilidade necessária para mantê-lo, ilustra a mudança de perspectiva inaugurada pela obra O príncipe.

Hereditariedade, personalidade e virtude formavam o centro da política, orientada pela ideia de justiça e bem comum. Esse conjunto de ideias e imagens é demolido por Maquiavel. Um dos aspectos da concepção maquiaveliana que melhor revela essa demolição encontra-se na figura do *príncipe virtuoso*.

Quando estudamos a ética, vimos que a questão central posta pelos filósofos sempre foi "o que está e o que não está em nosso poder?". Vimos também que "estar em nosso poder" significava a ação voluntária racional livre, própria da virtude, e "não estar em nosso poder" significava o conjunto de circunstâncias externas que agem sobre nós e determinam nossa vontade e nossa ação.

Vimos ainda que esse conjunto de circunstâncias que não dependem de nós abrangia tanto as leis necessárias da natureza quanto os acasos e a contingência, ou o que a tradição filosófica chamou de *fortuna*.

Imagno/Hulton Archive/Getty Images

General do Exército francês, Napoleão Bonaparte ascendeu à chefia de Estado e encarnou como poucos líderes na História a figura do príncipe com virtù.

A oposição *virtude-fortuna* jamais abandonou a ética e, como esta surgia inseparável da política, a mesma oposição se fez presente no pensamento político. Neste, o governante virtuoso era aquele cujas virtudes morais o protegem do poderio da caprichosa e inconstante fortuna.

Maquiavel retoma essa oposição, mas lhe imprime um sentido inteiramente novo. *A virtù* do príncipe não consiste num conjunto fixo de qualidades morais que ele oporá à fortuna. **A *virtù* é a capacidade do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna.** Um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá *virtù* alguma.

Ou seja, deve mudar com a sorte ou as circunstâncias e, como elas, ser volúvel e inconstante, pois somente assim saberá agarrá-las e vencê-las. Em certas circunstâncias, deverá ser cruel, em outras, generoso; em certas ocasiões deverá mentir, em outras, ser honrado; em certos momentos, deverá ceder à vontade dos outros, em alguns, ser inflexível. O *éthos* ou caráter do príncipe deve variar com as circunstâncias, para que sempre seja senhor delas. A fortuna, para Maquiavel, oferece-se como um presente a todo aquele que tiver ousadia para dobrá-la e vencê-la.

A lógica política nada tem a ver com as virtudes éticas dos indivíduos em sua vida privada. O que poderia ser moral na vida privada pode ser fraqueza na vida pública e vice-versa; o que poderia ser imoral do ponto de vista da ética privada pode ser *virtù* política.

Em outras palavras, Maquiavel inaugura a ideia de valores políticos medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos. O *éthos* político e o *éthos* moral são diferentes e não há fraqueza política maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder.

Há ocasiões em que a república exige que o príncipe seja cruel; outras, em que deve ser magnânimo e misericordioso. As circunstâncias podem exigir que ele seja astuto e dissimulador, ou, pelo contrário, que seja leal e sincero. Sua virtude é medida pelos efeitos benéficos de sua ação para a república.

Por ter inaugurado a teoria moderna da lógica do poder como independente da religião, da ética e da ordem natural, Maquiavel só poderia ter sido visto como "maquiavélico". As palavras ***maquiavélico*** e ***maquiavelismo***, criadas no século XVI e conservadas até hoje, exprimem o medo que se tem da política quando esta é *simplesmente política*, isto é, sem as máscaras da religião, da moral, da razão e da natureza.

Para o Ocidente cristão do século XVI, o príncipe maquiaveliano, não sendo o Bom Governo sob as ordens de Deus e da Razão, só poderia ser diabólico. É essa imagem demonizada da política como ação social puramente humana que os termos *maquiavélico* e *maquiavelismo* designam. Vocábulos que, como se vê, não exprimem um conhecimento real da obra de Maquiavel, e sim a condenação teológica e moralista dela.

maquiavélico, maquiavelismo

Expressões usadas para julgar a ação ou a conduta de alguém desleal, hipócrita, fingidor, poderosamente malévolo, que brinca com sentimentos, desejos e boa-fé dos outros, fazendo-lhes promessas que sabe que não cumprirá. Um "poder maquiavélico" seria aquele que: 1. age secretamente, escondendo dos cidadãos suas intenções e finalidades; 2. afirma que os fins justificam os meios e usa meios imorais, violentos e perversos para conseguir o que quer; 3. dá as regras do jogo, mas fica à espera de que os jogadores causem sua própria ruína e destruição.

A ideia de soberania

Ao desligar o poder político de fundamentos não políticos (Deus, Natureza, Razão) e ao articulá-lo à divisão social entre os grandes e o povo, Maquiavel abriu caminho para uma discussão essencial para o pensamento político moderno: a ideia de **soberania** — em latim, *summa potestas*, sumo poder ou poder supremo.

Na tradição, "soberano" designa a pessoa física do governante e se refere ao rei ou ao imperador. A batalha da dupla investidura, que vimos anteriormente, referia-se justamente à questão de saber quem era a pessoa soberana, o imperador ou o papa.

Da mesma maneira, a invenção da teoria dos "dois corpos do rei" pretendia assegurar que o rei fosse soberano, distinguindo entre a fraqueza, a finitude e a mortalidade de sua pessoa física, e força, perenidade e imortalidade de sua pessoa política.

Vimos também que Maquiavel abandonou a definição dos regimes pela distinção entre o número de governantes (um, alguns, todos) e pelo valor atribuído a quem governa (virtudes morais), originada da filosofia política aristotélica. Em lugar dessa discussão, sua obra voltou-se para a ideia de *Principado*.

Essa ideia indicava que a questão da soberania era posta a distância de dois grandes rivais, a Igreja (ou o papa) e os Grandes (ou a nobreza e a burguesia urbanas com suas corporações de ofícios e monopólios comerciais).

Dessa maneira, a obra de Maquiavel começa a indicar que o soberano não é uma pessoa, e sim o poder político independente do poder religioso e do poder econômico. Com isso, anuncia a obra do pensador francês Jean Bodin, o primeiro a formular modernamente o conceito de soberania.

Em sua obra *Os seis livros da república*, publicada em 1520, Bodin introduz a ideia da soberania como poder único de legislar e comandar, pertencente não ao governante (que é efêmero), e sim ao Estado (que é permanente e duradouro). A soberania é perpétua; o governo, passageiro. O Estado como soberano é entendido como um sistema articulado que reúne uma ordem jurídica (o direito e a legislação) e uma autoridade independente (o comando e o uso da força).

Com isso, Bodin distingue o poder soberano de outros poderes (religiosos, econômicos, sociais) que só podem ser exercidos sob as ordens e sob o controle do Estado.

O mundo desordenado

A obra de Maquiavel, criticada em toda parte, considerada ateia e satânica, tornou-se, porém, a referência obrigatória do pensamento político ocidental moderno. A ideia de que a finalidade da política é a tomada e conservação do poder e que este não provém nem de Deus, nem da Razão, nem de uma ordem natural fixa exigiu que os governantes justificassem a ocupação do poder.

Em alguns casos, como na França e na Prússia, surgirá a teoria do direito divino dos reis, uma reformulação jurídica da antiga teologia política do "rei pela graça divina" e dos "dois corpos do rei". Na maioria dos países, porém, a concepção teocrática não foi mantida e, partindo de Maquiavel, os teóricos tiveram de elaborar novas teorias políticas.

Para compreendermos os conceitos que fundarão essas novas teorias, precisamos considerar alguns acontecimentos históricos que mudaram a face econômica e social da Europa entre os séculos XV e XVII.

Do principado civil

Quem [...] se tornar príncipe com o favor do povo deve conservá-lo seu amigo; e isto não lhe será difícil, já que o povo só deseja estar livre da opressão. Mas quem chegar a essa altura com o bafejo dos poderosos, e contra a vontade do povo, busque, antes de mais nada, captar as simpatias deste, o que lhe será fácil quando o puser sob sua proteção. Os homens, quando recebem o bem de quem julgavam receber o mal, mais agradecidos se mostram ao benfeitor. Por isso, o príncipe que protege o seu povo torna-o mais afeiçoado a si do que se tivesse chegado ao poder com o favor dele. Muitos modos existem de granjear tal afeto. Contudo, variam tanto de povo para povo que não é possível estabelecer-lhes regra segura, e sobre eles guardarei silêncio. Limitar-me-ei a dizer que a um príncipe é forçoso ter a amizade do seu povo. Sem ela, não encontrará salvação na hora desdita.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. In: WEFFORT, Francisco (Org). *Os clássicos da política*. 8. ed. v. 1. São Paulo: Ática, 1997. p. 23-24

O cobrador de impostos, *obra pintada por volta de 1616 por Pieter Brueghel, o Jovem.*

Já mencionamos o novo papel das cidades e da nova classe social — a burguesia — no plano econômico, social e político. Outros fatores, além do crescimento das corporações de ofício e do comércio, fortaleceram essa nova classe:

- a decadência e ruína de inúmeras famílias aristocráticas, cujas riquezas foram consumidas nas guerras das Cruzadas contra os árabes e cujas terras ficaram abandonadas porque seus nobres senhores morreram na guerra sem deixar herdeiros. Outros, ao contrair dívidas com a Coroa para comprar armamentos e pagar exércitos para as Cruzadas, tiveram suas terras confiscadas pelo rei para cobrir as dívidas. Os servos da gleba, que trabalhavam nessas propriedades, bem como os camponeses pobres e livres, que as arrendavam em troca de serviços, migravam para as cidades. Lá, tornavam-se membros das corporações de ofícios ou servos urbanos de nobres que passaram a se dedicar ao comércio;
- a peste negra —uma grande peste que dizimou gente, gado e colheitas em toda a Europa no final da Idade Média — arruinou a nobreza fundiária e causou migrações para as cidades;
- a vida urbana provocou o crescimento de atividades artesanais e, com elas, o desenvolvimento comercial para compra e venda dos produtos, criando especialidades regionais e o intercâmbio comercial em toda a Europa;
- as grandes rotas do comércio com o Oriente — dominadas primeiro pelas cidades italianas e depois pelos impérios ultramarinos de Portugal, Espanha, Inglaterra e França –, articuladas às rotas comerciais no interior da própria Europa e à urbanização, deram origem a um novo tipo de riqueza: o capital. Este se baseava no lucro advindo da exploração do trabalho dos homens pobres e livres que haviam migrado para as cidades europeias e na exploração do trabalho escravo de índios e negros nas Américas.

Nas cidades, primeiro, e no campo, depois, a miséria e as péssimas condições de trabalho e de vida levaram os camponeses a revoltar-se contra os ricos. No campo, tais revoltas foram um dos efeitos da Reforma Protestante, que acusara a Igreja e a nobreza agrária de cometerem o pecado da ambição, explorando e oprimindo os pobres. Nas cidades, as revoltas populares eram também um efeito da Reforma Protestante, que havia declarado a igualdade espiritual dos seres humanos, afirmando como principal virtude o trabalho e principal vício a preguiça — as classes populares urbanas consideraram que a igualdade não era apenas espiritual, mas também social, material.

O desenvolvimento econômico das cidades, o crescimento da burguesia comerciante ou mercantil e da classe dos trabalhadores pobres mas livres, a Reforma Protestante, as revoltas populares, as guerras entre potências pelo domínio dos mares e dos novos territórios, a queda de reis e de famílias da nobreza, a ascensão de famílias de comerciantes e de novos reis que as favoreciam em detrimento dos nobres, todos esses fatos evidenciavam que a ideia, herdada do Império Romano e consolidada pela Igreja Romana, de um mundo constituído naturalmente por hierarquias fixas não correspondia à realidade. A antiga ideia do direito natural objetivo como ordem fixa da natureza e da sociedade perdera sentido.

Indivíduos e conflitos

A nova situação histórica fazia aparecer dois fatos que não podiam ser negados:

1. a existência de *indivíduos* — um burguês e um trabalhador não podiam invocar sangue, família, linhagem e dinastia para explicar por que existiam e por que haviam mudado de posição social, mas podiam invocar a si mesmos como indivíduos que produziram, por conta própria, a mudança de sua situação e de sua posição econômico-social.
   Em outras palavras, o surgimento de duas novas classes sociais (a burguesia e os trabalhadores livres) evidenciava que perdera sentido a ideia de que cada um se define pela família e pelo grupo a que pertence e pelo lugar natural dessa família ou desse grupo na ordem hierárquica e fixa do Universo;

Album/akg-images/Latinstock

Gravura do século XIX retratando Martinho Lutero diante do imperador Carlos V. A Reforma vinha ao encontro dos anseios burgueses, pois medidas como a tradução da Bíblia para as línguas nacionais e ideias como a de que há homens predestinados à bem-aventurança religavam o indivíduo comum a Deus.

2. a existência de *conflitos* entre indivíduos e grupos de indivíduos pela posse de riquezas, cargos, postos e poderes anulava tanto a prática medieval da submissão natural do inferior ao superior (base das relações de vassalagem e de servidão) quanto a imagem cristã da comunidade política una, indivisa e fraterna.

Os teóricos precisavam, portanto, não apenas explicar o que eram os indivíduos e por que lutavam mortalmente uns contra os outros, mas também oferecer teorias capazes de solucionar os conflitos e as guerras sociais. Em outras palavras, foram forçados a indagar qual é a origem da sociedade e da política.

Do indivíduo à sociedade civil

O estado de natureza

O conceito de **estado de natureza** ou de **condição natural** tem a função de explicar a situação pré-social na qual os indivíduos existem isoladamente. Duas foram as principais concepções do estado de natureza:

1. a concepção de Thomas Hobbes (no século XVII), segundo a qual, em estado de natureza, os indivíduos vivem isolados e em luta permanente, vigorando a guerra de todos contra todos ou o estado do "homem lobo do homem". Nesse estado reina o *medo* e, principalmente, o *grande medo*: o da morte violenta. Para se protegerem uns dos outros, os humanos inventaram as armas e cercaram as terras que ocupavam.
   Essas duas atitudes são inúteis, pois sempre haverá alguém mais forte que vencerá o mais fraco e ocupará as terras cercadas. A vida não tem garantias; a posse não tem reconhecimento e, portanto, não existe. A única lei é a força do mais forte, que pode tudo quanto tenha força para conquistar e conservar;
2. a concepção de Jean-Jacques Rousseau (no século XVIII), segundo a qual, em estado de natureza, os indivíduos vivem isolados pelas florestas, sobrevivendo com o que a natureza lhes dá, desconhecendo lutas e comunicando-se pelo gesto, pelo grito e pelo canto, numa língua generosa e benevolente.
   Esse estado de felicidade original, no qual os humanos existem na condição de *bom selvagem inocente*, termina quando alguém cerca um terreno e diz: "É meu". A divisão entre o meu e o teu, isto é, o surgimento da propriedade privada, dá origem ao *estado de sociedade*, no qual prevalece a guerra de todos contra todos. Em outras palavras, o estado de sociedade rousseauista corresponde ao estado de natureza hobbesiano.

O estado de natureza de Hobbes e o estado de sociedade de Rousseau evidenciam uma percepção do social como luta entre fracos e fortes, vigorando o poder da força ou a vontade do mais forte. Em toda parte

reinam a insegurança, a luta, o medo e a morte. Para fazer cessar esse estado de vida ameaçador os humanos decidem passar à *civitas* ou à **sociedade civil**, isto é, ao estado civil, criando o poder político e as leis.

O pacto ou contrato social e o estado civil

De acordo com os teóricos dos séculos XVII e XVIII, a passagem do estado de natureza ao estado civil ou à sociedade civil se dá por meio de um *pacto social* ou *contrato social*, pelo qual os indivíduos concordam em renunciar à liberdade natural e à posse natural de bens e armas e em transferir a um terceiro — o soberano — algumas formas de poder. Delas, destacam-se o poder para criar e aplicar as leis (determinando o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o permitido e o proibido), usar a força (encarregando-se, em nome de todos, de vingar os crimes), declarar a guerra e a paz.

O contrato social funda a **soberania** e institui a autoridade política, isto é, a *pólis* ou a *civitas*. É instituído, portanto, o estado civil, que deve pôr um fim às lutas mortais do estado de natureza (hobbesiano) ou do estado de sociedade (rousseauista).

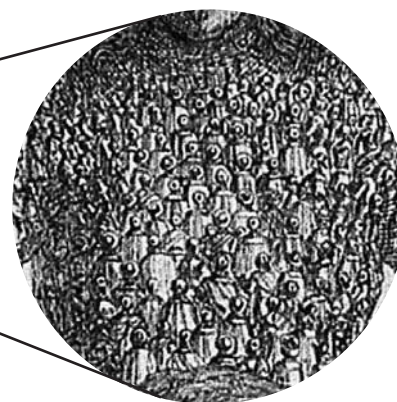
Como é possível o contrato ou o pacto social? Qual sua legitimidade? Os teóricos invocarão uma cláusula do Direito Romano — "Ninguém pode dar o que não tem e ninguém pode tirar o que não deu" — e a Lei Régia romana — "O poder pertence ao povo e é por ele conferido ao soberano" — para legitimar a teoria do contrato ou do pacto social. Essas duas cláusulas serão a base das teorias do direito natural.

O jusnaturalismo

O ponto de partida das teorias do contrato é o conceito de **direito natural**: por natureza, todo indivíduo tem direito à vida, ao que é necessário à sobrevivência de seu corpo e à liberdade. Por natureza, todos são livres, ainda que, por natureza, uns sejam mais fortes e outros mais fracos.

Um contrato ou um pacto, dizia a teoria jurídica romana, só tem validade se as partes contratantes forem livres e iguais e se voluntária e livremente derem seu consentimento ao que está sendo pactuado.

A teoria do direito natural ou o jusnaturalismo garante essas duas condições para validar o contrato social ou o pacto político. **De fato, se as partes contratantes possuem os mesmos direitos naturais e são livres, então possuem o direito e o poder para transferir a liberdade a um terceiro; e, se consentem voluntária e livremente nisso, então elas dão ao soberano algo que possuem, de maneira que o poder da soberania é legítimo porque nasce da doação ou transferência voluntária de direitos dos indivíduos.** Assim, por meio do direito natural, os indivíduos fazem um pacto de viver em comum sem causar dano uns aos outros.

Sammlung Rauch/Interfoto/Latinstock

Detalhe da ilustração do frontispício da primeira edição de Leviatã, *de 1651. Hobbes se inspirou na figura bíblica do monstro Leviatã para expressar o corpo político do soberano, constituído por uma multidão de indivíduos.*

Para Hobbes, a multidão de indivíduos reunida pelo pacto passa a constituir um *corpo político*, uma pessoa artificial criada pela ação humana e que se chama *Estado*. Para Rousseau, os indivíduos naturais são pessoas morais, que, pelo pacto, criam a *Vontade Geral* como corpo moral coletivo ou Estado.

A teoria do direito natural e do contrato evidencia uma inovação de grande importância: o pensamento político já não fala em comunidade, mas em **sociedade**. A ideia de comunidade pressupõe um grupo humano uno, homogêneo, indiviso, compartilhando os mesmos bens, as mesmas crenças e ideias, os mesmos costumes e possuindo um destino comum.

A ideia de sociedade, ao contrário, pressupõe indivíduos independentes e isolados, dotados de direitos naturais e individuais, que decidem, por um ato voluntário, tornarem-se sócios para vantagem recíproca e por interesses recíprocos. A comunidade é a ideia de uma coletividade natural ou divina; a sociedade, a de uma coletividade voluntária, histórica e humana.

O Estado

A sociedade civil é o Estado propriamente dito. Feito o pacto ou o contrato, os contratantes transferem o direito natural ao soberano e com isso o autorizam a transformá-lo em **direito civil** ou direito positivo, sob o qual a sociedade viverá. Esse direito, na forma das leis promulgadas e aplicadas pelo soberano, garantirá a vida, a liberdade e a propriedade privada dos governados. Em nome da segurança e da paz, os indivíduos transferem ao soberano o direito exclusivo ao uso da força e da violência, da vingança contra os crimes, da regulamentação dos contratos econômicos, etc.

Quem é o soberano? Hobbes e Rousseau diferem na resposta a essa pergunta.

Para Hobbes, o soberano pode ser um rei, um grupo de aristocratas ou uma assembleia democrática. Como para Bodin, também para Hobbes o fundamental não é o número dos governantes nem a forma do regime político, mas a determinação de quem possui o poder ou a soberania: o Estado. Este, por meio das instituições públicas, tem o poder para promulgar e aplicar as leis, definir e garantir a propriedade privada e exigir obediência incondicional dos governados, desde que respeite dois direitos naturais intransferíveis: o direito à vida e o direito à paz, pois foi por eles que o soberano foi criado. O soberano detém a espada e a lei; os governados, a vida e a propriedade dos bens.

Para Rousseau, o soberano é o povo, entendido como Vontade Geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos. Os indivíduos, pelo contrato, criaram-se a si mesmos como povo e é a este que transferem os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Assim sendo, o governante não é o soberano, mas o *representante* da soberania popular. Os indivíduos aceitam perder a liberdade natural pela liberdade civil; aceitam perder o direito à posse natural de bens para ganhar a individualidade civil, isto é, a **cidadania** e, com ela, o direito civil à propriedade de bens. Como criam a soberania e nela se fazem representar, são cidadãos. Como se submetem às leis e à autoridade do governante que os representa, chamam-se *súditos*. São, pois, cidadãos do Estado e súditos das leis.

Dado que, para Hobbes, a soberania pertence àquele a quem o direito natural foi transferido para que assegure paz e segurança, o regime político que lhe parece mais capaz de realizar essa finalidade é a monarquia. Ao contrário, para Rousseau, sendo a soberania sempre popular ou do povo, o regime que melhor realizaria as finalidades do contrato social é a democracia direta ou participativa.

A teoria liberal

A burguesia e a propriedade privada

No pensamento político de Hobbes e de Rousseau, a propriedade privada não é um direito natural, mas civil. Mesmo que no estado de natureza (em Hobbes) e no estado de sociedade (em Rousseau) os indivíduos se apossem de terras, de outros homens e de bens, essa posse é o mesmo que nada, pois não existem leis para garanti-las.

O direito civil, ao contrário, assegura a posse por meio das leis e a legitima na forma de **propriedade privada**. Esta é, portanto, um efeito do contrato social e um decreto do soberano.

Essa teoria da legitimidade civil da propriedade privada, porém, não era suficiente para a burguesia em ascensão, cujo poder e prestígio estavam fundados na propriedade privada da riqueza.

De fato, embora o capitalismo estivesse em via de consolidação e o poderio econômico da burguesia fosse inconteste, em toda parte o regime político permanecia monárquico e, com isso, o poderio político da realeza e o prestígio social da nobreza também persistiam.

O contrato de casamento, *primeira pintura da série* Casamento à moda *(1743-1745), de William Hogarth. A obra retrata as núpcias do filho de um conde, membro da nobreza tradicional, e da filha de um rico comerciante.*

Para que seu poder econômico pudesse enfrentar o poder político dos reis e das nobrezas, a burguesia precisava de uma teoria que lhe desse uma legitimidade tão grande ou maior do que o sangue e a hereditariedade davam à realeza e à nobreza.

Em outras palavras, assim como sangue e hereditariedade davam à realeza e à nobreza um fundamento natural para o poder e o prestígio, a burguesia precisava de uma teoria que desse ao seu poder econômico também um fundamento natural, capaz de rivalizar e até mesmo suplantar o poder dos demais. **Essa teoria será a da *propriedade privada como direito natural* e sua primeira formulação coerente será feita pelo filósofo inglês John Locke, no final do século XVII e início do século XVIII.**

Locke parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são conseguidos pelo **trabalho**.

Como fazer do trabalho o legitimador da propriedade privada enquanto direito natural?

Deus, escreve Locke, é um artífice, um obreiro, arquiteto e engenheiro que fez uma obra: o mundo. Este, como obra do trabalhador divino, a ele pertence. É seu domínio e sua propriedade. Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, deu-lhe o mundo para que nele reinasse e, ao expulsá-lo do Paraíso, não lhe retirou o domínio do mundo, mas lhe disse que o teria com o suor de seu rosto.

Por todos esses motivos, Deus instituiu, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. Por isso, de origem divina, ela é um direito natural.

O Estado existe a partir do contrato social. Tem as funções que Hobbes lhe atribui, mas sua principal finalidade é garantir o direito natural de propriedade.

Dessa maneira, a burguesia se vê inteiramente legitimada perante a realeza e a nobreza e, mais do que isso, surge como superior a elas, uma vez que o burguês acredita que é proprietário graças ao seu próprio trabalho, enquanto reis e nobres são parasitas da sociedade ou do trabalho alheio.

O burguês não se reconhece apenas como superior social e moralmente aos nobres, mas também como superior aos pobres. De fato, se Deus fez todos os homens iguais, se a todos deu a missão de trabalhar e a todos concedeu o direito à propriedade privada, então os pobres são culpados por sua condição inferior. São pobres, não são proprietários e têm a obrigação de trabalhar para outros seja porque são perdulários, gastando o salário em vez de acumulá-lo para adquirir propriedades, seja porque são preguiçosos e não trabalham o suficiente para conseguir uma propriedade.

O Estado liberal

Se a função do Estado não é a de criar ou instituir a propriedade privada, mas a de garanti-la e defendê-la contra a nobreza e os pobres, qual é o poder do soberano?

A teoria liberal, primeiro com Locke, depois com os realizadores da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa e, no século XX, com pensadores como Max Weber, dirá que a função do Estado é tríplice:

1. por meio das leis e do uso legal da violência (exército e polícia), garantir o direito natural de propriedade, sem interferir na vida econômica. Como não instituiu a propriedade, o Estado não tem poder para nela interferir.
   Para entendermos o alcance dessa ideia precisamos lembrar que, na forma inicial do capitalismo, o comércio era o ponto mais importante para a acumulação do capital. Essa forma, conhecida como mercantilismo, levou às descobertas marítimas e à formação dos grandes impérios ultramarinos.
   Em decorrência da forma política monárquica, os reis ou as coroas europeias passaram a controlar, pelo monopólio econômico, todo esse comércio, que sustentava seu poder político. Deles dependiam as concessões para viagens e exploração de novas terras, preços dos produtos, tarifas, impostos e exclusividades. O monopólio régio era um obstáculo ao desenvolvimento econômico da burguesia, que reivindicava liberdade de comércio e, depois, liberdade para a produção manufatureira e comercialização dos produtos. Em outros termos, a burguesia exigia a liberdade de mercado para o desenvolvimento do capitalismo. Eis por que essa teoria é chamada **liberal** ou **liberalismo**, pois para ela o Estado deve respeitar a liberdade econômica dos proprietários privados, deixando que façam as regras e as normas das atividades econômicas segundo as necessidades do próprio mercado ou da própria economia;
2. visto que os proprietários privados são capazes de estabelecer as regras e as normas da vida econômica e que o fazem numa esfera que não é estatal, entre o Estado e o indivíduo intercala-se uma esfera social: a **sociedade civil**. Ou seja, diferentemente do que pensavam Hobbes e Rousseau, a sociedade civil não é o Estado, mas sim a esfera dos interesses dos proprietários privados. Sobre ela o Estado não tem poder instituinte, mas apenas a função de garantidor das relações sociais e de árbitro dos conflitos nela existentes. O Estado tem a função de arbitrar, por meio das leis e da força, os conflitos da sociedade civil.
   Aqui, novamente, afirma-se o liberalismo, ao considerar que a sociedade civil deve ter liberdade para se organizar e para realizar as ações sociais sem interferência do poder de Estado nas relações sociais, que não são públicas, e sim privadas. Somente quando as relações sociais entre indivíduos privados infringirem as leis públicas ou prejudicarem o que é público, pode o Estado intervir;
3. o Estado tem o direito de legislar, permitir e proibir tudo quanto pertença à esfera da vida pública, mas não tem o direito de intervir sobre a esfera privada. O Estado deve garantir a liberdade de consciência e de pensamento de todos os governados e só poderá exercer censura nos casos em que se emitam opiniões que ponham em risco o próprio Estado.

Edgard Garrido/Reuters/Latinstock

Reunião em Los Cabos, México, em junho de 2012, dos chefes dos Estados integrantes do G20. Esse grupo é composto pelos países capitalistas emergentes e desenvolvidos com as maiores economias do mundo.

Liberdade de mercado ou liberdade para as ações econômicas fundadas na propriedade privada, liberdade de organização da sociedade civil ou liberdade das relações sociais entre indivíduos privados livres e iguais, e liberdade de consciência são os pontos nos quais o liberalismo se afirma e com os quais delimita o poder do Estado.

Na Inglaterra, o liberalismo se consolida em 1688, com a chamada Revolução Gloriosa. No restante da Europa, seria preciso aguardar a Revolução Francesa de 1789. Nos Estados Unidos, consolida-se em 1776, com a luta pela independência, e no Brasil faz suas primeiras aparições no final do Segundo Império, com a luta pela proclamação da República.

Liberalismo e fim do Antigo Regime

O término do Antigo Regime (ou das monarquias absolutistas) se consuma quando a teoria política consagra a propriedade privada como direito natural dos indivíduos, desfazendo a imagem do rei como marido da terra, senhor dos bens e das riquezas do reino, decidindo segundo sua vontade e seu capricho quanto a impostos, tributos e taxas.

A propriedade ou é individual e privada, ou é estatal e pública, jamais patrimônio pessoal do monarca. O poder tem a forma de um Estado republicano impessoal porque a decisão sobre impostos, tributos e taxas é tomada por um parlamento, constituído pelos representantes dos proprietários privados.

As teorias políticas liberais afirmam, portanto, que o indivíduo é a origem e o destinatário do poder político, nascido de um contrato social voluntário, no qual os contratantes cedem poderes, mas não cedem sua individualidade. *O indivíduo é o cidadão.*

Afirmam também a existência de uma esfera de relações sociais separadas da vida privada e da vida política, a sociedade civil organizada. Nela, proprietários privados e trabalhadores criam suas organizações de classe, realizam contratos, disputam interesses e posições sem que o Estado possa aí intervir, a não ser que uma das partes lhe peça para arbitrar os conflitos ou que uma das partes aja de modo que pareça perigoso para a manutenção da própria sociedade.

Afirmam o caráter republicano do poder, isto é, o Estado é o poder público e nele os interesses dos proprietários devem estar representados por meio do Parlamento, com membros eleitos por seus pares, e do Poder Judiciário. Quanto ao Poder Executivo, em caso de monarquia, pode ser hereditário, mas o rei está submetido às leis como os demais súditos. Em caso de democracia, será eleito por voto censitário, isto é, apenas pelos cidadãos que possuírem certa renda ou riqueza.

O Estado, por meio da lei e da força, tem o poder para dominar e para reprimir. Seu papel é a *garantia da ordem pública*, tal como definida pelos proprietários privados e seus representantes.

A cidadania liberal

O Estado liberal se apresenta como **república representativa** constituída de três poderes: o Executivo (encarregado da administração dos negócios e serviços públicos), o Legislativo (parlamento encarregado de instituir as leis) e o Judiciário (magistraturas de profissionais do direito, encarregados de aplicar as leis). Possui um corpo de militares profissionais que formam as forças armadas — exército e polícia —, encarregadas da ordem interna e da defesa (ou ataque) externa. Possui também um corpo de servidores ou funcionários públicos que formam a burocracia, encarregada de cumprir as decisões dos três poderes perante os cidadãos.

O Estado liberal julgava inconcebível um não proprietário como representante num dos três poderes. Ao afirmar que os cidadãos eram os homens livres e independentes, os liberais queriam dizer que não eram livres, e sim dependentes, os que não possuíssem propriedade privada. Dessa maneira, estavam excluídos da cidadania e do poder político os trabalhadores e as mulheres, isto é, a maioria da sociedade.

Collection Roger-Viollet/Agência France-Presse

Pintura anônima do século XVIII que integra o acervo do Museu de História da França. A obra retrata o confronto entre as tropas revolucionárias e a guarda real no dia da queda da Fortaleza da Bastilha, prisão em Paris onde se encarceravam líderes populares e pessoas consideradas inimigas da monarquia francesa.

Lutas populares intensas, desde o século XVIII até nossos dias, forçaram o Estado liberal a tornar-se uma *república democrática representativa*, ampliando a cidadania política. Com exceção dos Estados Unidos, onde os trabalhadores brancos (mas não os negros nem as mulheres) foram considerados cidadãos desde o século XVIII, nos demais países a cidadania plena e o sufrágio universal só vieram a existir no século XX, como conclusão de um longo processo de lutas sociais, populares e políticas.

Não deixa de ser espantoso o fato de que somente nos anos 1920 as mulheres tiveram o direito de voto nos Estados Unidos e na Inglaterra, e que na França elas só alcançaram plena cidadania em 1946, após a Segunda Guerra Mundial.

Pode-se avaliar como foi dura, penosa e lenta essa conquista se nos lembrarmos de que os negros do sul dos Estados Unidos só se tornaram cidadãos plenos nos anos 1960. Também é importante lembrar que, sob a democracia liberal, os índios de países da América Latina ficaram por muito tempo excluídos da cidadania, e que os negros da África do Sul votaram pela primeira vez somente em 1994. As lutas indígenas, em nosso continente, e as africanas continuam até nossos dias.

No Brasil, durante o Império, o voto era censitário, ou seja, com base na riqueza ou na propriedade privada, excluindo trabalhadores brancos e negros e as mulheres.

Alfredo Dagli Orti/The Art Archive/The Picture Desk/Agência France-Presse

Esta imagem de 1909 retrata uma sufragista em greve de fome sendo alimentada à força pelas autoridades britânicas. As mulheres do Reino Unido só conquistariam o direito ao voto na década de 1920.

Após a Proclamação da República, o voto deixa de ser censitário, porém era aberto, e não secreto, sujeitando os eleitores à pressão dos que detinham o poder político e econômico — instituía-se, assim, o chamado voto de cabresto. Além disso, continuavam excluídos os analfabetos (na época, a maioria da população brasileira) e as mulheres, que só conquistariam esse direito a partir de 1932. Nesse mesmo ano, o voto tornou-se secreto. O sufrágio só se torna universal no final dos anos 1980, quando os analfabetos passaram a ter direito ao voto.

A ideia de revolução

A política liberal resultou de acontecimentos econômicos e sociais que impuseram mudanças na concepção do poder do Estado, considerado instituído pelo consentimento dos indivíduos por meio do contrato social. Tais acontecimentos — as **revoluções burguesas** — resultaram também em mudanças na estrutura econômica, na sociedade e na política, efetuadas pela classe social emergente, a burguesia.

As revoluções burguesas

Embora em todas as revoluções burguesas o resultado tenha sido o mesmo — qual seja, a subida e a consolidação da burguesia como classe política dominante —, houve também o que um historiador denominou "revolução na revolução", indicando com isso a existência de um movimento popular radical no interior delas. Em todas, essa face democrática e igualitária da revolução foi derrotada pela burguesia.

Em outras palavras, nessas revoluções a burguesia pretendeu e conseguiu derrotar a realeza e a nobreza, passou a dominar o Estado e julgou com isso terminadas as mudanças; porém, as classes populares, que participaram daquela vitória, desejavam muito mais: ansiavam instituir uma sociedade inteiramente nova, justa, livre e feliz.

Ora, as classes populares não possuíam teorias políticas de tipo filosófico e científico. Para explicar o mundo em que viviam e o mundo que desejavam, dispunham de uma única fonte: a Bíblia. Por meio da religião, possuíam duas referências de justiça e de felicidade: a imagem do Paraíso terrestre (no Antigo Testamento) e o Reino de Deus na Terra ou Nova Jerusalém (no Novo Testamento), que restauraria o Paraíso depois que Cristo voltasse ao mundo e, no fim dos tempos, derrotasse para sempre o Mal.

Flavio de Barros/Arquivo Museu da República

Sobreviventes do arraial de Canudos são observados por jagunços (ao fundo), em 1897, após o desfecho da Guerra de Canudos. Contra a exclusão social e a recém--implementada República, as classes populares se uniram em torno de um líder messiânico, Antônio Conselheiro (1830-1897).

As classes populares revolucionárias dispunham, portanto, de um imaginário *messiânico* e *milenarista*, porque ligado à ideia de uma promessa salvadora que livraria os homens dos males e das penas.

Comparando liberalismo e movimentos revolucionários

Se compararmos os movimentos revolucionários dos séculos XVII e XVIII com a teoria política liberal, notaremos uma diferença importante entre eles.

De fato, *as teorias liberais separam o Estado e a sociedade civil*. O primeiro aparece como instância impessoal e pública de dominação que estabelece e aplica as leis, garante a ordem por meio do uso legal da violência para punir todo o crime definido pelas leis e arbitra os conflitos sociais.

A sociedade civil, por sua vez, aparece como um conjunto de relações sociais diversificadas entre classes e grupos sociais cujos interesses e direitos podem coincidir ou opor-se. Nela existem as relações econômicas de produção, distribuição, acumulação de riquezas e consumo de produtos que circulam no mercado.

O centro da sociedade civil é a propriedade privada, que diferencia indivíduos, grupos e classes sociais, e *o centro do Estado é a garantia dessa propriedade*, sem contudo mesclar política e sociedade. *O coração do liberalismo é a diferença e a distância entre Estado e sociedade*, pois é essa distância que lhe permite defender a ideia de liberdade econômica (ou de mercado) e de liberdade de ação social distinta da ação pública ou política.

Ora, as revoluções, sobretudo em sua componente popular, operam exatamente com a indistinção entre Estado e sociedade, entre ação política e relações sociais. As revoluções pretendem derrubar o poder constituído ou o Estado porque o percebem como responsável ou cúmplice das desigualdades e injustiças existentes na sociedade.

Em outras palavras, a percepção de injustiças sociais leva às ações políticas. Uma revolução pode começar como luta social que desemboca na luta política contra o poder (a face burguesa das revoluções) ou pode começar como luta política que desemboca na luta por outra sociedade (a face popular das revoluções).

Eis por que, em todas as revoluções burguesas, vemos sempre acontecer o mesmo processo: a burguesia estimula a participação popular porque precisa que a sociedade toda lute contra o poder existente; consolidada a mudança política, a burguesia considera a revolução terminada; as classes populares, porém, a prosseguem, pois aspiram ao poder democrático e desejam mudanças sociais; a burguesia vitoriosa passa então a reprimir as classes populares revolucionárias, desarma o povo que ela própria armara, prende, tortura e mata os chefes populares e encerra, pela força, o processo revolucionário; por fim, garante, com o liberalismo, a separação entre Estado e sociedade.

Collection Roger-Viollet/Agência France-Presse

Foto de barricada feita por membros da milícia operária de Paris, em 1871. Como a ascensão da burguesia ao poder e a posterior restauração da monarquia obstaram a realização plena das aspirações populares, milhares de mulheres e homens voltaram às ruas em 1848, 1852 e 1871.

As revoluções sociais

Vimos que as revoluções modernas possuem duas faces: a **face burguesa liberal** (a revolução é política, visando à tomada do poder e à instituição do Estado como república e órgão separado da sociedade civil) e a **face popular** (a revolução é política e social, visando à criação de direitos e à instituição do poder democrático que garanta uma nova sociedade justa e feliz).

Vimos também que, nas revoluções modernas, a face popular é sufocada pela face liberal, embora esta última seja obrigada a introduzir e garantir alguns direitos políticos e sociais para o povo, de modo a conseguir manter a ordem e evitar a explosão contínua de revoltas.

A face popular vencida não desaparece. Ressurge periodicamente em lutas isoladas por melhores condições de vida e com reivindicações isoladas de participação política. Durante todo o século XIX, essa face popular tende a crescer e a manifestar-se em novas revoluções (derrotadas), à medida que se desenvolve o capitalismo industrial e as classes populares constituem uma classe social de perfil muito definido: os *proletários* ou *trabalhadores industriais*.

Correspondendo à emergência e à definição da classe trabalhadora proletária e à sua ação política em revoluções populares de caráter político-social, surgem novas teorias políticas: as várias **teorias socialistas**.

O pensamento socialista tem um ponto de partida diverso do liberal. Para explicitar essa diferença, tomemos o pensamento de seu mais conhecido teórico, Karl Marx. Em vez de considerar os indivíduos isolados portadores de interesses particulares que passam da luta ao contrato social, instituindo o Estado para sua proteção, Marx partiu da existência de *classes sociais antagônicas* (à maneira da divisão descrita por Maquiavel), isto é, os proprietários privados dos meios de produção (a burguesia) e a força produtiva excluída dessa propriedade (os trabalhadores assalariados) e explorada pelos proprietários a fim de reproduzir o capital e o poder da burguesia.

A ideologia liberal serve à burguesia porque dissolve a noção de classe social e de luta de classes, reduzindo a sociedade a conflitos individuais de interesses e o Estado à regulação desses conflitos.

Marx afirma que a revolução socialista ou comunista não será, como a burguesa, uma revolução política para mudar os donos do poder, mas uma **revolução social** para terminar com a exploração e a dominação de classe, fundadas na propriedade privada. Por isso, o sujeito revolucionário é uma classe social organizada e consciente de si, a classe trabalhadora. O fim da propriedade privada dos meios sociais de produção por meio de sua transformação em propriedade *social* dos meios sociais de produção não significa o fim da propriedade privada de bens necessários ao bem-estar, à vida digna, ao trabalho criativo, ao lazer. Essa propriedade será mantida, mas se definirá em conformidade com o adágio igualitário, que enuncia: "A cada um, segundo suas necessidades, seus méritos e seu trabalho".

As teorias socialistas tomam o proletariado como *sujeito político e histórico* e procuram figurar uma nova sociedade e uma nova política, nas quais a exploração dos trabalhadores, a dominação política a que estão submetidos e as exclusões sociais e culturais a que são forçados deixem de existir.

a filosofia nas entrelinhas

Irmo Celso/Arquivo da editora

Assembleia de metalúrgicos em greve, na região do ABC, na Grande São Paulo, em 1979.

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, História e Sociologia e com o tema transversal Trabalho e Consumo.

O advento dos sindicatos é consequência da tomada de consciência dos trabalhadores como sujeitos da história. O sindicalismo no Brasil teve seu primeiro momento de luta pelo protagonismo político nas primeiras décadas do século XX, numa época em que a industrialização brasileira ganhava fôlego. Hoje, os sindicatos atuam principalmente como protetores dos direitos dos trabalhadores, além de proporcionar cursos, assistência médica, lazer, etc.

1. Converse com seus pais e com pessoas empregadas. Pergunte a eles se são sindicalizados e o que acham da atuação dos sindicatos. Pesquise na internet sobre esse tipo de organização. Depois, escreva um pequeno texto com base nas informações coletadas.
2. De que forma os processos atuais de transformação das relações de trabalho afetam o papel dos sindicatos como núcleos de organização política dos trabalhadores? Para você, os trabalhadores têm hoje condições melhores ou piores do que há 30 anos para se organizar e reivindicar coletivamente seus direitos? Justifique.

atividades

1. De que forma o pensamento do Renascimento contribuiu para a criação de um ideal político republicano?
2. Quais traços comuns existentes entre as teorias políticas medievais e renascentistas serão contestados por Maquiavel? Como ele faz isso?
3. Para Maquiavel, o príncipe virtuoso é aquele que está atento à diferença entre o *éthos* político e o *éthos* moral.
   a) No que consiste essa diferença? Por que Maquiavel considera importante a consciência sobre ela?
   b) Quais são suas consequências para a ideia de soberania na política?
4. Como Hobbes e Rousseau pensaram os conceitos de estado de natureza e contrato social?
5. O que era o jusnaturalismo ou direito natural? Qual é a inovação social que ele evidencia?
6. Como Locke relaciona a propriedade privada ao direito natural? O que o motiva a pensar sobre isso?
7. Que consequências a teoria da propriedade privada de Locke trouxe para a sociedade ocidental?
8. Como os pensamentos de Hobbes, Locke e Rousseau se relacionavam a acontecimentos em curso em seus países? Localize na linha do tempo a época desses autores e pesquise, em livros e na internet, o contexto em que viviam.
9. Qual é a função do Estado segundo a teoria liberal? Como se dá, na prática, a atuação do Estado liberal?
10. Explique, dando exemplos, o que quer dizer a expressão "revolução na revolução".
11. Por que é possível afirmar que "o centro da sociedade civil é a propriedade privada"? Como a distância entre Estado e sociedade é positiva ao liberalismo e negativa aos movimentos revolucionários?

INDICAÇÃO DE FILME

Maria Antonieta

Direção de Sofia Coppola. Estados Unidos/Japão/França, 2006.

Uma jovem arquiduquesa (interpretada por Kirsten Dunst) torna-se rainha da França ao casar-se com o príncipe Luís XVI (Jason Schwartzman). Sua frivolidade e desinteresse pela miséria reinante foi um dos motivos que impulsionaram a revolta popular que culminou na Revolução Francesa, em 1789.

Photo12/Agência France-Presse

Cena do filme Maria Antonieta, *com a atriz Kirsten Dunst interpretando a rainha da França.*

CAPÍTULO

34

A questão democrática

Que elementos compõem uma sociedade democrática?

Vimos nos capítulos anteriores como se constituíram instituições e conceitos como soberania, Estado e direito. Vimos também que, diante de desafios como a desigualdade entre classes sociais, as limitações impostas pelo liberalismo e a máscara da ideologia, surgiram lutas sociais pela criação e ampliação de direitos.

No entanto, persistem obstáculos à participação política, à igualdade e à liberdade, elementos essenciais para o exercício da cidadania e realização plena da democracia. Pensando na realidade brasileira, paira uma questão: é possível ter democracia em um país historicamente marcado pela desigualdade socioeconômica e pelo autoritarismo nas esferas social e política?

Políticos, educadores e representantes da sociedade civil debatem, em audiência na Câmara dos Deputados, em Brasília, a destinação de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) à educação, em 2011. Assim como o voto nas eleições, o acompanhamento das atividades políticas e a participação em órgãos de debate e deliberação também são formas de exercício da democracia.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Roberto Dziura Jr./Brazil Photo Press/Agência Estado

Eleitora vota na cidade de Curitiba, Paraná, em uma urna de identificação biométrica. Ela foi um dos 7,7 milhões de eleitores que tiveram sua identidade verificada por meio da leitura da impressão digital nas eleições de 2012.

A sociedade democrática

Vimos no Capítulo 18 que uma ideologia não nasce do nada nem repousa no vazio, mas exprime, de maneira invertida, dissimulada e imaginária, a *práxis* social e histórica concreta. Isso se aplica à ideologia liberal quando define a democracia. De fato, a ideologia liberal define a democracia como o regime político da lei e da ordem a fim de garantir interesses e liberdades individuais. Essa definição corresponde à maneira como o liberalismo concebe a sociedade — isto é, como um campo de interesses particulares conflitantes — e como concebe a liberdade — isto é, como a livre competição entre indivíduos no mercado.

Ora, há na prática e nas ideias democráticas uma profundidade e uma verdade muito maiores e superiores ao que a ideologia liberal percebe e deixa perceber, pois uma política democrática pressupõe a existência de uma **sociedade democrática**. Antes de abordarmos a noção de sociedade democrática, fiquemos, por um momento, nas duas práticas políticas que o liberalismo julga definidoras da democracia, quais sejam, as eleições e a existência de situação e oposição, maioria e minoria.

O que significam as eleições? Para a ideologia liberal, se reduzem à mera rotatividade de governos ou à alternância no poder. Ora, elas são muito mais do que isso, pois simbolizam o essencial da democracia: que o poder não pertence aos ocupantes do governo, mas é sempre um lugar vazio que os cidadãos, periodicamente, preenchem com um representante, cujo mandato podem revogar se não cumprir o que lhe foi delegado para representar.

O que significam as ideias de situação e oposição, maioria e minoria? Para a ideologia liberal, se referem às vontades que devem ser respeitadas e garantidas pela lei. Ora, elas vão muito além dessa aparência. Significam que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa voltada para o bem comum obtido por consenso, mas, ao contrário, que está internamente dividida e que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente.

A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que ele seja trabalhado politicamente pela própria sociedade.

Da mesma maneira, as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal pelo Estado. Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, deve-se lutar por eles e exigi-los. É esse o cerne da democracia, pois a criação e a garantia de direitos definem a sociedade democrática.

Um **direito** se opõe a um **privilégio**. Um direito é universal, válido para todos os membros de uma sociedade, opondo-se, portanto, ao privilégio, possuído apenas por alguns com exclusão de todos os outros.

Um direito difere de uma **necessidade** ou **carência** e de um **interesse**. Uma necessidade ou carência é algo particular e específico. Alguém pode ter necessidade de água, outro, de comida. Um grupo social pode ter carência de transportes, outro, de hospitais. Há tantas necessidades quanto indivíduos, tantas carências quanto grupos sociais.

Um interesse também é algo particular e específico. Os interesses dos estudantes brasileiros podem ser diferentes dos interesses dos estudantes argentinos. Os interesses dos bancários, diferentes dos interesses dos banqueiros. Os dos índios, diferentes dos interesses dos garimpeiros.

Necessidades ou carências podem ser conflitantes. Suponhamos que, numa região de uma grande cidade, as mulheres trabalhadoras tenham necessidade ou carência de creches para seus filhos e que, na mesma região, outro grupo social, os sem-teto, tenha carência de moradia. O governo municipal dispõe de recursos para atender a uma das carências, mas não a ambas, de sorte que resolver uma carência significará abandonar a outra.

Interesses também podem ser conflitantes. Suponhamos que interesse a grandes proprietários de terras deixá-las inativas para esperar pela valorização imobiliária, mas que interesse a trabalhadores rurais sem-terra cultivar alimentos para a sobrevivência; temos aí um conflito de interesses.

Suponhamos que interesse aos proprietários de empresas comerciais estabelecer um horário de trabalho que aumente as vendas, mas que interesse aos comerciários outro horário, no qual possam dispor de horas para estudar, cuidar da família e descansar. Temos aqui outro conflito de interesses.

Um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Assim, por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito à vida.

A carência de moradia ou de transporte também manifesta algo mais profundo: o direito a boas condições de vida. O interesse dos estudantes, o direito à educação e à informação. O interesse dos sem-terra, o direito ao trabalho. O dos comerciários, o direito a boas condições de trabalho.

Dizemos que uma *sociedade* — e não um simples regime de governo — é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político: os *direitos*.

A criação de direitos

Quando a democracia foi inventada pelos atenienses, instituíram-se três direitos fundamentais que definiam o cidadão: *igualdade*, *liberdade* e *participação no poder*. Examinemos o significado desses três direitos na Grécia antiga:

1. *Igualdade* significava, perante as leis e os costumes da *pólis*, que todos os cidadãos possuíam os mesmos direitos e deviam ser tratados da mesma maneira. Por esse motivo, Aristóteles afirmava que a primeira tarefa da justiça era igualar os desiguais, seja pela redistribuição da riqueza social, seja pela garantia de participação no governo.

Roosevelt Cassio/Reuters/Latinstock

Policiais bloqueiam acesso ao bairro Pinheirinho, em São José dos Campos, estado de São Paulo, durante cumprimento do mandado de reintegração de posse do terreno, em janeiro de 2012.

Pelo mesmo motivo, Marx afirmava que a igualdade só se tornaria um direito concreto quando não houvesse escravos, servos e assalariados explorados, mas fosse dado a cada um, segundo suas necessidades, seus méritos e seu trabalho.

As observações de Aristóteles e de Marx indicam algo preciso: a mera declaração do direito à igualdade não faz existir os iguais, mas abre o campo para a *criação da igualdade* por meio das exigências e demandas dos sujeitos sociais. Em outras palavras, declarado o direito à igualdade, a sociedade pode instituir formas de reivindicação para criá-lo como direito real.

2. *Liberdade* significava que todo cidadão tinha o direito de expor em público seus interesses e suas opiniões, vê-los debatidos pelos demais e aprovados ou rejeitados pela maioria, devendo acatar a decisão tomada publicamente. Na modernidade, com a Revolução Inglesa de 1642-1651 e a Revolução Francesa de 1789, o direito à liberdade ampliou-se. Além da liberdade de pensamento e de expressão, passou a significar o direito à independência para escolher o ofício, o local de moradia, o tipo de educação, o cônjuge, etc. — em suma, significou a recusa das hierarquias fixas, supostamente divinas ou naturais.

   Acrescentaram-se, em 1789, direitos de enorme importância: o de que todo indivíduo é inocente até que se prove o contrário perante um tribunal e o de que a liberação ou punição devem ser dadas segundo a lei. Com os movimentos socialistas, a luta social por liberdade ampliou ainda mais esses direitos, acrescentando-lhes o direito de lutar contra todas as formas de tirania, censura e tortura e contra todas as formas de exploração e dominação social, econômica, cultural e política.

   Observamos aqui o mesmo que na igualdade: a simples declaração do direito à liberdade não a institui concretamente, mas abre o campo histórico para a *criação* desse direito pela *práxis* humana.

3. *Participação no poder* significava que todos os cidadãos tinham o direito de participar das discussões e deliberações públicas da *pólis*, votando ou revogando decisões. Esse direito tinha um sentido muito preciso. Nele afirmava-se que, do ponto de vista político, todos os cidadãos têm competência para opinar e decidir, pois a política não é uma questão técnica (eficácia administrativa e militar) nem científica (conhecimentos especializados sobre administração e guerra), mas uma decisão coletiva sobre os interesses e direitos da própria *pólis*.

Manish Swarup/Associated Press/Glow Images

Manifestante protesta pedindo a implementação de política de cotas no setor privado para castas historicamente discriminadas na Índia, na capital Nova Délhi, em 2012. A liberdade é a recusa das hierarquias fixas.

Ampliando a participação

A democracia ateniense era direta. A moderna, porém, é **representativa**. O direito à participação tornou-se, portanto, indireto, por meio da escolha de representantes. Ao contrário dos outros dois direitos, este último parece ter sofrido diminuição em lugar de ampliação. Essa aparência é falsa e verdadeira.

Falsa porque a democracia moderna foi instituída na luta republicana contra as monarquias absolutistas e, portanto, em relação a elas , instituiu a participação dos cidadãos no poder, ainda que sob a forma da representação.

Verdadeira porque, como vimos, a república liberal inicialmente limitou os direitos políticos aos proprietários

privados dos meios de produção e aos profissionais liberais da classe média, aos homens adultos "independentes" (isto é, excluindo os "dependentes": todas as mulheres e os trabalhadores homens brancos, negros e indígenas).

Todavia, as lutas socialistas e populares forçaram a ampliação dos direitos políticos, levando à criação do sufrágio universal (todos são cidadãos eleitores: homens, mulheres, jovens, negros, analfabetos, trabalhadores, indígenas) e à garantia da elegibilidade de qualquer um que, não estando sob a suspeita de crime, se apresente para um cargo eletivo.

Vemos aqui, portanto, o mesmo que nos direitos anteriores: lutas sociais que transformam a simples declaração de um direito em direito real, ou seja, vemos aqui a **criação** de um direito.

As lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos (civis) e, com base nestes, criaram os direitos sociais — trabalho, moradia, saúde, transporte, educação, lazer, cultura —, os direitos das chamadas "minorias" — mulheres, idosos, negros, homossexuais, crianças, indígenas — e o direito à segurança planetária — as lutas ecológicas e contra as armas nucleares.

As lutas populares por participação política ampliaram os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura, direito de fiscalizar o Estado por meio de organizações da sociedade (associações, sindicatos, partidos políticos); direito à informação pela publicidade das decisões estatais.

Traços da democracia

A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à *criação de direitos reais*, à *ampliação de direitos existentes* e à *criação de novos direitos*. Com isso, dois traços distinguem a democracia de todas as outras formas sociais e políticas:

1. A democracia é a única sociedade e o único regime político que considera o conflito *legítimo*. Não só trabalha politicamente os conflitos de necessidades e de interesses, mas também procura instituí-los como direitos e, como tais, exige que sejam reconhecidos e respeitados. Mais do que isso, na sociedade democrática, indivíduos e grupos organizam-se em associações e movimentos sociais e populares, classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um *contrapoder social*, que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado;
2. A democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo. Com efeito, pela criação de novos direitos e pela existência dos contrapoderes sociais, a sociedade democrática não está fixada numa forma para sempre determinada, ou seja, não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) e de alterar-se pela própria *práxis*.

diálogos *filosóficos*

Uma definição mínima de democracia

[...] No entanto, mesmo para uma definição mínima de democracia, como é a que aceito, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos no direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. — os direitos à base dos quais nasceu o Estado liberal e foi construída a doutrina do Estado de direito em sentido forte, isto é, do Estado que não apenas exerce o poder *sub lege* [sob a égide da lei], mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos "invioláveis" do indivíduo. Seja qual for o fundamento filosófico destes direitos, eles são o pressuposto necessário para o correto funcionamento dos próprios mecanismos predominantemente procedimentais que caracterizam um regime democrático. [...] Disto segue que o Estado liberal é o pressuposto não só histórico mas jurídico do Estado democrático.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 32-33. (Pensamento Crítico, 63).

Ueslei Marcelino/Reuters/Latinstock

Voluntária põe flores sobre tijolos em protesto realizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, pela ONG Rio de Paz, em novembro de 2012. Os 960 tijolos são uma referência ao número de assassinatos cometidos no país semanalmente naquele ano.

Os obstáculos à democracia

Liberdade, igualdade e participação conduziram à célebre formulação da política democrática como "governo do povo, pelo povo e para o povo". Entretanto, o povo da sociedade democrática está dividido em classes sociais — sejam os ricos e os pobres (Aristóteles), sejam os grandes e o povo (Maquiavel), sejam as classes sociais antagônicas (Marx).

É verdade que a sociedade democrática é aquela que não esconde suas divisões, mas procura trabalhá-las pelas instituições e pelas leis. **Todavia, no capitalismo, são imensos os obstáculos à democracia, pois o conflito dos interesses é criado pela exploração de uma classe social por outra, mesmo que a ideologia afirme que todos são livres e iguais.**

É verdade que as lutas populares nos países do capitalismo central ampliaram os direitos dos cidadãos e que a exploração dos trabalhadores diminuiu muito, sobretudo com o **Estado do Bem-Estar Social**. No entanto, houve um preço a pagar: a exploração mais violenta do trabalho pelo capital recaiu nas costas dos trabalhadores dos países da periferia do sistema.

Estado de Bem-Estar Social

O Estado do Bem-Estar Social implantou-se nos Estados Unidos após a Grande Depressão, nos anos 1930, e na Europa ocidental, após a Segunda Guerra Mundial. Suas principais características eram: 1) destinação, pelo Estado, de grande parte da riqueza pública para os direitos sociais (saúde, educação, moradia, alimentação, seguro-desemprego, etc.), criando o chamado *salário indireto* como complemento público do salário direto; 2) regulação da economia pelo Estado tanto por meio de empresas públicas como por meio de leis sobre o funcionamento do mercado; 3) do ponto de vista do capital produtivo, a adoção da produção fordista, isto é, a produção em série e em larga escala, englobando todas as etapas da atividade econômica, desde a produção da matéria-prima até a distribuição do produto no mercado, e controlando, por meio do planejamento e da chamada "gerência científica", a organização do trabalho, os estoques e os preços; 4) inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho (ideia de pleno emprego) e, consequentemente, no consumo de massa; 5) formação de monopólios e oligopólios que, embora transnacionais ou multinacionais, tinham como referência reguladora e, em alguns casos, como parceiro ou sócio, o Estado nacional.

Houve uma **divisão internacional do trabalho e da exploração** que, ao melhorar a igualdade e a liberdade dos trabalhadores de uma parte do mundo, agravou as condições de vida e de trabalho da outra parte. E não foi por acaso que, enquanto nos países capitalistas centrais cresciam o Estado do Bem-Estar Social e a democracia social, no então chamado Terceiro Mundo eram implantadas ditaduras e regimes autoritários aos quais se aliavam os capitalistas desses países e os capitalistas das grandes potências econômicas.

A situação do direito de igualdade e de liberdade é também muito frágil nos dias atuais, porque o modo de produção capitalista sofreu uma mudança profunda com a crise do Estado de Bem-Estar Social. Para contorná-la, os capitalistas recorreram ao **neoliberalismo** e à ideia liberal de **autocontrole** da economia pelo mercado. Isso afastou a presença do Estado do planejamento econômico e da aplicação dos fundos públicos para a garantia de direitos sociais.

O abandono das políticas sociais chama-se **privatização**, e o do planejamento econômico, **desregulação**. Ambos os termos asseveram que o capital é racional e pode, por si mesmo, resolver os problemas econômicos e sociais. Viu-se também o desenvolvimento espantoso das novas tecnologias eletrônicas, que trouxe a velocidade da comunicação e da informação e a automação da produção e distribuição dos produtos.

Essa mudança na organização das forças produtivas (pois a tecnologia alterou o processo social do trabalho) vem causando o desemprego em massa, o surgimento de movimentos racistas, a exclusão social, política e cultural de grandes massas da população.

Em outras palavras, os direitos econômicos e sociais conquistados pelas lutas populares correm perigo por causa da privatização, do encolhimento da esfera pública e do alargamento da esfera dos interesses privados. Hoje o capital pode acumular-se e reproduzir-se excluindo cada vez mais as pessoas do mercado de trabalho e de consumo. Não precisa mais de grandes massas trabalhadoras e consumidoras, pode ampliar-se graças ao desemprego em massa e não precisa se preocupar em garantir direitos econômicos e sociais aos trabalhadores porque não necessita de seus trabalhos e serviços.

neoliberalismo

O neoliberalismo é uma teoria que se opôs ao Estado do Bem-Estar Social, atacando seus encargos sociais e sua função de regulador do mercado. Os teóricos neoliberais afirmavam que tais medidas destruíam a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade. Propuseram: 1) o fim dos benefícios sociais ou dos direitos sociais garantidos pelo Estado e o fim das empresas públicas; 2) o fim do planejamento econômico pelo Estado; 3) o predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo; 4) a fragmentação e dispersão global da produção, de maneira a enfraquecer a classe trabalhadora e suas organizações; 5) a destinação da riqueza pública às empresas para investimento em tecnologias de ponta.

Dirigentes e executantes

O direito à participação política também encontra obstáculos. De fato, no capitalismo da segunda metade do século XX, a organização industrial do trabalho foi feita com base em uma divisão social nova: a separação entre **dirigentes** e **executantes**.

Os primeiros são os que recebem a educação científica e tecnológica, são considerados portadores de saberes que os tornam competentes e, por isso, têm o poder de mando. Os executantes são aqueles que não possuem conhecimentos tecnológicos e científicos e são relegados a apenas executar tarefas, sem conhecer as razões e as finalidades de sua ação. São por isso considerados incompetentes e destinados a obedecer.

Essa forma de organização da **divisão social do trabalho** propagou-se para a sociedade inteira. **Todos estão divididos entre "competentes" que sabem e "incompetentes" que executam.** Em outras palavras, a posse de certos conhecimentos tornou-se um poder para mandar e decidir.

Essa divisão social converteu-se numa ideologia: a **ideologia da competência técnico-científica**, isto é, a ideia de que quem possui conhecimentos está naturalmente dotado de poder de mando e direção. Essa ideologia, fortalecida pelo estímulo diário via meios de comunicação de massa, invadiu a política, que passou a ser considerada uma atividade reservada para técnicos ou administradores políticos competentes, e não uma ação coletiva de todos os cidadãos.

Não só o direito à representação política diminui porque se restringe aos "competentes", como também a ideologia da competência oculta e dissimula o fato de que, para ser "competente", é preciso ter recursos econômicos para estudar e adquirir conhecimentos. Ou seja, os "competentes" pertencem à classe economicamente dominante, que, assim, dirige a política segundo seus interesses, e não de acordo com a universalidade dos direitos.

Isadora Brant/Folhapress

Estudantes de Ensino Médio participam de atividade de robótica em escola particular de São Paulo, em 2011. A ideologia da "competência" privilegia os que possuem recursos econômicos para estudar e adquirir conhecimentos, perpetuando desigualdades.

Outro obstáculo ao direito à participação política é posto pelos meios de comunicação de massa. Só podemos participar de discussões e decisões políticas se possuirmos informações corretas sobre aquilo que vamos discutir e decidir.

Ora, os meios de comunicação de massa transmitem as informações de acordo com os interesses de seus proprietários e das alianças econômicas e políticas destes com os grupos detentores do poder econômico e político. Assim, por não haver respeito ao direito de informação, não há como respeitar o direito à verdadeira participação política.

Os obstáculos à democracia não inviabilizam a sociedade democrática. Pelo contrário. Somente nela somos capazes de perceber tais obstáculos e lutar contra eles.

Dificuldades para a democracia no Brasil

CONTEÚDO DIGITAL

Periodicamente os brasileiros afirmam que vivemos numa democracia depois de concluída uma fase de autoritarismo. Por democracia entendem a existência de eleições, partidos políticos e a divisão republicana dos três poderes, além da liberdade de pensamento e de expressão. Por autoritarismo entendem um regime de governo em que o Estado é ocupado por meio de um golpe (em geral militar) e no qual não há eleições livres nem partidos políticos verdadeiros, o poder executivo domina o legislativo e o judiciário, há censura do pensamento e da expressão, além de prisão (por vezes com tortura e morte) dos inimigos políticos.

Em suma, democracia e autoritarismo são vistos como algo que se realiza na esfera do Estado, e este é identificado com o modo de governo. Essa visão é cega para algo profundo na sociedade brasileira: o **autoritarismo social**. Nossa sociedade é autoritária porque é *hierárquica*, pois divide as pessoas em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. Não há percepção nem prática da igualdade como um direito.

Nossa sociedade também é autoritária porque é *violenta*: nela vigoram racismo, machismo, discriminação religiosa, de origem, de orientação sexual e de classe social, desigualdades econômicas que estão entre as maiores do mundo, exclusões culturais e políticas. Não há percepção nem prática do direito à liberdade.

O autoritarismo social e as desigualdades econômicas levam a sociedade brasileira a polarizar-se entre as carências das camadas populares e os interesses das classes abastadas e dominantes, sem conseguir ultrapassá-los e alcançar a esfera dos direitos. Os interesses, porque não se transformam em direitos, tornam-se privilégios de alguns, de sorte que a polarização social se efetua entre os despossuídos e os privilegiados. Estes, porque são portadores dos conhecimentos técnicos e científicos, são os "competentes", cabendo-lhes a direção da sociedade.

Como vimos, uma carência é sempre específica, sem conseguir generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito. Um privilégio, por definição, é sempre particular e não pode generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, pois, se tal ocorresse, deixaria de ser privilégio. Se a democracia é a criação e garantia de direitos, nossa sociedade, polarizada entre a carência e o privilégio, não consegue ser democrática.

Antonio Scorza/Agência France-Presse

Os meios de comunicação e a cultura de massa reproduzem a violência social. Na foto, modelos negros protestam no Rio de Janeiro, em 2012, reivindicando representação igualitária em desfiles de moda e na publicidade.

Clientelistas, vanguardistas e populistas

Esse conjunto de **determinações sociais** manifesta-se na esfera política. Em lugar de democracia, temos instituições que têm origem nela, mas que operam de modo autoritário. **Assim, por exemplo, os partidos políticos costumam ser de três tipos: os *clientelistas*, que mantêm relações de favor com seus eleitores; os *vanguardistas*, que substituem seus eleitores pela vontade dos dirigentes partidários; e os *populistas*, que tratam seus eleitores como um pai de família trata seus filhos menores.**

Favor, substituição e paternalismo evidenciam que a prática da participação política, por meio de representantes, não consegue se realizar no Brasil. Os representantes, em lugar de cumprir o mandato que lhes foi dado pelos representados, surgem como chefes, mandantes, detentores de favores e poderes, submetendo os representados e transformando-os em clientes de seus favores.

A "indústria política" — a criação da imagem dos políticos pelos meios de comunicação de massa para a venda do político aos eleitores-consumidores —, aliada à estrutura social do país, alimenta um imaginário político autoritário. As lideranças políticas são sempre imaginadas como chefes salvadores da nação, verdadeiros messias escolhidos por Deus e referendados pelo voto dos eleitores.

A imagem populista e messiânica dos governantes indica que a concepção teocrática do poder não desapareceu: ainda se acredita no governante como um enviado das divindades cuja vontade tem força de lei.

Além disso, longe de tomar como referência a ideia maquiaveliana da *virtù* como qualidade das instituições públicas e não como virtudes morais dos governantes, tende-se a considerar a corrupção como ação de políticos (indivíduos) imorais, e não como efeito da má qualidade das instituições públicas, feitas para servir os poderosos e não os cidadãos.

Como consequência, as leis não são vistas como expressão de direitos nem de vontades e decisões públicas coletivas. O poder judiciário aparece como misterioso, envolto num saber incompreensível e numa autoridade quase mística. Por isso mesmo, aceita-se que a legalidade seja, ao mesmo tempo, incompreensível e ineficiente, e que a única relação possível com ela seja a da transgressão (o famoso "jeitinho").

Como se observa, a democracia, no Brasil, ainda está por ser inventada.

a filosofia nas entrelinhas

Roberto Moreyra/Extra/Agência O Globo

Carro oficial estacionado sobre uma calçada na região central do Rio de Janeiro, em 2012.

Esta atividade trabalha com conteúdos de História e Filosofia e com o tema transversal Ética.

Você já deve ter ouvido falar na expressão "jeitinho brasileiro", ou seja, o meio pelo qual a transgressão das leis e das normas de conduta é praticada na sociedade brasileira tanto na esfera pública quanto na esfera privada, com a finalidade de contornar problemas ou obter privilégios. O termo é corriqueiro e já faz parte do imaginário social.

1. Relate uma situação em que você tenha flagrado alguém ou se flagrado fazendo uso do "jeitinho" e responda: Como você se sentiu e/ou agiu diante dessa situação?
2. Você concorda que o "jeitinho" seja um hábito danoso à vida em sociedade? Justifique sua resposta buscando exemplos tanto na história do Brasil como em situações cotidianas.

atividades

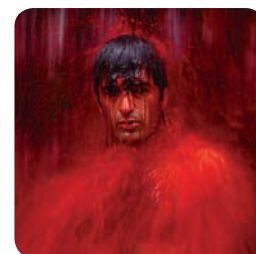
1. Como opera a ideologia democrática?
2. Que significa afirmar que as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal?
3. Explique em que medida um direito difere de uma necessidade ou carência ou de um interesse.
4. Com base na resposta da questão anterior, em que momento podemos dizer que uma sociedade — e não um simples regime de governo — é democrática?
5. A democracia grega era direta; a moderna é representativa. O que isso significa?
6. O que se entende por direitos políticos e direitos sociais? Cite exemplos de ambos.
7. O que é privatização? E desregulação? Em que medida afetam o modo de produção capitalista?
8. Com o neoliberalismo, houve um encolhimento da esfera pública e um alargamento da esfera privada. O que isso representa na prática?
9. O que é a ideologia da competência técnico-científica e como ela interfere na política? Que contradições traz consigo?
10. De acordo com o texto, a sociedade brasileira é socialmente autoritária e economicamente desigual. Você concorda com essa análise? Justifique sua resposta.
11. Por que, na prática, a sociedade brasileira não consegue ser democrática?

INDICAÇÃO DE FILME

O som ao redor

Direção de Kleber Mendonça Filho. Brasil, 2012.

Preocupados com a segurança, os moradores de uma rua em um bairro de classe média do Recife aceitam os serviços oferecidos por uma milícia de segurança. O dia a dia das famílias faz um retrato do Brasil atual, marcado pela violência, pelo autoritarismo, pela discriminação social e racial, pelo consumismo, pela especulação imobiliária e pela corrupção.

Divulgação/CinemaScópio

Cena do filme O som ao redor, *com o ator Gustavo Jahn no papel de João.*

Democracia e revolução no Oriente Médio

Democracia liberal e democracia de fato

Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como *regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais*. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam liberdade e competição, essa definição significa 1) que a liberdade se reduz à competição econômica ("livre-iniciativa") e à competição política entre partidos que disputam eleições; 2) que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania e garantindo os governos escolhidos pela vontade da maioria; 3) que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais por meio da repressão; e 4) que, embora apareça justificada como "valor", a democracia é encarada pelo critério da *eficácia* — medida pela ação legislativa dos representantes, entendidos como políticos profissionais, e pela atividade executiva de uma elite de técnicos aos quais cabe a direção do Estado.

A democracia é, assim, reduzida a um *regime político eficaz* que se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais.

Podemos, porém, caracterizar a democracia como ultrapassando a simples ideia de um regime político identificado à forma do governo, tomando-a como forma geral de uma sociedade. Assim, podemos considerá-la como:

1. forma sociopolítica definida pela *isonomia* (igualdade dos cidadãos perante a lei) e a *isegoria* (direito de todos para expor suas opiniões), baseada na afirmação de que todos são iguais porque livres. Ninguém está sob o poder de outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores. Donde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção de seus princípios — igualdade e liberdade — sob os efeitos da desigualdade real;
2. única forma política na qual o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos. Donde outra dificuldade nas sociedades de classes: como operar com os conflitos quando estes apresentam a forma da contradição e não a da mera oposição?
3. forma sociopolítica que busca enfrentar as dificuldades e a necessidade de conciliações acima apontadas introduzindo a ideia dos direitos. Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e, sobretudo, a criação de novos direitos, que fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos.
4. único regime político — devido à criação dos direitos — aberto às mudanças temporais, pois considera o novo como parte de sua existência e, consequentemente, a temporalidade como constitutiva de seu modo de ser;
5. única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só surgem ou ampliam seu alcance pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política que favorece a classe dominante;
6. forma política na qual a distinção entre o poder e o governante é garantida não só pela presença de leis e pela divisão de várias esferas de autoridade, mas também pela existência das eleições, pois estas significam não mera "alternância no poder", mas assinalam que o detentor do poder é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isto. Em outras palavras, eleger significa não só exercer o poder, mas manifestar a origem do poder, repondo o princípio romano de que eleger é "dar a alguém aquilo que se possui, porque ninguém pode dar o que não tem".

O caminho da participação popular

Como poder popular (*demos* = 'povo'; *krathós* = 'poder'), a democracia exige que a lei seja feita por aqueles que irão cumpri-la e que exprima seus direitos. Nas sociedades de classe, o povo como governante não é a totalidade das classes nem da população, mas a classe dominante, que se apresenta, por meio do voto, como representante de toda a sociedade para a feitura das leis, seu cumprimento e a garantia dos direitos. Assim, paradoxalmente, a representação política tende a legitimar formas de exclusão política sem que isso seja percebido pela população como ilegítimo, ainda que seja percebido por ela como insatisfatório. Consequentemente, desenvolvem-se, à margem da representação, ações e movimentos sociais que buscam interferir na política sob a forma de pressão e reivindicação. Essa forma

costuma receber o nome de participação popular, sem que o seja efetivamente, uma vez que só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, normas, regras e regulamentos que dirijam a vida sociopolítica. Assim, a cada novo direito criado, a democracia exige a ampliação da representação pela participação e a descoberta de outros procedimentos que garantam a participação como ato político efetivo.

Analisemos, então, os acontecimentos de 2011 no Oriente Médio e no Norte da África. Considerando, de um lado, os dois traços que definem uma revolução (a luta política por fora dos aparelhos políticos institucionais e dos que detêm os postos governamentais; e o Baixo da sociedade recusando o Alto, isto é, o poder estabelecido) e, de outro lado, os traços que definem a democracia como criação de novos direitos, podemos dizer que esses acontecimentos foram revolucionários.

No entanto, os acontecimentos posteriores à “Primavera do Oriente Médio” suscitam uma reflexão. A forma assumida pelo capitalismo, ao transferir o poder econômico do setor produtivo para o financeiro, destruiu as formas de organização das classes populares, estruturadas no local de trabalho e baseadas na expressão de demandas por meio de movimentos sindicais e sociais. A fragmentação da produção econômica, agora espalhada em microproduções por todo o planeta com a terceirização do trabalho e dos serviços, fragmentou as classes populares, isolou os trabalhadores e dificultou a organização de movimentos sociais.

◆ As tecnologias e a revolução

Muitos teóricos e políticos julgam positivo o término das formas tradicionais de organização dos movimentos populares e sociais, que tendiam a se expressar em partidos políticos. Julgam que novas maneiras de realizar a prática política democrática estão em curso na Grécia, em Wall Street e no Oriente Médio, onde indivíduos dispersos se associam em prol de uma demanda comum ou um interesse comum, sem as amarras das antigas organizações sindicais, partidárias, associações de bairro, associações comunitárias, etc. Para muitos desses teóricos e políticos, a internet abriu um novo horizonte para os novos movimentos sociais, como se tem visto com o surgimento e a propagação das redes sociais.

Por isso mesmo, considerando que se trata da apropriação social e política de uma tecnologia — a tecnologia eletrônica —, proponho compará-la a outra.

No século XVII, os radicais da Revolução Inglesa usaram uma nova técnica de comunicação: a imprensa. Era uma pequena prensa portátil, com tipos de madeira postos numa caixa e recipientes de tinta; um revolucionário fabricava sua prensa e os tipos e arranjava papel, levava esse material a uma reunião ou discussão pública e imprimia os resultados dos debates, produzindo panfletos que, em algumas horas, eram distribuídos por todo o país, mobilizando novos revolucionários. Os radicais não só deram um sentido revolucionário à nova tecnologia, mas também a um dos resultados da Reforma Protestante, isto é, a alfabetização das populações a fim de garantir acesso às traduções da Bíblia para as línguas vernáculas. Assim, a alfabetização e a imprensa tornaram-se instrumentos de ação política revolucionária.

Se, hoje em dia, levarmos em conta o monopólio da informação pelas empresas de comunicação de massa, podemos considerar as redes sociais como ação democratizadora tanto por quebrar esse monopólio da produção e da circulação da informação quanto por promover acontecimentos políticos de afirmação do direito democrático à participação.

No entanto, se mantivermos essa comparação, será preciso assinalar duas diferenças significativas. A ação dos revolucionários ingleses era fundada num saber e numa prática *autônomos*; o revolucionário tinha o saber da técnica por ele empregada — fabricava a prensa, a tinta e os tipos, produzia o panfleto e o distribuía. Em contrapartida, os usuários das redes sociais são *heterônomos* pois: 1) não possuem, em geral, o domínio tecnológico da ferramenta que empregam e 2) não detêm qualquer poder sobre a ferramenta empregada, pois esta se viabiliza por meio de uma estrutura concentrada, a Internet Protocol, com dez servidores nos Estados Unidos e dois no Japão. Todos os endereços eletrônicos existentes estão alojados nesses doze servidores, de maneira que, se eles se desligarem, desaparece toda a internet. Além disso, a gerência do cadastro mundial da internet é feita por uma empresa estadunidense em articulação com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Assim, sob o aspecto criativo e anárquico das redes sociais em ação política ocultam-se o controle e a vigilância sobre seus usuários em escala planetária.

Além disso, a ferramenta usada pelos revolucionários ingleses tinha como finalidade organizá-los para a ação revolucionária, isto é, visava que eles se encontrassem e formassem associações políticas comunitárias de longa duração. Não é o caso das redes sociais: por um lado, a fragmentação e o isolamento não desaparecem em novas formas de organização política e, por outro lado, as ações são efêmeras, voláteis e terminam quando os poderes estabelecidos se apropriam das palavras de ordem e das demandas feitas pelas redes. Estas, portanto, não participam do desenrolar dos acontecimentos políticos. As redes são um estopim político, um *evento*, mas não dão origem a um *processo* político sob controle de seus participantes. ¶

linha do tempo

Veja a seguir os filósofos de maior destaque na história da filosofia, suas obras mais conhecidas e os principais conceitos e ideias desses pensadores que este livro apresenta. Para localizar essas e outras informações no volume, utilize o índice remissivo.

Os autores foram ordenados cronologicamente pela data de suas obras mais conhecidas. As datas referentes aos filósofos do período antigo são aproximadas.

Para mais informações sobre as imagens, consulte a página 2.

FILOSOFIA ANTIGA
(do século VI a.C. ao século VI d.C.)

Período pré-socrático ou cosmológico
(fim do século VII a.C. ao século V a.C.)

624-546 a.C.
Tales de Mileto

Costa/Leemage/Agência France-Presse

610-547 a.C.
Anaximandro de Mileto

570-495 a.C.
Pitágoras de Samos
- número

588-524 a.C.
Anaxímenes de Mileto

535-475 a.C.
Heráclito de Éfeso
- devir, mudança

515-445 a.C.
Parmênides de Eleia
- identidade, permanência
- Ser/Não-Ser

490-430 a.C.
Empédocles de Agrigento

460-371 a.C.
Demócrito de Abdera
- átomo

Período socrático ou antropológico
(fim do século V a.C. ao século IV a.C.)

490-420 a.C.
Protágoras de Abdera

485-380 a.C.
Górgias de Leontini

469-399 a.C.
Sócrates
- dúvida e método socrático
- essência e ideia
- maiêutica
- sujeito moral

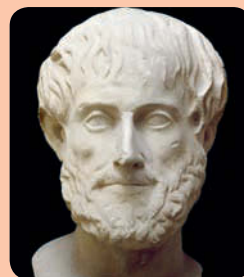
436-338 a.C.
Isócrates de Atenas

Período sistemático
(fim do século IV a.C. ao século III a.C.)

427-347 a.C.
Platão

Selva/Leemage/Agência France-Presse

380 a.C.
A República
- dialética
- essência e ideia
- inatismo, teoria da reminiscência
- sensível/inteligível
- três níveis da alma

384-322 a.C.
Aristóteles

Luisa Ricciarini/Leemage/Agência France-Presse

350 a.C.
Ética a Nicômaco
- analítica (lógica)
- campos do saber
- deliberação
- Filosofia Primeira
- justiça distributiva e justiça participativa

Período helenístico ou greco-romano
(fim do século III a.C. ao século VI d.C.)

341-270 a.C.
Epicuro de Samos

333-262 a.C.
Zenão de Cício

106-43 a.C.
Cícero

51 a.C.
Da República
- Bom Governo

4 a.C.-65 d.C.
Sêneca

205-270
Plotino

335-415
Hipátia de Alexandria

Bettmann/Corbis/Latinstock

Filosofia patrística
(do século I ao século VII)

354-430
Santo Agostinho

426
A Cidade de Deus
- livre-arbítrio
- pecado original

480-524
Boécio

FILOSOFIA MEDIEVAL
(do século VIII ao século XIV)

980-1037
Avicena

Costa/Leemage/Agência France-Presse

1079-1142
Pedro Abelardo

1225-1274
São Tomás de Aquino

1274
Suma teológica

1126-1198
Averróis

1285-1347
Guilherme de Ockham

FILOSOFIA DA RENASCENÇA
(século XIV)

1466-1536
Erasmo de Roterdam

1509
Elogio da loucura

1469-1527
Nicolau Maquiavel

Alinari Archives/Corbis/Latinstock

1513
O príncipe
- soberania
- *virtù*

1530-1596
Jean Bodin

1576
Seis livros da república
- soberania

1533-1592
Michel de Montaigne

1580
Ensaios

FILOSOFIA MODERNA
(do século XVII a meados do século XVIII)

1561-1626
Francis Bacon

1620
Novum Organum
- crítica dos ídolos
- método

1564-1642
Galileu Galilei

1623
O ensaiador
- natureza matemática

1596-1650
René Descartes

1641
Meditações sobre a Filosofia Primeira
- *cogito*
- dúvida metódica
- ideias inatas
- método

1588-1679
Thomas Hobbes

1651
Leviatã
- estado de natureza/Estado
- substância corpórea

1623-1662
Blaise Pascal

1657
Cartas provinciais
- razão/coração

1632-1677
Baruch Espinosa

Bettmann/Corbis/Latinstock

1677
Ética
- afetos
- liberdade
- substância

1642-1727
Isaac Newton

1687
Princípios matemáticos da Filosofia Natural

1632-1704
John Locke

1690
Dois tratados sobre o governo civil
- abstração
- experiência sensível
- propriedade privada
- liberalismo

1646-1716
Gottfried W. Leibniz

1714
A monadologia
- verdades de razão/verdades de fato

FILOSOFIA DA ILUSTRAÇÃO OU ILUMINISMO

(meados do século XVIII ao início do século XIX)

1694-1778
Voltaire

1734
Cartas inglesas

1711-1776
David Hume

De Agostini/Getty Images/Scottish National Portrait Gallery, Edimburgo, Escócia.

1751
Investigações acerca do entendimento humano

- hábitos de associação

1712-1778
Jean-Jacques Rousseau

1755
Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens

- consciência moral, bondade natural
- estado de natureza/ estado de sociedade
- linguagem
- Vontade Geral, cidadania

1717-1783
Jean le Rond d'Alembert

1751
Discurso preliminar à Enciclopédia

1713-1784
Denis Diderot

Photo Josse/Leemage/Agência France--Presse/Museu do Louvre, Paris, França.

1761
O sobrinho de Rameau

1724-1804
Immanuel Kant

1781
Crítica da razão pura

- crítica da razão pura
- dever e moral
- juízo analítico/juízo sintético
- nômeno/fenômeno

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

(meados do século XIX aos dias de hoje)

1762-1814
Johann G. Fichte

1794
A doutrina da ciência

1775-1854
Fríedrich Schelling

1800
Sistema do idealismo transcendental

1770-1831
Friedrich Hegel

Bianchetti/Leemage/Agência France-Presse

1807
Fenomenologia do espírito

- evolução e progresso
- fenômeno
- liberdade pela racionalidade
- razão como história

1788-1860
Arthur Schopenhauer

1819
O mundo como vontade e representação

1798-1857
Auguste Comte

1830
Curso de Filosofia Positiva

- progresso e positivismo

1804-1872
Ludwig Feuerbach

1841
A essência do cristianismo

- alienação na religião

1818-1883; 1820-1895
Karl Marx;
Friedrich Engels

David Gannon/Agência France-Presse

1867
O capital

- alienação social
- divisão social do trabalho
- ideologia
- luta de classes
- modo de produção
- práxis

1844-1900
Friedrich Nietzsche

1886
Além do bem e do mal

- moral dos escravos/moral dos senhores
- niilismo
- Super-Homem

1859-1938
Edmund Husserl

1901
Investigações lógicas

- atitude natural
- *epochê*
- essências ou significações
- fenômeno e fenomenologia
- regiões do ser

1859-1941
Henri Bergson

1910
A evolução criadora

1872-1970
Bertrand Russell

1914
Nosso conhecimento do mundo exterior

1889-1951
Ludwig Wittgenstein

1921
Tractatus logico--philosophicus

1889-1976
Martin Heidegger

1927
Ser e tempo
- entes
- ôntico/ontológico

1892-1940
Walter Benjamin

Effigie/Leemage/Agência France-Presse

1937
A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica
- aura
- valor de culto/ valor de exposição

1884-1962
Gaston Bachelard

1938
A formação do espírito científico
- continuidade e descontinuidade científicas
- ruptura epistemológica

1905-1980
Jean-Paul Sartre

Bettmann/Corbis/Latinstock

1943
O Ser e o Nada
- análogo
- atitude poética
- condenação à liberdade
- existência/essência

1903-1969; 1895-1973
Theodor Adorno;
Max Horkheimer

1945
Dialética do esclarecimento
- indústria cultural
- massificação
- razão instrumental/ razão crítica

1908-1961
Maurice Merleau-Ponty

1945
Fenomenologia da percepção
- arte como advento
- fenomenologia
- possibilidade objetiva

1908-1986
Simone de Beauvoir

1949
O segundo sexo

1906-1975
Hannah Arendt

Mondadori/Getty Images

1951
As origens do totalitarismo

1898-1979
Herbert Marcuse

1955
Eros e civilização

1922-1996
Thomas Kuhn

1962
A estrutura das revoluções científicas
- paradigma
- revolução científica

1930-2004
Jacques Derrida

1967
A escritura e a diferença

1918-1990
Louis Althusser

1970
Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado

1921-2002
John Rawls

1971
Uma teoria da justiça

1926-1984
Michel Foucault

1975
Vigiar e punir

1924-1998
Jean-François Lyotard

1979
A condição pós-moderna

1929
Jürgen Habermas

1981
Teoria da ação comunicativa

1929
Alasdair MacIntyre

1981
Depois da virtude
- virtude como práxis

1925-1995; 1930-1992
Gilles Deleuze;
Pierre-Félix Guattari

1991
O que é a filosofia?

1942
Giorgio Agamben

Ulf Andersen/Getty Images

1995
Homo sacer: *o poder soberano e a vida nua*

1949
Slavoj Žižek

2002
Bem-vindo ao deserto do real

glossário

A posteriori Condição do conhecimento que resulta da experiência.

A priori Condição do conhecimento que é anterior à experiência. Aquilo que não depende dos fatos, de nenhuma forma de experiência, por ser gerado no interior da própria razão. Por extensão, relativo ao que resulta de raciocínio ou dedução cujos princípios ou definições foram dados inicialmente.

Abstração Ato de isolar mentalmente um elemento comum a diversas entidades.

Adquirido O que é agregado a um ser vivo ou ente ao longo de sua existência em razão das experiências pelas quais passa. Opõe-se a *inato*.

Adventício Em Descartes, o que provém do mundo externo por meio dos sentidos. Ideia que não é inerente à razão humana.

Alegoria Meio de expressão em que pensamentos e ideias são representados sob a forma figurada ou simbólica, por meio do disfarce de cada elemento da ideia representada.

Alienação Em Marx, processo pelo qual o ser humano se afasta de sua natureza, tornando-se estranho a si mesmo na medida em que já não controla sua atividade essencial (o trabalho), pois os objetos que produz (as mercadorias) adquirem existência independente do seu poder e contrária aos seus interesses. Estado do indivíduo que não detém o controle de si mesmo ou que se vê privado de seus direitos fundamentais, passando a ser considerado uma "coisa". Falta de percepção de si mesmo.

Análise Método de decompor ou reduzir um todo em seus elementos simples visando explicar um fenômeno de natureza complexa.

Analogia Relação de identidade construída entre conceitos diferentes na qual se realiza uma extensão ou generalização do conhecimento.

Apodítico Caráter da proposição necessariamente verdadeira, que não pode ser refutada ou contestada. Proposições apodíticas são indubitáveis, evidentes por intuição ou demonstração.

Aporia Contradição ou paradoxo num contexto argumentativo ou num raciocínio. Dificuldade ou dúvida racional resultante da impossibilidade de responder a uma indagação.

Ato Na metafísica, efetivação daquilo que em um momento anterior apresentava uma tendência ativa para a transformação. Opõe-se a *potência*.

Axioma Fundamento de uma demonstração que é, ele próprio, indemonstrável. Um axioma origina-se, segundo a tradição racionalista, de princípios inatos da consciência ou, segundo os empiristas, de generalizações decorrentes da observação dos fatos.

Ceticismo Doutrina segundo a qual o espírito humano pode buscar, mas não pode atingir certeza a respeito da verdade; disso resultam a dúvida permanente e a abdicação de uma compreensão absoluta do real. Opõe-se a *dogmatismo*.

Consciência Faculdade que funciona como juízo do certo (o Bem) e do errado (o Mal) e por meio da qual o ser humano se apercebe daquilo que se passa dentro de si ou em seu exterior. Em Descartes, a vida espiritual humana, passível de conhecer a si mesma de modo imediato e integral, estabelece, dessa maneira, uma evidência irrefutável de sua própria existência e, por extensão, da realidade do mundo exterior.

Contingência O que é desprovido de necessidade lógica; tudo o que pode ser ou não ser. Caráter do que ocorre de acordo com a circunstância, sem necessidade, pois poderia ter acontecido de maneira diferente ou simplesmente não ter ocorrido.

Contradição Na lógica, relação de incompatibilidade total entre dois juízos. Em Marx, oposição conflituosa entre duas partes de um processo produtivo que origina transformações históricas e sociais.

Crença No pensamento medieval, fé religiosa ou convicção nos ensinamentos sagrados. No empirismo, disposição subjetiva a considerar algo certo ou verdadeiro por força do hábito ou da vivacidade das impressões sensíveis.

Dedução Modalidade de raciocínio que permite inferir de uma ou várias proposições uma conclusão que delas decorre logicamente.

Determinismo Procedimento segundo o qual todos os fenômenos da natureza estão ligados entre si por rígidas relações de causalidade e leis universais que excluem o acaso e a indeterminação.

Devir Processo permanente de surgimento, desenvolvimento (mudança) e perecimento dos seres; movimento, transformação como lei geral do Universo.

Dialética Em Platão, processo pelo qual a alma se eleva, por degraus, das aparências sensíveis às realidades inteligíveis ou ideias. No método socrático, busca da verdade por meio de perguntas feitas com o objetivo de explicitar aquilo que já é sabido ou para expor as contradições e as dificuldades do interlocutor. Em Hegel, movimento racional que nos permite ultrapassar uma contradição entre tese e antítese por meio da síntese.

Dicotomia Divisão de uma classe de fenômenos em duas partes contraditórias e complementares.

Dogmatismo Princípios e convicções de caráter absoluto que afirmam algo de modo categórico e intransigente, sem provas daquilo que se afirma. Na filosofia, doutrina que professa a capacidade do homem de atingir a certeza absoluta. Opõe-se a *ceticismo*.

Dúvida Incapacidade de determinar se algo é verdadeiro ou falso. Em Descartes, método de conhecimento que tem por objetivo descobrir a verdade.

Empirismo Orientação filosófica que afirma ser todo conhecimento humano originado unicamente da experiência sensível externa ou interna. Atitude de quem se atém a conhecimentos práticos. Opõe-se a *racionalismo*.

Epistemologia Teoria do conhecimento. Estudo dos postulados e métodos do conhecimento científico, ou das teorias e práticas em geral, consideradas em sua validade cognitiva ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história.

Essência O ser verdadeiro, conhecível na medida em que o espírito supera o caráter enganoso e ilusório do mundo sensível. Natureza própria de um indivíduo concreto, em oposição às alterações circunstanciais que possam acometê-lo. Atributo sem o qual um determinado ente não pode existir nem ser pensado.

Estruturalismo Método de análise (na etnologia, antropologia, filosofia, sociologia, economia e teoria literária) que investiga um fenômeno buscando suas estruturas profundas, ou seja, os sistemas ou conjuntos de sistemas constituídos por relações funcionais entre elementos (de equivalência ou de oposição, por exemplo).

Ética Parte da filosofia que reflete sobre o comportamento humano à luz dos valores e normas que regulam a vida das sociedades; filosofia moral.

Existencialismo Corrente filosófica que enfatiza a realidade concreta do indivíduo como centro da especulação filosófica. O existencialismo considera a realidade compreendida segundo sua contingência e finitude, e não segundo uma essência metafísica.

Experiência Todo conhecimento obtido por meio dos sentidos. Forma de conhecimento adquirida de maneira espontânea durante a vida; prática. Ação de observar ou experimentar com o objetivo de comprovar uma hipótese ou teoria.

Funcionalismo Princípio pelo qual a efetiva natureza de um ser ou instituição é determinada pela função que desempenha no interior de um sistema.

Heresia Teoria, ideia, prática, interpretação que nega ou contraria a doutrina estabelecida (por um grupo). Atitude que desrespeita a religião. Por extensão, opinião absurda, disparate.

Hermetismo Ciência esotérica, reservada a poucos. Por extensão, aquilo que é difícil de compreender e/ou interpretar.

Hipótese Explicação científica, metódica e organizada de um fenômeno, mas provisória, pois precisa ser provada pela experimentação. Proposição ou conjunto de proposições de que parte uma demonstração.

Historicidade Qualidade do que é histórico, ou seja, construído social e culturalmente.

Idealismo Doutrina filosófica que considera o sentido e a inteligibilidade de um objeto de conhecimento necessariamente redutível às formas ideais da subjetividade humana. Teoria pela qual a matéria é uma manifestação incompleta ou imitação imperfeita de uma matriz original constituída de formas ideais e intangíveis. O idealismo pressupõe o primado das ideias na construção do conhecimento e da experiência humanas.

Ideia Representação abstrata de um objeto de pensamento ou de um objeto dado na experiência; percepção mental desse objeto. Verdade absoluta que tem sua expressão na experiência fenomênica.

Ideologia Em Marx, conjunto de ideias estabelecido pela classe dominante e incorporado pela sociedade que visa ocultar e dissimular as divisões sociais por meio da naturalização de aspectos que legitimam o poder econômico estabelecido.

Imanência Atributo do que é intrínseco à essência de algo, em contraste com sua dimensão externa. Caráter daquilo que é interior ao ser ou ao objeto dado do pensamento. Opõe-se a *transcendência*.

Inato Caráter do que pertence à natureza intrínseca de um ser, do que não provém da experiência, mas pertence à própria natureza da mente. Opõe-se a *adquirido*.

Indução Raciocínio que parte do particular para o geral ou universal, do conhecimento dos fatos ao conhecimento das leis. Operação lógica que permite passar de casos ou estados particulares a proposições gerais ou princípios.

Intuição Forma de conhecimento direta e imediata, seja no âmbito sensível, seja no inteligível. Evidência produzida sem a mediação de argumentos ou raciocínios. Em Descartes, conhecimento de um fenômeno mental que se apresenta com a clareza de uma evidência, sem oferecer qualquer margem para a dúvida (como o *cogito*).

Liberdade Capacidade individual de autodeterminação, caracterizada por compatibilizar autonomia e livre-arbítrio

com os condicionamentos naturais, psicológicos ou sociais a que estamos sujeitos. Capacidade de poder agir por si mesmo, independentemente de toda coerção exterior. Em Sartre, condição fundamental da existência humana, em virtude da qual o homem é inteiramente responsável por si.

Livre-arbítrio Possibilidade de escolher em função apenas da própria vontade.

Maiêutica Método socrático de induzir as pessoas, por meio da interrogação, a descobrirem suas próprias verdades. Da mesma forma que a parteira auxilia o nascimento dos corpos, Sócrates procurava "dar à luz" os espíritos para levar seus interlocutores a descobrir a verdade que traziam em si sem o saber. Por extensão, método pedagógico que permite ao professor dirigir a pesquisa do aluno de modo que este encontre a verdade por seus próprios meios.

Metafísica Ramo da filosofia que se ocupa do conhecimento das coisas em si mesmas ou das essências. A metafísica investiga as realidades que transcendem a experiência sensível. Aristóteles a chamava *Filosofia Primeira*.

Mito Narrativa simbólica que dá sentido à origem de determinado ser, fenômeno, instituição, costume social, etc. Relato fabuloso ou alegórico que, ao narrar as origens da humanidade e dos deuses, confere significado ao imaginário coletivo de um grupo social.

Moral Conjunto de usos, costumes, normas de conduta e juízos de valor que vigoram em uma sociedade. Referência do agir humano no que se refere a virtudes e deveres.

Necessário O que não pode ser diferente do que é ou que não pode ser concebido de outro modo. Opõe-se a *contingente*.

Niilismo Originado do latim *nihil* ('nada'), designa a postura filosófica que nega a existência de qualquer substância ou realidade permanente na constituição do Universo e confere especial significado a formas de valoração negativas, como a descrença na possibilidade da verdade, a decrepitude, a desordem, a violência, o desânimo. Em Nietzsche, assume o sentido de negação, recusa de crenças e convicções que ofereçam um sentido consistente e positivo para a existência (especialmente no que se refere à modernidade ocidental).

Ôntico O que concerne ao ser ou às suas características. Em Heidegger, o que se relaciona ao que o ente é em si mesmo. Opõe-se a *ontológico*.

Ontologia Reflexão sobre as propriedades gerais do ser, sobre seu sentido abrangente. Parte fundamental da filosofia que estuda "o ser enquanto ser", isto é, o ser independentemente de suas determinações particulares.

Ontológico Que se refere à ontologia, ao estudo filosófico dos entes. Opõe-se a *ôntico*.

Opinião Juízo falsamente sistemático aceito como verdade pelo senso comum, sem qualquer reflexão a respeito de sua validade, de seus pressupostos e dos meios pelos quais foi obtido. Convicção, crença, ponto de vista. Conhecimento marcado pela predominância do elemento subjetivo, individual ou coletivo, e fundado em preconcepções ou preconceitos. Opõe-se a *ciência* (*epistéme*, conhecimento verdadeiro e necessário).

Paradigma Exemplo que serve como modelo; padrão.

Paradoxo Na lógica, raciocínio aparentemente bem fundamentado, mas que apresenta contradições em sua estrutura. Proposição que contraria os princípios básicos e gerais que costumam orientar o pensamento humano.

Percepção Consciência, impressão ou intuição instantânea dos elementos do ambiente pelas sensações físicas. Operação intelectual sensível pela qual nos tornamos conscientes de uma impressão ou ideia.

Positivo Atributo do que é real, concreto e existente; caráter do que é instituído ou determinado.

Possível Caráter daquilo cuja afirmação ou existência não implica contradição. Aquilo que não é, mas poderia ser, isto é, que envolve contingência, que satisfaz as condições gerais da existência.

Postulado Ponto de partida de uma argumentação; premissa. Proposição não demonstrável, mas que se deve considerar por ser indispensável para certo conhecimento. Afirmação ou fato sem necessidade de demonstração.

Potência Em Aristóteles, possibilidade apresentada por uma realidade material no sentido de modificar-se ou ser modificada, de modo que possa realizar determinações virtuais. Opõe-se a *ato*.

Pragmatismo Consideração das coisas de um ponto de vista prático e instrumental. Concepção segundo a qual a verdade pode ser verificada pelos resultados da aplicação prática de um conhecimento.

Práxis Em Aristóteles, a ação na qual o agente, o ato realizado por ele e a finalidade do ato são idênticos. Em Marx, ação que permite ao ser humano construir a si mesmo e o seu mundo de forma livre e autônoma; relação na qual o homem, ao transformar a natureza pelo trabalho, transforma a si mesmo.

Predicado Termo ou conjunto de termos atribuíveis, por meio de uma afirmação ou negação, ao sujeito de um juízo ou proposição.

Premissa Ideia da qual se parte para extrair um raciocínio. Cada uma das proposições que compõem um silogismo. Proposição que está no início de um argumento e que lhe dá sustentação lógica.

Princípio Proposição que serve de fundamento a uma dedução.

Propedêutica Conjunto de ensinamentos introdutórios (preliminares) de uma ciência.

Proposição Enunciado; expressão de uma operação mental passível de ser verdadeira ou falsa. Construção lógica passível de múltiplos valores de verdade e redutível a dois elementos básicos, o sujeito e o predicado.

Raciocínio Processo inferencial que fundamenta uma argumentação no interior de demonstrações científicas, filosó-

ficas ou matemáticas. Atividade intelectual que consiste no encadeamento lógico-discursivo de termos, juízos ou proposições. Exercício da razão por meio do qual se deduz algo com base em uma ou mais premissas.

Racionalismo Teoria fundamentada na suposição de que a investigação da verdade ultrapassa os dados imediatos oferecidos pelos sentidos e pela experiência. Opõe-se a *empirismo*.

Razão Faculdade humana que se manifesta na objetividade ordenada e regular da natureza física e na subjetividade do espírito humano. Pensamento ou inteligência voltados para a apreensão da realidade. Poder de discernimento; bom-senso.

Relativismo Doutrina segundo a qual os valores morais não apresentam validade universal e absoluta, variando ao sabor de circunstâncias históricas, políticas e culturais. Ponto de vista epistemológico que afirma a impossibilidade de conhecer o absoluto e a verdade em razão de fatores aleatórios ou subjetivos.

Representação Concepção de um objeto ou de um acontecimento percebido que se forma na mente.

Sagrado Aquilo que é objeto de culto e adoração. Relativo a uma divindade, à religião, ao culto ou aos ritos; sacro, santo. O que possui natureza divina e, por isso, deve ser adorado e respeitado.

Senso comum Conceito que designa o entendimento médio do indivíduo, não raro influenciado por preconcepções.

Ser Em Parmênides, realidade única, imperecível, indivisível e eterna. Realidade ontológica temporal, impermanente; aquilo que todos os entes, verdadeiramente, são. Estado ou condição daquilo que, de fato, é ou existe.

Silogismo Em Aristóteles, raciocínio dedutivo estruturado por duas proposições (as *premissas*), das quais, por inferência, se obtém necessariamente uma terceira, chamada *conclusão*. Operação mental que consiste em inferir uma conclusão de duas proposições estabelecidas como premissas.

Simbologia Figuração ou interpretação por meio de símbolos. Sistema de sinais articulados por regras que traduz visualmente a formação de um raciocínio.

Sistema Conjunto organizado de ideias coordenadas e articuladas em princípios considerados fundamentais.

Sofisma Argumento com finalidade meramente retórica, de convencimento, sem compromisso com a verdade. Raciocínio falacioso que encobre uma falsidade sob a aparência de verdade.

Sofista Mestre da retórica que, na Grécia antiga, ensinava conhecimentos gerais e a arte da eloquência para os cidadãos postulantes à participação ativa na vida política. Em sentido pejorativo, os falsos sábios cuja única preocupação era cobrar por seus ensinamentos, sem comprometimento algum com a verdade.

Subjetivismo Orientação filosófica que enfatiza o ponto de vista subjetivo nos processos de conhecimento. Corrente filosófica segundo a qual a realidade do mundo objetivo depende das formas e explicações que lhe são atribuídas pela subjetividade humana, considerada primordial no processo cognitivo.

Substância Essência; natureza de determinado ente que abrange todos os seus predicados essenciais. Aquilo que é em si e por si mesmo, com autonomia e independência em relação às suas qualificações e estados; realidade permanente. Em Descartes e em Espinosa, Deus, a realidade suprema, divina e autossuficiente que não necessita de qualquer outra para existir, pois é concebível pelo pensamento sem a exigência de qualquer conceito prévio.

Sujeito Ser real, substância; realidade permanente à qual se atribuem transformações, qualidades ou acidentes. Em uma proposição, termo de que se fala, de que se afirma ou se nega algo, e ao qual se predicam propriedades, qualidades ou determinações. O eu pensante, consciência; faculdade cognoscente e princípio fundador do conhecimento.

Teoria Conhecimento sistemático voltado para a formulação de leis e categorias gerais que permitam a ordenação, a classificação dos fatos e das realidades da natureza. Conhecimento de caráter abstrato, desenvolvido de modo puramente intelectual. Opõe-se a *conhecimento prático*.

Tese Princípio teórico que fundamenta uma demonstração, argumentação ou processo discursivo. Enunciado que expressa uma posição teórica; afirmação; proposição.

Transcendência Condição do que se encontra num estado superior e inacessível a uma determinada ordem de existência ou realidade. Na metafísica, caráter inerente a um ser divino que ultrapassa a realidade sensível e com a qual mantém uma relação de soberania e distância. Em Kant, qualidade apresentada pelas ideias que, embora pertencentes ao âmbito da especulação racional, caracterizam-se por ultrapassar os dados oferecidos pela experiência.

Universal Termo aplicável a todos os indivíduos de uma mesma classe de seres ou objetos. Em Platão, ideia de caráter transcendente que fundamenta e classifica toda a realidade imanente e sensível, preexistindo em relação aos seres materiais e à consciência humana. Em Aristóteles, termo geral que representa a essência ou substância de um ente singular e que somente existe relacionado aos objetos materiais.

Utopia Modelo de sociedade ideal imaginado como crítica à organização social existente, porém sem possibilidade de tornar-se real.

Verdade Correspondência entre a subjetividade cognitiva do intelecto humano e os fatos, eventos e seres da realidade objetiva.

Vontade Disposição para agir. Exercício da atividade pessoal e consciente que resulta de um desejo e se concretiza na intenção de se obter um fim ou propósito determinado.

índice remissivo

1. Coleções

– a coleção Os Pensadores, da editora Nova Cultural, com volumes que vão desde os filósofos pré-socráticos até os contemporâneos;

– a coleção Textos Filosóficos, das Edições 70, de Portugal, com traduções antecedidas de pequenas introduções;

– as traduções de obras filosóficas clássicas, modernas e contemporâneas publicadas pela editora Martins Fontes;

– as traduções de textos filosóficos da coleção Travessias, da editora UFMG;

– os volumes da coleção Logos, da editora Moderna;

– os volumes da coleção Filosofias: O Prazer do Pensar, da editora WMF Martins Fontes;

– os volumes da coleção Encanto Radical, da editora Brasiliense;

– os volumes da coleção Filosofia Passo a Passo, da Jorge Zahar Editor.

2. Obras gerais sobre filosofia

COHEN, Martin. *101 problemas de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2006.

GAARDER, Jostein. *O dia do curinga*. João Azenha Júnior (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_______. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. *Pequeno dicionário de filosofia contemporânea*. São Paulo: Publifolha, 2006.

IRWIN, William (Coord.). *Os Beatles e a filosofia*: nada que você pense que não pode ser pensado. São Paulo: Madras, 2007.

SAVATER, Fernando. *As perguntas da vida*. Mônica Stahel (trad.). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_______. *Ética para um jovem*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1995.

3. Obras introdutórias sobre filosofia e temas relacionados

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BARBOSA, Júlio César. *O que é justiça*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos)

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1985.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros Passos)

CESAROTTO, Oscar; LEITE, Márcio Peter de Souza. *O que é psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Primeiros Passos)

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Primeiros Passos)

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos)

COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros Passos)

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. A essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.

GRANGER, Gilles Gaston. *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

GULLAR, Ferreira. *Sobre arte*. São Paulo: Avenir, 1982.

HUISMAN, Denis. *A estética*. Lisboa: Edições 70, 1984.

KREMER-MARIETTI, Angèle. *A ética*. Campinas: Papirus, 1989.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos)

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Primeiros Passos)

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. O espírito do tempo. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

NOBRE, Marcos. *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus, 2011.

NUNES, Bernardo. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1989.

OMNÈS, Roland. *Filosofia da ciência contemporânea*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

PAULO NETTO, José. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos)

PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Introdução à lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

QUIRINO, Celia Galvão; de SOUZA, Maria Tereza Sadek (Org.). *O pensamento político clássico*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

RUBY, Christian. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

SANTOS, Jair Ferreira. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos)

SOARES, Angelo S. *O que é informática*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Primeiros Passos)

VALLS, Álvaro. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos)

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

4. Coletâneas de textos selecionados, com apresentação e comentários

BORNHEIM, Gerd. A. (Org.). *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1977.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARCONDES FILHO, Danilo (Org.). *Textos básicos de filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1991.

5. Textos de filósofos

Adorno e Horkheimer: *Dialética do esclarecimento*

Aristóteles: *Política*

Bacon: *Nova Atlântida*

Benjamin: *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*

Bergson: *Introdução à metafísica*

Boécio: *Da consolação da filosofia*

Campanella: *A cidade do Sol*

Cícero: *Da amizade*

D´Alembert: *Carta sobre os espetáculos*

Deleuze: *O que é a filosofia?*

Descartes: *Discurso do método*; *Princípios da filosofia*, parte I

Diderot: *O sobrinho de Rameau*

Erasmo: *Elogio da loucura*

Espinosa: *Tratado da correção do intelecto* (também traduzida como *Tratado da reforma da inteligência*)

Foucault: *Vigiar e punir*

Freud: *Cinco lições sobre a psicanálise*

Galileu Galilei: *O ensaiador*

Hegel: *Introdução à história da filosofia*

Heidegger: *O que é isto: a filosofia?*

Hobbes: *Leviatã*

Horkheimer: *Teoria tradicional e teoria crítica*

Husserl: *A ideia da fenomenologia*

Kant: *Prolegômenos a toda metafísica que pretenda apresentar-se como ciência*

Lefort: *A invenção democrática*

Locke: *Carta sobre a tolerância*

Lucrécio: *Da natureza*

Maquiavel: *O príncipe*

Marx: *Manifesto do partido comunista*; *O 18 Brumário de Luís Napoleão*

Merleau-Ponty: *Elogio da filosofia*

Montaigne: *Ensaios*

Nietzsche: *O nascimento da tragédia*

Pascal: *Pensamentos*

Pico de la Mirandola: *Discurso sobre a dignidade do homem*

Platão: *Apologia de Sócrates*; *O banquete*

Rousseau: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*

Santo Agostinho: *Confissões*

Sartre: *O que é literatura*

Schopenhauer: *Sobre a filosofia e seu método*

Sêneca: *Da vida feliz*

Thomas Morus: *A utopia*

Voltaire: *Cartas inglesas*

bibliografia

1. Obras de apoio

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

______. *História da filosofia*. Lisboa: Presença, 1969. 14 v.

BRÉHIER, Émile. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977. 6 v.

CHÂTELET, François. (Org.). *História da filosofia*. Ideias, doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 8 v.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Pola Civelli (trad.). São Paulo: Perspectiva, 1989.

HOLIS, Martin. *Filosofia*. Um convite. São Paulo: Loyola, 1996.

JAPIASSU, Hilton. *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

KOHAN, Walter Omar; MÜLLER, Ingrid. *ABeCedário da criação filosófica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas*. Carlos Eugênio M. Moura (trad.). São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia*: problemas, sistemas, atores e obras. J. Renard (trad.). São Paulo: Paulus, 1981.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia*. Silvana Vieira (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERINE, Marcelo. *Ensaio de iniciação ao filosofar*. São Paulo: Loyola, 2007.

RUSS, Jacqueline. *Dicionário de filosofia*. Alberto A. Muñoz (trad.). São Paulo: Scipione, 1994.

SEMERARO, Giovanni. *Filosofia e política na formação do educador*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TELES, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo de filosofia*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

______. *Mito e pensamento entre os gregos*: estudos de psicologia histórica. Haiganuch Sarian (trad.). São Paulo: Difel, 1973.

2. História da filosofia

ABRÃO, Bernardette Siqueira (Org.). *História da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores)

CAREL, Havi; GAMES, David et al. *Filosofia contemporânea em ação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papirus, 1989.

CHAUI, Marilena. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 2 v.

CORDON, Juan Manuel Navarro. *História da filosofia*: os filósofos, os textos. Filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, 1990.

FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar*: do poço de Tales à desconstrução de Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FLEISCHER, Mardot (Org.). *Filósofos do século XX*. Vale do Rio Sinos: Ed. Unisinos, 1995.

______; HENNIGFELD, Jochem (Org.). *Filósofos do século XIX*. Vale do Rio Sinos: Ed. Unisinos, 1998.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *A aventura da filosofia*: de Parmênides a Nietzsche. São Paulo: Manole, 2010.

JAEGER, Werner. *Paideia*: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

NUNES, Benedito. *Filosofia contemporânea*. Belém: EDUFPA, 2004.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Primeiros Passos)

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VERNANT, Jean-Pierre. Os gregos inventaram tudo. José Marcos Macedo (trad.). *Folha de S.Paulo*, São Paulo: 31 out. 1999. Caderno MAIS!, p. 4-5.

WOLFF, Francis. *Sócrates:* o sorriso da razão. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZINGANO, Marco. *Platão e Aristóteles*. O fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2002.

3. Razão, verdade e conhecimento

DESCARTES, René. Carta a Elizabeth, de 6 de outubro de 1645. In: *Oeuvres complètes* [Obras completas]. Ed. Charles Adam e Paul Tannery. Paris: Vrin, 1996. v. IV.

ESPINOSA. *Tratado da reforma da inteligência*, § 31. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão (trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos)

LIARD, Louis. *Lógica*. São Paulo: Companhia Nacional, 1965.

MARGUTTI PINTO, P. R. *Introdução à lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Eloge de la philosophie [Elogio da filosofia]. In: *Eloge de la philosophie et autres essais* [Elogio da filosofia e outros ensaios]. Paris: Gallimard, 1960.

_______. Em toda e nenhuma parte. In: *Merleau-Ponty. Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 426. (Os Pensadores)

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e a mentira em um sentido "extramoral" (1873). In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 73-74. (Os Pensadores)

SALMON, Wesley. *Lógica*. 3. ed. São Paulo: LTC, 1993.

4. Cultura e artes

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura da massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie* [Uma arte mediana: ensaio sobre os usos sociais da fotografia]. Paris: Minuit, 1965. Apud LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Bernardo Leitão et al. (trad.) 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Jose Octavio de Aguiar Abreu (trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1992.

MATOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt*: luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

MORIN, Edgar. *Cultura e barbárie na Europa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 70.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1991.

POMIAN, Krysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Marta Machado (trad.). Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

5. Religião

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, (1981) 1989.

GARDEIL, H. D. *Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino*. Tomo IV – Metafísica. Paulo Arantes (trad.). São Paulo: Duas Cidades, 1967.

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTO AGOSTINHO. Carta a Paulina. In: FERNÁNDEZ, Clemente (Org.). *Los filósofos medievales*. Selección de textos. Madrid: Editorial Católica, 1979. p. 493-494.

6. Ética

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Marco Aurélio Nogueira (trad.). São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emilio. *Ética*. Silvana Cobucci Leite (trad.). São Paulo: Loyola, 2005.

HARE, Michard Mervyn. *A linguagem da moral*. Eduardo Pereira e Ferreira (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCONDES, Danilo. *Ética*: textos básicos de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. João Dell'Anna (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. In: *Sartre*. Vergílio Ferreira (trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores)

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

WILLIAMS, Bernard. *Moral*: uma introdução à ética. Remo Mannarino Filho (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

7. Pensamento científico

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Loyola, 2000.)

ANDERY, Maria Amália (Org.). *Para compreender a ciência*: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Estela dos Santos Abreu (trad.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BURTT, Edwin. A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. José Viegas Filho e Orlando Araujo Henriques (trad). Brasília: Ed. da UnB, 1983.

CHALMERS, Alan F. *O que é a ciência, afinal?* Raul Fiker (trad.). São Paulo: Brasiliense, 2000.

______. *A fabricação da ciência*. Beatriz Sidou (trad.). São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*: o que é sociologia? São Paulo: Difel, 1980.

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Maria Elizabeth Martinez (trad.). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRANGER, Gilles Gaston. *A ciência e as ciências*. Roberto Leal Ferreira (trad.). São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

______. *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira (trad.). 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOSEE, John. *Introdução histórica à filosofia da ciência*. Borisas Cimbleris (trad.). Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Antonio Transito (trad.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.

8. Política e economia

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Mauro W. Barbosa de Almeida (trad.). 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Daniela B. Versiani (trad.). Rio de Janeiro: Campus, 2000.

______. *O futuro da democracia*. Marco Aurélio Nogueira (trad.). São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Pensamento Crítico, 63)

______ et al. *Dicionário de política*. Carmen C. Varialle et al. (trad.). 10. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia:* o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Roberto Machado (trad.). 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

______. *Vigiar e punir*. Raquel Ramalhete (trad.). 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara (trad.). 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1995. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997. v. 1.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: ______. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. Rubens Enderle e Leonardo de Deus (trad.). São Paulo: Boitempo, 2010.

______; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores)

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos fundamentais*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

9. Obras introdutórias de filosofia e volumes de interesse geral

BERGMAN, Gregory. *Filosofia de banheiro*. São Paulo: Madras, 2004.

FERRY, Luc. *Aprender a viver*: filosofia para os novos tempos. Vera Lucia dos Reis (trad.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GRISWOLD Junior, Charles L. Felicidade e escolha de Cypher: a ignorância é felicidade?. In: IRWIN, William (Org.). *Matrix*: bem-vindo ao deserto do real. São Paulo: Madras, 2002.

RODRIGO, Lídia Maria. *Filosofia em sala de aula*: teoria e prática para o Ensino Médio. Campinas: Autores Associados, 2009.

10. Obras literárias

BELLOW, Saul. *Herzog*. Apud: MCEWAN, Ian. *Sábado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

Filosofia

MANUAL DO **PROFESSOR**

VOLUME ÚNICO

sumário

1. Orientação pedagógica

As práticas pedagógicas e a organização dos conteúdos em sala de aula dependem fundamentalmente das concepções teóricas e metodológicas de cada professor. Visando auxiliar o trabalho docente, esta obra propõe uma perspectiva pedagógica própria, a qual gostaríamos de explicitar, sinteticamente, em três bases, quais sejam:

a) A leitura do aluno está no centro do trabalho

Nesta obra, os textos e os recursos didáticos (iconografia e indicações de livros e filmes, entre outros) foram elaborados com o intuito de propiciar aos alunos uma leitura direta e sistemática. Não se trata, contudo, de um material "fácil", do qual se apreende o significado por inteiro de uma primeira vez – seu conteúdo solicitará diferentes leituras: a individual, fora do ambiente escolar; a coletiva, na sala de aula; a comentada, trecho a trecho, pelo professor; a das caixas de texto; a das imagens.

b) Filosofia se conjuga no plural

Esta obra trata da formação e da história da filosofia e, portanto, discorre sobre a pluralidade do pensamento filosófico e suas múltiplas abordagens. Autores, escolas, tendências e campos de investigação são apresentados, debatidos e analisados, sem, todavia, estabelecer-se um juízo de valor sobre eles nem constituir-se uma hierarquia entre as diversas correntes filosóficas. Nessa perspectiva, consideramos necessário que o professor também se mantenha equidistante das várias tendências filosóficas para que possa estimular o debate entre os educandos e contribuir para sua autonomia intelectual.

c) Interpretar a palavra é interpretar o mundo

Entendemos que a tarefa fundamental do ensino de filosofia é contribuir para a formação do pensamento crítico. Isso significa dotar o aluno de ferramentas que o tornem cada vez mais capaz de interpretar os textos, analisar os conceitos e, simultaneamente, compreender melhor o mundo, identificando as questões centrais da contemporaneidade e estabelecendo nexos e relações com outros momentos da história do pensamento humano. Recordando Paulo Freire, leitura da palavra e leitura do mundo são indissociáveis. O ensino de filosofia, portanto, pressupõe um vínculo indissociável com o mundo ao nosso redor e, assim sendo, associa-se às demais disciplinas com as quais o aluno entra em contato durante o Ensino Médio.

2. Fundamentação teórico-pedagógica

A disciplina de filosofia tornou-se obrigatória na grade curricular das escolas de Ensino Médio, nas três séries que o compõem, a partir de junho de 2008, com a aprovação da Lei nº 11.684[1]. Essa nova lei reforçou um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 2006, que incluía as disciplinas de filosofia e sociologia no Ensino Médio, mas não definia em que séries elas deveriam ser implantadas.

Em 1971, o ensino dessas disciplinas foi suprimido e substituído por aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), com o intuito claro de reduzir as possibilidades de ensino crítico e de formação do pensamento autônomo na trajetória escolar.

Nos anos 1980, com o fim do regime militar e o fortalecimento dos movimentos democráticos, o debate sobre o retorno do ensino de filosofia ganhou novos contornos. Desde então, a disciplina de filosofia no Ensino Médio tem sido entendida como componente curricular relevante na formação da consciência crítica dos alunos. Na versão inicial dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)[2], publicada em 1999, a filosofia constava como conhecimento curricular específico, cujas competências e habilidades "necessários ao exercício da cidadania"[3] deveriam ser contempladas no programa de Ensino Médio.

O ensino de filosofia encontra-se articulado à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, ao lado dos componentes curriculares geografia, história e sociologia. Na história da educação brasileira, a filosofia oscilou entre períodos de ausência sistemática e fases de inserção opcional; no entanto, na prática, conteúdos e temas filosóficos sempre contribuíram de um modo assistemático com as reflexões do ensino de história, geografia e, às vezes, literatura.

A inclusão obrigatória da filosofia no Ensino Médio transformou esse quadro e criou um enorme desafio para professores e autores de materiais de ensino. Esse desafio se consubstancia na massificação (em termos qualitativos e quantitativos) que se observa nessa etapa da trajetória escolar brasileira, aliada à precária condição em que chega esse alunado (por questões estruturais da educação brasileira), detentor de uma formação que não o familiarizou suficientemente com abstrações e conflitos éticos, dois dos principais focos da filosofia.

Este livro define a filosofia como um campo de conhecimento autônomo, centrado na perspectiva da atividade e do pensamento filosóficos e, portanto, caracterizado por um método, assim como por um conjunto de conceitos e temas centrais. Todavia, foi nossa preocupação tam-

---

1 MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

2 MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

3 MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 36, III, § 1º.

bém estabelecer um diálogo interdisciplinar tanto com os componentes da área de Ciências Humanas e suas tecnologias quanto com os das demais áreas. Não poderia ser diferente, dado o vínculo intrínseco que todas as áreas do conhecimento possuem com a filosofia na história do pensamento ocidental.

Segundo os objetivos traçados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – detalhados no Edital do Programa Nacional do Livro Didático para 2015 –, um livro de filosofia, no Ensino Médio, deve incentivar a constituição da "autonomia, da reflexão e da pluralidade de perspectivas sob as quais são consideradas desde a experiência social imediata até o conjunto de saberes estabelecidos"[4]. Esse princípio geral tem, pelo menos, três desdobramentos importantes que caracterizam a confecção desta obra.

Em primeiro lugar, a compreensão de que o ensino de filosofia deve se conectar às indagações da experiência cotidiana e, com base nelas, construir os conceitos e os princípios do pensamento filosófico. Esse movimento fundamental abre a maioria dos capítulos: a indagação e o estranhamento diante de atos, sentidos e ideias corriqueiras e perante a percepção imediata e a vivência mais comum. Essa perspectiva supera, assim, a noção de filosofia como conhecimento erudito, um saber distante das preocupações mundanas, dos anseios individuais e dos conflitos sociais, restrito, portanto, apenas a iniciados e a alunos "inteligentes".

Em segundo lugar, a filosofia, neste livro, pressupõe o estudo da história da filosofia e das condições materiais que deram forma e sentido ao surgimento e ao desenvolvimento da atividade filosófica. Entre a história social, econômica e o pensamento há, pois, uma inter-relação complexa: de um lado, a filosofia expressa os dilemas de seu tempo, procurando responder aos questionamentos nascidos da experiência concreta dos seres humanos em uma determinada sociedade; de outro, a filosofia também tem sua história, constituindo, por isso, um diálogo permanente com a sociedade à medida que lança novos olhares e influencia as transformações culturais. Nessa perspectiva, não há "fatores", "causas" e "consequências", mas desdobramentos do pensamento filosófico no interior de processos históricos mais amplos.

Finalmente, o terceiro traço marcante refere-se à constituição de um método próprio da filosofia que a diferencia das outras Ciências Humanas e lhe permite relacionar-se com determinados objetos sob um ponto de vista único, original. Os fundamentos do método estão explicitados nos capítulos 1 e 2, mas percorrem toda a estrutura do livro.

Trata-se de compreender a filosofia como "pensamento sistemático", isto é, resultado do trabalho intelectual e da apropriação de determinadas ferramentas de análise, reflexão e crítica sobre o ser humano, suas ideias e sua interação com o mundo. Assim, afastamos a filosofia de outro risco: a vulgarização da atitude filosófica, considerada um simples conjunto de ideias e opiniões.

Esse é um perigo bastante comum no Ensino Médio, já que a transformação do programa de filosofia em uma conversa mais ou menos organizada entre alunos e professor é recorrente em sala de aula. Contudo, deve-se considerar que, embora seja fundamental, o diálogo não é a finalidade da disciplina, mas um meio pelo qual determinados conceitos são construídos coletivamente e um instrumento para que as múltiplas opiniões sejam analisadas, discutidas, aprofundadas e transformadas pela atitude filosófica.

Para atender a todos os objetivos acima explicitados, esta obra foi estruturada em duas grandes partes: "A filosofia e seus conceitos" e "A filosofia e a prática". Na primeira, organizam-se os conceitos fundamentais (razão, verdade, conhecimento, metafísica) e uma importante ferramenta (lógica) do pensamento filosófico; na segunda, constituem-se os campos de investigação da filosofia sobre a experiência humana: a cultura e as artes, a religião, a ciência, a ética e a política. Nesse percurso, acreditamos percorrer o longo caminho da formação e dos desdobramentos do pensamento filosófico, levando em conta a diversidade de temas e a pluralidade de concepções e tradições filosóficas.

3. Objetivos gerais

Três são os objetivos que norteiam a obra:

1. Apresentar os conceitos fundamentais do pensamento filosófico ocidental como ferramentas de formação da atitude filosófica;
2. Colaborar para a reflexão sobre as relações entre as concepções filosóficas e as condições históricas e a vida cotidiana;
3. Desenvolver o espírito crítico e a reflexão filosófica sobre questões contemporâneas, contribuindo para a criação e o fortalecimento de práticas solidárias com a própria comunidade.

4. Objetivos específicos

Unidade I – A filosofia

- Introduzir o aluno à atitude filosófica.
- Apresentar os fundamentos históricos do pensamento filosófico ocidental.
- Introduzir os principais períodos da história da filosofia.

4 Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2015. p. 51. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165--editais?download=7772:edital-de-convocacao-01-2013-cgpli>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Unidade II – A razão

- Desenvolver os vários significados da razão e apresentar as concepções contemporâneas sobre o tema.

Unidade III – A verdade

- Refletir sobre o conceito de verdade, central na construção do pensamento filosófico e na busca do conhecimento.

Unidade IV – A lógica

- Introduzir a origem da lógica entre os gregos e indicar as principais ferramentas do pensamento lógico.

Unidade V – O conhecimento

- Apresentar as relações entre o conhecimento, a linguagem e a consciência.

Unidade VI – A metafísica

- Abordar as transformações históricas da metafísica sob o ponto de vista de diferentes correntes filosóficas.
- Expor o "pensamento pensando a si mesmo", base da ontologia desde Aristóteles até nossos dias.

Unidade VII – A cultura

- Identificar os significados do conceito de cultura e das práticas culturais na perspectiva filosófica.

Unidade VIII – A experiência do sagrado

- Elaborar um quadro histórico-filosófico sobre a religiosidade humana em diferentes culturas.

Unidade IX – As artes

- Explorar os vários sentidos da produção artística, identificando as relações entre arte, religião e filosofia.
- Analisar a produção artística e sua relação com o desenvolvimento das recentes tecnologias e com a economia de mercado.

Unidade X – A ética

- Apresentar as diferenças entre ética e moral e levar à compreensão dos significados da liberdade como construção de ética humana.

Unidade XI – A ciência

- Expor as relações entre filosofia e pensamento científico.

Unidade XII – A política

- Apresentar as noções de política e sociedade civil e introduzir os principais fundamentos da história da filosofia política.

5. Plano de curso e roteiro de trabalho

Constituída por um único volume, esta obra pode ser usada durante os três anos do Ensino Médio.

Acreditamos que, independentemente da proposta de trabalho, a construção de um Plano de curso é essencial à organização das práticas pedagógicas. São recorrentes as situações em que alunos, pais ou coordenadores pedagógicos expressam descontentamento com professores que não terminam o livro quando o ano letivo acaba. Um plano de curso objetivo e bem estruturado pode evitar equívocos e não criar falsas expectativas.

O quadro na página a seguir apresenta uma proposta de plano de curso para auxiliar o professor a organizar seu programa. Ressaltamos que se trata de uma proposta baseada em um programa de três anos, que supõe o uso contínuo e linear da obra. O professor pode, contudo, optar por outras formas de trabalho, de acordo com a dinâmica de sua sala de aula e as suas concepções pedagógicas.

O plano que sugerimos distribui as doze unidades do livro pelos três anos do Ensino Médio, tendo em vista a quantidade de capítulos de cada unidade e a organização de conceitos afins. Levamos em conta uma grade curricular com **duas aulas semanais** de filosofia e, portanto, aproximadamente **trinta aulas por semestre** (180 aulas no decorrer de três anos). Nessa perspectiva, cada capítulo pode ser trabalhado durante um período de quatro a seis aulas, percorrendo, em média, seis capítulos por semestre.

Optamos por sugerir uma densidade maior de leitura nos primeiros dois anos e meio e uma redução para quatro capítulos (Unidade XII) no último semestre do terceiro ano. O tema da Unidade XII, "Política", é extremamente relevante para que a disciplina de filosofia contribua na formação do pensamento crítico e na disposição dos alunos de participarem da vida pública. Por essa razão, nosso planejamento foi concebido para que o professor tivesse, no momento de abordá-lo, mais tempo disponível para realizar as atividades propostas e debater com a classe questões essenciais à cidadania e ao mundo contemporâneo.

Além disso, consideramos que há uma tendência à queda de rendimento nos últimos meses do Ensino Médio em virtude da própria cultura escolar e do calendário do sistema de ensino (formatura, Enem, vestibulares, etc.), sendo aconselhável, assim, uma redução no volume de atividades de leitura e escrita nessa fase.

Quadro I – **Plano de curso**

<table>
<tr><th>ANO</th><th>SEMESTRE</th><th>UNIDADE</th><th>CAPÍTULOS</th><th>CONCEITOS CENTRAIS</th></tr>
<tr><td rowspan="2">1º</td><td>1º</td><td>I</td><td>1. A atitude filosófica
2. O que é a filosofia?
3. A origem da filosofia
4. Períodos e campos de investigação da filosofia grega
5. Principais períodos da história da filosofia
6. Aspectos da filosofia contemporânea</td><td>filosofia,
história da filosofia</td></tr>
<tr><td>2º</td><td>II e III</td><td>7. Os vários sentidos da palavra razão
8. A atividade racional e suas modalidades
9. A razão: inata ou adquirida?
10. A razão na filosofia contemporânea
11. Ignorância e verdade
12. Buscando a verdade</td><td>razão e verdade</td></tr>
<tr><td rowspan="2">2º</td><td>1º</td><td>IV e V</td><td>13. O nascimento da lógica
14. Elementos de lógica
15. A preocupação com o conhecimento
16. Percepção, memória e imaginação
17. Linguagem e pensamento
18. A consciência pode conhecer tudo?</td><td>lógica, conhecimento, consciência</td></tr>
<tr><td>2º</td><td>VI a IX</td><td>19. A metafísica
20. A metafísica de Aristóteles
21. As aventuras da metafísica
22. A ontologia contemporânea
23. A cultura
24. A religião
25. O universo das artes</td><td>metafísica, cultura, religião e artes</td></tr>
<tr><td rowspan="2">3º</td><td>1º</td><td>X e XI</td><td>26. A existência ética
27. A ética
28. A liberdade
29. A atitude científica
30. A ciência na história
31. As ciências humanas</td><td>ética e ciência</td></tr>
<tr><td>2º</td><td>XII</td><td>32. O início da vida política
33. As filosofias políticas
34. A questão democrática</td><td>política</td></tr>
</table>

6. Roteiro de aula

O roteiro de aula que propomos oferece ao professor o percurso de trabalho para um capítulo. Trata-se, evidentemente, de uma sugestão dentre os diferentes caminhos possíveis, que pode servir de base para a construção de outros percursos pedagógicos.

Estrutura dos capítulos e outros recursos do volume

Antes de tratar do roteiro em si, descrevemos os recursos didáticos presentes em cada um dos capítulos.

- **Texto-base:** desenvolve o tema do capítulo partindo de um texto argumentativo que constrói os conceitos-chave do livro e apresenta uma reflexão sobre o debate filosófico.
- **Seção "Diálogos filosóficos":** é constituída de uma citação literal extraída de outros livros de filosofia, de história da filosofia, de comentadores ou, ainda, de livros literários com referências à filosofia. Como sugere o título da seção, o trecho escolhido "dialoga" com o conteúdo do capítulo, apresentando uma reflexão complementar, retomando um conceito, trazendo um contraponto, aprofundando a compreensão sobre um filósofo ou apenas citando um autor relevante.
- **Seção "A filosofia nas entrelinhas":** propõe uma reflexão filosófica partindo de um tema ou acontecimento contemporâneo. Por ter o caráter de relacionar diretamente os conceitos vistos no capítulo e as experiências da realidade, é uma seção em que a interdisciplinaridade e o trabalho com os temas transversais definidos pelos PCN se manifestam de modo muito claro. As atividades solicitam ao aluno que pesquise e escreva as suas ideias, o que contribui para sedimentar nele a relação entre a investigação filosófica e sua experiência cotidiana.
- **Atividades:** ao final de cada capítulo, um conjunto de questões permite que os alunos desenvolvam uma leitura interpretativa do texto, sistematizando as informações e sedimentando os conceitos-chave por meio da confecção de textos sintéticos e objetivos. Embora esta seção tenha, como principal finalidade, verificar o entendimento do texto-base, ela inclui também: 1) questões que exigem do aluno exemplificar conceitos com fatos da realidade e experiências por ele vivenciadas; e 2) questões que exigem do aluno relacionar filósofos e conceitos abordados no capítulo a seus contextos históricos e às concepções de outros filósofos para aqueles conceitos – não necessariamente presentes naquele capítulo – mediante o uso de outros recursos do livro, quais sejam, a linha do tempo e o índice remissivo.
- **Indicação de filme:** todo capítulo é finalizado com uma sugestão de filme relacionado ao tema desenvolvido pelo texto-base. Em geral, trata-se de obras cinematográficas contemporâneas ou de marcos da cinematografia mundial, disponíveis para locação em DVD.

Na seção **"De olho na atualidade"**, que aparece em três momentos do volume, temas contemporâneos são analisados à luz dos conceitos vistos nos capítulos que antecedem cada um desses artigos.

Além disso, ao longo dos capítulos, dois recursos didáticos completam a estrutura do livro: a **iconografia** e os textos de **vocabulário**.

As imagens selecionadas – fotografias, reprodução de obras de arte e de manuscritos, etc. – não são meramente ilustrativas, mas constituem fonte de conhecimento e de reflexão que interage com o texto. Em especial, a imagem de abertura do capítulo oferece possibilidades diversas de debate. Este Manual propõe, mais adiante, junto às sugestões de resposta das atividades, recortes específicos do material iconográfico para trabalho em sala de aula nos boxes intitulados **"Explorando imagens"**.

Os textos explicativos de vocabulário, dispostos na página mesma em que aparecem os termos a que se referem, ampliam a compreensão dos vocábulos, apresentando elementos como a origem etimológica, o contexto histórico de surgimento da palavra.

O **glossário** ao final do volume, por sua vez, fortalece a identificação clara e objetiva dos conceitos – preocupação central do livro. Integram o glossário verbetes de termos pouco conhecidos (*paradigma*, *análogo*, *maiêutica*, entre outros), assim como verbetes de termos bastante usuais e, por isso, passíveis de definições vagas ou demasiado amplas (*método*, *intuição*, etc.).

Uma **linha do tempo**, também no final do volume, ajuda os alunos a situarem o pensamento de cada filósofo em seu contexto histórico. Além de destacar suas obras mais relevantes, a linha do tempo aponta os principais temas e conceitos estudados e desenvolvidos por cada autor e abordados neste livro.

Finalmente, este livro possui um **índice remissivo** para permitir a fácil localização de conceitos, temas e referências a filósofos e pensadores, bem como de personalidades históricas, acontecimentos e instituições importantes para a compreensão dos conteúdos trabalhados.

Exposta a estrutura do capítulo e dos outros elementos do livro que lhe dão suporte, um roteiro de aulas poderá adotar o percurso descrito a seguir.

1ª aula: apresentação do tema

O tema do capítulo corresponde, de modo sintético, ao título. Na aula de abertura, pode-se incentivar os alunos a explicar os significados do título, de maneira especulativa e livre, adotando-se o próprio fundamento da filosofia: o exercício da indagação, o questionamento sobre a realidade e os conceitos.
A imagem de abertura do capítulo pode contribuir para a condução da reflexão da turma; por isso, solicitar aos educandos que a observem, a descrevam e a interpretem vai aproximá-los do tema.
Como dissemos anteriormente, a proposta do livro é partir da realidade imediata do aluno e, por isso, a introdução de um novo capítulo pode partir das experiências concretas, da percepção e da intuição sobre o mundo real ou sobre os conceitos. Ressaltamos, no entanto, que é necessário conduzi-los à reflexão filosófica, isto é, à consciência do pensamento que reflete sobre si próprio. Desse modo, o professor pode concluir essa aula sistematizando as várias contribuições da classe e orientando os alunos a ler o capítulo (ou parte dele) para a aula seguinte.

2ª e 3ª aulas: aprofundamento do tema

Nessas aulas, é preciso conduzir os alunos ao entendimento do texto-base do capítulo. Há diversas estratégias didáticas possíveis: a exposição oral do capítulo, o debate dirigido com a classe, a elaboração de esquemas e resumos e a verificação oral da leitura, entre outros. Essas estratégias dependem da dinâmica da sala de aula, da cultura escolar e das práticas de cada docente.

Podemos aventar, contudo, que a compreensão do capítulo pela classe depende de uma leitura investigativa e atenta do texto-base. Por isso, consideramos oportuno selecionar trechos específicos para ler com os alunos, sintetizando-os para uma leitura mais objetiva do conteúdo e decodificando certos parágrafos.

4ª aula: ampliação do tema

Por intermédio da iconografia e dos textos complementares, é aconselhável que o professor realize algumas atividades com a classe com o intuito de expandir e diversificar o conteúdo trabalhado. Em grupo ou individualmente, os alunos podem interpretar uma imagem fotográfica, apresentando as relações entre a fotografia, sua legenda e o texto discutido; realizar as atividades solicitadas de produção de texto ou de pesquisa da seção "A filosofia nas entrelinhas"; efetuar uma leitura sistemática do texto selecionado na seção "Diálogos filosóficos". Para um melhor aproveitamento das atividades interdisciplinares da seção "A filosofia nas entrelinhas", procure envolver, tanto no planejamento como na execução em sala pela turma, os professores das disciplinas relacionadas.

Nesta aula, sugere-se que o professor acolha uma ampla diversidade de respostas, de interpretações e de alternativas para as questões apresentadas. Assim, enquanto as atividades de análise do texto-base (2ª e 3ª aulas) tendem a ser mais dirigidas e sistemáticas – para que os alunos possam compreender os conceitos e os temas apresentados –, as atividades dessa aula devem conduzi-los a explorar, sem receios de reprovação ou erro, inúmeras relações entre o tema do capítulo e suas experiências sociais.

5ª aula: sistematização do conteúdo do capítulo

O objetivo dessa aula de encerramento do capítulo é sistematizar os conteúdos apreendidos. As estratégias adotadas dependem das escolhas do professor, mas é aconselhável que os alunos elaborem algum tipo de texto escrito individual. A princípio, as questões do final do capítulo cumprem essa função de modo direto e objetivo; no entanto, pode-se também solicitar aos educandos uma síntese esquemática ou um texto, argumentativo ou de qualquer outro gênero textual (um poema, uma crônica, uma ficção, etc.), que reflita sobre os temas trabalhados.

Partindo desse roteiro, diversas variações podem ser adotadas, a fim de evitar que a organização das aulas seja muito previsível e, por isso, pouco instigante.

A introdução de um capítulo, por exemplo, pode ser feita com a exibição do filme nele indicado (ou de outro filme que o professor julgar oportuno) e o consequente debate. Pode-se, eventualmente, propor à turma que conclua o estudo com a confecção de um audiovisual (há recursos relativamente acessíveis para produzir um pequeno filme utilizando-se *softwares* disponíveis na internet ou mesmo aparelhos celulares).

A ampliação do tema, proposta na 4ª aula, pode conduzir a classe a uma exposição fotográfica na escola ou à leitura dramática de uma peça teatral. Pode-se, ainda, articular as atividades extracurriculares propostas adiante com o Roteiro de aula, construindo um currículo de filosofia que relacione os conceitos-chave da área com o domínio de diferentes linguagens e com a reflexão sobre o mundo contemporâneo e garantindo uma aprendizagem de maior complexidade.

7. Atividades complementares

As atividades complementares contribuem para que os alunos sejam capazes de processar informações e conhecimentos partindo de diferentes fontes e tenham condições de expressar suas concepções e visões de mundo por meio de múltiplas linguagens. Pretende-se, portanto, sugerir estratégias pedagógicas para a aquisição de algumas competências indicadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio.

Elaboramos, assim, doze propostas de trabalho. Nossa sugestão é de que se ponha em prática uma em cada bimestre do Ensino Médio.

1. Os vários sentidos da palavra filosofia[5]

Atividade: Em grupo, façam uma pesquisa sobre os usos e os significados da palavra *filosofia*. Selecionem letras de músicas, trechos de filmes, verbetes de dicionários, citações em textos diversos. Entrevistem algumas pessoas, registrando suas opiniões sobre essa palavra. Organizem um mural com as respostas encontradas e participem de um debate com a classe. Levem em conta as transformações entre os significados da palavra e a formulação do conceito *filosofia* que será usado no livro (se preciso, releiam o item "Em busca de uma definição da filosofia", no **Capítulo 2 – O que é a filosofia?**).

2. Perfis biográficos da filosofia contemporânea

Atividade: Em duplas, selecionem um dos filósofos citados no **Capítulo 6 – Aspectos da filosofia contemporânea**. Façam uma pesquisa em livros e na Internet, identificando pelo menos três questões centrais das concepções filosóficas do autor selecionado. Pesquisem também dados biográficos e o material fotográfico que julgarem necessário. Utilizem um *software* de edição de texto para organizar o material pesquisado (imagens, cronologias, textos citados ou produzidos pela dupla, etc.). Depois da leitura e da avaliação do professor, reescrevam o que for necessário. Com o material produzido pela classe, o professor montará um único documento (apostila, *site*, arquivo virtual ou outro qualquer) que servirá para consultas futuras de todos os alunos.

3. A razão e suas modalidades num romance policial[6]

Atividade: Faça a leitura individual do conto "A carta roubada", do escritor Edgar Allan Poe. Em grupo, produzam uma recriação do conto em outra modalidade (vídeo, peça de teatro, música, poema, reportagem de telejornal, telenovela, etc.), levando em conta os seguintes critérios:

a) recuperar no conto os aspectos que se relacionam com as modalidades da atividade racional (**Capítulo 8 – A atividade racional e suas modalidades**);
b) selecionar trechos, ideias ou situações do conto para produzir a obra artística do grupo.

Não façam uma "adaptação" fiel de toda a história, mas sim um "recorte" de determinados aspectos do conto que se relacionem com o conceito de *razão*. O professor delimitará o tempo máximo para cada trabalho e organizará uma agenda de apresentação dos grupos.

4. Mídia, conhecimento científico e razão[7]

Atividade: Em grupo, selecionem, em algum meio de comunicação (TV, rádio, internet, imprensa escrita, etc.), um objeto específico (uma coluna de jornal impresso, uma telenovela, um *site*, um programa de rádio). Escolham um conteúdo desse objeto que use modelos científicos de explicação dos fenômenos naturais ou sociais. Por exemplo, uma notícia meteorológica, um diálogo sobre o comportamento de uma personagem de novela, uma explicação sobre o mercado financeiro, etc. Façam uma breve análise sobre a construção racional que dá sentido ao conteúdo, baseando-se na leitura do **Capítulo 8 – A atividade racional e suas modalidades**. Em seguida, organizem uma apresentação para a turma, exibindo o material coletado (em vídeo, *slides*, áudio ou qualquer outro suporte) e fazendo uma síntese da análise do grupo.

5. A imagem da mulher moderna: verdade ou erro?

Atividade: após a leitura e o entendimento do trecho a seguir, escrito por Simone de Beauvoir no livro *O segundo sexo*, reflitam, em pequenos grupos, sobre as diversas imagens da mulher no mundo contemporâneo. Neste trecho, ela cita as várias representações da mulher ao longo da história, partindo de personagens mitológicas femininas com características opostas. Para a atividade, selecionem imagens fotográficas, peças publicitárias, frases, *slogans*, poemas, depoimentos, cenas de filmes, etc. que expressem ideias sobre a mulher. Analisem os materiais selecionados e escolham alguns impressos para a organização de um mural. Escrevam frases e pequenas explicações no mural construído, levando em conta as seguintes questões:

---

5 Essa atividade vai ao encontro do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2015. Ciências Humanas e suas Tecnologias, p. 52, item 5. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=7772:edital-de-convocacao-01-2013-cgpli>. Acesso em: 20 mar. 2013:

"(5) [a obra de filosofia] explicita a identidade da filosofia e dos elementos característicos dessa forma de debate e investigação não apenas como uma formulação conceitual isolada, mas ao longo de todo o debate e por meio das atividades propostas pela obra".

6 Essa atividade vai ao encontro do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2015. Ciências Humanas e suas Tecnologias, p. 52, item 11. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=7772:edital-de-convocacao-01-2013-cgpli>. Acesso em: 20 mar. 2013:

"(11) [a obra de filosofia] explicita a interlocução permanente da Filosofia com outros saberes, não apenas com a área de humanidades, mas também com as demais ciências e as artes, de forma a possibilitar um debate interdisciplinar e um entendimento da relação do discurso filosófico com essas diferentes áreas".

7 Essa atividade vai ao encontro da **Competência de área 4** – Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social. In Matriz de Referência para o Enem 2012, p. 12. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

– Qual é a verdade presente nessas representações femininas?
– Existe uma verdade inquestionável sobre a mulher contemporânea?
– Que juízo analítico e que juízo sintético podem ser elaborados sobre o predicado *mulher*?

> *É sempre difícil descrever um mito; ele não se deixa apanhar nem cercar, habita as consciências sem nunca postar-se diante delas como um objeto imóvel. É, por vezes, tão fluido, tão contraditório que não se percebe, de início, a unidade: Dalila e Judite, Aspásia e Lucrécia, Pandora e Atena, a mulher é, a um tempo, Eva e Virgem Maria. É um ídolo, uma serva, a fonte de vida, uma força das trevas; é o silêncio elementar da verdade, é o artifício, tagarelice e mentira; a que cura e a que enfeitiça; é a presa do homem e sua perda; é tudo o que ele quer ter, sua negação e sua razão de ser.*
>
> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 183.

Professor, não é preciso que os alunos respondam às três perguntas, mas apenas que reflitam sobre elas.

6. Arte pictórica e escrita: as formas de expressão e significação humanas[8]

Atividade: Individualmente, escolha uma ideia para compartilhar com a classe. Pode ser um sentimento (amor, ódio, misericórdia), um pensamento (formulado como uma sentença propositiva) ou uma sensação física. Redija uma frase para expressar sua ideia e também elabore um desenho ou use técnicas de fotomontagem para manifestá-la. Apresente para a classe, inicialmente, apenas a imagem produzida. Sob orientação do professor, todos devem tentar interpretar seu desenho, dizendo seu significado. Depois, leia para seus colegas a frase que você elaborou. Ao final da atividade, discutam as relações entre o sentido apresentado no desenho e no texto escrito, tendo em vista as reflexões sobre linguagem e conhecimento presentes no **Capítulo 17 – Linguagem e pensamento**.

7. Conhecendo os mundos sagrados

Atividade: Partindo da atividade proposta na seção "A filosofia nas entrelinhas" (p. 236), compartilhe com um grupo a religião que você escolheu para pesquisar. No grupo, selecionem apenas uma das várias religiões pesquisadas e aprofundem o trabalho. Levem em conta os seguintes elementos: os princípios sagrados mais relevantes, as práticas e seus significados, as narrativas sagradas (escritas ou orais) e os símbolos mais importantes. Se for possível, o grupo pode entrevistar adeptos e praticantes e conhecer os templos religiosos, caso haja na comunidade ou na cidade onde vivem.

Reúnam os materiais de pesquisa e organizem uma apresentação que inclua cantos, orações, objetos, vestuário e imagens. Sob orientação do professor, a turma pode preparar uma atividade para a escola, convidando outras turmas a conhecer as religiões pesquisadas.

É importante ressaltar que o objetivo da atividade é compreender cada uma dessas concepções religiosas sem estabelecer juízos de valor sobre elas. Por isso, é importante manter a atitude filosófica que se liberta dos "pré-conceitos" e, num segundo momento, interroga sobre "O que é?", "Por que é?" e "Como é?".

8. Arte e cultura: quanto custa?

Atividade: Faça uma pesquisa individual sobre os custos e os valores de uma produção artística ou cultural (um filme, uma pintura, um espetáculo de dança, um curso de capoeira ou de artes marciais, um objeto artesanal, uma roupa, etc.). Escolha no máximo dois produtos e registre os valores monetários envolvidos em sua produção e circulação – contabilize o custo dos materiais, da mão de obra, do ingresso ou da mensalidade, da unidade (de um livro, por exemplo), bem como os lucros obtidos. Enfim, avalie toda a "economia" em torno dos produtos culturais que você selecionou. Sob orientação do professor, participe de um debate expondo os resultados que você encontrou e refletindo com os colegas sobre duas questões centrais:

- Todas as formas de manifestação cultural ou artística do mundo contemporâneo têm algum custo monetário ou há formas e práticas culturais isentas de custo?
- Quais as implicações da relação entre arte e valor monetário do ponto de vista da poética e da estética?

9. Ética, moral e liberdade: construindo pontos de vista[9]

Atividade: Sob orientação do professor, a classe escolherá um dos seguintes temas: biogenética; direitos autorais e pi-

---

8 Essa atividade vai ao encontro do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2015. Ciências Humanas e suas Tecnologias, p. 52, item 4. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165--editais?download=7772:edital-de-convocacao-01-2013-cgpli>. Acesso em: 20 mar. 2013:

"(4) [a obra de filosofia] estimula o desenvolvimento da criatividade, da curiosidade, da experiência de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, da disposição para procurar e aceitar críticas".

9 Essa atividade vai ao encontro do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2015. Ciências Humanas e suas Tecnologias, p. 52, item 3. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165--editais?download=7772:edital-de-convocacao-01-2013-cgpli>. Acesso em: 20 mar. 2013:

"(3) [a obra de filosofia] possibilita múltiplas abordagens, explicitando a pluralidade por meio da qual a filosofia se apresenta, e garante ao docente e aos discentes o exercício do debate e a consolidação autônoma de posições em meio a um diálogo plural, inclusive nos debates sobre ética".

rataria; Estado e controle social (polícia, sistema penitenciário, etc.); função social dos meios de comunicação; ou ainda outro tema polêmico surgido da reflexão da turma. Depois da seleção, organizem-se em grupos pequenos e façam uma pesquisa sobre as polêmicas envolvidas no tema selecionado. Discutam os aspectos morais e éticos implicados e elaborem sentenças curtas e objetivas sobre o tema. Apresentem para os colegas o material elaborado. Com a mediação do professor, a turma fará uma reflexão sobre os diversos pontos de vista apresentados.

O objetivo da atividade é ampliar a compreensão dos conceitos de ética, moral e liberdade partindo de um tema relevante. Sendo assim, não é adequada a defesa intransigente de um ponto de vista (um juízo de valor, por exemplo), mas seria oportuna a autorreflexão sobre os princípios que fundamentam os juízos e as opiniões.

10. Do senso comum à atitude científica: desfazendo enganos

Atividade: Faça uma pesquisa partindo de sua vida cotidiana (na escola, em casa, em sua comunidade) sobre os diversos saberes do senso comum. Veja se os exemplos citados no início do Capítulo 29 – A atitude científica se confirmam nas opiniões de pessoas com as quais você convive. Levante também outras afirmações dessa natureza sob os mais diversos aspectos da vida: previsões sobre as mudanças meteorológicas, avaliações sobre a vida política, explicações das doenças, caracterização das qualidades nutricionais dos alimentos, as mais diversas relações de causa e efeito, etc.

Reúna-se em grupo e apresente a sua lista. Façam uma seleção de uma dezena de expressões, organizadas na forma de sentenças (exemplos: “O Sol é menor que a Terra”, “Cão preso em coleira fica bravo e agressivo com estranhos”, etc.). Então, pesquisem sobre a validade científica dessas afirmações e procurem evidenciar o que há de correto e de equivocado no senso comum. Ao final, montem um material comparativo, organizem-no em algum *software* de edição de texto e divulguem-no por meio do *site* da escola ou afixando o resultado em suas paredes e murais.

11. Juventude, participação e política: uma reflexão coletiva

Atividade: Sob orientação do professor, a turma organizará um conjunto de atividades para discutir o tema “Juventude, participação e política”. Há algumas etapas e decisões que podem contribuir para definir a atividade:

1. – Como vemos o tema?;
   – O que pensamos dele?;
   – Por que seria relevante discuti-lo?

Essas questões podem ser respondidas em um diálogo aberto.

2. – Para quem será? Apenas para a turma ou para a escola toda, ou ainda para a comunidade do entorno?;
   – Quais as formas de discussão do tema: um debate com convidados, a exibição de um filme seguido de um debate, uma peça teatral, um mural com frases e imagens, uma campanha de conscientização sobre o tema, etc.?

Essas reflexões orientam a discussão e os limites do trabalho.

3. Finalmente, é preciso dividir as tarefas por equipes e organizar as atividades selecionadas. Qualquer que seja a forma da atividade, é importante que o tema seja previamente discutido na sala, com subsídios trazidos pelo professor e pelos alunos.

12. Exposição de desenhos de humor: democracia, direitos e Estado no Brasil

Atividade: Ao final da leitura e da discussão da Unidade XII – A política, a turma organizará uma exposição de desenhos de humor político (charges, cartuns, caricaturas, etc.) tendo como tema central a democracia no Brasil. Os desenhos podem ser produzidos pelos alunos e/ou selecionados dos meios de comunicação impressos ou virtuais.

Para montar a exposição, é preciso escolher um bom lugar na classe ou na escola, selecionar materiais, fixá-los em algum tipo de suporte (cartolinas, por exemplo), elaborar legendas explicativas, criar um título para a exposição, entre outras etapas organizativas possíveis. Na inauguração da exposição, pode-se organizar um debate com convidados da comunidade ou da vida política da cidade para discutir o tema da democracia.

8. Questões temáticas

As atividades a seguir são uma alternativa mais formal (produção de texto escrito individual) de trabalho com os temas das unidades. Por isso, as questões temáticas podem estar integradas às atividades complementares, visto que tratam praticamente dos mesmos temas.

1. A história da filosofia

Selecione um dos períodos da história da filosofia e elabore uma pesquisa consultando outros livros e materiais de internet. Sintetize a sua pesquisa em um texto de aproximadamente trinta linhas. Indique, no texto, os aspectos da sua pesquisa que *não* estão presentes no livro. Se for citar (copiar) algum trecho, use aspas e anote, entre parênteses, a fonte utilizada (livro, autor, página do livro em que o trecho aparece, etc.).

2. A filosofia e o mundo público

O pesquisador estadunidense Russell Jacoby publicou, em 1987, uma obra intitulada *Os últimos intelectuais*. Nesse livro, ele defendia que o crescimento do sistema universitário dos Estados Unidos havia levado à morte simbólica dos intelectuais. Segundo Jacoby, a carreira universitária tirava os intelectuais do debate público (especialmente, por meio da imprensa escrita) e os transformava em pesquisadores isolados, que se interessavam apenas pela opinião de seus colegas de profissão.

O historiador francês Michel Winock adotou perspectiva semelhante no livro *O século dos intelectuais*, de 1999. Para ele, no contexto francês, a morte de Jean-Paul Sartre, em 1980, significou o fim de uma era na qual os intelectuais (escritores, filósofos, etc.) participavam ativamente da vida pública, escrevendo em jornais de grande circulação, participando de programas de TV, frequentando espaços políticos, dando palestras e integrando debates sobre os mais diversos temas.

Partindo dessas opiniões, reflita sobre o tema: qual deveria ser o papel dos intelectuais, e dos filósofos em especial, no mundo contemporâneo? Você acredita que eles deveriam intervir na vida pública e divulgar seus pensamentos por intermédio dos meios de comunicação? Não seria melhor se eles se mantivessem distantes da turbulência da vida política e se isolassem do mundo para refletir sobre ele?

Escreva um texto apresentando sua opinião e, pelo menos, três argumentos que a justifiquem.

3. A racionalidade tecnológica do mundo contemporâneo

O texto a seguir foi extraído de um artigo de Ludwig Siegle, especialista em tecnologia do *The Economist*, uma publicação semanal inglesa. A sigla "SIS" do título refere-se aos sistemas de informação social que se expandiram para diversos aspectos da vida e passaram a colaborar com o controle "inteligente" do transporte, da gestão da energia utilizada nas residências, etc.

O Grande SIS observa você

Lembra-se do filme Matrix, *de 1999, em que seres humanos são conectados a máquinas? Essas máquinas simulavam a realidade para controlar a humanidade e coletar o calor e a atividade elétrica das pessoas.*

Um universo paralelo assim de fato surge. Felizmente, sua intenção não é dominar os humanos, mas permitir que controlem melhor o ambiente. Alguns cientistas da computação já falam no nascimento dos "sistemas sociais de tecnologia da informação" (societal information-technology systems, ou SIS). Em 2010, eles vão dar sinais de sua presença.

Para entender essa tendência, primeiro é preciso reconhecer que o mundo sofre com um tremendo desperdício. As distribuidoras perdem mais de 50% das reservas de água ao redor do mundo devido a vazamentos na infraestrutura. Só nos Estados Unidos, os engarrafamentos nas estradas custam bilhões de dólares anuais em horas de trabalho perdidas e desperdício de combustível. E se a rede elétrica do país fosse apenas 5% mais eficiente, isso eliminaria emissões de gases de efeito estufa equivalentes a 53 milhões de carros.

O motivo para essa ineficiência? A infraestrutura não é inteligente: estradas, redes de energia e sistemas de distribuição de água são essencialmente redes de canos burros. Nos últimos anos, tem crescido um movimento para torná-los mais inteligentes. Recentemente, em um esforço para superar a crise econômica, o ritmo se acelerou. Muitos países separaram uma parte considerável de seus pacotes de estímulo econômico para projetos de infraestrutura.

[...]

Sensores e chips *vão produzir grandes volumes de dados, e os sistemas de TI se tornam poderosos o bastante para analisar esses dados em tempo real e prever como as coisas vão evoluir.*

[...]

O transporte é talvez o setor em que essa tendência está mais avançada. Várias cidades instalaram sistemas dinâmicos de pedágio, com as tarifas variando de acordo com o fluxo de tráfego.

[...]

É nas grandes cidades que a onda de sistemas espertos causará mais impacto. Vários deles podem se tornar mais inteligentes e depois se combinar em um "sistema de sistemas": não apenas transportes e rede elétrica, mas segurança pública, rede de água e até atendimento médico (pense no monitoramento remoto de pacientes).

SIEGLE, Ludwig. O Grande SIS observa você. In: *O mundo em 2010*. São Paulo: *Carta Capital*, jan.-fev. 2010. p. 139.

Discuta a opinião de Siegle levando em conta o otimismo do autor em relação à racionalidade desses sistemas tecnológicos. Tendo em vista a natureza complexa da razão e da condição humana, você considera que a tecnologia tornou a humanidade mais racional nos seus atos e na relação com o mundo?

Escreva um sólido argumento (cerca de dez ou quinze linhas) defendendo a sua posição.

4. Jornalismo, informação e produção da notícia

Leia a seguir os dois primeiros artigos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:

Capítulo I – Do direito à informação:

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas;

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, deve ser considerada uma obrigação social;

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Após a leitura atenta desses artigos, defina o papel atribuído ao jornalismo na sociedade brasileira contemporânea. Depois, compare os princípios defendidos nesse Código de Ética com as condições reais da mídia e sua relação com a política e o poder econômico.

5. A *verdade na poesia e na filosofia*

Leia o poema abaixo, escrito por Carlos Drummond de Andrade.

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Verdade. In: *Poesia e Prosa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. p. 1005-1006.

Elabore uma análise do poema, tendo em vista as reflexões da Unidade III – A verdade. Em seguida, responda às seguintes questões:

- Quais são as concepções filosóficas presentes no poema?
- O autor parece ter alguma relação com a fenomenologia? Por quê? Elabore um texto citando trechos do poema que justifiquem sua opinião.

6. *A religião e o encontro com o divino*

A experiência mística

A experiência mística pode ser caracterizada, resumidamente, como uma sensação direta de ser um só com Deus ou com o espírito do universo. Apesar de a oração e o sacrifício implicarem uma grande distância entre Deus e o homem – ou entre Deus e o mundo –, o místico tenta transpor esse abismo. Em outras palavras: o místico não sente a existência desse abismo. Ele é "absolvido" em Deus, "se perde" em Deus, ou "desaparece" em Deus. Isso porque aquilo a que normalmente nos referimos como "eu" não é nosso eu real. O místico experimenta, pelo menos por instantes, a sensação de ser indivisível de um eu maior – não importa que ele dê a isso o nome de Deus, espírito universal, o eu, o vazio, o universo ou qualquer outra coisa. (Um místico indiano disse certa vez: "Quando eu existia, não existia Deus – agora Deus existe, e eu não existo mais". Ele "se perdeu" em Deus.)

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 33-34.

Após a leitura do texto acima, reflita sobre os significados da experiência religiosa na perspectiva da filosofia. Que ferramentas e conceitos da filosofia poderiam conduzir o indivíduo a uma experiência de "perda do eu" e encontro com um "eu maior" (a Ideia, o Ser, o Espírito, etc.)?

Escreva um texto argumentativo sobre isso com aproximadamente trinta linhas.

7. *Futebol e cultura*

O trecho a seguir é uma reportagem sobre a opinião de pesquisadores das ciências humanas a respeito do futebol.

O futebol ensinou, em certa medida, um pouco de democracia ao Brasil. O jogo, que sempre começa em zero a zero e submete as duas equipes às mesmas regras, coloca seus praticantes em condições de igualdade no momento da disputa. A frase é do professor de Literatura da USP, José Miguel Wisnik, um dos conferencistas do seminário Futebol em debate, realizado nesta terça-feira (14) no auditório da Biblioteca Central "Cesar Lattes". O evento, que discutiu o esporte a partir das perspectivas psicanalítica, sociológica e literária, foi promovido pela Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol (GEF) e do Grupo de Estudos Psicopedagógicos em Educação Motora (Gepem).

Durante a sua intervenção, Wisnik recorreu a elementos da literatura, música, sociologia, entre outros, para refletir sobre a importância que o futebol assumiu tanto no Brasil quanto no restante do mundo. De acordo com ele, o esporte talvez seja o único fenômeno de massa que é ao mesmo tempo consumido e praticado em escala global. Por esse e outros motivos, conforme o docente, a modalidade não pode ser enxergada somente como uma projeção dos interesses políticos, econômicos e midiáticos. "Embora também incorpore esses aspectos em menor ou maior escala, o futebol traz algo marcadamente cultural, que colide com os demais interesses que gravitam em torno dele, gerando então diferenças", considerou.

ALVES FILHO, Manuel. "O futebol traz algo marcadamente cultural", afirma José Miguel Wisnik. In: *Portal Unicamp*. Publicada em 14 abr. 2009. Disponível em: <www.unicamp.br/unicamp/noticias/o-futebol-traz-algo-marcadamente-cultural-afirma-jos%C3%A9-miguel-wisnik>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Partindo desse trecho, faça uma análise do futebol levando em conta as diversas concepções de cultura. Elabore argumentos que confirmem a tese "Futebol é cultura".

8. O sentido da liberdade: entre o indivíduo e a sociedade

O trecho abaixo, escrito pela filósofa e escritora Hannah Arendt, define a relação entre um indivíduo (o filósofo Karl Jaspers) e o mundo. Para ela, Jaspers manteve uma independência intelectual espantosa, visto que era um filósofo alemão em atividade quando Hitler chegou ao poder, em 1933, e deu início a um regime totalitário, o nazismo.

Há algo fascinante no fato de um homem ser inviolável, incontrolável, impassível de tentações. Se quiséssemos explicá-lo em termos psicológicos e biográficos, poderíamos pensar talvez no lar de onde proveio Jaspers. Seus pais ainda estavam intimamente ligados ao campesinato frísio orgulhoso e resoluto que possuía um senso de independência absolutamente incomum na Alemanha. Bem, a liberdade é mais que a independência, e restava a Jaspers desenvolver, a partir da independência, a consciência racional da liberdade, onde o homem se experimenta como um dado a si. Mas a naturalidade soberana [...] com que gosta de se expor às correntes da vida pública, mantendo-se ao mesmo tempo independente de todas as tendências e opiniões que ocorrem estar em voga, provavelmente também se deve àquela autossegurança nativa, ou pelo menos dela brotou. Basta que sonhe, por assim dizer, estar de volta às suas origens pessoais e, a seguir, novamente de volta para a amplitude da humanidade, para se convencer de que, mesmo no isolamento, ele não representa uma opinião privada, mas um ponto de vista público diferente e ainda oculto – uma "trilha", como colocou Kant, "que algum dia sem dúvida se alargará numa grande estrada".*

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 71-72.

* **Frísio:** natural da região da Frísia, entre o norte da Alemanha, a Dinamarca e a Holanda.

Partindo desse texto, reflita sobre o conceito de liberdade, levando em conta a relação entre o indivíduo e a sociedade. Em seguida, responda às seguintes questões:

- Qual a concepção da autora sobre a liberdade de Jaspers? Essa liberdade significa o direito ao isolamento e à expressão individual das opiniões?
- Ao construirmos nossa liberdade individual, como nos mantemos ligados ao corpo social?
- Pode haver liberdade se somos interdependentes na interação social?

9. Ideal científico e razão instrumental

Transgênico nacional

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou na sua última reunião de 2009 a liberação comercial do primeiro organismo geneticamente modificado que teve a participação de uma instituição nacional em sua construção genética. Em parceria com uma multinacional, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolveu um tipo de soja transgênica tolerante a herbicidas do grupo químico das imidazolinas. A cooperação que deu origem à variedade começou em 1997. A multinacional foi responsável pelo fornecimento do gene, enquanto os pesquisadores da Embrapa incumbiram-se do processo de inserção do gene na soja. [...] A decisão do CNTBio ainda será apreciada pelo Conselho Nacional de Biossegurança composto por ministros de Estado.

Adaptado de: Transgênico nacional. Sem autoria. Revista *Fapesp*. n. 167. jan. 2010, p. 27.

Partindo dessa pequena notícia, explique como se revela a atitude científica no assunto abordado. Reflita também sobre a presença da razão instrumental na pesquisa científica.

Descubra quem são as instituições envolvidas no episódio relatado na notícia: que interesses defendem, que tipo de pesquisa realizam, que poderes políticos e científicos as comandam, etc. Escreva um texto informativo abordando essas questões.

10. Juventude, participação e política: uma reflexão coletiva

Juventude e periferia: um foco na participação política

A participação política dos jovens tem sido uma constante, tanto como exercício quanto como debate, nas academias, no terceiro setor e também em âmbito governamental. O engajamento social da juventude resulta, hoje, em conquistas consideráveis, tanto no que diz respeito à construção de políticas públicas quanto na participação em setores diversos da sociedade. Na periferia, a presença do Movimento Hip Hop e a atuação de ONGs estão estreitamente relacionadas com o despertar dos jovens para a militância.

A pesquisa "Juventude, juventudes: o que une e o que separa", publicada em 2006 pela representação da Unesco no Brasil, revela que 27,3% dos jovens brasileiros participam ou já participaram de alguma forma associativa, como movimentos sociais, ONGs, sindicatos, partidos políticos, grupos culturais e religiosos. Ao todo, são 13 milhões de jovens envolvidos apenas no Brasil. O estudo coordenado pelas sociólogas Mary Castro e Miriam Abramovay foi realizado em 26 estados, abrangendo cerca de 10 mil jovens de 15 a 29 anos.

Para a socióloga Mary Castro, não é adequado afirmar que a participação política da juventude hoje é inexpressiva: "É relativo falar que os jovens são alienados e apáticos. Também vale ressaltar que 62,5% dos jovens afirmam que acreditam na democracia. Então o que fica da pesquisa é que o jovem não participa mais porque tem críticas ao modo de fazer política vigente e não porque seja conservador, apático ou apolítico", avalia.

Ainda segundo a pesquisa, 32% dos jovens da classe A declaram participar de algum tipo de associação, índice este de 24,7% nas classes D e E. A pesquisadora destaca que devem ser considerados os diversos modos de participação política: "Muda o nível e o parâmetro de participação, sendo que os jovens de periferia são mais engajados no plano local, o que tem a ver com acesso ao conhecimento, condições de mobilidade e por limitações de estarem engajados na sobrevivência imediata, mas por outro lado se diversificam os tipos de participação, então é relativa tal comparação por classe ou lugar de residência. Há que de fato ter em mente que as limitações materiais impõem possibilidades de participação, mas não a tolhem completamente", explica. [...]

Fonte: *Site* do projeto Favela é isso aí. Disponível em: <www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=49>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Partindo desse trecho de artigo, publicado no *site* da ONG Favela é isso aí, faça uma análise sobre a participação dos jovens na vida política nacional e nas atividades comunitárias. Leve em conta os significados e a finalidade da política, discutidos no Capítulo 32 – A vida política.

11. A democracia e o voto no Brasil

O texto abaixo faz uma análise sucinta das transformações do voto no Brasil a partir do golpe militar de 1964.

O golpe de Estado de 1964 e os vinte anos que lhe seguiram servem bem de ilustração para derrubar a idealização possível quanto a uma história da cidadania resumida a uma sucessão de etapas legais, ou conquistas populares, caminhando dentro de um plano preestabelecido para o direito ao voto, fruto de uma opinião individual.

O regime militar, em meio a toda a sorte de casuísmos (abolição dos partidos existentes nos anos 1950, com a permissão somente para dois novos atuarem, eleições presidenciais para governadores transformadas em indiretas, fechamento do Congresso em duas ocasiões, dentre outros), se sustentou com base nas eleições proporcionais, que não foram suspensas. Os candidatos se apresentaram com suas propostas e os eleitores aceitaram suas atribuições e escolheram seus representantes nas Câmaras federais, estaduais, municipais. A instituição eleitoral estando já bem estabelecida, o voto pode servir como garantia à legitimidade do regime. Bastava que fosse considerado como um direito adquirido, independentemente de qualquer regime, por meio de ações que incentivassem seu uso e pregassem sua importância. Os procedimentos burocráticos já existiam, as normas de conduta já haviam sido aprendidas e precisavam ser estimuladas. Com argumentos cívicos, foi estabelecida a multa de até três salários mínimos para os eleitores que não se alistassem ou não votassem, além da exigência da prova de ter votado para obter passaporte ou carteira de identidade, inscrever-se para concurso e obter empréstimo de órgãos públicos. Com isso entre 1966 e 1982, a participação do eleitorado cresceu 163%.

[...]

Todas as manifestações da política popular do início dos anos 1960 (greves, petições, passeatas, etc.) foram consideradas desviantes e vistas como ausência de interiorização do dever cívico. Manuais de instrução moral e cívica nas

escolas e a intensificação das eleições controladas nas cidades do interior foram soluções encontradas à supressão das eleições majoritárias nas capitais e dos partidos políticos, impedidos então de fazer seu trabalho de socialização da cidadania na prática das ruas. O cidadão selvagem precisava ser civilizado e controlado pelo Estado.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 541-542.

Após a reflexão proposta pelo texto, analise os fundamentos do voto na perspectiva da filosofia política. Leve em conta os limites da recente conquista do voto livre no Brasil.

9. Avaliação

As práticas de avaliação no sistema escolar brasileiro se transformaram significativamente nas últimas duas décadas devido a mudanças no campo educacional: os debates realizados pelos educadores insatisfeitos com os resultados obtidos em sala de aula, as novas pesquisas acadêmicas atentas a concepções educacionais renovadas e os documentos de orientação produzidos pelo Estado, desde o fim do regime militar, em meados dos anos 1980. Ao lado de métodos tradicionais, como a prova escrita ou oral (outrora conhecida como "chamada oral"), surgiram novas modalidades de avaliação do processo educacional.

Em síntese, a avaliação tem por finalidade aferir o conjunto de conhecimentos adquiridos individualmente pelo aluno durante determinado período letivo. Portanto, ela se relaciona diretamente aos objetivos do curso e às concepções de conhecimento adotadas pelo professor.

Os métodos tradicionais (por exemplo, a prova escrita individual), quando bem elaborados, resultam em uma ferramenta adequada para que certos conteúdos objetivos sejam avaliados. Nesta obra, ao final de cada capítulo, um conjunto de questões objetivas e diretas caminha nessa direção e oferece ao professor indagações e reflexões sobre os temas e os conteúdos centrais de cada capítulo que o aluno deve conhecer.

Entendemos, no entanto, que aferir esses conteúdos não pode ser a única nem a mais importante avaliação de um curso de filosofia no Ensino Médio. Em primeiro lugar, porque a aquisição de conceitos é apenas a etapa inicial – mas insuficiente – no desenvolvimento do pensamento e da atitude filosóficos.

Conhecidos esses conceitos, o aluno deve ser capaz de operá-los para ampliar sua compreensão sobre o mundo contemporâneo, sobre as relações sociais e sobre as questões humanas e ambientais. Em segundo lugar, a mudança de paradigma para o ingresso no Ensino Superior apresentada pelo novo Enem substituiu o interesse em avaliar a reprodução de informações e dados por outras habilidades cognitivas. Conforme o documento "Matriz de Referência para o Enem 2012", o aluno precisa demonstrar um domínio das várias linguagens; compreender os fenômenos naturais, os processos históricos, a produção tecnológica e as manifestações artísticas; enfrentar situações-problema por meio da seleção e interpretação de informações; construir argumentação consistente; e, finalmente, ter condições de elaborar propostas para o desenvolvimento de sua comunidade, servindo-se dos conhecimentos apreendidos na escola[10].

A construção de um método de avaliação precisa levar em conta, portanto, esses novos desafios propostos para o Ensino Médio, tendo em vista que o ensino de filosofia contribui decisivamente para a formação do pensamento reflexivo e para a ampliação da compreensão sobre a vida e a experiência humana.

Assim, propomos algumas alternativas para avaliar o processo de ensino-aprendizagem em consonância com os objetivos gerais apresentados nesta obra. Trata-se de um conjunto de sugestões que pode nortear os métodos e os princípios de avaliação definidos pelo professor.

1. Avaliação diagnóstica

Trata-se de uma ferramenta de aferição dos conhecimentos prévios do aluno, adotada quando se inicia uma nova unidade ou o ano letivo. Esse diagnóstico não tem função classificatória: deve apenas mensurar o conjunto de saberes que o aluno traz consigo sobre o tema a ser abordado. Pode-se optar por uma prova escrita, mas outros mecanismos podem ser empregados com eficiência: um debate sobre o tema, uma reflexão conduzida que parta de algum material de apoio (um filme, uma imagem, etc.), uma redação individual com tema dirigido ou uma expressão artística livre dos alunos. A despeito da forma da avaliação, devem-se levar em conta necessariamente dois elementos:

a) que tipo de conhecimento prévio é mensurado;
b) como a atividade proposta será capaz de revelar esse conhecimento.

Também é necessário o registro das respostas individuais, ainda que sucinto e objetivo. Essa ferramenta oferece condições de uma avaliação final que leve em conta o ponto de partida de cada aluno. Assim, pode-se avaliar de onde ele partiu e aonde chegou.

10 Matriz de Referência para o Enem 2012, p. 1. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

2. *Avaliação continuada*

Há extenso debate sobre o conceito de avaliação continuada, que surgiu como contraponto à avaliação por prova individual. Ele tem sido criticado atualmente porque, na prática escolar, faltam ferramentas adequadas e critérios definidos para esse tipo de avaliação. Assim, os alunos têm denunciado que a avaliação continuada se transformou em uma ferramenta de "controle continuado", visto que os professores enfatizam aspectos disciplinares e de comportamento no cotidiano da turma quando lançam os critérios para avaliação. É essencial, no entanto, que sejam desenvolvidas ferramentas cujo objetivo principal seja a avaliação sistemática dos *conteúdos*, das *competências* e das *habilidades* apreendidas pelos alunos. Nesse sentido, é necessário informar previamente à classe sobre os critérios de avaliação do currículo e evitar a incorporação de padrões disciplinares ou de "participação" (reduzida à capacidade de exposição oral do aluno) às práticas avaliativas.

3. *Avaliação por projetos de trabalho*

Essa modalidade supõe que uma avaliação dos resultados, por meio de múltiplas estratégias, pode mensurar o percurso de determinado período letivo. Os projetos de trabalho levam em conta a definição prévia dos objetivos programáticos e dos resultados esperados, inclusive sua materialidade: um conjunto de textos individual ou coletivo, um vídeo, um *site*, etc. Essa forma de avaliação pode substituir a avaliação individual por prova escrita ou ser integrada a ela. Trata-se de uma avaliação final que considera os resultados alcançados. Certas práticas pedagógicas, no entanto, têm articulado a mensuração do resultado à avaliação do percurso por meio da avaliação continuada.

10. Indicações de leitura para o professor

Dicionários e obras de referência

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1989.

HOLIS, Martin. *Filosofia. Um convite*. São Paulo: Loyola, 1996.

KOHAN, Walter Omar; MÜLLER, Ingrid. *AbeCedário da criação filosófica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas*. Trad. Carlos Eugênio M. Moura. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia:* problemas, sistemas, autores e obras. Trad. J. Renard. São Paulo: Paulus, 1981.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia*. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERINE, Marcelo. *Ensaio de iniciação ao filosofar*. São Paulo: Loyola, 2007.

RUSS, Jaqueline. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alberto A. Muñoz. São Paulo: Scipione, 1994.

SEMERARO, Giovanni. *Filosofia e política na formação do educador*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TELES, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo de filosofia*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

________. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

História da filosofia

CAREL, Havi; GAMES, David et al. *Filosofia contemporânea em ação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papirus, 1989.

CORDON, Juan Manuel Navarro. *História da filosofia:* Os filósofos, os textos. Filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, 1990.

FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar* – do poço de Tales à desconstrução de Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FLEISCHER, Mardot (Org.). *Filósofos do século XX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1995.

________; HENNIGFELD, Jochem (Org.). *Filósofos do século XIX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1998.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *A aventura da filosofia:* de Parmênides a Nietzsche. Barueri: Manole, 2010.

NUNES, Benedito. *Filosofia contemporânea*. Belém: EDUFPA, 2004.

Ensino de filosofia; filosofia e educação

BRASIL, Ministério da Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2006.

CANDIDO, Celso; CARBONARA, Vanderlei (Org.). *Filosofia e ensino:* um diálogo transdisciplinar. Ijuí: Unijuí, 2004.

CASAGRANDA, Edison. A.; DALBOSCO, Cláudio A.; MÜHL, Eldon H. *Filosofia e pedagogia:* aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008.

GALLO, Silvio. *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

________; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. v. VI.

JAIME, Jorge. *História da Filosofia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOHAN, Walter Omar (Org.). *Ensino de filosofia:* Perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KONDER, Leandro. *Filosofia e educação:* de Sócrates a Habermas. Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2006.

KUIAVA, Evaldo Antônio et. al. (Org.). *Filosofia, formação docente e cidadania*. Ijuí: Unijui, 2008

LARA, Tiago Adão. *A filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIPMAN, Matthew. *Filosofia na sala de aula*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

PIOVESAN, Américo et al. (Org.). *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Unijuí, 2002.

ROCHA, Ronai Pires da. *Ensino de filosofia e currículo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Educação:* do senso comum à consciência filosófica. 6. ed. São Paulo/Campinas, SP: Cortez/Autores Associados, 1985.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *A filosofia contemporânea no Brasil:* conhecimento, política e educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

________. *Filosofia da educação:* construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

SILVEIRA, René José Trentin; GOTO, Roberto Akira (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. São Paulo: Loyola, 2007.

Autores, obras e correntes filosóficas

COLLINSON, Diané. *50 grandes filósofos* – Da Grécia antiga ao século XX. São Paulo: Contexto, 2004.

FIGUEIREDO, Vinicius (Org.). *Seis filósofos na sala de aula*. Platão, Maquiavel, Descartes, Voltaire, Kant, Sartre. São Paulo: Berlendis & Vertechia Editores, 2006.

________. (Org.). *Filósofos na sala de aula*. Sofistas, Hobbes, Pascal, Marx, Nietzsche, Freud. São Paulo: Berlendis & Vertechia Editores, 2007. Vol. 2.

MATTOS, Olgária. *A escola de Frankfurt:* luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

PUCCI, Bruno (Org.). *Teoria crítica e educação:* a questão da formação cultural na escola de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1995.

Razão, verdade e conhecimento

CASSIRER, Ernst. *El problema del conocimiento*. Cidade do México: FCE, 1974.

FEYERABEND, Paulo. *Contra o método*. Introdução; Parte 1; Parte 15. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.

MARGUTTI PINTO, Paulo R. *Introdução à lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MORIN, Edgar. *O paradigma perdido:* a natureza humana. Trad. Hermano Neves. 5. ed. Mem Martins: Europa-America, 1991.

SALMON, Wesley. *Lógica*. São Paulo: LTC, 1993.

Cultura e artes

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

________. *Totem e tabu*. Trad. Orizon C. Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1991.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget. 1998.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

Religião

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Ética

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emilio. *Ética*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

HARE, Michard Mervyn. *A linguagem da moral*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCONDES, Danilo. *Ética*. Textos básicos de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SANCHEZ-VASQUEZ, Adolfo. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WILLIAMS, Bernard. *Moral*. Uma introdução à ética. Trad. Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Pensamento científico

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Loyola: 2000).

ANDERY, Maria Amália (Org.). *Para compreender a ciência:* uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BURTT, Edwin A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Trad. Jose Viegas Filho e Orlando Araujo Henriques. Brasília: UnB, 1983.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Construindo o saber:* metodologia científica fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1991.

CHALMERS, Alan F. *O que é a Ciência, afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 2000.

________. *A fabricação da ciência*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

GOULD, Stephen Jay. *A galinha e seus dentes:* e outras reflexões sobre a história natural. Trad. David Dana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

________. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Trad. Maria Elizabeth Martinez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Trad. Marcio Ramalho. Brasília: Ed. UnB/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOSEE, John. *Introdução Histórica à filosofia da ciência*. Trad. Borisas Cimbleris. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Trad. Antonio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.

Política

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varialle et al. 10. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

________. *Teoria geral da política:* a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

________. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramalhete. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos fundamentais*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

11. Referências bibliográficas

1. Obras de apoio

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

________. *História da filosofia*. Lisboa: Presença, 1969. 14 v.

BRÉCHIER, Émile. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977. 6 v.

CHÀTELET, François. (Org.). *História da filosofia*. Ideias, doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 8 v.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1989.

HOLIS, Martin. Filosofia. Um convite. São Paulo: Loyola, 1996.

JAPIASSU, Hilton. *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

KOHAN, Walter Omar; MÜLLER, Ingrid. *AbeCedário da criação filosófica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas*. Trad. Carlos Eugênio M. Moura. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia:* problemas, sistemas, autores e obras. Trad. J. Renard. São Paulo: Paulus, 1981.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia*. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERINE, Marcelo. *Ensaio de iniciação ao filosofar*. São Paulo: Loyola, 2007.

RUSS, Jaqueline. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alberto A. Muñoz. São Paulo: Scipione, 1994.

SEMERARO, Giovanni. *Filosofia e política na formação do educador*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TELES, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo de filosofia*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

2. História da filosofia

CAREL, Havi; GAMES, David e Colaboradores. *Filosofia contemporânea em ação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papirus, 1989.

CORDON, Juan Manuel Navarro. *História da filosofia:* os filósofos, os textos. Filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, 1990.

FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar:* do poço de Tales à desconstrução de Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FLEISCHER, Mardot (Org.). *Filósofos do século XX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1995.

________; HENNIGFELD, Jochem (Org.). *Filósofos do século XIX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1998.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *A aventura da filosofia:* de Parmênides a Nietzsche. Barueri: Manole, 2010.

JAEGER, Werner. *Paideia:* a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

NUNES, Benedito. *Filosofia contemporânea*. Belém: EDUFPA, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WOLFF, Francis. Sócrates. *O sorriso da razão*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZINGANO, Marco. *Platão e Aristóteles*. O fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2002.

3. Razão, verdade e conhecimento

MARGUTTI PINTO, Paulo R. *Introdução à lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

SALMON, Wesley. *Lógica*. 3. ed. São Paulo: LTC Editora, 1993.

4. Cultura e artes

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Jose Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1992.

MATTOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt:* luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1991.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

5. Religião

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

6. Ética

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emilio. *Ética*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

HARE, Michard Mervyn. *A linguagem da moral*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCONDES, Danilo. Ética. *Textos básicos de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WILLIAMS, Bernard. *Moral: uma introdução à ética*. Trad. Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

7. Pensamento científico

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Loyola, 2000).

ANDERY, Maria Amália (Org.). *Para compreender a ciência:* Uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BURTT, Edwin A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Trad. José Viegas Filho e Orlando Araujo Henriques. Brasília: UnB, 1983.

CHALMERS, Alan F. *O que é a ciência, afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 2000.

________. *A fabricação da ciência*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Trad. Maria Elizabeth Martinez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOSEE, John. *Introdução histórica à filosofia da ciência*. Trad. Borisas Cimbleris. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Trad. Antonio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.

8. Política

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política:* a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

________. et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varialle et al. 10. ed. Brasília: Ed. UnB, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

________. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramalhete. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos fundamentais*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

12. Respostas das atividades

Parte 1 – A filosofia e seus conceitos

Unidade I – A filosofia

Capítulo 1 – A atitude filosófica

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *oriente os alunos a pesquisar o movimento* punk *de uma perspectiva histórica a fim de que compreendam o que a chamada "atitude* punk*" agregou às discussões contemporâneas. Espera-se que os alunos encontrem informações sobre o contexto estadunidense e europeu pós-crise do petróleo, em que o desemprego, a inflação e outras questões econômicas e sociais afetavam negativamente a população. Nesse cenário, as chamadas "metanarrativas" da modernidade (como o trabalho, o amor, a justiça, a família, a fé) também se encontravam em crise, levando alguns jovens a um comportamento niilista. O movimento* punk *apresentou-se com um ideal de liberdade individual, que se expressava no lema "Faça você mesmo", nas posturas niilistas e na simplificação formal na música, na moda e nas artes. As expressões culturais e comportamentais tinham também um caráter de enfrentamento do poder, dos padrões de comportamento e da cultura estabelecidos.*

Nas duas primeiras partes do livro Condição pós-moderna *(edições Loyola, 1992), David Harvey oferece um quadro multifacetado das manifestações da visão de mundo pós-moderna relacionando-a com a crise das "metanarrativas". Além disto, Harvey oferece uma visão sintética do contexto histórico, socioeconômico e geopolítico do início dos anos 1970 nos Estados Unidos e na Europa, e seu contraste com o período anterior – de crescimento econômico e seguridade social sem precedentes – do pós-guerra. O livro exige um leitor particularmente informado, o que poderá dificultar o bom proveito por parte dos alunos, mas certamente o auxiliará, professor, na compreensão do assunto.*

Uma observação importante: recentemente os punks *têm sido associados, nos meios de comunicação de massa, a crimes e atos de vandalismo, principalmente na cidade de São Paulo, onde há uma rivalidade entre eles e os chamados* skinheads*. Não há um estudo conclusivo sobre isso, porém a ocorrência desses fenômenos urbanos, que tomam dimensões exageradas na mídia, é um bom gancho para discutir as alterações na identidade dos* punks *dos anos 1970, quando o movimento surgiu, até os dias de hoje. Esta discussão pode conduzir ao tema do item b da atividade 1, na medida em que essas alterações expressam o sentimento de pertencimento a certo grupo e a autonomia de normas e valores. Tanto a crença de que normas e valores nos unem a algumas pessoas e nos separam de outras quanto a mudança constante dessas normas e valores nos permitem perguntar se o significado desses valores permanece o mesmo em contextos históricos, geográficos, econômicos, sociais e políticos diferentes.*

Algumas indicações: em O que é punk? *(editora Brasiliense, 1992), Antônio Bivar analisa o movimento* punk *vinculando-o às contraculturas do século XX e explicita o que é a "atitude punk". O terceiro episódio da série documental inglesa* Tempos de rebeldia *(direção de Kevin Alexander, 1998) é dedicado ao movimento* punk *e fornece importantes informações sócio-históricas, estéticas e ideológicas a respeito do movimento. O caso brasileiro é abordado no documentário* Botinada – a origem do punk no Brasil *(direção de Gastão Moreira, 2006). O mal-estar presente na base do movimento* punk *pode ser trabalhado em sala por meio da análise da letra da canção "Oi, tudo bem?", da banda Garotos Podres (álbum* Canções de ninar, *Radical Records, 1993).*

atividades

1. Você assistiu ao primeiro filme da série *Matrix*? Se sim, responda: que paralelos podemos estabelecer entre a personagem Neo e o filósofo Sócrates?

Alguns paralelos possíveis entre Sócrates e Neo: 1) Ambos julgam que existe uma diferença entre as coisas tal como aparecem e as coisas tal como são na realidade, em sua essência. 2) Para ambos, permanecer na aparência é um estado indesejável, porque ela oculta a realidade e por isso impede que as pessoas vivam no mundo real. Para eles, o real e o aparente se opõem, como o verdadeiro ao falso; portanto, no mundo aparente só se pode ter uma vida aparente, uma vida falsa. 3) Tanto Sócrates como Neo buscam superar a aparência e descobrir a verdade na forma de combates mentais. "Mentais" porque Neo, um *hacker*, combate a aparência criada pela Matrix, o supercomputador que ilude as mentes dos seres humanos para escravizá-los no mundo real, e porque Sócrates, por meio da pergunta "O que é?", questiona valores, crenças e opiniões dados como evidentes. "Combates", tanto porque as pessoas tendem a defender as opiniões sobre as quais baseiam suas vidas quanto porque as conformações do mundo da aparência podem ser do interesse de quem se beneficia dela – sejam os poderosos de Atenas, seja a Matrix. 4) Ambos têm suas trajetórias marcadas pelo oráculo "Conhece-te a ti mesmo", que caracteriza a atitude filosófica. Diante de um momento de crise, quando suas crenças aparecem como algo contraditório ou problemático, Sócrates e Neo não recuam diante da possibilidade de terem suas opiniões abaladas, mas, ao contrário, reafirmam seu desejo de saber, tomam distância de suas próprias crenças e sentimentos e procuram compreender de onde elas vêm.

2. Por que Sócrates é considerado o "patrono da filosofia"?

A palavra *filosofia* quer dizer 'amor à sabedoria'. Sócrates, ao perguntar "O que é?", exprime um desejo de saber o que está por trás das opiniões preestabelecidas, daquilo que é objeto de crença. Ao constatar contradições e inconsistências nas opiniões, crenças e valores correntes, Sócrates constata que nada

sabe e, com base nisso, adota uma atitude interrogativa com o objetivo de chegar finalmente à verdade das coisas, válida para toda e qualquer condição. Sócrates é, portanto, considerado o "patrono da filosofia" por ter tido uma atitude ativa de indagação, procurando a verdade por trás da aparência, a diferença entre *ser* e *parecer*, entre a verdade e a opinião.

3. O que Platão quis representar no Mito da Caverna? Faça uma relação entre o mito e o filme *Matrix*.

De forma alegórica, Platão representou o mundo das aparências como a caverna, as coisas que percebemos como as sombras, nossos preconceitos e opiniões como os grilhões e as correntes, o prisioneiro que se liberta como o filósofo, a luz da verdade como a luz do Sol, o mundo iluminado pelo Sol como a realidade e o instrumento que liberta o prisioneiro rebelde como a filosofia. Tanto o Mito da Caverna como o filme *Matrix* tratam da busca pela verdade que está além da aparência. Seus protagonistas desconfiam da realidade tal como se lhes apresenta e decidem investigar as inconsistências que lhes geram desconfiança. Assim como o prisioneiro da caverna desconfiava das sombras que os outros prisioneiros tomavam por realidade, Neo também desconfiava que a realidade que vivenciava não era tal como se apresentava. Isso os leva a descobrir que aquilo que acreditavam ser real não passava de ilusão.

4. Explique o que são as nossas crenças costumeiras. Dê outros exemplos de crenças que reproduzimos no cotidiano.

São ideias nas quais acreditamos sem questionar, que aceitamos porque nos aparecem como óbvias, evidentes. Por exemplo, cremos na existência do espaço e do tempo, na diferença entre razão e loucura, na existência da verdade e na diferença entre verdade e mentira, assim como na diferença entre verdade e erro.

5. De acordo com o que foi estudado no capítulo, em que momento passamos da atitude costumeira à atitude filosófica?

Passamos à atitude filosófica no momento em que o que era objeto de crença aparece como algo contraditório ou problemático e por isso se transforma em indagação ou interrogação. Quando nos descontentamos com as crenças ou opiniões preestabelecidas por percebermos contradições e incompatibilidades entre elas, buscamos compreender o que elas são e por que são problemáticas. Essa mudança de atitude é expressa pelo desejo de saber.

Por que começamos este livro comentando o filme Matrix

O cinema é a forma contemporânea da arte: a da imagem sonora em movimento. Nele, a câmera capta uma sociedade complexa, combinando de maneira totalmente nova música, dança, literatura, escultura, pintura, arquitetura, história e, graças aos recursos tecnológicos dos efeitos especiais, cria realidades novas, insólitas. Como o livro, o cinema tem o poder extraordinário, próprio da obra de arte, de tornar presente o ausente, próximo o distante, distante o próximo, entrecruzando realidade e irrealidade, verdade e fantasia, reflexão e devaneio.

Quando verdadeiramente grande e artístico, nele a criatividade do diretor e a expressividade dramática ou cômica dos intérpretes podem manifestar-se com sutileza e diversidade, ideias e opiniões podem ser trabalhadas, interpretadas e transmitidas, oferecendo-se plenamente ao público, sem distinção étnica, sexual, religiosa ou social. Apesar dos pesares, Walter Benjamin tinha razão ao considerar o cinema a arte democrática do nosso tempo. Como a televisão, o cinema é uma indústria. Como ela, depende de investimentos, mercados, propaganda. Como ela, preocupa-se com o lucro, a moda, o consumo. No entanto, independentemente da boa ou má qualidade dos filmes, o cinema difere da televisão porque nele são possíveis as produções independentes, as obras artísticas e as reflexões críticas, praticamente ausentes da televisão.

Capítulo 2 – O que é a filosofia?

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Embora cada área de saber – e não apenas a ciência e a filosofia – defina um campo de atuação, é inimaginável pensar, hoje, em áreas isoladas. O aluno deve ser levado a olhar o mundo como um sistema (a teoria dos vasos comunicantes, estudada na física, é um bom exemplo), em que uma ação desencadeia uma série de consequências, o que exige das pessoas uma compreensão pluralista da realidade para apreendê-la. Um exemplo muito próximo dos alunos é a elucidação de um crime, fato corriqueiro no dia a dia dos meios de comunicação. Não apenas os aspectos técnicos (a chamada "perícia") são levados em conta, como também os psicossociais (o histórico de vida do autor do crime, o contexto factual e social em que o crime ocorreu, as condições psíquicas dos indivíduos envolvidos, as injunções jurídicas, etc.). A utilidade dos procedimentos técnicos é palpável, mas os questionamentos necessários para a condução das atividades – que não são palpáveis, materiais – são tão ou mais úteis.*

Com relação à questão 2, são muitos os exemplos que os estudantes podem dar. O importante é verificar se eles compreenderam a filosofia como busca do fundamento e do sentido da realidade. Assim, se o biólogo estuda os seres vivos, a filosofia busca compreender o que é o ser e o que é a vida. Se estuda uma categoria específica dos seres vivos ou propõe uma classificação deles em categorias, espera-se que ele busque os princípios, causas e condições que levam a essa classificação e o significado e a finalidade dela – procedimentos fundamentais da filosofia.

atividades

1. O que quer dizer a palavra *crítica*?

A palavra *crítica* tem três sentidos principais: 1) capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente; 2) exame racional de todas as coisas sem preconceito e sem pré-julgamento; 3) atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica.

2. O que significa dizer que a filosofia se volta preferencialmente para os momentos de crise?

Assim como cada um de nós, quando tem desejo de saber, vai em direção à atitude filosófica ao perceber incompatibilidades entre nossas crenças cotidianas, também a filosofia se interessa pelos momentos de crise, quando sistemas religiosos, éticos, políticos, científicos e artísticos estabelecidos se envolvem em contradições e buscam transformações cujo sentido ainda não está claro e precisa ser compreendido. É nesses momentos críticos que se manifesta mais claramente a exigência de fundamentação das ideias, dos discursos e das práticas.

3. De acordo com o texto, por que se pergunta "Para que filosofia?"?

Quando se pergunta "Para quê?", o que se pergunta é: "Que uso proveitoso ou vantajoso posso fazer disso?". Em vez de procurar fornecer o que irrefletidamente se considera como útil, a filosofia julga e busca fundamentar racionalmente o que se entende por algo útil, qual o seu sentido, sua finalidade e por que o consideramos como tal. A filosofia, portanto, distancia-se do que consideramos imediatamente como útil para poder compreendê-lo. Como a filosofia não se propõe a oferecer o que é de utilidade imediata, o senso comum questiona sua utilidade.

4. O que é e como é a reflexão filosófica? De que modo ela se diferencia da atitude filosófica?

A reflexão filosófica é a volta do pensamento sobre si mesmo. Desse ponto de vista, ela distingue-se da atitude filosófica, que é uma interrogação sobre o mundo que nos rodeia. Entretanto, a reflexão é uma decorrência da atitude filosófica, um momento dela. Adotamos a atitude filosófica quando tomamos distância das nossas opiniões cotidianas e procuramos suas causas e sentido. Esse questionamento sobre o mundo descobre, porém, seu pressuposto: a figura daquele que se pergunta sobre o mundo. O pensamento compreende, a partir daí, que precisa conhecer sua capacidade de conhecer, e torna-se reflexão filosófica. Assim, a reflexão filosófica se distingue da atitude filosófica como o momento em que essa própria atitude, que investiga o mundo, compreende que é preciso questionar aquele que investiga.

5. Quais os três conjuntos de questões que organizam a reflexão filosófica?

1) "Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos?"; 2) "O que queremos pensar quando pensamos, o que queremos dizer quando falamos, o que queremos fazer quando agimos?"; 3) "Para que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos, fazemos o que fazemos?".

6. Explique, em suas palavras, o que é a filosofia, de acordo com o que foi estudado.

A filosofia pode ser definida como busca do fundamento (princípios, causas e condições) e do sentido (significação e finalidade) da realidade em suas múltiplas formas. Para tanto, ela deve indagar o que essas formas de realidade são, como são e por que são, e procurar as causas que as fazem existir, permanecer, mudar e desaparecer.

7. Por que a filosofia é um pensamento sistemático?

A filosofia trabalha com enunciados precisos e rigorosos, busca encadeamentos lógicos entre os enunciados, opera com conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, e exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado.

8. Explique por que a atividade filosófica é uma análise, uma reflexão e uma crítica.

É uma análise por caracterizar-se pela indagação ("o que é?", "como é?", "por que é?", "para que é?") e por interrogar quais são as causas e o sentido de nossas crenças. É uma reflexão por caracterizar-se por um movimento do pensamento sobre si mesmo, para conhecer como é possível o próprio conhecimento. É uma crítica por caracterizar-se pelo exame racional de todas as coisas sem preconceitos e sem pré-julgamentos, buscando a elaboração de um conhecimento verdadeiro.

9. A filosofia tem utilidade? Se sim, qual? Explore a opinião expressa no texto e articule-a com a sua opinião.

Professor: espera-se aqui que o estudante apresente uma reflexão elaborada com base nas ideias expostas no capítulo. O texto a seguir é um parâmetro para a avaliação:

Se a filosofia pode ser definida como busca do fundamento (princípios, causas e condições) e do sentido (significação e finalidade) da realidade em suas múltiplas formas, então ela pode ser o mais útil dos saberes ao nos fazer abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum, ao nos fazer críticos em relação às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos, ao nos instigar a compreender a significação do mundo, da cultura e da história, ao nos elucidar o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política, ao dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para sermos conscientes de nós mesmos e de nossas ações numa prática que busca a liberdade e a felicidade para todos.

Capítulo 3 – A origem da filosofia

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Como os estudantes, nesse momento do curso, ainda não estão familiarizados com os campos da filosofia, espera-se que eles identifiquem nos exemplos que citarem as características gerais vistas até o momento: tendência à racionalidade, recusa de explicações preestabelecidas, tendência à argumentação, capacidade de generalização e de diferenciação, etc. Assim, por exemplo, as*

questões relativas ao campo da ética podem aparecer em referências à capacidade de deliberação do ser humano, à existência de valores e padrões estabelecidos, à diferenciação entre o necessário e o contingente.

Se pensarmos no exemplo dos medicamentos contra a Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), diversas questões podem ser aventadas: é justo, por exemplo, que o medicamento para uma doença com alto grau de letalidade seja tratado como mercadoria, sujeito aos mecanismos de mercado? Em outras palavras, no caso de uma questão que poderia ser considerada humanitária, é justo que se pense em lucro? Para tratar desse assunto, uma breve contextualização sobre a questão da quebra de patentes é imprescindível. Por outro lado, pela forma como funciona o mercado, se não houver o objetivo do lucro, empresa alguma irá querer pesquisar um medicamento desse tipo, pois essa operação demanda milhões de dólares.

atividades

1. Qual é a origem do termo *philosophía* e por que Pitágoras utilizou-o para designar essa área do pensamento?

Philosophía é uma palavra grega, composta de duas outras: *philo*, "aquele ou aquela que tem um sentimento amigável", e *sophía*, "sabedoria". Daí *filosofia* significar "amizade pela sabedoria" ou "amor e respeito pelo saber". Para Pitágoras, ela é uma busca pela verdade e pelo conhecimento não movida por interesses comerciais ou pelo desejo de competir, mas pelo desejo de observar, contemplar, julgar e avaliar as coisas, as ações, as pessoas, os acontecimentos, a vida; enfim, pelo desejo de saber.

2. O que levou alguns gregos a se aproximarem da filosofia?

A atitude de espanto e admiração diante da realidade, fruto da insatisfação com as explicações tradicionalmente dadas pelas divindades. A constatação de que o mundo e os seres humanos, os acontecimentos naturais e as coisas da natureza, os acontecimentos humanos e as ações dos seres humanos podiam ser conhecidos pela razão humana, e que a própria razão era capaz de conhecer-se a si mesma.

3. Um dos principais traços da filosofia nascente é a tendência à racionalidade. O que isso significa?

Significa que a razão humana ou o pensamento é a condição de todo conhecimento verdadeiro que um ser humano pode ter, e por isso a própria razão ou o próprio pensamento deve conhecer as leis, regras, princípios e normas de suas operações e de seu exercício correto.

4. Explique a diferença entre síntese e análise e dê um exemplo não citado neste capítulo para cada uma.

Síntese vem do grego e significa 'reunião ou fusão de várias coisas numa união íntima para formar um todo'. Trata-se de uma capacidade racional de generalização por meio da qual o pensamento descobre semelhanças e identidades, demonstrando que uma explicação tem validade para muitas coisas diferentes. Um exemplo: seres como o homem, o golfinho e o cavalo, aparentemente diversos, podem ser agrupados, em virtude de semelhanças estruturais, na categoria mais geral de mamíferos. *Análise*, também do grego, significa 'ação de desligar e separar um todo em suas partes'. É a capacidade racional de diferenciação que permite compreender diferenças onde parece haver semelhança ou identidade, demonstrando que fatos ou coisas que aparecem como iguais ou semelhantes são, na verdade, diferentes. Um exemplo: o sangue, visto a olho nu, parece um líquido homogêneo. Porém, quando o vemos através da lente do microscópio, percebemos que é composto por outros elementos, invisíveis ao nosso olho: hemácias, leucócitos, plaquetas, plasma. Portanto, por meio da análise microscópica, o que parecia uma substância homogênea mostra-se como uma junção de elementos diversos.

5. O que significa afirmar que a razão e o pensamento operam obedecendo a leis, princípios e regras universais? Explique com suas palavras.

Significa que nosso pensamento é capaz de conhecer a realidade porque funciona de acordo com regras que valem para todos os que são dotados de racionalidade.

6. Para a ação humana, qual é a diferença entre o necessário, o contingente e o possível? Exponha dando novos exemplos.

O necessário é o que não está em nosso poder escolher, pois acontece e acontecerá sempre, independentemente de nossa vontade. Exemplo: em qualquer triângulo que se desenhe, a soma dos ângulos internos será, necessariamente, 180º. O contingente é o que pode ou não acontecer. Dentro do que é contingente há o possível e o por acaso. Exemplo: acertar os números da loteria se dá por acaso. O possível é o que temos poder de escolher e fazer. Exemplo: pode-se ou não estudar uma segunda língua.

7. O que é o mito? Por que ele merecia confiança e era inquestionável?

Mito é uma narrativa sobre a origem de alguma coisa (origem do mundo, do bem e do mal, da morte, etc.). Para os gregos, merecia confiança porque era criado ou transmitido por alguém com autoridade. Quem narrava o mito era o poeta rapsodo, um escolhido pelos deuses, que lhe mostravam os acontecimentos do passado e lhe permitiam que visse a origem de todos os seres e de todas as coisas. Devido a essa revelação divina, a palavra do poeta era sagrada e, portanto, inquestionável.

8. Quais as principais diferenças entre filosofia e mito? Ao responder, procure dar um exemplo de mito que não tenha sido citado no capítulo.

O mito pretendia narrar como as coisas eram ou tinham sido no passado imemorial, longínquo e fabuloso; a filosofia se preocupa em explicar como e por que, no passado, no presente e no futuro, as coisas são como são. O mito narrava a origem por meio de genealogias e rivalidades ou alianças entre forças divinas e sobrenaturais; a filosofia explica a produção natural das coisas por meio de causas naturais e impessoais. O mito

não se importava com contradições, com o fabuloso e o incompreensível; a filosofia não admite contradições, fabulação e coisas incompreensíveis, mas exige que a explicação seja coerente, lógica e racional. Além disso, a autoridade da explicação não vem da pessoa do filósofo, mas da razão, que é a mesma em todos os seres humanos.

Professor: nessa questão, o aluno deve buscar um exemplo de narrativa mítica e ser capaz de identificar nela as características do mito e sua contraposição às características da filosofia como descritas no capítulo.

9. Liste, resumidamente, as condições históricas que propiciaram o surgimento da filosofia na Grécia e explique a importância da capacidade de abstração nesse processo.

Podem ser listados: as viagens marítimas; a invenção do calendário; a invenção da moeda; a consolidação da vida urbana e de uma nova classe social; a invenção da escrita alfabética; a invenção da política com a introdução da ideia da lei, do uso da palavra e do estímulo ao pensamento. A moeda, o calendário e a escrita alfabética evidenciam o desenvolvimento da capacidade de abstração. A moeda permite uma forma abstrata de troca, feita pelo cálculo do valor semelhante de coisas diferentes; o calendário é uma forma de calcular o tempo com base na repetição de eventos ou divisão equânime de períodos, revelando a capacidade de abstrair e a percepção do tempo como algo natural, e não como uma força divina incompreensível; e a escrita alfabética, em vez de representar uma imagem da coisa que está sendo dita, oferece um sinal ou signo abstrato (uma palavra) dela. A filosofia necessita dessa capacidade de abstração, pois utiliza procedimentos como a síntese e a análise para generalizar e diferenciar fatos e elaborar conceitos.

10. Por que a invenção da política foi decisiva para o nascimento da filosofia?

Em primeiro lugar, porque serviu de modelo para a filosofia propor o aspecto legislado, regulado e ordenado do mundo como um mundo racional. Em segundo lugar, porque valorizou o humano, o pensamento, a discussão, a persuasão, o pensamento racional, o que criou condições para que surgisse o discurso ou a palavra filosófica.

Capítulo 4 – Períodos e campos de investigação da filosofia grega

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Apesar da distância no tempo, de fato há muita semelhança entre o modo de agir de Sócrates e o de Gandhi. Ambos:*

- *valorizavam o diálogo e a verdade;*
- *assumiam para si uma atitude de humildade, que era na verdade uma estratégia para desarmar as imposturas, crenças equivocadas e mentiras presentes no senso comum das sociedades em que viviam;*
- *privilegiavam o pensamento, a consciência, a sabedoria e uma atitude aparentemente passiva diante da violência*

explorando imagens

Racionalidade e organização do espaço

A imagem da reconstituição da antiga cidade de Corinto (p. 34) possibilita a discussão sobre as mudanças na vida grega durante o período do nascimento da filosofia. Estas mudanças dizem respeito à constituição de um tipo de pensamento novo – racional, investigativo, argumentativo e demonstrativo – que se manifestou em diversos âmbitos (política, arte, urbanismo, etc.) durante o período clássico da Grécia antiga.

A própria urbanização da pólis e a arquitetura dos templos e prédios públicos gregos são exemplos da materialização dos ideais racionais, inspirados na matemática, um saber racional e demonstrativo, que sugeria aos gregos a ideia de perfeição, harmonia e clareza. Na imagem da reconstituição de Corinto é possível ver as figuras arquitetônicas geométricas presentes no plano urbano; os caminhos retos que cortam a cidade, ligando diretamente suas partes e as interconectando com outras; a geometria estratégica do quadriculado e retilíneo que organiza o espaço de convivência; as construções circulares e semicirculares dos locais destinados ao debate – essencial a uma vida política democrática e às realizações artísticas da pólis. Todas essas inovações gregas repercutem até hoje, como se verifica na imagem da Assembleia Geral da ONU (p. 35).

Os arquitetos e urbanistas contemporâneos dão grande importância a essa relação entre a organização do espaço e a ordenação do pensamento, concebendo projetos urbanísticos e arquitetônicos que visam propiciar determinadas experiências estéticas e formas de se relacionar com os outros. Leia-se, por exemplo, o que escreve o urbanista Lúcio Costa, autor do Plano Piloto de Brasília, no relatório de seu projeto: "[...] as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação".

(Sócrates o demonstrou no episódio de seu julgamento, e Gandhi, na forma como liderou a libertação de seu país do domínio britânico).

O filósofo francês Francis Wolff oferece uma boa e acessível descrição de Sócrates e apresenta o significado de suas atitudes no livro Sócrates: o sorriso da razão *(editora Brasiliense, 1982). Já a vida de Gandhi é retratada no filme* Gandhi *(direção de Richard Attenborough, 1982).*

atividades

1. Liste os principais períodos da filosofia grega, relacionando-os à ideia central de cada um deles.

Os principais períodos da filosofia grega são: 1) período pré-socrático ou cosmológico (do final do século VII a.C. ao final do século V a.C.), quando a filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza; 2) período socrático ou antropológico (do final do século V a.C. ao final do século IV a.C.), quando a filosofia investiga as questões humanas – isto é, a ética, a política e as técnicas – e busca compreender qual é o lugar do homem no mundo; 3) período sistemático (do final do século IV a.C. ao final do século III a.C.), quando a filosofia se interessa em mostrar que tudo, inclusive o fundamento último de todas as coisas, pode ser objeto do conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e de suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da verdade e da ciência; e 4) período helenístico ou greco-romano (do final do século III a.C. ao século VI d.C.), quando a filosofia se ocupa sobretudo com as questões da ética, do conhecimento humano e das relações entre o homem e a natureza, e de ambos com Deus.

2. O que é *kinésis* ou o devir? Por que essa ideia é central no pensamento pré-socrático?

Kinésis, em grego, significa 'movimento'. Por movimento, os gregos não entendem apenas a mudança de lugar ou a locomoção, mas toda e qualquer alteração ou mudança qualitativa e/ou quantitativa de um ser, bem como seu nascimento e seu perecimento. Esse movimento das coisas e do mundo chama-se devir, e segue leis rigorosas determinadas pela *physis* – a causa natural contínua e imperecível da existência de todos os seres e de suas transformações. Essa ideia é central para o pensamento pré-socrático porque nesse período a filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza.

3. Que ensinamentos dos sofistas Sócrates combatia? O que ele propunha em contrapartida?

Sócrates combatia um ensino que se baseasse na retórica ou oratória – conjunto de técnicas de discurso com que um orador buscava vencer discussões independentemente da posição sustentada. Esse uso da retórica não visava à busca pela verdade, mas à manipulação das opiniões dos interlocutores em favor do orador. Sócrates condenava tal postura e defendia, em contrapartida, o ensino da busca pela verdade. Essa busca, porém, pressupunha o autoconhecimento. Sócrates propunha, por isso, a busca do autoconhecimento como condição para todos os outros conhecimentos verdadeiros.

4. Explique, em suas palavras, o que Sócrates pretendia ao buscar a essência e o conceito das coisas.

Sócrates pretendia superar a mera opinião. As opiniões sobre uma coisa variam conforme a pessoa, o lugar e a época. São instáveis e parciais, influenciadas por diversos fatores externos à própria coisa. Por isso, são vistas por Sócrates como fontes de erro. A essência, ao contrário, é o que uma coisa é verdadeiramente em si mesma, independentemente do gosto ou ponto de vista de cada um. Por isso, ela é intemporal, universal e necessária. Ela não é dada pelos sentidos, mas pelo pensamento. O que o pensamento conhece da essência é o que se chama *conceito*. Dialogando por Atenas, Sócrates não afirmava, mas sim perguntava aos cidadãos os conceitos de valores que julgavam conhecer. Ao perceber que suas ideias eram contraditórias, essas pessoas viam que não conheciam o que julgavam conhecer e tornavam-se, com isso, aptas a começar a procurar a verdade.

5. Sócrates incomodou muitos atenienses e acabou sendo condenado à morte.

a) Por que isso aconteceu?

As perguntas de Sócrates referiam-se a ideias, valores, práticas e comportamentos que os atenienses julgavam certos e verdadeiros em si mesmos e por si mesmos. Ao suscitar dúvidas, Sócrates fazia os atenienses pensarem não só sobre si mesmos, mas também sobre a pólis. Aquilo que parecia evidente acabava sendo percebido como duvidoso e incerto. Se todos aceitam, sem pensar, as coisas como elas são – ou melhor, como dizem e fazem todos acreditarem que são –, os poderosos mantêm seu poder. Para os poderosos de Atenas, Sócrates tornara-se um perigo, pois fazia a juventude pensar. Por isso, acusaram-no de desrespeitar os deuses, corromper os jovens e violar as leis.

b) Busque na história um exemplo de outro indivíduo ou movimento perseguido por causas semelhantes.

Anaxágoras, Giordano Bruno, Galileu Galilei, Martin Luther King, Chico Mendes, Espinosa, Gandhi, entre outros, são exemplos de pessoas perseguidas por fazerem refletir sobre ideias e práticas vigentes.

6. Em sua opinião, qual é a herança mais importante da filosofia socrática para a filosofia do período sistemático? Por quê?

A principal herança de Sócrates é a reflexão, a volta do pensamento sobre si mesmo. Com base nesse movimento, por um lado, o pensamento passa a refletir sobre os critérios, caminhos, procedimentos e garantias para que encontre a verdade, o que mais tarde levará ao desenvolvimento de disciplinas como a teoria do conhecimento e a lógica. Por outro lado, ao voltar-se sobre si mesmo, o pensamento refletirá sobre suas finalidades, o que levará à reflexão sobre a ética e a política. Essas duas vertentes serão motivos privilegiados da filosofia no período sistemático e nos que se seguiram, até os dias atuais.

7. Tomando como base a classificação aristotélica dos campos da investigação filosófica, como poderiam ser categorizadas a química e a agronomia? Justifique.

A química estaria entre as ciências teoréticas ou contemplativas, que estudam as coisas que existem independentemente dos homens e suas ações, como os elementos naturais, por exemplo. Dentro dessa classificação, a química ainda se encaixaria entre as ciências das coisas naturais submetidas à mudança e ao devir, pois estuda algo que existe de formas variadas na natureza. A agronomia, por sua vez, se encaixaria entre as ciências produtivas, porque sua finalidade é uma ação que visa à produção de algo.

Capítulo 5 – Principais períodos da história da filosofia

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *A principal característica inaugurada pela Renascença é a valorização do homem em sua individualidade, seus conflitos existenciais, suas contradições, etc. Acima de tudo, a Renascença defende o poder criador e transformador do homem, sua capacidade de agir sobre si e sobre o mundo, ideia essa que tomaria corpo nos períodos subsequentes. O teatro vem a calhar como exemplo de atividade na qual o homem figura como artífice de seu destino. Muitos estudiosos atribuem ao dramaturgo inglês William Shakespeare (1564--1616) a invenção do homem moderno, com seus conflitos e suas contradições. A célebre frase de uma de suas personagens, Hamlet, – "Ser ou não ser, eis a questão" – é emblemática da necessidade do homem que sobreveio ao Renascimento de assumir as rédeas de seu destino.*
Assim como o teatro, outros campos da atividade humana dão margem a que o homem exercite e realce a sua condição humana por meio da razão, sendo a política, as artes e as técnicas algumas delas. Os alunos poderão escolher a atividade que mais que mais lhes pareça adequada, desde que justifiquem como a razão se liga a ela.

atividades

1. A filosofia está à margem da história ou intimamente ligada a ela? Por quê?

A filosofia está intimamente ligada à história: ela está na história e tem uma história. A filosofia *está na história* porque manifesta e exprime os problemas e as questões que, em cada época de uma sociedade, as pessoas colocam para si mesmas diante do que é novo e ainda não foi compreendido. E a filosofia *tem uma história* porque as respostas, soluções e novas perguntas oferecidas em cada época tornam-se saberes adquiridos que outros filósofos prosseguem ou, frequentemente, tornam--se novos problemas que outros filósofos tentam resolver. Além disso, as transformações nos modos de conhecer podem ampliar os campos de investigação da filosofia, fazendo surgir novas disciplinas filosóficas, ou diminuí-los, porque alguns de seus conhecimentos podem formar disciplinas separadas.

2. A patrística tentou conciliar a teologia cristã com ideias da filosofia greco-romana, em especial nas relações entre fé e razão. Para você, essa proposta era coerente? Por quê?
Professor: nesta questão, o aluno deverá exercitar sua capacidade de fundamentar uma posição a respeito do que é perguntado tendo como referência o que está exposto no capítulo. Deve-se levar em conta, entretanto, que a relação entre a filosofia e dogmas religiosos é necessariamente tensa, já que a filosofia supõe a fundamentação racional de todos os seus enunciados, ou seja, supõe, por princípio, que todas as suas afirmações devem ser submetidas ao questionamento racional. O dogma, ao contrário, é inquestionável por princípio.

3. Quais os grandes temas da filosofia medieval?

A diferença e a separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo); a diferença entre razão e fé (a primeira deve subordinar-se à segunda); a diferença e a separação entre corpo (matéria) e alma (espírito); o Universo como uma hierarquia de seres, na qual os superiores dominam e governam os inferiores; a subordinação do poder temporal dos reis e barões ao poder espiritual de papas e bispos.

4. Resuma as três grandes linhas da filosofia da Renascença e explique por que exprimem o humanismo renascentista.

Primeira: a linha proveniente da leitura de diálogos de Platão, das obras dos filósofos neoplatônicos e da descoberta dos livros do hermetismo ou de magia natural. Nela, a natureza era concebida como um grande ser vivo, dotada de uma alma universal entrelaçada com todas as coisas, sendo o homem concebido como parte dessa natureza. Segunda: a linha originária dos pensadores florentinos, que valorizava a vida ativa (a política) e defendia a liberdade das cidades italianas contra o Império Romano-Germânico. E terceira: aquela que propunha o ideal do homem como artífice de seu próprio destino, tanto por meio dos conhecimentos quanto por meio da política, das técnicas e das artes. Elas exprimem o humanismo renascentista porque nelas o homem é valorizado, colocado como centro do Universo, defendido em sua liberdade e em seu poder criador e transformador.

5. Por que o surgimento do sujeito do conhecimento foi importante para que se superasse o ceticismo na filosofia moderna?

Porque permitiu que o pensamento refletisse sobre sua própria capacidade de conhecer e constatasse que é capaz de: 1) conhecer a si mesmo como consciência de si reflexiva; 2) conhecer as coisas exteriores quando as apreende como ideias necessárias e demonstráveis, que dependem apenas de suas operações cognitivas.

6. De acordo com o texto, como era concebida a natureza na filosofia moderna? Por que essa concepção leva às ideias de experimentação científica e de tecnologia?

A concepção de natureza corrente na filosofia moderna é dada por Galileu: a natureza é um sistema ordenado de causas

e efeitos necessários cuja estrutura profunda e invisível é matemática. Se a natureza é um sistema de causas e efeitos, e estes podem ser conhecidos pela consciência, o homem torna-se capaz de reproduzir ou anular essas cadeias causais a fim de produzir ou evitar efeitos que queira. É isso que lança a possibilidade da experimentação científica e da tecnologia.

7. Consulte a linha do tempo, no final do livro, e identifique os temas abordados por filósofos do período moderno que se relacionem com o que você leu sobre o racionalismo.

Natureza matemática, *cogito*, dúvida metódica, ideias inatas, método.

Capítulo 6 – Aspectos da filosofia contemporânea

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *A proximidade entre a existência virtual e o pensamento pós-moderno não se limita ao momento histórico em que se desenvolveram (a partir dos anos 1970-1980). Encontramos também muitas afinidades de ideias. A existência virtual é marcada pela finitude e pela fragmentação da experiência, e normalmente seu critério é o da eficácia (velocidade e quantidade de transmissão de dados, encurtamento das distâncias, qualidade de imagem e de som, entre outros critérios) na satisfação de desejos múltiplos e muitas vezes concomitantes. Ou seja, seu sentido está em atender às muitas demandas de seres desejantes.*

A existência virtual é também fortemente fragmentada e se vale disso no apelo aos desejos. Por meio de qualquer chat, *rede social ou programa de mensagens instantâneas, é possível manter múltiplas conversas sobre múltiplos assuntos com múltiplas pessoas em múltiplos locais sem que todas essas informações convirjam para um sentido único e totalizante. Ao contrário: o que se vê são espaços para interações cada vez mais delimitadas: salas de bate-papo temáticas,* sites *de imagens e* blogs *especializados em assuntos de abrangência restrita, comunidades virtuais de aficionados por determinado assunto, indivíduo ou objeto. Na existência virtual, também a política se fragmenta, e a ação política, na forma de ativismo virtual, se movimenta em torno de questões que, embora importantes, não deságuam em uma visão total de papéis políticos.*

Por outro lado, um traço tipicamente moderno permeia a existência virtual. A noção de progresso, ou seja, de que existe uma linha evolutiva que nos conduz a uma sociedade melhor, subjaz o otimismo com que são recebidas as inovações tecnológicas.

O tema da fragmentação do sujeito é abordado por Jorge Furtado no filme O homem que copiava, *de 2003. No filme, o protagonista, André (Lázaro Ramos), trabalha como operador de fotocopiadora, como ele mesmo diz. Este trabalho coloca-o diariamente diante de informações fragmentadas nas poucas páginas dos livros que ele copia para seus clientes, mas a exposição à informação não lhe fornece um sentido para todas elas.*

atividades

1. O pensamento de filósofos como Hegel e Comte originou uma concepção otimista da história.

a) Qual a principal ideia relacionada a essa concepção?

A principal ideia relacionada a essa concepção é a de progresso, ou seja, de que a humanidade acumula conhecimento e técnicas e por isso caminha progressivamente para um futuro melhor do que o presente. Isso significaria que a história tem um só sentido e finalidade.

b) Por que ela foi refutada pelos filósofos do século XX?

Em última instância, a ideia de história como unidade, com um só sentido e finalidade, justificaria a dominação de povos considerados "atrasados" pelos "adiantados". No século XX, porém, os filósofos consideram que cada sociedade tem sua história própria, em vez de ser apenas uma etapa na história universal. Em cada época e para cada sociedade, os conhecimentos e práticas possuem sentido e valor próprios, que mudam ou desaparecem numa época seguinte, quando a sociedade já é outra. Por isso, segundo esses filósofos, a História não é progressiva, mas descontínua.

2. O desenvolvimento das ciências e técnicas no século XIX causou otimismo na maioria dos filósofos da época. Esse otimismo se manteve no século XX? Por quê?

No século XX, a filosofia passou a desconfiar do otimismo do século anterior devido a vários acontecimentos: guerras; desequilíbrio ecológico; problemas éticos e políticos; a incorporação das ciências e das técnicas a grandes complexos industriais e militares que operam de acordo com interesses próprios, desencadeando guerras, ditaduras, violências em toda parte, quando isso convém às suas finalidades. Esses acontecimentos frustraram as expectativas depositadas nos avanços técnico-científicos porque, além do incremento material e da extensão do domínio humano sobre a natureza a fim de prover saúde, segurança e bem-estar às pessoas, esperava-se que esse avanço proporcionasse uma organização mais racional da vida social e individual, resolvendo as desigualdades, as revoltas e revoluções, assim como as angústias, o medo e a loucura.

3. Explique a distinção feita pela Teoria Crítica entre razão instrumental e razão crítica.

A razão instrumental é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas não um meio de liberação dos seres humanos, mas um meio de intimidação, medo, terror e desespero. Ao contrário, a razão crítica é aquela que analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão verdadeiramente se tiverem como finalidade a emancipação do gênero humano.

4. Por que os filósofos do século XX se tornaram descrentes com relação a revoluções sociais e políticas?

Porque, diante do surgimento das chamadas sociedades totalitárias ou dos regimes totalitários (fascismo, nazismo, sta-

linismo, maoismo), e diante do aumento do poder das sociedades autoritárias ou ditatoriais, a filosofia passou a indagar se os seres humanos seriam capazes de criar e manter uma sociedade nova, justa e feliz.

5. Os filósofos do século XIX se dividiram em duas correntes ao definir a cultura. Como a filosofia do século XX se contrapôs a cada uma dessas concepções?

A primeira corrente pregava que para toda a humanidade havia uma mesma e grande cultura em progresso. As diferentes culturas seriam etapas dessa cultura maior. A segunda corrente, dos filósofos românticos, pregava que as culturas não formavam uma sequência, mas eram culturas particulares, nacionais, com um espírito particular enraizado em seu passado. Contra a filosofia da cultura universal, a filosofia do século XX negou que houvesse uma única cultura em progresso e afirmou a existência da pluralidade cultural. Contra a filosofia romântica das culturas nacionais como expressão do "espírito do povo" e do conjunto de tradições, a filosofia do século XX negou que a nacionalidade fosse causa das culturas (ao contrário: as nacionalidades são efeitos culturais temporários) e afirmou que cada cultura se relaciona com outras e encontra dentro de si seus modos de transformação.

6. De acordo com o texto, por que as descobertas da ideologia, por Marx, e do inconsciente, por Freud, questionaram o otimismo racionalista do século XIX?

O otimismo racionalista do século XIX se apoiava na ideia de que a razão se desenvolvera plenamente, de modo que o conhecimento completo da realidade e das ações humanas podia ser atingido. Entretanto, a descoberta da ideologia, por Marx, e do inconsciente, por Freud, mostraram que muitas vezes o que julgamos estar sob o controle de nossa consciência não passa de ilusões criadas por um poder social invisível que nos força a pensar e agir da maneira por ele determinada, ou por um poder (psíquico e social) que atua sobre nossa consciência sem que ela o saiba.

explorando imagens

Modernidade × Pós-modernidade

Algumas imagens do capítulo 6 podem ser usadas para retomar a relação entre organização do pensamento e a organização espacial e política, trabalhada no capítulo 3. Aqui, é possível levar os alunos a analisar imagens considerando as críticas da filosofia pós-moderna às ideias da modernidade. Um mote para esse exercício de interpretação iconográfica pode ser uma frase do filósofo francês contemporâneo Gilles Deleuze: "Foi um acontecimento decisivo quando o matemático Riemann arrancou o múltiplo de seu estado de predicado para convertê-lo num substantivo, 'multiplicidade'."

A imagem de abertura do capítulo (p. 57) mostra uma igreja do século XIX refletida em uma torre de escritórios do século XX, em Boston, Estados Unidos. Nega-se, ali, a ideia de identidade estanque, compondo-se uma multiplicidade de sentidos e aspectos contraditórios. Em vez do curso natural da história levar à evolução das coisas e seres, nota-se a justaposição de realidades dessemelhantes na paisagem urbana. O próprio projeto arquitetônico da torre ilustra as concepções pós-modernas: no lugar da funcionalidade e economia de traços (racionalidade) buscada pelos arquitetos modernistas, o edifício se distingue pela forma, pela fachada, que intencionalmente fragmenta a imagem refletida – ou seja, conquista porque ilude.

Outra imagem interessante para esta atividade é a fotografia na qual se vê, em primeiro plano, um homem habitando de forma precária, "acampado", com o *skyline* de arranha-céus de última geração de uma metrópole chinesa ao fundo (p. 63). Onde o pensamento moderno veria o conflito da classe oprimida contra a exploração social, os pós-modernos identificariam um indivíduo marcado pela diferença, pelas suas particularidades culturais, de comportamentos, de preferências, etc.; onde os modernos buscariam afirmar ideais de cidadania e participação política, os pós-modernos veriam a falência da utopia socialista, substituída, na China, por uma forma de capitalismo dirigido pelo Estado; a ideia moderna do indivíduo livre e capaz de moderar seus desejos e paixões seria contraposta à do indivíduo que, dia a dia, é tentado pelo luxo e, ao mesmo tempo, reprimido se desejá-lo.

Esta proposta pode ser repetida com imagens levadas pelos alunos. Outro interessante ponto do capítulo que pode ser explorado com imagens é a relação entre a luta humana por liberdade, a despeito dos condicionamentos psíquicos, históricos, econômicos, culturais. A busca atual por outros usos e ocupações da cidade, outras estéticas, aparece, por exemplo, nos grafites (vide imagem na p. 57). Seriam buscas de saídas, brechas por onde se procura a singularidade, e que denotam outras lógicas, outras formas de pensar e ocupar o espaço na cidade – na definição de Deleuze, como a lógica de um rizoma, se estendendo de forma ramificada, em todos os sentidos, sem centralidade ou hierarquia.

7. Na linha do tempo, identifique os principais temas abordados pelos filósofos dos últimos 60 anos e relacione dois deles a eventos ou comportamentos da atualidade.

Professor: Antes de pedir aos alunos que façam esta atividade, oriente-os a pesquisar mais sobre os filósofos desse período na internet e em livros. A ideia não é promover uma pesquisa aprofundada, mas sim levá-los a descobrir os temas discutidos e, principalmente, a importância desse debate na realidade contemporânea.

Além do desdobramento das temáticas sobre a indústria cultural e massificação, nas reflexões sobre os meios de comunicação de massa, despontam as temáticas sobre como a dominação deixa de ser exterior e é interiorizada pelos próprios dominados, desdobramentos da reflexão sobre o capital, o pensamento feminista, a temática do reconhecimento, a temática do fim da modernidade e surgimento da pós-modernidade, o fim do conceito de sujeito, a desconstrução, assim como a renovação de antigas temáticas como a ética e a justiça.

Unidade II – A razão

Capítulo 7 – Os vários sentidos da palavra *razão*

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Tanto a produção do vídeo quanto a reação contra ele são manifestações de atitudes mentais opostas à razão. Quem o produziu se serviu de conhecimento ilusório – que se baseia nas meras aparências que tinham a respeito dos muçulmanos – para satirizá-los, ou seja, para dar vazão a certas emoções que os realizadores do filme têm em relação àquele grupo específico, valendo-se até mesmo da falsidade. Os que reagiram violentamente contra o vídeo deram vazão violenta às emoções – as chamadas "razões do coração". No caso, emoções associadas à crença religiosa levaram aqueles que se manifestaram de forma agressiva a atingir quem não estava envolvido diretamente com a questão. A reação desses indivíduos não deve ser generalizada, dado que houve protestos pacíficos fundados em princípios racionais, como exemplificado na fotografia que ilustra a atividade.*

A rápida difusão do vídeo, bem como a rápida mobilização internacional daqueles que se sentiram ofendidos, facilitaram as reações desarrazoadas. Porém, só foram possíveis porque existem meios de comunicação cujo desenvolvimento se deve à ação da razão como conhecimento intelectual.

Em O racismo explicado à minha filha *(editora Via Lettera, 2000), o escritor marroquino radicado na França Tahar Ben Jelloun reproduz um diálogo que teve com sua filha de 10 anos a respeito do racismo. Na conversa, são abordados tanto os preconceitos estritamente raciais quanto os culturais. Várias manifestações de atitudes mentais opostas à razão –como o medo, o preconceito, as pulsões, o recurso a um bode expiatório, entre outras – são listadas e analisadas.*

atividades

1. Cite alguns sentidos que a palavra *razão* pode ter no uso cotidiano. Explique a diferença entre cada um deles de acordo com o uso.

No dia a dia usamos a palavra *razão* com diferentes sentidos: certeza, lucidez, motivo, causa. Ao dizermos "você tem razão", admitimos que o outro está correto com relação a alguma coisa; ao dizermos "você está nervosa demais, perdeu a razão", *razão* é utilizada no sentido de lucidez; em frases como "vou lhe contar minhas razões para o que fiz", nos referimos aos motivos que alguém tem para algo; e ao perguntarmos "qual é a razão disso?", buscamos a causa de alguma coisa. Também usamos o adjetivo *racional* para indicar clareza de ideias, resultado de esforço intelectual ou da inteligência segundo normas e regras do pensamento e da linguagem.

2. Qual é o papel que a razão exerce na escolha e decisão das nossas ações?

A razão determina e designa as regras da ação refletida (ética). Ela permite que compreendamos as causas de nossos impulsos e inclinações – emoções e sentimentos – para fazer algo; permite que avaliemos se esses impulsos estão em conformidade com o bem, que não é mais identificado com a meta irrefletida para a qual um impulso nos dirige, mas sim com um critério coerente e fundamentado nas regras e leis do pensamento; e ela modera esses impulsos e os orienta na direção do que ela determinou como o bem.

3. Quais são as atitudes mentais opostas à razão? Por que elas se opõem à razão?

As atitudes mentais opostas à razão são:

1) o conhecimento ilusório, isto é, o conhecimento da mera aparência das coisas que não alcança a realidade ou a verdade delas. Ele se opõe à razão porque se contenta com a coisa como dada imediatamente, sem compreender suas causas, e também porque varia entre pessoas e sociedades, contradizendo-se;
2) as emoções, sentimentos e paixões. Opõem-se à razão porque são cegos, desordenados e contraditórios;
3) a crença religiosa, em que a verdade nos é dada pela fé numa revelação divina. Ela opõe-se à razão porque não depende do trabalho de conhecimento realizado pela nossa inteligência ou pelo nosso intelecto, dispensando a determinação de suas causas;
4) o êxtase místico, no qual o espírito acredita entrar em relação direta com o ser divino. Ele opõe-se à razão porque acredita que isso ocorre sem nenhuma intervenção do intelecto ou da inteligência, nem da vontade.

4. Caracterize os princípios da identidade, da contradição e da razão suficiente. Dê exemplos novos, mostrando como cada um deles pode ser aplicado a um determinado fato ou objeto.

O princípio de identidade afirma que uma coisa, seja ela qual for (um ser da natureza, uma figura geométrica, um ser

humano, uma obra de arte, uma ação), só pode ser conhecida e pensada se for percebida e conservada com sua identidade. Ele é condição para podermos definir uma coisa e pensá-la com base em sua definição: a partir do momento em que temos a definição de um triângulo, sabemos que outra figura também é um triângulo se ela for idêntica à definição. Em outras palavras, "o que é, é", ou A = A. Exemplo: numa investigação criminal, por um lado, temos um suspeito e, por outro, temos uma amostra de DNA que sabemos ser do criminoso, que ainda não conhecemos. Saberemos que nosso suspeito é o criminoso se uma amostra de DNA desse suspeito for idêntica àquela que sabemos ser do criminoso.

O princípio da contradição (ou princípio da não contradição) enuncia que uma coisa não pode ser e não ser essa mesma coisa ao mesmo tempo e na mesma relação. Ou seja, se A é A, é impossível que A seja não A, ao mesmo tempo e na mesma relação. Sem esse princípio, o princípio da identidade não funciona. Uma mesa não ser pode ser (ao mesmo tempo e na mesma relação) uma "não mesa": uma cadeira, uma pá, um gato, etc. Tomemos uma relação entre mãe e filha. Eu até posso ser mãe e filha ao mesmo tempo, mas não na mesma relação: sou filha de Maria e mãe de Renata, por exemplo. Mas não posso ser, ao mesmo tempo, filha e mãe de Maria, nem mãe e filha de Renata. Dentro dessa relação, podemos dizer que a filha é a não mãe (não M), de maneira que a mãe (M) não pode ser, ao mesmo tempo, M e não M.

Já o princípio de razão suficiente afirma que tudo o que existe e tudo o que acontece tem uma razão (causa ou motivo) para existir ou para acontecer, e que nossa razão pode conhecer tal causa ou motivo. Ou seja, afirma a existência de relações ou conexões internas entre as coisas, entre fatos ou entre ações e acontecimentos. Se uma maçã, ao se desprender da macieira, vai ao chão, isso significa que há uma força que a impulsiona de sua posição para baixo. Essa força, sabemos, é a gravidade.

5. De acordo com o texto, quais são as principais características da razão? Em sua resposta, explique cada uma delas.

A razão não possui um conteúdo determinado, mas formas que indicam como as coisas devem ser pensadas: ela indica as regras gerais para que toda e qualquer coisa, e não uma ou outra, seja conhecida e pensável. Essas formas (princípios) possuem validade universal, isto é, onde houver razão (nos seres humanos e nas coisas, nos fatos e acontecimentos), em todo tempo e em todo lugar, tais princípios são verdadeiros e empregados por todos (os humanos) e obedecidos por todos (coisas, fatos, acontecimentos). Além disso, eles são necessários, indispensáveis, isto é, indicam que algo é assim e não pode ser de outra maneira.

Capítulo 8 – A atividade racional e suas modalidades

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Sugere-se aos alunos que releiam os conceitos de razão objetiva e razão subjetiva estudados neste capítulo antes de realizar a atividade. Seu objetivo é levar o aluno a uma primeira reflexão sobre as fronteiras entre aquilo que supostamente existe por si mesmo – base das teses realistas – e aquilo que supostamente só existe porque damos sentido a sua existência – base das teses idealistas. Esses dois conceitos – realismo e idealismo – serão aprofundados em capítulos posteriores, então a ideia desta atividade não é a de que os alunos façam uma exposição teórica exaustiva.*

São muitos os exemplos que os alunos podem dar nesta atividade, e eles podem até mesmo apresentar uma interpretação realista e uma idealista para um mesmo objeto. Para estimulá-los a considerar as duas posições, você pode apresentar outro exemplo. Para um realista, a tabela periódica resulta da experiência concreta de manipulação da realidade (do conhecimento direto da realidade química do mundo). Já um idealista diria que ela é a forma como a razão apreende a ideia verdadeira (ou seja, a verdade não está na matéria, no procedimento, mas no conhecimento da ideia que organiza a interação das substâncias).

Ao pedir que o aluno considere experiências de seu cotidiano, a atividade também tem por objetivo mostrar que mesmo as teorias aparentemente mais abstratas estão intimamente relacionadas a aspectos do cotidiano.

atividades

1. Qual a diferença entre a razão intuitiva e a razão discursiva?

A razão discursiva ou o raciocínio é uma modalidade de conhecimento de uma realidade ou de um objeto que se dá por meio de várias etapas sucessivas de conhecimento, até que se consiga captar esse objeto por um conceito ou definição. Ao contrário da razão discursiva, a razão intuitiva capta o objeto, por inteiro e completamente, de uma só vez. Trata-se, portanto, de uma visão direta e imediata do objeto do conhecimento, um contato direto e imediato com ele, sem necessidade de provas ou demonstrações para saber o que conhece.

2. O que é a intuição? Caracterize cada tipo de intuição e dê um novo exemplo a cada uma deles.

A intuição é uma compreensão global e completa de uma verdade, de um objeto ou de um fato, em que imediatamente a razão capta todas as relações que constituem a realidade e a verdade da coisa intuída. A intuição pode ser de dois tipos: intuição sensível (empírica) e intuição intelectual. A intuição empírica é o conhecimento direto e imediato das qualidades sensíveis de objetos, como cor, sabor, odor, etc. É, também o conhecimento imediato de estados mentais que dependeram do contato sensorial com as coisas: lembranças, desejos, sentimentos, etc. Ela refere-se aos estados do sujeito do conhecimento como ser corporal e psíquico individual. Sua marca, por isso, é a singularidade: está ligada, por um lado, à singularidade do objeto intuído e, por outro, à singularidade e às circunstâncias do sujeito que intui. Já a intuição intelectual é universal e necessária. É um conhecimento direto e imediato dos princípios da razão (identidade, contradição, etc.), que, por serem princípios, são indemonstráveis; é o conhecimento de ideias simples, aquelas que não são compostas de outras e não pre-

cisam de outras para ser conhecidas; e, por fim, quando ela depende de conhecimentos anteriores, ela é o momento em que esses conhecimentos são sintetizados e percebidos de uma só vez, em sua organização e articulação. Um exemplo possível de intuição sensível: a cor negra das letras impressas sobre uma página. Um exemplo possível de intuição intelectual: a intuição de que o todo é maior que suas partes.

3. Qual é a relação entre intuição intelectual e o pensar segundo a concepção de Descartes? O que é o *cogito* cartesiano?

Descartes conclui que todo ato de pensamento, seja uma intuição intelectual, seja uma demonstração e prova, carrega dentro de si outra intuição fundamental: "penso, logo existo". Por quê? Porque, quando eu penso, é impossível que eu não saiba que esteja pensando. Se eu tiver dúvida de que penso, posso buscar demonstrar isso. Mas, ao buscar fazer a demonstração, imediatamente já estou pensando, e, por isso, é imediatamente evidente que penso. Além disso, para pensar é preciso que alguém realize o ato de pensamento. Isso significa que, se há pensamento, há necessariamente o ser que pensa: o sujeito pensante, eu. Essa intuição que acompanha todo ato de pensamento – o "penso, logo existo" – é o *cogito* cartesiano: o ato em que a intuição capta, num único ato intelectual, a verdade do pensamento pensando em si mesmo.

4. Dê um exemplo novo de raciocínio empírico e o distinga da intuição.

Professor: nessa resposta, cada aluno poderá apresentar os mais diferentes exemplos de sua vida doméstica, profissional, afetiva, etc. O importante é que ele destaque, nos exemplos, a compreensão total, direta e imediata que se apresenta por meio dos sentidos ou sensorialmente, permitindo a percepção de um caminho para a solução de um problema prático. Pode ser o caso do preparo e serviço de uma receita culinária, em que imediatamente se percebe que determinado detalhe realça o sabor ou que este ou aquele tempero pode aprimorar ainda mais o prato.

5. Como se realiza a indução? Dê um exemplo novo.

Na indução, partimos de casos particulares iguais ou semelhantes e procuramos a lei geral, a definição geral ou a teoria geral que os explica e os subordina. Por exemplo: quando solto uma moeda, percebo que ela segue uma trajetória para baixo; quando solto uma maçã, percebo que ela segue uma trajetória para baixo, assim como quando solto uma barra de ferro. Assim, por indução, concluo que há uma propriedade que atrai os corpos em direção ao solo: a força da gravidade.

6. Qual a diferença entre a inferência dedutiva e a inferência indutiva?

Na dedução, de uma questão geral, tiro conclusões particulares, ou seja, dado *X* (definição ou teoria), infiro (concluo) *a*, *b*, *c*, *d* (os casos particulares). Na indução, o processo é inverso: de casos particulares, tira-se uma conclusão geral, ou seja, dados *a*, *b*, *c*, *d* (os casos particulares), infiro (concluo) *X* (definição ou teoria geral).

7. O que é abdução? Exemplifique com uma história de detetive que você conhece.

A abdução é uma espécie de intuição, mas que não se dá de uma só vez, indo passo a passo até chegar a uma conclusão. A abdução é a busca de uma conclusão pela interpretação racional de sinais, de indícios, de signos. Muitos são os exemplos de abdução no campo da investigação policial, como os dos romances policiais. Um bom exemplo de abdução pode ser o filme *O show de Truman* (direção de Peter Weir, 1998), no qual a personagem principal vai coletando indícios e sinais até compreender inteiramente o que se passa com ele.

Capítulo 9 – A razão: inata ou adquirida?

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *A sensação de* déjà-vu *é controversa e costuma suscitar curiosidade, pois quase todo mundo já a experimentou em algum grau. A pesquisa informal sobre o assunto entre os alunos é uma ótima oportunidade para uma abordagem inicial sobre as teses do inatismo. Como contraponto, no fim da discussão pode-se estender a abordagem e falar do conceito oposto à ideia do inatismo – o empirismo – e dos problemas que ambos apresentam, estudados neste capítulo.*

atividades

1. Caracterize, resumidamente, o inatismo e o empirismo. Pesquise o nome de outros filósofos que estiveram ligados a cada uma dessas concepções.

O inatismo afirma que, ao nascermos, trazemos em nossa inteligência não só os princípios racionais, mas também algumas ideias verdadeiras — as ideias inatas. O empirismo, ao contrário do inatismo, afirma que a razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias, é adquirida por nós pela experiência.

Professor: para responder à segunda parte da questão, o aluno poderá consultar materiais diversos, inclusive a internet, para buscar outros exemplos.

2. Qual função a sensibilidade cumpre para o inatismo e para o empirismo?

Para os inatistas a sensibilidade é fonte de engano; para os empiristas é fonte de conhecimento. Os inatistas ressaltam que as impressões sensíveis são singulares, condicionadas pelas circunstâncias e estados do que é conhecido e daquele que conhece. Por isso, não podem dar acesso a verdades universais e necessárias. Para os empiristas, a sensibilidade está na base de todo conhecimento. Ela nos dá as sensações, das quais se formarão as percepções que, por sua vez, serão associadas para formar as ideias com que nossa razão forma nossos pensamentos.

3. Por que, para Platão, conhecer é recordar? Você concorda com essa concepção? Por quê?

Platão considera que, se já não nascêssemos com a razão e a verdade, nunca poderíamos reconhecer uma ideia verdadei-

ra quando a encontrássemos. Para distinguir o verdadeiro do falso, já temos que conhecer a diferença entre eles desde que nascemos. Por isso, para ele, conhecer é recordar a verdade e a razão que já existem em nós.

Professor: na segunda parte da resposta e em sua justificativa, cada aluno deverá apresentar seu próprio ponto de vista a respeito da tese de Platão. O que deve se observar aqui é o exercício da argumentação, ou seja, a capacidade de sustentar sua posição.

4. Quais são os três tipos de ideias do inatismo cartesiano? Caracterize-os e dê um exemplo novo para cada um.

Descartes categoriza as ideias em: 1) ideias adventícias, originadas de nossas sensações, percepções e lembranças – as opiniões formadas com base nessas ideias também são ideias adventícias e, para Descartes, constituem fonte de erro; 2) ideias fictícias, aquelas que criamos em nossa imaginação com pedaços de ideias adventícias; 3) ideias inatas, inteiramente racionais, com as quais já nascemos.

5. Em sua conciliação entre inatismo e empirismo, Leibniz propõe o princípio de razão suficiente. Que argumento Hume usa para discordar desse conceito?

O princípio da razão suficiente, ou princípio da causalidade, enuncia que nada é sem causa. Se algo se apresenta para nós como existindo ou acontecido "do nada", sem nenhuma causa, não conseguimos compreender e conceber sua existência ou ocorrência. Ele é, então, uma condição prévia para que algo tenha racionalidade e, por isso, ele é um princípio da razão: se ele não se cumpre, isso para nós é absurdo, não pode se dar.

Hume porém, argumenta que esse princípio não é uma condição prévia, mas sim uma consequência do hábito, da repetição de uma mesma observação. Observamos eventos que constantemente ocorrem em sequência: um corpo se dilata com a aplicação de calor, um corpo se move com a aplicação de uma força maior, um som é emitido com a vibração de uma corda, etc. Todas as leis que enunciamos com base nessas observações dependem de que esses eventos continuem ocorrendo nessa sequência em futuras observações. Mas, nessas leis, não há nada que diga realmente que esses eventos precisem se dar dessa forma e não de outra. Sabemos que um evento acontece e o outro aparece na sequência, somente. Se, porventura, as coisas começarem a acontecer de forma diferente, as leis cairão por terra. O mesmo pode ser dito para o próprio princípio de causalidade. Ora, se o próprio princípio da razão deriva da experiência, isso significa que ele não é um princípio e que não tem necessidade nem universalidade, mas depende das experiências – sempre singulares – que o confirmam constantemente.

6. Quando fala em uma "revolução copernicana" em filosofia, que crítica Kant faz a inatistas e empiristas?

Os filósofos anteriores erram, segundo Kant, pois partem diretamente da investigação da realidade (seja ela o espírito ou a natureza), em vez de começar sua investigação por nossa própria faculdade de conhecer – a nossa razão. Isso os leva a supor, erroneamente, que é o nosso conhecimento que se regula pelos objetos, e não, como conclui Kant, que são os objetos que se regulam pelo nosso conhecimento. Como os astrônomos anteriores a Copérnico, que acreditavam que o Sol girava em torno da Terra, empiristas e inatistas consideram que os objetos do conhecimento estão no centro e nossa razão gira em torno deles, quando o que se dá, na visão de Kant, é o inverso.

7. Com base no significado das expressões *a priori* e *a posteriori*, responda: qual a relação estabelecida por Kant entre razão *a priori* e experiência *a posteriori*?

Do ponto de vista do conhecimento, a razão é uma estrutura *a priori*, isto é, anterior à experiência e independente dela. É uma estrutura vazia, uma forma pura sem conteúdos. Porém, os conteúdos que a razão conhece e nos quais ela pensa, esses sim, dependem da experiência. Assim, a experiência fornece a matéria (os conteúdos *a posteriori*) do conhecimento para a razão e esta, por sua vez, fornece a forma (universal e necessária) do conhecimento.

8. Segundo o texto, Kant resolve o impasse entre o inatismo e o empirismo? Como?

Kant aponta o engano dos inatistas, que supunham que os conteúdos ou a matéria do conhecimento são inatos, e aponta o engano dos empiristas, que supunham que a estrutura da razão é adquirida por experiência ou causada pela experiência. A solução apresentada por Kant para o impasse é a de que o conhecimento é a síntese que a razão (esta sim uma estrutura inata) realiza entre uma forma universal inata e os conteúdos particulares oferecidos pela experiência (que podem variar no tempo e no espaço, transformar-se com novas experiências e mesmo se revelarem falsos, graças a experiências novas).

9. Explique o que quer dizer a sentença "A razão é história e é tempo".

Com tal afirmação, Hegel rompe com a concepção de intemporalidade até então atribuída à razão. Ele não está dizendo que a razão é algo relativo, que vale hoje e não vale amanhã, que serve aqui e não serve ali. O que Hegel está dizendo é que a mudança, a transformação da razão e de seus conteúdos é obra racional da própria razão. A razão não é uma vítima do tempo, que lhe roubaria a verdade, a universalidade, a necessidade. A razão não está *na* história; ela *é* a história. A razão não está *no* tempo; ela *é* o tempo. Ela dá sentido ao tempo.

10. Explique, em tópicos, o conceito de razão para Hegel com base na crítica que ele faz a inatistas, empiristas e kantianos.

Para Hegel, a razão não é nem exclusivamente subjetiva, como diz o kantismo, nem exclusivamente objetiva, como dizem o inatismo e o empirismo, mas a unidade necessária do objetivo e do subjetivo. Para Hegel, a razão é:

1) razão subjetiva: o conjunto das leis do pensamento, isto é, os princípios, os procedimentos do raciocínio, as formas e as estruturas necessárias para pensar as categorias, as ideias;
2) razão objetiva: a ordem, a organização, o encadeamento e as relações das próprias coisas, isto é, a realidade objetiva e racional;

3) unidade entre razão subjetiva e razão objetiva: a relação interna e necessária entre as leis do pensamento e as leis do real. A essa unidade, Hegel dá o nome de Espírito Absoluto.

11. Inatistas, empiristas, kantianos ou hegelianos? Com qual dessas posições filosóficas você mais se identifica? Justifique sua resposta.
Professor: nessa resposta, o aluno deve exercitar sua compreensão dos temas tratados no capítulo e a sua capacidade de argumentação.

Capítulo 10 – A razão na filosofia contemporânea

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Independentemente das observações feitas pelos alunos, é importante que eles percebam a importância da palavra como portadora de questões simbólicas. Saliente o fato de que as atividades relacionadas ao pensamento, como a filosofia, se sustentam na reunião de palavras que, inseridas em determinado contexto ou dispostas de determinada maneira, adquirem um caráter semântico único, ou seja, exprimem uma ideia única, que seria diferente caso algumas dessas palavras não fossem exatamente aquelas que estão na frase.*
Ao mesmo tempo que valoriza a palavra como instrumento teórico, a atividade visa também enfatizar o aspecto racional da atividade escrita, que mostra os homens e as mulheres como seres dotados de capacidade de abstração desde os primórdios, ao mesmo tempo que sujeitos às transformações históricas. Uma análise da etimologia e da história da palavra permite ao aluno compreender tanto o núcleo comum que a palavra carrega desde seu surgimento e que nos une a falantes histórica, social e geograficamente distantes de nós quanto as variações sofridas ao longo do tempo e no espaço. As diferenças entre as variantes populares e a norma culta (ou variedades prestigiadas da língua) podem ser compreendidas neste contexto de identidade e diferença, e colocar em perspectiva as mudanças dentro da própria variedade-padrão da língua (a qual os falantes da norma culta acreditam seguir) é fundamental para desmistificar preconceitos de classe, de origem e de idade.
Uma análise da letra da canção Ah!*, do grupo Rumo, lançada no disco homônimo em 1981 pode oferecer elementos para a compreensão, por parte dos alunos, do valor das palavras como instrumento teórico.*

atividades

1. Para a filosofia de Husserl, qual é o papel da razão no modo como nós apreendemos a realidade?

Para Husserl, nossa razão é "doadora de sentido" e constitui a realidade como um sistema de significações, e não como um conjunto de seres e coisas. Essas significações, que Husserl também chama de *essências*, são atribuídas à realidade com base na própria estrutura da razão. Elas são, portanto, *a priori*, e, por isso, universais e necessárias.

2. Quais as críticas da Teoria Crítica ao conceito de razão de Hegel? E quais são os pontos em comum entre as duas teorias?

Os filósofos da Teoria Crítica (ou frankfurtianos) concordam com Hegel quanto à historicidade da razão. Para eles, assim como para Hegel, existe uma continuidade temporal entre as formas de racionalidade. Eles também concordam com Hegel quanto ao motor das mudanças históricas da razão: as contradições e conflitos. Porém, consideram que Hegel está enganado quando supõe que a razão é uma força histórica autônoma (isto é, não condicionada pela situação material ou econômica, social e política de uma época) e, também, quando supõe que a razão é a força histórica que cria a própria sociedade, a política, a cultura. Para os frankfurtianos, a razão não determina nem condiciona a sociedade, mas sim é determinada e condicionada pela sociedade e por suas contradições e mudanças.

3. Explique por que os estruturalistas recusam a ideia de progresso teórico e técnico, dando um exemplo para sua explicação.

Porque, não sendo possível falar em continuidade histórica, não há como nem por que comparar e julgar as teorias e as técnicas como atrasadas ou adiantadas. A novidade significa justamente que se trata de algo tão novo, tão diferente e tão outro que será absurdo falar em continuidade e avanço. Portanto, não há como dizer que as teorias e técnicas passadas são falsas, erradas ou atrasadas: elas simplesmente são diferentes das atuais porque se baseiam em princípios, interpretações e conceitos novos. Assim, por exemplo, a teoria da evolução das espécies, elaborada por Darwin, não é continuação evoluída e melhorada da teoria de Lamarck, mas é *outra* teoria da evolução, com conceitos, princípios e procedimentos completamente novos e diferentes.

4. Como o filósofo Thomas Kuhn formula a história da ciência empregando as ideias de paradigma e de crise de paradigmas?

Para Thomas Kuhn, a história da ciência é marcada por saltos ou revoluções. A cada época, as teorias científicas instituem métodos e definições de seus objetos (modelos, paradigmas). Entretanto, em certos momentos, o paradigma existente não mais consegue explicar seus objetos (ou novos objetos) e entra em crise, o que requer a instituição de um novo paradigma.

5. Por que a humanidade ainda se interessa pela razão, apesar de haver hoje visões tão distintas e desconfiadas a respeito dela?

Porque mantemos uma ideia que é essencial à noção ocidental de razão, de que a realidade, o mundo natural e cultural, os seres humanos, suas ações e obras têm sentido e de que esse sentido pode ser conhecido, mesmo que isso implique modificar a noção de razão e ampliá-la.

6. Em sua opinião, de que forma a razão pode ser considerada um instrumento crítico para avaliar as condições de vida dos seres humanos? Exemplifique.

Um exemplo da razão como esse instrumento crítico é dado pela Teoria Crítica. Os filósofos a ela vinculados compreenderam que a própria razão é condicionada pela situação material, social e política, e também descobriram uma modalidade da razão, a razão instrumental, que está a serviço da dominação e da exploração. Sendo uma modalidade histórica como qualquer outra, essa razão instrumental e a sociedade que a produz podem ser compreendidas em suas contradições, e, não sendo eternas nem naturais, podem ser mudadas pelas pessoas. A descoberta da razão instrumental e sua compreensão são propiciadas pelo exercício da outra modalidade de razão descrita por esses filósofos: a razão crítica. É ela, precisamente, o instrumento crítico que permite aos seres humanos compreenderem as circunstâncias em que vivem; é ela que pode contribuir para a melhora das condições de vida dos seres humanos.

Atitude reflexiva e o domínio dos meios de comunicação pelo poder econômico

O romance *1984* (escrito em 1948), de George Orwell, descreve uma sociedade totalitária na qual todos são permanentemente vigiados por câmeras de televisão. Ao infringirem alguma regra ou lei, são presos e torturados, condicionados para não voltar a errar. As pessoas não convivem umas com as outras, mas sentem solidão e necessidade de se comunicar. Para isso, todos os dias e várias vezes por dia "conversam" com uma tela de televisão na qual há um rosto bondoso, o Big Brother (Grande Irmão, em inglês), que os vigia e lhes fala sem na verdade dizer-lhes nada, a não ser dar-lhes ordens. Essa história terrível sobre o controle de corpos, corações e mentes das pessoas por sistemas cruéis de vigilância em sociedades totalitárias tornou-se um programa de televisão "engraçado e divertido", um entretenimento, como acontece com tudo na indústria cultural. Dos meios de comunicação, sem dúvida, o rádio e a televisão manifestam mais do que todos os outros aqueles traços da indústria cultural que apontamos no início deste capítulo, pois ambos são mercadorias que vendem mercadorias na forma de informação, entretenimento e lazer. Começam introduzindo duas divisões: a do público (as chamadas "classes" A, B, C, D e E) e a dos horários (a programação se organiza em horários específicos que combinam a "classe", a ocupação, a idade e o sexo). Essa divisão é feita para atender às exigências dos patrocinadores, que financiam os programas tendo em vista os consumidores potenciais de seus produtos e, portanto, criam a especificação do conteúdo e do horário de cada programa. Em outras palavras, o conteúdo, a forma e o horário do programa já trazem em seu próprio interior a marca do patrocinador.

Muitas vezes, o patrocinador financia um programa que nada tem a ver, diretamente, com o que produz. Ele o faz porque não está vendendo um produto, mas a imagem de sua empresa. É assim, por exemplo, que uma empresa de cosméticos pode, em lugar de patrocinar um programa feminino, patrocinar concertos de música clássica; uma revendedora de motocicletas, em lugar de patrocinar um programa para adolescentes, pode patrocinar um programa sobre ecologia. A figura do patrocinador determina o conteúdo e a forma de outros programas, ainda que não patrocinados por ele. Por quê? Porque a quantidade de dinheiro paga pelo patrocinador à rádio ou à televisão é muito elevada e interessa aos proprietários daquela rádio ou televisão. Se, por exemplo, o noticiário apresentar notícias desfavoráveis ao patrocinador, este pode suspender o patrocínio de outro programa. Dessa maneira, o direito à informação desaparece e os ouvintes ou telespectadores ficam mal informados.

Unidade III – A verdade

Capítulo 11 – Ignorância e verdade

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *O objetivo da atividade é aprofundar no aluno a consciência crítica sobre o que está por trás de propagandas comerciais aparentemente inocentes. Os exemplos trazidos pelos estudantes devem ser analisados não apenas do ponto de vista da mera divulgação de um produto, mas também buscando verificar que opiniões ocultas aquele produto emite ou se, por exemplo, ele cria uma necessidade até então inexistente no consumidor. Procure, inicialmente, retomar com a turma o conceito de ideologia e verificar se eles já viram o conceito de hegemonia nas aulas de sociologia.*

atividades

1. O que é a ignorância? Por que ela é difícil de ser percebida por nós?

Ignorância é o não saber. É difícil percebermos nossa ignorância porque normalmente temos crenças e opiniões que tomamos como saberes verdadeiros. Enquanto esses saberes e crenças se conservam como eficazes e úteis, não vemos motivos para duvidar deles e, consequentemente, achamos que possuímos o saber e não somos ignorantes.

2. Qual a diferença entre ignorância, incerteza e insegurança? Qual é a relação que elas têm com a dúvida?

Enquanto na ignorância mais profunda achamos que sabemos tudo o que há para saber, com a incerteza descobrimos que somos ignorantes, que nossas crenças e opiniões parecem não dar conta da realidade, que há falhas naquilo em que acreditamos e que durante muito tempo nos serviu como referência para pensar e agir. Ou seja, temos dúvidas. Diante da dúvida, somos tomados pela insegurança, que é o estado em que nos encontramos quando a sensação de segurança proporcionada por nossas certezas se esvai.

3. Por que a dúvida, a decepção e o espanto podem despertar o desejo da verdade em crianças, jovens e adultos?

Porque nos fazem querer saber o que não sabíamos, nos fazem querer sair do estado de insegurança ou de encantamento, nos fazem perceber nossa ignorância, criando, assim, o desejo de superar a incerteza e a mentira e de encontrar a verdade como algo novo e insólito.

4. Quais são as dificuldades que temos de enfrentar quando nos pomos em busca da verdade? Dê exemplos que ilustrem essas dificuldades.

A primeira dificuldade provém da crença de que os veículos e formas de informação que existem em nossa sociedade nos oferecem informações verdadeiras e confiáveis. Diferentes jornais e revistas, por exemplo, nos pintam quadros diferentes da mesma realidade, mas é bastante difícil acompanhar as muitas fontes de informação, e, por isso, não vemos as inconsistências entre elas. A segunda dificuldade provém da propaganda, que não descreve ou informa sobre os produtos que anuncia, mas associa qualidades de outras coisas a esses produtos, criando uma imagem fantasiosa deles e do mundo. A terceira dificuldade provém da descrença na possibilidade de haver verdade na política, que normalmente decorre das decepções dos que se viram ludibriados por políticos em quem confiaram seus votos.

5. Quais são os dois tipos de busca da verdade? Com qual deles você mais se identifica? Justifique sua resposta.

O primeiro é o que nasce da decepção, da incerteza e da insegurança e, por si mesmo, exige que saiamos de tal situação readquirindo certezas. O segundo é o que nasce da deliberação ou decisão de não aceitar as certezas e crenças estabelecidas, de ir além delas e de encontrar explicações, interpretações e significados para a realidade que nos cerca.

Professor: na segunda parte da resposta, o foco deve estar na capacidade de o aluno justificar seu ponto de vista.

6. O que é a "dúvida metódica" de Descartes? Cite uma experiência em que os sentidos se mostraram duvidosos a você.

Trata-se da decisão de Descartes de submeter a um exame crítico todos os conhecimentos existentes em sua época e os seus próprios, declarando que só aceitaria um conhecimento, uma ideia, um fato ou uma opinião que, passados pelo crivo da dúvida, revelarem-se indubitáveis para o pensamento puro.

Professor: a segunda parte da resposta deve conter a experiência pessoal do aluno a fim de aproximar o conteúdo tratado na questão daquilo que ele vivencia cotidianamente. Deve-se verificar apenas a pertinência do exemplo dado.

7. Qual é a primeira verdade indubitável encontrada por Descartes? Explique como ele chegou a essa verdade.

A primeira verdade indubitável encontrada por Descartes é: "Eu penso!". Ele chega a ela após submeter seus pensamentos ao exame crítico conhecido como dúvida metódica, em que decide aceitar como válidas somente ideias indubitáveis ao exame do pensamento puro. Depois de concluir que verdades aparentemente evidentes, como a existência do mundo e do seu próprio corpo, não resistiam a esse exame crítico, Descartes submete à dúvida a existência de seu próprio pensamento. Uma vez, porém, que duvidar é pensar, durante o exercício da dúvida não é possível não reconhecer a verdade de que aquele que duvida pensa. Descartes chega, com isso, à primeira verdade indubitável, alicerce para todos os conhecimentos futuros.

Capítulo 12 – Buscando a verdade

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *O objetivo da atividade é fazer com que o aluno perceba que a consciência tem papel ativo na produção de verdades. Do ponto de vista estritamente realista, ou seja, desconsiderando o papel da consciência no conhecimento, uma faixa de pedestres não passa de camadas de tinta no chão. Entretanto, todos sabemos que ela é uma significação cujo conteúdo é apreendido imediatamente pelos indivíduos criados em nossa sociedade que estiverem diante dela. Ela significa um conjunto de ordens (aquele é o ponto em que o pedestre deve atravessar a rua; quando houver um semáforo, o pedestre deve aguardar que ele indique a hora de atravessar; quando não houver, ele deve aguardar que os carros deem a vez; etc.) que devem ser seguidas. A percepção de todas essas regras se dá imediatamente, no momento em que a faixa é vista pelo pedestre, e a realidade é, portanto, estabelecida nessa interação entre sujeito e objeto, e não apenas em algum desses polos.*

atividades

1. O que é dogmatismo? Como e por que o estranhamento pode romper com o dogmatismo?

Dogmatismo é uma atitude natural e espontânea que temos desde crianças. É nossa crença de que o mundo existe e é exatamente da forma como o percebemos. Temos essa crença porque somos seres práticos, isto é, nos relacionamos com a realidade como se ela fosse um conjunto de coisas, fatos e pessoas que são úteis ou inúteis para nossa sobrevivência. O estranhamento, porém, rompe o dogmatismo porque ele tira a familiaridade do mundo para nós. No momento em que algo deixa de ser familiar, passamos a olhá-lo como se nunca o tivéssemos visto, como se não soubéssemos nada sobre ele e, com base nisso, começamos a questioná-lo.

2. Dê um exemplo (tirado de sua vida pessoal, da literatura ou do cinema) de uma atitude de estranhamento diante de alguma coisa ou de algum fato que até então parecia natural.

Professor: essa resposta é pessoal e pode se basear nas mais diferentes circunstâncias já vivenciadas ou conhecidas pelo aluno. Ressaltamos apenas que, no âmbito do cinema e da literatura, há uma grande variedade de obras que fizeram do estranhamento e do espanto o motivo condutor de suas narrativas.

3. Explique nossa concepção de verdade com base nas ideias de *alétheia*, *veritas* e *emunah*, expondo como cada uma delas contribuiu para formar essa concepção contemporânea.

Alétheia é 'verdade' em grego. Literalmente, quer dizer 'não esquecido' e, por extensão, 'não escondido'. Ela opõe-se ao que está dissimulado, ao que parece, mas não é. A *alétheia* é a verdade de um ser que se manifesta à nossa visão.

Veritas é 'verdade' em latim. Refere-se à verdade de um relato, de um discurso. Está, então, na linguagem, em sua precisão e correção. Seu oposto é a falsificação, a mentira.

Emunah é 'verdade' em hebraico. Literalmente, quer dizer 'confiança'. Refere-se às pessoas, à cumplicidade de alguém e à expectativa de que as promessas ou pactos não sejam traídos.

A nossa concepção de verdade abrange o que é (a realidade), o que foi (os acontecimentos passados) e o que será (as ações e acontecimentos futuros). Refere-se, portanto, à própria realidade (como na *alétheia*), à linguagem (como na *veritas*) e à confiança-esperança (como na *emunah*).

4. O que significa pragmatismo? Como a teoria pragmática concebe a verdade?

A palavra *pragmatismo* deriva do grego *pragmatikós*, que quer dizer 'o que é próprio da ação, o que é eficaz'. Dizer que uma teoria é pragmática é dizer que seu critério de verdade não é teórico, mas prático: tem-se o verdadeiro quando seus resultados são verificáveis e sua aplicação é eficaz. Segundo o pragmatismo, sabemos que uma ideia corresponde à realidade quando os resultados que decorrem dela podem ser verificados por uma experiência.

5. Qual a diferença entre juízo analítico e juízo sintético? De exemplos.

Um juízo é analítico quando o predicado ou os predicados do enunciado nada mais são do que a explicitação do conteúdo do sujeito do enunciado. Podemos dizer que o predicado é um sinônimo do sujeito ou que ele analisa o conteúdo do sujeito. Para Kant, o juízo analítico é explicativo, pois nada exprime no predicado que já não tenha sido pensado no conceito do sujeito. Um juízo é sintético quando o predicado oferece infor-

explorando imagens

A busca pela verdade

Na obra metalinguística *A perspicácia* (p. 109), o artista surrealista René Magritte se retrata pintando aquilo que ele anteviu em seu modelo: em vez de um ovo, o Magritte retratado pinta um pássaro. Leve os alunos a perceber que, nessa expressão artística, um procedimento racional se faz presente: a dedução. Como esse procedimento se constrói? Trata-se de um passo além da realidade sensível? É um juízo seguro ou sujeito a erro?

Com o quadro *A mentira* (p. 113), pode-se realizar uma atividade de descrição detalhada da obra de arte, voltada tanto para os significados trazidos pela imagem em si como pelos procedimentos técnicos. Enquanto observam atentamente os detalhes da pintura de Salvator Rosa, os alunos poderão apresentar suas impressões com base nas perguntas que você propuser. O que está representando a mentira ali? Seria a máscara? Seria o fato de a máscara estar deliberadamente fora do rosto, mostrando que é outra face, falsa, separada e distinta da face verdadeira?

No quadro A mentira, *de Salvator Rosa, o tronco do homem que segura a máscara está de frente para o observador, mas seu olhar desvia para o lado, assim como o da máscara. O que poderia significar o fato de ele ter uma face oculta?*

A mão direita segura a máscara e a expõe ao interlocutor; a mão esquerda acusa, a delata. Onde está o foco da luz no quadro? Um foco vem da esquerda, iluminando o peito do homem e sua face voltada ao observador. Porém, estranhamente, também a mão que acusa e a face visível da máscara estão iluminadas. O ponto de luz que revela a máscara e a acusação vem da frente; portanto, do ponto de vista do observador.

Deixe os alunos explorarem os significados possíveis, lembrando que não se pode saber se foram essas as intenções do pintor ou não. Este é um exercício de, por meio da observação atenta, levar ao estranhamento, escapar do corriqueiro, do dogmático. Isso deve ser observado à turma após a atividade, quando for estendê-la ao conteúdo do capítulo. Você pode avaliar a possibilidade de propor aos alunos que façam o exercício em outro aspecto de suas vidas. É possível adotar esse mesmo olhar estrangeiro a um rosto muito familiar, como o da mãe ou o do irmão mais velho? Se eu conhecesse essa pessoa hoje, eu a acharia bonita? O que eu pensaria de seu modo de falar? Ela me pareceria interessante? O estranhamento que esse exercício traz pode ser um ensejo para a atitude filosófica.

mações novas sobre o sujeito, isto é, formula uma síntese entre um predicado e um sujeito. Para Kant, o juízo sintético é ampliativo, pois aumenta nosso conhecimento. Exemplos de juízos analíticos: a circunferência é uma figura plana cujos pontos são equidistantes de um centro; os seres humanos são mamíferos onívoros da família dos primatas dotados de racionalidade. Exemplo de juízo sintético: algumas circunferências são da cor vermelha; alguns seres humanos têm cabelo crespo.

6. O que diferencia um juízo sintético *a priori* dos demais juízos sintéticos?

De acordo com a reflexão de Kant, um juízo sintético jamais poderia pretender ser verdadeiro de modo universal e necessário porque dependeria da experiência variável de cada um de nós, não sendo necessário nem verdadeiro. Daí a introdução da ideia de juízos sintéticos *a priori*, isto é, de juízos sintéticos nos quais a síntese do sujeito e do predicado depende da estrutura universal e necessária de nossa razão e não da variabilidade individual de nossas experiências. Para Kant, os juízos sintéticos *a priori* exprimem o modo como necessariamente nosso pensamento relaciona e conhece a realidade.

7. O que é a verdade para a filosofia idealista de Kant e Husserl?

Na perspectiva idealista, a verdade não é mais a conformidade do pensamento com as coisas ou a correspondência entre a ideia e o objeto, mas sim o encadeamento das ideias ou dos conceitos (Kant), ou das significações (Husserl), sua coerência lógica e sua necessidade. A verdade é um acontecimento interno ao nosso intelecto ou à nossa consciência e, portanto, a correspondência entre ideias e coisas depende inteiramente das próprias ideias, uma vez que são elas as responsáveis pelo objeto do conhecimento.

Unidade IV – A lógica

Capítulo 13 – O nascimento da lógica

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Nesta atividade, o aluno deve ser levado a analisar o raciocínio contido em certas afirmações científicas. O recurso a leis da química é particularmente útil porque ela é uma ciência exata cujas leis, em última instância, são estabelecidas logicamente, pois os átomos e suas estruturas são hipóteses teóricas. É com base na recorrência de fenômenos manipulados em laboratórios que as leis são estabelecidas, tendo a lógica como ferramenta. Dada uma recorrência* x, *pode-se afirmar* y.

Do ponto de vista platônico, pode-se dizer que há um diálogo entre Lavoisier e os demais químicos. Com base em uma aparência, estes mantinham a opinião de que a água fervente produzia sólidos. Lavoisier, por sua vez, respondeu separando a água fervente do recipiente e constatou que aquilo que os químicos atribuíam à água era, na verdade, do recipiente. Desta forma, Lavoisier superou o âmbito das aparências e encontrou a ideia que rege aquele fenômeno, que é a lei de conservação de massa, que é universal.

Do ponto de vista da analítica aristotélica, Lavoisier considerou princípios, regras e leis necessários e universais do pensamento. Lavoisier partiu do princípio de que a toda massa corresponde um peso. Se, com a mudança de estado, o peso não mudou, a massa também permaneceu. Seus vários experimentos mostraram que o peso sempre permaneceu o mesmo, portanto, a massa também deveria ser a mesma. Assim, foi possível estabelecer sua lei, que passou a nortear, como princípio, toda a química.

atividades

1. No uso cotidiano, que significados damos às palavras *lógica* e *lógico*? Que noções estão pressupostas nesse uso?

Ao usarmos as palavras *lógica* e *lógico*, estamos dizendo que determinada coisa é evidente. Portanto, a expressão aparece como se fosse a conclusão de um raciocínio implícito, compartilhado pelos interlocutores do discurso. Dessa forma, estão pressupostas as noções de inferência, coerência, conclusão sem contradições e conclusão com base em conhecimentos suficientes.

2. Qual foi o conflito entre a filosofia de Heráclito e a de Parmênides?

O conflito baseava-se na preocupação com a origem, transformação e desaparecimento dos seres. Heráclito afirmava que somente a mudança é real e a permanência, ilusória. Ou seja, para ele, o mundo é um fluxo perpétuo onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. Parmênides, em contrapartida, afirmava que somente a identidade e a permanência eram reais e a mudança, ilusória; isto é, o devir (o fluxo dos contrários) é a aparência sensível, mera opinião que formamos porque confundimos a realidade com as nossas sensações, percepções e lembranças.

3. Como Platão resolveu o conflito entre as concepções de Heráclito e de Parmênides? Explique com suas palavras.

Platão concebeu a existência de dois mundos: o sensível e o inteligível. O mundo sensível é o dos seres materiais, que conhecemos por meio de nossas sensações, percepões e opiniões. Ele está sujeito ao devir permanente e às oposições internas, como na concepção de Heráclito. O mundo sensível, porém, é uma cópia imperfeita do mundo real, o mundo inteligível, que é composto por essências eternas e imutáveis – as ideias –, das quais estão excluídos o devir e a contradição, como na concepção de Parmênides. Conhecer, chegar à verdade, é passar do mundo da opinião e da aparência (o mundo sensível) para o mundo da verdade sempre idêntica a si mesma (o mundo inteligível).

4. Enumere os dilemas deixados pelos antecessores de Aristóteles e abordados neste capítulo. Então, descreva como esse filósofo resolveu cada um deles.

O primeiro dilema é a dificuldade em conciliar a mudança das coisas no mundo, concebida como contradição, com a exigência de identidade do pensamento e da linguagem. O segun-

do dilema é que a solução platônica precisa dividir o real em dois mundos para tentar comportar as duas exigências acima, mas, ainda assim, a mudança é identificada com a ilusão.

Aristóteles é capaz de superar esses dilemas com uma nova concepção do que é a mudança. A mudança ou transformação não é a transformação de uma coisa em seu contrário. Ela é o movimento pelo qual a coisa realiza todas as potencialidades contidas em sua essência, e este não é contraditório, mas uma identidade que o pensamento pode conhecer. O menino que se tornou adulto não tornou-se o contrário de si. Ele desenvolveu as potencialidades inscritas em sua própria essência. Há, então, para Aristóteles, seres cuja essência é mutável e seres cuja essência é imutável. Com isso, essência e mudança não são mais excludentes.

5. Quais as diferenças entre a dialética platônica e a analítica (ou lógica) aristotélica?

Em primeiro lugar, a dialética platônica é o exercício direto do pensamento e da linguagem, um *modo de pensar* que opera com os conteúdos do pensamento e do discurso. A lógica aristotélica é um *instrumento* para o exercício do pensamento e da linguagem, oferecendo-lhes meios para realizar o conhecimento e o discurso. Em segundo lugar, a dialética platônica é uma atividade intelectual destinada a trabalhar opiniões contrárias e contradições para superá-las, chegando à identidade da essência ou da ideia imutável. A lógica aristotélica oferece procedimentos que devem ser empregados naqueles raciocínios que se referem a todas as coisas das quais possamos ter um conhecimento universal e necessário, e seu ponto de partida não são opiniões contrárias, mas princípios, regras e leis necessários e universais do pensamento.

Capítulo 14 – Elementos de lógica

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *O que Nietzsche quer dizer é que no universo da ciência não há espaço para dúvidas ou contradições, exceto quando manifestas como hipótese, num estágio anterior à confirmação de algo como científico. Ou seja, o contraditório não é aceito como possível pela ciência e pelo pensamento decorrente da racionalidade (o qual é grandemente influenciado pela lógica aristotélica), mas apenas como alternativas apresentadas para verificação, após a qual apenas uma será considerada correta. O filósofo alemão deixa no ar a sugestão de que o rigor científico não é tudo e que as contradições possuem seu valor.*

atividades

1. Quais são as principais características da lógica aristotélica? Por que a lógica não é classificada como ciência?

Para Aristóteles, a lógica não era uma ciência teorética, nem prática nem produtiva, mas um instrumento para as ciências. Eis por que o conjunto das obras lógicas aristotélicas recebeu o nome de *Órganon*, palavra grega que significa 'instrumento'. Ela é caracterizada, então, como: instrumental, porque é o instrumento que garante a correção do pensamento; formal, porque se ocupa da forma geral dos pensamentos e não de seus conteúdos; preliminar, porque é ela que indica os procedimentos que devemos empregar para conhecer; normativa, porque fornece as regras para que o pensamento chegue à verdade; doutrina da prova, porque estabelece os fundamentos de toda demonstração racional; e geral e atemporal, porque as leis do pensamento são universais, necessárias e imutáveis.

2. Qual é o objeto da lógica e quais são os elementos que constituem esse objeto? Que são e quais são as categorias lógicas?

O objeto da lógica é a proposição (atribuição de um predicado a um sujeito: *S é P*), que exprime, por meio da linguagem, os juízos formulados pelo pensamento. Seus elementos são os termos ou categorias, que Aristóteles define como "aquilo que serve para designar uma coisa". São palavras não combinadas com outras e que aparecem em tudo quanto pensamos e dizemos de uma coisa sem precisar de nenhuma demonstração. Elas nos indicam o que uma coisa é ou faz, ou como está. São dez as categorias: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, ação, paixão ou passividade.

3. Diferencie a classificação das categorias segundo a extensão e a compreensão, dando um novo exemplo.

Extensão é o conjunto de objetos designados por um termo ou uma categoria. *Compreensão* é o conjunto de propriedades que esse mesmo termo ou essa categoria designa. Quanto maior a extensão, menor a compreensão, e quanto menor a extensão, maior a compreensão. Podemos classificar as categorias segundo a extensão e a compreensão em três tipos: *gênero*, *espécie* e *indivíduo*. Gênero: extensão maior, compreensão menor; espécie: extensão média e compreensão média; indivíduo: extensão menor, compreensão maior. Um exemplo possível: gênero: corpo celeste; espécie: estrela; indivíduo: Sol.

4. Qual é a diferença entre proposição existencial e proposição predicativa?

A proposição existencial declara a existência, posição, ação ou paixão do sujeito: "Um homem é (existe)". Por isso, não necessita de predicado. A proposição predicativa declara a atribuição de alguma coisa a um sujeito por meio do verbo de ligação *é*: "Um homem é justo".

5. Como as proposições se classificam do ponto de vista da qualidade? E do ponto de vista da quantidade?

Do ponto de vista da qualidade, classificam-se em: afirmativas (as que atribuem alguma coisa a um sujeito: *S é P*) ou negativas (as que separam o sujeito de alguma coisa: *S* não é *P*).

Do ponto de vista da quantidade, classificam-se em:

- universais: quando o predicado se refere à extensão total do sujeito, afirmativamente ("Todos os S são P") ou negativamente ("Nenhum S é P");
- particulares: quando o predicado é atribuído a uma parte da extensão do sujeito, afirmativamente ("Alguns S são P") ou negativamente: ("Alguns S não são P");

- singulares: quando o predicado é atribuído a um único indivíduo, afirmativamente ("Este *S* é *P*") ou negativamente: ("Este *S* não é *P*").

6. Duas proposições contrárias são necessariamente inválidas? Dê um exemplo para expor seu raciocínio.

Não. Quando temos uma proposição particular negativa e uma particular positiva, elas não se invalidam. Exemplo: "Algumas mulheres são loiras" e "Algumas mulheres não são loiras".

7. Qual a principal diferença entre o juízo apodítico e os juízos hipotético e disjuntivo?

Um juízo apodítico é universal e necessário (seja ele afirmativo, seja negativo). Por exemplo: "Todos os lagartos são répteis" e a proposição "Nenhum pássaro é mamífero". Os juízos hipotético e disjuntivo não são necessários. O primeiro se dá quando a proposição é universal possível ou particular possível (afirmativa ou negativa), e sua formulação é: "Se... então...". Por exemplo: "Se fizer sol, irei à praia". O segundo, cuja formulação é: "ou... ou...", se dá quando a proposição é universal ou particular (afirmativa ou negativa) e comporta uma alternativa que depende dos acontecimentos ou das circunstâncias. Por exemplo: "Ou choverá amanhã ou não choverá amanhã".

8. O que é um silogismo? Elabore um silogismo e use-o para demonstrar quais são suas características.

O silogismo é um raciocínio enunciado por meio de proposições encadeadas. O raciocínio realiza uma inferência, uma operação em que se obtêm proposições como conclusão de uma ou mais proposições que a antecedem e são sua explicação ou sua causa. Um exemplo:

Todos os homens são mortais. (premissa maior)
Sócrates é homem. (premissa menor)
Logo, Sócrates é mortal. (conclusão)

O silogismo tem três características principais:

1) é mediato. Nele, uma conclusão (Sócrates é mortal) é tirada por um percurso de pensamento e de linguagem.
2) é demonstrativo. Ele parte de duas afirmações verdadeiras ("Todos os homens são mortais" e "Sócrates é homem") para chegar a uma conclusão verdadeira ("Sócrates é mortal"), que depende das primeiras;
3) é necessário: a conclusão resulta necessariamente da verdade do ponto de partida.

9. Quais as principais regras do silogismo verdadeiro?

A premissa maior deve conter o termo extremo maior e o termo médio; a premissa menor deve conter o termo extremo menor e o termo médio; a conclusão deve conter o maior e o menor e jamais deve conter o termo médio.

10. Por que o termo médio não deve aparecer na conclusão e por que nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas?

A conclusão não pode conter o termo médio porque a função deste se esgota na ligação entre o maior e o menor, que é a conclusão. Nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas porque, nesse caso, concluiremos mais do que seria permitido. Isso significa que uma das premissas sempre deverá ser universal (afirmativa ou negativa).

11. Por que o silogismo dialético é próprio da retórica?

Os silogismos dialéticos são aqueles cujas premissas se referem ao que é apenas possível ou provável, ao que pode ser de uma maneira ou de uma maneira contrária e oposta, ao que pode acontecer ou deixar de acontecer. Por comportar argumentações baseadas em opiniões sobre coisas ou fatos possíveis ou prováveis (que não são objetos da ciência), esse tipo de silogismo visa tocar as emoções e paixões dos ouvintes e não o raciocínio ou a inteligência deles, daí sua natureza retórica – isto é, ele é persuasivo, mas não necessariamente verdadeiro.

12. A que se refere o silogismo científico? De que forma ele se estrutura para que tenha valor?

Ele se refere ao que é universal e necessário: ele não admite premissas contraditórias, suas premissas são apodíticas e sua conclusão também é apodítica. O silogismo científico deve obedecer a quatro regras, sem as quais sua demonstração não tem valor: as premissas devem ser verdadeiras; as premissas devem ser primárias ou primeiras, isto é, indemonstráveis; as premissas devem ser mais inteligíveis do que a conclusão; as premissas devem ser causa da conclusão, isto é, devem estabelecer as coisas ou os fatos que causam a conclusão e que a explicam, de tal maneira que, ao conhecê-las, estamos obedecendo às causas da conclusão.

13. Diga se a proposição "A extensão do termo 'astro' é maior do que a do termo 'planeta Terra'." é verdadeira ou falsa, justificando sua resposta.

A proposição é verdadeira porque os termos gerais têm uma extensão maior do que os termos particulares.

14. A proposição "A compreensão do termo 'boi' é menor do que a do termo 'animal'." é verdadeira ou falsa? Explique.

A proposição é falsa porque a compreensão dos termos específicos precisa ser maior do que a dos termos gerais.

15. Diga se há ou não contradição entre as seguintes proposições e explique por quê.

a) Todos os seres humanos são racionais.
Pedro é irracional.

As proposições são contraditórias porque uma delas é universal afirmativa, mas a outra é a particular negativa, negando para um humano o predicado que foi universalmente afirmado de todos os humanos.

b) Todas as ciências desejam conhecer a verdade.
A biologia é o conhecimento verdadeiro dos fenômenos relacionados à vida.

As proposições não são contraditórias, pois a particular afirmativa afirma para uma ciência o mesmo predicado que a universal afirmativa afirma para todas as ciências.

Unidade V – O conhecimento

Capítulo 15 – A preocupação com o conhecimento

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *O advento do eu, no Ocidente, com características próximas de como o concebemos na atualidade, costuma ser datado do período final da Idade Média. A supremacia do indivíduo, do humano (antropocentrismo) em relação ao místico e ao religioso (teocentrismo) se acentuou com a Renascença (valorização do homem), o advento da Modernidade (pós-Revolução Francesa) e o crescimento dos grandes centros urbanos. Nesse período, conceitos como "liberdade" e "livre-arbítrio" passaram a ser a base do pensamento do homem como sujeito da história, senhor de seu destino e responsável por seus atos.*

No Brasil, antropólogos e sociólogos iniciaram, no século XX, pesquisas buscando definir um "eu brasileiro" (ou éthos *brasileiro). São consequência disso obras canônicas como* Raízes do Brasil, *de Sérgio Buarque de Hollanda* (Companhia das Letras, 1997), O povo brasileiro (Companhia das Letras, 1995), *de Darcy Ribeiro, e* Casa-grande & senzala (Global Editora, 2006), *de Gilberto Freyre. Professor, você pode sugerir aos alunos que selecionem trechos dessas obras ou de comentadores delas como ponto de partida para a análise de questões contemporâneas da sociedade brasileira.*

Outra fonte possível de material para problematizar essa questão é a produção artística nacional que se propôs como expressão da consciência psicológica (do eu*) brasileira. No Brasil independente, herdeiro das culturas influenciadas pelas ideias iluministas, essa busca por uma identidade própria que diferenciasse o país das influências portuguesa e francesa (num primeiro momento) começou no século XIX. Isso pode ser verificado nos romances, crônicas e contos de José de Alencar e de Manuel Antônio de Almeida (no caso deste, na percepção da "malandragem" como um elemento do caráter nacional – que seria revisitada depois nos romances de Lima Barreto e nos contos de João Antônio). No século XX, foram marcos dessa busca os manifestos da Semana de 1922 (em especial no romance* Macunaíma, *de Mário de Andrade, no* Manifesto antropófago *e em outros textos de Oswald de Andrade), e o movimento conhecido como Tropicalista, nos anos 1960, que em certo aspecto defendia uma cultura brasileira (a "geleia geral" brasileira) que levasse em conta o cenário mundial, amalgamando-se a ele.*

atividades

1. Caracterize brevemente as concepções de realidade de Heráclito, Parmênides e Demócrito, apontando as divergências e convergências existentes entre elas.

A realidade, para Heráclito, é a harmonia dos contrários, que não cessam de se transformar uns nos outros. Para Parmênides, ela é a permanência imutável do que é idêntico a si mesmo. Ambos divergem sobre o que é a realidade, mas concordam em considerar que nossa percepção é ilusória: para Heráclito, a permanência que experimentamos sensorialmente é ilusão, enquanto para Parmênides a ilusão é a mudança constante que experimentamos.

Para Demócrito, a realidade é constituída por átomos. Os seres surgem por sua composição, transformam-se por seus novos arranjos e desaparecem por sua separação. Os átomos têm formas e consistências diferentes e são invisíveis, e só os conhecemos pelo pensamento. Por isso, também há, para Demócrito, uma diferença entre o que conhecemos por meio de nossa percepção e o que conhecemos apenas pelo pensamento.

Diferentemente dos outros dois filósofos, Demócrito não considera a percepção ilusória. Ela é um efeito da realidade sobre nós. Por isso, o conhecimento sensorial também é verdadeiro, embora seja uma verdade menos profunda do que aquela que o pensamento alcança.

2. Como Sócrates se opunha aos sofistas em relação ao conhecimento da verdade? Você concorda com Sócrates, com os sofistas ou discorda de ambos? Justifique sua resposta.

Para os sofistas, a diversidade de concepções sobre a realidade mostra que não é possível conhecer o ser. Só há opiniões subjetivas e, por isso, a verdade é uma questão de persuasão. O instrumento da persuasão é a linguagem, e ela é mais importante que a percepção e o pensamento. Sócrates, ao contrário, afirma que a verdade pode ser conhecida e que, para isso, é preciso começar afastando as ilusões dos sentidos e das palavras ou das opiniões. Os sentidos nos dão somente as aparências das coisas; as palavras são meras opiniões sobre as coisas, que podem variar de pessoa para pessoa e até se contradizer. Para Sócrates, conhecer é começar a examinar as contradições das aparências e das opiniões para poder abandoná-las e passar da aparência à essência, da opinião ao conceito. Esse exame é o que Sócrates chama de *ironia*.

Professor: No restante da resposta, trata-se de verificar a capacidade do aluno em sustentar seu posicionamento.

3. Diferencie as posturas de Platão e de Aristóteles com relação à validade e à importância dos conhecimentos sensíveis e inteligíveis.

Para Platão, os conhecimentos sensíveis – a crença e a opinião – nos fornecem apenas a aparência das coisas, o que nos impede de chegar ao conhecimento verdadeiro. Por isso, os conhecimentos sensíveis devem ser afastados. Somente os conhecimentos inteligíveis – o raciocínio e a intuição intelectual – permitem chegar à verdadeira realidade.

Para Aristóteles, o conhecimento não se dá pelo abandono de um grau inferior pelo superior, como para Platão. Em vez de haver uma ruptura, o conhecimento é continuamente formado e enriquecido por acúmulo das informações trazidas por todos os sete graus do conhecimento: *sensação*, *percepção*, *imaginação*, *memória*, *linguagem* e *raciocínio* conhecem as causas da realidade ou do ser. O sétimo grau, a *intuição*, opera em separado, e conhece os princípios universais e necessários do pensamento.

4. Quais foram as contribuições do cristianismo à filosofia? Para você, fé e razão são compatíveis ou incompatíveis? Justifique sua resposta.

O cristianismo introduziu alguns elementos e problemas à filosofia: o rompimento da relação direta e harmoniosa entre o nosso intelecto e a verdade, resultado da ideia de pecado original; o problema de como nossa razão pervertida poderá conhecer a verdade divina; o problema de como nossa razão finita poderá conhecer a verdade infinita; a distinção entre verdades de razão (alcançáveis por nosso intelecto finito) e verdades de fé (só alcançáveis por meio de revelação); a necessidade de submissão, em caso de contradição, das verdades de razão às verdades de fé, uma vez que a razão humana finita está sujeita ao erro e ao falso; a ideia de que a verdade provém da inteligência divina, e o erro, da vontade humana.

Professor: na segunda parte da resposta, observe se o aluno foi capaz de justificar adequadamente sua posição.

5. Por que os modernos contestaram o poder das autoridades sobre a razão?

Porque a necessidade de autorização passou a sufocar toda possibilidade de investigação livre. A ideia de que a razão humana é pervertida pela vontade pecadora fechou o espaço de autonomia que a própria concepção medieval de verdades da razão ainda previa para o pensamento humano. Como consequência dessa ideia, toda nova conquista do pensamento passou a ter que passar pelo crivo de alguma autoridade. Por isso, os modernos separaram fé e razão, estabelecendo a distinção de seus campos de atuação, e pregaram a não subordinação da razão à fé. Além disso, sustentaram a ideia de que a razão e o pensamento são capazes de sobrepujar a vontade e, com isso, não serem desviados para o erro.

6. Por que a pergunta crucial para os modernos é "Como o conhecimento da verdade é possível"? Qual é a importância da crítica dos ídolos feita por Francis Bacon?

Os modernos inverteram a pergunta crucial dos gregos ("Como o erro é possível?") em decorrência de duas questões postas anteriormente pelo pensamento cristão: 1) o rompimento da relação direta e harmoniosa entre o nosso intelecto e a verdade; 2) e o problema, a isso ligado, de como nossa razão finita e pervertida pode conhecer a verdade infinita e divina.

A consideração cristã de que o intelecto humano é corrompido pelo pecado fez com que o recurso à autoridade sufocasse o pensamento autônomo. Isso evidenciou a necessidade de afastar da investigação tudo aquilo que impedisse o livre curso da razão – tema presente na filosofia desde Sócrates, e que é reatualizado na modernidade. A crítica dos ídolos de Bacon visa liberar a razão dessas obstruções, afastando opiniões e preconceitos provenientes de diversas fontes: dos nossos sentidos, da linguagem e do convívio social, da autoridade e da própria natureza humana. A demolição desses ídolos, pensava Bacon, seria uma reforma do intelecto, dos conhecimentos e da sociedade.

7. Qual é a função do método para Descartes? Como ele deve operar? O que é e para que serve a dúvida metódica?

O método em Descartes tem quatro objetivos: 1) prover a razão de procedimentos para controlar a si mesma no processo de conhecimento, sabendo que caminho percorrer; 2) afastar a prevenção e a precipitação, ou seja, os preconceitos e os juízos sem fundamentação; 3) permitir o aumento do conhecimento pela passagem gradativa do conhecido para o desconhecido; 4) oferecer meios para a aplicação dos conhecimentos. Para tanto, o método deve operar por meio de quatro grandes regras: 1) da evidência: só admitir conhecimentos sobre os quais não haja nenhuma dúvida; 2) da divisão: um problema complexo deve ser dividido em suas parcelas mais simples, a serem examinadas de acordo com a regra da evidência; 3) da ordem: os pensamentos devem se encadear dos mais simples aos mais complexos, dos mais fáceis aos mais difíceis; 4) da enumeração: a cada conhecimento novo obtido, fazer a revisão completa dos passos dados, dos resultados parciais e dos encadeamentos que permitiram chegar ao novo conhecimento.

Para cumprir a regra da evidência, Descartes adota a dúvida metódica. Como dúvida ativa e sistemática, ela é o ato de não aceitar nenhum pensamento ou ideia em que possa haver a menor dúvida. Nesse ato, o sujeito do conhecimento conhece e avalia as fontes e as causas, a forma e o conteúdo, a falsidade e a verdade de cada um de seus conhecimentos e encontra meios para livrar-se de tudo quanto seja duvidoso para o pensamento.

8. Como se dão a combinação e a associação na teoria do conhecimento de Locke? Como é o processo de *abstração* no conhecimento? Dê novos exemplos para ambas as respostas.

A associação e combinação se dão por semelhança e diferença, e operam com base nos dados que recebemos da experiência. Nos diversos graus em que o conhecimento se dá – na sensação, na percepção, na razão –, eliminamos as diferenças para ficar com as semelhanças e os traços comuns, formando ideias cada vez mais gerais. Esse é o processo de abstração. Pela abstração, somos capazes de separar qualidades, quantidades e propriedades que existem nas coisas percebidas e organizá-las em ideias gerais que não possuem objetos determinados. Por exemplo: recebemos sensorialmente uma série de impressões – cores, formas e sons. Ao associar entre si algumas dessas impressões e separá-las de outras que proviriam do restante do ambiente, percebemos corpos. Ao perceber que esses corpos se movem no espaço, observamos que alguns levam um tempo menor do que outros para percorrer um mesmo percurso. Ao separar desses corpos essa propriedade de se moverem por um percurso espacial em intervalos de tempo determinados, abstraímos a ideia de velocidade. Percebemos que essa velocidade pode ser maior ou menor. Com base nisso, podemos abstrair dela a qualidade de aumentar ou diminuir. Vemos que o próprio aumento ou diminuição pode se dar mais ou menos rapidamente. Disso, chegamos a uma ideia nova, a de aceleração.

9. Qual a diferença principal entre empirismo e racionalismo? Que relação podemos fazer entre racionalismo e inatismo?

Para o racionalismo, a razão, sem aporte da experiência, é fundamento e fonte do conhecimento verdadeiro. O valor e o sentido da experiência sensível, bem como seu uso na produção

de conhecimentos, dependem de princípios, regras e normas estabelecidos pela razão. Para o empirismo, o fundamento e a fonte de todo e qualquer conhecimento é a experiência sensível. Ela é responsável pela existência das ideias na razão e controla o trabalho da própria razão, pois o valor e o sentido da atividade racional dependem do que a experiência determina. O racionalismo é inatista por considerar que os princípios, regras e normas da razão não podem ter sido aprendidos por meio da experiência, mas têm que ser, desde sempre, próprios à nossa natureza racional.

10. Caracterize brevemente o conceito de consciência, diferenciando suas dimensões psicológica, ética e política. Dê exemplos dessas diferentes dimensões da consciência.

Consciência é capacidade humana para conhecer, para saber que conhece e para saber que sabe que conhece. A consciência é um conhecimento (das coisas e de si) e um conhecimento desse conhecimento (reflexão).

Em sua dimensão psicológica, a consciência é o sentimento da nossa própria identidade: o *eu*, centro de todos os nossos estados psíquicos e corporais.

Do ponto de vista ético e moral, a consciência é a capacidade livre e racional para escolher, deliberar e agir conforme valores, normas e regras que dizem respeito ao bem e ao mal, ao justo e ao injusto, à virtude e ao vício. É a *pessoa*, dotada de vontade livre e de responsabilidade.

Do ponto de vista político, a consciência é o *cidadão*, isto é, a consciência de si definida pela esfera pública dos direitos e deveres civis e sociais, das leis e do poder político.

Professor: o aluno pode desenvolver qualquer exemplo em que essas três dimensões sejam representadas.

Um exemplo possível: vivo na República romana, por volta de 50 a.C. Sou amigo do cônsul Júlio César e tenho por ele grande carinho e admiração. Aqui ajo em minha dimensão psicológica, como eu. Não posso aprovar, porém, seus planos de acabar com a República e centralizar todo o poder de Roma em suas mãos. Concordo que ele precisa ser anulado politicamente. Aqui, ajo como cidadão, como consciência política. César finalmente é apunhalado, sem chance de defesa, por iniciativa do Senado romano. Embora concordasse com o perigo que César representava para Roma, condeno veementemente a covardia do ato. Aqui ajo como pessoa, como consciência moral.

Capítulo 16 – Percepção, memória e imaginação

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *O objetivo desta atividade é tornar claro para o aluno que na percepção relacionam-se fatores externos e internos, ou seja, que embora explicações científicas para as percepções sejam possíveis e relevantes, elas não esgotam o assunto, pois é na junção entre objeto e observador que se dá a percepção. Na imagem, encontramos quatro formas de cores diferentes, postas sob a mesma luz e em superfície plana. Entretanto, a proximidade dessas cores nos leva a atribuir à imagem uma gradação de tons, bem como percepções de profundidade e de formação de halos em cores que, quando isoladas, são uniformes.*

Antes de realizar a atividade, verifique com o professor de Física se os alunos já estão familiarizados com o conteúdo de óptica. As teorias sobre cor elaboradas por Josef Albers durante sua prática, sistematizadas no livro A interação da cor *(editora WMF Martins Fontes, 2009), trazem outro ponto de vista sobre a percepção. Assim, aquilo que a física óptica e a biologia explicariam como o efeito da resposta das células cones e bastonetes dos olhos e do sistema nervoso ao comprimento das ondas, Albers explica com os conceitos de engano da cor e interação da cor. Já a teoria da* Gestalt *mostra a impossibilidade de ter sensações parciais diante da percepção global que nosso espírito apreende, enquanto a fenomenologia descarta que temos um feixe de sensações e percepções separadas, pois o que percebemos se relaciona com o sentido que damos.*

A atividade 2 oferece a ocasião para que os alunos compreendam que é possível e relevante fazer arte sem referência a objetos, mas a sensações, intuições, conceitos, etc. Embora não traga questões mais contemporâneas por ter sido escrito nos anos 1950, o livro A história da arte, *de Ernst Gombrich (editora LTC, 2000), oferece ainda uma boa introdução ao tema da arte abstrata. Seu comentário ao contexto da arte da primeira metade do século XX e à obra dos principais pintores não figurativos desse período, a começar por Wassily Kandinsky, é essencial. Também Giulio Argan, em seu* Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos *(editora Companhia das Letras, 2006), oferece uma boa introdução à arte não figurativa por meio de análises curtas de obras selecionadas pelo autor.*

Professor, a sua preparação para essa atividade e para uma ampliação dela em aula pode se beneficiar muito do livro Arte abstrata, *de Mel Gooding (editora Cosac Naify, 2004), e de livros dedicados exclusivamente a pintores ou escultores abstratos, como* Kandinsky, *de Hajo Duchting (editora Taschen/Paisagem, 2005),* Antônio Bandeira 1922-1967 *(vários autores, Edições Pinakotheke, 2006),* Mondrian, *de Susanne Deicher (editora Taschen do Brasil, 2001), e* Jackson Pollock, *de Leonhard Emmerling (editora Taschen do Brasil, 2008), entre outros.*

atividades

1. O que é a sensação? Qual a diferença entre as concepções empirista e intelectualista de sensação?

A sensação é o que nos dá as qualidades exteriores e interiores dos objetos e os efeitos internos dessas qualidades sobre nós. Nas sensações vemos, tocamos, sentimos, ouvimos qualidades puras e diretas das coisas: cores, odores, sabores, etc. Sentimos também qualidades internas, isto é, que se passam em nosso corpo ou em nossa mente pelo contato com as coisas sensíveis: prazer, desprazer, dor, agrado, desagrado.

Para os empiristas, a sensação depende das coisas exteriores. É um efeito passivo de uma atividade dos corpos exteriores so-

bre o nosso corpo. Cada sensação é independente das outras, cabendo à percepção unificá-las e organizá-las numa síntese. Para os intelectualistas, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento. Nesse caso, o sujeito é ativo e a coisa externa é passiva, ou seja, sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e de recompô-lo como um todo, dando-lhe organização e significação (a percepção).

2. Por que, antes da fenomenologia, se dizia que a percepção é a síntese de muitas sensações simultâneas?

A percepção é tomada como síntese de muitas sensações simultâneas quando se considera que a sensação é uma relação de causa e efeito entre pontos das coisas e pontos de nosso corpo. Nessa concepção, as coisas são como mosaicos de qualidades isoladas justapostas, e nosso aparelho sensorial, um mosaico de receptores isolados e justapostos. Daí a percepção ser considerada a atividade que "soma" ou "junta" as partes numa síntese, que é o objeto percebido. Essa concepção, compartilhada por empiristas e intelectualistas, não será adotada, porém, pela fenomenologia e pela *Gestalt*.

3. Por que a fenomenologia e a *Gestalt* discordam do empirismo e do intelectualismo sobre a cisão existente entre sensação e percepção? Ilustre sua explicação com um novo exemplo.

Porque, segundo a fenomenologia e a *Gestalt*, nunca temos sensações parciais, pontuais ou elementares, que depois o espírito juntaria e organizaria como percepção de um único objeto. Sentimos e percebemos *formas*, isto é, *totalidades estruturadas dotadas de sentido ou de significação*. É o que acontece quando temos ilusões de óptica com figura e fundo. Como a forma de uma figura sempre pressupõe que ela tenha um fundo, não captamos as duas figuras ao mesmo tempo, o que aconteceria se víssemos linhas e cores isoladas que depois fossem sintetizadas. Nós, na verdade, alternamos entre elas: ora uma é a figura e a outra é o fundo, ora é o contrário. Por isso, percepção e sensação nunca estão cindidas.

Professor: o aluno deverá escolher um exemplo por conta própria. Várias figuras do artista plástico Escher – como Circle Limit IV, *de 1960 – são úteis para realizar uma experiência de figura e fundo com a turma e mostrar que não temos sensações parciais, mas percepções globais de uma forma.*

4. Cite duas características do conceito de percepção e as ilustre com exemplos.

Professor: aqui o aluno poderá escolher entre as diversas características expostas e ilustrá-las com exemplos de sua escolha. Abaixo, dois exemplos:

- É sempre uma experiência dotada de significação e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências. Exemplo: numa mata onde um morador típico da cidade vê somente árvores de tamanhos mais ou menos diferentes, um morador típico de uma floresta enxerga matérias-primas, abrigos de animais, alimentos, remédios, venenos, animais camuflados entre as folhas, etc.
- É uma vivência corporal, de modo que a situação e as condições de nosso corpo são tão importantes quanto a situação e as condições dos objetos percebidos. Exemplo: numa febre alta, podemos ter a percepção de frio, embora o termômetro acuse uma temperatura alta no ambiente.

5. O que é a memória? Em sua resposta, ressalte a sua importância social e sua relação com o tempo. Depois, descreva um objeto ou fato com o qual você julga ter uma relação de memória.

A memória é a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi e, com isso, é nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo. Como consciência da diferença temporal – passado, presente e futuro –, a memória é uma forma de percepção interna chamada introspecção, cujo objeto é interior ao sujeito do conhecimento: as coisas passadas lembradas, o próprio passado do sujeito e o passado relatado ou registrado por outros em narrativas orais e escritas. Para alguns pensadores, ela é a garantia de nossa própria identidade, o modo de podermos dizer "eu", reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo o que somos e fazemos. Além disso, a memória tem uma dimensão coletiva ou social, como memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da história de uma sociedade.

Professor: o restante da resposta deve trazer uma experiência pessoal do aluno.

6. Antes das contribuições da fenomenologia, a filosofia via a imaginação de modo positivo ou negativo? Como essa corrente do pensamento mudou esse julgamento?

A imaginação possui dois sentidos: o criador e o reprodutor. A tradição filosófica sempre deu prioridade à imaginação reprodutora. Ela é aqui considerada um resíduo da percepção, uma percepção enfraquecida, seja como a imagem de algo presente atualmente, seja como algo na memória ou na fantasia (nesse caso, construída com elementos da memória). Tanto empiristas como intelectualistas viam a imaginação negativamente: ela tem papel acessório entre os empiristas e é perigosa fonte de ilusão para os intelectualistas.

A fenomenologia, porém, diferencia a percepção da imaginação e destaca o sentido criador dessa última, vendo-a positivamente. A percepção nos dá o que está presente, mas a imaginação nos dá o ausente. Eu imagino o que não está mais aqui ou imagino algo que não existe. Posso também, pela imaginação, desfazer uma percepção, imaginando que algo que tenho em mãos é outra coisa, dando-lhe um novo sentido, ou presentificando o ausente. Pela imaginação, abre-se para nós o tempo do que ainda não existe, o campo dos possíveis ou das coisas possíveis, isto é, do que poderia ou poderá vir a existir. Ela é uma força prospectiva: consegue inventar o futuro. A invenção de uma teoria ou de um objeto técnico dependem da imaginação.

7. Qual é a diferença e a semelhança entre as concepções de imaginação do empirismo e do intelectualismo? Em quais

aspectos a concepção fenomenológica é diferente daquelas duas concepções?

Os empiristas falam das imagens como reflexos mentais das percepções ou das impressões, cujos traços foram gravados no cérebro – a imaginação reprodutora é, portanto, uma percepção enfraquecida.

Os intelectualistas também consideram a imaginação uma forma enfraquecida da percepção. Porém, tomavam-na como uma fonte de enganos e erros, enquanto os empiristas julgavam que a associação das imagens a outras formaria as ideias no pensamento.

A perspectiva fenomenológica se diferencia de ambas por distinguir imaginação de percepção e de memória. Imaginar torna-se nossa forma de nos relacionar com o ausente e o inexistente.

Capítulo 17 – Linguagem e pensamento

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *A atividade busca despertar no aluno a curiosidade sobre quais expedientes cognitivos desenvolvidos pelo ser humano o aproximam e quais o diferenciam dos demais animais. Assim, se, por um lado, somos os únicos dotados de inteligência, por outro temos comportamentos que tendem ao automatismo e à repetição, os quais nos aproximam das demais espécies. Cabe aqui verificar a conexão do instinto com o inatismo e do hábito com o empirismo, o que pode ser facilitado pela compreensão das relações entre as condições e necessidades impostas pela biologia e pelo desenvolvimento das técnicas. Atendo-se a essa relação teórica, o aluno pode ficar à vontade para buscar os exemplos que mais lhe parecerem interessantes: desde uma descrição panorâmica do percurso humano rumo ao seu estágio atual, até um aspecto factual ou parcial dessa trajetória. Na primeira parte da resposta, é interessante que se note como o* Homo sapiens *e as espécies mais próximas a ele (já extintas) pôde desenvolver diferentes usos, hábitos e técnicas de acordo com o meio em que vivia. Essa capacidade de adaptação e de transformação da natureza, como será visto mais tarde, é elemento-chave na constituição do que se denomina* cultura*. Na segunda parte da resposta, vale verificar se os alunos percebem como, ao longo da vida adulta, o ser humano prossegue, pelo uso da inteligência, em seu aprimoramento e modificação de atitudes e aplicações da técnica.*

atividades

1. Qual é a importância da linguagem? Utilize as ideias filosóficas vistas neste capítulo para fundamentar sua resposta.

Para Aristóteles, a linguagem é que caracteriza o homem como um ser social e cívico, distinguindo-o dos outros animais. Para Rousseau, além dessa distinção, a importância da linguagem se deve à necessidade e ao desejo que o ser humano desenvolveu de se comunicar. Hjelmslev acrescenta ainda que "a linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos", não sendo apenas um simples acompanhamento do pensamento, "mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento". A linguagem é, assim, a forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes.

2. O que significa dizer que o mito manifesta a força realizadora da linguagem? Como se manifesta o poder encantatório da linguagem e do que ele decorre?

Dizer que o mito manifesta a força realizadora da linguagem significa que, por meio dos mitos (narrativas), os seres humanos organizam a realidade e a interpretam, fazendo com que as coisas sejam tais como são ditas ou pronunciadas.

O poder encantatório da linguagem se manifesta em sua capacidade para reunir o sagrado e o profano, trazer os deuses e as forças cósmicas para o meio do mundo e levar os humanos até o interior do sagrado. Eis por que, em quase todas as religiões, existem profetas e oráculos. Esse poder, que atribuímos à linguagem, decorre do fato de que as palavras são núcleos, sínteses ou feixes de significações, símbolos e valores que determinam o modo como interpretamos as forças divinas, naturais, sociais e políticas e suas relações conosco.

3. O que são palavras tabus? Ilustre sua resposta com alguns exemplos.

Um tabu é alguma coisa ou pessoa que não pode ser tocada, alguma palavra que não pode ser dita, algum gesto que não pode ser feito, pois a transgressão trará desgraças para o transgressor e, em certos casos, para o grupo inteiro. As palavras tabus existem nos contextos religiosos e sociais de várias sociedades, sob os efeitos da repressão dos costumes, sobretudo os que se referem a práticas sexuais. Por exemplo, em muitas sociedades não se pode pronunciar a palavra *demônio* ou diabo; em outras, é o nome de deus ou de deuses que não pode ser dito. Mas as palavras tabus também aparecem em contextos como as brincadeiras infantis, quando certas palavras são proibidas de serem ditas.

4. Como os intelectualistas refutaram as concepções de linguagem dos empiristas?

Embora aceitem que a possibilidade para falar, ouvir, escrever e ler esteja em nosso corpo (na anatomia e na fisiologia), os intelectualistas afirmam que a capacidade para a linguagem é um fato do pensamento ou de nossa consciência. Ela é um instrumento do pensamento para exprimir e transmitir conceitos, símbolos, ideias abstratas e valores, e não apenas um conjunto de imagens formadas por associação e repetição, como defendem os empiristas. Duas provas poderiam confirmar essa concepção da linguagem: o fato de que o pensamento procura e inventa palavras; e o fato de que podemos aprender outras línguas, porque o sentido de duas palavras diferentes em duas línguas diferentes é o mesmo, e tal sentido é a ideia formada pelo pensamento para representar ou indicar as coisas.

5. Quais são as quatro respostas dadas sobre a origem da linguagem? Escolha duas e explique-as com exemplos.

Quatro foram as principais respostas dadas sobre a origem da linguagem:

1. a linguagem nasce por imitação: os humanos imitam, pela voz, os sons da natureza. A origem da linguagem seria, portanto, a onomatopeia;
2. a linguagem nasce por imitação dos gestos, dotando-os de sentidos. Pouco a pouco o gesto passou a se acompanhar de sons, e estes foram se tornando palavras;
3. a linguagem nasce da necessidade: a fome, a sede, a necessidade de se reunir em grupo para se defender das intempéries, etc., levaram à criação de palavras. Gradativamente, esse vocabulário rudimentar tornou-se mais complexo e transformou-se numa língua;
4. a linguagem nasce das emoções, particularmente do grito (medo, surpresa ou alegria), do choro (dor, medo, compaixão) e do riso (prazer, bem-estar, felicidade).

Essas respostas não necessariamente se excluem. Ao contrário, muitos pesquisadores acreditam que elas sejam complementares.

6. De que modo a inteligência nos diferencia dos demais animais?

Como os animais, somos dotados de instinto e de hábito, que dão respostas automáticas e repetitivas aos problemas. Porém, os seres humanos são também dotados de inteligência, que difere do instinto e do hábito por sua capacidade de encontrar novos meios para um novo fim, ou de adaptar meios existentes para uma finalidade nova, pela possibilidade de enfrentar de maneira diferente situações novas e inventar novas soluções para elas, pela capacidade de escolher entre vários meios possíveis e entre vários fins possíveis. Nesse nível prático, a inteligência é capaz de dar uma função nova e um sentido novo a coisas já existentes, para que sirvam de meios a novos fins.

7. Dê outro exemplo que mostre a linguagem como um processo em formação.

Professor, a resposta aqui é pessoal. Verifique apenas se o exemplo dado corresponde à ideia de que o ser humano constrói a linguagem conforme o convívio e o crescimento.

8. Defina o que é *teoria*, dizendo de onde ela nasce e qual é sua utilidade para o conhecimento.

Teoria é explicação, descrição e interpretação geral das causas, formas, modalidades e relações de um campo de objetos, conhecidos graças a procedimentos específicos, próprios da natureza dos objetos investigados. A teoria pode ou não nascer de uma prática e pode ter ou não uma aplicação prática direta. A prática orienta o trabalho teórico e verifica suas conclusões, mas não determina sua verdade ou falsidade.

9. Quais as principais finalidades do método para o conhecimento? Por que se diz que ele tem um papel regulador?

As principais finalidades do método são: conduzir à descoberta de uma verdade até então desconhecida; permitir a demonstração e a prova de uma verdade já conhecida; permitir a verificação de conhecimentos para averiguar se são ou não verdadeiros. O método tem um papel regulador do pensamento porque é ele que guia o trabalho intelectual (produção das ideias, dos experimentos, das teorias) e avalia os resultados obtidos.

10. Explique e diferencie brevemente o uso do método nas ciências exatas, nas ciências naturais e nas ciências humanas.

As matemáticas lidam com objetos que existem apenas idealmente e que são construídos inteiramente pelo nosso pensamento. O método próprio para elas é o dedutivo ou axiomático, porque o conhecimento parte de um conjunto de axiomas indemonstráveis que baseiam a construção e demonstração dos objetos.

As ciências naturais observam seus objetos e realizam experimentos. O método próprio para elas é o indutivo, também chamado de experimental ou hipotético. Experimental porque se baseia em observações e experimentos; hipotético porque os cientistas partem de hipóteses sobre os objetos que guiam os experimentos e a avaliação dos resultados.

Já as ciências humanas têm como objeto o homem, um ser histórico-cultural que produz as instituições e o sentido delas. Tal sentido é o que precisa ser conhecido. O método adequado a elas é o compreensivo-interpretativo, porque seu objeto são as significações dos comportamentos, das práticas e das instituições produzidas pelos seres humanos.

11. Explique, dando um novo exemplo, de que forma o pensamento mítico persiste em nossa sociedade.

O pensamento mítico persiste em nossa sociedade por meio de reelaborações que a imaginação social faz do pensamento conceitual. Assim, o caráter mágico dado pelo senso comum à atividade médica e à ação dos medicamentos, dados como infalíveis mesmo quando os cientistas sabem que são suscetíveis à falha, ao erro ou ao desconhecido, são um exemplo dessa passagem da ciência ao mito.

Professor: os alunos poderão dar diversos outros exemplos de como se passa da ciência ao mito na sociedade contemporânea.

A linguagem informática

Embora haja indústrias produtoras de computadores na Europa e na Ásia, boa parte da tecnologia nessa área foi desenvolvida nos Estados Unidos. O uso e a posse do computador aparecem para as pessoas como sinal de *status* social, poder e prestígio. Por isso, empregar a linguagem técnica em língua inglesa também aparece como prova de participação num mundo técnico avançado e conhecido por poucos.

Disso resultam duas consequências principais: ou os que ignoram a língua inglesa ficam excluídos do uso do computador, que funciona, portanto, como um poder de exclusão cultural, ou os usuários se habituam a empregar palavras como *download*, *e-mail*, *delete*, *insert*, *homepage*, etc. sem ter a menor ideia do que significam. Em outras palavras, o usuário tende a não perceber o computador como uma mercadoria produzida e comercializada por grandes monopólios econômicos que dominam a com-

petição no mercado e impõem suas leis. Ao sentir-se excluído ou ao empregar uma linguagem cujo significado é desconhecido e da qual apenas alguns vocábulos são acessíveis e memorizados para fins operacionais, o usuário do computador tende não só a afirmar implicitamente o caráter misterioso do objeto empregado, como também a ignorar tanto a exclusão social de muitos como a dependência econômica e cultural que o objeto suscita.

Capítulo 18 – A consciência pode conhecer tudo?

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Não obstante a importância de respeitar a opinião do aluno, é imprescindível deixar claro que, num país em que a democracia é relativamente recente, a maioria das pessoas não se reconhece como criadora das instituições sociopolíticas. Basta ver a relação de algumas comunidades com os chamados "caciques" políticos ou "coronéis". A existência do clientelismo é a base dessa relação, na qual o político age como se fizesse um favor ao eleitor – quando, na verdade, a relação é inversa: o político é eleito para servir o seu eleitorado e não ganhar nada em troca, exceto sua confiança.*
A bibliografia a respeito dos partidos políticos no Brasil é enorme. No plano mais geral, a leitura de Introdução à história dos partidos políticos, *de Rodrigo Patto Sá Motta (editora da UFMG, 2008), e de* Partidos Políticos no Brasil (1945-2000), *de Ricardo Schmitt (Jorge Zahar Editor, 2000), pode ser útil por oferecer informações gerais e bibliografia mais específica para os partidos, sobretudo para os que já não existem mais.*
Alguns partidos em funcionamento mantêm órgãos para elaboração e discussão de ideias entre seus partidários, além de formação de novos quadros partidários e divulgação de suas ideias e programas políticos por meio de livros ou da internet. Você, professor, pode pesquisar previamente os sites *desses institutos e fundações e levar aos alunos para auxiliar na pesquisa deles, caso optem por tratar de partidos políticos da atualidade.*

atividades

1. Quais são as três feridas narcísicas? Por que elas receberam esse nome?

A primeira foi a que nos infligiu Copérnico, ao provar que a Terra não estava no centro do Universo e que os homens não eram o centro do mundo. A segunda foi causada por Darwin, ao provar que os homens descendem de um primata e que são apenas um elo na evolução das espécies, e não seres especiais, criados por Deus para dominar a natureza. A terceira foi causada por Freud com a psicanálise, ao mostrar que a consciência é a menor e a mais fraca parte de nossa vida psíquica.

O próprio Freud nomeou-as feridas narcísicas porque atingiram o nosso narcisismo, isto é, a bela imagem que possuíamos de nós mesmos como seres conscientes/racionais e com a qual, durante séculos, estivemos encantados.

2. O que Freud chamou de psicanálise?

Psicanálise é a análise da vida psíquica. Freud se recusa a considerar que a consciência é a essência da vida psíquica e, por isso, torna objeto central da psicanálise o estudo do inconsciente. A finalidade desse estudo era a cura das perturbações e doenças mentais, tendo por método a interpretação e como instrumento a linguagem.

3. Explique como Freud chegou ao conceito de inconsciente.

Freud estava insatisfeito com os resultados obtidos no tratamento de pacientes com questões psíquicas feito com técnicas de hipnose e sugestão. Então, passou a usar um novo procedimento terapêutico denominado "técnica de associação livre". A partir daí, observou em conversas com uma paciente que as reações apresentadas por ela (sonhos, lembranças, emoções, sentimentos, etc.) eram determinadas por uma vida inconsciente desconhecida. Foi então que ele compreendeu que somente interpretando as palavras, sonhos, lembranças e gestos da paciente é que chegaria a essa vida inconsciente.

4. O que é alienação religiosa? Qual é a função da alienação social dentro do que Marx chamou de ilusão social?

A alienação religiosa, para Feuerbach, é o estado no qual as pessoas se encontram quando não se reconhecem num outro ser que elas mesmas criaram. As pessoas projetam para fora de si um ser superior dotado das qualidades que julgam ser as melhores: inteligência, vontade livre, bondade, justiça, beleza. Porém, elas aparecem nesse ser supremo como superlativas: esse ser é onisciente e onipotente, sabe tudo, faz tudo, pode tudo. Pouco a pouco, os humanos se esquecem de que foram os criadores desse ser e passam a acreditar no inverso, ou seja, que foi ele quem os criou e os governa. Passam a adorá-lo, prestar-lhe culto, temê-lo.

Já o conceito de alienação social, formulado por Marx, consiste no desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos e que são produzidas pela ação humana também sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas. Ela é dupla: por um lado, as pessoas não se reconhecem como autoras da vida social, com suas instituições, mas, por outro lado, julgam-se plenamente livres, capazes de mudar a própria vida como e quando quiserem. No primeiro caso, não percebem que instituem a sociedade; no segundo, ignoram que a sociedade instituída determina seus pensamentos e ações. Essa alienação se exprime numa "teoria" do conhecimento espontânea, formando o senso comum, que é elaborado intelectualmente pela classe dominante da sociedade. O senso comum forma uma ilusão social que esconde que a sociedade é fundada numa divisão de classes e faz com que as desigualdades sociais apareçam como desigualdades naturais, de capacidade, força de vontade, etc.

5. Como Marx explica a origem das diferenças sociais com base na descrição da criação das instituições sociais e políticas fundadas na divisão das classes?

Estudando como as sociedades são produzidas historicamente pela práxis dos seres humanos, Marx observou que a sociedade nasce pela estruturação de um conjunto de divisões (trabalho, poder, riqueza, bens, etc.). Das primeiras divisões têm origem as primeiras instituições sociais (família e comércio), e com elas se originam também as primeiras diferenças sociais: algumas famílias, usando a força ou a astúcia, ficam mais ricas, pois conseguem trocar seus produtos por uma quantidade maior que a de outras. As muito pobres, tendo produzido muito pouco ou nada, veem-se obrigadas a trabalhar para as mais ricas em troca de produtos para a sobrevivência. Com base nessas primeiras modificações, originam-se novas instituições sociais (poder político, religião, guerra) que aprofundam ainda mais as diferenças sociais, de forma que apenas uma parte da sociedade acaba por deter poder, riqueza, bens, armas, ideias e saberes, terras, trabalhadores, poder político, enquanto a outra parte não possui nada disso, estando subjugada à primeira.

6. Por que a afirmação "os homens fazem a história, mas não sabem que a fazem" implica uma dupla alienação social?

Porque, por um lado, os seres humanos acreditam que fazem o que fazem e pensam o que pensam porque são indivíduos livres, autônomos e com poder para mudar o curso das coisas como e quando quiserem, apesar das instituições sociais e das condições históricas – ou seja, ignoram que a sociedade instituída determina seus pensamentos e ações. Por outro lado, e ao mesmo tempo, não se reconhecem como autores e agentes da vida social com suas instituições, ou seja, não percebem que instituem a sociedade.

7. O que significa modo de produção? Qual é a relação dos modos de produção com a história?

A variação das condições materiais de uma sociedade constitui a história dessa sociedade, e Marx as designou como *modos de produção*. Ele os define com base em três fatores principais: a *forma da propriedade* ou os *meios de produção*; a *divisão social das classes* e as *relações sociais de produção*. A história é a mudança, passagem ou transformação de um modo de produção para outro. Tal mudança não se realiza por acaso nem por vontade livre dos seres humanos, mas de acordo com as condições econômicas, sociais e culturais já estabelecidas, que podem ser alteradas graças à práxis humana.

8. O que é ideologia? Exemplifique como ela age.

A ideologia é uma pretensa "teoria" do conhecimento, espontânea, que forma o senso comum da sociedade. Sua função principal é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dando-lhes a aparência de *indivisão social* e de *diferenças naturais* entre os seres humanos. Por seu intermédio, são imaginadas explicações e justificativas para a realidade tal como é diretamente percebida e vivida. Um exemplo desse senso comum aparece no caso da "explicação" da pobreza, em que o pobre é pobre ou por sua própria culpa, ou por vontade divina, ou por inferioridade natural. Por meio da ideologia, o ponto de vista, as opiniões e as ideias de uma das classes sociais – a dominante e dirigente – tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.

9. Procure, na linha do tempo, outro filósofo que tenha vivido em uma época próxima à de Marx e que você já tenha estudado. Então, escreva um texto sobre como os conceitos marxistas vistos neste capítulo se opõem ou concordam com as ideias do filósofo escolhido.

Professor: nessa resposta, o aluno deverá atentar para os aspectos em que o pensamento de Marx se relaciona com a questão tema do capítulo: "A consciência pode conhecer tudo?". Caso decida escrever sobre pensadores que também atuaram em outras áreas das ciências humanas – como Auguste Comte, por exemplo –, o aluno pode recorrer ao que tiver estudado em disciplinas como a Sociologia.

Unidade VI – Metafísica

Capítulo 19 – A metafísica

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *A atividade pretende ampliar o significado da divisão entre essência e aparência, que marca a metafísica. A ultrapassagem da aparência em direção à essência por meio da dialética platônica exige paciência dos interlocutores do diálogo, um lento processo de depuração rumo à contemplação do ser eterno.*
De maneira análoga, no poema de Drummond, o amor só aprende "depois de arquivar toda ciência herdada" sendo, por isso, "privilégio de maduros". Se considerarmos o amor como uma forma de sabedoria, que exige paciência, pode-se afirmar que a sociedade contemporânea coloca vários entraves para o desenvolvimento dele. A avidez da busca pela novidade, a velocidade das mudanças, o excesso de informações (a respeito das quais não há tempo para refletir) e a concorrência desenfreada (porque considerada um dos motores do progresso) dificultam o desenvolvimento da paciência necessária para que se aprenda a desfrutar de cada poro. Também a ilusão de preenchimento proporcionada pela sociedade de consumo é óbice para o amor, pois este se vincula à falta. Nós amamos aquilo que não temos, e a sociedade de consumo promete nos oferecer, por meio do consumo, tudo aquilo de que precisamos.

atividades

1. O que significa metafísica? O que ela investiga?

Metafísica significa algo como "o que está além da física", ou "o que está acima da física". Aristóteles a chamou de Filosofia Primeira, o estudo do Ser enquanto Ser. Ela investiga os fundamentos, os princípios e as causas e o ser íntimo de todas as coisas, indagando por que existem e por que são o que são.

2. Quais são os períodos da metafísica? Caracterize-os brevemente.

São três:

1) o período que vai de Platão e Aristóteles (séculos IV e III a.C.) até David Hume (século XVIII d.C.): a metafísica é

um conhecimento puramente intelecutual (apriorístico) e sistemático da realidade em si – aquilo que é ou existe. Ela opera com a distinção fundamental entre ser e parecer, ou realidade e aparência;

2) o período que vai de Kant (século XVIII) até a fenomenologia de Husserl (século XX): nele, demonstra-se a incapacidade de se conhecer a realidade em si das coisas. A metafísica torna-se o conhecimento de nossa própria capacidade de conhecer;
3) a metafísica ou ontologia contemporânea, a partir dos anos 1920 do século XX: o objeto da metafísica passa a ser a relação originária mundo-homem. Ela investiga o sentido e estrutura dos seres, fornece uma descrição das estruturas do mundo e do nosso pensamento, investiga a relação entre existência e essência dos seres e o modo como aparecem para a nossa consciência.

3. Quais foram as mudanças que a metafísica sofreu com Hume e Kant?

A metafísica deixa de se perguntar sobre a realidade em si das coisas e torna-se o conhecimento de nossa própria capacidade de conhecer.

4. Quais são as perguntas filosóficas, uma feita antes do século XVII e outra, depois dele? Qual é o significado dessas duas perguntas?

A questão relacionada ao conhecimento verdadeiro que surge a partir do século XVII é: "Pode o nosso pensamento conhecer a realidade?". Ela substituiu outra, feita pelos gregos: "O que é a realidade que o nosso pensamento conhece?". Essa mudança significa que, a partir do século XVII, já não se pressupunha mais a existência da realidade exterior ao pensamento e, por isso, a investigação não poderia mais começar diretamente pela investigação do *objeto do conhecimento*.

5. Por que a palavra *metafísica* ficou consagrada para designar a Filosofia Primeira ou ontologia?

Inicialmente, a palavra *metafísica* foi empregada para referir-se ao lugar ocupado pelos tratados sobre a Filosofia Primeira , que era posterior ao dos tratados de física (a palavra *meta*, em grego, significa 'o que está além de, o que está acima de, o que vem depois'). Porém, ao definir a Filosofia Primeira, Aristóteles também afirmou que ela estuda os primeiros princípios e as causas primeiras de todos os seres ou de todas as essências, estudo que deve vir *antes* de todos os outros, porque é condição de todos eles. "Vir antes", para Aristóteles, significa "estar acima dos demais, estar além do que vem depois, ser superior ao que vem depois, ser a condição da existência e do conhecimento do que vem depois". Assim, *metafísica* significa o estudo de alguma coisa que está acima e além das coisas físicas ou naturais e que é a condição da existência delas. *Metafísica*, nesse caso, quer dizer "aquilo que é condição e fundamento de tudo o que existe e de tudo o que puder ser conhecido".

6. Resuma os principais traços do pensamento de Parmênides tomando como referência duas oposições: entre realidade e aparência e entre perceber e pensar.

Para Parmênides, o mundo percebido por nossos sentidos é ilusório, feito de aparências. Sendo o mundo percebido uma ordem regular e constante de surgimento, transformação e desaparecimento das coisas, nele se dá o *devir*, a passagem de uma coisa a um outro modo de existir, contrário ao que possuía. Parmênides afirma, porém, que: 1) o Ser não muda porque, se mudasse, deixaria de ser o Ser, tornando-se contrário a si mesmo, o Não-Ser; 2) o Ser é uno porque, se houvesse muitos seres, cada um teria que ser si mesmo e não ser outro, ou seja, ser e não ser ao mesmo tempo, o que é absurdo; 3) o Ser é eterno, porque, se tivesse surgido em um momento, antes dele teria de ter havido o Não-Ser (o que é absurdo) ou outro Ser (o que não pode se dar, porque o Ser é uno). O mesmo vale para ele não poder ter um fim. Parmênides mostrou, então, que o pensamento verdadeiro não admite a multiplicidade ou pluralidade de seres e que o Ser é uno e único. Ele afirma, então, a diferença entre *pensar* e *perceber*. Percebemos a natureza na multiplicidade e na mutabilidade das coisas que se transformam umas nas outras. Mas pensamos o Ser, isto é, a identidade, a unidade, a imutabilidade e a eternidade daquilo que é em si mesmo. Perceber é ver aparências. Pensar é contemplar a realidade como idêntica a si mesma – o Ser.

7. Explique a divisão platônica entre mundo sensível e mundo inteligível.

Trata-se de uma tentativa de conciliação entre as concepções antagônicas de Parmênides e Heráclito. O mundo sensível baseia-se na concepção de Heráclito do devir, dos contrários, da mudança, da aparência; o mundo inteligível baseia-se na concepção de Parmênides da identidade, da permanência, da verdade, conhecido pelo intelecto puro, sem qualquer interferência dos sentidos e das opiniões. O primeiro é o mundo das coisas. O segundo, o mundo das ideias, das essências verdadeiras. O mundo das ideias é o mundo do Ser; o mundo sensível das aparências é o mundo do não Ser. O mundo sensível é uma sombra, uma cópia deformada ou imperfeita do mundo inteligível das ideias ou essências.

8. Qual a principal diferença entre o pensamento de Platão e o de Parmênides?

Platão e Parmênides divergem em suas concepções sobre o Não-Ser/aparência e sobre a unidade ou multiplicidade do Ser.

Para Parmênides, o mundo sensível das aparências é o Não-Ser em sentido forte: ele não tem realidade nenhuma, é o nada. Para Platão, porém, o Não-Ser não é o puro nada. Ele é alguma coisa, é aquilo que é inferior ao Ser, o que nos engana e nos ilude, a causa dos erros. É um *falso ser*, uma sombra do Ser verdadeiro.

Além disso, para Parmênides o Ser é uno. Mas, para Platão, existem múltiplos seres, as *ideias* ou *formas inteligíveis*, totalmente imateriais, imutáveis, unas e eternas, que constituem o mundo verdadeiro: o mundo inteligível.

9. Quais as três atitudes com as quais Platão resolveu o impasse filosófico deixado por Parmênides, que reduzira a filosofia à afirmação "o Ser é" e à negação "o Não-Ser não é"?

A primeira atitude é a distinção de três sentidos para a palavra *ser*: o sentido de substantivo, isto é, de realidade existente; o sentido verbal forte, em que *é* significa 'existe' e *ser* quer dizer 'existência'; e o sentido verbal mais fraco, em que o verbo *ser* é o verbo de ligação, isto é, o verbo que permite ligar sujeito e predicado.

A segunda atitude é admitir que existem múltiplos seres e não um só, mas que cada um deles possui os atributos do Ser de Parmênides (identidade, unidade, eternidade, imutabilidade). Esses seres são as ideias ou formas inteligíveis, totalmente imateriais, que constituem o mundo inteligível.

A terceira atitude é admitir que cada ideia é um sujeito real que possui um conjunto de predicados reais ou de propriedades essenciais e que a fazem ser o que ela é em si mesma. Uma ideia é (existe) e uma ideia é uma essência ou conjunto de qualidades essenciais que a fazem ser o que ela é. Por exemplo, a justiça é (há a ideia de justiça) e há seres que são justos (possuem o predicado da justiça como parte de sua essência).

10. Que são as ideias ou formas inteligíveis? Quais as suas principais características ou qualidades?

As ideias ou formas inteligíveis são seres perfeitos e, por sua perfeição, tornam-se paradigmas inteligíveis perfeitos que as coisas sensíveis materiais tentam imitar imperfeitamente. Além de seres perfeitos e paradigmáticos, de acordo com Platão, as ideias inteligíveis possuem as seguintes características: elas são o Ser (*tó on*), são imateriais, constituem o mundo verdadeiro e têm, cada uma, os atributos do Ser de Parmênides (identidade, unidade, eternidade, imutabilidade).

11. Explique como e por que, para Platão, cabe à filosofia passar da aparência sensível à essência inteligível das coisas, da opinião à ideia. Ilustre sua resposta com um novo exemplo.

Para Platão, as ideias ou formas inteligíveis (ou essências inteligíveis) são seres perfeitos e, por isso, tornam-se *modelos inteligíveis* ou *paradigmas inteligíveis* perfeitos que as coisas sensíveis materiais tentam imitar imperfeitamente. O sensível é, pois, uma imitação imperfeita do inteligível: as coisas sensíveis são *imagens* das ideias, são Não-Seres tentando inutilmente imitar a perfeição dos seres inteligíveis. Cabe à filosofia passar das cópias imperfeitas aos modelos perfeitos, abandonando as *imagens* pelas *essências*, as *opiniões* pelas *ideias*, as *aparências* pelas *essências*. O pensamento, empregando a dialética, deve passar da instabilidade contraditória das coisas sensíveis à identidade racional das coisas inteligíveis. Um exemplo que ilustra esse caminho de forma alegórica é o Mito da Caverna, que Platão traz no diálogo *A República*.

Capítulo 20 – A metafísica de Aristóteles

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *A primeira atividade demanda resposta pessoal do aluno, baseada nos aspectos da metafísica estudados no capítulo. Deve-se verificar apenas se os conceitos aristotélicos foram empregados de maneira correta.*

A segunda atividade deve funcionar como uma espécie de tradução da linguagem explicada nos livros de biologia para a linguagem aristotélica. As tonalidades amarelas, alaranjadas e marrom já estão em potência nas folhas, mas não aparecem à nossa visão enquanto a clorofila (pigmento verde) é produzida. Nas árvores e plantas dos climas temperados, a insolação diminui entre o outono e o inverno e os dias se tornam mais curtos. Assim, as plantas reduzem sua produção de alimento (a fotossíntese), sobrevivendo daquilo que acumularam, e, portanto, deixam de produzir a clorofila. É dessa forma que as folhas verdes se atualizam em amarelas em situações de sanidade da planta.

atividades

1. Quais são os motivos pelos quais se atribui a Aristóteles o nascimento da metafísica?

Além de ter formulado a ideia de uma ciência ou disciplina que tem como finalidade própria o estudo do Ser, três outros motivos levam a atribuir a Aristóteles o início da metafísica: 1) em lugar de afastar a multiplicidade e o devir como ilusões ou sombras do verdadeiro Ser, Aristóteles afirma que o ser da natureza existe, é real, que seu modo próprio de existir é a mudança e que esta não é uma contradição impensável; 2) Aristóteles considera que a essência verdadeira das coisas naturais e dos seres humanos e de suas ações não está no mundo inteligível, mas nas próprias coisas, homens e ações, e é tarefa da filosofia conhecê-las onde existem e acontecem; 3) ao se dedicar à metafísica, a filosofia descobre que há diferentes tipos de seres ou entes que se diferenciam justamente por suas essências, sendo a mudança o critério dessa diferenciação.

2. Quais são os principais sentidos da palavra grega *kinésis*?

Kinésis (movimento) não significa simplesmente mudança de lugar ou locomoção. Significa toda e qualquer mudança experimentada por um ser: mudança qualitativa, alteração quantitativa, mudança de lugar ou locomoção, alteração em que um ser passe da atividade à passividade ou passe da passividade à atividade; significa também toda geração ou nascimento e toda corrupção ou morte dos seres.

3. O que pensa Aristóteles a respeito da mudança ou movimento? Por que sua posição se distingue da posição de Parmênides e de Platão?

O critério de Parmênides e de Platão para distinguir realidade verdadeira e aparência é a ausência ou a presença de mudança. Parmênides afirmava que o Ser não muda porque não tem como nem por que mudar e não tem no que mudar, pois, se mudasse, deixaria de ser o Ser, tornando-se contrário a si mesmo, o Não-Ser, o nada. Já para Platão, o Não-Ser não é o puro nada; ele é o outro do Ser, é um *falso ser*, uma sombra do Ser verdadeiro. Ambos excluíram o movimento da essência do Ser.

Contrariamente a ambos, Aristóteles nega que movimento e Não-Ser ou irrealidade sejam a mesma coisa. Para ele, a mudança ou o devir são a maneira pela qual a natureza, a

seu modo, se aperfeiçoa e busca imitar a perfeição do imutável divino, diferenciando os seres conforme estejam ou não em movimento.

4. Quais são os três estudos que cabem à metafísica?

O estudo do Ser divino (o Primeiro Motor Imóvel), a realidade primeira e suprema cuja perfeição imutável todo o restante procura imitar; o estudo dos primeiros princípios e causas primeiras de todos os seres ou essências existentes; o estudo das propriedades ou atributos gerais de todos os seres, sejam eles quais forem, graças aos quais podemos determinar a essência particular de um ser particular existente.

5. Explique o que são e quais são os primeiros princípios e as causas primeiras.

Os primeiros princípios são os três princípios estudados na lógica: identidade, não contradição e terceiro excluído. Os princípios lógicos são ontológicos porque definem as condições sem as quais um Ser não pode existir nem ser pensado; os primeiros princípios garantem, simultaneamente, a realidade e a racionalidade das coisas.

As causas primeiras são aquelas que explicam o que a essência é e também a origem e o motivo de sua existência. As causas primeiras nos dizem o que é, como é, por que é e para que é uma coisa. São quatro as causas primeiras: causa material, causa formal, causa eficiente ou motriz e causa final.

6. O que são matéria e forma? Como elas se relacionam com potência e ato? Ilustre sua resposta com um exemplo.

Matéria é o elemento de que são feitas todas as coisas da natureza; sua principal característica é possuir virtualidades ou conter em si mesma possibilidades de transformação, isto é, mudança. *Forma* é o que individualiza e determina uma matéria, fazendo existir as coisas ou os seres particulares; sua principal característica é ser aquilo que uma essência é. Potência e matéria são idênticas, pois a *potência* é a virtualidade que está contida numa matéria e pode vir a existir, se for atualizada por alguma causa. Por exemplo, a criança é um adulto em potência ou um adulto potencial. Do mesmo modo, forma e ato são idênticos, pois o *ato* é a atualização de uma matéria por uma forma e numa forma; o ato é a forma que atualizou uma potência contida na matéria. Por exemplo, a árvore é o *ato* da semente. A matéria ou potência é uma realidade passiva que precisa do ato e da forma, isto é, da atividade que cria os seres determinados.

7. O que são essência e acidente de uma substância?

Essência é a unidade interna e indissolúvel entre uma matéria e uma forma, unidade que lhe dá um conjunto de propriedades ou atributos que a fazem ser necessariamente aquilo que ela é. *Acidente* é uma propriedade ou atributo que uma essência pode ter ou deixar de ter sem perder seu ser próprio. Por exemplo, um ser humano é racional ou mortal por essência, mas é baixo ou alto, gordo ou magro, negro ou branco, por acidente. Assim, podemos concluir que a essência é algo imprescindível para a diferenciação de um ser, enquanto o acidente nunca afeta o ser da essência. A essência é o universal; o acidente é o particular.

8. O que são predicados ou categorias, segundo Aristóteles? Dê alguns exemplos.

Os *predicados* ou *categorias* são atributos que se referem à estrutura e ao modo de ser da substância ou da essência (quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posse, ação, paixão). Podem ser de dois tipos: acidentais, isto é, algo que um ser possui por acaso ou que lhe acontece por acaso, sem afetar sua natureza; ou essenciais, isto é, necessários e indispensáveis à natureza própria de um ser. Dessa forma, pode-se dizer que Sócrates era um ser humano (substância), que media 1,50 m (quantidade), que era talentoso (qualidade), que era mais velho que Platão (relação), que vivia em Atenas (lugar), viveu no século V a.C. (tempo), que foi morto por envenenamento (passividade), etc.

Capítulo 21 – As aventuras da metafísica

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Espera-se que o aluno expresse o seu entendimento de termos recorrentes na filosofia, como causalidade, necessidade e sua relação com o conceito de liberdade. O tema será tratado com maior profundidade no Capítulo 28 do livro. Aqui, pode-se conduzir uma discussão para as questões da liberdade para se cometer um crime, ou da difícil relação entre liberdade e os desejos manipulados pela propaganda e publicidade, pela ideologia e pelos meios de comunicação de massa.*
Os textos literários de Jean-Paul Sartre, como A náusea *(editora Nova Fronteira, 2006) ou* Os caminhos da liberdade *(editora Nova Fronteira, 2005), podem ser usados para aprofundar as discussões.*

atividades

1. Por que o cristianismo foi levado a formular uma metafísica?

No cristianismo existe a ideia de evangelização, isto é, de espalhar a “boa-nova” para o mundo inteiro, a fim de converter os não cristãos e tornar-se uma religião universal. Para converter os pensadores gregos e romanos que haviam sido formados em religiões diferentes da judaica e educados na tradição racionalista da filosofia, os primeiros padres da Igreja ou intelectuais cristãos adaptaram as ideias filosóficas à religião cristã, criando uma filosofia cristã. Foi, portanto, o desejo de converter os intelectuais gregos e os chefes e imperadores romanos (isto é, aqueles que estavam acostumados à filosofia) que levou os cristãos para a metafísica.

2. Quais foram as influências do neoplatonismo, do estoicismo e do gnosticismo sobre o cristianismo?

Dentre as concepções neoplatônicas que influenciaram o cristianismo destacam-se: 1) a separação entre o mundo material e uma realidade incorporal; 2) a primeira emanação neoplatônica (Ser, Inteligência, Alma do Mundo) do Deus-Uno, que foi transformada na ideia da Trindade divina (Pai, Filho e Espírito Santo); 3) a afirmação de que o mundo sensível ou material

é formado a partir de uma realidade superior a ele: no caso do neoplatonismo, é uma emanação de Deus, e no cristianismo, o mundo sensível é uma criação de Deus; 4) a busca pela purificação da matéria do corpo e pelo êxtase místico: no neoplatonismo, ela se dá por meio do desenvolvimento do intelecto. No cristianismo, o conhecimento intelectual não é suficiente: é necessária a *graça santificante*, que o crente recebe por um mistério divino.

Das concepções estoicas, duas influenciaram o cristianismo: a de que existe uma Providência divina racional que governa todas as coisas e o homem, e a de que a perfeição humana depende de abandonar todos os apetites, impulsos e desejos corporais ou carnais, entregando-se à Providência pela aceitação da fé em Cristo e da graça santificante, diferentemente da ação deliberada da vontade guiada pela razão, como pensavam os estoicos.

Do gnosticismo, o cristianismo conservou duas ideias: a de que o Mal existe realmente (é o demônio) e a de que a matéria ou a carne é o centro onde o demônio, isto é, o Mal, age sobre o mundo e sobre o homem.

3. Apresente e justifique duas diferenças entre o pensamento grego e o pensamento cristão.

Professor, os alunos poderão apresentar duas entre as seguintes respostas:

- Para os gregos, o mundo (sensível e inteligível) é eterno; para os cristãos, o mundo foi criado por Deus a partir do nada e terminará no dia do Juízo Final. A metafísica cristã precisou fazer essa alteração na antiga concepção grega para entrar em harmonia com a ideia bíblica de um Deus criador do mundo e de todas as coisas.
- Para os gregos, a divindade é uma força cósmica racional e impessoal; para os cristãos, Deus é pessoal, é a unidade de três pessoas, superior ao homem pela onisciência e onipotência. A ideia da Trindade é central na fé cristã, por isso a necessidade de alterar a concepção grega de uma divindade impessoal.
- Para os gregos, o homem é um ser natural, dotado de corpo e alma; para os cristãos, o homem é um ser misto, natural por seu corpo, mas sobrenatural por sua alma imortal.
- Para os gregos, a liberdade, por meio da razão, guia a vontade humana para a escolha do Bem; para os cristãos, a liberdade é a capacidade de escolha entre o Bem e o Mal. Essa concepção deriva da ideia de pecado original.
- Para os gregos, o conhecimento é uma atividade do intelecto; para os cristãos, a razão humana é limitada e imperfeita, incapaz de, por si mesma e sozinha, alcançar a verdade. Com isso, a metafísica cristã entra em consonância com a ideia do Deus uno, onipotente e onisciente.

4. Por que a diferença entre verdades de razão e verdades de fé é o principal problema para a elaboração de uma filosofia cristã?

Porque caberia à filosofia cristã encontrar um meio para reunir novamente aquilo que, ao nascer, a filosofia havia separado: razão e mito.

5. Por que os cristãos não podiam manter a distinção platônica entre o sensível e o inteligível?

Para os cristãos, este mundo e tudo o que nele existe é obra de Deus, é criação de Deus, e não mera aparência, sombra ou cópia imperfeita, como Platão dizia ser o mundo sensível. Dessa forma, era impossível para os cristãos manter a distinção platônica entre o Não-Ser e o Ser.

6. Explique, em suas palavras, por que os modernos consideravam fé e razão incompatíveis.

Para os modernos, filosofia e religião têm caminhos próprios. Para a filosofia, doravante, um ente só é considerado real se a razão humana puder conhecê-lo, isto é, se puder ser objeto de uma ideia verdadeira estabelecida rigorosa e metodicamente pelo intelecto humano.

7. Quais são as redefinições modernas dos conceitos de Ser (ou substância) e de causalidade?

Os modernos conservam a definição tradicional da substância como o ser que existe em si e por si mesmo, que subsiste em si e por si mesmo. Porém, em lugar de considerar que a substância se define por gênero e espécie, havendo tantos tipos de substâncias quantos gêneros e espécies houver, passa-se a definir a substância levando em consideração seus predicados essenciais ou seus atributos essenciais, sem os quais uma substância não é o que ela é.

Quanto à causalidade, os modernos consideram que causa é aquilo que produz um efeito determinado. Por isso, diferentemente da metafísica aristotélica, admitem apenas dois tipos de causas: a eficiente e a final. A causa eficiente é aquela na qual uma ação anterior determina como consequência necessária a produção de um efeito; tem alcance universal na natureza. Causa final é aquela que determina, para os seres pensantes, a escolha de realizar ou não uma ação; portanto, só opera na ação de Deus e nas ações dos homens.

8. O que a metafísica moderna estuda? Quais são suas três ideias centrais?

A metafísica moderna estuda a essência do ser infinito (Deus), a essência do ser pensante ou do pensamento (a consciência), a essência do ser extenso ou da extensão (a natureza) e a essência de um ser composto de pensamento e extensão, isto é, o homem. Apenas três ideias operam na metafísica: a ideia do ser infinito como causa eficiente da natureza e do homem; a ideia do ser pensante finito como causa eficiente dos pensamentos, conceitos e ações humanas; a ideia do ser extenso ou natureza como causa eficiente que, pelas relações de movimento e repouso, produz todos os corpos. Deus, homem e natureza são os objetos da metafísica.

9. Como e por que David Hume critica os dois grandes pressupostos da metafísica?

A metafísica baseava-se nos pressupostos de que a realidade em si existe e pode ser conhecida e de que as ideias ou conceitos são um conhecimento verdadeiro da realidade, porque a verdade é a correspondência entre as coisas e os pensamentos, ou entre a realidade e o intelecto. Hume critica essa concepção

porque, para ele, o sujeito do conhecimento associa sensações, percepções e impressões recebidas pelos órgãos dos sentidos e retidas na memória. Dessa maneira, de acordo com Hume, todos os conceitos da metafísica não correspondem a seres reais existentes independentes do sujeito do conhecimento, mas são apenas nomes gerais com que o sujeito nomeia e indica seus próprios hábitos associativos.

10. Por que Kant afirma que só há ciência ou saber verdadeiro se forem possíveis juízos sintéticos *a priori*?

De acordo com Kant, os juízos sintéticos são fonte de conhecimento por acrescentarem novos dados que não estavam pensados no conceito do sujeito. Entretanto, os juízos sintéticos *a posteriori* baseiam-se nos dados da experiência individual e, portanto, não são universais e necessários, o que reduz o seu valor teórico. Por esse motivo, para que haja ciência, é preciso que haja juízos sintéticos *a priori*, ou seja, que não dependem da experiência individual, mas do trabalho dos conceitos *a priori* do entendimento sobre as formas *a priori* da sensibilidade. Estas, em vez de nos oferecerem experiências particulares, nos fornecem a forma *a priori* de todas as experiências possíveis, e, com isso, nos dão acesso a juízos universais e necessários.

11. Como Kant explica a impossibilidade de se conhecer o nômeno, objeto central da metafísica tradicional? O que ele propõe que a metafísica estude em seu lugar?

Kant distinguiu duas modalidades de realidade: a realidade que se oferece a nós na experiência (fenômeno) e a realidade que não se oferece à experiência (nômeno). O fenômeno é a coisa para nós ou o objeto do conhecimento propriamente dito: é o objeto como sujeito do juízo. O nômeno é a coisa em si ou o objeto da metafísica, isto é, o que é dado para um pensamento puro, sem relação com a experiência. Ora, só há conhecimento universal e necessário daquilo que é organizado pelo sujeito do conhecimento nas formas do espaço e do tempo e de acordo com os conceitos do entendimento. Se o nômeno é aquilo que nunca se apresenta à sensibilidade nem ao entendimento, mas é afirmado pelo pensamento puro, não pode ser conhecido. E se o nômeno é o objeto da metafísica, esta não é um conhecimento possível. A metafísica possível é aquela que tem como objeto o estudo das condições de possibilidade de todo conhecimento e de toda experiência humana. A metafísica estuda, portanto, as condições universais e necessárias da objetividade em geral, e não o "Ser enquanto Ser", nem Deus, alma e mundo, nem substância infinita, pensante e extensa.

Capítulo 22 – A ontologia contemporânea

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Espera-se que o aluno expresse a compreensão da noção de sentido trazida pela nova ontologia, em especial no que se refere aos fenômenos, ao sujeito do conhecimento e à consciência. Para tanto, ele deverá recorrer ao conhecimento de alguns aspectos estudados neste capítulo, no anterior e no Capítulo 8.*

É interessante apresentar à turma, antes da atividade, quem foi Jorge Luis Borges, trazendo aspectos de sua biografia e de como sua relação com os livros – que data das longas horas passadas na biblioteca paterna durante a infância – influenciou sua obra.

atividades

1. Explique o que é o idealismo inaugurado por Kant e como se diferencia do realismo.

Para Kant, o conhecimento não vem das coisas para a consciência (realismo), mas vem das ideias da consciência para as coisas (idealismo). Nunca saberemos o que é e como é a realidade em si mesma, separada e independente de nós. Conhecemos apenas a realidade como fenômeno, isto é, organizada pelo sujeito do conhecimento segundo as formas do espaço e do tempo e segundo os conceitos do entendimento. A realidade conhecível e conhecida é aquela posta pela objetividade estabelecida pela razão. Essa diferenciação em relação ao realismo baseia-se em duas inovações: a transformação da própria teoria do conhecimento em metafísica, como investigação das condições gerais do conhecimento universal e necessário dos fenômenos; e no fato de que o sujeito do conhecimento não é, como pensara Hume, o sujeito psicológico individual, mas uma estrutura universal, idêntica para todos os seres humanos em todos os tempos e lugares.

2. Por que Husserl mostrou que a psicologia não poderia substituir a lógica e a teoria do conhecimento? Qual a diferença entre a filosofia e a psicologia?

Para Husserl, a psicologia estuda e explica fatos observáveis, mas não pode oferecer os fundamentos de tais estudos e explicações, pois os fundamentos, como o nome indica, não são fatos observáveis. Nisso consiste a diferença entre a filosofia e a psicologia: esta *explica fatos* e aquela *descreve essências* da vida psíquica. Por exemplo, enquanto um psicólogo parte da pergunta: "Como acontece uma percepção?", um filósofo começa perguntando: "O que é a percepção?".

3. O que a fenomenologia entende por intencionalidade da consciência?

A consciência é uma pura atividade, o ato de constituir essências ou significações, dando sentido ao mundo das coisas. Toda consciência é sempre *consciência de*. A essência da consciência é a intencionalidade, ou seja, o ato de visar as coisas como significações.

4. Qual a crítica de Husserl à concepção kantiana de fenômeno? E à concepção hegeliana?

Husserl diz que Kant equivocou-se ao distinguir fenômeno e nômeno, pois, com essa distinção, manteve a velha ideia metafísica da realidade em si ou do "Ser enquanto Ser", mesmo que dissesse que não a podíamos conhecer. Contrariamente, Husserl afirma que não há nômeno, não há a "coisa em si" incognoscível. Tudo o que existe é fenômeno e só existem fenômenos.

Sobre Hegel, Husserl afirma que ele aboliu a diferença entre a consciência e o mundo, porque dissera que este nada mais é

do que o modo como a consciência se torna as próprias coisas, torna-se mundo ela mesma, tudo sendo fenômeno: fenômeno interior (a consciência) e fenômeno exterior (o mundo como manifestação da consciência nas coisas). Contrariamente, Husserl afirma que a essência da consciência é diferente das essências dos fenômenos, pois doa sentido às coisas e estas são receptoras de sentido. A consciência não se encarna nas coisas, não se torna as próprias coisas, mas apenas dá significação a elas.

5. O que Husserl entende por fenômeno? Em que aspectos ele alargou o campo dos fenômenos em relação às concepções de Kant e Hegel?

Para Husserl, tudo o que existe é fenômeno. Fenômeno é a presença real de coisas reais diante da consciência; é aquilo que se apresenta diretamente, "em pessoa", "em carne e osso" à consciência, que doa sentido às coisas permanecendo diferente delas, ao contrário do que dizia Hegel. Em uma palavra, fenômeno é a *essência*.

Husserl amplia o campo dos fenômenos ao considerar que estes não são apenas as coisas materiais que percebemos, imaginamos ou lembramos cotidianamente. Fenômenos são também coisas puramente ideais ou idealidades (coisas que existem apenas no pensamento, tais como números, conceitos como igualdade, etc.) e também as coisas culturais, isto é, as coisas criadas pela ação e pela prática humanas (técnicas, artes, instituições, valores, etc.).

6. O que Husserl entende por "regiões do ser"? Como a filosofia deveria organizar as essências com base nessas regiões? Explique e exemplifique.

Trata-se da distinção entre os diferentes tipos de essências ou fenômenos considerando cada um deles como manifestação de um tipo de realidade diferente. Por exemplo: região da consciência, região da natureza, região da arte, etc. Husserl propôs que a filosofia investigasse as essências próprias desses seres ou desses entes, criando *ontologias regionais*. Assim, a filosofia se dedicaria ao estudo do ser diferenciado em entes dotados de essências próprias e irredutíveis uns aos outros.

Professor: são muitos os exemplos que os alunos podem dar. Verifique, portanto, se o exemplo está de acordo com os conceitos. Na resposta, é possível aceitar, também, a proposta de Heidegger, exposta no capítulo:

Heidegger propõe a distinção em cinco grandes estruturas ônticas: 1) os entes materiais ou naturais que chamamos *coisas reais* (frutas, árvores, pedras, etc.); 2) os entes materiais artificiais que também chamamos *coisas reais* (casa, mesas, cadeiras, etc.); 3) os entes ideais, isto é, aqueles que são ideias concebidas pelo pensamento lógico, matemático, científico, filosófico, aos quais damos o nome de *idealidades* (igualdade, diferença, número, etc.); 4) os entes aos quais damos o nome de *valores* (beleza, feiura, vício, etc.); 5) os entes que pertencem a uma realidade diferente daquela a que pertencem as coisas, as idealidades e os valores e aos quais damos o nome de *metafísicos* (a divindade ou o absoluto; o infinito; o nada; etc.).

7. O que é a distinção entre ôntico e ontológico proposta por Heidegger? Quando passamos da experiência ôntica ao conhecimento ontológico?

Ôntico se refere à estrutura e à essência própria de um ente: sua identidade, sua diferença em face de outros entes, suas relações com outros entes. *Ontológico* se refere à investigação filosófica dos conceitos que nos permitam conhecer e determinar pelo pensamento em que consistem as modalidades ônticas, quais os métodos adequados para o estudo de cada uma delas, quais as categorias que se aplicam a cada uma delas. Passamos da experiência ôntica à investigação ontológica quando o significado costumeiro das coisas, das ações, dos valores ou das pessoas perde sentido ou se mostra obscuro e confuso, ou quando o que nos foi dito, ensinado e transmitido sobre eles já não nos satisfaz e queremos saber mais e melhor.

8. Ontologicamente, o que é um ente real? E um ente ideal?

Ontologicamente, uma coisa é chamada real porque pertence a um conjunto de entes com a mesma estrutura em comum: são um ser (existem no mundo, fora de nós); são uma realidade (existem quer nós o percebamos quer não, quer nós os usemos quer não); são temporais (começam a existir, têm duração e podem desaparecer); são causalidades (se transformam no tempo, são produzidos pela ação de outros e produzem outros, obedecendo a certos princípios).

Já os entes ideais se relacionam aos conceitos ontológicos de *idealidade*, *relação* e *atemporalidade*. Em primeiro lugar, tais entes não são coisas reais: existem apenas como conceitos. Em segundo lugar, não causam uns aos outros, mas são entes que possuem uma definição própria, podendo relacionar-se com outros: são entes relacionais. Em terceiro lugar, não existem do mesmo modo que as coisas, isto é, não começam a existir, transformam-se e desaparecem: são *atemporais*.

9. Quais os conceitos ontológicos para descrever o ser dos valores ou os entes que são valores?

No caso dos entes que são valores, os conceitos ontológicos principais que os descrevem são a qualidade (um valor pode ser afirmativo ou negativo) e a polaridade ou oposição (os valores sempre se apresentam como pares de opostos: bom-mau, belo-feio, justo-injusto, verdadeiro-falso, etc.).

10. O que resta se retirarmos a consciência? O que resta se eliminarmos as coisas? O que diz uma nova ontologia que se afasta tanto do idealismo da consciência como do realismo das coisas?

Se eliminarmos a consciência, não sobra nada, pois as coisas existem para nós, isto é, para uma consciência que as percebe, imagina, que delas se lembra, nelas pensa e que as transforma pelo trabalho. Se eliminarmos as coisas, também não resta nada, pois não podemos viver sem o mundo nem fora dele; não somos os criadores do mundo, e sim seus habitantes. Sem a consciência, não há mundo para nós. Sem o mundo, não temos como conhecer nem agir. A nova ontologia parte da afirmação de que estamos no mundo e de que o mundo é mais velho do

que nós, mas, simultaneamente, de que somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo.

11. Com base na ideia de que somos uma consciência encarnada e temporal, explique, em suas palavras, como a nova ontologia estuda as essências.

A ontologia estuda a essência ou o sentido dos entes ou seres *antes* que sejam investigados pelas ciências e *depois* que se tornaram enigmáticos para nossa vida cotidiana. Investiga as diferenças e as relações entre eles, seu modo próprio de existir, sua origem, sua finalidade. Perguntamos, por exemplo: "Que horas são?". A ontologia indaga: "O que é o tempo?", "Qual a essência da temporalidade?". Recupera-se, assim, a velha questão filosófica: "O que é isto que é?", que se refere ao modo de ser dos entes naturais, artificiais, ideais e humanos. Acrescenta-se ainda uma nova questão: "Para quem é isto que é?", que se refere ao sentido ou à significação desses entes. Volta-se, pois, a buscar o Ser ou a essência das coisas, dos atos, dos valores humanos, da vida e da morte, do infinito e do finito.

Parte 2 – A filosofia e a prática

Unidade VII – A cultura

Capítulo 23 – A cultura

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *O aluno deve recorrer aos conhecimentos vistos na disciplina de Língua Portuguesa e selecionar, dentre as características do estilo naturalista, aquelas que de alguma forma se vinculem ao debate neste capítulo. A análise do aluno deve privilegiar os modos como essa corrente literária naturaliza características que são culturais, muito de acordo com a visão dos pensadores positivistas da época.*
Na atividade 2, espera-se que o aluno seja capaz de desfazer traços culturais naturalizados pela visão de mundo e expressos na linguagem naturalista. Por exemplo, logo no primeiro parágrafo do trecho citado, encontramos a generalização – "como toda cafuza" – do comportamento de Bertoleza com base em um fundamento natural – o instinto –, que não permite ação livre. Assim, são desconsideradas tanto a capacidade de escolha livre como as condições sociais (e não naturais) que poderiam influenciar alguém a selecionar o cônjuge pelo critério étnico-racial. Por outro lado, o "representante da raça superior" à qual Bertoleza prefere se sujeitar, Romão, parece ser livre para fazer o que quiser; porém, segue estritamente as regras do trabalho e do acúmulo (mesmo que imoral) postas por sua condição social.

atividades

1. O que significa, para o pensamento ocidental, dizer que alguma coisa é natural?

Significa que essa coisa existe necessariamente e universalmente porque é efeito de uma causa necessária e universal. Essa causa é a natureza, que é sempre a mesma em toda parte. Significa, portanto, que, por ser natural, essa coisa não depende da ação e intenção humanas, e sim das operações necessárias e universais realizadas pela natureza.

2. É possível dizer que todos os comportamentos, ideias e valores dos seres humanos são decorrentes de sua natureza? Por quê? Dê novos exemplos para justificar sua posição.

A ideia de um gênero humano natural e de espécies humanas naturais não possui fundamento na realidade, pois os seres humanos variam em consequência das condições sociais, econômicas, políticas e históricas em que vivem e são indivíduos cuja ação determina seu modo de ser, agir e pensar. Portanto, a ideia de natureza humana como algo universal, intemporal e existente em si e por si mesma não se sustenta, pois os seres humanos são culturais e históricos. Podemos citar como exemplo a naturalização da pobreza, que consiste na crença de que a natureza ou Deus fez certas pessoas mais preguiçosas ou menos inteligentes, o que faria com que estivessem fadadas à pobreza, por não estarem aptas ao trabalho. Essa naturalização oculta o fato de que a pobreza é produzida historicamente e tem relação com condições sociais, econômicas e políticas, e que, portanto, não é um problema relacionado à natureza dos indivíduos.

3. Explique por que alguns dos sentidos em que usamos a palavra *cultura* em nosso cotidiano são contraditórios. Se preciso, exemplifique.

Podemos notar uma contradição no uso da palavra *cultura* quando, por exemplo, ela é usada tanto para indicar a posse de certos conhecimentos (línguas, arte, ser alfabetizado) quanto para indicar uma qualidade de uma coletividade (a cultura brasileira, a francesa, etc.). No primeiro caso, seu uso deixa transparecer que se refere a algo que pertence a certas camadas ou classes sociais socialmente privilegiadas, enquanto a incultura está do lado dos não privilegiados (portanto, do lado do povo e do popular). Exemplo: "Pedro é muito culto, conhece várias línguas, entende de arte e de literatura." Ou: "Imagine! É claro que o Antônio não pode ocupar o cargo que pleiteia. Não tem cultura nenhuma. É semianalfabeto!". Já no segundo caso, cultura se refere a uma qualidade de uma coletividade, sendo algo que existe em si e por si mesmo; por exemplo: "Não creio que a cultura francesa ou alemã sejam superiores à brasileira. Você acha que há alguma coisa superior à nossa música popular?". Notamos a contradição ao percebermos que, por um lado, cultura significa uma erudição (da qual se exclui o que é popular), por outro, ela admite o popular como parte do seu significado.

4. Por que a cultura tende a ser pensada como civilização a partir do século XVIII? Como isso se refletiu no uso que fazemos da palavra *cultura* no cotidiano?

Cultura torna-se sinônimo de civilização no século XVIII porque os pensadores julgavam que, sendo a cultura os resultados da formação-educação dos seres humanos, estes resultados se manifestam com maior clareza e nitidez nas formas de organização da vida social e política (na vida *civil*). A cultura passa a ser

o campo instituído pela ação das pessoas, que agem escolhendo livremente seus atos, dando a eles sentido, finalidade e valor, e distingue-se da natureza, que é o campo em que séries ordenadas de causas e efeitos operam por si mesmos. À medida que esse sentido vai prevalecendo, cultura passa a significar também a relação que os seres humanos socialmente organizados estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros seres humanos e com a natureza, e cultura torna-se assim sinônimo de história, em contraposição à natureza, que é a repetição.

5. Qual a diferença essencial que os pensadores apontam entre natureza e cultura?

A natureza opera por causalidade necessária ou de acordo com leis necessárias de causa e efeito, mas o ser humano é dotado de liberdade e razão, agindo por escolha, de acordo com valores e fins estabelecidos por ele próprio (cultura).

6. Por que muitos pensadores consideram que a cultura começa quando as pessoas inventam o trabalho? Quais são as consequências disso na nossa organização social?

Porque é pela ação do trabalho que os seres humanos iniciam seu processo civilizatório. Com o trabalho, produzem objetos inexistentes na natureza (vestuário, habitações, utensílios, instrumentos) e organizam-se socialmente para realizá-lo, dividindo as tarefas. Como consequência da divisão do trabalho, surgem as instituições que estruturam e organizam a sociedade (família, comércio, poder político, religião, guerra, etc.), e com elas surge também a divisão social que dá origem às classes sociais.

Unidade VIII – A experiência do sagrado

Capítulo 24 – A religião

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Nesta atividade a resposta é estritamente pessoal. Deve-se tomar cuidado, porém, para que a discussão não seja conduzida para o radicalismo ou para o preconceito e/ou intolerância entre os alunos. Todo credo (ou não credo) é digno de respeito, independentemente dos pontos de atrito que possam ter com as normas da sociedade.*

atividades

1. Por que a consciência do tempo nos leva à consciência da morte? Qual é o papel dessa consciência no surgimento da religiosidade?

Por meio da consciência do tempo, os seres humanos sabem que há seres e coisas que surgem e desaparecem no tempo. Os humanos também sabem que esses seres e coisas permanecem por um certo tempo devido à capacidade de ligar passado, presente e futuro. Entretanto, os seres humanos também sabem que podem desaparecer um dia, ou seja, têm consciência de que morrem. A consciência do tempo como uma presença (o presente) situada entre duas ausências (o passado e o futuro) e a consciência de nossa identidade e da identidade dos outros nos leva a conceber a permanência dessa identidade num tempo futuro, num outro lugar ou num outro mundo, para onde vamos após a morte. Essa existência após a morte em um outro lugar é o que define em parte, o núcleo da religiosidade humana.

Sobre a morte

Há várias maneiras de lidar com o fato de que todas as vidas, incluídas as das pessoas que amamos, têm um fim. O fim da vida humana, que chamamos de morte, pode ser mitologizado pela ideia de uma outra vida no Hades ou no Valhalla, no Inferno ou no Paraíso. Essa é a forma mais antiga e comum de os humanos enfrentarem a finitude da vida. Podemos tentar evitar a ideia da morte afastando-a de nós tanto quanto possível – encobrindo e reprimindo a ideia indesejada – ou assumindo uma crença inabalável em nossa própria imortalidade – "os outros morrem, eu não". Há uma forte tendência nesse sentido nas sociedades avançadas de nossos dias. Finalmente, podemos encarar a morte como um fato de nossa existência; podemos ajustar nossas vidas, e particularmente nosso comportamento em relação às outras pessoas, à duração limitada de cada vida. Podemos considerar parte de nossa tarefa fazer com que o fim, a despedida dos seres humanos, quando chegar, seja tão fácil e agradável quanto possível para os outros e para nós mesmos; e podemos nos colocar o problema de como realizar essa tarefa. Atualmente, essa é uma pergunta que só é feita de maneira clara por alguns médicos – no debate mais amplo da sociedade, a questão raramente se coloca.

[...]

A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos. Embora compartilhem o nascimento, a doença, a juventude, a maturidade, a velhice e a morte com os animais, apenas eles, dentre todos os vivos, sabem que morrerão; apenas eles podem prever seu próprio fim, estando cientes de que pode ocorrer a qualquer momento e tomando precauções especiais – como indivíduos e como grupos – para proteger-se contra a ameaça da aniquilação.

Durante milênios essa foi uma função central de grupos humanos como tribos e Estados, permanecendo uma função importante até nossos dias. No entanto, entre as maiores ameaças aos humanos figuram os próprios humanos. Em nome do objetivo de se proteger da destruição, grupos de pessoas ameaçam outros grupos de destruição. Desde os primeiros dias, sociedades formadas por seres humanos exibem as duas faces de Janus: pacificação para dentro, ameaça para fora. Também em outras espécies a importância da sobrevivência das sociedades encontrou expressão na formação de grupos e na adaptação dos indivíduos à vida comum como uma característica de sua existência. Mas, nesse caso, a adaptação à vida do grupo se baseia em

formas geneticamente predeterminadas de conduta ou, na melhor das hipóteses, limita-se a pequenas variações aprendidas que alteram o comportamento inato. No caso dos seres humanos, o equilíbrio entre a adaptação aprendida e a não aprendida à vida em grupo foi revertido. Disposições inatas a uma vida com os outros requerem sua ativação pelo aprendizado – a disposição de falar, por exemplo, pelo aprendizado de uma língua. Os seres humanos não só podem, como devem aprender a regular sua conduta uns em relação aos outros em termos de limitações ou regras específicas à comunidade. Sem aprendizado, não são capazes de funcionar como indivíduos e membros do grupo. Em nenhuma outra espécie essa sintonia com a vida coletiva teve tão profunda influência sobre a forma e desenvolvimento do indivíduo como na espécie humana. Não só meios de comunicação ou padrões de coerção podem diferir de sociedade para sociedade, mas também a experiência da morte. Ela é variável e específica segundo os grupos; não importa quão natural e imutável possa parecer aos membros de cada sociedade particular: foi aprendida.

Na verdade não é a morte, mas o conhecimento da morte que cria problemas para os seres humanos. Não devemos nos enganar: a mosca presa entre os dedos de uma pessoa luta tão convulsivamente quanto um ser humano entre as garras de um assassino, como se soubesse do perigo que corre. Mas os movimentos defensivos da mosca quando em perigo mortal são um dom não aprendido de sua espécie. Uma mãe macaca pode carregar sua cria morta durante certo tempo antes de largá-la em algum lugar e perdê-la. Nada sabe da morte, da de sua cria ou de sua própria. Os seres humanos sabem, e assim a morte se torna um problema para eles.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 7-11.

2. O que é a experiência do sagrado? Como ela opera o "encantamento do mundo"?

O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade e do poder de alguns sobre outros. A sacralidade introduz uma ruptura entre natural e sobrenatural, mesmo que os seres sagrados sejam naturais (fogo, água, ar): é sobrenatural a força ou a potência para realizar aquilo que os humanos julgam impossível contando apenas com a força e capacidade humanas. O sagrado opera o encantamento do mundo ao fazer dele um lugar habitado por forças maravilhosas e poderes admiráveis que agem magicamente, e cria vínculos de simpatia-atração e de antipatia-repulsão entre todos os seres.

3. Por que a religião se dirige às emoções? Quais são os papéis da fé e da piedade na religião?

Porque a religião é crença, não é saber. Ela se baseia na adesão ao que é revelado pela divindade, ou seja, na fé. Se essa adesão não provém de uma demonstração racional, o motivo para que se tenha fé é emocional. Daí que a religião se dirija às paixões, como esperança, temor, amor, espanto, etc. A atitude fundamental da fé é a piedade, o respeito pelos deuses e pelos antepassados.

4. Qual é a função dos ritos? Ilustre sua resposta com um exemplo.

Os ritos são criados para garantir que tanto a ligação entre humanos e divindade quanto a organização do espaço e do tempo feitos pela religião se mantenham e sejam sempre propícias. Assim, para presentificar o laço entre humanos e a divindade, o rito deve repetir um acontecimento essencial da história sagrada e repetir também os mesmos atos, gestos, palavras, objetos, porque foram, na primeira vez, consagrados pelo próprio deus. Por exemplo: no cristianismo, o ritual da eucaristia e da comunhão repete o evento da Santa Ceia.

5. O que é um objeto tabu? Dê exemplos de outros objetos simbólicos sagrados e explique sua função.

São seres ou objetos simbólicos usados nos ritos, que, ao serem retirados de seu lugar costumeiro, assumem um sentido novo para toda a comunidade – protetor, perseguidor, benfeitor, ameaçador. São tabus tanto os objetos e seres puros ou purificados para os deuses, quanto os objetos e seres impuros, que devem permanecer afastados dos deuses e dos humanos. São objetos intocáveis, só podendo ser manipulados diante de autorização religiosa. Nesse sentido, são tabus o pão e o vinho consagrados pelo sacerdote cristão, cuja função é simbolizar o corpo e o sangue de Cristo na repetição um acontecimento da história sagrada, a Santa Ceia.

6. Explique a diferença entre religiões da revelação das leis e religiões da iluminação mística.

Nas religiões da revelação das leis a divindade utiliza intermediários para revelar as leis, interpretá-las e fazê-las cumprir. É o caso da maioria das religiões de tradição ocidental, em especial as monoteístas. Nas religiões da iluminação mística, os deuses manifestam sua lei diretamente, sem recorrer a intermediários, isto é, sem precisar de intérpretes. É o caso da maioria das religiões de tradição oriental.

7. Como as religiões explicam a morte? O que é a promessa da imortalidade feita pelas religiões?

Na maioria das religiões o mistério da morte é explicado como consequência de alguma falta ou ofensa cometida contra algum deus. No princípio os homens eram imortais e viviam na companhia dos deuses ou de Deus, mas recebem a morte como punição de uma transgressão imperdoável. A imortalidade, por sua vez, é prometida pelos deuses na condição de que, na vida presente, os humanos respeitem a vontade e a lei divinas. A outra vida em algumas religiões se dá num duplo do corpo, feito de matéria sutil, que permanece após a morte e pode penetrar outros corpos e se relacionar com os vivos. Em outras, o corpo é mortal, mas habitado por uma entidade que será imortal se o fiel tiver respeitado os decretos divinos e os rituais e, no caso do judaísmo e do cristianismo, se além disso o gênero humano tiver recebido o perdão divino pelo pecado dos ancestrais.

8. Por que o milenarismo diz respeito à esperança por justiça e felicidade?

O judaísmo, o cristianismo e o islamismo são religiões da salvação. Nelas, a situação vivida na Terra é decorrência de uma falta ou queda originária que atingiu a todos os seres humanos. A restauração da situação de felicidade será um dia realizada por meio de um enviado de Deus, o que depende de uma decisão divina, a se cumprir se os seres humanos acreditarem e respeitarem a lei divina escrita nos textos sagrados e se guardarem a esperança na promessa de salvação que lhes foi feita por Deus. A essa esperança de purificação, regeneração e libertação dos sofrimentos que se chama milenarismo.

9. O que é o pecado? Como ele ocorre no judaísmo e no islamismo?

O pecado é a transgressão da lei ou da vontade divina ou a afronta a ela. No judaísmo, o pecado é a infração à Torá, isto é, à lei divina revelada. Como o pecado contamina o grupo, o pecador deve pedir a Deus punição e sofrimentos pelos quais expie a culpa, purifique a si mesmo e ao grupo. Dessa maneira, o judaísmo enfatiza as ideias de confissão, arrependimento e penitência. No islamismo, o grande pecado é a idolatria (fazer imagens de Alá) e o politeísmo. Os demais pecados são os mesmos do judaísmo, uma vez que o Islã reconhece a lei divina revelada a Moisés. O crente é salvo, apesar de seus pecados, pela constância, pela fé, pelas obras e acima de tudo por seu arrependimento e penitência.

10. Por que o pecado é um problema teológico insolúvel para o cristianismo?

O Deus cristão é onipotente e onisciente, sabe tudo desde a eternidade e, portanto, conhece previamente o pecador. Se pune o pecado, mas sabia que ele seria cometido, não estaria sendo injusto por não impedir que o pecado seja cometido? E como falar na liberdade e no livre-arbítrio do pecador se desde a eternidade Deus sabia que ele cometeria o pecado? Por esses impasses, o pecado é um problema teológico insolúvel para o cristianismo.

11. Como, com base na superstição, Espinosa criticou as religiões? Consulte na linha do tempo o período em que ele viveu e relacione seu pensamento sobre a religião com o contexto em que vivia.

Para Espinosa, as pessoas temem que males lhes aconteçam e esperam que bens lhes advenham. Assim, em vez de confiar em si mesmas ou nos conhecimentos racionais para evitar males e atrair bens, acreditam que eles se originam de forças caprichosas e passam a acreditar nelas como poderes que as governam arbitrariamente. Essa crença é a superstição.

Para alimentá-la, criam a religião, que conserva seu domínio sobre as pessoas instituindo o poder teológico-político. Dessa maneira, sacerdotes e teólogos fazem crer que as leis políticas não foram instituídas pelas pessoas, mas pela vontade divina. Esta, por sua vez, teria sido revelada apenas a alguns, que, por isso, têm o direito divino de dominar os demais.

Professor: Ao pesquisar o período histórico em que Espinosa viveu, os alunos devem notar que havia menos de um século que a Europa cristã havia presenciado a Reforma e a Contrarreforma, e a Inquisição continuava perseguindo, julgando e condenando aqueles que considerasse hereges nos países católicos – em especial na Península Ibérica, local de origem da família de Espinosa, que era judia. Também os cientistas e filósofos desse período sofriam perseguição religiosa, como foi o caso de Galileu Galilei na Itália, e o próprio Espinosa foi expulso da comunidade judaica de Amsterdã, onde nascera, por suas ideias.

Unidade IX – As artes

Capítulo 25 – O universo das artes

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Embora trate de um assunto muito próximo do universo do aluno, não se deve deixar de orientá-lo para que perceba os vários conceitos embutidos nas atividades analisadas. Antes de tudo, vale a pena pedir à turma que recapitule ou busque mais informações sobre as referências presentes na letra da canção "Eduardo e Mônica". Algumas questões podem ser levantadas durante a apresentação dos comentários dos alunos. A cultura de massa pode alienar as pessoas? O mercado é necessariamente um mal, uma vez que oferece a uma grande quantidade de pessoas um "produto" travestido de obra de arte, que não provoca o pensamento crítico e visa unicamente ao lucro? Ao proporcionar o acesso das pessoas à cultura, os meios de comunicação de massa estão democratizando a informação ou oprimindo as pessoas de forma dissimulada? O* rock *(no caso da música da Legião Urbana) contesta a ordem vigente ou faz parte/está a serviço dela?*

atividades

1. Em suas palavras, explique: o que o artista busca exprimir em uma obra?

O artista busca exprimir o mundo em que vivemos e que percebemos sem nos darmos conta dele e de nós mesmos nele. Busca exprimir o que sempre vimos sem ver, o que sempre ouvimos sem ouvir, o que sempre sentimos sem sentir, o que sempre pensamos sem pensar, o que sempre dissemos sem dizer.

2. Por que os primeiros objetos artísticos eram mágicos e os artistas, feiticeiros?

Porque acreditava-se que esses objetos (estatuetas, pinturas nas paredes de cavernas, sons obtidos por percussão) eram não apenas uma representação ou uma invocação aos deuses, mas a encarnação deles.

3. Por que, durante a Renascença, houve a luta pela valorização das artes mecânicas?

Por duas razões principais: em primeiro lugar, porque começa a surgir o ideal da vida ativa, que valoriza a aplicação prática ou técnica dos conhecimentos teóricos (como se vê em Leo-

nardo da Vinci com suas invenções de máquinas de todo tipo e como se vê também com a importância dos objetos técnicos que permitiram as Grandes Navegações); em segundo, porque o humanismo renascentista dignifica o corpo humano, e essa dignidade se traduz na chamada "batalha pela dignidade das artes mecânicas" para lhes dar a mesma condição das artes liberais. Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho passa a ser considerado fonte e causa das riquezas, sendo por isso valorizado. A valorização do trabalho acarreta a das artes mecânicas.

4. Qual é a distinção das artes segundo o critério do útil e do belo?

A distinção é estabelecida segundo a finalidade das várias artes mecânicas. Dessa forma, elas são divididas em dois grupos: as que têm como fim o que é útil aos homens (medicina, agricultura, engenharia, arquitetura, culinária, artesanatos, etc.) e aquelas cujo fim é produzir o belo (pintura, escultura, poesia ou literatura, música, teatro e dança). Essa distinção entre artes da utilidade e artes da beleza levou à imagem da arte como ação individual espontânea, vinda da sensibilidade e da fantasia do artista como gênio criador. Enquanto o técnico é visto como aplicador de regras e procedimentos da tradição ou da ciência, o artista é visto como dotado de inspiração, entendida como uma iluminação interior misteriosa.

5. Dê um exemplo de como arte e técnica se comunicam e se relacionam na arte contemporânea.

Podemos dar como exemplo três manifestações artísticas contemporâneas que ilustram o modo como arte e técnica se encontram e se comunicam: a fotografia, o cinema e o *design*. Fotografia e cinema surgem como técnicas de reprodução da realidade. Pouco a pouco, porém, tornam-se interpretações da realidade e com isso se transformam em artes da expressão. O *design*, por sua vez, introduz as artes plásticas (pintura, escultura, arquitetura) no desenho e na produção de instrumentos técnicos (usados na indústria, nos laboratórios científicos, em consultórios médicos, etc.) e de utensílios cotidianos (automóveis, aviões, eletrodomésticos, mobiliário, luminárias, talheres, copos, joias e bijuterias, calçados, etc.).

Professor: Os alunos podem dar outras respostas válidas à questão.

6. Para Benjamin, como as obras de arte perdem a aura? Dê um exemplo de obra de arte aurática e contraponha-o a uma obra que perdeu sua aura, mostrando como isso ocorreu.

A aura é o que confere autenticidade à obra, é sua condição de exemplar único, seu pertencimento necessário ao contexto em que se encontra e sua participação numa tradição que lhe dá sentido. A perda da aura significa a destruição dessa autenticidade da obra, que ocorre por meio da reprodução em série daquilo que antes era único e irrepetível. A questão não está no fato da reprodução, e sim na nova modalidade de reproduzir: a reprodução técnica, que permite a existência do objeto artístico em série e que, em certos casos, como na fotografia, no disco e no cinema, torna impossível distinguir original e cópia, isto é, desfazendo as próprias ideias de original e cópia. Sendo assim, trata-se de um fenômeno que se iniciou com a invenção dos dispositivos de reprodutibilidade, que teve início com Gutenberg e se acentuou no século XX.

Guernica, pintura feita pelo artista Pablo Picasso em 1937, é um exemplo de obra de arte aurática: possui uma existência única e irrepetível e, por mais que haja reproduções perfeitas dela, a aura não está presente nessas, pois lhes falta o caráter de autenticidade: são apenas cópias de um trabalho único, executado em um dado momento histórico. Já no cinema ou nos discos não vemos essa distinção entre original e cópia, portanto não podemos nos referir a eles como obras auráticas. Trata-se de objetos artísticos desde o início produzidos em série que, portanto, nunca possuíram uma existência única.

7. Por que e como se deu a divisão da cultura e das artes em erudita, popular e de massa?

A divisão da cultura e das artes acontece como consequência das modificações sociais produzidas pelo capitalismo. Com o desenvolvimento da sociedade industrial e das grandes metrópoles, os trabalhadores que deixavam o campo também deixavam para trás sua cultura e sua arte. Nas cidades, dois fenômenos aconteceram: de um lado, em seus bairros e locais de trabalho, os operários e suas famílias criaram uma cultura e uma arte próprias, chamadas *populares*; de outro, passaram a fazer parte da grande massa de consumidores dos produtos industriais para os quais começaram a ser reproduzidas, em larga escala, versões simplificadas e inferiores dos produtos e das criações das chamadas cultura e arte *de elite* ou *erudita*, dando origem ao que viria a ser conhecido como cultura e arte *de massa*.

8. Qual foi a consequência do desencantamento do mundo para as artes?

O desencantamento do mundo foi a passagem do mito à razão, da magia à ciência e à lógica. Em outras palavras, passou-se da crença em causas sobrenaturais para os acontecimentos à sua explicação racional ou à sua naturalização e humanização. Esse processo liberou as artes da função e finalidade religiosas, dando-lhes autonomia.

9. Para você, a indústria cultural é favorável à democratização das artes? Por quê?

Professor: Embora a resposta seja pessoal, espera-se que o aluno leve em conta o conteúdo visto no capítulo. A ideologia da indústria cultural é baseada na ideia e na prática do consumo de "produtos culturais" fabricados em série. Para a indústria cultural, as obras de arte são mercadorias, como tudo o que existe no capitalismo. Assim, perdida a aura, a arte não se democratizou – pois perdeu-se espaço para a diversidade e a crítica –, mas sim se massificou para consumo rápido, transformando-se em entretenimento.

10. Exponha como a massificação da cultura influi negativamente na produção e difusão das artes.

Com a massificação da cultura, as obras de arte críticas e radicais foram esvaziadas para se tornarem entretenimento. A indústria cultural define a cultura como diversão e distração, de modo que tudo o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho da sensibilidade, da imaginação, da inteligên-

cia, da reflexão e da crítica não tem interesse, não "vende". Sob os efeitos da massificação da indústria e do consumo culturais, as artes correm o risco de perder algumas de suas principais características: de expressivas, tendem a tornar-se reprodutivas e repetitivas; de trabalho de criação, tendem a tornar-se eventos para consumo; de experimentação e invenção do novo, tendem a tornar-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo; de duradouras, tendem a tornar-se parte do mercado da moda, passageiro, efêmero, sem passado e sem futuro; de formas de conhecimento que desvendam a realidade e alcançam a verdade, tendem a tornar-se dissimulação da realidade, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda.

Unidade X – A ética

Capítulo 26 – A existência ética

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *É interessante realizar, antes ou depois da atividade escrita, um debate com a turma sobre o tema. Pergunte aos alunos se já presenciaram a ocorrência deste fato, ou mesmo se já se sentiram "torcendo" pela personagem de má índole, numa distorção daquilo que a sociedade preconiza como ético ou antiético. Questione por que eles acham que isso acontece. Interessa-nos, aqui, que os alunos apliquem os conceitos de ética, moral, violência e paixão estudados no capítulo.*

Vale lembrar que a indústria cultural produz entretenimento, lazer, e não obras críticas, que se proponham à reflexão. Assim, o modo como as questões éticas são abordadas em uma obra produzida pela indústria cultural raramente vai problematizá-las ou pô-las efetivamente em discussão. O maniqueísmo assumido pelas personagens em grande parte das novelas faz com que não se enfrente o debate e a avaliação de condutas morais, pois a valoração já está pressuposta. Uma questão que pode ser interessante para o debate é o expediente da caricaturização, que de certo modo torna cômicos os vilões e cria uma empatia que supera a avaliação dos aspectos propriamente morais da personagem.

explorando imagens

Encantamento, aura e distinção

O conjunto de imagens do capítulo 25 propiciam uma análise da evolução histórica de três aspectos da arte: sua relação com o encantamento do mundo, sua aura – seu estatuto como objeto único e singular – e o estatuto e reconhecimento do próprio artista.

Apesar da ação das intempéries, é possível reconhecer nos totens do povo Haida (p. 243) a sobreposição de diversas figuras estilizadas: animais, pessoas, seres mágicos. Seus artífices eram indivíduos autorizados para aquele ato, pois aquelas figuras representam os clãs daquela sociedade, homenageiam antepassados, registram histórias de encontro com o sobrenatural, e são parte fundamental na cerimônia do *potlatch*, a mais importante entre os povos indígenas daquela região. Entrelaçam-se, nesses totens, significados religiosos e vínculos sociais, e a repetição daquele gesto técnico garante a realização dos rituais que unem aquela sociedade.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a arte começa paulatinamente a conquistar sua autonomia em relação à função mágica, sem, no entanto, perder sua "aura", isto é, sem perder sua singularidade e poder de culto dentro da sociedade burguesa. Nesse processo, artesãos e artistas levaram as obras para além dos altares e ambientes religiosos – primeiro para os interiores aristocráticos e espaços burgueses e, depois, para que pudessem ser vistas e/ou protagonizadas pelas massas.

Ao abordar a aura em sala de aula, você pode retornar à fotografia que retrata o público em torno da obra *O tocador de pífano*, de Manet (p. 238). Este quadro, de 1866, é símbolo de um momento em que figuras das classes populares passam a ser, também, retratadas em pinturas e esculturas, realizando atividades cotidianas. Note-se, porém, a manutenção da aura em relação à obra: o público se dirige ao museu para contemplá-la, com atenção e respeito. A iluminação baixa sobre os visitantes contrasta com a da obra, intensa, fazendo com que todos os olhares e atenção se voltem a ela.

No capitalismo contemporâneo, a apropriação da ideia do artista como detentor de expressão criativa e das técnicas e tecnologias pela indústria cultural resulta em um novo fenômeno, representado, de forma crítica, no filme *A doce vida*, de Federico Fellini (p. 252). Se, por um lado, o avanço técnico, tecnológico e econômico impulsionados pelo capitalismo possibilitaram a reprodução em série de obras e a mobilidade das obras tradicionais, por outro, o avanço das técnicas foi usado pela indústria cultural na educação das massas aos hábitos do consumo de produtos do entretenimento. Resulta disso o assédio às celebridades – consagradas como artistas pelos meios de comunicação da indústria cultural – feito pelos *paparazzi* e a espetacularização de banalidades. O valor encarna na figura da celebridade e nos lucros que dela possam advir, e não na obra por ela produzida ou da qual ela participa – esta, passageira, leve e de consumo rápido.

atividades

1. Explique o que são o senso moral e consciência moral. Dê alguns exemplos.

O senso moral é a maneira como avaliamos condutas, situações e comportamentos segundo ideias como as de justiça e injustiça, certo e errado, mérito, grandeza de alma, etc. Ele é exprimido como um sentimento – piedade, indignação, vergonha, remorso, culpa, comoção, etc. – diante dessas situações, condutas e comportamentos. Por exemplo: sinto pena ao saber que pessoas morrem de fome; sinto indignação ao saber que há desperdício de alimentos; sinto horror diante de alguma violência.

A consciência moral é a capacidade de, com base em uma avaliação fundamentada nos valores de justiça, correção, mérito, grandeza, etc., decidirmos livremente como agir e justificarmos as razões de nossas ações, condutas e comportamentos diante dos outros e de nós mesmos, assumindo suas consequências. A consciência moral se manifesta sobretudo quando temos que tomar decisões diante de um impasse moral: por exemplo, delatar ou não um menor de idade que furtou um alimento porque estava com fome.

2. Qual é o principal pressuposto do senso moral e da consciência moral? Por quê?

O senso e a consciência morais têm como pressuposto fundamental a ideia de liberdade, porque dependem exclusivamente de nós mesmos, nascem de nossa capacidade de avaliar e decidir por nós mesmos e não levados por outros ou obrigados por eles.

3. O que é um juízo de fato e o que é um juízo de valor? Defina-os e dê novos exemplos.

Juízos de fato são aqueles que dizem que algo é ou existe, e que dizem o que as coisas são, como são e por que são. Juízos de valor avaliam coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis. Não se limitam a dizer que algo é ou como algo é, mas se referem ao que algo deve ser.

Professor: nessa questão, os alunos deverão desenvolver seus próprios exemplos.

4. Explique o que é a naturalização da vida moral. Por que ela acontece?

A naturalização da vida moral ocorre quando não notamos a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral porque somos educados para eles e neles, como se fossem naturais e existissem em si e por si mesmos. Isso acontece porque, para garantir a manutenção e continuidade dos padrões morais através do tempo, as sociedades tendem a fazer com que sejam seguidos e respeitados como se fossem uma segunda natureza.

5. Apesar das diferenças culturais e históricas a respeito da violência, que definição de violência seria válida em todas as culturas?

A violência como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer algo contrário aos seus interesses e desejos, ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis como a morte, a loucura, a autoagressão ou a agressão aos outros.

6. Ser passivo é não agir? Justifique sua resposta e explique a diferença entre passividade e atividade.

Não. Passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade. Ao contrário, é ativo ou virtuoso aquele que controla seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se esses valores e fins devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros, superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra, é autônomo.

Sendo assim, aquele que, de acordo com a própria vontade e consciência, decide autonomamente não agir na direção para a qual um impulso, inclinação, circunstância ou imposição o impele, é ativo. Ou seja, ao não agir, ele é ativo. Neste caso, a ação significaria a falta de autonomia – portanto, a passividade.

7. Apesar das diferenças culturais, o que todas as culturas consideram que seja a virtude?

Independentemente do conteúdo e da forma que cada cultura lhe dá, todas as culturas consideram virtude algo que é o melhor como sentimento, como conduta e como ação; a virtude é a excelência, a realização perfeita de um modo de ser, sentir e agir. Em todas as culturas, as virtudes são consideradas os fins da ação ética ou a finalidade da vida moral.

Capítulo 27 – A ética

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *O exemplo da briga de torcidas é apenas a ilustração prosaica de um debate que envolve conceitos amplos e complexos com os quais nos deparamos a todo instante em nosso cotidiano. Portanto, é desejável que o aluno perceba que temas debatidos pelos filósofos há vários séculos fazem parte de maneira decisiva de seu dia a dia. Em cada pequeno ato estamos decidindo alguma coisa, naquilo que nos é possível decidir; por extensão, a mesma afirmativa vale para as decisões nas altas esferas políticas, que decidem não apenas nosso destino como nação, mas também a própria preservação do planeta.*

As respostas dadas pelos alunos podem variar enormemente, conforme decidam abordar uma ou mais concepções de ética apresentadas neste capítulo, bem como res-

gatar conceitos vistos no anterior (senso moral, consciência moral, passividade e atividade, etc.). O importante é que percebam que, como a ética diz respeito a tudo o que envolve deliberação, ela está, sim, presente em uma situação como a da atividade.

atividades

1. Quando e de que forma nasce a filosofia moral ou a disciplina filosófica denominada ética?

A ética nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes, e quando se busca compreender o caráter de cada pessoa, que determina quais virtudes e quais vícios ela é capaz de praticar, o que se refere, portanto, ao senso moral e à consciência moral individuais. No Ocidente, considera-se que esse nascimento se dá com Sócrates.

2. Como Sócrates contribuiu para o nascimento da ética?

Ao definir o campo no qual valores e obrigações morais podem ser estabelecidos: a consciência do agente moral. É sujeito moral ou ético somente aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores éticos. Sócrates define esse campo ao perguntar aos indivíduos se eles conhecem os fins e sentido de suas ações, e ao perguntar à sociedade se o que ela toma como a virtude é o verdadeiro bem.

3. Por que, segundo Aristóteles, o possível é pertinente à ética, mas o necessário não?

Porque só há ética onde há deliberação ou escolha. O necessário é o que é e sempre será tal como é, independentemente de nossa escolha. Por isso, não concerne à ética. O contingente é o que pode ser de uma forma ou de outra. Entre o que é contingente existe o que é por acaso e o que é possível. O que ocorre por acaso poderia ser de uma forma diferente da que é, mas não está em nosso poder escolher, porque o acaso é o encontro *acidental* de duas séries de acontecimentos, sejam eles determinados por vontade, sejam por necessidade. Por isso, também não concerne à ética. Por fim, o possível é aquilo que pode ser ou deixar de ser, mas que depende de nós para acontecer, de nossa ação e nossa vontade. Por isso, só o que é possível concerne à ética.

4. Para os filósofos da Antiguidade, qual era a função da ética?

Para os filósofos da Antiguidade, a função da ética é conduzir os seres humanos à virtude, pela qual eles obtêm o bem e a felicidade. Aos seres humanos é necessário não só conhecer racionalmente o bem, mas conseguir dominar sua própria natureza passional para dirigir-se a ele. A virtude é a excelência e a força interior do caráter que conhece racionalmemte o bem e dirige-se para ele enquanto domina suas paixões. A ética educa nossa natureza passional para que sejamos dirigidos por nosso conhecimento do bem, e não por nossos impulsos.

5. Por que, para o cristianismo, nossa vontade é insuficiente para garantir a vida moral? Explique tomando como base as ideias de pecado e livre-arbítrio.

O cristianismo considera que nossa vontade está pervertida pelo pecado e, portanto, não pode garantir a vida moral. O ser humano é dotado de livre-arbítrio, e por isso nossa liberdade se dirige espontaneamente para o mal, em decorrência do pecado original. Apenas com o auxílio divino, trazido pela lei divina revelada ou pelos mandamentos ordenados por Deus aos homens, é que podemos nos tornar morais.

6. O que é a concepção cristã da intenção?

A concepção cristã da intenção baseia-se na noção de interioridade do sujeito moral. Na ótica cristã, a primeira relação ética se estabelece entre o coração do indivíduo e Deus, entre a alma invisível e a divindade invisível, pois a vontade e a lei divinas não estão inscritas em objeto algum, mas sim no coração dos seres humanos. Assim, passou-se a considerar como submetido ao julgamento ético tudo quanto, invisível aos olhos humanos, é visível ao espírito de Deus, portanto, tudo quanto acontece em nosso interior – as intenções invisíveis.

7. Como Rousseau procura resolver o problema da relação entre a liberdade da vontade e o dever? Explique o que é a "moral do coração".

Para Rousseau o ser humano nasce puro e bom, mas acaba pervertido pela sociedade. Diante disso, ele apresenta a "moral do coração" com base na ideia de que o dever não é uma imposição externa à nossa consciência: ele é proposto por nosso coração. De acordo com Rousseau, a consciência moral e o sentimento do dever são inatos, são "a voz da natureza" e "o dedo de Deus" em nosso coração. Obedecendo ao dever, estamos obedecendo a nós mesmos, aos nossos sentimentos e nossas emoções, e não à razão, pois esta, privilegiando a utilidade e o interesse individuais, é responsável pela sociedade egoísta e perversa que silencia a bondade natural do coração.

8. De que modo Kant discorda da ética de Rousseau? Para ele, qual é o papel da razão na conduta moral?

Para Kant, não existe bondade natural. Por natureza, diz ele, somos egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis, ávidos de prazeres que nunca nos saciam e pelos quais matamos, mentimos, roubamos. Não é, então, a razão que nos corrompe, como pensa Rousseau. Ao contrário, a razão pura prática, inata em nós, nos traz o dever. É pelo dever, dado a nós pela razão, que somos seres morais.

9. Considerando a concepção de ética para Espinosa, responda:

a) Como se dá a passagem da servidão passional à liberdade? Dê um exemplo de servidão.

Para Espinosa, ser virtuoso ou ser livre é passar da passividade à ação, tornar-se causa ativa interna da própria existência, dos próprios atos e pensamentos. Somos servis quando somos comandados do exterior, ou seja, quando somos comandados por paixões. A passagem para a liberdade se dá quando nos tornamos ativos. Isso, porém, se dá no interior das paixões e graças a elas. Espinosa observa que, quando algo diminui nossa capacidade de ser e agir, experimentamos isso como tristeza. Quando algo aumenta nossa capacidade de ser e agir, experi-

mentamos isso como alegria. Quando afastamos as paixões tristes e aumentamos as paixões alegres, isso fortalece nossa capacidade de ser e agir e, com isso, adquirimos poder sobre nós mesmos e diminuímos o poderio das forças externas sobre nós. Assim, nos tornamos capazes de passar da paixão à ação, da servidão à liberdade.

Professor: o aluno deverá formular um exemplo próprio capaz de ilustrar sua resposta.

b) A ética espinosana é intelectualista ou voluntarista? Justifique.

É voluntarista. A passagem da passividade ou da paixão para a ação, para Espinosa, não depende de ter uma ideia verdadeira, mas de nossa força de ser e agir.

10. Explique as diferenças entre vontade e desejo.

O desejo é paixão. A vontade, decisão. O desejo nasce da imaginação. A vontade se articula à reflexão. O desejo não suporta o tempo, ou seja, desejar é querer a satisfação imediata e o prazer imediato. A vontade, ao contrário, realiza-se no tempo; o esforço e a ponderação trabalham com a relação entre meios e fins e aceitam a demora da satisfação. Mas é o desejo que oferece à vontade os motivos interiores e os fins exteriores da ação.

11. Nietzsche e Marx foram os dois principais críticos da moral vigente na sociedade em que viviam.

a) A concepção de Nietzsche sobre a ética opõe-se à de quais filósofos cronologicamente próximos? Exponha os motivos dessa oposição. Se necessário, consulte a linha do tempo.

Nietzsche opõe-se principalmente aos filósofos racionalistas, como Kant, e aos pensadores socialistas, como Marx. Ele contesta à razão o poder e o direito de intervir sobre o desejo e as paixões. Para ele, a liberdade é a plena manifestação do desejante ou passional. Quando somos capazes de manifestar nosso desejo, somos fortes ou senhores, enquanto somos fracos ou escravos quando não conseguimos. Os fracos temem e invejam a força, saúde e vida dos fortes e, por isso, transformam ilusoriamente tudo o que é manifestação da vida e do desejo em falta e em pecado. Com isso, eles inventam o dever, submetem o desejo à razão e transformam a liberdade em motivo de culpa e castigo. A essa renúncia hipócrita da verdadeira liberdade arquitetada pelos fracos – que estaria na raiz da moral dos racionalistas – Nietzsche chama moral dos escravos. Entre os pensadores da época de Nietzsche, uma expressão da moral dos escravos seria a ideia de igualdade, seja por sermos racionais (no idealismo kantiano), seja por termos os mesmos direitos (no socialismo marxiano, que é um racionalismo humanista e materialista). Para restabelecer a liberdade, é preciso que os fortes reafirmem seu desejo, sua vontade de potência, e a moral que se baseia nessa vontade: a moral dos senhores.

b) Qual a grande divergência entre as críticas de Nietzsche e Marx?

Marx afirmava que os valores da moral vigente – liberdade, felicidade, racionalidade, respeito à subjetividade e à humanidade de cada um, etc. – eram hipócritas não em si mesmos (como julgava Nietzsche), mas porque eram irrealizáveis numa sociedade violenta, baseada na exploração do trabalho, na desigualdade social e econômica, na exclusão de uma parte da sociedade dos direitos políticos e culturais. A moral burguesa, dizia Marx, pretende ser um racionalismo humanista, mas as condições materiais concretas em que vive a maioria da sociedade impedem que o ser humano realize os valores éticos. Para Marx, portanto, tratava-se de mudar a sociedade para que a ética pudesse concretizar-se.

12. Por que a descoberta do inconsciente por Freud poderia comprometer a ideia da ética como exercício livre da consciência e da vontade?

Se, como revela a psicanálise, somos nossos impulsos e desejos inconscientes e se estes desconhecem barreiras e limites para a busca da satisfação e, sobretudo, se conseguem a satisfação burlando e enganando a consciência, torna-se difícil sustentar a ideia de vontade livre que age por dever. Além disso, se o que se passa em nossa consciência é simples efeito disfarçado, cujas causas reais são inconscientes e escondidas, também fica comprometida a concepção de uma consciência responsável.

Capítulo 28 – A liberdade

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Sartre também acreditava que "estamos condenados ao absurdo da existência", querendo dizer que não pedimos para vir ao mundo e, quando nos damos conta, temos de nos haver com nossa existência da forma como nos é dada. O contexto sociocultural em que nascemos terá grande influência sobre o que seremos, e cabe a nós, dentro da liberdade a que, segundo Sartre, somos condenados, a deliberação de guiar nosso destino – mesmo quando optamos por não guiá-lo já estamos deliberando sobre ele.*
Segundo a perspectiva do filósofo francês, em vez de ser uma solução, a liberdade nos coloca questões para as quais não temos resposta. O protagonista do romance O estrangeiro, *de Albert Camus* (editora Record, 1997), *Mersault, sente-se assim. O nome do romance, aliás, é apropriado à sua condição: ele se sente um estrangeiro no mundo.*

atividades

1. Como a felicidade se relaciona com a liberdade?

Onde não há liberdade alguma é impossível se falar em felicidade, pois a felicidade está ligada a conseguirmos nos conduzir e realizar nossa própria vontade. Entretanto, assumir que somos livres nos faz assumir uma responsabilidade, o que parece limitar nossa felicidade e, paradoxalmente, a nossa própria liberdade. Assumindo que somos livres, assumimos a responsabilidade pelo que nos acontece, o que não permite que estacionemos numa cômoda resignação diante do destino implacável. Como escreveu Sartre, "o que importa não é saber o que fizeram de nós e sim o que fazemos com o que quiseram fazer conosco". Daí

que, como mostra o poema de José Paulo Paes, ainda pior que a infelicidade que decorre dos impedimentos que a realidade impõe às nossas ações, é a situação em que a infelicidade nem mesmo aparece, porque renunciamos à nossa vontade. Sem vontade própria, porém, não pode haver verdadeira felicidade, de maneira que a felicidade pressupõe que suportemos o "fardo" de sermos livres e nos tornemos responsáveis por buscá-la.

2. Por que a necessidade e a contingência não excluem a liberdade? Ilustre sua resposta com um exemplo.

Necessidade parece indicar que não há lugar para a liberdade, porque o curso das coisas e de nossa vida já está fixado. Da mesma forma, *contingência* também parece indicar que não há lugar para a liberdade, porque, onde tudo é imprevisível e inapreensível pela razão, não há curso algum das coisas e de nossa vida sobre o qual possamos intervir. Entretanto, se é verdade que tanto a necessidade como a contingência condicionam o espaço de nossa ação e mesmo vários dos meios com os quais podemos agir, isso não significa que deixamos de poder agir. Isso nos remete à frase de Sartre: "o que importa não é saber o que fizeram de nós e sim o que fazemos com o que quiseram fazer conosco". Nosso ambiente e meios não são produzidos por nós, mas podemos agir dentro e a partir deles. Por isso, a necessidade e a contingência não excluem nossa liberdade. Alguns filósofos, de outro ponto de vista, consideram que quando somos livres agimos necessariamente conforme o nosso próprio ser, nossa natureza ou essência. Nessa concepção, agimos diferentemente do modo de ser próprio à nossa natureza somente se formos forçados. Deste ponto de vista, a liberdade não exclui a necessidade.

Professor: os alunos aqui têm liberdade para formularem os próprios exemplos, caso prefiram não usar os do texto.

3. O que significa autodeterminar-se na concepção aristotélica de liberdade?

Autodeterminar-se é ter em si o princípio para agir ou não agir. Quem se autodetermina é aquele cuja vontade tem poder pleno e incondicional para determinar a si mesma, ou seja, aquele cuja vontade é livre e não é constrangida externa ou internamente, não sendo forçada para agir nem impedida de se realizar por obstáculos. Autodeterminar-se é ser livre.

4. Explique a afirmação de Sartre de que "estamos condenados à liberdade".

Para Sartre, a liberdade é a escolha incondicional que o próprio homem faz de seu ser no mundo. Quando julgamos estar sob o poder de forças externas mais poderosas do que nossa vontade, esse julgamento é uma decisão livre, pois outros homens, nas mesmas circunstâncias, não se curvaram nem se resignaram. Por isso estamos condenados a ser livres: conformar-se ou não conformar-se são decisões inevitavelmente livres. O homem não pode deixar de escolher o seu modo de ser no mundo. Para os humanos, nesse sentido, a liberdade é como a necessidade e a fatalidade: não podemos escapar dela.

5. Como os estoicos e Hegel definem a liberdade humana?

Para os estoicos e para Hegel, a liberdade é a autodeterminação, é agir impulsionado pela força interna do próprio ser, e não ao ser forçado por qualquer coisa. Para eles, a liberdade não se opõe à necessidade. Ao não ser constrangido por nenhuma força exterior a si, o ser age necessariamente conforme a sua natureza própria, seguindo o curso de sua própria força interior, de sua própria essência. Seu agir é uma necessidade livre ou uma liberdade necessária, porque a necessidade não é um poder externo que obriga a liberdade a agir, mas é apenas a lei interna que a própria liberdade criou para sua própria ação.

6. Explique como Espinosa define a liberdade humana.

Para Espinosa, o homem livre é aquele que age como causa interna, completa e total de sua ação, decorrente do desenvolvimento espontâneo da essência racional do agente. Em outras palavras, assim como o todo – a substância da qual o homem faz parte – age livremente pela necessidade de sua essência, o indivíduo livre age por necessidade de sua própria essência. Somos livres quando realizamos nosso ser como uma potência interna capaz de uma pluralidade simultânea de ideias, afetos e ações que decorrem apenas de nosso próprio ser. Somos livres quando o que somos, o que sentimos, o que fazemos e o que pensamos exprime nossa força interna para existir e agir.

7. Como Hegel explica o surgimento histórico da figura do indivíduo livre?

O surgimento histórico da figura do indivíduo livre aparece sob duas formas principais. Primeiro, coincidindo com o surgimento da cultura, ou seja, é livre o homem que não se deixa dominar pelas forças da natureza e que as vence, dobrando-as à sua vontade por meio do trabalho, da linguagem e das artes. Em sua outra forma corresponde, em um primeiro momento, ao surgimento da interioridade cristã que descobre a consciência como consciência de si e, num segundo momento, ao surgimento da individualidade racional moderna ou do indivíduo como consciência de si reflexiva, isto é, como razão e vontade independentes da necessidade natural e da coação de autoridades externas na definição de seu pensamento e de sua vontade.

8. Qual a relação entre vida ética, diálogo e amizade?

Viver é estar com os outros, a essência da vida é a intersubjetividade. A ética é o mundo das relações intersubjetivas, isto é, entre o eu e o outro como sujeitos e pessoas – portanto, como seres conscientes, livres e responsáveis. Assim, nenhuma experiência evidencia tanto a dimensão essencialmente intersubjetiva da vida e da vida ética quanto a do diálogo. É por isso que tantos filósofos definiram a amizade como expressão do mais alto ideal de justiça.

Unidade XI – A ciência

Capítulo 29 – A atitude científica

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *O intuito da atividade é mostrar ao aluno a especificidade do conhecimento científico. A contraposição das características do senso comum com as ca-*

racterísticas da atitude científica, listadas ao longo do capítulo (subjetivo/objetivo, qualitativo/quantitativo, individualizador/generalizador, etc.), pode servir de percurso para a diferenciação. Em linhas gerais, o senso comum diria que as geladeiras e aparelhos refrigeradores esfriam seus interiores, ou seja, "injetam" frio ou transferem frio para o interior. Porém, a termodinâmica mostra que, na verdade, o calor é retirado do interior da geladeira para o ambiente exterior, graças à ação de um gás refrigerante pressurizado que percorre uma serpentina.

Para chegar a essa descoberta, o conhecimento científico recorre a procedimentos que demonstram que ele é: quantitativo, pois expressa critérios de comparação e de avaliação de coisas nas três leis da termodinâmica; homogêneo, pois as leis da termodinâmica se aplicam a outros aparelhos refrigeradores e a outros contextos de troca de calor; e só estabelece relações causais depois de investigar a natureza ou estrutura do fato estudado.

A atividade pretende também fazer com que o aluno compreenda que o desenvolvimento da ciência se vincula à sociedade em que ela se insere. É importante mostrar aos alunos que, diferentemente da magia, a ciência está fincada na história, de maneira que suas questões, métodos e objetivos se alteram com ela, com o desenvolvimento das técnicas e das tecnologias. Mais: por estar em constante mudança na história, em constante reavaliação de suas leis, métodos e objetos, a ciência está aberta a descobrir falhas, equívocos e omissões dentro de suas próprias pesquisas.

atividades

1. Dê novos exemplos de certezas do senso comum e mostre como as ciências os refutam.

Professor: há várias respostas possíveis para essa questão. Verifique se os exemplos dados pelos alunos estabelecem corretamente essa oposição.

O senso comum por muito tempo considerou que a Terra era plana. A ciência demonstrou, no entanto, que ela é esférica. Por muito tempo também o senso comum acreditou que o homem era essencialmente diferente de todos os outros animais e que seu surgimento não tinha conexão com a existência deles. Entretanto, a ciência demonstrou que os homens são apenas um elo na evolução das espécies e que eles descendem de outros animais. O senso comum também considerava que nossa consciência tinha conhecimento das razões de nossos atos e pensamentos. A ciência demonstrou que os processos conscientes são uma parcela menor de nossos processos psíquicos e que nossa vida é, em larga medida, dominada por uma instância inconsciente.

2. Quais as principais características dos saberes do senso comum? Escolha três e explique-as.

Os saberes do senso comum são subjetivos; qualitativos; heterogêneos; individualizadores; generalizadores; voltados ao estabelecimento de causalidades; conformados à regularidade, constância, repetição e diferença das coisas, mas admirados com o único, o extraordinário, o maravilhoso ou o miraculoso; caracterizados por uma concepção mágica da ciência; projeções de sentimentos nas coisas e no mundo diante do desconhecido; cristalizados em preconceitos com os quais interpretam a realidade. São subjetivos por exprimirem sentimentos e opiniões individuais e de grupos, variando de uma pessoa para outra, ou de um grupo para outro, dependendo das condições em que vivemos; são qualitativos devido à análise subjetiva que nos leva a uma avaliação das coisas conforme os efeitos que produzem em nossos órgãos dos sentidos ou conforme os desejos que despertam em nós e o tipo de finalidade ou de uso que lhes atribuímos; são heterogêneos por agruparem-se ou se distinguirem conforme as coisas e os fatos pareçam semelhantes ou diferentes.

3. Que postura da ciência está na base de suas diferenças com o senso comum? Escolha três das principais características do conhecimento científico em oposição ao senso comum e explique-as.

A ciência desconfia da veracidade de nossas certezas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. Onde o senso comum vê coisas, fatos e acontecimentos, a postura científica vê problemas e obstáculos, aparências que precisam ser explicadas e, por vezes, afastadas.

Professor, o aluno deve escolher em sua resposta três das características a seguir.

O conhecimento científico é objetivo por procurar as estruturas universais e necessárias das coisas investigadas; quantitativo por buscar medidas, padrões, critérios de comparação e de avaliação para coisas que parecem diferentes; é homogêneo por buscar as leis gerais de funcionamento dos fenômenos, que são as mesmas para fatos que nos parecem diferentes; além disso, é generalizador, pois mostra que individualidades aparentemente diferentes têm a mesma estrutura; é também diferenciador, pois mostra que coisas aparentemente semelhantes têm, na verdade, estruturas diferentes; investiga antes de estabelecer relações de causalidade; surpreende-se com a regularidade, a repetição e a diferença das coisas e procura demonstrar que o maravilhoso, o extraordinário ou o "milagroso" são casos particulares; procura renovar-se e modificar-se continuamente, evitando a transformação das teorias em doutrinas e destas em preconceitos sociais.

4. Explique por que em nossa sociedade, segundo o texto estudado, a ciência tende a ser tomada como magia. Qual o equívoco dessa visão?

Gilles-Gaston Granger afirma que, na ótica do senso comum em nossa sociedade, tanto a ciência quanto a magia lidam com o misterioso, o oculto, o incompreensível, chegando ao extremo de se considerar a ciência como protagonista de "milagres" modernos. Entretanto, ela distingue-se da magia. A magia admite uma simpatia secreta entre coisas diferentes, que agem umas sobre outras por meio de qualidades ocultas. Além disso, considera o psiquismo humano uma força capaz de ligar-se a psiquismos superiores (planetários, astrais, angé-

licos, demoníacos) para provocar efeitos inesperados nas coisas e nas pessoas. A atitude científica, ao contrário, opera um desencantamento do mundo, mostrando que nele não agem forças secretas, mas causas e relações racionais que podem ser conhecidas por todos.

5. Que papel Aristóteles atribui à ciência quando a denomina como conhecimento demonstrativo?

Para Aristóteles, a ciência é um conhecimento das causas e pelas causas.

6. A filosofia moderna considera a ciência um conhecimento eficaz. Usando a linha do tempo e o índice remissivo, localize no livro conceitos de autores dessa época que se inspirem nessa ideia.

A ciência moderna é considerada eficaz por ser capaz de permitir ao ser humano não só conhecer o mundo, mas também dominá-lo e transformá-lo. A máxima de Francis Bacon, "saber é poder" expressa essa nova postura, que reivindica que o verdadeiro saber permite ao ser humano não só contemplar, mas controlar a natureza. Descartes, ao estabelecer a distinção entre o sujeito e o objeto do conhecimento, também avança nessa proposta. O conceito de método na obra desses dois autores se relaciona diretamente a essa ideia.

7. Explique quais os pré-requisitos para a constituição de uma ciência.

Delimitar ou definir os fatos a investigar, separando-os de outros semelhantes ou diferentes; estabelecer os procedimentos metodológicos para observação, experimentação e verificação dos fatos; construir instrumentos técnicos e condições de laboratório específicas para a pesquisa; elaborar um conjunto sistemático de conceitos que formem a teoria geral dos fenômenos estudados, que controlem e guiem o andamento da pesquisa, além de ampliá-la com novas investigações, e permitam a previsão de fatos novos com base nos já conhecidos.

Capítulo 30 – A ciência na história

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Ao oferecer explicações racionalmente compreensíveis, as formas de conhecimento citadas – científicas, técnicas e filosóficas – combatem o medo na medida em que atribuem sentido objetivo e racional (portanto, desencantado e conhecível por todos os seres dotados de razão) àquilo que nos causa esse sentimento. O mar, que hoje cruzamos fácil e rapidamente, foi por muito tempo uma fonte de medo – por sua imensidão, por ter sepultado muitos dos que tentaram desbravá-lo, por suas profundezas escuras que não revelam seus habitantes. Esta mudança de relação mantida com o mar foi possível graças ao desenvolvimento de conhecimentos no contexto das grandes navegações, que foram impulsionadas por motivos econômicos e geográficos. Portanto, a relação com o mar é paradigmática na compreensão da relação entre conhecimento e medo.*

Talvez seja útil, na apresentação da atividade, comparar mapas atuais a alguns desenvolvidos no período das Grandes Navegações. Em alguns deles, é possível encontrar até a figuração de seres fantásticos nos mares. Também se pode recorrer ao episódio conhecido como "O velho do restelo", em Os Lusíadas, *de Camões, e ao poema "Mar português", de Fernando Pessoa.*

atividades

1. Quais as três principais concepções de ciência?

Racionalista, cujo modelo de objetividade é a matemática; empirista, que toma o modelo de objetividade da medicina grega e da história natural do século XVII; construtivista, cujo modelo de objetividade advém da ideia de razão como conhecimento aproximativo.

2. Explique como operam os procedimentos hipotético-dedutivo e hipotético-indutivo e exponha, com base neles, as diferenças entre as concepções racionalista e empirista de ciência.

A concepção racionalista era hipotético-dedutiva, isto é, definia o objeto e suas leis e disso deduzia propriedades, efeitos posteriores, previsões. A concepção empirista era hipotético-indutiva, isto é, apresentava suposições sobre o objeto, realizava observações e experimentos, e chegava à definição dos fatos, às suas leis, suas propriedades, seus efeitos posteriores e a previsões.

3. Quais os princípios do ideal de cientificidade na concepção construtivista de ciência?

Que haja coerência entre os princípios que orientam a teoria; que os modelos dos objetos sejam construídos com base na observação e na experimentação; que os resultados obtidos possam não só alterar os modelos construídos, mas também alterar os próprios princípios da teoria, corrigindo-a.

4. Qual a principal diferença entre a ciência antiga e a ciência clássica ou moderna?

A ciência antiga era teorética, ou seja, apenas contemplava os seres naturais, sem jamais imaginar intervir neles ou sobre eles por meios técnicos; a ciência clássica é uma ciência que visa não só ao conhecimento teórico, mas sobretudo à aplicação prática ou técnica.

5. Explique as ideias de progresso e evolução científicos e a concepção de história pressuposta por elas.

As ideias de evolução e progresso referem-se à crença na superioridade do presente em relação ao passado e na superioridade do futuro em relação ao presente. Assim, evoluir significa tornar-se superior e melhor do que se era antes. Progredir significa ir por um rumo cada vez melhor na direção de uma finalidade superior. Essa noção está calcada em uma concepção histórica linear, contínua e cumulativa. Acredita-se, dessa forma, que o que acontece depois é o resultado melhorado do que aconteceu antes, supondo-se, assim, um permanente estado de aperfeiçoamento de todos os seres.

6. Que significam as expressões "ruptura epistemológica" e "obstáculo epistemológico", criadas por Gaston Bachelard para se referir às mudanças científicas?

De acordo com Bachelard, *obstáculos epistemológicos* são as limitações encontradas por determinadas teorias, métodos e tecnologias para explicar um fenômeno. A superação dessa limitação requer uma *ruptura epistemológica*, isto é, que se rejeitem a teoria, os métodos e as tecnologias existentes, de modo que seja possível elaborar novas teorias, novos métodos e tecnologias.

7. Quais os tipos de descontinuidade científica apresentados por Granger?

Granger propõe dois tipos de descontinuidade científica: uma externa e outra interna. A descontinuidade é externa quando há um hiato radical entre uma situação científica caótica, em que os conhecimentos estão dispersos e são inverificáveis, e o surgimento de uma disciplina científica cujos conceitos, métodos e técnicas põem "ordem no caos". Essa disciplina ordenadora, rigorosa e sistemática não muda a ciência anterior, mas apenas a reorganiza. A descontinuidade é interna quando, mantida uma visão objetiva de um campo de fatos, teorias diferentes se sucedem no interior dele. Nesse caso, Granger diz não haver uma ruptura total: como é mantida a mesma visão objetiva de um campo de fatos, a teoria anterior é incorporada como um caso particular da nova teoria. Há descontinuidade, mas não há destruição da teoria anterior.

8. Considerando o que Thomas Kuhn entende por revolução científica, responda:

a) Por que ela é uma ruptura radical com relação à ciência anterior?

Porque uma revolução científica acontece quando um campo científico ou paradigma, dentro do qual a ciência funciona normalmente, não consegue explicar um fenômeno ou fato novo, tendo que ser inteiramente reformulado e substituído por um novo paradigma. Essa revolução implica uma mudança profunda na maneira de o cientista ver o mundo, como se passasse a trabalhar num mundo completamente diferente.

b) Que outro exemplo de revolução científica poderia ser dado? Rememore seus conhecimentos de outras disciplinas.

A teoria da evolução de Darwin é um exemplo possível, entre outros.

9. De que modo se estabelece o que Kuhn denomina *ciência normal*? Como ela é posta em xeque?

Kuhn usa a expressão *ciência normal* para referir-se ao trabalho científico no interior de um paradigma estabelecido, isto é, que segue as normas postas pelo paradigma. Em tempos normais, um cientista, diante de um fato ou de um fenômeno ainda não estudado, o explica usando o modelo ou o paradigma científico existente. A ciência normal é posta em xeque quando o paradigma que a sustenta não consegue explicar um fenômeno ou um fato novo, sendo necessário produzir um novo paradigma.

10. Por que, apesar das rupturas e descontinuidades, continuamos acreditando no progresso das ciências?

Os cientistas continuam acreditando nessa ideia porque, com as mudanças nas ciências, sentem que sabem mais e melhor do que antes, já que o paradigma anterior não lhes permitia conhecer certos objetos ou fenômenos. Sentem, com isso, que o passado estava errado ou era inferior ao presente. Entre os não cientistas, porque vivemos sob a ideologia do progresso e da evolução, do "novo" e do "fantástico". E também porque efetivamente observamos importantes resultados práticos da aplicação tecnológica das ciências, o que nos faz sentir que estamos em condições melhores. Filósofos da ciência como Kuhn, Bachelard e Granger, por outro lado, não recusam totalmente a ideia de progresso das ciências. Mesmo que não concebam que nos aproximamos cada vez mais da verdade, eles consideram que há progresso toda vez que um novo paradigma ou uma nova teoria se mostram capazes de resolver um maior número de problemas do que os anteriores e de fazer mais e melhores previsões do que eles.

11. Quais os critérios usados a partir do século XVII para classificar as ciências?

As ciências foram classificadas de acordo com: o tipo de objeto estudado; o tipo de método empregado; o tipo de resultado obtido. A partir daí, a filosofia, as ciências e as técnicas são separadas em categorias diferentes.

- Dê um exemplo de conhecimentos que, com essa nova classificação, foram separados em categorias diferentes.

Há vários exemplos possíveis de separação e reunião: a metafísica, como campo separado por estudar a imutabilidade dos seres, passa a ser agrupada às ciências humanas (mutáveis); a psicologia foi separada das ciências da natureza; houve a divisão interna da física, da astronomia e da geografia em mais de uma categoria, de acordo com seus campos específicos de estudo.

Capítulo 31 – As ciências humanas

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Os relatórios apresentados pelos governos de diversos países, que apontavam para a influência da origem social do aluno em seu desempenho escolar, expuseram fatos que as teorias funcionalistas não eram capazes de explicar. Recolhendo dados e observando os fatos, Bourdieu encontrou repetições de padrões que o conduziram a uma nova teoria, ou seja, a uma explicação que recorre a outros elementos e que é capaz de oferecer uma explicação a estes fatos novos observados.*
No desenvolvimento da atividade, deve-se alertar os alunos sobre o perigo da naturalização das ciências humanas. Embora padrões sejam reconhecidos, a objetividade das ciências humanas é sempre mais delicada.

atividades

1. Considerando que as ciências humanas são relativamente recentes, explique as peculiaridades de sua formação dado o conjunto das ciências.

Como surgiram no século XIX, as ciências humanas procuraram estudar seu objeto empregando conceitos, métodos e técnicas propostas pelas ciências matemáticas e naturais, que já estavam consolidadas. Além disso, por terem surgido no período em que prevalecia a concepção empirista e determinista da ciência, essas disciplinas também procuraram tratar o objeto humano usando modelos hipotético-indutivos e experimentais, buscando leis causais necessárias e universais para os fenômenos humanos. Isso, porém, levou a resultados pouco científicos, porque não era possível realizar uma transposição integral e perfeita dos métodos, das técnicas e das teorias naturais para os estudos dos fatos humanos.

2. Quais as principais objeções que foram feitas às ciências humanas?

A ciência lida com leis objetivas, gerais, universais e necessárias. Os fatos humanos, como a consciência individual, a sociedade ou uma época passada, não podem ser diretamente observáveis nem podem ser submetidos à experimentação para serem trabalhados pela ciência: o psiquismo humano é subjetivo, uma sociedade humana é particular e um fato histórico acontece uma única vez. A ciência opera por análise e síntese. Não é possível analisar e sintetizar o psiquismo humano, uma sociedade ou um acontecimento histórico. A ciência lida com fatos regidos pela necessidade causal ou pelo princípio do determinismo universal, mas o homem é livre e sua ação é contingente. A ciência lida com fatos objetivos, mas o humano é justamente o subjetivo: o sensível, o afetivo, o valorativo, o opinativo.

3. Antes da constituição das ciências humanas, quais foram os três principais períodos de estudo do humano? Resuma brevemente cada um deles.

Período do humanismo: iniciado com o antropocentrismo, não separa o homem da natureza, mas o considera um ser natural diferente dos demais. Prosseguindo nos séculos XVI e XVII com o estudo do homem como agente moral, político e técnico-artístico, chegou até o século XVIII, quando surge a ideia de civilização (o homem como artífice do desenvolvimento institucional).

Período do positivismo: inicia-se no século XIX com Comte e se estende pelo século XX. Enfatiza o homem como um ser social e propõe o estudo científico da sociedade como fato, afirmando que o fato social deve ser tratado como uma coisa à qual são aplicados os procedimentos de análise e síntese criados pelas ciências naturais.

Período do historicismo: desenvolvido no final do século XIX e início do século XX, insiste na diferença profunda entre homem e natureza e entre ciências naturais e humanas. Defende que os fatos humanos são históricos, dotados de valor e de sentido, de significação e finalidade, e devem ser estudados com essas características que os distinguem dos fatos naturais.

4. Explique quais eram os problemas do historicismo e como Max Weber propôs superá-los.

O historicismo tinha como consequências o relativismo e a subordinação das ciências humanas a uma filosofia da história. Max Weber procurou superar esse problemas propondo que as ciências humanas trabalhassem seus objetos como *tipos ideais* e não como fatos empíricos. O tipo ideal oferece construções conceituais puras, que permitem compreender e interpretar fatos particulares observáveis. Assim, por exemplo, o Estado se apresenta como uma forma de dominação social e política sob vários tipos ideais, cabendo ao cientista verificar sob qual tipo encontra-se o caso investigado.

5. Qual a principal contribuição da fenomenologia para as ciências humanas?

Com base na noção de essência ou significação, foi possível diferenciar internamente uma realidade de outras, encontrando seu sentido, sua forma, suas propriedades, suas origens. Assim, a fenomenologia permitiu que fosse feita a diferença entre "natureza" e "homem", que, por sua vez, é diferenciado internamente em essências diversas (o psíquico, o social, o histórico, o cultural). Isso garantiu a delimitação e a definição dos objetos das ciências humanas.

6. Qual a principal contribuição do marxismo para as ciências humanas?

O marxismo permitiu compreender que os fatos humanos são instituições sociais e históricas produzidas não pelo espírito e pela vontade livre dos indivíduos, mas pelas condições objetivas nas quais a ação e o pensamento humanos devem se realizar. Dessa forma, as ciências humanas puderam compreender que as mudanças históricas não resultam de ações pontuais de alguns indivíduos ou grupos de indivíduos, mas de lentos processos sociais, econômicos e políticos baseados na forma assumida pela propriedade dos meios de produção e pelas relações de trabalho.

7. Qual a principal contribuição do estruturalismo para as ciências humanas?

De acordo com a concepção estruturalista, o todo não é a soma das partes nem um conjunto de relações causais entre elementos isoláveis, mas um princípio ordenador, diferenciador e transformador. Baseando-se na ideia de que cada estrutura é uma totalidade organizada por princípios internos, o estruturalismo permitiu que as ciências humanas criassem uma metodologia própria do estudo de seus objetos, livrando-as das explicações mecânicas de causa e efeito sem que por isso tivessem que abandonar a ideia de lei científica.

8. De que modo as ciências humanas podem atingir resultados mais completos? Por quê?

As ciências humanas tendem a apresentar resultados mais completos e satisfatórios quando trabalham interdisciplinarmente, porque assim podem abranger os aspectos simultâneos e sucessivos dos fenômenos estudados.

Unidade XI – A política

Capítulo 32 – O início da vida política

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *A resposta do aluno deverá se basear em sua percepção pessoal do cenário político contem-*

porâneo, independentemente de sua posição ideológica. Porém, alguns pontos devem balizar sua resposta: o de que, a despeito de mais de 20 séculos terem se passado desde o advento das bases da teoria política (Grécia e Roma) e de há alguns séculos os pensadores Maquiavel e Karl Marx (principalmente) terem agregado contribuições fundamentais ao entendimento da natureza da política, as necessidades que levam o homem a não abrir mão da política como forma de organização das forças em conflito em uma sociedade ainda são, em essência, as mesmas da Antiguidade greco-romana. São elas: a hegemonia do poder entre grupos e a forma como esse poder é exercido; a preservação da propriedade privada; a forma de produção e de distribuição das riquezas; a legislação dos costumes; a forma de educação, etc. O que muda são as particularidades de cada período da história, mas em essência as necessidades e preocupações do homem em sociedade são as mesmas.

atividades

1. Quais são os principais motivos que levaram gregos e romanos a inventarem a política?

O rompimento com o poder despótico e a necessidade de solucionar a luta de classes, que incluía lutas entre ricos e pobres e lutas entre os próprios ricos.

2. Como o nascimento das cidades influiu na invenção da política?

Com a formação dos centros urbanos na Grécia e na Roma antigas, constituiu-se também uma luta de classes. A possibilidade do poder despótico foi minada em sua base quando a terra se tornou propriedade de famílias independentes, que tornaram-se a classe rica e dominante. Como o trabalho nessas terras era realizado por escravos, capturados em guerras, a população camponesa livre e não proprietária migrou para aldeias, vivendo do comércio e do artesanato. Com o tempo, os artesãos e comerciantes enriqueceram e as aldeias desenvolveram-se, transformando-se em centros urbanos, o que não tardou em criar um conflito por poder entre essa nova população enriquecida e as grandes famílias agrárias. Por outro lado, existia nos centros urbanos também uma massa urbana de trabalhadores assalariados, artesãos e comerciantes pobres. Eles também participavam da força militar e com isso tornaram-se capazes de entrar em conflito com as outras classes a fim de consquistar participação nas decisões. Para solucionar esse problema, surge a política, com a limitação do poder dos ricos e a abertura de participação dos pobres nas decisões comuns, com a criação de um poder público e impessoal do qual todos os homens, exceto os escravos, tinham possibilidade de participar.

3. Por que e como foram criadas as primeiras leis? Elas contribuíram ou não para solucionar a luta de classes na Grécia e Roma antigas? Justifique.

A finalidade das leis era solucionar a luta de classes pela criação de um espaço público e impessoal, que não se confundisse com a vontade particular de um soberano ou de um grupo. Como deliberação pública, a lei tornou-se expressão da vontade coletiva, definindo direitos e deveres para todos os cidadãos, sem exceção. Com isso, por um lado, foi conferido a uma instância impessoal e coletiva o poder exclusivo de uso da força para punir crimes, reprimir revoltas e vingar com a morte, em nome da coletividade, um delito julgado intolerável por ela. Por outro, uma vez que todos os grupos em conflito tornaram-se aptos a participar das decisões, essas sociedades tornaram-se capazes de equacionar contínua e pacificamente os conflitos de classes.

4. Explique de que modo a política lida com os conflitos no interior de uma sociedade.

A política não se constituiu na criação de uma sociedade sem classes, justa e feliz, mas sim como solução e resposta que uma sociedade oferece para suas diferenças, seus conflitos e suas contradições, sem escondê-los sob a sacralização do poder e do governante e sem fechar-se à temporalidade e às mudanças.

5. Como se formou o Estado? Quais eram suas funções?

Se a sociedade é composta por grupos em conflito e a lei se propõe a solucionar esses conflitos na forma de uma vontade geral, é necessário que haja uma instância separada da própria sociedade, capaz de fazer valer a lei. O Estado surge como esse poder separado da sociedade, encarregado de dirigi-la, comandá-la, arbitrar os conflitos e usar a força. Como a política não elimina as classes e suas contradições, mas oferece uma solução para as suas diferenças, em última instância o Estado surge para regular os conflitos, determinar limites às lutas, garantir que os ricos conservem suas riquezas e os pobres aceitem sua pobreza.

6. Para o antropólogo Pierre Clastres, além das sociedades políticas e das déspoticas, há aquelas que vão contra o Estado e o mercado.

a) Explique, em linhas gerais, como se organizam essas sociedades.

Essas sociedades são tribais ou comunais. Nelas, não há propriedade privada da terra e das riquezas, não havendo, portanto, classes sociais nem luta de classes. A propriedade é tribal ou comum e o trabalho se divide por sexo e idade. São comunidades homogêneas, unas e indivisas. O poder não se destaca nem se separa da própria comunidade, não forma uma instância acima dela (como o Estado, na política, ou como o chefe patriarca, no despotismo). O chefe é alguém escolhido para ter o comando durante as guerras; porém, no restante do tempo, ele não manda e a comunidade não o obedece. A comunidade decide por si mesma, de acordo com suas tradições e necessidades, regulando por si mesma conflitos pessoais entre seus membros. Essas comunidades são, então, sociedades deliberadamente organizadas para evitar o comércio e o Estado.

b) Para você, em qual dessas sociedades a vida boa e justa melhor se desenvolve? Exponha brevemente sua posição.

Professor: aqui o aluno pode desenvolver seu raciocínio livremente com base no conteúdo estudado. Devem ser observadas a coerência argumentativa e a fundamentação das posições do aluno.

7. As indagações sobre a gênese da pólis opõem os sofistas a Platão e Aristóteles. Explique no que consistia a posição de cada um em relação à finalidade da vida política.

Para os gregos, a finalidade da vida política é a justiça. Os sofistas consideram que a justiça tem caráter convencional, enquanto, para Platão e Aristóteles, a justiça e a lei têm caráter natural. Isso altera a visão sobre a finalidade da vida política em cada um deles. Para os sofistas, a pólis não surge por natureza, mas porque os homens percebem que é melhor viver em conjunto do que isolados. A finalidade da política, por isso, é manter o consenso sobre as leis, que devem ser estabelecidas por debate público em assembleia e podem ser mudadas de acordo com a mudança das circunstâncias em que os cidadãos vivem. Essa mudança deve ser estabelecida por votação e expressar a vontade comum.

Para Platão, a cidade tem uma estrutura composta por três princípios de atividade, encarnados em três classes: 1) a classe econômica, de agricultores e comerciantes, que garante a sobrevivência material da cidade; 2) a classe militar, que defende a cidade; 3) e a classe dos magistrados, que deve governar a cidade sob as leis. Como a classe dos magistrados é aquela capaz de conhecer a verdadeira finalidade da pólis, as outras devem estar sob o seu comando. Platão chama justiça a essa subordinação das outras classes à única capaz de conhecer a finalidade da vida política. Essa subordinação é ditada pela própria natureza da pólis e é análoga ao que se dá com a alma humana, que também tem uma estrutura tripartite.

Para Aristóteles, por fim, há dois tipos de justiça na cidade, correspondentes a dois tipos de bens existentes na pólis: a *distributiva*, referente aos bens econômicos, que são quantitativos e partilháveis; e a *participativa*, referente a bens que são qualidades indivisíveis, das quais pode-se participar, como o poder político. A cidade justa saberá distinguir esses dois tipos de justiça e realizar ambos. A justiça distributiva consiste em dar a cada pessoa o que lhe é devido, e sua função é dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais. Quanto à justiça do participável, trata-se do direito de todos os cidadãos de participar do poder.

8. Cite e explique as bases em que foi fundada a religião cristã.

O cristianismo é herdeiro de duas tradições: a hebraica e a romana. Dos hebreus, herdou a concepção teocrática de poder e as ideias de povo e de lei, não mais aplicadas a um povo ou nação determinada mas estendidas a todos os seres humanos. Dos romanos, que também já operavam à época com a ideia de serem cidadãos não submetidos a uma nação particular, já que se supunha que Roma era senhora de todo o Universo, os cristãos herdaram a organização fortemente hierarquizada e centralizada, que no império era submetida ao imperador, considerado divino. Essa organização foi adaptada pelo cristianismo à concepção teocrática de origem hebraica, repetindo a estrutura burocrática e militar do império na Igreja.

9. Explique por que, à medida que o Império Romano se esfacelava, o poderio da Igreja crescia.

Dois motivos levam a esse crescimento: 1) em primeiro lugar, a expansão do próprio cristianismo pela obra da evangelização, realizada pelos padres nos territórios do Império Romano e para além deles; 2) em segundo lugar, o próprio esfacelamento de Roma, do qual resultará, nos séculos seguintes, a formação socioeconômica conhecida como feudalismo. Essa formação fragmentou a propriedade da terra e fez surgirem pequenos poderes locais isolados, de sorte que o único poder centralizado e homogeneamente organizado era o da Igreja.

10. Quais os três poderes que a Igreja adquire com o passar dos anos em relação ao Império Romano?

A Igreja adquire: 1) o poder religioso de ligar as pessoas a Deus e Dele desligá-las; 2) o poder econômico decorrente de grandes propriedades fundiárias acumuladas no correr de vários séculos, seja porque os nobres convertidos do Império doaram suas terras à instituição eclesiástica, seja porque esta recebera terras como recompensa por serviços prestados aos imperadores; 3) o poder intelectual, porque se torna guardiã e intérprete única dos textos sagrados – a *Bíblia* – e de todos os textos produzidos pela cultura greco-romana. Saber ler e escrever tornou-se privilégio exclusivo da instituição eclesiástica. Será a Igreja, portanto, a formuladora das teorias políticas cristãs para os reinos e impérios cristãos.

11. As teorias teológico-políticas (o vínculo interno entre religião e política), embora tivessem diferentes formulações no correr da Idade Média, apresentavam pontos em comum. Cite três deles e comente-os.

Professor: o aluno deverá escolher três dos pontos comuns abaixo e comentá-los.

1) O poder é teocrático, isto é, pertence a Deus e Dele vem aos homens por Ele escolhidos para representá-lo. O fundamento dessa ideia encontra-se tanto no Antigo Testamento como numa passagem do Novo Testamento, na qual se lê que "não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus". O poder é um favor divino ou uma graça divina e o governante não representa os governados, mas representa Deus perante os governados. O rei é, portanto, a fonte da lei e da justiça. Sendo autor da lei e tendo o poder pela graça de Deus, está acima das leis e não pode ser julgado por ninguém, tendo poder absoluto. O fundamento dessa ideia é retirado de um preceito do Direito Romano que afirma: "Ninguém pode dar o que não tem e ninguém pode tirar o que não deu"; 2) O príncipe cristão deve possuir o conjunto das virtudes cristãs e o conjunto das virtudes principescas definidas por Cícero e Sêneca como próprias do Bom Governo. Sendo espelho da comunidade, em sua pessoa devem estar encarnadas as qualidades cristãs que a comunidade deve imitar; 3) A comunidade e o rei formam o corpo político: a cabeça é a coroa ou o rei, o peito é a legislação sob a guarda dos magistrados e conselheiros do rei, os membros superiores são os senhores ou barões que formam os exércitos do rei e os membros inferiores são o povo que trabalha para o sustento do corpo político. A *pólis* platônica é, assim, transformada no corpo político do rei; 4) A hierarquia política e social é considerada ordenada por Deus e natural. O mundo é um *kósmos*, isto é, uma ordem fixa e hierárquica de lugares e funções que cada ser (minerais, ve-

getais, animais e humanos) ocupa necessariamente e nos quais realiza sua natureza própria. Os seres dos graus inferiores do *kósmos* devem obediência aos do superior, submetendo-se a eles; 5) No topo da hierarquia encontram-se o papa e o imperador. O primeiro possui o poder espiritual, o segundo, o temporal. Em decorrência da desaparição política dos centros urbanos e do isolamento provocado pela ruralização, cada região possui um conjunto de senhores que escolhe um chefe entre seus pares, garantindo-lhe – e à sua dinastia – a permanência indefinida no poder. A assembleia desses senhores subordina-se ao Grande Rei ou Imperador da Europa (senhor do Sacro Império Romano-Germânico), que possui o poder teocrático; 6) A justiça, finalidade da comunidade cristã, é a hierarquia de submissão e obediência do inferior ao superior, pois é essa a ordem natural criada pela lei divina. A vida temporal é inferior à vida espiritual e por isso a finalidade maior do governante é a salvação da alma imortal de seus súditos, pela qual responderá perante Deus.

Capítulo 33 – As filosofias políticas

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *Os alunos devem fazer uma pesquisa de campo com as pessoas que lhes são mais próximas na família e entre seus conhecidos, sem, no entanto, desconectar as opiniões e os dados obtidos da perspectiva histórica na qual se insere a trajetória do sindicalismo no Brasil e no mundo. Uma visita ao site das principais centrais sindicais é recomendável, bem como uma pesquisa sobre as greves que eclodiram no final dos anos 1970 no ABC paulista (região industrial da Grande São Paulo). Há documentários nacionais interessantes que podem ser recomendados à turma, como* ABC da Greve *(1990), de Leon Hirszman, e* Peões *(2004), de Eduardo Coutinho.*
Para responder à atividade 2, os alunos devem retomar conteúdos vistos na disciplina de Sociologia com relação às mudanças no sistema de produção do capitalismo contemporâneo e relacioná-los ao que trata a parte final deste capítulo. As mudanças no sistema de produção incluem a flexibilização (ou precarização) dos vínculos empregatícios, as linhas de produção enxutas, entre outros expedientes que afetaram as formas de organização política dos trabalhadores.

atividades

1. De que forma o pensamento do Renascimento contribuiu para a criação de um ideal político republicano?

No Renascimento os autores antigos começam a ter suas obras redescobertas e interpretadas. A partir de então, valoriza-se a política como expressão mais alta da capacidade humana, e o ideal da *vita contemplativa*, do sábio solitário que se ocupa sobretudo da vida futura, é substituído pelo ideal da *vita activa*, a preocupação com a vida presente e com o ideal da liberdade republicana.

2. Quais traços comuns existentes entre as teorias políticas medievais e renascentistas serão contestados por Maquiavel? Como ele faz isso?

A sociedade, segundo Maquiavel, não é uma comunidade homogênea nascida da vontade divina, da ordem natural ou da razão humana. Toda sociedade é originariamente dividida entre o desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado. Sendo originariamente dividida, a sociedade não é uma comunidade una e a política não está voltada ao bem comum, mas à tomada e manutenção do poder. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei. Por isso, as virtudes do governante não são as cristãs, as morais e as principescas, como dizia a tradição. A virtude é o conjunto das qualidades políticas do dirigente para tomar e manter o poder, mesmo que para isso deva usar a violência, a mentira, a astúcia e a força. O príncipe não precisa ser amado; ele deve ser respeitado e temido — e, para isso, não pode ser odiado. Maquiavel também não aceita a divisão clássica em três regimes políticos (monarquia, aristocracia, democracia), bem como não aceita que o regime legítimo seja o hereditário e o ilegítimo, o usurpado por conquista. Qualquer regime político poderá ser legítimo desde que nele haja liberdade, ou seja, desde que nele o poder não esteja a serviço dos desejos e interesses de um particular ou de um grupo de particulares, mas do povo.

3. Para Maquiavel, o príncipe virtuoso é aquele que está atento à diferença entre o *éthos* político e o *éthos* moral.

a) No que consiste essa diferença? Por que Maquiavel considera importante a consciência sobre ela?

Os valores políticos são medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos. O que é moral na vida privada pode tornar-se uma fraqueza na vida pública, já que uma característica central da virtude moral é a capacidade de o agente permanecer firme em sua vontade e maneira de agir, independentemente das reviravoltas de sua sorte. Por isso, o *éthos* político e o *éthos* moral são diferentes, e não há fraqueza política maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder. Por isso, do ponto de vista de Maquiavel, é imprescindível que o príncipe seja consciente dessa diferença. Caso contrário, será fraco quando procurar ser virtuoso.

b) Quais são suas consequências para a ideia de soberania na política?

Se o *éthos* moral é distinto do *éthos* político, o indivíduo não é o mesmo como particular e como príncipe. Isso indica que o soberano não é uma pessoa, mas o poder político – independente do poder religioso ou do poder econômico.

4. Como Hobbes e Rousseau pensaram os conceitos de estado de natureza e contrato social?

O conceito de estado de natureza tem a função de explicar a situação pré-social na qual os indivíduos existem isoladamente. Para Hobbes ele é um estado de guerra permanente dos indivíduos entre si, no qual reina o medo da morte violenta. Nele,

a única lei que existe é a da força do mais forte. Para Rousseau, ao contrário, o estado de natureza não é de guerra e medo, mas de felicidade e inocência. Nele, as pessoas se comunicam por gritos, gestos e música, e vivem do que a natureza fornece espontaneamente. Esse estado, entretanto, chega ao fim quando surge a primeira cerca, ou seja, quando surge a propriedade privada. A partir de então, nesse estado de sociedade, passa a prevalecer a guerra de todos contra todos. Portanto, o estado de sociedade rousseauista corresponde ao estado de natureza hobbesiano.

Nessa situação de violência, insegurança, medo e morte – tanto em Hobbes como em Rousseau – os humanos decidem criar o poder político e as leis, passando então ao estado ou sociedade civil. Essa passagem se dá, para esses teóricos, por meio do pacto ou contrato social, pelo qual os indivíduos concordam em renunciar à liberdade natural e em transferir a um terceiro – o soberano – algumas formas de poder. Delas, destacam-se o poder para criar e aplicar as leis, usar a força, declarar a guerra e a paz. O contrato social funda a soberania e institui a autoridade política, isto é, a *pólis* ou a *civitas*. É instituído, portanto, o estado civil, que deve pôr um fim às lutas mortais do estado de natureza (hobbesiano) ou do estado de sociedade (rousseauista).

5. O que era o jusnaturalismo ou direito natural? Qual é a inovação social que ele evidencia?

O direito natural prega que, por natureza, todo indivíduo tem direito à vida, ao que é necessário à sobrevivência de seu corpo e à liberdade. Por natureza, todos são livres, ainda que, por natureza, uns sejam mais fortes e outros mais fracos. A inovação que o conceito de jusnaturalismo evidencia é a substituição, pelo pensamento político, da ideia de comunidade pela de sociedade. A ideia de comunidade pressupõe um grupo humano uno, homogêneo, indiviso, compartilhando os mesmos bens, as mesmas crenças e ideias, os mesmos costumes e possuindo um destino comum. A ideia de sociedade, ao contrário, pressupõe a existência de indivíduos independentes e isolados, dotados de direitos naturais e individuais, que decidem, por um ato voluntário, tornarem-se sócios ou associados para vantagem recíproca e por interesses recíprocos. A comunidade é a ideia de uma coletividade natural ou divina; a sociedade, a de uma coletividade voluntária, histórica e humana.

6. Como Locke relaciona a propriedade privada ao direito natural? O que o motiva a pensar sobre isso?

Para relacionar a propriedade privada ao direto natural, Locke parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são conseguidos pelo trabalho. Segundo Locke, o produto do trabalho é propriedade do trabalhador assim como o mundo é propriedade de Deus. Mesmo com a queda do paraíso, Deus deixou o mundo para que os seres humanos o dominassem por meio do suor de seu rosto, do trabalho. Dessa maneira, a propriedade privada é um direito natural porque ela é considerada produto do trabalho. O que motiva esse desenvolvimento conceitual é a necessidade que a burguesia, como classe social ascendente, tinha de legitimar seus direitos de propriedade diante dos antigos direitos hereditários da nobreza.

7. Que consequências a teoria da propriedade privada de Locke trouxe para a sociedade ocidental?

Ela forneceu ao poder da burguesia a legitimidade necessária para confrontar o poder e o prestígio da realeza e da nobreza; forneceu também à burguesia a justificativa moral para a exploração dos não proprietários (os pobres), desde agora considerados preguiçosos e perdulários; estabeleceu como função do Estado a garantia e defesa da propriedade privada; permitiu a modificação do conceito de sociedade civil, que se tornou a esfera de interesse dos proprietários privados, da vida econômica e do mercado, regulada pela livre iniciativa dos proprietários e separada do Estado, que deve apenas arbitrar eventuais conflitos; forneceu fundamentação para as revoluções burguesas e parâmetros para organização social, consolidando-se na Inglaterra em 1688, com a Revolução Gloriosa, a partir de 1789 no restante da Europa, com a Revolução Francesa, em 1776 nos EUA, com a Independência, e a partir do final do Segundo Império no Brasil; deu as diretrizes para a instituição dos parlamentos e do republicanismo, e da cidadania para os proprietários.

8. Como os pensamentos de Hobbes, Locke e Rousseau se relacionavam a acontecimentos em curso em seus países? Localize na linha do tempo a época desses autores e pesquise, em livros e na internet, o contexto histórico em que eles se encontravam.

Professor: aqui deve-se evidenciar o trabalho de pesquisa do aluno. É fundamental, porém, que apareça a relação dos pensadores acima com a ascensão e queda do Antigo Regime, assim como com a ascensão do poder da burguesia.

9. Qual é a função do Estado segundo a teoria liberal? Como se dá, na prática, a atuação do Estado liberal?

O Estado liberal tem função tríplice: 1) garantir o direito natural de propriedade, por meio das leis e do uso legal da violência, sem interferir na vida econômica; 2) arbitrar os conflitos da sociedade civil; 3) legislar, permitir e proibir tudo que pertença à esfera da vida pública, mas sem intervir sobre a esfera privada, devendo garantir a liberdade de pensamento e de consciência. A censura somente pode ser exercida sobre o que ameaçar o próprio Estado. Para tanto, ele se apresenta como república representativa, constituída de três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Possui forças armadas e um corpo de servidores públicos que formam a burocracia. Quanto à cidadania, ela é direito exclusivo dos proprietários.

10. Explique, dando exemplos, o que quer dizer a expressão “revolução na revolução”.

“Revolução na revolução” foi uma expressão cunhada para indicar a existência de movimentos populares radicais no interior das revoluções burguesas. Nessas revoluções a burguesia pretendeu e conseguiu derrotar a realeza e a nobreza, passou a dominar o Estado, consolidou-se como classe dominante e julgou com isso terminadas as mudanças; porém, as classes populares, que participaram daquela vitória, desejavam

explorando imagens

Sociedade e Estado em imagens

A imagem que ilustra a primeira edição de *Leviatã*, de Thomas Hobbes (p. 339), é uma célebre representação pictórica de uma ideia filosófica. Ali observamos a figura de um homem de grandes proporções que se ergue sobre uma cidade organizada; seu corpo é composto de milhares de outros corpos. Essa figura descomunal corresponde ao Estado, na figura do soberano, maior que qualquer outro indivíduo, constituído pelo pacto que instaura a sociedade civil. Leve os alunos a perceber, no detalhe ampliado, que todos os indivíduos estão de costas e com as cabeças inclinadas para cima, olhando o gigante.

Vimos que, para Hobbes, os indivíduos unidos transferem ao soberano o direito exclusivo ao uso da força para garantia da segurança de suas vidas e da paz. A figura imensa do Estado soberano faz a da igreja parecer diminuta, bem como as edificações da cidade. Em uma de suas mãos, o soberano segura a espada, em outra, o cetro, indicando, respectivamente, o direito legítimo ao uso da força e o poder absoluto.

O nome Leviatã aparece no Antigo Testamento como a representação de um enorme monstro marinho, comum também no imaginário popular da Europa e do Oriente Médio. Hobbes usou essa imagem para representar o gigantismo de uma instituição criada artificialmente, constituindo um todo poderoso "monstro" – que, no entanto, é nesse caso legítimo, pois assegura a paz civil.

Para enriquecer essa atividade, é possível retomar a fotografia que abre o capítulo 26 (p. 254). Trata-se de uma manifestação contra o acúmulo de riquezas e poder nas mãos de poucos. Os corpos que formam o 99% representam a parcela da população que está fora da possibilidade de acúmulo de riqueza. No entanto, diferentemente da imagem que ilustra a obra de Hobbes, a reunião dos indivíduos integrantes da sociedade civil se manifesta em oposição ao poder estabelecido, de forma crítica. Não há mais a figura do soberano sobressaindo acima dos demais. Na teoria de Hobbes os indivíduos abdicavam de sua liberdade para ter segurança garantida. Depois de quatro séculos da instituição do Estado liberal moderno, não nos vemos mais como um aglomerado de indivíduos, mas reconhecemos nossa existência intersubjetiva, constituída por nossa consciência moral, e a autonomia que dela deriva.

mais: instituir uma sociedade inteiramente nova, justa, livre e feliz. Isso se exprimiu, em princípio, por meio do imaginário religioso, messiânico e milenarista e, mais tarde, com desenvolvimento teórico próprio, por meio das teorias socialistas. Correntes como os *levellers* e *diggers* na Inglaterra do século XVII, os jacobinos durante a Revolução Francesa, assim como os bolcheviques da Revolução Russa são exemplos de movimentos populares radicais.

11. Por que é possível afirmar que "o centro da sociedade civil é a propriedade privada"? Como a distância entre Estado e sociedade é positiva ao liberalismo e negativa aos movimentos revolucionários?

A sociedade civil, para os liberais, é um conjunto de relações sociais entre classes e grupos sociais cujos interesses e direitos podem coincidir ou opor-se. Nela há relações econômicas de produção, distribuição, acumulação de riquezas e consumo de produtos que circulam no mercado. A propriedade privada é o centro da sociedade civil porque é ela que diferencia indivíduos, grupos e classes sociais. O coração do liberalismo é a diferença e a distância entre Estado e sociedade, pois isso lhe permite defender a ideia de liberdade econômica e de liberdade de ação social distinta da ação pública ou política. Já os movimentos revolucionários operam com a indistinção entre Estado e sociedade, entre ações políticas e relações sociais, porque percebem o Estado como responsável ou cúmplice das desigualdades e injustiças existentes.

Capítulo 34 – A questão democrática

a filosofia nas entrelinhas

Orientações para resposta: *A resposta a essa atividade é pessoal e controversa. Dada a instituição já consagrada do "jeitinho brasileiro" em nosso dia a dia, é provável que muitos alunos tragam exemplos de sua própria convivência familiar ou de situações vivenciadas por seus familiares, parentes e amigos em sua vida social. É importante, porém, não restringir a ocorrência de tal hábito ao universo das esferas populares, mas salientar que ele se dá também, e de forma mais deletéria para a sociedade, nas altas esferas da República, mesmo nos lugares onde deveria vigorar a lei e a imparcialidade, como o Congresso Nacional. A imagem que ilustra a atividade é apenas um pequeno e prosaico exemplo de como o privilégio (em detrimento do bem público) pode se instituir por meio do "jeitinho".*

atividades

1. Como opera a ideologia democrática?

A ideologia democrática opera de modo a criar a aparência de que todos os indivíduos são livres e iguais no capitalismo, e de que a democracia seria o regime político da lei e da ordem que garantiria os interesses e liberdades desses indivíduos. Dessa forma, por meio da simulação da igualdade e li-

berdade dos indivíduos, a ideologia oculta que há um conflito de interesses criado pela exploração de uma classe social por outra, e que, na verdade, não há liberdade e igualdade entre todos os indivíduos.

2. Que significa afirmar que as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal?

Significa que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los. É esse o cerne da democracia.

3. Explique em que medida um direito difere de uma necessidade ou carência ou de um interesse.

Necessidades, carências ou interesses são particulares e específicos. Há tantas necessidades, carências ou interesses quanto indivíduos e grupos sociais. E por serem tão diversos quanto os indivíduos, as necessidades, carências e interesses podem também ser conflitantes. Um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Assim, por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito à vida. A carência de moradia ou de transporte também manifesta algo mais profundo: o direito a boas condições de vida. O interesse dos sem-terra, o direito ao trabalho. Os direitos são a condição do próprio regime democrático; são, portanto, o cerne da democracia.

4. Com base na resposta da questão anterior, em que momento podemos dizer que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática?

Dizemos que uma sociedade é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da República, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos.

5. A democracia grega era direta; a moderna é representativa. O que isso significa?

Significa que o direito à participação tornou-se indireto, ou seja, feito pela escolha de representantes. Ao contrário dos outros direitos, este último parece ter sofrido diminuição em lugar de ampliação. Essa aparência é falsa e verdadeira. Falsa porque a democracia moderna foi instituída na luta contra o Antigo Regime e, portanto, em relação a esse último, ampliou a participação dos cidadãos no poder, ainda que sob a forma da representação. E verdadeira porque a república liberal tendeu a limitar os direitos políticos aos proprietários privados dos meios de produção e aos profissionais liberais da classe média, aos homens adultos "independentes". Todavia, as lutas socialistas e populares forçaram a ampliação dos direitos políticos com a criação do sufrágio universal e a garantia da elegibilidade de qualquer um que, não estando sob suspeita de crime, se apresente a um cargo eletivo.

6. O que se entende por direitos políticos e direitos sociais? Cite exemplos de ambos.

Os direitos políticos são direitos de participação nas decisões políticas da sociedade. O direito de expor e ter sua opinião considerada e debatida na democracia ateniense e o direito de voto em nossas democracias representativas são exemplos deles. Os direitos sociais são aqueles oriundos das lutas por igualdade e liberdade, e se relacionam ao trabalho, à moradia, à saúde, ao transporte, à educação, ao lazer e à cultura. São também os direitos das chamadas "minorias" – mulheres, idosos, negros, homossexuais, crianças, indígenas – e os referentes à segurança planetária – as lutas ecológicas e contra as armas nucleares.

7. O que é privatização? E desregulação? Em que medida afetam o modo de produção capitalista?

Privatização é o abandono pelo Estado das políticas sociais e a venda de empresas públicas a particulares; desregulação, o abandono, também pelo Estado, do planejamento econômico. Ambos os termos asseveram que o capital é racional e pode, por si mesmo, resolver os problemas econômicos e sociais. Com isso, a esfera pública é encolhida e a esfera dos interesses privados se amplia, permitindo mais espaço para a acumulação do capital, com a decorrente exclusão de cada vez mais pessoas do mercado de trabalho e do consumo.

8. Com o neoliberalismo, houve um encolhimento da esfera pública e um alargamento da esfera privada. O que isso representa na prática?

Representa um perigo para os direitos econômicos e sociais conquistados pelas lutas populares. Hoje o capital pode acumular-se e reproduzir-se excluindo cada vez mais as pessoas do mercado de trabalho e de consumo. Não precisa mais de massas trabalhadoras e consumidoras, pode ampliar-se graças ao desemprego em massa e não precisa preocupar-se em garantir direitos econômicos e sociais aos trabalhadores porque não necessita de seus trabalhos e serviços.

9. O que é a ideologia da competência técnico-científica e como ela interfere na política? Que contradições traz consigo?

É a ideia de que quem possui conhecimentos está naturalmente dotado de poder de mando e direção. Essa ideologia, fortalecida pelos meios de comunicação de massa, invadiu a política, que passou a ser considerada uma atividade reservada a técnicos ou administradores políticos, e não uma ação coletiva de todos os cidadãos. A contradição está em que não só o direito à representação política diminui porque se restringe aos competentes, como ainda a ideologia da competência oculta e dissimula o fato de que, para ser "competente", é preciso ter recursos econômicos para estudar e adquirir conhecimentos. Ou seja, os "competentes" pertencem à classe economicamente dominante, que, assim, dirige a política segundo seus interesses e não de acordo com a universalidade dos direitos.

10. De acordo com o texto, a sociedade brasileira é socialmente autoritária e economicamente desigual. Você concorda com essa análise? Justifique sua resposta.

Professor: nesta questão o aluno deve formular sua própria opinião. Abaixo, segue uma linha para a justificativa com base no texto do capítulo.

Nossa sociedade é autoritária porque é hierárquica, pois divide as pessoas, em qualquer circunstância, em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. Não há percepção nem prática da igualdade como um direito. Nossa sociedade também é autoritária porque é violenta (nos termos em que, no estudo da ética, definimos a violência): nela vigoram racismo, machismo, discriminação religiosa e de classe social, desigualdades econômicas entre as maiores do mundo, exclusões culturais e políticas. Não há percepção nem prática do direito à liberdade.

11. Por que, na prática, a sociedade brasileira não consegue ser democrática?

Como vimos, uma carência é sempre específica, sem conseguir generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito. Um privilégio, por definição, é sempre particular, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, pois deixaria de ser privilégio. Ora, a democracia é criação e garantia de direitos. Nossa sociedade, polarizada entre a carência e o privilégio, não consegue ser democrática, pois não encontra meios para isso. Em lugar de democracia, temos instituições vindas dela, mas operando de modo autoritário. Assim, por exemplo, os partidos políticos costumam ser de três tipos: os clientelistas, que mantêm relações de favor com seus eleitores; os vanguardistas, que substituem seus eleitores pela vontade dos dirigentes partidários; e os populistas, que tratam seus eleitores como um pai de família trata seus filhos menores. Favor, substituição e paternalismo evidenciam que a prática da participação política por meio de representantes não consegue se realizar no Brasil. Os representantes, em lugar de cumprir o mandato que lhes foi dado pelos representados, surgem como chefes, mandantes, detentores de favores e poderes, submetendo os representados e transformando-os em clientes que recebem favores dos mandantes.

O preconceito contra a política

Qualquer discurso sobre a política em nossa época deve começar pelos preconceitos que todos nós, que não somos políticos profissionais, temos contra a política. Nossos preconceitos comuns são, eles próprios, políticos em sentido amplo. Eles não provêm da arrogância dos ilustrados nem do cinismo dos que viram demais e compreenderam de menos. Uma vez que brotam no nosso próprio pensamento, não podemos ignorá-los; e, dado que se referem a realidades inegáveis e refletem fielmente a nossa situação presente precisamente em seus aspectos políticos, não podemos silenciá-los com argumentos. Tais preconceitos não são, porém, juízos. Eles indicam que nos deparamos com uma situação na qual não sabemos, pelo menos não ainda, conduzir-nos politicamente. O perigo é a política vir a desaparecer inteiramente do mundo. Os preconceitos invadem nosso pensamento; jogam o bebê fora junto com a água do banho, confundem a política com aquilo que levaria ao seu próprio fim e apresentam essa catástrofe como algo que é inerente à natureza das coisas e, portanto, inevitável.

Por trás dos nossos preconceitos atuais contra a política estão a esperança e o medo: o medo de que a humanidade se autodestrua por meio da política e dos meios de força que tem hoje à sua disposição; e a esperança, ligada a esse medo, de que a humanidade recobre a razão e livre o mundo não de si própria, mas da política. Um meio de fazê-lo seria a criação de um governo mundial que transformasse o Estado numa máquina administrativa, resolvesse burocraticamente os conflitos políticos e substituísse os exércitos por forças policiais. Essa esperança é, evidentemente, pura utopia enquanto a política for definida no sentido usual, ou seja, como relação entre dominadores e dominados. Tal ponto de vista levaria não à abolição da política, mas a um despotismo de proporções colossais no qual o abismo que separa os governantes dos governados seria gigantesco a ponto de tornar impossível qualquer espécie de rebelião, para não dizer qualquer forma de controle dos governados sobre os governantes. O fato de nenhum indivíduo – nenhum déspota, per se *– poder ser identificado nesse governo mundial não mudaria de forma alguma o seu caráter despótico. O governo burocrático, o governo anônimo do burocrata, não é menos despótico porque "ninguém" o exerce. Ao contrário, é ainda mais assustador porque não se pode dirigir a palavra a esse "ninguém" nem reivindicar o que quer que seja.*

Mas, se política significa um domínio global em que as pessoas aparecem antes de tudo como seres atuantes que conferem aos assuntos humanos uma permanência que de outra forma não teriam, então essa esperança não é nem um pouco utópica. Há inúmeras situações na história, embora jamais numa escala global, em que a participação ativa das pessoas foi alijada – na forma de tiranias hoje aparentemente obsoletas que soltam as rédeas da vontade de um único homem, ou do totalitarismo moderno, em que os seres humanos são escravizados a serviço de pretensas "forças históricas" e processos superiores e impessoais. A natureza dessa forma de dominação, que num sentido profundo é verdadeiramente apolítica, evidencia-se precisamente na dinâmica que ela mesma gera e que lhe é peculiar; uma dinâmica em que tudo e todos que ontem eram considerados "grandes" podem e devem – para que o movimento conserve o seu impulso — ser hoje relegados ao esquecimento. Não é alívio suficiente para as nossas preocupações sermos compelidos a observar como, nas democracias de massa, por um lado, uma impotência similar se espalha por assim dizer espontaneamente e sem necessidade de terror e, por outro, um processo análogo, autoalimentado, de consumo e esquecimento cria raízes, ainda que no mundo livre, onde não há terror, tais fenômenos se limitem às esferas da economia e da política no sentido restrito da palavra.

ARENDT, Hannah. A *promessa da política.* Organizado por Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008. p. 148-150.

Reflexões sobre a prática pedagógica

A leitura nas Ciências Humanas

Angela B. Kleiman
Professora titular da Unicamp

Como todo professor que leciona uma disciplina cujo volume de leituras é muito elevado, você já deve ter se sentido frustrado alguma vez por seus alunos não conseguirem compreender sua matéria. O fato é que muitos deles não se interessam por ela porque têm grandes dificuldades para entender a informação no texto, conforme apontam os resultados de diversos testes de leitura.

A importância da leitura para a vida cotidiana e, sobretudo, para a vida na escola, espaço de aprendizagem e desenvolvimento intelectual por excelência, é inegável. Se o desinteresse de alguns alunos se deve ao fato de não terem consolidado seu hábito de ler, vale a pena o professor de História, Geografia, Filosofia ou Sociologia conhecer o que está envolvido no ensino da leitura e como essa capacidade pode ser desenvolvida, a fim de ajudar seu aluno. Lembremos que os professores de todas as disciplinas são também professores de leitura, pois são modelos de como ler os textos de sua área. Além disso, vale lembrar que é objetivo explícito nos currículos das disciplinas de Ciências Humanas o desenvolvimento de competências de leitura. No currículo de Filosofia, por exemplo, lemos, entre as habilidades visadas no 1º bimestre da 2ª série "desenvolver habilidades de leitura, escrita e planejamento investigativo para autonomia intelectual"[1].

Apesar de toda sua importância, a leitura parece estar perdendo espaço na vida de um número expressivo de estudantes brasileiros, em parte por causa das novas mídias e novas tecnologias, em parte pelo acesso limitado que muitos alunos têm a livros, jornais, revistas e bibliotecas.

Considerados esses fatos, e para poder planejar algum tipo de intervenção didática, é importante que os professores das disciplinas da área das Ciências Humanas conheçam as principais **competências de leitura** esperadas do aluno, que precisa ter acesso a textos em prosa sobre assuntos polêmicos, reflexivos, complexos e abstratos, como os textos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Entre essas competências, temos:

a) **saber localizar informações explícitas**: o professor de Ensino Médio não precisa se preocupar demais com esta competência, pois é a mais exercitada pelo professor, pelo livro didático e a mais básica de todas as competências; muitas vezes o aluno aparenta entender porque suas respostas exigem apenas que reconheça palavras semelhantes na pergunta e no texto, como no exemplo a seguir:

> Texto[2]: "... o endeusamento de rótulos representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo".
> Pergunta: O que representa o endeusamento de rótulos?
> Resposta: Representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo.

b) **inferir nas entrelinhas**: é a capacidade menos visada, a julgar pelo número de perguntas que demandam inferência no livro didático, e a mais importante para a formação do leitor independente. A inferência é demonstrada quando o aluno consegue tirar conclusões e perceber intenções, e é praticada quando são feitas perguntas precedidas pelas palavras **como** e **por que**: "Por que, segundo o autor, o endeusamento de grifes representa uma vitória do capitalismo?". A inferência também é praticada quando são feitas perguntas que demandam uma **opinião** baseada na leitura do texto: "Você concorda com a opinião do autor, de que o endeusamento de grifes representa uma vitória do capitalismo? Justifique."

c) **usar elementos não verbais, como gráficos, tabelas e figuras, para compreender o texto**: hoje os textos são multimodais, ou seja, recorrem a mais de uma modalidade: além de fotos, mapas, gráficos, ilustrações, tabelas, esquemas, infográficos, há diversos elementos gráficos, como tipografia, diagramação, cor, tamanho das fontes. O uso de todos esses recursos tem uma função, um sentido, e, na maioria das vezes, torna a leitura mais dinâmica. O livro didático pode ter um papel essencial nesse entendimento e o professor pode explorar essa leitura no próprio material; por isso é importante dirigir o olhar do aluno para sua organização: capítulos, geralmente subdivididos em tópicos e subtópicos bem destacados por cores, tamanho das letras, posição na página, etc.

d) **estabelecer relações e comparar dados**: trata-se de uma das competências mais importantes na leitura crítica, geralmente pouco praticada em sala de aula, que abrange saber distinguir causas de consequências e fatos de opiniões relativas a ele; reconhecer diferenças no tratamento dado ao mesmo tema em dois textos diferentes; tirar conclusões. Para de-

1 SECRETARIA da Educação do Estado de São Paulo. *Currículo do Estado de São Paulo*: Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral: Maria Inês Fini; coordenação de área: Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. p. 124. Disponível em: <www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf>. Acesso em: 13 maio 2013.

2 SINGER, André. Ostentação. *Folha de S.Paulo*, 16 fev. 2013, p. 2.

senvolver tal competência, o aluno deve ser capaz de perceber detalhes, como a seleção de vocabulário e os tipos de exemplos usados, e o professor pode ajudá-lo fazendo perguntas sobre esses aspectos.

e) **identificar o tema de um texto expositivo ou informativo**: essa competência envolve também perceber as marcas que o autor e seus editores vão deixando nos títulos e subtítulos e na repetição de palavras, a fim de indicar que uma informação é mais importante do que outras, que é o tema ao qual as demais estão relacionadas. Chamar a atenção para o título e pedir hipóteses sobre o tema com base nele ou em uma ilustração são estratégias que podem ajudar o aluno nessa percepção. Por exemplo: há na primeira página do jornal uma chamada para o texto de opinião já mencionado, que se intitula "Autêntico, *funk* expõe vitória do capitalismo". Logo em seguida, repete-se a frase sobre a vitória do capitalismo, citando – e portanto destacando – um trecho do texto de opinião: "*Mas é mister observar que o endeusamento de rótulos representa extraordinária vitória ideológica do capitalismo*". Quando finalmente se lê o trecho no texto original, escondido no penúltimo parágrafo, parte do tema já foi repetida três vezes.

Munidos desses conhecimentos, os alunos podem, de fato, ser orientados para a leitura de textos mais complexos das Ciências Humanas. Entretanto, para além desse saber, é importante destacar três princípios de caráter metodológico e didático, que devem ser levados em conta em relação à leitura:

1. Facilitação do texto

Todos nós evitamos fazer aquilo que é desagradável e procuramos fazer aquilo que nos dá prazer. Isso não é diferente quando se trata da leitura. Quando o aluno tem dificuldade para compreender a língua escrita, a atividade de leitura se torna desagradável. Dessa forma, se não existe alguém para orientá-lo, são poucos os que insistem nessa atividade, principalmente se não conhecem as vantagens e satisfações que a aprendizagem trará no futuro.

Acontece que, como em toda prática, quanto mais se lê, mas fácil vai ficando a atividade. O aluno que lê muito pouco desiste assim que encontra as primeiras dificuldades. Ou seja, quem mais precisa praticar é quem menos o faz; no entanto, o único meio de melhorar é pela prática. Mas, se os alunos não leem bem aquilo de que não gostam, leem bem o que gostam. A chave consiste, portanto, em fazer com que a leitura exigida pela escola se torne uma atividade menos penosa e mais prazerosa.

Tornar o contato com a leitura prazeroso exige a convivência contínua com professores que contagiem com seu entusiasmo por ela e com bibliotecários prestativos e generosos trabalhando em bibliotecas bem aparelhadas. Requer também acesso a um grande acervo: livros, revistas, jornais, hipertextos, inclusive os gêneros menos valorizados, como resumos ou versões condensadas, divulgações em revistas para adolescentes, histórias em quadrinhos, revistas noticiosas; enfim, textos mais acessíveis, que despertem uma curiosidade inicial e o desejo de ler.

Embora os conteúdos a serem ensinados sejam importantes, o professor pode levar para a aula textos literários ou jornalísticos que têm ou tiveram papel importante no seu letramento e na sua formação. Pode levar textos dos quais ele mesmo gosta, para mostrar aos alunos seu gosto pela leitura, e deve demonstrar suas próprias estratégias de leitor, fazendo perguntas que requeiram pensar, modelando aquelas que ele próprio se faz antes de começar a ler e explicando para seus alunos o que foi que lhe agradou ou chamou a atenção.

2. Flexibilização do currículo

Em áreas que se caracterizam pela presença forte de conteúdos estruturadores e pelo objetivo de engajamento social e atuante no mundo globalizado atual, a flexibilização do currículo é viável.

Numa disciplina como a Geografia, por exemplo, se um determinado conceito, como o aprofundamento da noção de território brasileiro, esteja previsto para o terceiro bimestre da 2ª série do Ensino Médio[3], um acontecimento amplamente noticiado no primeiro bimestre que tem a ver com o território nacional deveria ser motivo para a alteração da ordem dos conteúdos ou para a substituição de um contexto de exemplificação por outro. Fatos que já são conhecidos dos alunos – seja qual for a mídia – tornam a aprendizagem dos conceitos abstratos mais fácil, porque o conhecimento prévio permite ancorar e estruturar o novo. Isso sem contar com as possibilidades de leituras interdisciplinares desses assuntos, o que também se constitui num elemento facilitador.

Quase diariamente há acontecimentos notáveis que requerem simplesmente que o professor passe a acreditar que os conceitos de sua matéria (densidade demográfica, por exemplo) e as práticas relevantes (como a leitura de mapas) possam ser ensinados – e, portanto, atingidos os objetivos do currículo – mesmo quando o foco no conteúdo determinado para esse período é momentaneamente mudado.

No início de 2013, por exemplo, a presença francesa no Mali e a queda de um meteoro na Rússia foram eventos que ocuparam as manchetes dos jornais: os textos jornalísticos poderiam servir tanto para a introdução de

---

3 SECRETARIA da Educação do Estado de São Paulo. *Currículo do Estado de São Paulo:* Ciências Humanas e suas tecnologias. *Op. cit.*, p. 102.

conceitos abstratos quanto para o exercício de habilidades consideradas importantes na disciplina, como desenvolver *"a capacidade de associar padrões de desenvolvimento econômico e social às maneiras de realizar o controle preventivo de situações de risco naturais"* ou *"identificar elementos histórico-geográficos que expliquem o desencadeamento de conflitos étnico-culturais no mundo contemporâneo; ou a expansão do islamismo na África"*[4]. Isso tudo é possível desde que a flexibilização do currículo passe a se constituir em um princípio didático valorizado.

Quando um acontecimento noticiado na mídia passa a ter um lugar central na aula, o aluno entra em contato, via leitura, com outras histórias que provavelmente terão muito mais chance de mudar sua forma de pensar sobre o próprio mundo e que ilustram muito melhor do que qualquer texto científico os conceitos de globalização e de transformação do espaço geográfico decorrentes das novas tecnologias de comunicação. Isso porque na grande maioria das vezes, os alunos só têm contato com esses textos científicos na escola, enquanto que um acontecimento noticiado mundialmente está mais próximo de sua realidade. Caberia portanto ao professor, nesse caso, mostrar aos alunos a relação entre o conceito abstrato encontrado no texto do livro e os fatos vividos pela sociedade, estejam eles apresentados em jornais, músicas, novelas, filmes. Trata-se simplesmente de não descartar aquilo que o aluno já conhece e que pertence a uma cultura de massa não valorizada pela escola.

3. *(Re)contextualização situada*

Esse princípio está ligado ao de flexibilidade, uma vez que somente um currículo mais flexível permite a (re)contextualização situada de conceitos e princípios básicos de uma determinada disciplina. O princípio envolve a abordagem de conceitos que são diretamente relevantes para a situação social do aluno, o que envolve, necessariamente, uma recontextualização de conceitos abstratos para a vida social.

Em relação a uma disciplina como a Sociologia, por exemplo, cujo princípio estruturador é uma atitude metodológica – de estranhamento e desnaturalização do fato social – mais do que um conjunto de conteúdos[5], o caráter especial do olhar sociológico, seletivo, distante, que refrata a realidade observada[6], pode ser desenvolvido se o aluno, mesmo aquele com dificuldades de leitura, puder construir um olhar comparativo tomando como um dos pontos de comparação fatos vivenciados, relevantes para seu próprio contexto e situação. Tais fatos, novamente, são recorrentemente encontrados em matérias jornalísticas sobre fenômenos sociais conhecidos dos alunos, mas que ele ainda não observou pelo prisma do olhar sociológico.

Um exemplo disso é o texto de opinião já citado, sobre o *funk* "Ostentação", um canto falado que, em lugar de fazer denúncia social (como o *rap*), *"exalta o poder de consumo que chegou às camadas de menor renda nos últimos anos"*[7]. Conteúdos como *"cultura, consumo, consumismo e comunicação de massa"* ou *"construção da identidade pelos jovens"*[8], que têm por finalidade levar o adolescente a compreender as formas em que *"os jovens se relacionam com a sociedade de consumo e a produção de cultura"*[9], podem partir do processo de desnaturalização da prática de consumo que o referido texto de opinião (ou qualquer outro sobre a cultura juvenil local) promove, e a relação crítica do jovem pode ser desenvolvida tanto em relação a esse fenômeno cultural da periferia quanto à atitude da elite brasileira ao lamentar a perda de valores que outros grupos sociais jamais demonstraram. O estranhamento advindo da reflexão crítica será o prisma usado na leitura, qualquer que seja a opinião do aluno, e o instrumento pelo qual será atingido será um texto jornalístico, atual, contextualizado e que permite o reposicionamento do próprio aluno.

Com base nos três princípios discutidos – facilitação do texto, flexibilização do currículo e (re)contextualização situada – o professor das disciplinas de Ciências Humanas pode fazer uso dos enormes acervos à nossa disposição, graças às novas mídias e tecnologias, até encontrar o texto e o tema que terão grande apelo com o aluno e o motivará a fazer mais leituras, aumentando suas chances de se tornar mais um leitor à vontade com as múltiplas práticas letradas.

Pelo fato de ser leitor proficiente, muitas habilidades leitoras parecem óbvias para o professor, como se fossem naturais a qualquer ser humano. Entender o sumário, o índice remissivo e o funcionamento do livro didático, por exemplo, ou falar sobre a importância da leitura das imagens para a construção do sentido do texto não são estratégias óbvias para o aluno que ainda tem dificuldades para compreender o que lê, mas podem, mesmo que tardiamente, ser aprendidas e exercitadas, especialmente com textos relevantes para a área e para a vida social do aluno.

4 *Op. cit.*, p. 110 (2º bimestre, 3ª série do Ensino Médio).

5 *Op. cit.*, p. 135.

6 Caracterização do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, segundo SARANDY, Flávio M, Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio. *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, n. 5, out. 2001. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm>. Acesso em: 13 maio 2013.

7 SINGER, André. Ostentação. *Folha de S.Paulo*, 16 fev. 2013. p. 2.

8 SECRETARIA da Educação do Estado de São Paulo. *Op. cit.*, p. 144.

9 *Op. cit.*, p. 144.

Materiais didáticos digitais

Ismar Frango Silveira
Coordenador da CEIE – Comissão Especial
de Informática na Educação
SBC – Sociedade Brasileira de Computação

Desde tempos remotos, o ser humano tem se defrontado com a necessidade de criar ferramentas com propósitos diversos, sendo o principal deles, possivelmente, o de facilitar a sua vida. Os computadores, essas valiosas ferramentas do nosso tempo, tão presentes e necessários no nosso dia a dia, não parecem ter a mesma presença no cotidiano das escolas, apesar de todo o seu potencial.

Sabemos que as escolas brasileiras enfrentam muitos problemas, para cuja resolução a ação do professor é fundamental. E isso se aplica também ao uso efetivo de computadores no ensino. Não se trata de nós, professores, ensinarmos nossos alunos a usar os computadores, a navegar na Internet ou a usar programas aplicativos – como editores de texto ou planilhas. Isso eles já sabem (melhor que nós, geralmente) ou podem aprender de maneira autônoma, sem a nossa ajuda. Lembremos que nossos alunos são o que se convencionou chamar de **nativos digitais** – crianças e adolescentes que nasceram em um mundo imerso em tecnologia.

Mesmo que – por condições sociais, geográficas ou culturais – esses alunos não tenham pleno acesso a computadores e Internet em suas casas, o mundo no qual eles vivem propicia uma série de oportunidades para que tenham contato com a tecnologia e para que esta venha a fazer parte de suas vidas, como aconteceu com o rádio e a TV para outras gerações. Grande parte de nós, professores, pertence ao grupo que se denomina **imigrantes digitais** – nascemos em uma época em que os computadores não eram onipresentes e tivemos contato com essas tecnologias depois do nosso processo de letramento. De maneira similar a pessoas que imigram para outro país, podemos até dominar a "linguagem" do mundo digital, mas, para nós, ela não é nativa.

E o que esperam os nativos digitais de nós, imigrantes digitais, como seus professores? Na verdade, o que sempre esperaram: que os ensinemos dentro de nossas áreas de conhecimento, mas preferencialmente na "linguagem" que lhes é familiar. E de que maneira podemos nos comunicar nessa "linguagem" que não é familiar – e por vezes, nem mesmo amigável – para muitos de nós?

Uma questão que logo nos vem à mente é: para que fazer isso? Por que razões utilizar computadores em sala de aula? Podemos listar algumas das (muitas) razões:

- **Motivação**: o uso de computadores em si não garante uma motivação maior dos alunos. Esse uso deve ser cuidadosamente planejado e estar em sincronia com as demais atividades da disciplina. Em outras palavras, levar os alunos para a sala de computadores para atividades genéricas, sem foco, como "fazer pesquisas na Internet", costuma ter pouca ou nenhuma eficácia. Entretanto, o uso de computadores com objetivos bem claros e diretamente associados aos tópicos do plano de ensino tende a ser uma atividade motivadora e com um bom potencial de impacto no aprendizado dos alunos.
- **Novas possibilidades de experimentos**: há muitos casos de atividades que requerem recursos específicos (como laboratórios de Física), ou que trazem algum tipo de risco (é o caso de algumas atividades de Química e Biologia, por exemplo) e que poderiam ser realizadas com simuladores virtuais, com segurança e sem custo. Há ainda atividades que não poderiam ser executadas em condições normais, para as quais distintas ferramentas computacionais podem ser usadas.
- **Aprendizagem autônoma**: os alunos podem desenvolver atividades fora do horário de aula com as ferramentas aprendidas com o professor, ou mesmo outras ferramentas buscadas e encontradas por eles na Internet.

Dessa maneira, os recursos digitais trazem um conjunto de novas possibilidades ao professor por proporcionar situações didáticas diferenciadas, que, de outro modo, não poderiam ser implementadas em sala de aula. Tais recursos não vêm substituir o material didático tradicional: muito pelo contrário, sua função é complementar o material já comumente utilizado pelo professor, ampliando as possibilidades do fazer docente.

E que recursos existem para ser usados? Há vários tipos de recursos, cada um com uma série de possibilidades didáticas. O Ministério da Educação entende por recursos digitais "vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicações, mapas, jogos educacionais, animações, infográficos, páginas *web* e outros elementos". Eles podem ser assim classificados:

- **Livros digitais** ou *e-books*: são versões digitais de livros em papel, ou de obras completas pensadas para o formato digital. Podem ser estáticos (como os livros em papel, contêm textos e imagens) ou dinâmicos (podem incluir vídeos, animações, simulações ou qualquer outro conteúdo dito multimídia – ou seja, que agrega várias "mídias", ou formas de representação da informação).
- ***Softwares* educacionais**: são programas de computador feitos especificamente para fins educacionais.

Em sua maioria, necessitam de instalação nos computadores (o que não é – ou não deveria ser – exatamente um problema), mas muitos são planejados para utilização sob orientação do professor, visando um resultado de aprendizagem mais efetivo. Um exemplo gratuito desses *softwares* é o GeoGebra (para aprendizagem de Matemática; <www.geogebra.org>).

- **Objetos de aprendizagem**: na prática, correspondem a todo e qualquer elemento digital que possa ser usado e reutilizado em situações de aprendizagem – de um texto em PDF ou um conjunto de *slides* a um simulador virtual, incluindo nessa definição também animações, vídeos, jogos digitais e outros tipos de recursos. Apesar de vários desses objetos serem encontrados de maneira simples por meio de buscadores da Internet, existem repositórios deles, que fornecem mais informações (chamadas "metadados") sobre cada um, como autores, público-alvo, sugestões de uso, etc. Em âmbito nacional, o MEC mantém o Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE; <objetoseducacionais2.mec.gov.br>), vasto repositório com grande variedade de objetos de aprendizagem.
- **Recursos educacionais abertos**: seguem a mesma linha dos objetos de aprendizagem, com a ressalva de que os elementos, além de utilizados e reutilizados, podem também ser modificados e adaptados livremente. O *site* <www.rea.org> traz uma série de informações a respeito.

Porém, que tipos de computadores são necessários para trabalhar com esses elementos? Muitos deles encontram-se disponíveis para uma boa variedade de dispositivos, desde computadores *desktop* (de mesa) e *notebooks*, a até mesmo *tablets* e *smartphones*. Já alguns *softwares* educativos apresentam algumas exigências técnicas para instalação (tipo específico de sistema operacional, quantidade mínima de memória no computador, etc.), enquanto alguns objetos de aprendizagem necessitam que determinados *plugins* (programas adicionais) estejam instalados.

Equipamentos e programas, entretanto, nada mais são do que ferramentas. E, como foi dito no início deste texto, ferramentas são criadas com o intuito de facilitar o nosso dia a dia. Assim, mais importantes que as ferramentas, são as pessoas que irão utilizá-las: os professores dispostos a ressignificar o seu papel como formadores de cidadãos plenamente aptos a tirar proveito das tecnologias de nosso tempo; e os alunos, que poderão manejá-los como veículos de informação, interação social, entretenimento e aprimoramento intelectual.

HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
Música: Francisco Manuel da Silva

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

ISBN 978-850816344-1
9 788508 163441

Este livro didático é um material consumível, que pode ser mantido com você após o final do ano letivo. Cuide bem do que é seu por direito.